



S U M Á R I O

3	Palavras prévias	Santiago Macias
5	A datação pelo radiocarbono de contextos funerários da denominada basílica paleocristã de Conimbriga	Adriaan L. De Man / / António M. Monge Soares / José M. M. Martins
11	Aeraria de transición: objectos con base de cobre de los siglos VII al IX en Al-Andalus	Juan Zozaya
25	Objectos de troca no Mediterrâneo Antigo: cerâmica «verde e manganês» de um arrabalde islâmico de Silves	Maria José Gonçalves
43	Mértola e as rotas comerciais do Mediterrâneo no período islâmico	Susana Gómez Martínez
61	De nuevo sobre el mercado de producciones cerámicas entre Al-Andalus y las Repúblicas de Génova y Pisa (siglo XI dC)	Rafael Azuar
69	Os vidros islâmicos de Mértola (séculos XI-XIII): técnicas decorativas	Lígia Rafael / Maria de Fátima Palma
79	Cerâmicas islâmicas da «Casa do Procurador» (Aljustrel)	Juan Aurelio Pérez Macías / Timoteo Rivera Jiménez / / Artur Martins / Macarena Bustamante Álvarez
89	O arrabalde da Silves islâmica. A intervenção arqueológica do empreendimento do Castelo	José Costa dos Santos / Paula Barreira Abranches
103	Materiais cerâmicos provenientes de um silo do Bairro Almóada do Convento da Graça – Tavira	Sandra Cavaco / Jaquelina Covaneiro
113	Importações cerâmicas de Tavira na Baixa Idade Média	Sandra Cavaco / Jaquelina Covaneiro / Gonçalo Lopes
121	Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves	Maria José Gonçalves
141	Pisa e il Mediterraneo nel medio evo: Scambi internazionali di merci e di conoscenze	Graziela Berti
163	El origen de Barrancos	Manuel Fructos Romero
169	As muralhas da Covilhã	Michael Mathias
185	Uma torre de vigia sobre o Tejo, em Alcochete	Miguel Correia
195	Arqueologia no castelo de Penamacor – Cimo de Vila. A alcáçova e o cemitério. Resultados das campanhas de 2004 a 2006	Silvina Silvério / / Luís Barros / Daniel Nunes
225	Cerâmicas de transporte y comercio en la Basílica de Santa María de Alicante. Producción y distribución	José Luis Menéndez Fuego

Director: Cláudio Torres • **Coordenadores:** Santiago Macias, Susana Gómez Martínez • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real • **Conselho de Redacção:** Abdallah Khawli, Artur Goulart, Carlos Manuel Pedro, Fernando Branco Correia, João Carlos Garcia, Joaquim Manuel Boiça, José Carlos Oliveira, Manuel Passinhas da Palma, Maria de Fátima Barros, Miguel Rego, Rui Mateus, Susana Gómez Martínez, Virgílio Lopes • **Apoio:** Câmara Municipal de Mértola, Centro de Estudos das Universidades de Coimbra e Porto e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



Capa e Design Gráfico: Gil Maia

Fotografia da capa: Arrabalde portuário de Mértola (Álvaro Pina)

Fotografia da contracapa: Fivela do período islâmico (Rute Fortuna)

ISSN: 0872-2250-11

N.º de edição: 1340

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. – Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto – Portugal

Telefone: 351 22 5074220 – Fax: 351 22 5074229

e-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

e-mail: geral@rainhoeneves.pt

Data da publicação: Dezembro de 2010

PALAVRAS PRÉVIAS

SANTIAGO MACIAS

Sai agora a público o número onze da *Arqueologia Medieval*. Como por várias vezes tem sucedido na história desta publicação, o que agora é dado à estampa resulta, em parte, da realização de um encontro científico, promovido pelo Campo Arqueológico de Mértola.

Nos dias 11 e 12 de Maio de 2007 teve lugar em Mértola a conferência internacional «Intercâmbio de Produtos no Mediterrâneo Antigo – Os Objetos de Comércio», iniciativa integrada no projecto Mercator. Uma parte das comunicações apresentadas nesse encontro integram o presente número da revista. Continuamos, no CAM, fiéis a vários princípios: por um lado, consideramos essencial a participação da nossa instituição em projectos comunitários e que nos permitem contactos com realidades diferentes da nossa e com experiências, do ponto de vista científico, que têm um enquadramento diferente do que é o nosso; por outro lado, é crucial a difusão desse conhecimento em publicações de cariz científico.

Comércio e intercâmbio são, pois, palavras que marcam este número da *Arqueologia Medieval* e que estão presentes na maior parte dos artigos. Não só nos oito que resultaram do referido encontro, mas igualmente em outros textos que têm os objetos do quotidiano como tema. Os espaços urbanos são a pedra de toque de todos eles. Assim andamos entre Silves, Mértola, Aljustrel, Tavira, Pisa, Alicante e outros portos do Mediterrâneo. Fala-se de cerâmica e do seu comércio, mas também dos metais, num luminoso texto de Juan Zozaya.

A este conjunto de trabalhos, de maior coerência temática, vêm juntar-se outros estudos que dão à revista a diversidade que tanto prezamos. Referimo-nos a uma abordagem às temáticas do mundo paleocristão, à investigação sobre a origem de uma vila raiana e a três trabalhos no domínio da castelologia.

Santiago Macias

Investigador do Programa Ciência 2008 da FCT

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto / Campo Arqueológico de Mértola

M

A DATAÇÃO PELO RADIOCARBONO DE CONTEXTOS FUNERÁRIOS DA DENOMINADA BASÍLICA PALEOCRISTÃ DE CONÍMBRIGA

ADRIAAN L. DE MAN*

ANTÓNIO M. MONGE SOARES**

JOSÉ M. M. MARTINS***

1. A NECRÓPOLE

Ao longo dos últimos três anos tem sido possível reequacionar um apreciável conjunto de dados sobre o sector tradicionalmente atribuído a uma basílica paleocristã em Conímbriga. Esses avanços deram-se no âmbito de um projecto de colaboração entre o Museu Monográfico de Conímbriga e a Universidade Autónoma de Madrid, que assenta em parte na escavação de sectores selados da Casa de Tancinus, sob orientação de Jorge Quiroga. Uma dessas áreas reporta a uma ampla zona meridional, adjacente à linha da muralha tardia, que evidencia uma sequência estratigráfica de razoável fiabilidade, e cuja interpretação obriga a rever seriamente as concepções vigentes. A hipotética conversão de um espaço residencial em *domus ecclesiae*, e depois em basílica, afigura-se mais difícil de sustentar, sendo de encará-lo preferencialmente como doméstico em época pós-imperial, um pouco à semelhança do que aconteceu na vizinha Casa de Cantaber (Correia 2001; De Man 2006a). De facto, a ausência de indícios para uma utilização de cariz litúrgico em época tardo-antiga, em associação a dados muito concretos de tal actividade no período alto-medieval, faz postular uma série de novas hipóteses, analisadas numa próxima publicação monográfica. O que se pretende expor no presente texto tem a ver com a cronologia de uma das mais firmes premissas para sus-

tentar a medievalidade do complexo cultural, nomeadamente o cemitério associado. Uma pequena parte deste espaço funerário já se encontrava identificada há várias décadas (cf. De Man 2006b), sem no entanto ter sido datada. Deve ser tido em consideração, porém, que a aparente ausência de sustentação para uma basílica paleocristã não exclui, à partida, a sua existência. Em todo o caso, a estreita associação, não apenas sectorial mas também topológica, da necrópole ao edifício religioso obriga a considerar um horizonte de actividade comum, que pôde ser agora datado através do radiocarbono.

2. A DATAÇÃO PELO RADIOCARBONO DA NECRÓPOLE

Um programa de datações pelo radiocarbono foi estruturado, já há algum tempo, tendo por fim o estabelecimento de uma cronologia fiável para contextos pós-romanos de Conímbriga, para os quais outros marcadores temporais que lhes esti-

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), adriaan.de.man@lx.isla.pt

** Laboratório de Radiocarbono, Grupo de Química Analítica e Ambiental, ITN, Estrada Nacional 10, 2686-953 Sacavém, amsoares@itn.pt

*** Laboratório de Radiocarbono, Grupo de Química Analítica e Ambiental, ITN, Estrada Nacional 10, 2686-953 Sacavém, jmartins@itn.pt

vessem associados fossem duvidosos ou, mesmo, inexistentes. Assim foram datadas várias estruturas negativas, que serviram de lixeiras, tendo as amostras datadas consistido invariavelmente em ossos de mamíferos que fariam parte da dieta alimentar das populações que deram origem a essas lixeiras. Deste modo, foram amostrados e datados contextos pós-romanos da casa de Cantaber, da casa do mediano absidado, do anfiteatro e de sectores associáveis à muralha tardia (De Man e Soares 2006-2007; De Man 2006-2007), seguindo-se, agora, os contextos de tipo funerário associados à denominada basílica paleocristã de Conímbriga. Deste último sector foram processadas cinco amostras de ossos humanos de enterramentos bem individualizados, cuja proveniência precisa se encontra indicada no Quadro 1.

2.1. Parte experimental

Tal como é habitual no laboratório de radiocarbono do ITN, a descontaminação das amostras de ossos é realizada, essencialmente, através da extracção do colagénio (e da sua recuperação

como gelatina – método de Longin), após a qual se procede à sua transformação em benzeno e à medição do seu teor em radiocarbono fazendo uso da espectrometria de cintilação líquida. Toda esta metodologia encontra-se descrita em Soares (2005). Os dados provenientes dos vários ciclos de contagem no espectrómetro de cintilação líquida foram analisados estatisticamente e, uma vez validados, procedeu-se ao cálculo das datas convencionais de radiocarbono, seguindo as recomendações de Stuiver e Polach (1977).

2.2. As datas convencionais de radiocarbono obtidas e a sua calibração

As datas convencionais de radiocarbono obtidas encontram-se indicadas no Quadro 1. A sua calibração, isto é, a sua conversão em datas do calendário solar, foi efectuada fazendo uso do programa CALIB Rev 5.0.1 (Stuiver e Reimer, 1993) e da curva de calibração IntCal04 (Reimer *et al.*, 2004). As datas calibradas encontram-se também no Quadro 1, cada uma delas representada pelos intervalos de tempo correspondentes a uma probabilidade de 98% (2 σ). O intervalo de maior probabilidade encontra-se assinalado a negro (Quadro 1).

Da análise dos resultados obtidos ressalta que um dos enterramentos datados – UE 119 (T. 13) – é relativamente moderno, provavelmente do século XIX ou, mesmo, do século XX. Trata-se, como é evidente, de um contexto funerário que nada tem a ver com os restantes, muito provavelmente associados ao espaço de culto em causa.

As distribuições de probabilidade das restantes quatro datas calibradas encontram-se representadas graficamente na Fig. 1.

O conjunto destas quatro datas aponta claramente para contextos dos séculos XI e XII, embora a do enterramento T. 14 (Sac-2212) permita recuar até ao século X o uso

Quadro 1 – Datas de radiocarbono sobre ossos humanos da «basílica paleocristã» de Conímbriga (C BAS 06)

Ref. Do Laboratório	Ref. da amostra	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data convencional (anos BP)	Data calibrada* (cal AD) (2 σ)
Sac-2213	Sector C UE 165	-20,40	890±50	1027-1226 ; 1232-1240; 1248-1251
Sac-2211	«Mini Milho»	-17,74	930±45	1022-1192 ; 1196-1207
Sac-2209	Sector B UE 108 (N.º 1)	-19,29	960±40	996-1006; 1012-1166
	Sector C			
Sac-2212	T. 14	-18,66	1030±40	895-924; 938-1047 ; 1088-1122; 1138-1150
Sac-2210	Sector C UE 119 (T. 13)	-19,84	80±35	1684-1734; 1806-1929

* Os intervalos de maior probabilidade encontram-se assinalados a negro.

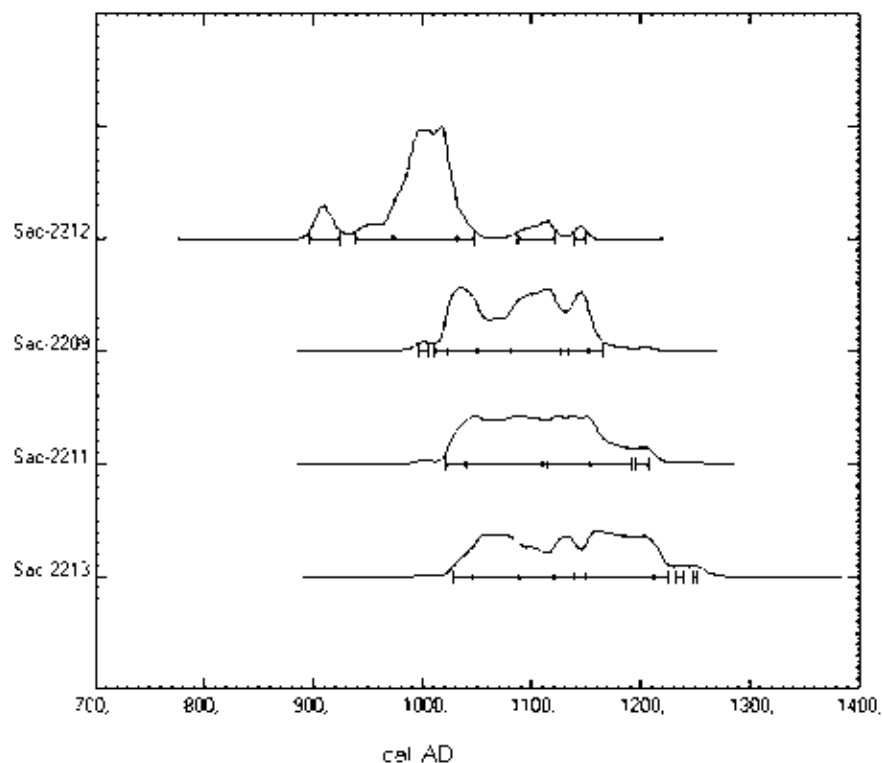


Figura 1 – Distribuições de probabilidade correspondentes às quatro datas de radiocarbono calibradas determinadas para enterramentos medievais de Conímbriga. Representações gráficas obtidas a partir do programa CALIB Rev 5.0.1 e da curva IntCal04.

daquele espaço, isto é, seriam contemporâneos dos contextos tardios datados do anfiteatro. De igual modo, tal como as datas para o anfiteatro, parecem apontar para o início de um período de despovoamento em Conímbriga, que se terá concretizado em plena Idade Média.

3. DISCUSSÃO

A fase de ocupação de Conímbriga agora datada reporta a um período muito bem definido. A recorrência a sepulturas com diversas lajes laterais e com ou sem tampa apresenta paralelos bastante sólidos para contextos pouco posteriores ao século X (Matos e Cunha, 1999), tornando-se comuns em Portugal a partir do século XI (Cunha *et alii*, 1993), o que configura uma consonância linear com os dados de radiocarbono obtidos. Sem incorrer numa interpretação integrada do cemitério, para a qual remetemos para o mencionado texto monográfico, focamo-nos na cronologia do conjunto, que não apenas reordena todo o pensamento sobre as fases tardias da Casa de Tancinus, mas também das do inteiro sítio de Conímbriga. A identificação da igreja alto-medieval

e do seu cemitério, ainda intramuros, torna-se perfeitamente complementar aos múltiplos contextos domésticos que se têm vindo a atribuir aos séculos IX-XII. Perante os novos dados, são também de rever alguns detalhes de uma apreciação feita há um par de anos, e que, nessa altura, tomaram a ocupação litúrgica pré-medieval da igreja como verosímil, no âmbito do urbanismo conimbrigense. O espaço funerário dispõe-se numa orientação perfeitamente canónica, com os esqueletos na direcção Oeste-Este, em cistas rectangulares ou mesmo tendendo para a forma elíptica (Fig. 2). Este género de alinhamento, em teoria antecipando ressuscitamento, revela uma certa amplitude crono-tipológica e geográfica, como se destaca em mais do que uma necrópole hispano-muçulmana (Martínez García, Mellado Sáez e Muñoz Martín, 1995). De facto, a preocupação com o Juízo Final era intensa na viragem do milénio, obrigando a um alinhamento de sepulturas que apenas por restrições de espaço se tornava tendencial; os crentes viviam e morriam *extremum diem timendo*, como se pode ler num testamento de 1092 a 1098 (Livro Preto da Sé de Coimbra, vol. III, n. 394), coevo das sepulturas, portanto. Esta organização sepulcral insere-se numa linha de continuidade conceptual que se generaliza em época visigótica, e cuja configuração se exprime sucessivamente em cemitérios cristãos e mesmo de cronologia islâmica. Quanto ao posicionamento dos corpos em Conímbriga, é predominante o decúbito dorsal com braços flectidos sobre o peito. Este ritual funerário torna-se amplamente adoptado a partir dos momentos mais avançados da Antiguidade Tardia, generalizando-se na Alta Idade Média hispânica (Gil Zubillaga e Sáenz de Urturi, 2001), numa fase em que escasseia o mobiliário funerário hispânico (Halsall, 1997), o que se confirma de forma linear nesta necrópole.

A duradoura manutenção de uma matriz nitidamente hispano-romana em amplas zonas peninsulares, à margem das influências visigóti-

cas (Martínez Rodríguez, 1991, 463), torna discutível se evoluções no rito funerário correspondem verdadeiramente a diferenças étnico-culturais ou mesmo religiosas (Halsall, 1997). Existem sepulturas de contexto plenamente islâmico, coevas das conimbrigenses e com interessantes analogias, em contextos urbanos com desiguais intensidades culturais, um pouco por toda a Península Ibérica (Peral Bejarano, 1995), o que coloca em evidência a necessidade de procurar antecedentes directos, pelo menos moçárabes, para as estruturas de Conímbriga. Destoando completamente das restantes amostras, o problemático resultado de Sac-2210, indicando um intervalo de tempo muito recente, obriga a considerar uma reutilização pontual da necrópole, já que os dados de laboratório foram revistos e confirmados. Os ossos datados provêm de uma sepultura com mais do que um enterramento, um dos quais medieval e em conexão anatómica. O registo da relação estratigráfica só deixa margem para uma interpretação assente numa severa perturbação no esqueleto mais tardio, o que não admira num planalto de recente exploração agrícola, e num sector de intensa actividade arqueológica não registada desde os inícios do século XX. A verdade é que tal continuidade científica até reduz a um mínimo a probabilidade de se ter realizado um enterramento nas últimas décadas do horizonte fornecido pelo radiocarbono. Por seu turno, as Memórias Paroquiais, que incluem uma menção específica ao planalto de Conímbriga, já não fazem referência a qualquer núcleo religioso no local. É tentador avançar com uma explicação com a campanha de Masséna, que passou na região após o recontro do Buçaco, ou então com uma qualquer morte ocasional mais ou menos contemporânea. Em todo o caso, é evidente que foi negado um destino legítimo ao cadáver num determinado momento do século XIX, mas também que o pudor católico local o encaminhou para um local que, na memória colectiva, se mantinha cristianizado.



Figura 2 – Necrópole.

AGRADECIMENTOS

Este estudo integra-se num projecto de investigação centrado na obtenção de cronologias fiáveis para horizontes tardios de ocupação em Conímbriga. As datações por radiocarbono foram efectuadas no âmbito do Protocolo que existia entre o ex-Instituto Português de Arqueologia e o Instituto Tecnológico e Nuclear, pelo que se agradece o seu financiamento a ambas as Instituições.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, Virgílio Hipólito (2001), *Conímbriga, Casa atribuída a Cantaber, Trabalhos arqueológicos 1995-1998, Conímbriga XL*, Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 83-140.
- CUNHA, Eugénia, SILVA, Ana Maria, ARAÚJO, Teresa, MARRAFA, Carmo e SANTOS, Ana Luísa (1993), Antropologia de duas necrópoles medievais do Norte de Portugal: Fão e Chafé, um exemplo de duas escavações «antagónicas», 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas I, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, pp. 431-448.
- DE MAN, Adriaan (2006), *Actividade Metalúrgica na Casa de Cantaber*, Actas do 3.º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu, Porto: SEDPGYM / IPPAR (=2006a), pp. 129-140.
- DE MAN, Adriaan (2006), *Conímbriga do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa: Edições Sílabo (=2006b)
- DE MAN, Adriaan (2006-2007), Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conímbriga, *Portvgalia*, pp. 59-67.
- DE MAN, Adriaan e SOARES, António M. Monge (2007), *A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conímbriga*, Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa: IGESPAR, pp. 285-293.

- GIL ZUBILLAGA, Luis e SÁENZ DE URTURI, Paquita (2001), *San Miguele. La necrópolis tardorromana, tardoantigua y altomedieval de San Miguele (Molinilla, Álava)*, Museo de Arqueología de Álava, Vitoria.
- HALSALL, Guy (1997), *Early Medieval Cemeteries, An Introduction to Burial Archaeology in the Post-Roman West*, New Light on the Dark Ages 1, Glasgow: Cruithne Press.
- Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. COSTA, Avelino de Jesus, VENTURA, Leontina e VELOSO, M. Teresa (1979), Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra: Coimbra Editora.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Julián, MELLADO SÁEZ, Carmen e MUÑOZ MARTÍN, M^a del Mar (1995), *Las necrópolis hispanomusulmanas de Almería*, Estudios sobre Cementerios islamicos andalusies, Málaga: Universidad de Málaga, pp. 83-115.
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Andrés (1991), *Enterramientos tardorromanos en la comarca del Alto Guadalquivir (Lorca)*, Arte, Sociedad, economía y religión durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía, Antigüedad y Cristianismo VIII, Murcia: Universidad de Murcia, pp. 453-469.
- MATOS, Vítor e CUNHA, Eugénia (1999), *A necrópole do Prazo no contexto das necrópoles medievais portuguesas, Côavisão n.º 1*, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, pp. 45-51.
- PERAL BEJARANO, Carmen (1995), *Excavación y estudio de los cementerios urbanos andalusies. Estado de la cuestión*, Estudios sobre Cementerios islamicos andalusies, Málaga: Universidad de Málaga, pp. 11-36.
- REIMER, P. J., BAILLIE, M. G. L., BARD, E., BAYLISS, A., BECK, J. W., BERTRAND, C. J. H., BLACKWELL, P. G., BUCK, C. E., BURR, G. S., CUTLER, K. B., DAMON, P. E., EDWARDS, R. L., FAIRBANKS, R., FRIEDRICH, M., GILDERSON, T. P., HOGG, A. G., HUGHEN, K. A., KROMER, B., MCCORMAC, G., MANNING, S., RAMSEY, C. B., REIMER, R. W., REMMELE, S., SOUTHON, J. R., STUIVER, M., TALAMO, S., TAYLOR, F. W., van der PLICHT, J. e WEYHENMEYER, C. E. (2004): *IntCal04 Terrestrial Radiocarbon Age Calibration, 0-26 cal kyr BP*. Radiocarbon, 46(3): pp. 1029-1058.
- SOARES, António M. Monge (2005), *Variabilidade do «Upwelling» Costeiro durante o Holocénico nas Margens Atlânticas Ocidental e Meridional da Península Ibérica* [Dissertação de Doutoramento]. Faro: Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade do Algarve.
- STUIVER, M. e POLACH, H. A. (1977), *Discussion. Reporting of ¹⁴C Data*. Radiocarbon, 19(3): pp. 355-363.
- STUIVER, M. e REIMER, P. J. (1993), *Extended ¹⁴C Data Base and Revised CALIB 3.0 ¹⁴C Age Calibration*. Radiocarbon, 35(1): pp. 215-230.

AERARIA DE TRANSICIÓN: OBJECTOS CON BASE DE COBRE DE LOS SIGLOS VII AL IX EN AL-ANDALUS

JUAN ZOZAYA

En recuerdo de D. Manuel Gómez Moreno y su magnífica lección sobre el valor universal del trípode, una tarde soleada de otoño, en su casa de Madrid.

PALABRAS CLAVE: metalistería, al-Andalus, Emirato independiente.

11

SUMARIO

Se analizan cinco series de objetos metálicos en aleaciones cuprosas encontrados en la Península Ibérica: braseros, polycandela, candelabros de base trípode, candelabros arquitectónicos y jarritos. El a. considera que, al menos, los prototipos son de origen oriental. El material se sitúa entre los siglos VII-IX, y se estudian, cuando es oportuno, las derivaciones peninsulares.

* Deseo agradecer a Claudio Torres, Santiago Macías y Susana Gómez la cordial invitación y atenciones durante mi estancia en Mértola con motivo de la Conferencia «Intercambio de productos no Mediterráneo Antiguo. Os objetos de comércio, entre el 11-12 de mayo de 2007»; a Helena Catarino, de la Universidad de Coimbra por los datos sobre el candelabro de Santarem; a Kjeld von Folsach por el dibujo del candelabro depositado en el museo de la David Sammling (Copenhague); a E. Kalemkian y Stephanie Rojas-Arabian del Deptº de Metales del Victoria and Albert Museum (Londres) por la información y documentación sobre el origen de las dos piezas españolas depositadas en dicho museo londinense; a Guillermo Rosselló, por su ayuda con el candelabro de Malbuger Vell y su paciencia conmigo; al Dr. D. Antonio Vallejo Triano por facilitar el acceso a la pieza de Cerro Muriano, y finalmente a los coleccionistas que, generosamente, han permitido estudiar sus piezas.

SUMMARY

Five series of objects, done in copper alloys found in the Iberian Peninsula are analyzed, namely braziers, polycandela, tripod lampstands, architectonical candlesticks and ewers. The a. considers that, at least, the prototypes are of Oriental origin. This material is dated between the 7th.-9th Cents. a.D. and peninsular derivations are considered when convenient.

KEY WORDS: metalwork, al-Andalus, Independent Emirate.

INTRODUCCION*

Los metales, especialmente los bronce, han sido siempre material llamativo, pero desgraciadamente poco estudiado en el contexto de la cul-

tura material andalusí. Referencias ha habido en Gómez Moreno González (1888), descubridor del primer gran conjunto, posteriormente vuelto a publicar por su hijo M. Gómez Moreno Martínez (1919; 1951) y por Torres Balbás (1957). Después se han publicado algunos conjuntos, como los mallorquines (Rosselló, 1962), como grupo dentro de los diversos materiales aparecidos en Liétor (Navarro & Robles, 1986). Rosselló publicó, además, un interesante candelabro procedente de Menorca (1978). A mi, personalmente, me interesaron en un determinado momento los candelabros en bronce (Zozaya, 1967) y volví sobre el significado cultural de algunos elementos en varias ocasiones, dentro de los complejos culturales de los horizontes de transición del mundo hispanorromano y del visigodo al islámico (Zozaya, 1987; 1989), o como indicadores de comercio y viajes de peregrinación (Zozaya, (1993; 2001). Azuar también ha incursionado sobre el tema de los metales no sólo con los importados, más tardíos, encontrados en Denia (1989) sino para los materiales considerados andalusíes (1992, 1999). Hay que sumar al elenco de los estudios sobre metales en al-Andalus el referido al gallo de la veleta de San Isidoro (Azuar, 2003). Alguna contribución extranjera hay que añadir, de interesante reso-

nancia, como el artículo de Bautier (1977) en que se reelabora la datación del famoso pavón del Louvre y como consecuencia, del candil con la inscripción similar del Museo Arqueológico Nacional de Madrid, con la referencia pareja a «Salomón» y la «era hispanica».

Conviene ahora revisar y actualizar lo que sabemos de ciertos tipos de lo que genéricamente denominamos «bronces» pertenecientes a ese momento tan importante de la transición de un mundo que acaba a otro que empieza a desarrollarse con la llegada de los musulmanes a la Península Ibérica, sobre todo porque la mayor parte de los metales de primera época ha sido considerada, de manera general y directa, por la bibliografía al uso, como de época califal. Sin embargo, una gran parte corresponde a momentos transicionales, e incluso pre-islámicos, y requieren una revaloración con su oportuna reelaboración. Aquí se hace ahora la propuesta de una serie de metales y de su interpretación a partir de los conocimientos, y fuentes de otros lugares que podemos establecer, para intentar unas cronologías más ajustadas. Finalmente, habría que mencionar algo importante y es que el bronce es la amalgama de cobre con estaño, aunque la mayor parte de los materiales hallados en al-Andalus, salvo los orientales, son, realmente, de cobre con zinc, lo cual los convierte en latones, más o menos ricos en cobre, más o menos densos, pero que permiten la maleabilidad necesaria para poder hacer, por ejemplo, unas paredes finas en los casos de los candiles, o de poder producir placas finas y dúctiles para grabar las planchas de los astrolabios (tema que no trataré en esta ocasión).

Propongo aquí una seriación de familias explicando la propuesta con respecto a significación y seriación cronológica, y que puede servir como un esquema para posteriores desarrollos específicos. Se excluyen los candiles, jarros zoomorfos, incensarios, instrumentos quirúrgicos, dedales, acetres e instrumentos astronómicos por no ser ahora claves para los problemas cronológicos que aquí deseo plantear. Hay que advertir que el material presentado incluye tanto piezas de importación como de producción propiamente andalusí.

LOS BRASEROS

Hay diversos restos de braseros hallados en al-Andalus, pero en poca cantidad. Conozco los correspondientes a uno que puede ser fechado antes del siglo X, y a otros dos, en torno a época califal.

Pero el que ahora nos interesa es el más antiguo, en mi opinión, que es el que se encuentra en el Museo del Instituto del Conde de Valencia de Don Juan, en Madrid (Fig. 1), y que fue someramente mencionado por Torres (Torres, 1957). Se asienta sobre base trípode, con cascos o pezuñas de équido en su base. El vaso está entero, y las cadenas para moverlo, nacen de cada extremo de un cuadrúpedo, aparentemente un équido, con las bocas en el borde del vaso, a cada lado, diametralmente opuestas. Las cadenas son similares a las de un tipo que encontraremos también en los polycandela de tipo armenio-bizantino característicos de finales del siglo VII y comienzos



Figura 1 – Brasero del IVDJ (según Torres, 1957).

del VIII, como los que aparecen en Madinat Ilbira, y a ese tipo oriental hay que remitirse.

La mayor cantidad de restos procedentes que conozco de un yacimiento hispano, se sitúa en Granada, en el Museo Arqueológico y Etnológico de dicha ciudad, con procedencia presumible de Madinat Ilbira, y corresponde a dos de ellos, claramente de época fatimí y de factura, por lo tanto, egipcia (Zozaya, 1995). Son restos de dos piezas, esencialmente similares, salvo por el tamaño, y cuyos vasos del brasero han desaparecido, quedando, por lo tanto, solo las cabezas con protomos de leones, con las patas delanteras unidas en una, y sobreviviendo la lengüeta del soporte del vaso perdido (Fig. 2). Tienen un paralelo en piedra en la fuente (Fig. 3) que se encuentra en el Castell Reial de Palma de Mallorca (Rosselló, 1978), que nos da una fecha en torno al 920, pues son más evolucionados que la cabeza mallorquina, que puede adscribirse hacia época de la instalación de `Abd Allah, y por lo tanto del poder cordobés, en la isla, pero, como se ha dicho, se salen del espectro cronológico que nos interesa.

LOS «POLYCANDELA»

Todos ellos son de bronce. En principio se puede hablar de cuatro tipos de polycandela que parten de dos formas esenciales: los planos y los de corona, cada uno dividido, a su vez, en dos tipos. Los dos tipos planos pueden ser:

- 1) uno con una estructura circular, con nervaduras de distribución sensiblemente radial que unen tres, a veces cuatro círculos: uno central y otro(s) periférico(s), ocasionalmente otro próximo a este siendo normal la presencia de arcos de heradura y a veces cruces en todos ellos.
- 2) Tipo que sustituye los anillos centrales por un vaso calado, convexo. En las zonas de los anillos periféricos e intermedio, en su interior, se encuentran anillos que permiten asentar lámparas cónicas de vidrio, por necesidad, para, mediante el uso de aceite como combustible, iluminar el espacio próximo.
- 3) Coronas, que se realizan de otra manera: una banda calada es dispuesta verticalmente entre dos marcos anulares, de cuyos lados salen brazos para soportar las luminarias cónicas de vidrio, como las citadas anteriormente. En los ejemplares antiguos ambos tipos penden de tres cadenas que forman un espacio triangular que se cuelga desde una flor de loto de tres pétalos que, mediante un gancho central, se cuelga desde un pinto de sujeción en el techo en una viga o en la clave de un arco. Torres (1957) cita un ejemplo del Museo Copto de El Cairo, y otro, procedente de la iglesia de Ani, más tardío pero del mismo tipo, se encuentra en el Museo Histórico de Yerevan (Brentjes & alii, 1981).
- 4) Se origina en el cruce de los tipos anteriores, formando planos de coronas en volumen cónico o tronco-cónico, que genera las grandes lámparas cónicas como la de la mezquita de Tremecén (Argelia) o la de la Alhambra, hoy en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid.



Figura 2 – Fragmento de Brasero fatimí, procedente de Madinat Ilbira. MAEG.



Figura 3 – Fuente fatimí. Palau Reial, Mallorca.

Los ejemplares peninsulares

En general, los polycandela suelen estar presentes, y considerados en los museos europeos y americanos especializados como obra bizantina o paleocristiana, con dataciones más o menos conservadoras, y, en ningún caso, salvo el tunecino de Qayrawan, se consideran como obra islámica. En el caso hispano se conoce como hecho ejemplar el conjunto de Madinat Ilbira. Fue publicado por el padre de D. Manuel Gómez Moreno Martínez, D. Manuel Gómez Moreno González (Gómez Moreno, 1888), como de cronología islámica, pues todo el conjunto fue considerado como elemento uniforme del siglo X-XI desde el punto de vista cultural y cronológico (Figs. 4, 5, 6, 7, 8 y 9).



Figuras 4, 5, 6, 7, 8, 9 – Polycandelon, proc. de Madinat Ilbira, MAEG.



Figura 10 – Polycandelon, proc. desconocida. Museo V & A.

En el año 1921, Hildburgh publicó una pieza similar adquirida en España (Fig. 10), según él procedente de Madinat Ilbira (Hildburgh, 1921). Si tomamos unos casos ejemplares podremos apreciar cómo poco diferencia a las piezas planas de los Museos Británico, Arte Bizantino de Berlín o del Bardo en Túnez, procedente de Qayrawan, de lo hallado en el yacimiento granadino o de la pieza publicada por el Conservador del Museo Victoria y Alberto londinense. En principio puede considerarse que se trata de piezas homogéneas, y que coinciden con las que, además, he tenido ocasión de ver en almacenes de anticuarios en Alemania y quienes me confirmaron la procedencia del Este turco e indirectamente confirmaba el valor e importancia que Strzygowski (1936) concedía al arte armenio-sirio a principios del siglo XX. Es posible, por lo tanto, adscribir a este origen las piezas granadinas, así como la pieza recogida por el investigador británico. Su empleo en iglesias no debió ser extraño en lugares ricos, pues la presencia de comerciantes orientales en la Península no era rara y está documentada y reglamentada incluso en el Fuero Juzgo. La presencia de la iglesia de doble ábside de Mértola (Macías, 1995) parece indicar cierta importancia de una colonia de greco-parlantes en este lugar lusitano. Las piezas pasarían a ser utilizadas en una mezquita por el procedimiento de captación de templos cristianos para uso musulmán, caso conocido sobradamente en la Península. En el caso de las piezas planas de Medina Elvira estamos claramente en un momento de finales del siglo VII o comienzos del siglo VIII. No presentan cruces, pero sí arcos de herradura en algunos casos, así como flores de loto en la zona periférica, y sus estructuras se dividen en 20 tramos en uno, en los demás en múltiplos de cuatro. Sólo una pieza (Fig. 9), de las seis conservadas en condiciones aceptables, presenta una

ornamentación anómala, con almenas dentadas intercaladas entre los soportes de las luminarias, que puede sugerir una relación con elementos musulmanes, aunque sea de alta época. Puede plantearse la hipótesis de que dicha pieza fuera una creación tardía, quizás incluso local, que sustituyera a otra anterior, deteriorada irremisiblemente. Desde luego no parece pervivir el tipo hasta el siglo X.

En cuanto a la corona (Fig. 11) que se conoce de época temprana es del mismo yacimiento de Madinat Ilbira (Gómez Moreno, 1919), y basa su existencia en restos que Gómez Moreno pudo reconstruir, pero está en situación de destrucción casi total. Se aprecia una banda calada con «Cordón de la Eternidad» que circunde la banda en el centro, calada. Del aro superior salen, radialmente, los brazos que sostienen sus luminarias. El paralelismo más cercano al tema ornamental es el de los mosaicos de las habitaciones de Qusayr `Amra (Almagro & alii, 2002), fechado en el entorno del 714, aunque el tema no es único ni específico, de manera que la data queda incierta.

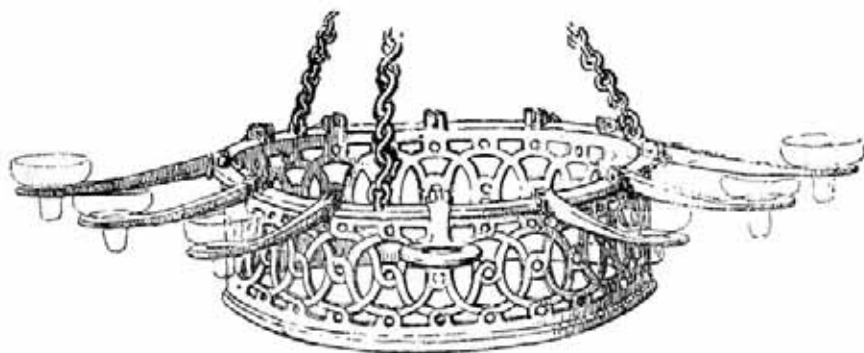


Figura 11 – Corona luminaria (s. Gómez Moreno, 1919).

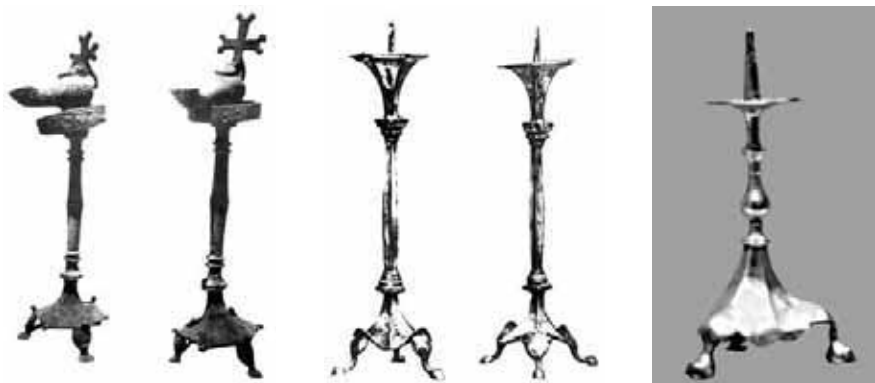


Figura 12 – Candelabro de Ballana y Qustul (según Emery y Kirwan, 1938).

Figura 13 – Candelabros de Hammah, Siria (Walters Art Gallery, Baltimore).

Figura 14 – Candelabro de Damasco, Siria (Dumbarton Oaks Coll, Washington, D. C.).

LOS LAMPADARIOS SOBRE BASE TRÍPODE

De uso paralelo en el tiempo y el espacio medio oriental son los candelabros o lampadarios, más apropiadamente, presentes en la zona de Asia Menor y Egipto con la cuenca nilótica. Se trata de piezas de bronce hechas a la cera perdida, por partes, que se ensamblan posteriormente, de base trípode y asentadas en forma de cascos de équido (como el brasero antes mencionado del Instituto Valencia de Don Juan), sobre los que se apoya una flor de loto en disposición de comenzar a florecer. Sobre ella se centra una tija moldurada, con disposición que puede considerarse como de tres nudos perfectamente diferenciados, aunque no necesariamente globulares, gutiformes o iguales entre sí, combinando de diferentes maneras. Sobre ellos se asienta un platillo, generalmente compuesto de dos conos truncados opuestos por la base, del cuyo centro sale una tija de sección cuadrangular apta para poder acoger un candil de bronce. Su distribución es amplia, dándose los más conocidos en el conjunto de Balana y Qustul (Emery & Kerwan, 1938) (Fig. 12), o la pieza de Firka (Kirwan, 1939). Otros ejemplares existen en metales preciosos, como los de los tesoros de Hammah (Art, 1959) (Fig. 13) o de Damasco (Diehl, 1928) (Fig. 14), hoy en los Museos americanos de la Walters Art Gallery en Baltimore y de la Dumbarton Oaks Collection de Washington D.C. y que muestran su carácter de tipos.

Los ejemplares españoles

Hoy por hoy sólo conozco dos ejemplares de este tipo en la Península: el del Museo de Santa Cruz de Toledo (San Román & alii, 1929; Zozaya, 1967), procedente de la zona del Circo Romano de dicha ciudad (Fig. 15). El otro (Fig. 16) carece, como otras muchas piezas de dicho museo, de procedencia clara. Está en el Museo del Instituto

de Valencia de Don Juan (Zozaya, 1967). El primero entra en los cánones de lo conocido para el resto del Mediterráneo, tanto por calidad y trabajo como por tamaño, mientras que el segundo tiene un tamaño notablemente menor, pero cronológicamente deben estar en un momento próximo. Ambos se sitúan en el siglo VII, en final o en los comienzos del siglo VIII.

LOS CANDELABROS ARQUITECTONICOS

Uno de los tipos de piezas más característicos de al-Andalus es el de los candelabros de tipo arquitectónico, que abarcan, cronológicamente, un abanico que debe ir desde el siglo VII-VIII hasta el siglo XI, siendo esta la fecha más exacta conocida debido a la datación por la epigrafía árabe de la pieza de Valencia, que posiblemente marca el final del tipo. En principio parecen representar a la Jerusalén celeste como ciudad contrapuesta a la Jerusalén terrestre, que ha de ser destruida. Las almas que se salvan parecen, entonces, descansar en la proximidad de sus almenas, que por el tipo se asocian con arquitecturas religiosas. Sobre ellos luce la luz como señal de la revelación. Las columnas sostienen a la cúpula, sobre la cual se establece el «nudo» soporte, que también estaría presente en la base, aludiendo así a la importancia de la fe y la divinidad, sobre la cual se asienta la luz. Esta idea es más elaborada pero similar a la presente en los candelabros de base trípode.

Los ejemplares peninsulares

El ejemplar de Madinat Ilbira (Fig. 17) puede considerarse como el cabeza de serie por su perfección conceptual, por su tamaño y por su ejecución técnica, así como por ser, debido a su concepto, el prototipo de otras piezas más pequeñas. Se organiza sobre una placa de base

hexagonal, de la cual surge una columna por ángulo y otra en el espacio entre cada uno de ellos. Tiene basa alta cada columna, con toro-escocia-toro separándola de su fuste, que es esbelto y su capitel es alargado, muy similar a la base, con tres toros y dos escocias en su arranque, señalando así el plinto, y rematando de igual manera. Unas incisiones hechas durante la factura del molde parecen señalar las pencas de unos capiteles de tipo corintio. Se origina un arco de herradura entre cada columna de ángulo y la medial, de manera que en las caras planas de la base se presentan arcos geminados de herradura, sobrecerrados. La ornamentación de las roscas es de roleos. El extradós de los arcos remata en vanos, a modo de ventanucos que rematan, a su vez, en un paño horizontal, el cual cierra el cuerpo en un entablamento de toro-escocia-toro. Sobre este se instala un cuerpo de celosía, a modo de linternario, con tema central en rombo, señalando trazos horizontales, como si indicara aparejo horizontal, de sillería o ladrillería. Todas las caras exteriores cuentan con ornamentación de incisiones curvas, que en la parte de la barra horizontal superior parecen sugerir modillones. Un diseño de flores de loto esquemáticas se encuentra a los lados, enmarcando el conjunto. La parte superior tiene un entablamento más notable, que vuela sobre la «fachada» descrita hasta ahora, con tres toros y dos escocias, remetiéndolo hacia una barandilla que sigue, a menor tamaño, la planta de la placa de base. La barandilla parece estar ornamentada por un «Cordón de la Eternidad» en relieve, esquemático y levógiro, y de la misma, a modo de crestería, sale una almena de tres picos, de inspiración vegetal, situada a mediados de cada paño horizontal, mientras que en los vértices sale una almena dentada, también de tres picos, cuyo borde es recalcado por una incisión paralela, doblada para poder seguir el vértice.



Figura 15 – Candelabro de Toledo, Museo de Santa Cruz.

Figura 16 – Candelabro del Instituto Valencia de Don Juan.

Figura 17 – Candelabro de Madinat Elvira (vista sin soporte), MAEG.

Sobre cada una de estas almenas se encuentra una ave en bulto, presumiblemente un halcón o una paloma, aunque me inclino más por lo primero. Se señala, mediante incisiones profundas, el nacimiento de los picos, los ojos, el cuello y el plumaje de las alas del animal. El espacio central horizontal señalado por este otro hexágono sirve para plantear la cubierta del «edificio» que se señala mediante una bóveda de media naranja sobre la cual se asienta un nudo formado por un cono truncado sobre cuyo estrechamiento se sitúan otros dos contrapeados por la base, cuyos vértices coinciden con los del resto de la pieza. Un marco señala la parte superior de este nudo, del cual sale una estructura facetada, cuyas caras planas coinciden con la del objeto. Tiene forma de «cúpula de cebolla», con ornamentación incisa con escudetes alternando en el desarrollo del tema, una flor de loto en ambos casos, pero ora claramente naturalista y desarrollada, ora esquemática. El afinamiento de la cúpula se resuelve en un nudo de bola, sensiblemente esférica, con una moldura plana en cada polo. Del superior surge un cilindro que remata en una moldura que ayuda a ajustar un disco horizontal, calado, de cuyo centro sale, a su vez, una tija consistente en un cono de cilindro muy alargado, para poder encajar en ella un candil por su base. El disco sobrevuela ampliamente la superficie señalada por la base. y tiene como motivo dos cuadrados contrapuestos, enmarcados por dos aros, uno en el centro y otro al exterior. Del exterior de los mismos salen ocho lengüetas semicirculares, pequeñas, todo ello reminiscente de los polycandelon. Este tipo, siguiendo el modelo de pieza de Copenhague iría apoyada, entonces, sobre un nudo esférico (Fig. 18) y su tija sostendría a su vez el candelabro en tija similar al encontrado en Madinat Ilbira (Fig. 19).

El conjunto es un tanto desgarbado y chato, con el sobrevuelo del disco dándole un cierto aire chaparro al conjunto, pero ello no quita ápice a su valor simbólico ni cultural, y mucho menos a su posible origen. Esta tosquedad se debe, indudablemente, a la dificultad de hacer una pieza de esta categoría y complejidad mediante un molde de arena, como parecen señalarlo los pegotes de metal fundido que quedan en el interior de «cúpula» y que se encuentran también en algunas de las piezas secuenciales.

Ya en 1967 sostenía yo la orientalidad de la pieza. Los antecedentes formales parecen situarse en Armenia, como lo sugiere el relieve en bronce del Museo Británico, con una estructura similar (Fig. 20). A él hay que añadir quizás alguna pieza ligeramente similar, como un candelabro (este para vela, no para candil) en el Museo Arqueológico de Estambul (Fig. 21) o la cruz portátil del Museo de Artes Decorativas de Hamburgo (Fig. 22), que hablan de piezas con estructura arquitectónica, posiblemente referencia a la Jerusalén Celeste, asociadas ambas a la idea de la luz. No parece haber duda sobre el concepto y los paralelos de la misma, si bien los más cercanos están en evangeliarios armenios del VII, más concretamente en los evangeliarios Schmiadzin (Strzygowski, 1936), hoy en la Biblioteca Laurentina de Florencia (Fig. 23) o el mas tardío Evangelario de Hachpat (h^a 1211) en el Matendaran de Yerevan (Brentjes & alii, 1981). Parece claro que la estructura ahí señalada, el tipo de basas, fustes y capiteles, las almenas «en flor», las aves, las celosías, parecen corresponder bastante bien con lo descrito tanto en miniaturas como en bronce. Lo extraño es la falta de otras piezas más o menos similares en otros lugares, aunque bien es cierto que poco se conoce en el mundo europeo



Figura 18 – Candelabro de Madinat Elvira (vista con soporte), MAEG.

Figura 19 – Candelabro de tija de Madinat Ilbira.

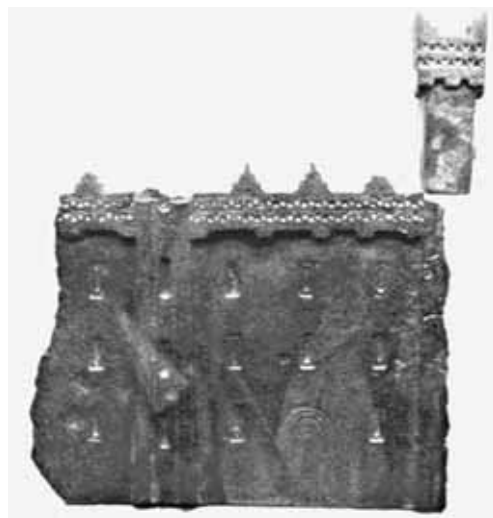


Figura 20 – Relieve urartiano del Museo Británico.

occidental de lo que pueda haber en los museos locales o en los tesoros eclesiales de Asia Menor.

Si bien este elemento simbólico parece claro por sí mismo, también le hacen compañía la presencia de flores de loto, las almenas escalonadas, claras referencias a un espacio religioso, las aves, referidas a las almas de los mártires, escogidas en el Paraíso. Interesante es la aparición

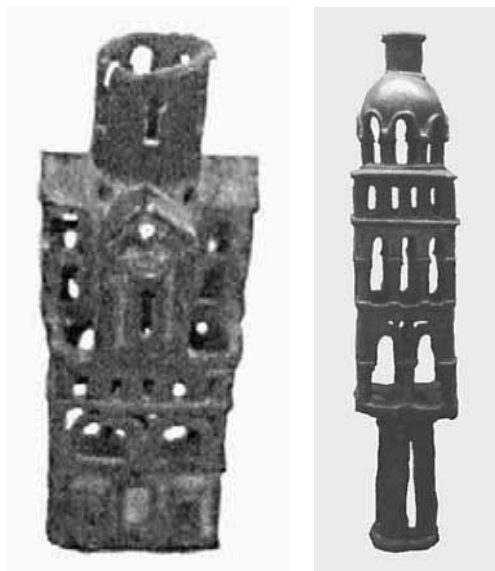


Figura 21 – Candelabro arquitectónico del Museo Arqueológico de Estambul.

Figura 22 – Portacruces bizantino. Museo de Artes Decorativas de Hamburgo.



Figura 23 – Miniatura armenia del Manuscrito de Rabula (Biblioteca Laurentina, Florencia).

del nudo del comienzo del hastial, en la «cúpula de cebolla» que empieza el remate por la parte superior del candelabro. El nudo posiblemente

pueda tener un simbolismo parecido al del «nudo» o al de la «clave» en otros elementos arquitectónicos, como un referente a Dios, nudo de la vida. Deseo señalar, por otra parte, que la aparición del candelabro de la Colección David, de Copenhague, ayudó a entender la relación de otros tipos de piezas, hasta entonces aisladas e incomprensidas en su significación. Una de ellas era precisamente eso, un nudo de balaustre, formalmente similar a los de Madinat Ilbira, Almería y Valencia con elementos iconográficos, a veces epigráficos, pero cuya significación quedaba oscurecida. La pieza de Copenhague apareció con uno de estos nudos soldado en su base, lo cual dio validez a los asociados con el candelabro que ahora se estudia y a los otros dos, más tardíos, que aparecen relacionados con artillugio similar: el de Almería, en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid (Fig. 24) y el del Museo de San Pío V en Valencia (Fig. 25), lo cual parece confirmar la importancia simbólica de este elemento, aislado por hechos fortuitos del tiempo, pero indudablemente relacionado en origen de manera física. De hecho Gómez Moreno, que dibujó las piezas de Madinat Ilbira para su padre, tuvo el acierto de colocar el nudo debajo del candelabro granadino, de manera que estableció la relación visual de los dos elementos, y que, con la confirmación del conjunto danés, se puede decir que ahora es un todo, y por lo tanto, por deducción, lo es para las otras piezas. El otro es la tija, que en el montaje actual de Copenhague está erróneamente comprendido y ejecutado, pues está para abajo en vez de estarlo para arriba (Fig. 26), pero que se sitúa encajada en la de los candelabros, lo cual justifica su falta de estabilidad por sí sola, y que da por resultado una pieza singular. Ello lleva a entender la pieza de Madinat Ilbira y los elementos ausentes en las restantes.

Ello conduce a la comprensión de dos elementos básicos, que tienen más importancia de la que se les ha concedido hasta ahora: una es la presencia del nudo con esfera

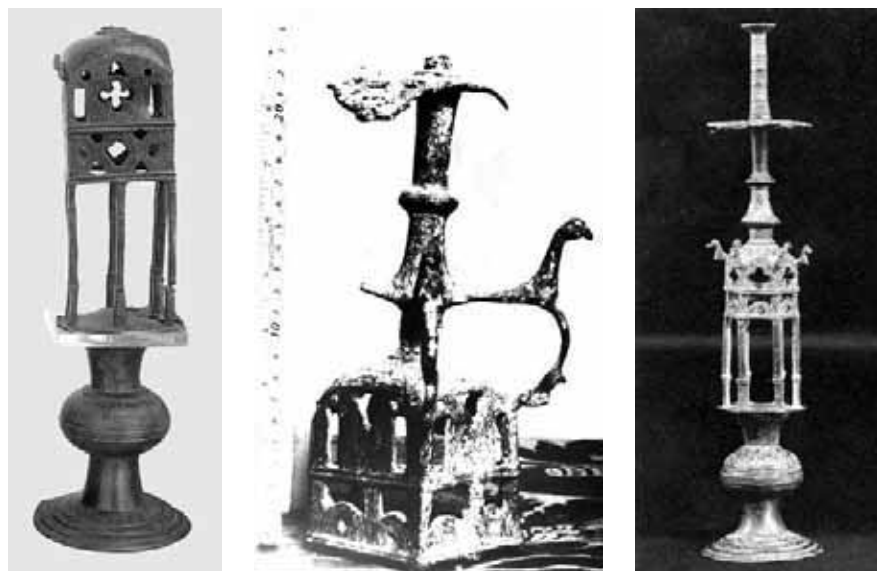


Figura 24 – Candelabro de Almería (Museo Arqueológico Nacional, Madrid).

Figura 25 – Candelabro de Valencia (Museo de San Pío V, Valencia).

Figura 26 – Candelabro de Copenhague (Colec. David Sammling).

intermedia, otra es el nudo gutiforme y su asociación con los elementos de carácter ritual y religioso, léase candelabro (del tipo que sea), lámpara o yamur y su asociación, a su vez, con una señal inequívoca de anhelo por la vida eterna, que es la flor de loto, en un abanico cronológico que abarca toda la existencia de un territorio andalusí. En el caso de los candelabros arquitectónicos hay que sumar la referencia obvia a la Jerusalén Celeste / Terrestre, tan cara a los cristianos como a los musulmanes, y, formalmente, la asociación con la idea de la luz / fuego.

El desarrollo

Es difícil situar una cadena de evolución tipológica, para empezar porque han sobrevivido, que sepamos, pocos ejemplares de un tipo de objeto caro, y del cual, con toda seguridad pocos se ha producido. El ejemplar de Medina Elvira debe ser considerado como el prototipo y cabeza de serie, a partir del cual surgen todos los siguientes, pues éstos son mucho más simples conceptualmente y de ejecución. Posiblemente el de Lon-

dres, adquirido por Hildburgh en Madrid, pero de procedencia desconocida (Hildburgh, 1921) sea el segundo en la serie que elaboramos. El último, como se mencionó anteriormente, es el ejemplar valenciano. La serie podría establecerse, atendiendo a los factores de presencia y ausencia de unas serie de fenotipos presentes en el cuadro que se presenta a continuación y que señala algunos elementos de convivencia mientras que otros parecen indicar separación del tronco principal, considerando siempre al candelabro de Madinat Ilbira. En efecto: dos candelabros tiene planta hexagonal, y el resto corresponden a planta cuadrada. Es notable la ausencia de arcos de herradura completos a partir del ejemplar de Cerro Muriano, y la de arcos en los casos de Almería y

	Planta exagon	Planta Cuad	c/capiteles	s/ capiteles	arcos exent	arcos inclusos	sin arcos
Med Elv	X		X		X		
V & A		X	?				
Cerro Muriano		X	X		X		
Copenhague	X			X		X	
Almería		X		X			X
Malbuger		X	X				X
Santarém		X	X			X	
Valencia		X		X		X	
	cel romboide	tetralobulado	tetra doble	óculo cent	ventsarc herra	ventsarc herra	ventsarc herra
Med Elv	X (alto)						X
V & A					X		
Cerro Muriano		X				X	
Copenhague		X					X
Almería	X (bajo)	X				X	
Malbuger	X (bajo)		X			X	
Santarém		X (?)		X		X	
Valencia				X		X	
	vent sen arco	vents S arco	ave sop senc	ave sop arco	emb sencillo	nudo base	espiga
Med Elv		X	X			X	X
V & A			X		X		
Cerro Muriano		X	X		X		
Copenhague			X			X	X
Almería			X			X	
Malbuger				X			
Santarém				X			
Valencia	X			X		X	

Malbuger Vell. Igualmente es notable la ausencia de capiteles en los ejemplares en los ejemplares de Copenhague, Almería y Valencia. El ejemplar de Santarem (Arruda & Viegas, 2002), de relativamente reciente aparición, es importante por su parentesco e intermedio entre las piezas de Malbuger Vell y la de Valencia. El soporte de aves en arco parece normal a partir del ejemplar de Almería, sustituyendo al soporte sencillo en la base del animal. Es notable también la ausencia de almenas florales a partir del ejemplar de Cerro Muriano. A falta de un análisis más profundo, queda la lista de la siguiente manera:

1 – Madinat Ilbira (Museo Arqueológico y Etnográfico de Granada) (Fig. 27).

2 – Procedencia desconocida, peninsular (Museo Victoria & Alberto, Londres). Quizás emirato (Fig. 28).

3 – Cerro Muriano (Córdoba) (Colección privada, Córdoba). Quizás final de emirato (Fig. 29).

4 – Procedencia desconocida, pero con seguridad peninsular (Colección David Copenhague) (Fig. 30). Posiblemente final de emirato o comienzos de califato.

5 – Almería (Museo Arqueológico Nacional). Califato (Fig. 31).

6 – Malbuger Vell (Menorca). Col. Privada Final de Califato (Fig. 32).

7 – Santarem (Museo Arqueológico). Final de Califato o Taifas (Fig. 33).

8 – Valencia (Museo de San Pío V). Taifas (Fig. 34).

Por otra parte planea la duda de cuántos de estos objetos se fabricaron. Por la dificultad técnica y su unicidad da la impresión de que serían piezas únicas en origen, simbólicas, y que de alguna manera hacen referencia a un hecho específico relacionado, en origen, con la iglesia – mezquita de Madinat Ilbira que debió ser algo ejemplar. Lamentablemente este hecho, si es cierta esta hipótesis, es por el momento algo descono-

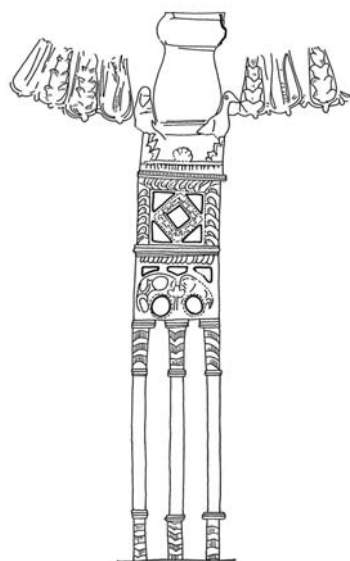


Figura 27 – Candelabro de Madinat Ilbira: Desarrollo parcial (MAEG).

Figura 28 – Fragmento de candelabro, de procedencia desconocida (Museo Victoria & Albert, Londres).

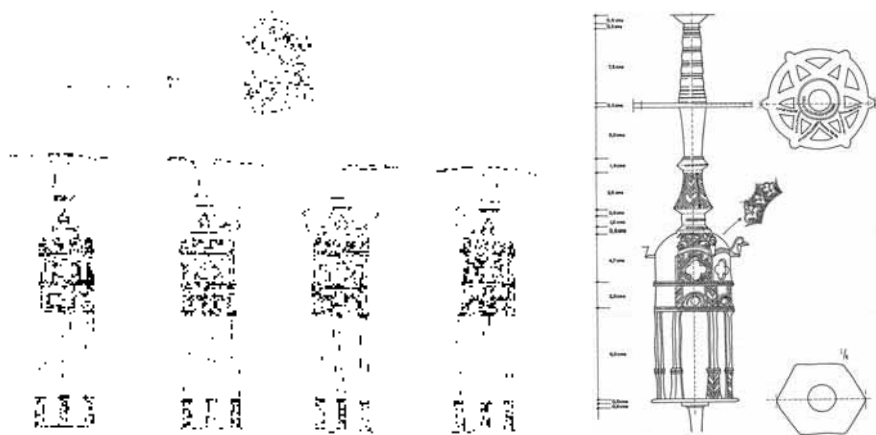


Figura 29 – Candelabro procedente de Cerro Muriano, Córdoba, Desarrollo (Col. privada).

Figura 30 – Candelabro de Copenhague, Desarrollo (David Sammling).

cido, pero plantea la idea de piezas conmemorativas de importante base religiosa y hechas con tal sentido.

LOS JARRITOS: UN PROBLEMA DE ORIGENES

Otra serie que plantea problemas es la de los denominados jarritos de bronce, que fueron estudiados, en su día, por Palol (1950), que prácticamente consideró como his-

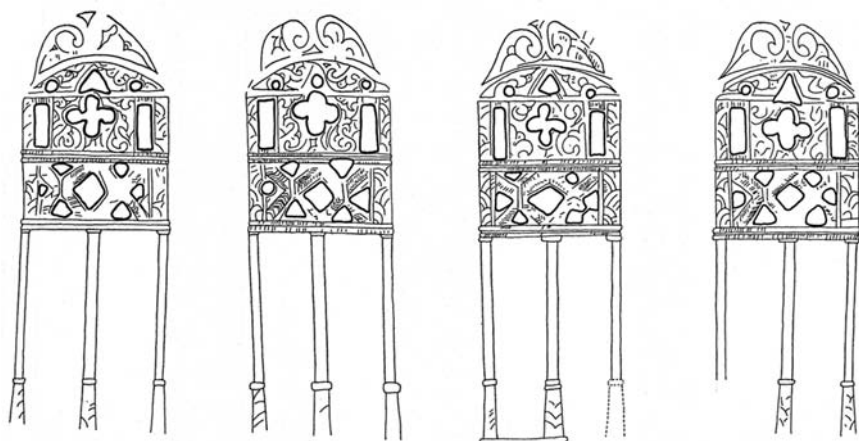


Figura 31 – Candelabro de Almería, Desarrollo (Museo Arqueológico Nacional, Madrid).



Figura 32 – Candelabro de Malbuger Vell, Menorca (Col. privada).



Figura 33 – Candelabro de Santarém (Museu Arqueológico de Santarém).

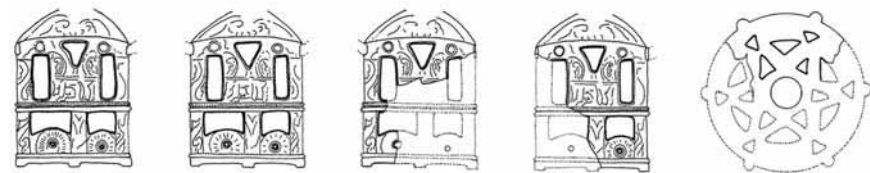


Figura 34 – Candelabro de Valencia, Desarrollo (Museo de San Pío V, Valencia).

panos a todos los encontrados en la Península. Sin embargo aquellos, que él describía como los más raros y tardíos, se ha demostrado que son fatimíes del siglo X, tanto por los hallazgos orientales como por los encontrados en diversos museos con proceden-



Figura 35 – Jarrito de Narros (Museo Numantino, Soria).
Figura 36 – Jarro del British Museum (Londres).

cias más o menos fiables. Por lo tanto este lote ha de ser descartado ya de su elenco. Otra serie, situada más dentro del conjunto de piezas conocidas habitualmente como hispanas parece corresponder a un origen oriental, como he sostenido ya en otras ocasiones y de la cual se da aquí como tipo el ejemplar de Narros (Soria) (Apraíz, 1953) (Fig. 35), no descrito por Palol. Me refiero a una serie que destaca por su técnica de factura: a la cera perdida se ejecuta su manufactura de una sola pieza, lo cual lo diferencia de los otros grupos, que se fabrican en varias partes que se sueldan posteriormente. El caso que nos ocupa se caracteriza por un fondo convexo, con paredes envasadas hasta que en un estrechamiento surge el cuerpo, gutiforme, que suavemente se va envasando hacia el cuello, con una moldura a modo de toro suave, para exvasarse en la boca de la pieza. El asa, maciza, y muy posiblemente soldada al cuerpo después de fundido éste, «abraz»a, por así decirlo, la boca, con dos remates laterales, planos. De ahí sube grácilmente en curva para empezar un descenso que la lleva a anclarse en el ecuador del cuerpo, en remate de cabeza de cérvido. En el cenit de la curva se encuentra un pequeño saliente, plano, que sugiere un fósil del tema del asa en forma de pantera, ya señalado en su momento por Ettinghau-



Figura 37 – Jarro «andalusí» del Museo Arqueológico Nacional (Madrid).

sen (1972). Paralelos diversos para este tipo se han encontrado en variados lugares, y el tipo no es privativo de colecciones españolas, pues se han encontrado en Italia (Palol, 1950; Eredità, 1993) Siria, (Féhvári, 1976) y se documenta un taller de jarritos en la actual Samarcanda, así como otro en Basra (Iraq) para el siglo VIII (Marshak, 1972; Loukonine & Ivanov, 2003), lo cual hace enfocar de otra manera el problema de su presencia peninsular. Quizás intermedio, pero parecido, y con clara influencia sasánida se encuentra un jarrito en el Museo de Herat (Afganistán) que bien pudiera ser un trasunto oriental pero contemporáneo y que Melikian-Chirvani (1982) sitúa en el siglo X. Otro, parecido a los de Londres y Berlín lo presenta como iraní, concretamente de la escuela jorasaní, si bien estas atribuciones son ocasionalmente puestas en duda. De hecho se puede entender a estos jarritos «visigodos» como parte de un comercio irregular, «caza menor» junto con los polycandela, el candelabro de Madinat Ilbira, dentro de un comercio más amplio de otras materias que explicaría, entre otras cosas, la basílica de Mértola (Macías, 1995) o las menciones que en el Fuero Juzgo se hacen a los «transmarini negotiatores» (Fuero, XI, 3, 2; X, 3, 4).

Una secuencia demostrativa de ida y vuelta

El debate sobre el origen oriental de estas piezas tiene una posible secuela y me refiero aquí a la presencia de una serie de variantes de jarros. Marshak (1972) ya relacionó muy bien los grupos entre sí referidos al momento reconocido como plenamente islámico y doy aquí un ejemplo del tipo oriental del siglo IX-X (Fig. 36). Posteriormente aparecieron dos piezas más, diferentes de las que él estudio. La primera (Fig. 37) en el mercado de antigüedades español, y fue adquirida en 1973 para el Estado y presentada en la exposición de Silos en ese año (Silos, 1973) Personalmente hice la ficha y entonces se estimó su posible origen andalusí, aunque posteriormente no me pareció apropiado tal referencia ni por la ornamentación ni por la forma, adscribiéndola a Oriente Próximo y zona del Cáucaso (Zozaya, 1989, 1993), precisamente por sus elementos formales, excepto por el pitorro que era anómalo respecto a los ejemplares de dicho origen. Con posterioridad, la Colección David de Copenhague adquirió otro muy similar, que la casa subastadora presentó como andalusí, quizás amparada en el Catálogo de la exposición silense, adscripción que se mantiene (Folsach, 1990). Sin embargo habría que ver, como ya indiqué en su momento, que las siluetas de los tipos de piezas, tanto en el final de los momentos hispano-visigodos como en las piezas supuestamente andalusíes es eliminando el pitorro, la misma, con el mismo tipo de caracteres técnicos y formales, variando las que corresponden al estilo de las piezas (Fig. 38), hecho ya señalado para los talleres musulmanes por Marshak. Es, por lo tanto, posible asignar las piezas «andalusíes» a estos talleres orientales, situados en la actual zona de Asia Menor (Armenia, Turquía Oriental, Siria y Mesopotamia). La presencia de los jarritos «visigodos» en Italia, un «continuum» en la función de puente entre Oriente y Occidente desde tiempos protohistóricos, no parece avalar demasiado, si se añade a esta otra evidencia, la factura «visigoda».

Finalmente hay otro problema, ya presente en la obra de Palol, y es el de la datación. Esta serie de piezas ha sido considerada desde siempre como visigoda, pero la realidad parece ahora seguir otros derroteros. Otro argumento nos lleva ahora por otro camino. Sabemos de la existencia de un taller cerámico en Pechina (Almería), que produce unos determinados tipos cerámicos con el primer vidriado andalusí. Al fragmento aparecido en Pechina (Castillo & Martínez, 1993) hay que añadir otros dos jarritos de un tipo determinado similar al que aquí se destaca. Una existente en una colección privada cordobesa, otra en el Museo de Almería y otra en el Museo De la Alhambra de Granada (Figs. 39 y 40) que parecen avalar el trasunto de las piezas metálicas en cerámicas. En efecto: parecen ser más bien la «versión tosca», pero manteniendo los rasgos fundamentales de la pieza en bronce, desde el fondo convexo, incluso con las tres patas que están presentes en las piezas metálicas peninsulares, hasta la posición de las molduras. Si se acepta como cierto este aserto habría que pensar en una fecha en torno a finales del siglo IX para estas piezas, tanto las de bronce como las posteriores imitaciones cerámicas, en cuyo caso estaríamos de acuerdo con la datación que Fehérvári (1976) da para las piezas metálicas de este tipo. Ello forzaría, además, a un replanteamiento de los hallazgos de estas piezas en el valle del Duero y la supuesta despoblación del mismo en época andalusí.

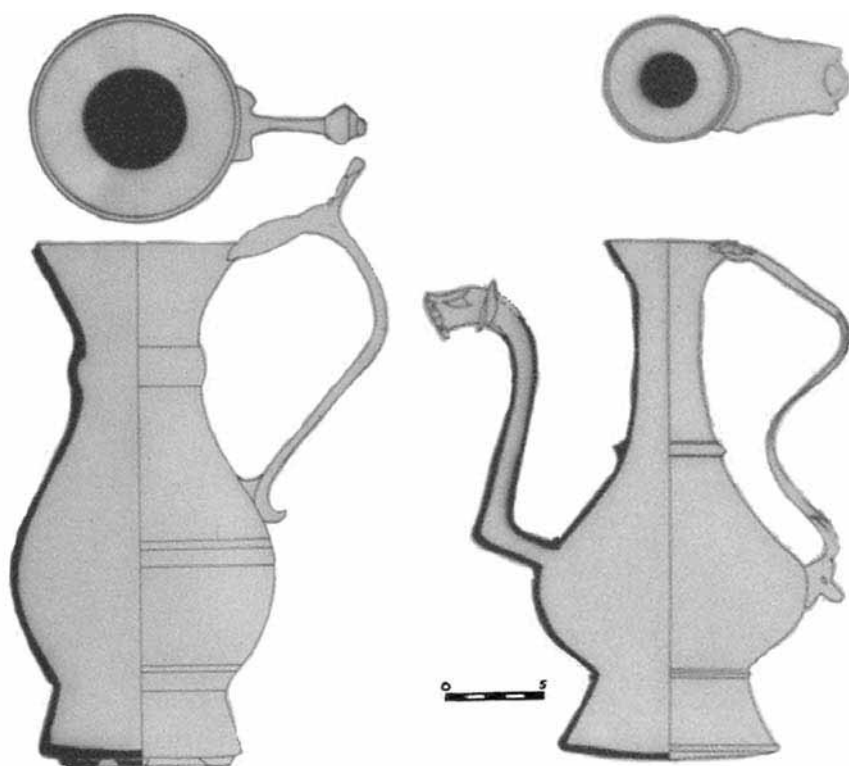


Figura 38 – Perfiles comparativos de un tipo de jarrito «visigodo» y del jarro «andalusí» del Museo Arqueológico Nacional de Madrid.

Finalmente, hay que concluir que todas estas piezas presentan una serie de elementos comunes, una misma cronología esencial, entre los siglos VII al IX d. C., que todas han sido usadas por musulmanes, al margen de su origen, que todas tienen un origen común extra-peninsular, que portan referencias religiosas a la luz, a la vida eterna representada por la flor de loto, que se relacionan con los nudos y las columnas, y que todas hacen referencia a la fe como sostén de la vida, a Dios como nudo de la misma, al margen de los usos específicos –y los matices– que cada religión pudiera apreciar en ellos, indicando así una cierta continuidad que justifica su existencia.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMAGRO, Martín, Caballero, Luis, Zozaya, Juan & Almagro, Antonio (2002), *Qusayr 'Amra. Residencia y baños omeyas en el desierto de Jordania*, Granada, 202 págs.
- APRAIZ, [Buesa], Ricardo (1953), «Museo Celtibérico (Soria). Nuevas adquisiciones. Jarro de bronce procedente de Narros (Soria)» en *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*: 14, pp. 72-75.
- ART (1959), *Bizantine _____ in the Walters Art Gallery*. Baltimore.
- ARRUDA, Ana María & Viegas, Catarina (2002): «264. Candelabro arquitectónico» en *Catálogo de la exposición «De Scallabis a Santarem»*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.
- AZUAR [Ruiz], Rafael (1989), *Denia islámica. Arqueología y poblamiento*, Alicante, 467 págs.



Figura 39 – Jarro en cerámica (Museo de Arqueología y Etnología de Granada).



Figura 40 – Jarro procedente de Córdoba, mostrándose las patas «en botón» en cerámica (Colec. privada, Córdoba).

- AZUAR [Ruiz], Rafael (1992), «11. Candelabro» en *Al-Andalus, las artes islámicas en España*. Madrid-Nueva York: Dodds, Jerrylinn (Ed) p. 212.
- AZUAR [Ruiz], Rafael (1999), «Bronces litúrgicos y la formación de al-Andalus» en «Ruptura o continuidad. Pervivencias pre-islámicas en Al-Andalus», *Cuadernos Emeritenses*, 15, pp. 31-64.

- AZUAR [Ruiz], Rafael (2003), «Pavones, gallos y grifo en a metalistería islámica» en *Gallo de la Torre. San Isidoro*, León: *León*, pp. 119-134.
- BAUTIER, R- H. (1977), «Datation et provenance du «paon aquamanile» du Louvre à l'inscription bilingue, latine et arabe» en *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*, pp. 92-100.
- BRENTJES, Burchard; Mnazakanjan, Stepan & Stepanjan, Nona (1981), *Kunst des Mittelalters in Armenien*, Berlin, 349 págs.
- CASTILLO [Galdeano], Francisco & Martínez [Galdeano], Rafael (1993), «Producciones cerámicas en Bayyana» en *La cerámica altomedieval en el Sur de al-Andalus*. Granada: *A. Malpica Ed.*, pp. 69-116.
- DIEHL, Charles (1928), «Un nouveau trésor d'argenterie syrienne» en *Syria* VII, p. 108.
- EMERY, Walter & Kirwan, L. P. (1938), *The royal tombs of Ballana and Qustul*, El Cairo, 2 vols.
- ETTINGHAUSEN, Richard (1972), *From Byzantium to Sassanian Iran and the Islamic world. Three modes of artistic influence*, Leiden, 69 págs. + XXVII láms.
- EREDITÀ (1993), ____ *dell'Is-lam. Arte Islámica in Italia* (Giovanni Curatola, Ed). Venecia, Palazzo Ducale 30 ottobre 1993-30 aprile 1994, Milán, 518 págs.
- FEHÉRVARI, Géza (1976), *Islamic metalwork from the eighth to the fifteenth centuries in the Keir Collection*. Londres, 143 págs + 60 láms.
- FOLSACH, Kjeld von (1990), *Islamic art. The David Collection*, Copenhagen, 251 págs.
- FUERO (1874), ____ *Juzgo Compendiado y anotado por D. Jose Muro Martinez*, Valladolid, 150 + 200 págs.
- GÓMEZ-MORENO [González], Manuel (1888), *Medina Elvira*, 88 págs.
- GÓMEZ-MORENO [Martínez], Manuel (1919), *Iglesias Mozárabes. Arte español de los siglos IX al XI*. Madrid, 2 vols.
- GÓMEZ-MORENO [Martínez], Manuel (1951), «Arte árabe español hasta los almohades. Arte mozárabe» en *Ars Hispaniae*, Madrid, vol. III, pp. 11-351.
- HILDBURGH, W. L. (1921), «Note on a Bronze Polycan-deon found in Spain» en *The Antiquaries Journal*. 1, pp. 328-337.
- KIRWAN, Laurence P. (1939), *The Oxford University excavations at Firka*, Londres, XIV. + 54 págs. + XXVI láms.
- LOUKONINE, Valdimir & Ivanov, Anatoli (2003), *Persian art*, Londres, 256 págs.
- MACÍAS, Santiago (1995), «A basílica paleocrista de Mértola» en *IV Reunião de Arqueologia Crista Hispanica: Lisboa, 28-20 de setembro, 1-2 d'octubre de 1992*, Lisboa, pp. 277-296.
- MARSHAK, Boris (1972), «Bronzovii kurshin iz Samarkanda» apud *Srednyey Asiya i Iran*, Leningrado [San Petersburgo], pp. 61-90.
- MELIKIAN-CHIRVANI, Assadullah Souren (1982), *Islamic metalwork from the Iranian world, 8th-18th centuries*, Londres, 256 págs.
- NAVARRO, Julio & Robles, Alfonso (1996), *Liétor. Formas de vida en Sharq al-Andalus a través de una ocultación de los siglos X-XI*, Murcia, 139 + CXII págs.
- PALOL [Salellas], Pedro de (1950), *Bronces hispanovisigodos de origen mediterráneo. I. Jarritos y patenas litúrgicos*, Barcelona, 185 págs. + LXII láms.
- SAN ROMÁN, F.; Pan [Fernández], J. & Rey [Pastor] A. (1929), «Excavaciones en Toledo. Memoria de los trabajos efectuados en el circo romano por la Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos de la Provincia» en *Memorias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*, 109, pp. 9-10.
- ROSSELLÓ [Bordoy], Guillermo (1962), «Bronces árabes de Mallorca» en *Al-Andalus* XXVII, pp. 229-232.
- ROSSELLÓ [Bordoy], Guillermo (1978), *Decoración zoomórfica en las Islas Orientales de al-Andalus*. 68 págs.
- SILOS (1973), ____ *y su época. Monasterio de Silo Julio-Agosto-Septiembre 1973. Palacio de Velázquez, Madrid, Noviembre, Diciembre 1973*, Madrid, 140 págs.
- STRZYGOWSKI, Joseph (1936), *L'ancien art Chrétien de Syrie, son caractère et son evolution; Étude préliminaire de Gabriel Millet*. Paris, 215 pp + XXIV láms.
- TORRES, Leopoldo (1957), «Arte califal» en *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*. Madrid, vol. V «España musulmana», Madrid, pp. 331-827.
- ZOZAYA, Juan (1967), «Ensayo de una tipología y una cronología», *Archivo Español de Arte*, LXVII, pp. 133-154.
- ZOZAYA, Juan (1987), «Las influencias visigóticas de al-Andalus» en *XXXIV Corso di Cultura sull'arte ravennate e bizantina. Seminario Internazionale di Studi su Archeologia e Arte nella Spagna tardo-romana, visigota e mozarabica*, Ravenna, Ravenna, pp. 395-425.
- ZOZAYA, Juan (1989), «El mundo visigodo. Su supervivencia en al-Andalus» en *Hispania, al-Andalus, Castilla. Jornadas Históricas del Alto Guadalquivir*, Jaén, pp. 69-112.
- ZOZAYA, Juan (1993), «Importaciones casuales en Al-Andalus: las vías de comercio» en *Actas del IV Congreso de Arqueología Medieval Española, «Sociedades en transición», vol. I Ponencias*. Ali-cante, vol. 1, pp. 119-138.
- ZOZAYA, Juan (1995), «Portacandiles de Elvira», «Portacandiles de espiga», y «Brasero (patas) en forma de león» en *Arte islámico en Granada. Propuesta para un Museo de la Alhambra*, Granada, pp. 230-231; 232 y 251.
- ZOZAYA, Juan (2001), «Las peregrinaciones a la Meca y sus posibles influjos en el mundo omeya andalusí» en *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española*. Valladolid, 1999, Valladolid, vol. 1, pp. 441-447.

OBJECTOS DE TROCA NO MEDITERRÂNEO ANTIGO: CERÂMICA «VERDE E MANGANÊS» DE UM ARRABALDE ISLÂMICO DE SILVES

MARIA JOSÉ GONÇALVES

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA

A excelente localização da elevação natural onde se ergue a cidade de Silves (Fig. 1), a escassos 2 km do local onde confluem dois importantes cursos de água, a Ribeira de Odelouca e o Rio Arade, terá sido determinante na fixação de populações islâmicas desde muito cedo no local da actual cidade. De acordo com as evidências arqueológicas observadas na área intra-muralhas da alcáçova, em meados do século VIII já existiriam estruturas e materiais arqueológicos que comprovam a ocupação deste território por comunidades muçulmanas (Gomes, 1988: 100).

Silves é referida nas fontes desde o século IX, a propósito de um confronto no rio Arade entre muçulmanos e normandos. É também o seu porto, o escolhido para embarque do poeta e diplomata Algazalí, que em meados do mesmo século foi negociar a paz com os já referidos normandos (Coelho, 1989: 131-132).

No século X *Al Razi* refere-se a *Ocsonoba*, dizendo, que *sob o seu domínio, há vilas e castelos, um dos quais é o de Silves, que é a melhor vila do Algarve* (Coelho, 1998: l-50). Por volta de 1031 *Ibn Muzain*, influente juiz da cidade, autonomiza esta região e torna-se seu governador. Volvidos cerca de 20 anos, a tomada do reino independente de Silves por *Al-Mut'amid* é descrita na crónica anónima dos *Mutuk al-Tawa'if* havendo referência às suas fortes e imponentes muralhas (Coelho, *idem*: 215).

Segundo alguns (Catarino, 2002: 121) o porto de Silves teria já grande importância no século X, tal como sucederia com os portos de Sevilha e Almeria, grandes centros redistribuidores de mercadorias. Cláudio Torres (1997: 443), atribui à construção naval que se associava ao porto de Silves, o enorme florescimento da cidade a partir de meados do século XI.

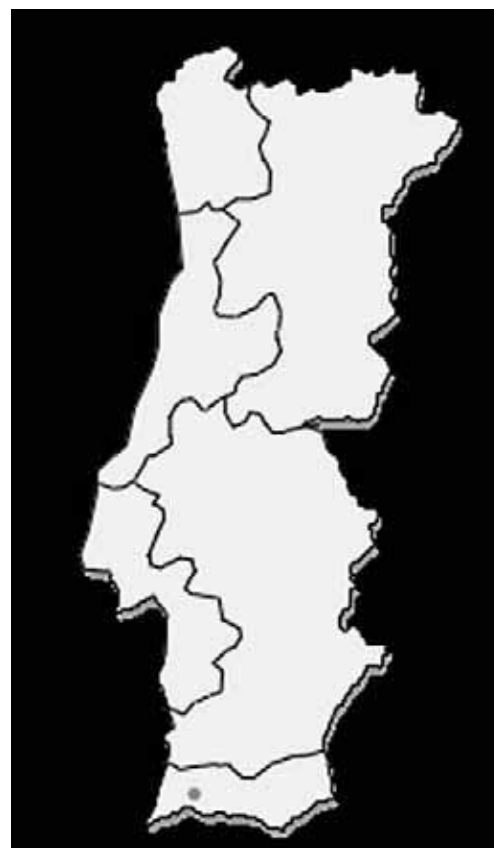


Figura 1 – Localização de Silves.

No século XII, tanto a descrição da cidade por *Al-Edrisi* (Coelho, *idem*: 62) como o relato da tomada de Silves aos Mouros por um cruzado anónimo que nela participou (Lopes, 1844: 16), referem o porto e os estaleiros de construção naval.

Para além das várias menções ao porto da *Madinat Xilb*, as fontes referem-se diversas vezes aos produtos que eram exportados – figos, maçãs, mel (Lagardère, 2000: 49) e também à madeira, para a construção naval. De acordo com a descrição de *Almunime Alhimiri*, geógrafo do século XIII, a cidade *possui um ancoradouro sobre o rio e um estaleiro de construções navais: as montanhas próximas produzem muita madeira que se exporta para todos lados* (Coelho, *idem*: 62).

A posição estratégica da *Xilb* islâmica, próxima a um importante curso de água – o Rio Arade que funcionou como canal de acesso aos mares, permitiu, indubitavelmente, que se estabelecessem relações socioculturais e económicas com o resto do mundo conhecido de então, tendo prevalecido o intercâmbio de produtos, pessoas e ideias ao longo de toda a dominação islâmica.



Figura 2 – Localização do Sítio Arqueológico.

2. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO SÍTIO

Na zona sudeste da cidade de Silves, a escassos 50 metros do rio Arade (Fig. 2), iniciou-se no final de 2001 a construção da nova Biblioteca Municipal, que motivou desde logo a realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico de abertura de fundações e, paralelamente, a escavação arqueológica do quadrante nordeste, correspondente a uma área de cerca de 600 m², onde surgiu à superfície grande concentração de materiais cerâmicos islâmicos e estruturas susceptíveis de interesse arqueológico.

Os trabalhos arqueológicos permitiram que se descobrisse um importante conjunto arquitectónico (Fig. 3), de onde se destacam dois tramos de muralha e uma torre de ângulo, compatíveis com parte de muralha de um dos arrabaldes; inúmeras estruturas habitacionais; algumas infra-estruturas, como silos, fossas, canalizações e arruamentos e, também, algumas estruturas relacionadas com actividades artesanais, como dois complexos de tanques e um forno de fundição, confirmando a vocação industrial desta zona ribeirinha.

Na zona sul do sítio, colocou-se a descoberto uma grande estrutura, também com dois tramos, de orientação este-oeste e norte-sul, travados entre si, tendo um deles um comprimento de mais de 20 m na área escavada e mais de 3 m de altura, oferecendo cerca de 1 m de espessura. Mantemos em discussão a sua funcionalidade, mas julgamos poder tratar-se de parte de um sistema de condução de água, dado que esta estrutura se encontra associada a um *qanat*.

O estudo dos materiais arqueológicos, embora ainda em fase inicial, permitiu atribuir ao sítio uma diacronia de ocupação que medeia entre o século X e o século XIII.

3. PRODUÇÃO CERÂMICA EM SILVES

Ainda que a dinâmica da cidade, em período de dominação islâmica, leve a inferir sobre a existência de fornos cerâmicos, nem a arqueologia nem as fontes históricas nos confirmaram tais suposições. De facto, as inúmeras intervenções já realizadas no perímetro urbano, não colocaram em evidência quaisquer estruturas compatíveis com essa funcionalidade, como fornos, tanques para preparação das argilas ou revestimentos dos utensílios cerâmicos. Também os peculiares instrumentos associados à prática da produção cerâmica se encontram ausentes nas enormes colecções de artefactos cerâmicos resgatados do subsolo da cidade.

É de admitir, contudo, que pelo menos se produzissem formas cerâmicas simples, de cozinha, mesa, armazenamento ou iluminação, como em regra sucedia nas cidades islâmicas e como nos fazem prever alguns tipos de cerâmica comum existentes.

As fontes medievais, nomeadamente o Livro do Almoxarifado de Silves – século XV – refere a existência de pelo menos quatro fornos cerâmicos na cidade, três no espaço correspondente à antiga medina islâmica e um situado na mouraria (Leal, 1984: 31-33), que corresponderia a espaço de arrabalde em período islâmico. Este último, foi intervencionado arqueologicamente nos anos 90, mas apenas evidenciou laboração tardo-medieval.

Cerâmicas com decorações mais luxuosas, como o «verde e manganês», ou a «corda seca», total ou parcial, poderiam ter sido aqui produzidas, mas poderiam também ser importadas, como nos parece mais plausível, pelo menos nalguns casos.

Para as cerâmicas «verde e manganês», provenientes da camada 8 da Alcáçova de Silves, Rosa Varela Gomes propõe origem oriental (Gomes, 1988: 92; 1991: 21; 1995: 22; 1998: 44) e cronologias centradas nos séculos VIII-IX. Contudo, essas cerâmicas assemelham-se a outras provenientes de uma zona de arrabalde, com uma diacronia de ocupação entre os séculos X e XIII (Gonçalves e Pires: 2004) e poderão enquadrar-se nas produções do tipo Medina al-Zahra e ter cronologias centradas no século X pervivendo durante todo o século XI.

Dentre estas produções de decoração a «verde e manganês», destaca-se um conjunto com semelhanças estilísticas a outros exemplares provenientes de Mértola (Torres: 1987; Gómez Martínez: 1994a; 1994b; 1998; 2003; 2005); Maiorca (Rosselló-Bordoy: 1985), Pisa (Berti: 1991, 1995, 1997), Kairouan (Daoulati: 1979; 1995) e Dénia (Gisbert: 1992; 2003), que coincidem no estilo de decoração, composto por traços de manganês, paralelos ou entrecruzados, a preencher os motivos centrais, muitas vezes baseados em temas antropomórficos ou zoomórficos, sempre sobre grandes pratos também de morfologia semelhante.

Este tipo de cerâmicas, identificadas num conjunto restrito de cidades portuárias e sobre as quais recai, desde há mais de 20 anos, discussão a respeito da sua cronologia e sobretudo sobre a sua origem, surge também agora em Silves, não na zona palatina como seria de esperar, mas em duas zonas distintas do Arrabalde Este da cidade. Dois



Figura 3 – Vista aérea do Sítio Arqueológico.



Figura 4 – Taça n.º 1.



Figura 5 – Taça n.º 2.

pequenos fragmentos provêm de zona limite Este deste arrabalde, uma quantidade maior provém do outro extremo, em área muito próxima ao Rio Arade. São estes últimos exemplares que vos damos a conhecer neste estudo preliminar.

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS

As cerâmicas decoradas a «verde e manganês», provenientes da intervenção arqueológica motivada pela construção da nova Biblioteca Municipal, ascendem a 327 fragmentos dos quais 66, cerca de 20,18%, mostram um estilo decorativo diferente das cerâmicas tradicionalmente ditas de Medina al-Zahra.

Este grupo de fragmentos pertence a taças que apresentam uma morfologia semelhante: corpos hemisféricos, bordos exvasados e lábios

planos de secção triangular, pé em anel vertical com ligeira tendência para o oblíquo, de secção quadrangular e base ligeiramente convexa. Constitui excepção o exemplar n.º 8, que ostenta pé de secção triangular. O perfil externo oferece algumas caneluras, pouco profundas, quase sempre formando conjuntos diferentes e posicionadas em locais distintos do corpo da peça, o que, no caso dos exemplares de Silves, permitiu individualizar 18 exemplares. Seis dos fragmentos não contém informação susceptível de os agrupar ou isolar como um indivíduo, pelo que a tendência será no sentido de o número mínimo de indivíduos superar os 18. Perfil mais fechado e bordo boleado oferece o exemplar n.º 6, que se distingue morfológicamente dos demais. Os quatro exemplares que têm o pé anelar presente, possuem orifícios para suspensão, levando a inferir da sua utilização como objecto de adorno ou decoração.

Apresentam invariavelmente cobertura branca estanífera no anverso e vidrado plúmbeo no reverso, constituindo excepção o exemplar n.º 8, cujo anverso mostra vidrado amarelado ao invés do branco, presente em todos os outros exemplares. Evidenciam um enorme domínio da técnica decorativa, que se materializa em fortes pineladas negras de óxido de manganês, traçadas com bastante perícia que, tal como os borrões verdes de óxido de cobre, preenchem os motivos centrais. Os bordos, presentes apenas em cinco dos exemplares (27,77%), são preenchidos por linhas ligeiramente ondulantes, por vezes interrompidas por dois traços verticais. Uma linha negra contínua marca o ponto de ruptura entre o bordo e a cavidade da taça.

As pastas são sempre claras e oscilam entre o beije esverdeado e o beije rosado, com excepção do exemplar n.º 8, que apresenta uma pasta de tom alaranjado. As inclusões são muito finas sendo os quartzos de vários tons os mais representados, seguidos de feldspatos e cerâmica triturada. Alguns contêm pequenas partículas de

mica, calcite e quartzito cor de mel. Os vacúlos são muito abundantes, demonstrando a inclusão de elementos vegetais que volatilizaram durante a cozedura, sempre efectuada em ambiente oxidante.

A maioria dos fragmentos é de dimensão muito reduzida, o que dificulta a leitura da temática decorativa. Os trabalhos de colagem permitiram reconstituir apenas duas peças quase completamente. O exemplar n.º 1 (Fig. 4) mostra a asa de um pássaro na parte superior e o que parece ser a asa de um outro na parte inferior. O exemplar n.º 2 (Fig. 5), dado o mau estado de conservação da cobertura, oferece sérias dificuldades de interpretação iconográfica. À primeira vista parecia tratar-se também do pescoço e dorso de uma ave, contudo, a orientação da peça em face da localização dos orifícios para suspensão, colocaria a suposta ave em posição pouco convencional, o que nos levou a abandonar tal ideia. O exemplar n.º 3, apesar de se encontrar muito pouco representado, parece mostrar a pata de um animal na parte inferior do fragmento, sugerindo tratar-se também de composição zoomórfica. Os n.ºs 4, 5 e 6, também muito pouco representados, mostram sob o bordo, o cordão da eternidade e motivos geométricos, respectivamente. Os restantes exemplares, dada a sua pequenez ou mau estado de conservação, não permitiram quaisquer interpretações quanto à temática decorativa.

Os 66 fragmentos que se apresentam, provêm de diversos contextos. Os exemplares n.ºs 1, 3, 4, 5, 7 e 12, encontravam-se entre os entulhos que preenchiam uma fossa séptica ou à superfície, sobre a referida fossa. Os n.ºs 2, 8, 9, 10, 11, 12 e 21 serviam de material construtivo de um arruamento composto maioritariamente por seixo rolado compactado com terra de matriz arenosa e abundante material arqueológico, cerâmico e faunístico. As peças n.ºs 6, 13, 14, 15 e 18 encontravam-se numa enorme lixeira que se formou no interior de um canal de água, após a sua desactivação. Os n.ºs 16 e 17 são provenientes de uma camada de aterro, que se formou por cima da lixeira supra-referida, numa fase em que o arrabalde se encontrava já completamente desabitado. O exemplar n.º 20 encontrava-se nos sedimentos que serviam de matéria ligante na construção de um muro, dado que se encontrava num derrube da aludida estrutura. Os n.ºs 22 e 23 provêm de limpezas de cortes ou crivagem.

Como se mostrou, a generalidade dos materiais provêm de contextos em que apenas é possível apresentar cronologias *ante-quem*. Tanto os exemplares provenientes do enchimento da fossa, como os do arruamento ou os da lixeira, convivem com materiais com uma enorme diacronia temporal, que no caso da fossa vai até ao período romano no seu limite inferior, dado que se resgatou do seu interior um fragmento de *Terra Sigillata* e, na totalidade dos contextos, atingem o final da ocupação islâmica, ocorrida a meio do século XIII.

Assim, a cronologia que se apresenta para esta colecção, centra-se em torno do século XI e baseia-se apenas em paralelos formais e estilísticos. O facto de os mesmos coexistirem nos seus contextos deposicionais com materiais maioritariamente de cronologia mais avançada não os coloca, necessariamente, no século XII ou XIII, dado que, tratando-se de peças que julgamos essencialmente decorativas e de valor comercial elevado, poderiam perdurar no seio da mesma família durante várias gerações, como atestam os orifícios para colocação de gatos de vários dos exemplares de Silves. Ainda

assim, observando atentamente a morfologia de algumas peças, nomeadamente a tendência para a obliquidade dos pés e a proporção destes face à dimensão do corpo da peça (anel de reduzido diâmetro face ao diâmetro do bordo), atrevemo-nos a pensar que a produção de alguns destes objectos poderá ter tido lugar na 2.^a metade do século XI e até mesmo atravessado a primeira metade do século XII.

Em termos morfológicos e tecnológicos, a maioria dos exemplares de Silves é muito semelhante aos conhecidos *ataifores* de Danyia – El Forti (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca – Almundayna (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Mértola – Cripto-pórtico (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 782; Gómez, 1994b: 124; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654) e a alguns dos *Bacini* das igrejas de Pisa (Berti e Mannoni, 1987: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436), particularmente aos números 2 e 22, muito embora nenhum dos exemplares seja exactamente igual. Verificam-se sempre diferenças, ainda que ligeiras, no ângulo de abertura das peças, nas dimensões, nos bordos e sobretudo na orientação dos pés.

Relativamente ao estilo decorativo, para além das semelhanças com os objectos já referidos, há fortes similitudes com alguns dos exemplares tunisinos de período fatimida, provenientes da região de Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85). No que à temática decorativa diz respeito, este tipo de utensílios mostra grande diversidade, muito embora haja tendência para o figurativo, materializada no barco de Denia, nas figuras humanas de Sabra e Maiorca, ou ainda, nos animais estilizados de Pisa, Kairouan, Mértola e Silves.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos evidente que este tipo de cerâmicas decoradas com óxidos de manganês e cobre, sobre base estanífera, constituem um tipo específico dentre as cerâmicas «verde e manganês», marcado pelo seu estilo decorativo, consubstanciado em pinceladas negras paralelas, produzidas em diferentes direcções. Parece haver também uma certa uniformidade na morfologia das peças que recebem esta decoração, contudo, este pressuposto não é muito rígido, dado que a observamos noutros suportes formais, designadamente nos pratos com barcos produzidos em Maiorca durante o século XI (Azuar Ruiz, 2005: 191), também em Dénia (Gisbert, 2003: 76), em Tunis, Qal'a Banu Hammad, Vascos, Sicília, Ibiza (Gómez, 2004: 362) e agora, também em Silves (exemplar n.º 6).

A grande discussão sobre estas peças, gira em torno de duas problemáticas: a questão da cronologia e a dificuldade de definição do(s) seu(s) centro(s) produtor(es). Relativamente ao problema da cronologia, os exemplares de Silves pouco ou nada poderão acrescentar à discussão, dado que provêm sempre de contextos não fiáveis – entulhos, lixeiras ou utilizados como matéria-prima na construção de estruturas, muito embora as suas características morfológicas apontem para a 2.^a metade do século XI ou mesmo para a 1.^a metade do século XII.

O problema da proveniência destes materiais tem mobilizado a comunidade cientí-

fica e dividido os investigadores. Graziela Berti em Itália, ao longo dos cerca de 30 anos de estudo, teve oportunidade de promover, com equipa pluridisciplinar, diversos trabalhos, nomeadamente análises mineralógicas sobre as pastas de diversos exemplares colocados nas paredes das igrejas italianas e tem defendido uma proveniência da região de Málaga (Berti e Mannoni, 1997: 435). Azuar Ruiz, por seu turno, tem contestado essa proveniência, dado que em Málaga nunca foram encontradas cerâmicas semelhantes (Azuar, 2005: 186). Outros investigadores, como Rosselló-Bordoy (1985: 193-194) e os portugueses Cláudio Torres e Susana Gómez-Martínez (Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 100; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2004: 361-362), parecem partir da premissa de que se trata de cerâmicas produzidas no Norte de África, nomeadamente na região de Kairouan na Tunísia (Daoulatti, 1979: 39-40), com base nas semelhanças decorativas com outros pratos produzidos naquela região nos séculos X e XI. Por outro lado, os investigadores de Dénia levantam a hipótese de se tratar de produção de Dénia, com base no facto de provir daquele sítio um dos exemplares mais completos, para além de outros 11 exemplares fragmentários, entretanto descobertos (Gisbert, 2003: 76), hipótese que Azuar Ruiz julga não ser de desprezar (Azuar, 2005: 187). Recentemente, Graziela Berti (2006: 164), revê para os *Bacini* n.º 22 de San Piero a Grado e n.º 2 de San Zeno, dos mais aproximados morfológica e estilisticamente aos restantes exemplares, a precedência de Málaga, com base em argumentos que mantêm inéditos, deixando em aberto a proveniência destes objectos.

Os exemplares de Silves, pela descrição das pastas que observamos para os restantes, parecem-nos, à partida, terem com eles grandes afinidades, contudo, este tipo decorativo necessitava de pastas claras e ricas em calcário (Picon, Thiriot et Vallauri, 1995: 47), para que pudesse

produzir um bom resultado (tonalidade e fixação do estanho à pasta), razão porque, constatar a similitude das mesmas através de simples descrições das suas características gerais, não é suficiente para afirmarmos tratar-se do mesmo tipo de pastas.

As técnicas e o esquematismo do estilo decorativo são o denominador comum existente entre todos estes exemplares. Os que provêm de uma zona de Arrabalde da cidade islâmica de Silves, num total de 66 fragmentos, permitiram individualizar pelo menos 18 objectos diferentes. Apesar de ostentarem uma decoração semelhante, baseada nos traços fortes de óxido de manganês e borões de óxido de cobre, mostram o bordo decorado com um traço ondulante, por vezes interrompido por dois traços verticais, diferente dos semicírculos que preenchem os restantes exemplares (Mértola, Maiorca, Dénia e Pisa). Pode tratar-se apenas de uma característica diferenciadora destinada a uma determinada clientela, da marca de um determinado oleiro do mesmo centro produtor ou, em última análise, de uma variante local. Com base neste aspecto, deveremos considerar a hipótese de um centro produtor inicial, muito provavelmente sediado na região de Kairouan e outros criados sob a influência deste, tal como sucedeu com as características produções «verde e manganês» de Madina al-Zahra. A corroborar esta ideia temos o estudo efectuado para a pasta de um exemplar de Mértola (Gómez, 2003: 654), que confirmou a dificuldade de atribuição da sua proveniência à região tunisina, podendo, contudo, corresponder a vários pontos do Sul da Península Ibérica, que tanto poderia ser Málaga, como a própria Mértola, de onde provinha a amostra.

Do mesmo modo que se verificaram trocas de produtos entre todo o mediterrâneo, também terá existido tráfego de pessoas e de informação, que poderá ter resultado na produção de objectos com este tipo decorativo peculiar, noutros locais, nomeadamente no al-Andalus. O bem documen-

tado porto de Silves, tanto poderá ter recebido como enviado este tipo de produtos, para outros portos do mediterrâneo, onde estes objectos são identificados. Embora não se conheça até ao momento locais de produção de cerâmica na cidade, em laboração durante o período islâmico, a quantidade de cerâmicas deste tipo encontradas em Silves e a singularidade decorativa do bordo poderiam seduzir-nos a encarar a hipótese das mesmas se terem aqui produzido, no entanto, a totalidade das cerâmicas decoradas a «verde e manganês» representam apenas 0,05% da totalidade das cerâmicas deste arqueossítio, o que, certamente, não sucederia se fôssemos exportadores e não importadores.

Só um estudo da composição das pastas, a uma escala global, poderá determinar sobre se há ou não proveniência comum de todos os exemplares hoje conhecidos, a que Silves se juntou recentemente. Mesmo assim e dado que a identificação e análise dos barreiros é um estudo ainda por realizar, parece que estaremos longe de resolver de forma definitiva a questão da proveniência deste tipo de objectos.

Silves, Junho de 2007

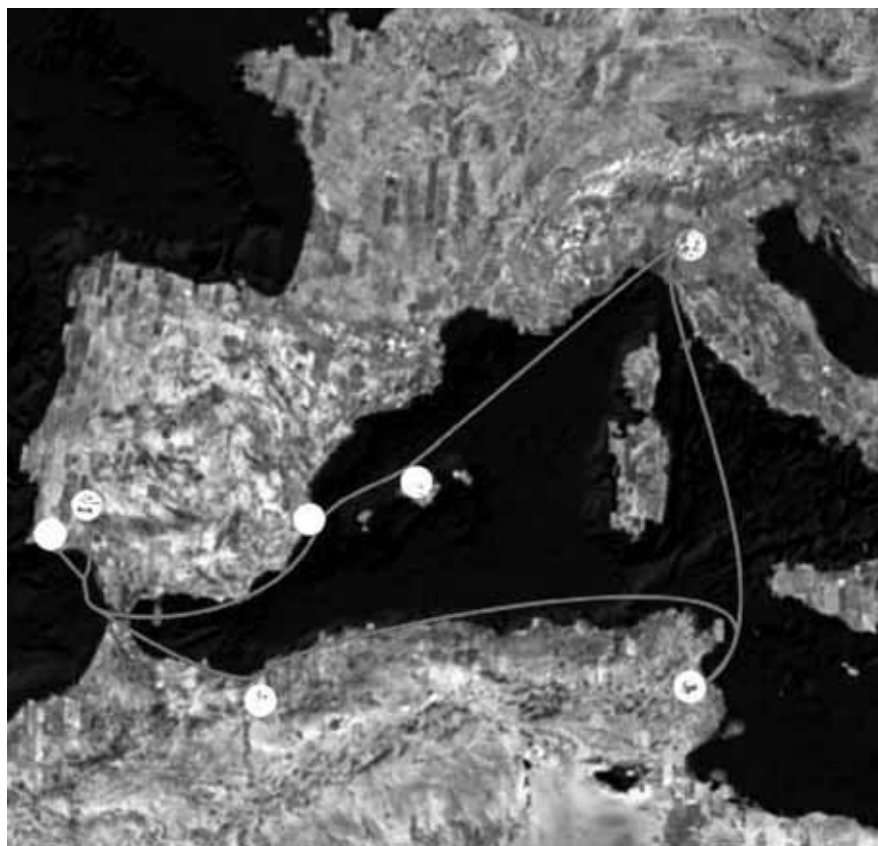


Figura 6 – Locais onde se identificaram taças com as mesmas características estilísticas e possíveis rotas de comércio.

CATÁLOGO DE MATERIAIS

N.º Prov.: 1.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 4012.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Diâmetro pé 103 mm; diâmetro bordo 339 mm; altura 111 mm; espessura máxima 9 mm.

Morfologia Forma hemisférica, paredes altas com três caneluras na parte média da parede externa e duas no centro da parede interna, bordo exvasado e lábio plano de secção triangular, pé em anel de secção quadrangular, ligeiramente oblíquo, com dois orifícios e fundo externo ligeiramente convexo.

Características Pasta de cor beije alaranjada (MSCC 5YR 7/6) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Lábio decorado por traço negro ligeiramente ondulante, interior preenchido por corpo e pernas de ave sobre o que parece ser outra ave.

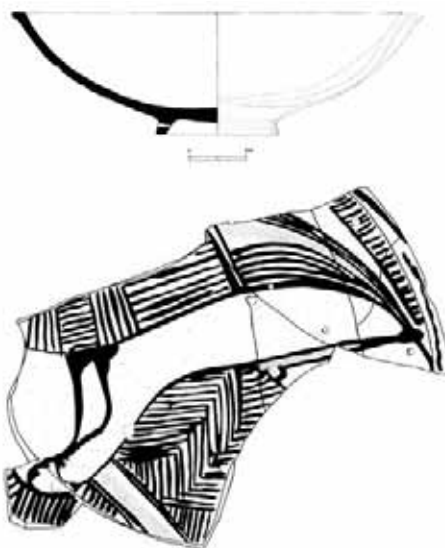
Contexto Enchimento de Fossa.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75) Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Sete fragmentos colados. Ostenta oito orifícios indicadores da existência de gatos para manter a peça íntegra após fracturas diversas.



N.º Prov.: 2.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 2009.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Diâmetro pé 125 mm; espessura máxima 11 mm.

Morfologia Forma hemisférica, paredes altas com duas caneluras na parte superior da parede externa, pé alto vertical em anel de secção quadrangular, com dois orifícios e fundo externo ligeiramente convexo.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Composição de círculos e traços negros com bandas e manchas de cor verde, talvez motivo zoomórfico.

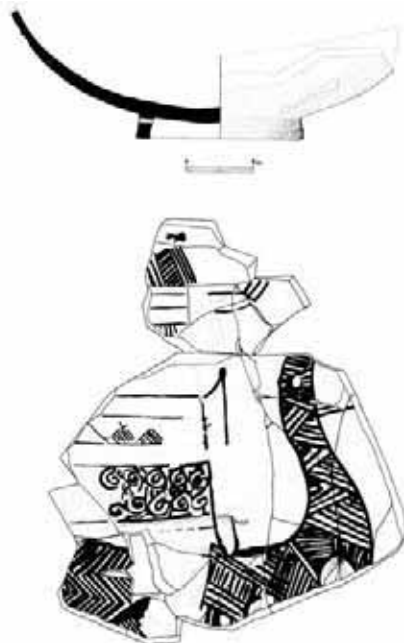
Contexto Material construtivo de um arruamento composto por seixo rolado, terra de matriz arenosa e material arqueológico diverso.

Cronologia Século XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Vinte e um fragmentos colados.



**N.º Prov: 3.**

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 4012; Camada 4015.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Diâmetro bordo 316 mm; espessura máxima 9 mm.

Morfologia Forma hemisférica, bordo exvasado e lábio plano de secção triangular.

Características Pasta de cor bege alaranjada (MSCC 5YR 7/6) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Lábio decorado por traço negro; interior preenchido por traços de cor negra formando ziguezague, mancha de cor verde delimitada a negro sugere uma pata, podendo tratar-se de composição zoomórfica.

Contexto Superfície + Enchimento de Fossa.

Cronologia Século XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inérito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Cinco fragmentos colados.

N.º Prov.: 4.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 4012; Camada 4015.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Diâmetro bordo 286 mm; espessura máxima 9 mm.

Morfologia Forma hemisférica, bordo exvasado e lábio plano de secção triangular.

Características Pasta de cor bege alaranjada (MSCC 5YR 7/6) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Lábio decorado por traço negro ligeiramente ondulante. Cartela junto ao bordo encerra «cordão da eternidade» de dois cabos desenhados a negro e preenchidos por manchas verdes. O cordão é flanqueado por traços negros verticais. Sob este motivo desenvolve-se um outro composto por traços verticais e pequenos arcos negros preenchidos por verde formando tema indeterminado.

Contexto Superfície + Enchimento de Fossa.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inérito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Dois fragmentos colados. Ostenta dois orifícios, indicadores da existência de gatos para manter a peça integra após fractura.



N.º Prov.: 5.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 2034.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Diâmetro bordo 310 mm; espessura máxima 9 mm.

Morfologia Forma hemisférica, bordo exvasado e lábio plano de secção triangular.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Lábio decorado por traço negro ligeiramente ondulante, interrompido por dois traços verticais. Cartela junto ao bordo encerra composição vegetalista preenchida por traços negros e manchas verdes.

Contexto Enchimento de Fossa.

Cronologia Século XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Quatro fragmentos colados.



N.º Prov. 6.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 1034.

Tipo Taça (Ataífor Tipo III de Rosselló-Bordoy, 1978: 18; 1983: 344).

Dimensões Diâmetro bordo 302 mm; espessura máxima 10 mm.

Morfologia Paredes curvas e altas, perdendo espessura à medida que se aproxima do bordo. Duas caneluras na parte média da parede e duas caneluras na parte alta da parede externa.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

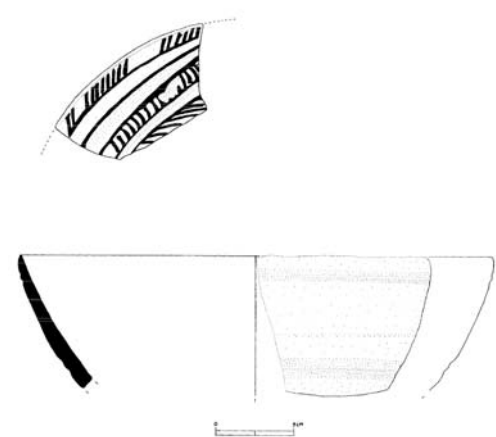
Decoração Bandas limitadas por traços negros preenchidas por traços negros verticais ou oblíquos e manchas verdes.

Contexto Lixeira formada no interior de canal de água.

Cronologia Século XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.



N.º Prov.: 7.

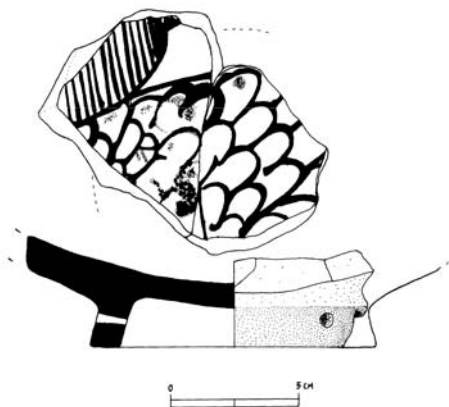
Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 4015.

Tipo Taça (Ataífor Tipo I de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Diâmetro pé 111 mm; espessura máxima 12 mm.

Morfologia Pé alto oblíquo, em forma de anel e secção quadrangular, com dois orifícios e fundo externo ligeiramente convexo.



Características Pasta de cor beije (MSCC 2.5YR 8/3) homogênea; inclusões finíssimas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Traços negros e círculos negros preenchidos de verde formam composição indeterminada.

Contexto Superfície, sobre fossa.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Dois fragmentos colados.

N.º Prov.: 8.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 2009.

Tipo Taça.

Dimensões Diâmetro pé 110 mm; espessura máxima 13 mm.

Morfologia Pé alto oblíquo, em forma de anel e secção triangular. Fundo externo ligeiramente convexo.

Características Pasta laranja (MSCC 5YR 7/6) pouco homogênea; inclusões finíssimas e cozedura oxidante. Paredes revestidas por vidrado plúmbeo, traços de óxido de manganês.

Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Material construtivo de um arruamento composto por seixo rolado, terra de matriz arenosa e material arqueológico diverso.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1997: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Quatro fragmentos colados.

N.º Prov.: 9.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 2009.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Espessura máxima 8 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia três caneluras na superfície externa.

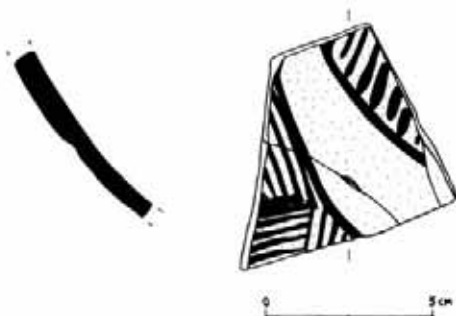
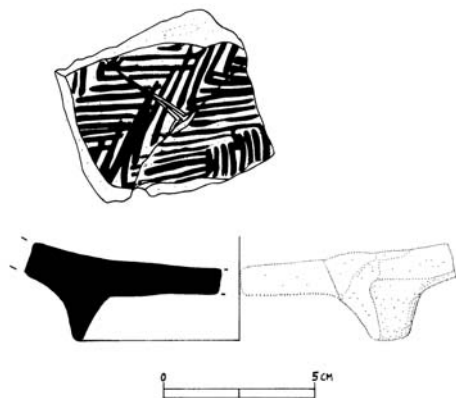
Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas, raras de dimensão média e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Traços negros e banda verde formam composição indeterminada.

Contexto Material construtivo de um arruamento.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert



et alii, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Dois fragmentos colados.

N.º Prov.: 10.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 1008.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Espessura máxima 11 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia três caneluras na superfície externa.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vitrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Lixeira formada no interior de canal de água.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 11.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 2009.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Espessura máxima 9 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia duas caneluras na superfície externa.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vitrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Material construtivo de um arruamento composto por seixo rolado, terra de matriz arenosa e material arqueológico diverso.

Cronologia Século XI (obtida através de paralelos formais e estilísticos).

Paralelos Mértola (Torres, 1997: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 12.

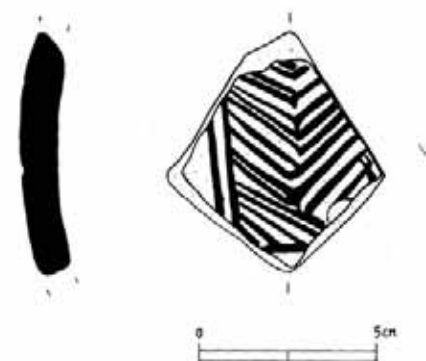
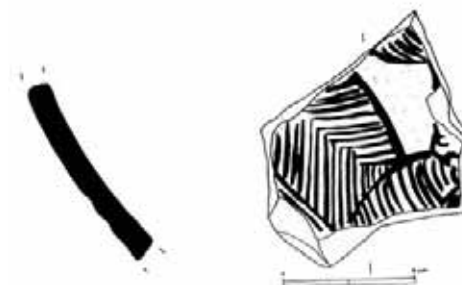
Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

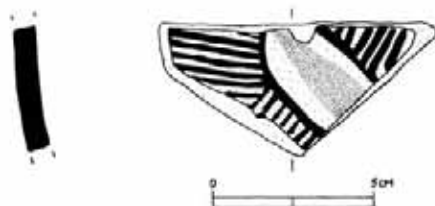
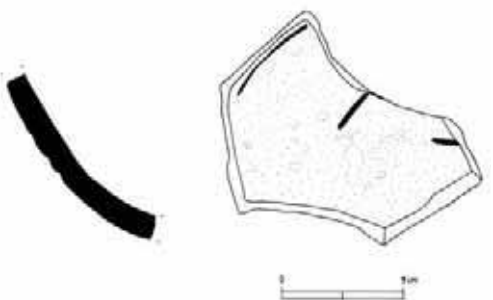
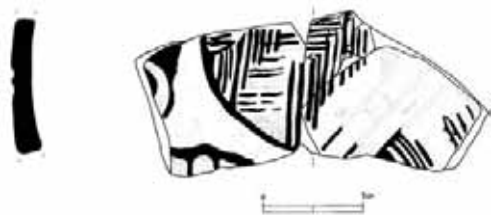
Procedência Camada 2009.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Espessura máxima 12 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia duas caneluras na superfície externa.





Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Composição de traços negros com bandas e círculos preenchidas a verde. Tema indeterminado.

Contexto Material construtivo de um arruamento composto seixo rolado terra de matriz arenosa e material arqueológico diverso.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

Observações Quatro fragmentos colados.

N.º Prov.: 13.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 2009.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Espessura máxima 11 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia quatro caneluras na superfície externa.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas, raras de tamanho médio e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca muito concrecionado, traços de óxido de manganês.

Decoração Alguns traços negros.

Contexto Material construtivo de um arruamento composto por seixo rolado, terra de matriz arenosa e material arqueológico diverso.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1997: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 14.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 1015.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Dimensões Espessura máxima 8 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia três caneluras na superfície externa.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo muito mal conservado, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Traços negros e banda verde formam composição indeterminada.

Contexto Lixeira formada no interior de canal de água.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez,

1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 15.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 1005.

Tipo Taça (Ataífor Tipo Ia de Rosselló-Bordoy, 1978: 17; 1983: 340).

Função Servir alimentos/ Decorativo.

Dimensões Espessura máxima 8 mm.

Morfologia Porção de parede.

Características Pasta de cor beije alaranjada (MSCC 5YR 7/6) pouco homogênea; inclusões finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidro plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Lixeira formada no interior de canal de água.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.



N.º Prov.: 16.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Bib.03 Quadrado M6 Estrato 7.

Tipo Taça.

Dimensões Espessura máxima 12 mm.

Morfologia Porção de parede.

Características Pasta de cor beije esverdeada (MSCC 2.5YR 8/3) pouco homogênea; inclusões finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidro plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

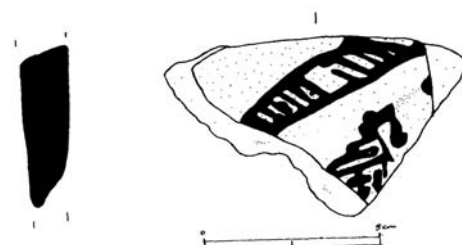
Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Sedimento de aterro sobre lixeira constituída no interior de um canal de água.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.



N.º Prov.: 17.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 6037.

Tipo Taça.

Função Servir alimentos/Decorativo.

Dimensões Espessura máxima 13 mm.



Morfologia Porção de parede.

Características Pasta de cor bege alaranjada (MSCC 7.5YR 8/4) pouco homogênea; inclusões finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Sedimento de aterro sobre lixeira constituída no interior de um canal de água.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 18.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 1015.

Tipo Taça.

Dimensões Espessura máxima 8 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia duas caneluras na superfície externa.

Características Pasta de cor bege (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Lixeira formada no interior de canal de água.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 19.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Superfície.

Tipo Taça.

Dimensões Espessura máxima 7 mm.

Morfologia Porção de parede.

Características Pasta de cor bege esverdeada (MSCC 2.5YR 8/3) pouco homogênea; inclusões finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vidrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

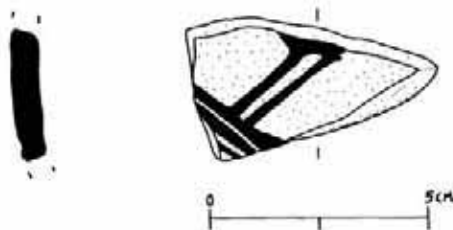
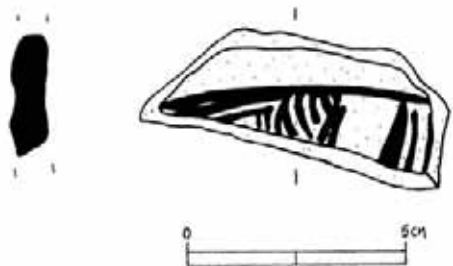
Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Indeterminado.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.



N.º Prov.: 20.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 5016.

Tipo Taça.

Função Servir alimentos/ Decorativo.

Dimensões Espessura máxima 8 mm.

Morfologia Porção de parede.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vitrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

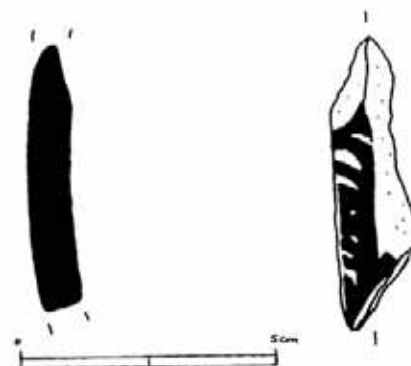
Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Derrube da estrutura 27.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.



N.º Prov.: 21.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 2009.

Tipo Taça.

Dimensões Espessura máxima 10 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia uma canelura na parede externa.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante.

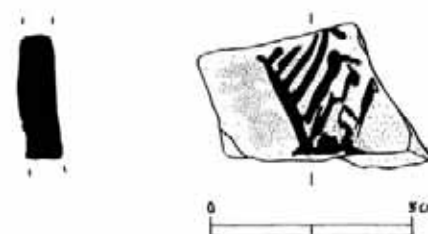
Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Material construtivo de um arruamento composto por seixo rolado, terra de matriz arenosa e material arqueológico diverso.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatti, 1979: 38 a 41; Daoulatti, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.



N.º Prov.: 22.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Bib. 03 Sapata 17 – Recolhido na crivagem de terras (fase de acompanhamento arqueológico).

Tipo Taça.

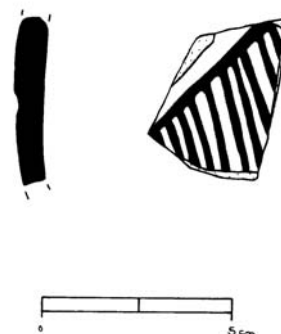
Dimensões Espessura máxima 8 mm.

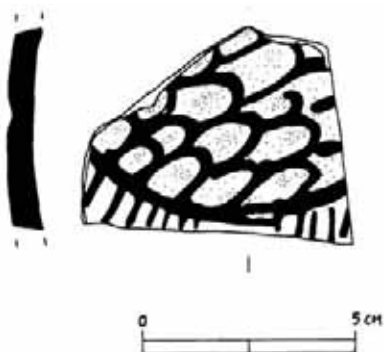
Morfologia Porção de parede, evidencia duas caneluras na superfície externa.

Características Pasta de cor beije (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúlos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vitrado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês.

Decoração Composição de traços de manganês, tema indeterminado.

Contexto Indeterminado.





Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatli, 1979: 38 a 41; Daoulatli, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 23.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Bib. 03 Q L1/L2 Limpeza de Corte.

Tipo Taça.

Dimensões Espessura máxima 7 mm.

Morfologia Porção de parede, evidencia uma caneluras na superfície externa.

Características Pasta de cor bege (MSCC 10YR 8/4) pouco homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúolos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vitrificado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

Decoração Composição de traços negros e folhas preenchidas por verde, tema indeterminado, talvez composição zoomórfica.

Contexto Indeterminado.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatli, 1979: 38 a 41; Daoulatli, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.

N.º Prov.: 24.

Sítio Escavação Arqueológica Cave da Biblioteca.

Procedência Camada 5013.

Tipo Taça.

Dimensões Diâmetro bordo 394 mm; Espessura máxima 9 mm.

Morfologia Porção de bordo.

Características Pasta de cor bege (MSCC 10YR 8/4) homogênea; inclusões muito finas e abundantes vacúolos; cozedura oxidante. Parede externa revestida por vitrificado plúmbeo, parede interna revestida por esmalte estanífero de cor branca, ambos muito mal conservados, traços de óxido de manganês e manchas de óxido de cobre.

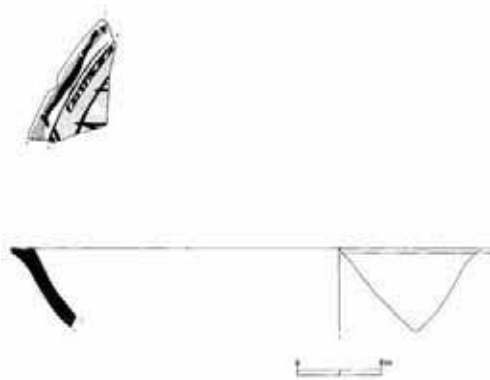
Decoração Lábio decorado com linha ondulante interrompida por dois traços paralelos; composição de traços negros e manchas verdes, tema indeterminado.

Contexto Material construtivo de piso de circulação.

Cronologia Séculos XI-XII.

Paralelos Mértola (Torres, 1987: 79; Gómez, 1994a: 124; Gómez, 1994b: 782; Torres e Gómez, 1995: 102; Gómez, 1998: 100; Gómez, 2003: 654; Gómez, 2004: 362); Denia (Gisbert *et alii*, 1992: 119; Gisbert, 2003: 75); Maiorca (Rosselló-Bordoy, 1985: 196); Kairouan (Daoulatli, 1979: 38 a 41; Daoulatli, 1995: 84 a 85); Pisa (Berti e Mannoni, 1991: 169; Berti, 1995: 435-436; Berti, 1997: 436); Silves – Empreendimento do Castelo (inédito).

Depósito Gabinete de Arqueologia – C. M. Silves.



BIBLIOGRAFIA

- AZUAR RUIZ, Rafael (2005), Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia, *Arqueología y Territorio Medieval* n.º 12.1, Universidad de Jaén, pp. 175-199.
- BERTI, Graziella; Mannoni, Tiziano (1991), Ceramiche Medievali del Mediterraneo Occidentale: considerazione su alcune caratteristiche tecniche, *Actas do IV Congresso Internacional – A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa 16-22 de Novembro de 1987*, Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 163-173.
- BERTI, Graziella; Manonni Tiziano (1995), Céramiques de L'Andalousie décorées en «verde y manganese» parmi les «Bacini» de Pise de la fin du X^e siècle, *Actes du VI^e Congrès de La Céramique Médiévale en Méditerranée, Aix-en-Provence 13-18 Novembre 1995*: Narration Éditions, pp. 435-437.
- BERTI, Graziella; García Porras, Alberto (2006), A propósito de «Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia», *Arqueología y Territorio Medieval* n.º 13.1, Universidad de Jaén, pp. 155-195.
- CATARINO, Helena (1998), Fortificações da Serra Algarvia, *Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo*, Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 207-218.
- CATARINO, Helena (2002), Fortificações do Período Islâmico e a Defesa Marítima e Fluvial no Algarve Oriental, *O Mediterrâneo Ocidental: identidade e fronteira*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 119-141.
- COELHO, Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols., Lisboa: Editorial Caminho.
- DAOULATLI, A. (1979), *Poteries et Céramiques Tunisiennes*, Institut National d'Archeologie et d'Art, Tunes.
- DAOULATLI, A. (1995), La production vert et brun en Tunisie du IX^e au XII^e siècle – Étude historique et stylistique, *Le Vert et le Brun, de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XV^e siècle, Catalogue de Exposition à Marseille*, pp. 69-90.
- GISBERT SANTOJA, J. A.; Bruguera Santmateu, V.; Bolufer I Marques, J. (1992) – *La Cerámica de Daiyna – Denia – Alfares y Ajueros Domésticos de los siglos XII-XIII*, València.
- GISPERS SANTOJA, J. A. (2003), La producción Cerámica de Daniya – Denia – en el siglo XI, *Actas das 3^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997, pp. 61-77.
- GOMES, Rosa Varela (1988), Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, *XELB 1*, Câmara Municipal de Silves.
- GOMES, Rosa Varela (1991), Cerâmicas Muçulmanas Orientais e Orientalizantes, do Castelo de Silves (peças esmaltadas, policromas e de reflexo metálico), *Estudos Orientais II – O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa: Instituto Oriental, pp. 13-39.
- GOMES, Rosa Varela (1995), Cerâmicas Muçulmanas de Silves, dos séculos VIII e IX, *Actas das 1^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992, pp. 19-32.
- GOMES, Rosa Varela (1998), Contributo para o estudo das cerâmicas com decoração a «verde e castanho» de Silves, *Actas das 2^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 22 a 25 de Março de 1995, pp. 43-55.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (1994a), La Cerámica de Verde y Morado de Mértola, *Arqueología Medieval* 3, Edições Afrontamento, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 113-132.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (1994b), Variantes Técnicas y Formales de la Cerámica «verde y morado» de Mértola (Portugal), *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, Alicante, 1992, III, pp. 779-786.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (1998), A Cerâmica no Gharb al-Ândalus, *Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo*, Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 121-131.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (2003), Producciones Cerámicas en la Mértola Islámica, *Actes du VII^e. Congrès Internacional sur la Céramique Medieval en Méditerranée – Thessaloniki, 11-16 Octobre 1999*, Atenas, pp. 653-658.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (2004), *La cerámica Islámica de Mértola. Producción y comercio*, tese de doutoramento apresentada na Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Medieval, policopiado.
- GONÇALVES, Maria José; Pires, Alexandra (2004), A muralha do Arrabalde e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Setembro 2004 (no prelo).
- LAGARDÉRE, Vicent (2000), Structures agraires et appropriation des terres dans le district (*iqlim*) de Silves en Algarve du X^e au XIII^e siècle, *Xarajib 1*, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, pp. 49-59.
- LEAL, Maria José, Moreno; Baquero, Humberto; Domingues, José Domingos Garcia (1984), *O Livro do Almoarifado de Silves – século XV*, Câmara Municipal de Silves.
- LOPES, João Baptista da Silva (1844), *Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que do Escalda se dirigiam para a Terra Santa do ano de 1189, relato por hum dos mesmos cruzados*, Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- PICON, Maurice; Thiriot, Jacques; Vallauri, Lucy (1995), Techniques, évolutions et mutations *Le Vert et le Brun, de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XV^e siècle, Catalogue de Exposition à Marseille*, pp. 41-50.
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1978), *Ensayo de Sistematización de la Cerámica Árabe en Mallorca*, Palma de Mallorca.
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1983), Nuevas formas en la cerámica de época islámica, *Bolletí de la Societat Arqueològica Lulliana* n.º 39, Palma de Mallorca, pp. 337-360.
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1985), Un Ataífor Norte-Africano: un ensayo de interpretación, *Sharq Al-Andalus* 2, pp. 191-205.
- TORRES, Cláudio (1987), *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Exposição – Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, Cláudio (1997), O Al Garbe, *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, IPPAR, Direcção Regional de Évora, pp. 431-448.
- TORRES, Cláudio; Gómez-Martínez, Susana (1995), Le vert et le brun au Portugal, *Le Vert et le Brun, de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XV^e siècle, Catalogue de Exposition à Marseille*, pp. 99-104.

AGRADECIMENTOS

- A Susana Gómez-Martínez pela cedência de bibliografia e sugestões de análise.
- A João Estiveira e Vera Pereira pela produção dos desenhos.
- A Isabel Nunes e Luísa Mogo pelos trabalhos de conservação e reconstituição dos materiais.
- A Alexandra Pires, com quem partilhamos a responsabilidade dos trabalhos de campo.

MÉRTOLA E AS ROTAS COMERCIAIS DO MEDITERRÂNEO NO PERÍODO ISLÂMICO

SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ*

1. INTRODUÇÃO

É do conhecimento geral que a localização de Mértola, no fim do troço navegável do rio Guadiana, fez desta vila alentejana um dos mais importantes portos comerciais do Ocidente da Península Ibérica durante a Antiguidade e a Idade Média. Obviamente, entre os muitos produtos que eram objecto desse comércio encontrava-se a cerâmica. Não seria talvez o mais importante, mas foi o que chegou até nós em maior volume. Ao longo de trinta anos de escavações, o Campo Arqueológico de Mértola trouxe à luz um conjunto importante de cerâmicas provenientes, não só dos mais diversos pontos da Península Ibérica, mas também de todo o Mediterrâneo. Estes materiais suscitam diversas interrogações: Que tipo de objectos se comerciava? Quais eram os centros produtores dos artefactos que chegavam a Mértola? Quais eram os itinerários seguidos pelos mercadores? Mértola actuou como destino final das rotas comerciais ou foi o início de novos caminhos de redistribuição? Todos os produtos deste comércio tinham uma distribuição semelhante? Todas estas cerâmicas eram redistribuídas pelas cidades do interior do Alentejo ou havia produtos que se consumiam apenas em Mértola? A intensidade dos intercâmbios manteve-se constante ou houve momentos de retracção e de apogeu no comércio da cerâmica? Embora muitas destas perguntas continuem sem resposta, neste artigo pretendemos contribuir para o esclarecimento de algumas delas.

Em primeiro lugar, torna-se necessário especificar melhor que objectos concretos, para além de telhas e tijolos, seriam produzidos em Mértola e quais seriam os «impor-

tados». Haveria recipientes de qualidade entre as produções de Mértola ou tratava-se apenas de objectos de cerâmica comum de reduzido valor comercial e técnico? Que estrutura de produção deu lugar a esta produção oleira? Qual foi o âmbito de distribuição das produções merto-lenses?

Em trabalhos anteriores, iniciamos a caracterização das principais séries cerâmicas «importadas», e uma primeira mostra das produções próprias de Mértola (Gómez, 2003 e 2006). Trataremos agora de definir melhor as esferas de intercâmbio de produtos cerâmicos em que participava Mértola e assinalar a evolução que sofreram estes intercâmbios ao longo do período islâmico.

2. MÉRTOLA E A DISTRIBUIÇÃO DA CERÂMICA EM ÉPOCA OMIADA

Conhecemos muito mal, ainda, as cerâmicas dos primeiros séculos da civilização islâmica em Mértola, essencialmente pela ausência de níveis

* Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Campo Arqueológico de Mértola.

estratigráficos deste período com elementos de datação fiáveis. Diferente é o panorama referente aos séculos X e XI em que contamos com um acervo de objectos provenientes de estratos selados de abandono das vivendas do Castelo de Mértola, entre os quais se distingue um conjunto de produções cerâmicas autóctones. Neste grupo, destacam-se cerâmicas de cozinha e algumas formas de mesa ornamentadas com motivos pintados a vermelho ou branco. Trata-se, por exemplo, de um tipo de panela de colo cilíndrico curvo, corpo levemente piriforme invertido com uma única asa entre o bordo e o bojo e base convexa (Fig. 1.1; Gómez, 2006: 315-317). Destaca-se, também, um segundo tipo com colo tronco-cónico invertido comprido e fortemente estriado, bojo levemente piriforme invertido, uma única asa, e base convexa ou plana (Fig. 1.2; Gómez, 2006: 317). Estes dois tipos encontram-se em sítios próximos a Mértola (Fig. 1.3) como o Castelo Velho e o Castelo das Relíquias em Alcoutim, (Catarino, 1997/98) e em Mesas do Castelhino (Guerra e Fabião, 1991 e Fabião e Guerra, 1993).

O mesmo podemos dizer de vários tipos de jarrinhas. O primeiro é a jarrinha de colo cilíndrico e corpo globular, com duas asas verticais entre a parte superior do colo e o ombro, e base plana ou convexa (Fig. 2.1; Gómez, 2006: 377). O segundo tipo corresponde à jarrinha de colo cilíndrico largo, aproximadamente do mesmo tamanho que o bojo, sendo este cilíndrico curvo, com duas suaves carenas, uma no ombro e outra junto à base levemente convexa (Fig. 2.2; Gómez, 2006: 389). O terceiro, semelhante ao anterior, possui colo aproximadamente cilíndrico curvo, largo e alto, maior do que o corpo do qual é separado por uma forte inflexão, e apresenta carena baixa pouco marcada e base convexa (Fig. 2.3; Gómez, 2006: 390). Estes recipientes costumam aparecer com motivos ornamentais reticulados pintados a vermelho ou a branco, e encontram-se num âmbito territorial um pouco mais alargado (Fig. 2.4) que inclui também o Castro da Cola

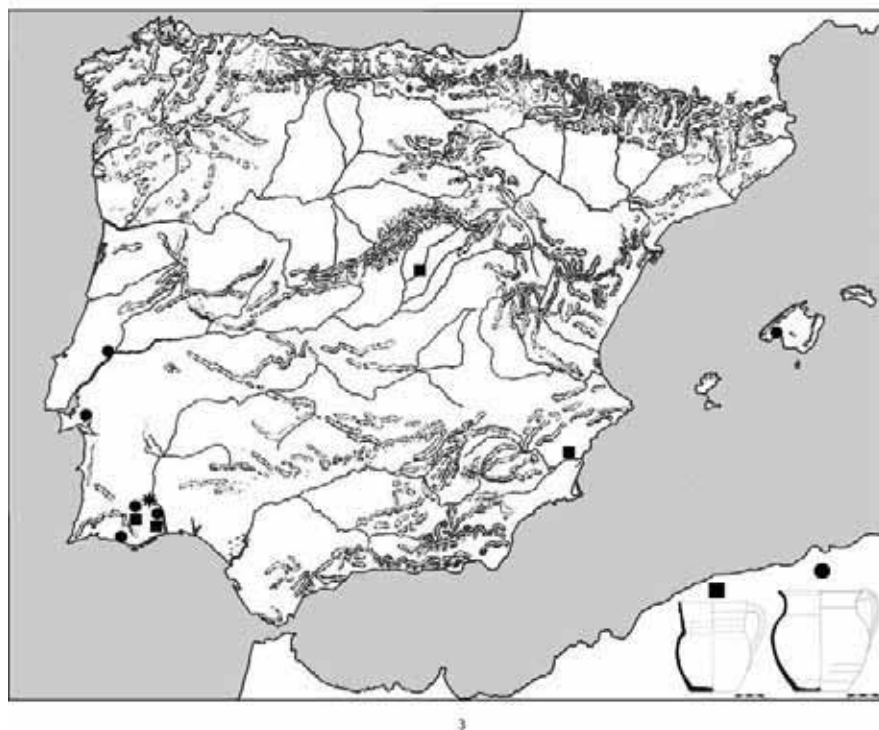


Figura 1 – Panelas de produção local encontradas nas escavações do Castelo de Mértola (século X-XI).

(Viana, 1960), o Montinho das Laranjeiras (Coutinho, 1993), Vilamoura (Matos, 1991) e São Bartolomeu de Messines (Pires e Ferreira, 2003: Fig. 10).

Assim pois, estes materiais, idênticos àqueles que foram considerados como produções locais, encontram-se em sítios próximos de Mértola, num raio de 100 km. Estes paralelos desenham um mapa de intercâmbios a pequena distância, no qual os percursos fluviais não parecem ter muita mais importância do que os terrestres. Isto pode observar-se nas fortes conexões existentes com povoações rurais da Serra do Algarve cujo aceso devia realizar-se a pé ou a dorso de mula. Do quem não existe o mais leve indício é dos agentes responsáveis por este intercâmbio: seriam almocreves e vendedo-



Figura 2 – Jarrinhas pintadas a branco dos séculos X-XI e mapa de paralelos.

res ambulantes a transportar esta mercadoria para o interior, ou seriam os compradores e artífices a deslocar-se a feiras sazonais, cuja tradição ainda se mantém nestas zonas serranas?

Um segundo grupo de cerâmicas aparece num âmbito geográfico mais alargado. Trata-se, por exemplo das formas de perfil em «S», aparentadas com os tipos de panela que referíamos anteriormente. Os paralelos destas formas, mais generalizadas, surgem por todo o Gharb al-Ândalus (Gómez, 2006: 346). É, precisamente, nos limites de distribuição das panelas de perfil em S que parece definir-se o contorno duma segunda zona de intercâmbios, delimitados a norte, por uma linha entre Santarém e Córdoba que deixa de fora, por exemplo, Mérida cuja cerâmica de cozinha difere sensivelmente da de Mértola, vinculando-se mais com as formas próprias da Meseta (ver, por exemplo, Alba e Feijoo, 2001 e Retuerce, 1998).

Neste mesmo âmbito geográfico, um outro grupo de objectos a assinalar é constituído pelas cerâmicas pintadas a branco, que constituem um núcleo importante da cerâ-

mica autóctone do Gharb al-Ândalus. Esta tradição oleira ocupa, *grosso modo*, os territórios da antiga Lusitânia, aos quais devemos acrescentar uma grande parte do vale do Guadalquivir com Córdoba como área máxima de plena implantação (ver Fig. 3). A título de exemplo, podemos referir a presença de cerâmicas com pintura branca sobre fundos avermelhados ou escuros em sítios do sudoeste peninsular como, por exemplo, Castro da Cola (Viana, 1960: 157 y Est. XXX), Mesas do Castelinho (Guerra e Fabião, 1991; Fabião e Guerra, 1993), Montinho das Laranjeiras (Coutinho, 1993), Silves (Gomes, 1988), Vilamoura (Matos, 1991), Faro (Paulo, 2000), Tavira (Maia e Maia, 2002), Cacela Velha (Álvaro, 2000; Gómez, 2003), Vale do Boto (Catarino, 1988), Castelos das Relíquias e Velho de Alcoutim (Catarino, 1997-98), Niebla (Benabat e Pérez, 1999; Pérez e Bedia, 1993), Alcaria Longa (Boone, 1992; 1993; 1994), Beja (Correia, 1991: 375), Serpa (Retuerce, 1986), Évora (Teichner 2006: 334-337), Aroche (Fernández, 1989), Alcácer do Sal (Paixão, Faria e Carvalho, 2001), Palmela (Fernandes, 2004; Fernandes e Carvalho, 1997), Lisboa (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2003; Gomes e Sequeira, 2001, Gaspar e Gomes, 2001), Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991), Sintra (Coelho, 2000 y 2002), Vila Franca de Xira (Banha, 1998), Santarém (Ramalho *et Alii*, 2001; Viegas e Arruda, 1999), Badajoz (Retuerce e Zozaya, 1986: 90), a Villeta de Azuquén (Gilotte, 2002), Córdoba e Madīnat al-Zahrā' (Vallejo e Escudero, 1999).

Nos últimos anos, este mapa de distribuição está a ser matizado e corrigido. Dentro desta vasta região, existem áreas onde não se detectam cerâmicas pintadas. Uma destas áreas é a região afectada pela barragem do Alqueva, aproximadamente a 50 km de Évora. Os trabalhos de minimização de impacte da barragem nas estações arqueológicas de época medieval e moderna, situados na bacia do Degebe levaram à realização de escavações em mais de 15 sítios de carácter rural datáveis entre a Antiguidade Tardia e o

século XVIII (Marques, 1992). O grupo de estudo dos materiais encontrados, no qual me incluo, inventariou um universo de mais de 7000 fragmentos, na sua maior parte cerâmicas toscas, sem acabamentos ou ornamentações relevantes. Em nenhum dos sítios escavados, inclusive aqueles em que a presença de candis vidrados confirma claramente uma cronologia islâmica, foi encontrada cerâmica com decoração pintada. Em outras áreas desta mesma região, parecem existir, também, espaços intersticiais onde não foi constatada a presença de materiais próprios dos domínios urbanos. Estas lacunas parecem corresponder a áreas rurais extremamente isoladas e pouco relevantes no controlo das vias de comunicação entre as principais cidades da região.

Numa terceira esfera de relações, as trocas comerciais do Gharb com outras regiões do al-Ândalus parecem centrar-se, sobretudo, em alguns materiais vidrados. Trata-se, principalmente, do vasilhame vidrado em melado e manganés, em branco-verde-manganés e em corda seca. Nestas três séries de cerâmicas encontramos uma assinalável diversidade explicável pelo facto de ter havido grande diversidade de origem.

No que diz respeito às cerâmicas vidradas em melado e manganés, podemos constatar a presença de técnicas de execução muito diferentes. Encontramos, por exemplo, peças revestidas com um leve vidrado amarelado e motivos desenhados com finas linhas de manganés (Fig. 4.1) que contrastam fortemente com outras peças executadas com uma camada de vidrado alaranjado espesso e traços de manganés tão grossos que chegam a produzir relevo na superfície (Fig. 4.2). Embora seja necessário confirmar esta hipótese com análises laboratoriais, consideramos admissível que estes últimos exemplos sejam imitações locais dos produtos melhor elaborados cuja origem se encontraria em outras regiões do al-Ândalus, provavelmente na Andaluzia Oriental ou Central.

Uma hipótese semelhante pode ser argumen-

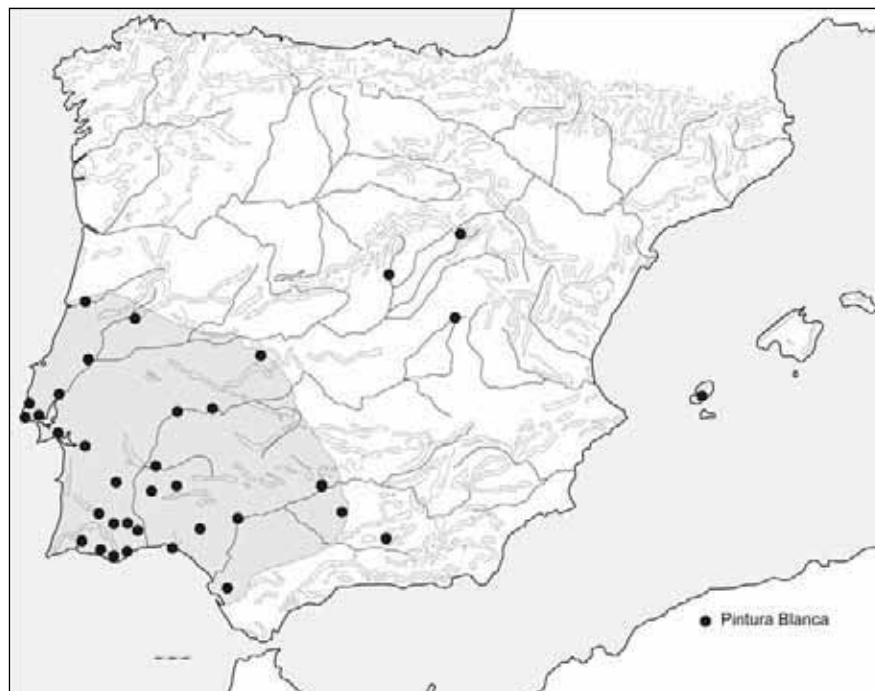


Figura 3 – Distribuição de cerâmicas com pintura branca.

tada tomando como referência peças decoradas em corda seca parcial. Um copo deste tipo de cerâmica foi executado com uma pasta clara de matriz calcária alheia à nossa região, utilizando uma depuradíssima técnica ornamental que delimita, com um traço firme e preciso de manganés, os contornos duma inscrição (Fig. 4.3). Contrasta com esta uma outra peça, uma jarrinha, realizada com uma técnica muito mais tosca, onde o traço de manganés se vê ultrapassado pela massa vítrea desfigurando o tema ornamental fitomórfico tornando-o quase irreconhecível (Fig. 4).

O lote de peças decorado em branco, verde e manganés, sobre o qual centramos a nossa atenção em trabalhos anteriores (Gómez, 1994, 1998, 2006), possui uma variedade de soluções técnicas e estilísticas tão ampla que, necessariamente, supõe grande diversidade de proveniências, em que algumas peças podem ser identificadas com origens em Córdova ou em Almeria. Não excluimos, de modo algum, que houvesse algumas peças decoradas em branco, verde e manganés produzidas localmente. É sobejamente conhecida a multiplicidade de centros produtores deste tipo de cerâmica no al-Ândalus (Bazzana, Lemoine e Picon, 1986), mas a ausência de provas obriga-nos a ser prudentes.

Podemos afirmar, portanto, que estas três séries cerâmicas (vasilhame vidrado em melado e manganés, em branco-verde-manganés e em corda seca), alcançam um âmbito de comércio regional mais extenso do que as anteriores, âmbito no qual os nós de comunicação como Mértola jogam um papel capital na redistribuição de objectos.

No caso das bacias do Sado e do Guadiana, as redes de redistribuição regional parecem ter funcionado de forma fluida. No entanto, levanta alguma perplexidade a falta de

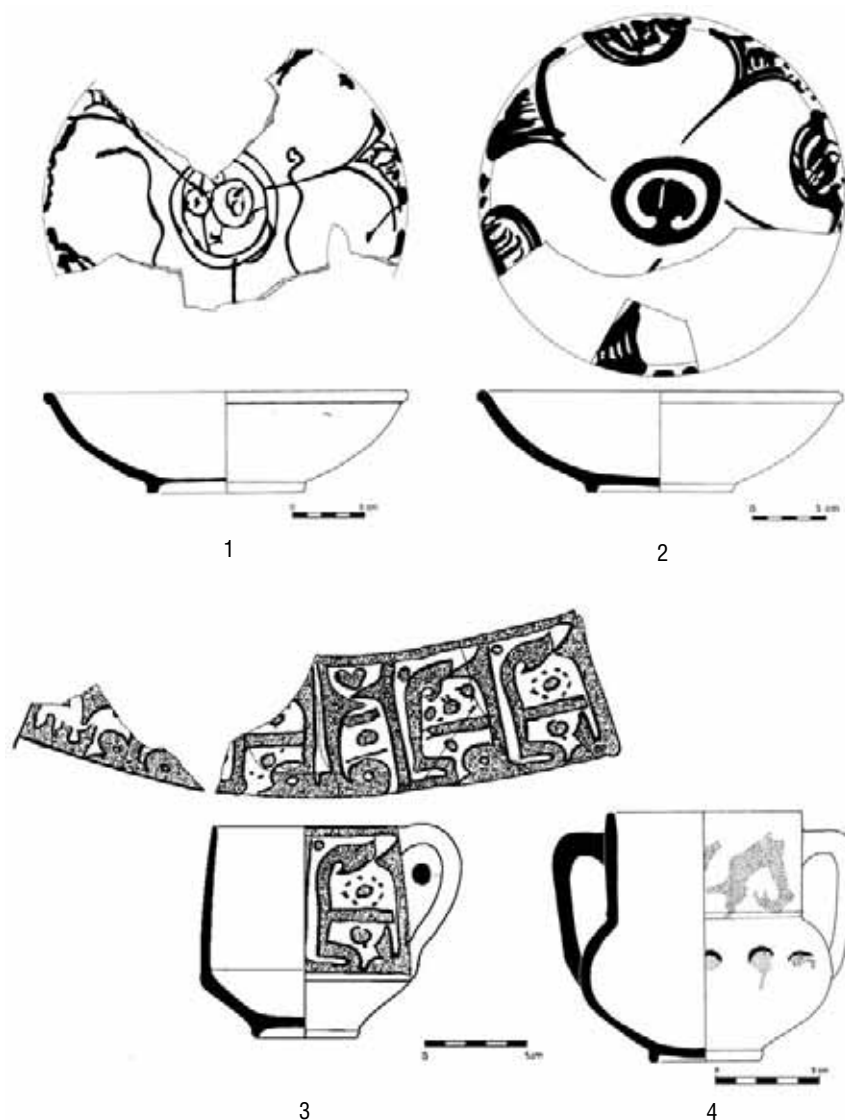


Figura 4 – Cerâmicas de importação dos séculos X-XI.

achados de materiais em verde e manganés ou em corda seca em sítios de menor importância na região ao norte de Lisboa (ver Gómez, 2005). Até ao momento, as localidades a Norte do Tejo em que se encontraram cerâmicas decoradas em verde e manganés (ver Fig. 5) são apenas Lisboa (Bugalhão e Gómez, 2005), Sintra (Coelho, 2002), Santarém (Ramalho et alii, 2001; Viegas e Arruda, 1999) e Coimbra (Catarino, 2005), e as que contam com a presença de corda seca são Lisboa (Bugalhão e Gómez, 2005), Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991), Sintra (Coelho, 2002), Loures (Silva, 2004), Vila Franca de Xira (Banha, 1998), Santarém (Ramalho et alii, 2001; Viegas e Arruda, 1999) e Coimbra (Catarino, 2005). Vemos, portanto, que as cerâmicas decoradas em verde e manganés e em corda seca entre Tejo e Douro encontram-se apenas em centros urba-

nos importantes ou em enclaves de importância estratégica localizados nas proximidades da desembocadura do Tejo.

O mapa de distribuição destes achados apresenta uma geografia «caprichosa» que não pode ser atribuída, apenas, ao nosso deficiente conhecimento dos materiais dessa região no período islâmico. O progresso experimentado pela arqueologia nos últimos vinte anos deveria ter localizado um número maior de objectos identificáveis com a cultura material islâmica, especialmente do califado e do período das Taifas. Contudo, o mapa revela uma débil penetração das rotas de distribuição das cerâmicas islâmicas mais características, aquelas que indubitavelmente se reconhecem como tais, num mundo rural pouco interessado nas manufacturas do mundo urbano. Tal é o caso dos vidrados bicromáticos em melado e manganés, e em branco e

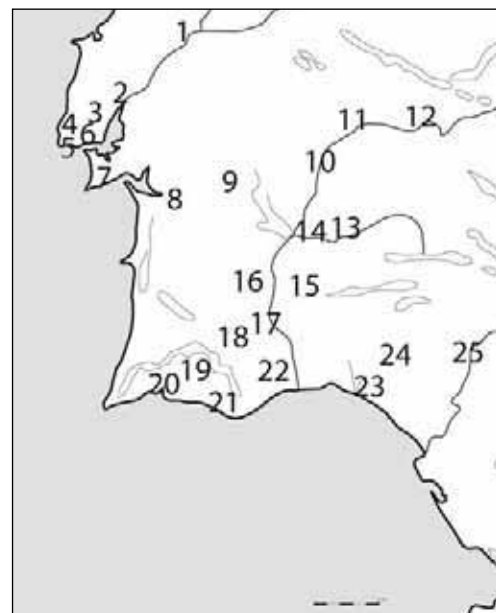


Figura 5 – Localidades do Gharb Al-Andalus com cerâmicas em verde e manganés e em corda seca: 1. Santarém, 2. Vila Franca de Xira, 3. Loures, 4. Sintra, 5. Cascais, 6. Lisboa, 7. Palmela, 8. Alcácer do Sal, 9. Évora, 10. Juromenha, 11. Badajoz, 12. Mérida, 13. Noudar, 14. Moura, 15. Serpa, 16. Beja, 17. Mértola, 18. Castro da Cola, 19. Loulé, 20. Silves, 21. Vilamoura, 22. Alcoutim, 23. Huelva, 24. Niebla, 25. Sevilla.

manganês, dos vidrados policromáticos em branco, verde e manganês, da corda seca, tanto parcial como total, ou mesmo das simples decorações pintadas.

No caso da bacia do Guadiana, o panorama é diferente. Localizaram-se materiais deste tipo também em povoados de zonas montanhosas e do interior como o Castro da Cola (Gómez, 1998), Mesas do Castelinho (Guerra e Fabião, 1991), Serpa (Retuerce, 1986), Moura (Macias, 1993), Noudar (Rego, 2003), Aroche (Fernández, 1989). Pensamos que Mértola foi a via de penetração de algumas destas cerâmicas em verde e manganês e corda seca, desempenhando um importante papel redistribuidor.

Em finais do século XI, intensificam-se os intercâmbios com outras regiões do Ocidente Mediterrâneo. É disso prova paradigmática a série de tigelas ornamentadas em verde e manganês com um estilo esquemático peculiar, cuja origem, actualmente posta em dúvida, foi atribuída durante algum tempo a Kairawan (ver Berti e Manoni, 1997; Gómez, 2003, Azuar, 2005: 184) (Fig. 6). Estas peças encontram-se sempre em portos fluviais ou marítimos. Aos já conhecidos (Mértola, Cartagena, Dénia, Palma de Maiorca, Pisa e Kairawan) devemos acrescentar Silves onde se localizaram fragmentos de 18 peças diferentes nas escavações da *Biblioteca Municipal* (ver Gonçalves neste mesmo volume) e do *Empreendimento do Castelo*.

Apesar das dúvidas surgidas em torno à sua datação e ao lugar exacto de fabrico, não parece desacertado dizer que estes portos marcam as etapas de uma rota de cabotagem que passa tanto por cidades de primeira dimensão como Palma de Maiorca ou Dénia, como por outras de menor importância como Mértola ou Cartagena. Também parece claro que a penetração destes produtos em regiões mais interiores deve ter sido bastante limitada ou nula pois, até agora, apenas foram identificadas em cidades portuárias.

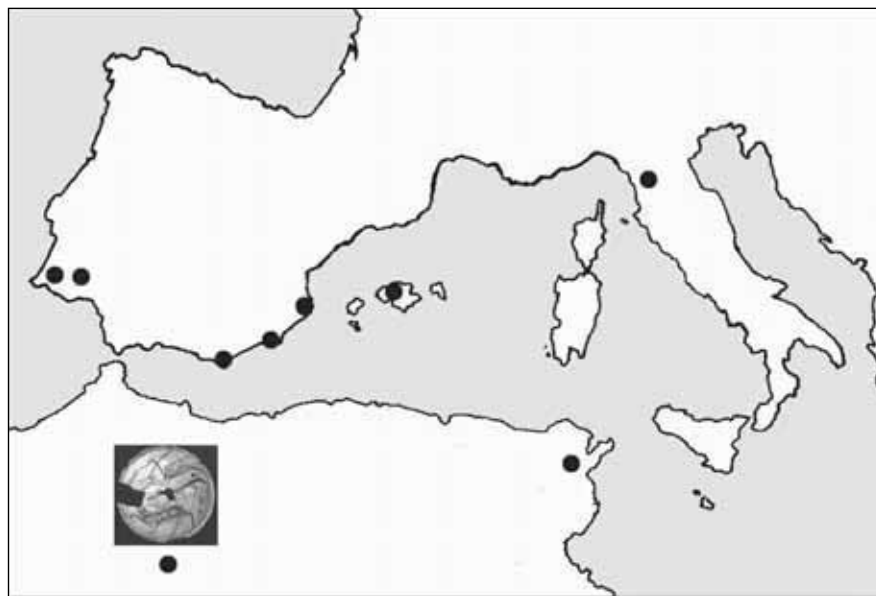


Figura 6 – Mapa de distribuição da série «africana» decorada em verde e manganês.

3. A DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NO SÉCULO XII

Ao longo do século XII, o mapa de intercâmbios vai mudando gradualmente. Embora a esfera de intercâmbios definida no Gharb al-Ándalus em época omíada tenha mantido os seus contornos durante a primeira metade do século XII, época em que as relações com a área de Lisboa são bastante estreitas, a partir da sua conquista por Afonso Henriques, os contactos com o vale do Tejo ficam reduzidos às zonas costeiras da margem sul. É também significativo que em época almóada também diminuam os contactos com o interior do Alto Alentejo.

Escavações recentes estão a permitir um melhor conhecimento dos repertórios cerâmicos do século XII, embora se trate apenas de resultados preliminares. Em meados do século encontramos formas novas, algumas apenas constatadas nos contextos desse momento. Estes novos tipos possuem ligações com formas presentes na Marca Média no período imediatamente anterior, na segunda metade do século XI. Estes elos tipológicos parecem ser reflexo da transmissão de formas e técnicas a partir da região de Toledo, conquistada pelo rei Afonso VI de Castela em torno de 1085. Parece-nos admissível uma migração de oleiros dessa zona que teriam contribuído decisivamente para as transformações formais e técnicas que se verificam na cerâmica do Gharb al-Ándalus ao longo do século XII.

No caso de Mértola, aparecem neste período, entre outros, painéis com o colo fortemente marcado por uma profunda carena (ver Fig. 7.1), pormenor formal que nos remete à «olla de escotadura» que encontramos desde a fronteira do alto Douro em Soria (ver por exemplo Gomez, 1996 ou Retuerce, 1998) até Mérida (ver, por exemplo, Feijoo, 1998). Também aparecem painéis com fundos muito largos e contínuos, com

corpos aproximadamente troncocónicos e com o colo muito pouco marcado ou sem ele (ver Fig. 7.4). Nas formas de mesa encontramos, pontualmente, jarrinhos com bases em bolacha (Fig. 7.2) que veremos generalizar-se durante o período almóada.

No entanto, continua presente um forte substrato constituído, essencialmente, pelas jarrinhas de corpo globular e colo cilíndrico alto e largo, regra geral pintadas a branco. Estas jarrinhas estão presentes num território muito alargado, que supera os limites do Gharb al-Ândalus. Mas há formas mais específicas que localizamos, de maneira mais restrita, nas regiões do Guadiana e do Tejo.

Os copos, que em Mértola começam a proliferar nessa época, possuem fortes nexos formais com os fabricados nas oficinas de Lisboa na primeira metade do século XII (Bugalhão e Folgado, 2001). Também se assemelham bastante às panelas globulares de colo curvo e duas asas. Em Lisboa e no Vale do Boto (Castro Marim), encontramos elementos peculiares comuns, como as tigelas vidradas em bicromia com estampilhado (Gomes e Sequeira, 2001 e Catarino, 1988).

No que diz respeito à circulação de loiça proveniente de uma esfera supra-regional

de intercâmbios, certamente a sólida rede de cidades, que já se encontrava bem articulada no século XII, estruturava estas redes comerciais que parecem responder a rotas sólidas e bem estabelecidas. As mercadorias deste comércio entre cidades como Beja ou Moura não só consistiam em objectos de luxo (louça dourada, corda seca, etc.), mas também incluíam produtos com características técnicas específicas, como as vasilhas de transporte de água, de pastas claras e compactas, mas porosas.

Vários autores abordaram o estudo da corda seca do século XII, especialmente Claire Déléry, na tese de doutoramento recentemente defendida (2006). É imprescindível fazer referência a esta série quando se trata de intercâmbios. Em Mértola encontramos algumas tigelas decoradas em corda seca total com pé anelar diagonal, corpo semiovalado e bordo extrovertido arredondado (Fig. 8.1), com paralelos em Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002: n.º 160), Alcazaba de Málaga (Puertas, 1989: 12-13, Fig. 16 y lam. II) e Denia (Catálogo, 1988: 107). Também destacamos um tipo de tigela de base convexa com o mesmo pé anelar diagonal, corpo semiesférico e bordo arredondado (Fig. 8.2) que tem paralelos na Alcazaba de Málaga (Puertas, 1989: 12-13, Fig. 16 e lam. II-III) e em Ceuta (Fernández, 1988: 142). Outra forma interessante é a tigela de base convexa com anel diagonal e pronunciada carena na parte superior do corpo (Fig. 8.3) com paralelos na Alcazaba de Málaga (Puertas, 1989: 12, Fig. 16 e lam. I) e em Ceuta (Fernández, 1988: 142). Outra tigela possui base convexa com pé anelar diagonal, carena pronunciada a meia altura de um corpo bastante baixo, e bordo em aba (Fig. 8.4). Os exemplos mais parecidos encontram-se de novo em Málaga (Puertas, 1989: 12, Fig. 16 e lam. II-III). Um último tipo de tigela possui bordo introvertido com uma moldura exterior, um corpo que supera a meia esfera, e base plana com pé anelar de perfil diagonal (Fig. 9.1). Possui paralelos exactos na Alcazaba de Málaga (Puertas,

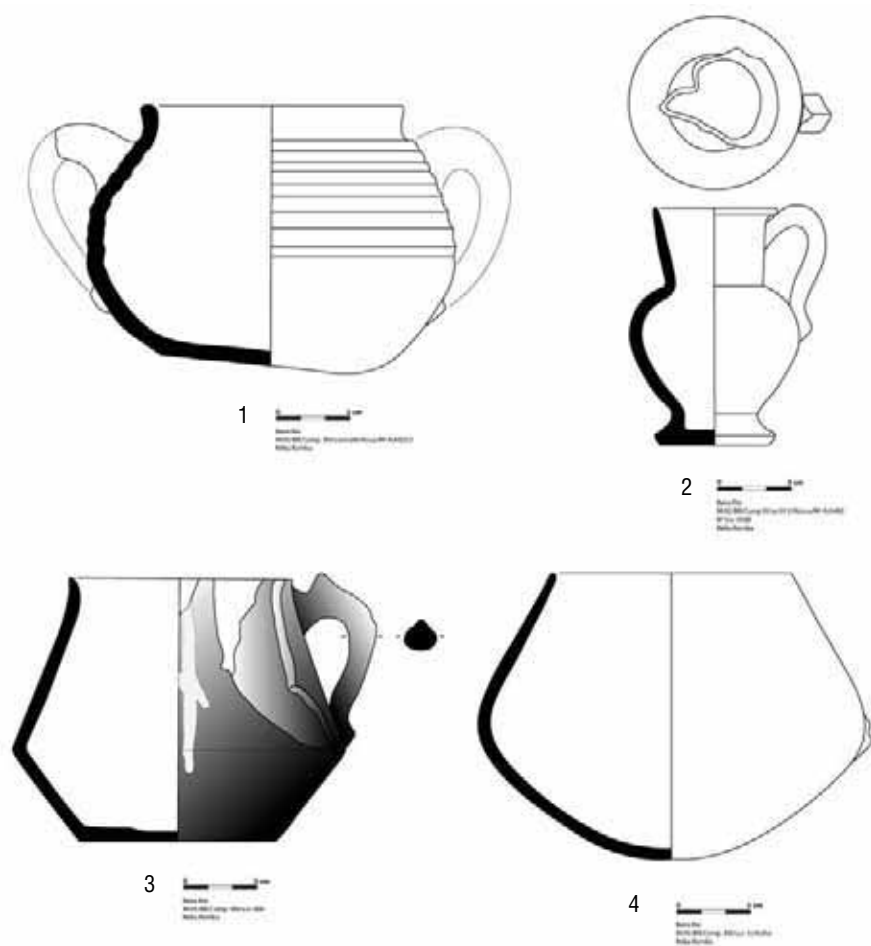


Figura 7 – Cerâmicas do século XII encontradas na Hospedaria Beira Rio de Mértola.

1989: 12, Fig. 16 y lam. I) e em Ceuta (Fernández, 1988: 142).

São muito frequentes em Mértola as tigelas com motivo floral criado a partir de uma composição geométrica radial que ocupa toda a peça e que poderia corresponder a uma flor de loto (Fig. 9.2). Exemplos idênticos podem ser encontrados em diversos portos do Mediterrâneo Ocidental (Fig. 10), por exemplo em Lisboa (Déléry, 2006: 932-935), em Santarém, no Arrabalde Ocidental de Silves (Gonçalves, 2008), na Alcaçova de Málaga (Puertas, 1989: 19, Fig. 16 y lam. 6), em Granada, em Almería, em Lorca, em Cartagena (peça apresentada por Martín Guillermo no seminário «*Portos Medievais do Mediterrâneo*», Mértola, 2001), em Alcoy, em Palma de Maiorca (Rosselló, 1978: 116), em Pisa (Berti e Tongiorgi, 1981: 163-164 y Tav. LIV) e em Ceuta (Fernández, 1988: II, 142). Análises de pastas efectuadas por Berti parecem indicar Múrcia como centro produtor desta série de corda seca (Berti e Manoni, 1995).

No que diz respeito às formas fechadas decoradas em corda seca total, destaca-se a bilha de base convexa com pé em bolacha, corpo globular e uma asa, mas da qual desconhecemos a forma do colo e do bordo (Fig. 9.3). Peças com forma semelhante, também em corda seca total, foram encontradas em Mérida (Feijoo, 1999) e em Madīnat al-Zahrā (Llubiá, 1967: 46), possivelmente provenientes dos níveis do século XII.

Também encontramos um tipo de bilha que assenta sobre uma base anelar levemente diagonal, com moldura marcando o contacto com o corpo que é globular. O colo e a asa não se conservam nos exemplares de Mértola (Fig. 9.4) mas aparecem numa peça ligeiramente maior (250 mm de altura) encontrada nas escavações da *Rua do Sembrano* de Beja, informação que devemos à amabilidade de Susana Correia e Isabel Ricardo (Fig. 9.5). Este exemplar, de pasta alaranjada/bege com elementos não plásticos de xisto, calcário e chamote, possui bordo vertical (Ø 60 mm)



Figura 8 – Cerâmicas decoradas em corda seca total encontradas em Mértola (século XII).

com pequeno lábio de secção triangular e pequeno bico de paredes divergentes, colo ligeiramente troncocónico invertido, corpo globular (Ø 180 mm), marca da presença de uma única asa entre o colo e o corpo, e arranque de uma moldura (Ø 100 mm) antecedendo um pé anular não conservado. Está revestido, no interior, de vidrado monócromo melado e, no exterior, está decorado com a técnica da corda seca total em tons branco, verde e melado, representando temas fitomórficos. Um paralelo destas peças de Mértola e Beja, em forma e ornamentação, foi encontrado num contexto de olaria em Almería (Flores, Muñoz e Lirola, 1999: 228).

Certamente, esta e outras peças provenientes de portos do oriente da Península Ibérica teriam chegado a Mértola por via marítimo-fluvial para depois prosseguirem por estrada até Beja. Poderiam ter feito escala em Mértola, igualmente, algumas peças decoradas em corda seca total encontradas em Évora (Teichner, 2006: 368-371) e em Moura (Macias, 1993). Também encontramos tigelas semelhantes a formas decoradas em

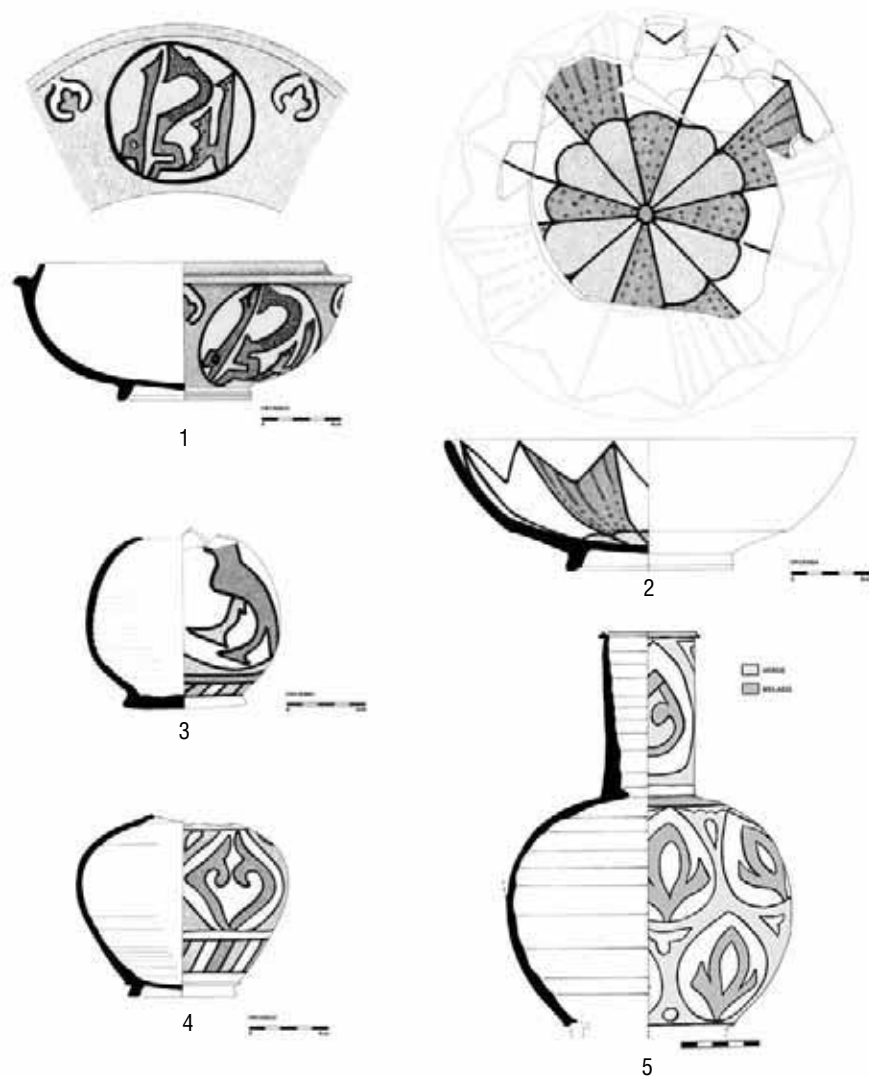


Figura 9 – 1 a 4. Cerâmicas decoradas em corda seca total encontradas em Mértola (século XII). 5. Bilha decorada em corda seca total em tons branco, verde e melado, encontrada nas escavações da Rua do Sembrano de Beja (Portugal).

corda seca total, de Silves, de meados do século XII (Gomes e Gomes, 2001), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1993: 46 y est. 8) e Lisboa (Bugalhão e Gómez, 2005).

Conhecemos a existência duma bilha decorada em corda seca total, aparentando defeito de cozedura, encontrada em Santarém numa escavação dirigida por Maria Adelaide Pinto e Helena Marina Santos da empresa Crivarque (www.crivarque.net/projetos.php), mas sendo a informação muito reduzida, não permite concluir com segurança que Santarém tenha produzido cerâmica de corda seca total na primeira metade do século XII, antes da conquista cristã de 1147. Se de facto tal aconteceu, é possível que sejam daí algumas cerâmicas deste tipo encontradas em Lisboa e no seu território.

No período almóada, têm continuidade os processos de mudança iniciados no

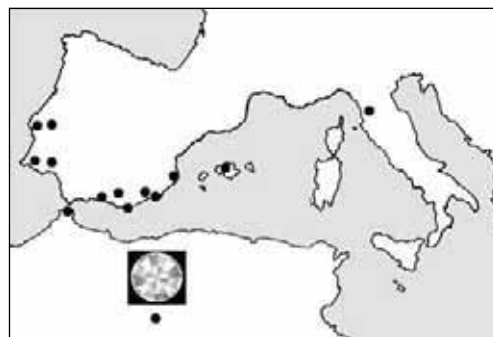


Figura 10 – Mapa de distribuição da tigela de corda seca total com decoração fitomórfica de carácter geométrico.

século XII. A renovação das técnicas e do repertório tipológico completa-se com uma proliferação extraordinária de formas e séries tecnicamente diferenciadas. Se bem muitas delas proviessem de centros produtores de regiões vizinhas, outras foram fruto da evolução desencadeada pelas novidades surgidas na primeira metade do século XII. Podemos organizar estas modificações em três esferas de intercâmbios bastante bem definidas: local, regional, e supra-regional que se estende pelo Mediterrâneo Ocidental.

A primeira esfera refere-se ao mercado estritamente local onde encontramos objectos que parecem confinados ao alfoz da cidade. No caso de Mértola, a panela de bordo vertical, colo cilíndrico curvo e largo, corpo troncocónico, duas asas verticais entre o ombro e o corpo, e base convexa (Fig. 13.1), possivelmente evoluída a partir das panelas sem colo marcado que referimos anteriormente (ver Fig. 7), seria o produto típico desse mercado local. Trata-se de uma forma peculiar que, até agora, só encontramos de forma insistente em Mértola. As suas qualidades técnicas não diferem das encontradas em outras formas com a mesma função e do mesmo período. Provavelmente a sua limitação ao mercado mertolense tem relação com os processos de distribuição e não com os de produção, pois é um objecto de boa qualidade e relativamente

abundante no bairro almóada da *Alcáçova do Castelo* de Mértola.

Um conhecimento mais apurado das estruturas de produção cerâmica de Mértola permitiriam definir com exactidão esta produção local mas, até à data, os únicos vestígios conhecidos de uma olaria no sudoeste peninsular em época almóada, são o forno da Rua 25 de Abril de Mértola (Gómez, 2006: 672-686). Foi encontrado em condições difíceis, durante o acompanhamento arqueológico da repavimentação da rua e o seu estado de conservação era péssimo: apenas se conservava uma pequena parte da câmara de fogo ou fornalha de planta aproximadamente oval inserida numa camada de entulhos antigos que continham muitos fragmentos de ânfora. A fornalha estava revestida com barro e pequenas lajes de xisto formando paredes lisas e levemente inclinadas (ver Fig. 11).

Entre os materiais de construção associados ao forno encontramos alguns tijolos queimados e alguns restos de barro cozido nos quais uma parte da parede aparece vitrificada (ver Fig. 11.2 e 3). Um dos fragmentos de barro cozido tem uma face alisada e um orifício de forma cilíndrica (ver Fig. 11.1). Este fragmento leva-nos a considerar que existia uma grelha construída com barro cozido e tijolos que separaria a câmara de fogo da câmara de enformamento, cuja planta e alçado foi impossível determinar.

A produção do forno inclui alguns dos objectos característicos desta região como é o caso das panelas de corpo globular e colo cilíndrico de pouca altura (Fig. 12, 1), os pequenos alguidares trípodas (Fig. 12, 2) e, sobretudo, os cântaros de bordo vertical com moldura estriada, colo cilíndrico com outra pequena moldura central, e duas asas de fita verticais que descansam no ombro. O corpo é de forma aproximadamente piriforme invertida. Não se encontrou nenhum fragmento de cântaro que conservasse o fundo, mas foram achadas peças deste tipo em contextos de abandono na Alcáçova do Castelo apresentando fun-

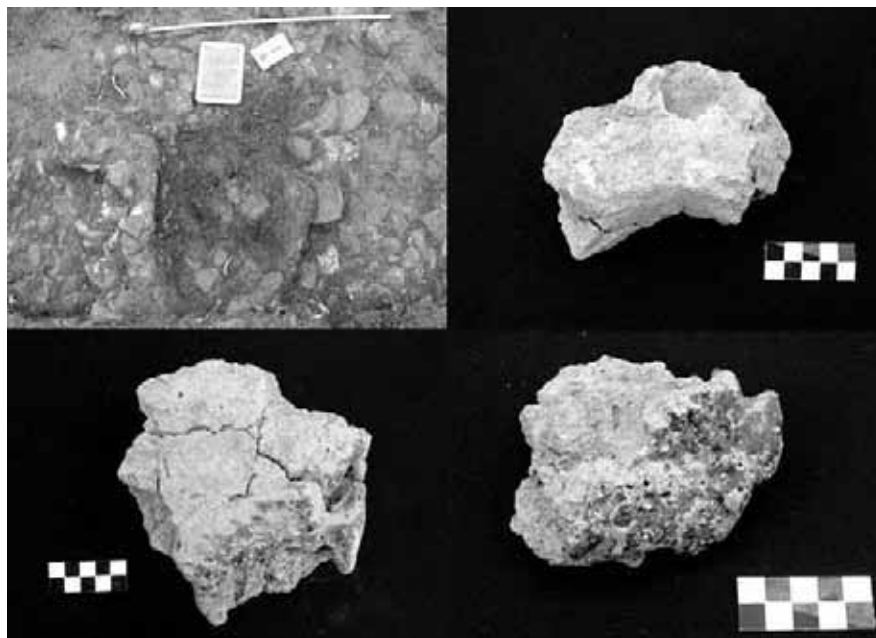


Figura 11 – Forno cerâmico da Rua 25 de Abril durante o processo de escavação e fragmentos de elementos construtivos do forno.

dos ligeiramente convexos (Fig. 12, 5). Apresentam-se sempre com ornamentação pintada em branco sobre paredes vermelhas ou, mais frequentemente, sobre uma superfície enegrecida no processo de pós-cozedura. A pintura costuma ir acompanhada de cordão digitado em posição horizontal ou enlaçado com as asas de forma peculiar (ver Fig. 12, 3 e 4).

Merece alguma atenção a presença de bordos como os que acabamos de descrever no *Cuartel del Carmen* em Sevilha (Huarte, Lafuente e Somé 1999: Fig. 3-9), embora o forno encontrado em Mértola não tivesse capacidade para abastecer um mercado regional muito alargado. Talvez tivessem essa capacidade as oficinas encontrados na *Cartuja* de Sevilha que ainda não foram publicados com o pormenor que seria desejável (Amores *et Alii*, 1997). Pensamos que a publicação dos repertórios associados a estes fornos poderá esclarecer as origens e percursos destas cerâmicas almóadas do sudoeste.

Nesta época, começa a registar-se em Mértola a presença de talhas ricamente decoradas com motivos estampilhados e dos respectivos suportes e tampas. As características técnicas (pastas claras, calcárias) e a semelhança da maior parte delas com congêneres de outras cidades do sudoeste peninsular nos levaram a pensar que poderiam provir, via fluvial, de outros centros produtores, embora sem determinar com exactidão quais. A abundância e diversidade geográfica de paralelos talvez se deva mais a um âmbito comum de influências e ampla transferência de conhecimentos e tecnologias, do que a um muito difundido mercado de produtos (Gómez, 2006: 313). Nunca considerámos a hipótese de ter havido produção deste tipo de objectos em Mértola, porém tão pouco a excluímos, dadas as dificuldades e os custos do transporte destes recipientes

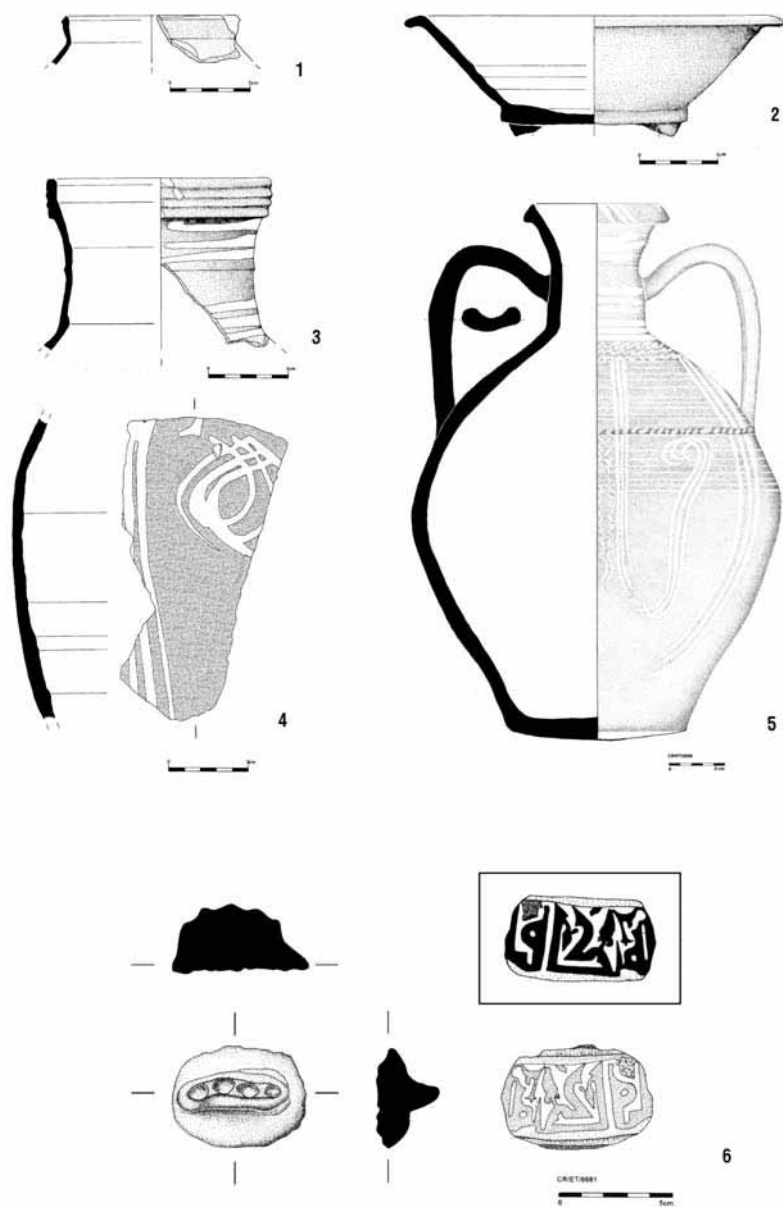


Figura 12 – Produções do forno da Rua 25 de Abril de Mértola. 1. Marmita globular; 2. Pequeno tripé; 3., 4. e 5. Cântaro; 6. Matriz para imprimir motivos estampilhados encontrada na Casa do Lanternim de Mértola.

de grandes dimensões e peso. O achado duma matriz de estampilha levou-nos a considerar novamente este tema.

Este selo ou matriz (Fig. 12.6) encontra-se bastante completo e em bom estado de conservação, embora os seus bordos estejam deteriorados e o tema decorativo em relevo, desgastado. Trata-se de um objecto cerâmico lenticular de 43 mm de largo, 58 mm de comprimento e 22 mm de altura. Uma das suas faces é ligeiramente côncava e possui o tema decorativo em relevo. Na outra face, fortemente convexa, encontra-se

uma pega alargada e de secção aproximadamente triangular com digitações no bordo. A matriz parece ter sido concebida para decorar o ombro de uma talha, pois a superfície em relevo possui uma apreciável curvatura que permite adaptar-se à superfície globular do corpo da talha. O motivo decorativo também apresenta um leve arco, mais estreito na parte superior e largo na inferior, para adaptar-se melhor à curvatura do ombro da peça. Foi fabricado em barro avermelhado compacto. O motivo ornamental, representado em negativo como é normal, corresponde a um tema epigráfico em escritura cúfica florida. Parece tratar-se do mesmo tema representado num fragmento de talha (CR/ET/0021) que Khawli (1992: 21) transcreve com algumas dúvidas como «Mila-Kafi [Ka]mila ou [ch]amila (?) Kaf[ia]» e traduz como «completa ou perfeita», embora possivelmente não se trate da mesma matriz.

Foi encontrada nas escavações da *Casa do Lanternim* de Mértola. Infelizmente, o contexto do achado dificulta a interpretação do objecto pois apareceu no desmonte de estruturas datadas do século XVI e não num contexto claro de olaria. Em qualquer caso, as suas características formais indicam claramente a sua utilização no fabrico da cerâmica.

Uma segunda esfera de distribuição, que ocuparia a Andaluzia Oriental, o Algarve e o Baixo Alentejo, desenha-se com especial claridade a partir de um conjunto de materiais cerâmicos de grande homogeneidade que responde a um mercado plenamente definido. Os produtos desse mercado são diversos e variados, mas há duas formas especialmente significativas: a panela de bordo vertical, colo cilíndrico recto pouco desenvolvido, corpo globular ou piriforme invertido, duas asas entre ombro e corpo e base convexa (Fig. 13, 2), e, sobretudo, da caçoila com aplicações plásticas verticais de secção triangular, conhecida na literatura científica espanhola como «cazuela de costillas» (Fig. 13, 4). Invariavelmente, aparece em todas as cidades almóadas do

sudoeste (Fig. 14): Alcácer do Sal (Paixão e Carvalho, 2001), Silves (Gomes, 1988: 260), Salir (Catarino, 1997/98: Est. CXXIV), Tavira (Maia, 2003: n.º 200), Cacela Velha (Álvaro, 2000: 179), Niebla (Pérez e Bediá, 1993), Gibraleón (Bediá, 1987), Barrera de Bonares (Pérez, 2002: 30) e Saltes (Bazzana e Cressier, 1989: 61) em Huelva, Sevilha (Huarte e Lafuente, 2002: 408) e Jerez da Fronteira (Fernández, 1987: 457 e Fig. 4).

Alguns dos produtos deste mercado não estariam plenamente desenvolvidos até finais do século XII ou inícios do XIII, visto que alguns materiais, nomeadamente a caçoila com aplicações plásticas verticais, não chegaram com a mesma profusão às cidades de Évora e Beja que, desde as respectivas conquistas pelas tropas cristãs por volta de 1160, mesmo que tenham voltado ao domínio islâmico por alguns períodos de tempo, não recuperaram o dinamismo de períodos anteriores. Deste modo, o limite norte coincide, *grosso modo*, com as fronteiras do território almóada e que levariam desde Alcácer do Sal à Serra da Adiça e do Mendro inicialmente, para ir progressivamente perdendo terreno até a conquista definitiva de todo o território do Gharb al-Ándalus a meados do século XIII.

Pensamos que esta produção almóada não se restringia a um único centro de onde se exportasse para toda a região, mas que existiriam diversos núcleos oleiros. Ainda há muito trabalho pela frente na tarefa de definir centros produtores. No entanto, a recente tese de doutoramento de Rebecca Bridgman, a quem devemos estas valiosas informações, permitiu identificar algumas produções de Sevilha, capital no al-Ándalus do Império Almóada e que foi, certamente, o principal centro produtor da época. Esta investigadora identificou a presença de objectos dessas produções noutros portos do al-Ándalus, nomeadamente em Mértola. Deste modo, pelo menos uma parte das caçoilas de «*costillas*» encontradas em Mértola terão sido importadas de Sevilha, mas atrevemo-nos também a assinalar outros

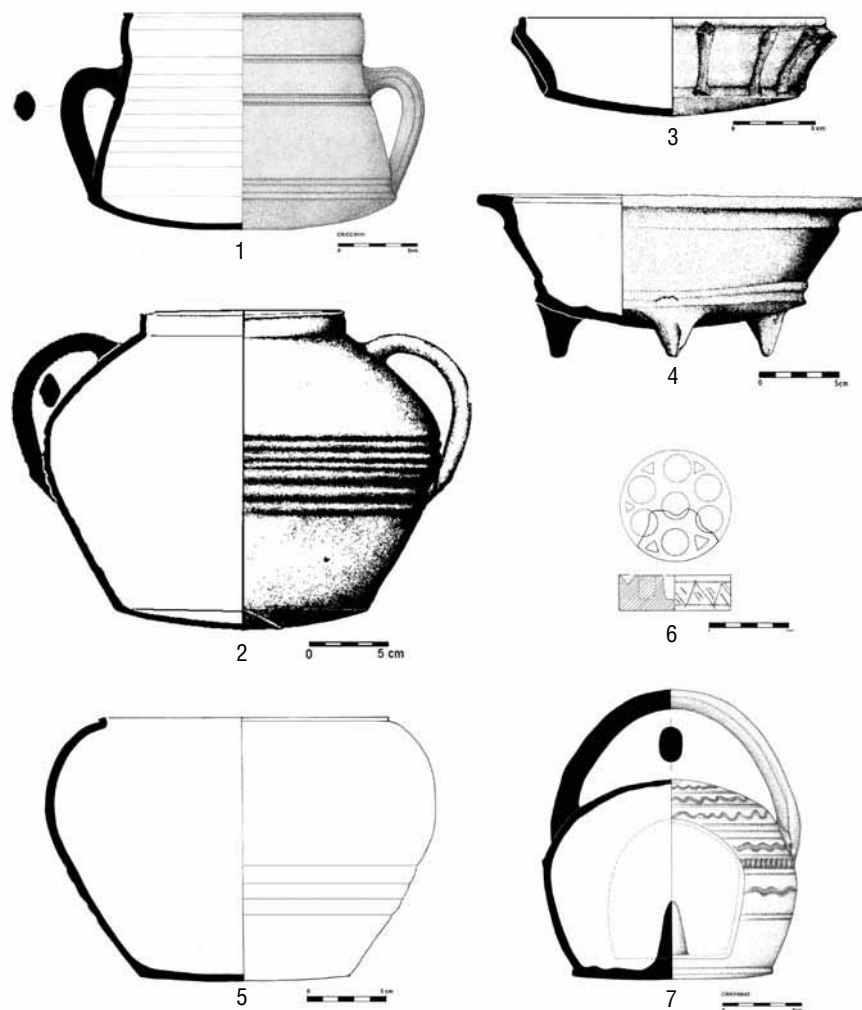


Figura 13 – Cerâmicas de época almóada encontradas em Mértola (segunda metade do século XII-primeira metade do século XIII).

objectos como as jarrinhas de paredes finas e pastas claras encontradas na Catedral de Sevilha (Huarte e Lafuente, 2002).

Esta vasta região do sudoeste peninsular manteve fortes ligações com outras regiões do domínio almóada. Não se tratava de espaços fechados e as limitações espaciais dos produtos mais comuns devem relacionar-se com os custos de transporte. Os elos entre regiões distantes são especialmente evidentes em objectos de formas funcionais muito específicas que se encontram bastante dispersos pelo al-Ándalus almóada. Este é o caso do tinteiro de corpo cilíndrico e orifícios (Fig. 13.6) e do *fanal* ou lanterna, um utensílio peculiar para iluminar em espaços abertos (Fig. 13.7). Para ambos os objectos, encontramos exemplos idênticos em Mértola e no Castelo de Jijona em Alicante (Azuar, 1985). O mesmo poderia dizer-se dos *bacios* de corda seca total ou das pias de abluções. Esta estandardização de determinados objectos no mundo almóada foi assinalada por vários

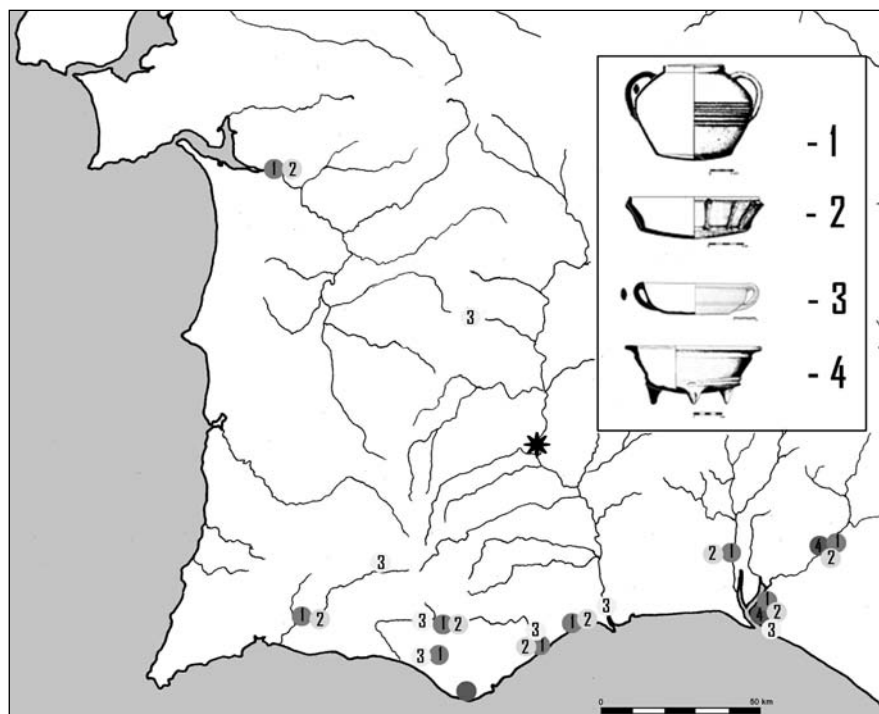


Figura 14 – Mapa de paralelos da alguns tipos de cerâmica almóada no sul de Portugal. 1. Panela globular, 2. Caçoila com aplicações plásticas verticais, 3 Caçoila de fundo carenado, 4. Tripé.

autores (Retuerce, 1998 y Lafuente, 1999), mas ainda não foi definido com exactidão se se tratava de importações a partir de centros produtores concretos ou, como nos parece mais provável, duma ampla difusão de formas e técnicas num mercado dinâmico e flexível.

Alguns objectos tinham áreas de distribuição muito mais amplas e alcançavam uma grande parte dos territórios almóadas. Embora não conheçamos bem os repertórios cerâmicos norte-africanos, a presença de alguns objectos em diversos pontos do território do actual Marrocos é significativa. Entre eles cabe destacar um pote, de forma muito simples mas pouco habitual, com bordo plano, corpo globular algo achatado e base convexa (Fig. 13.5) que encontramos em territórios distantes como Mértola, a região de Niebla (Pérez, 2002: 31, Fig. 11, 54 y 24, 136), Sevilla (Huarte e Lafuente, 2002: 407) ou al-Basra (Benco, 1987: 81).

No caso de alguns portos do estreito essa vinculação já existia em época omíada, como o demonstram os repertórios cerâmicos de Ceuta. Também outras áreas, como Nakur, parecem possuir vinculações antigas com os territórios do sudeste de al-Andalus (Acién et alii, 1999). Alguns objectos são testemunho de como esta tendência se agudiza com os almorávidas, como é o caso das jarrinhas com base anelar, corpo ovalado, duas asas verticais entre bordo e corpo e colo cilíndrico recto e largo, ou tronco-cónico invertido (Gómez, 2006: 387-388), em territórios tão distantes como Noudar (Rego, 2003: 79), Lisboa (Bugalhão e Folgado, 2001: n.º 62), Denia (Gisbert, 2000: 70), Balaguer (Giralt, 1987: 28), Lérida (Escó, Giralt e Sénac, 1988: 97), Ceuta (Fernández,

1988: II, 148 Fig. 17), e em al-Basra nos níveis almorávidas (Benco, 1987: 86) e, sobretudo, a difusão da corda seca de tipo «malaguenho» pelo Magreb (Déléry, 2003: 208).

Ao longo do período almóada as coincidências parecem ir aumentando. Ao já mencionado caso do pote de bordo plano, corpo globular e base convexa, poderíamos acrescentar as tigelas carenadas (ora com carena marcada alta – Fig. 15.1; ora com corpo troncocónico invertido baixo e carena média – Fig. 15.2; ora com carena na parte inferior do corpo – Fig. 15.4), as tigelas com bordo polilobulado e corpo hemisférico (Fig. 15.3), e algumas peças de corda seca total que combinam essa técnica com o estampilhado (Fig. 15.5) (Déléry, 2003) que arrancam em época almorávida e que encontramos em Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002: n.º 124-125) e Qsar Es-Seghir (Redman, 1979-1980). O mesmo acontece com os bacios de base plana, paredes cilíndricas, por vezes ligeiramente curvas, e bordo vertical recto com um espesso lábio de secção quadrada (Gómez, 2006: Fig. 106 e Foto 112) que encontramos, por exemplo, na Alcaçova de Málaga (Puertas, 1989: 14, Fig. 16, 18 lam. V), Ceuta (Fernández, 1988: II, p. 141), Cocentaina e Denia (Azuar, 1989: 325 e 326), Paderne (Catarino e Inácio, 2006: vol. I, 281-298.) e em Algeciras em corda seca parcial (Torremocha, Navarro e Salado, 1999: 182).

Também neste grupo seria difícil deslindar, em cada caso e com os dados actualmente disponíveis, se se tratava de importações a partir dum único centro produtor ou de vários, hipótese, esta última, que consideramos a mais provável. De facto, neste sentido apontam os dados sobre a produção dos objectos mais refinados. No que diz respeito à produção de corda seca, coloca-se a hipótese de existirem, pelo menos, os centros produtores de Málaga, Almería, Múrcia, e a corda seca parcial em combinação com esgrafitado em Denia e Palma de Maiorca (Déléry, 2003). Um panorama semelhante pode ser dese-

nhado em relação à louça dourada de cuja produção existem testemunhos em Calatrava la Vieja (Zozaya, Retuerce e Aparício, 1995), Almeria (Flores, Muñoz e Lirola, 1999), Múrcia (Navarro, 1986), Málaga (Gómez-Moreno, 1940) e, na nossa opinião, também em Mértola (Gómez, 2003 e 2006). Mas, para além da proveniência efectiva dos objectos, não há dúvida de que os contactos dentro destes vastos territórios levaram a importantes transferências de tecnologia. Tendo em conta esta mobilidade dos saberes, o factor determinante para a instalação de uma oficina de produção de cerâmicas de luxo num determinado lugar deve ter dependido da existência de condições adequadas de comercialização das manufacturas em maior medida do que da existência de matérias-primas especialmente apropriadas para o fabrico de cerâmica.

Neste sentido podemos chamar a atenção para a localização das produções em portos relevantes. Almeria e Málaga, como portos marítimos, contariam com significativas facilidades de distribuição. Calatrava, por outro lado, coincide com um cruzamento de caminhos num ponto interior demasiado afastado dos centros produtores da costa, tornando excessivo o risco de rotura de peças durante uma comprida rota terrestre.

No caso de Mértola, a sua localização no fim do percurso fluvial navegável permitir-lhe-ia jogar com as duas possibilidades: por um lado, a distribuição pelos territórios do interior e, por outro, o embarque em direcção a outros portos. Neste sentido, os produtos de Mértola teriam vantagem sobre os originários do Sharq al-Andalus pela sua proximidade de outros portos do Gharb como Silves ou Alcácer do Sal.

BIBLIOGRAFIA

ACIÉN ALMANSA, Manuel *et alii* (1999), La cerámica a mano de Nakūr (ss. IX-X) producción beréber medieval, in *Actas del Coloquio «La cerámica*

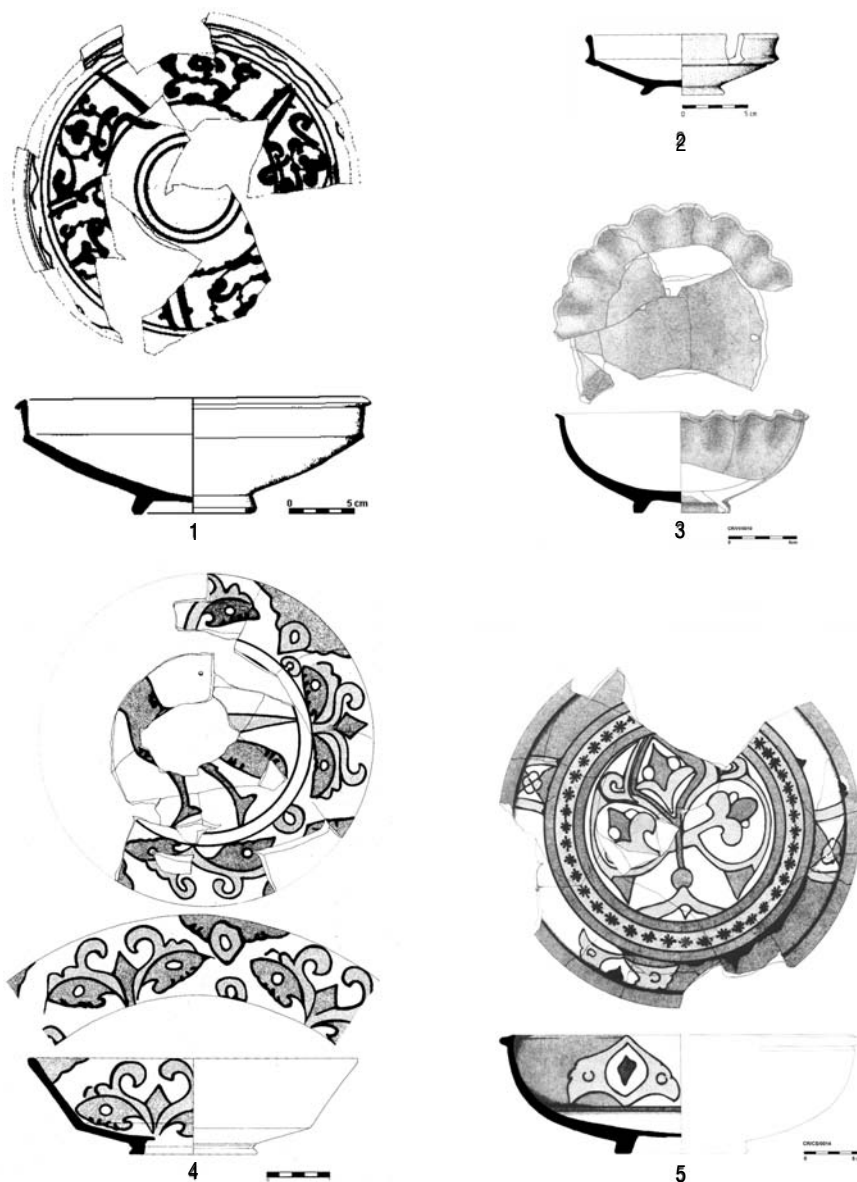


Figura 15 – Cerâmicas de época almóada encontradas em Mértola (segunda metade do século XII-primeira metade do século XIII).

andalusí. 20 años de investigación, Jaén, 15 al 17 de Octubre 1997, Arqueología y territorio medieval, Jaen: Universidad de Jaén, ISSN 1134-3184, n.º 6, pp. 94-99.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2001), Cerâmica emiral de Mérida. In *Garb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa / Mérida: IPPAR / Junta de Extremadura, ISBN 972-8087-91-8, pp. 329-375.

ÁLVARO SÁNCHEZ, Rocio (2001), Cerâmica almohade de Cacela Velha: primeros avances. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Vol. VII Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Porto: ADECAP, ISBN 972-98807-0-0, pp. 453-464.

AMORES, Fernando *et alii* (1997), Informe sobre las actuaciones arqueológicas de apoyo a la res-

- tauración en la Cartuja de Sevilla (1987-1992), *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Sevilla: Junta de Andalucía, III (1993) pp. 594-603.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, Maria José (coord.) (2002), *De Scalabis a Santarém*, Lisboa: Instituto Português de Museus, 2002, ISBN 972-776-131-3, 215 pp.
- AZUAR RUIZ, Rafael (1985), *Castillo de la Torre Grossa (Jijona)*, Alicante: Museo Arqueológico Provincial, 1985, ISBN 84-505-2388-5, 125 pp.
- AZUAR RUIZ, Rafael (1089), *Denia Islámica. Arqueología y poblamiento*, Alicante: Fundación Gilalbert, ISBN 84-7784-033-4.
- AZUAR RUIZ, Rafael (2005), Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Itália. *Arqueología y Territorio Medieval*, Jaén: Universidad de Jaén, ISSN 1134-3184, 12.1, pp. 175-199.
- BANHA, Carlos Manuel dos Santos (1998), As cerâmicas do Alto Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar. *Cira. Boletim Cultural*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ISBN 972-8241-12-7, n.º 7 (1995-1997), pp. 75-109.
- BAZZANA, André; CRESSIER, Patrice (1989), *Shaltish / Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'Al-Andalous*, Madrid: Casa de Velázquez, ISBN 84-86839-16-5, 104 pp.
- BAZZANA, André; LEMOINE, CH.; PICON, M. (1986), Le problème de l'origine et de la diffusion des céramiques dites califales: recherche préliminaire. In *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental, Toledo, 1981*, Madrid: Ministerio de Cultura, ISBN 84-505-5832-6, pp. 33-38.
- BEDIA GARCÍA, M.ª Juana (1987), Avance de los trabajos realizados en el «castillo de Gibrleón (Huelva)». In *II Congreso de Arqueología Medieval Española, Madrid, 19-24 de enero de 1987*. Madrid: Comunidad de Madrid – Asociación Española de Arqueología Medieval, ISBN 84-505-6282-1, Tomo II, pp. 103-112.
- BENABAT HIERRO, Yolanda; PÉREZ MACIAS, Juan Aurélio (1999), La Ollita, una noria islámica en Niebla. *Huelva en su Historia*. Huelva: Universidad de Huelva, n.º 7, 2.ª época pp. 233-243.
- BENCO, Nancy L. (1987), *The Early Medieval Pottery Industry at al-Basra, Morocco*. BAR International Series, n.º 341, Oxford. ISBN 0 86054-440-0, 203 pp.
- BERTI, G.; MANNONI, T. (1995), La Ceramiche a «Cuerda seca» utilizzate come «Bacini» in Toscana ed in Corsica. In *Actes du 5^{ème} Colloque sur la Céramique Médiévale. Rabat 11-17 Novembre, 1991*, Rabat: Institut National des Sciences de l'Archeologie et du Patrimoine, ISBN 9981-109-00-2, pp. 12-18.
- BERTI, Graziella; MANNONI, Tiziano (1997), Céramiques de l'Andalousie décorées en «verde y manganoso» parmi les «bacini» de Pise de la fin du X^e siècle, in *Actes du VI^{ème} Colloque International su La Céramique Médiévale en Méditerranée, Aix-en-Provence 13-18 novembre 1995*, Aix-en-Provence: Narration Éditions, ISBN 2-909825-11-6, pp. 435-437.
- BERTI, Graziella; TONGIORGI, L. (1991), *Il Bacini ceramici medievali delle Chiese di Pisa*. Roma, 1981.
- BOONE, James L. (1992), The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: A Califal-Taifal period rural settlement in the lower Alentejo of Portugal. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 1 (1992) 51-64.
- BOONE, James L. (1993), The third season of the excavations at Alcaria Longa. *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 2 (1993) pp. 111-126.
- BOONE, James L. (1994), Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa, In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste. Huelva-Niebla, 1993*, Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Huelva: Universidad de Huelva, 1994, ISBN 84-604-9615-5, pp. 527-545.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001), O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250, n.º 7, p. 111-145.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João (2003), Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250, n.º 8 (2003) pp. 129-191.
- BUGALHÃO Jacinta e GÓMEZ, Susana (2005), Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico, in *Actas do Seminário Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*, Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras do Porto, ISBN 972-8497-36-9. Pp. 237-262.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991), Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Lisboa, 1987, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.
- CATÁLOGO (1988), *Exposición de arte, tecnología y literatura hispano-musulmana. II Jornadas de Cultura Islámica. Teruel, 1988*, Madrid: Al-Fadila / Instituto Occidental de Cultura Islámica, 179 pp.
- CATARINO, Helena (1988), *Para o estudo da ocupação muçulmana no Algarve Oriental (Concelhos de Alcoutim e Castro Marim)*, Coimbra: [s.n.], Trabalho de síntese apresentado como prova de aptidão pedagógica e capacidade científica à Faculdade de Letras de Coimbra.
- CATARINO, Helena (1997/1998), O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. *al-'ulyā*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. ISSN 0872-2323. n.º 6, 3 vols., 1306 pp.
- CATARINO, Helena (2005), Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra, in *Actas do Seminário Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*, Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras do Porto, ISBN 972-8497-36-9. pp. 195-214.
- CATARINO, Helena; INÁCIO, Isabel (2006), Vestígios do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: Uma primeira abordagem, *Xelb*, Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. ISBN 972-8505-16-7, n.º 6, vol. I, pp. 281-298.
- COELHO, Catarina (2000), A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, ISSN 0874-2782, n.º 3: 1, p. 207-2.
- COELHO, Catarina (2002), O Castelo dos Mouros (Sintra), in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb. Actas do Simpósio Internacional*

- sobre Castelos, Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, ISBN 972-772-308-X, pp. 389-395.
- CORREIA, Fernando BRANCO (1991), Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Lisboa, 1987*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 373-385.
- COUTINHO, Hélder (1993), Cerâmica Muçulmana no Montinho das Laranjeiras, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 2, pp. 39-54.
- DÉLÉRY, Claire (2003), Perspectives méthodologiques concernant l'étude de la céramique de cuerda seca en al-Andalus (IX^e-XIV^{es}): D'un objet archéologique à un objet historique, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250, n.º 8 pp. 193-236.
- DÉLÉRY, Claire (2006), *Dynamiques économiques sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du X^eme siècle – première moitié du XIII^eme siècle)*, Toulouse: [s.n.], 7 vols, tese de doutoramento apresentada à Université de Toulouse II.
- ESCÓ, C.; GIRALT, J. e SÉNAC, F. (1988), *Arqueologia islâmica en la Marca Superior de al-Andalus*, Huesca: Diputación de Huesca, 1988.
- FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (1993), Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodovar), in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 2 (1993) pp. 85-102.
- FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago (1998), Intervención Arqueológica en la zanja para canalización de aguas de la c/ Nerja. Unas termas de época visigoda extramuros de la ciudad, *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*, Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, ISBN 84-7674-363-0, n.º 4 (1998) pp. 333-357.
- FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago (1999), El aljibe de la Alcazaba de Mérida. 1ª campaña de excavación en la zona Norte y Oeste, *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*, Mérida: Consorcio Ciudad Monumental de Mérida, ISSN 1577-2853, n.º 5 (1999) pp. 191-211.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004), *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, ISBN 972-772-472-8.
- FERNANDES Isabel Cristina; CARVALHO António Rafael (1993), *Arqueologia em Palmela, 1988/1992: Catálogo da exposição*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1993, ISBN 972-95152-9-8.
- FERNANDES Isabel Cristina; CARVALHO António Rafael (1997), Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Palmela, in *VI Colloque International sur la Céramique Médiévale in Méditerranée, Aix-en-Provence, 1995*, Aix-en-Provence: Narrations Editions, ISBN 2-9009825-11-6, pp. 327-335.
- FERNÁNDEZ SOTELO, E. (1988), *Ceuta medieval. Aportación al estudio de las cerámicas (s. X-XV)*. Trabajos del Museo Municipal de Ceuta, Ceuta: Museo Municipal de Ceuta, ISBN 84-505-8082-X, 3 vols.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, Susana (1987), El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): bases para la sistematización tipológica de la cerámica almohade en el S. O. Peninsular, in *Al-Qantara*, Madrid-Granada: CSIC, ISSN 0211-3589, vol. VIII, pp. 448-474.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1989), El despoblado hispanomusulmán de El Ladrillejo (Aroche, Huelva). Datos para el estudio del substrato indígena onubense en época islámica, *Boletín de Arqueología Medieval*, Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval, ISSN 0213-6090-3, pp. 205-220.
- FLORES ESCOBOSA, Isabel; MUÑOZ MARTÍN, María del Mar; LIROLA DELGADO, Jorge (1999), Las producciones de un alfar islámico en Almería. *Actas del Coloquio «La cerámica andalusí. 20 años de investigación»*, Jaén, 15 al 17 de Octubre 1997, in *Arqueología y territorio medieval*, Jaén: Universidad de Jaén, ISSN 1134-3184, n.º 6, pp. 207-240.
- GASPAR, Alexandra e GOMES, Ana (2001), Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250. n.º 7 (2001) p. 95-102.
- GILLOTTE, Sophie (2002), La Villeta de Azuquén: une fortification du X-XI siècle dans la région de Trujillo (province de Cáceres). *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (5000-1500)*. *Actas sobre o Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa / Palmela: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, ISBN 972-772-308-X, pp. 825-832.
- GIRALT BALAGUERO, José (1987), La cerámica islámica de Balaguer (Lleida). *Boletín de Arqueología Medieval*, Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval, ISSN 0213-6090, n.º 1 (1987) pp. 25-37.
- GISBERT SANTONJA, J. A. (2000), *Cerâmica califal de Dénia*, Alicante: Universidad de Alicante.
- GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José (2001), Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 7, pp. 103-110.
- GOMES, Rosa Varela (1988), *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves.*, *Xelb*, 1, Silves: Câmara Municipal de Silves, 294 p.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mario Varela (2001), *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves*, Lisboa: Instituto Português de Museus, ISBN 972-776-100-3.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1994), La cerámica de verde y morado de Mértola. *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 3 (1994) p. 113-132.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1996), Cerâmica islâmica de Medinaceli. *Boletín de Arqueología Medieval*, Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval, ISSN 0213-6090, N.º 10, pp. 123-182.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1998), Cerâmica de verde e manganês do Castro da Cola, in *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, (22 a 25 de Março de 1995), Tondela: Ed. Câmara Municipal de Tondela, pp. 57-65.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2003), Producciones cerámicas en la Mértola islámica, in *Actes du VII^eme Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée. Thessaloniki, 11-16 Octobre 1999*, Atenas: Ministère de la Culture/Caisse des Recettes Archéologiques, ISBN 960-214-057-7, pp. 653-658.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005), Cerâmica Islâmica entre Tajo y Duero, in *Actas do Seminário Muçulmanas e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela / Porto: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras do Porto, ISBN 972-8497-36-9, pp. 215-220.

- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006), *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio* [Recurso electrónico], Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, ISBN: 84-669-2568-6, disponível em internet em: <http://cisne.sim.ucm.es/search?spi-S7/a?SEARCH=G%F3mez+Mart%EDnez%2C+Susana>.
- GÓMEZ-MORENO MARTÍNEZ, Manuel (1940), La loza primitiva de Málaga, in *Al-Andalus*. Madrid-Granada: CSIC. vol. V, 383-398.
- GONÇALVES, Maria José da Silva (2008), *Silves Islâmica: a muralha do arrabalde Oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*, Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2 vols, dissertação para a obtenção do grau de mestre em Teoria e Métodos da Arqueologia.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1991), O povoado fortificado de «Mesas do Castelinho», Almodôvar, in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1990)*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 305-319.
- HUARTE CAMBRA, Rosario; LAFUENTE IBÁÑEZ, Pilar (2002), La cerámica de las excavaciones de la Catedral, in *Magna Hispalensis (I), Recuperación de la Aljama Almohade*, Granada: Editor A. Jiménez Martín, ISBN 84-7170-183-9, pp. 403-428.
- HUARTE CAMBRA, Rosario; LAFUENTE IBÁÑEZ, Pilar; SOMÉ MUÑOZ, Pilar (1999), Intervención arqueológica en el Cuartel del Carmen, Sevilla (1990-1994): la cerâmica, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISBN 0872-2250, n.º 6, 139-181.
- KHAWLI, Abdallah (1992), Lote de cerâmica epigrafada em estampilhagem de Mértola», in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISBN 0872-2250, n.º 1, pp. 7-26.
- LAFUENTE IBÁÑEZ, Pilar (1999), La cerâmica, in *Sevilla almohade, Catálogo de la Exposición*, Sevilla: Fundación de las Tres Culturas del Mediterráneo, ISBN 84-8095-194-X, pp. 207-224.
- LLUBIÁ MUNNÉ, Luis M. (1967), *Cerámica medieval española*, Barcelona, Editorial Labor, s.a.
- MACIAS, Santiago (1993), Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico-arqueológico, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISBN 0872-2250, n.º 2, pp. 127-157.
- MAIA, Manuel (2003), Fichas do Catálogo, in *Tavira. Território e Poder. Catálogo da exposição*, Lisboa-Tavira: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, ISBN 972-776-180-1; 972-8705-04-2, p. 301-310.
- MAIA, Manuel e MAIA, Maria (2002), As Muralhas Medievais e Pós Medievais de Tavira, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro. Comunicações Apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Faro: CCRA Algarve, ISBN 972-643-125-5, pp. 66-80.
- MARQUES, João António F. (2002), Panorâmica dos Trabalhos Arqueológicos Efectuados no Bloco 14 (Medieval/Moderno, Bacia do Degebe e Reguengos a Sul do Álamo), *Almadan*, Almada, II.ª S., n.º 11 (Dezembro de 2002), pp. 145-151.
- MATOS, José Luís (1991), Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. Lisboa, 1987*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-472.
- NAVARRO PALAZÓN, Júlio (1986), Murcia como centro productor de loza dorada, in *La ceramica medievale nel Mediterraneo occidentale, Siena-Faenza, 1984*, Firenze, pp. 129-143.
- PAIXÃO, António e CARVALHO, António Rafael (2001), Cerâmicas Almoadas de Al-Qasr Al-Fath (Alcácer do Sal), in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa / Mérida: IPPAR / Junta de Extremadura, ISBN 972-8087-91-8, pp. 199-229.
- PAIXÃO, António; FARIA, João Carlos; CARVALHO, António Rafael (2001), Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 7, pp. 197-209.
- PAULO, Dália (2000), *A Casa Islâmica. The Islamic House*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 79 p.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurélio (2002), *El poblamiento andalusí en la Campiña de Bonares (Huelva)*, Huelva: Ayuntamiento de Bonares, ISBN 84607-3664-4, 172 pp.
- PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio e BEDIA, Juana (1993), Un lote de cerâmica islâmica de Niebla, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, 2, pp. 55-62.
- PIRES, Alexandra y FERREIRA, Mulize (2003), Povoado Islâmico da Portela 3: Resultados Preliminares, *Xelb*, Silves: Câmara Municipal de Silves, ISBN 972-8506-06-X, n.º 4 (2003) pp. 279-306.
- PUERTAS, Rafael (1989), *La cerámica islámica de cuerda seca en la Alcazaba de Málaga*, Málaga, ISBN 84-87035-03-5.
- RAMALHO, Maria *Et alii* (2001), Vestígios da Santarém islâmica no Convento de São Francisco, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 7, p. 147-183.
- REDMAN, J.L. (1979-80), La céramique du Moyen-Âge tardif à Qsar Es-Seghir, *Bulletin d'archéologie Marocaine*, T. XII, pp. 288-305.
- REGO, Miguel (2003), A ocupação islâmica de Noudar, in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento, ISSN 0872-2250, n.º 8, pp. 69-82.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1986), Cerâmica islâmica de Cidade das Rosas, Serpa (Portugal), in *Segundo Coloquio Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo Occidental, Toledo, 1981*, Madrid: Ministerio de la Cultura, pp. 85-92.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1998), *La cerámica andalusí de la Meseta*, Madrid: Ed. CRAN, ISBN 84-89145-05-9, 2 tomos.
- RETUERCE, Manuel e ZOZAYA, Juan (1989), Variantes geográficas de la cerâmica omeya andalusí: los temas decorativos, in *La ceramica medievale nel Mediterraneo occidentale, Siena-Faenza, 1984*, Firenze, 1986. pp. 69-128.
- ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca.
- SILVA, Ana Raquel (2004), A villa de Frielas: tempo, espaço e funcionalidade, in *Arqueologia como documento*, Loures: Câmara Municipal de Loures. pp. 11-19.
- TEICHNER, Felix (2006), Die mittellalterliche und neuzeitliche Fundkeramik aus den Grabungen des Deutschen Archäologischen Institutes in Évora (Alentejo, Portugal), *Madrid Mitteilungen*, Madrid: Deutsches Archäologisches Institut, n.º 47, pp. 295-409.
- TORREMOCHA SILVA, Antonio; NAVARRO LUENGO, Ildelfonso; SALADO ESCAÑO, Juan Bautista (1999), *Al-Binya, la ciudad palatina meriní de Algeciras*, Algeciras: Fundación Municipal de Cultura «José Luis Cano», ISBN 84-89227-20-9, 268 pp.
- VALLEJO TRIANO, Antonio e ESCUDERO ARANDA, José (1999), Aportaciones para una tipología de la cerâmica común califal de Madinat al-Zahra, in *Actas del Coloquio «La cerâmica andalusí. 20 años de investigación»*, Jaén, 15 al 17 de Octubre 1997.

Arqueología y territorio medieval, Jaén: Universidad de Jaén, ISSN 1134-3184, n.º 6, pp. 133-176.
VIANA, Abel (1960), Notas históricas arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*, Beja, XVII, pp. 138-231.
VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana Margarida (1999),

Cerâmicas Islâmicas da Alcáçova de Santarém, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, ISSN 0874-2782, n.º 2: 2, p. 105-186.
ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan; RETUERCE, Manuel; APARICIO, Alfredo (1995), Cerâmica andalusí de reflejo dorado: 1195-1212. in *Actes du 5^{ème} Colloque sur la Céramique Médiévale, Rabat 11-17, Novembre 1991*, Rabat: Institut National des Sciences de l'Arqueologie et du Patrimoine, ISBN 9981-109-00-2, pp. 121-124.

DE NUEVO SOBRE EL MERCADO DE PRODUCCIONES CERÁMICAS ENTRE AL-ANDALUS Y LAS REPÚBLICAS DE GÉNOVA Y PISA (SIGLO XI d.C.)

RAFAEL AZUAR

Cierto es que la investigación histórico-documental llevada a cabo por la profesora O. Remie Constable (1992, 1994) puso de manifiesto la dificultad de profundizar en los rasgos de los intercambios comerciales entre las diversas repúblicas y estados del mediterráneo Occidental entre los siglos XI al XIII, ya que, como afirmaba el profesor M. Tangheroni (1996), son contados y escasos los documentos que se han conservado de estos siglos, lo que apenas permite esbozar un cuadro de las relaciones entre las repúblicas italianas de Génova y Pisa con al-Andalus. Situación ésta reconocida por la propia Catia Renzi en su estudio de las relaciones entre Pisa y España entre los siglos VIII al XIII, a la vista de las fuentes escritas (1997-8) y por la especialista de la universidad de Barcelona, la profesora Blanca Garí en su estudio sobre Pisa y su política encaminada al control del mediterráneo nordoccidental (Garí, 1992). Todo ello refleja claramente la dificultad que supone el analizar esta compleja geo-política de las repúblicas y emergentes reinos feudales cristianos con los estados musulmanes del mediterráneo islámico a lo largo de los siglos XI a XIII, como puso de manifiesto P. Guichard en su detallado análisis sobre al-Andalus y la Sicilia musulmana (1990).

Estas razones me llevaron a iniciar una serie de estudios basados en el análisis de los diversos registros arqueológicos, los cuales podrían constituir una documentación de inestimable valor ante la ausencia o escasa documentación escrita sobre las relaciones comerciales, si las hubo, entre Al-Andalus y las Repúblicas marítimas de Italia. Sobre estas cuestiones ya publiqué un primer estudio titulado: «*Al-Andalus y el comercio mediterráneo del siglo XI, según la dispersión y distribución de las producciones cerámicas*» (Azuar, 1998). Posteriormente tuve ocasión de volver sobre este tema en una investigación más amplia presentada, precisamente, en el IV Seminario

internacional ANSER, sobre *Rotte e porti del mediterraneo dopo la caduta dell'Impero romano d'occidente*, celebrado en el año 2004 en Génova y que trataba de las «*Rutas y comercio de Al-Andalus con las repúblicas italianas de Génova, Pisa y Amalfi, durante los siglos XI al XIII*» (Azuar, 2004), en la que revisé las diversas producciones y los talleres identificados andalusíes presentes no sólo en los ricos conjuntos de «*bacini*» que decoran las iglesias italianas, sino también en las cerámicas halladas en el transcurso de los últimos veinte años de excavaciones en Italia, cuya geografía de aparición y dispersión ha sido motivo de análisis de varios estudios de Alberto García Porras (1999-2000; 2003).

El resultado de estos trabajos me llevó a preparar un artículo titulado «*Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia*», aparecida en la revista *Arqueología y Territorio Medieval* (2005), con el fin trasladar a la comunidad científica española la necesidad de reflexionar sobre las fuertes divergencias cronológicas

existentes entre las dataciones dadas por nuestros colegas italianos a las producciones cerámicas andalusíes y las aceptadas por los especialistas españoles que tratan estas cuestiones. Diferencias que a veces supone el que en Italia se estén fechando las cerámicas andalusíes un siglo antes que la datación de aparición de las mismas en nuestros yacimientos. Esta abismal diferencia, exige una revisión rigurosa y, por tanto, pienso debería ser motivo de reflexión de los arqueólogos que se ocupan de las producciones cerámicas andalusíes.

El mencionado artículo no recibió ni un mínimo comentario de los investigadores españoles, pero sí que mereció la respuesta de la misma profesora G. Berti en colaboración de Alberto García Porras que, en el número siguiente de la misma revista publicaron un artículo titulado: «A propósito de "Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia"» (2006).

De alguna manera esta ponencia presentada en Mértola tiene como objetivo el realizar algunas puntualizaciones sobre determinadas producciones cerámicas, en respuesta al artículo publicado por G. Berti y A. García Porras (2006), aunque creo que el debate entre la diferente cronología de deposición de las cerámicas andalusíes en los edificios italianos y su datación en los centros de producción peninsulares, está totalmente abierto y será necesario avanzar en la investigación, sobre todo en España, para que podamos llegar a conclusiones convergentes basadas en la datación arqueológica. Sin embargo, para esta ocasión me parece de mayor interés el establecer algunas puntualizaciones sobre el contexto histórico en que se produjeron estos intercambios comerciales que nos permitirán entender y encuadrar con mayor objetividad la dinámica de aparición de los productos cerámicos de al-Andalus en las iglesias y yacimientos arqueológicos de las repúblicas italianas de Pisa y Génova, a lo largo del siglo XI dC.

I. GEOGRAFÍA DE APARICIÓN DE LAS CERÁMICAS ANDALUSÍES DEL SIGLO XI EN ITALIA

Antes de proceder al análisis de los diversos contextos históricos en los que se desarrollaron las diversas formas del comercio o intercambio que facilitaron la llegada de las producciones cerámicas andalusíes a Italia, a lo largo del siglo XI; es necesario, el recordar cual es la geografía de aparición de estas cerámicas en Italia y para ello, remitimos a nuestros estudios anteriores y, en concreto, al de «*Rutas y comercio de al-Andalus con las repúblicas italianas de Génova, Pisa y Amalfi, durante los siglos XI al XIII*», publicado en Italia (Azuar, 2004) y en el que la topografía y dispersión de los hallazgos de cerámicas andalusíes de los siglos X al XIII, nos define un espacio y una geografía muy concreta, limitada al área de las costas del mar Ligure.

Sobre esta cuestión, A. García Porras ya realizó una primera distribución de los hallazgos de las cerámicas españolas importadas en Italia durante la baja Edad Media, como ejemplo de aplicación del SIG (2003a), partiendo de un denso plano de puntos en los que se recogían en Italia todos los hallazgos de cerámicas desde el siglo X al XV, haciendo especial hincapié en las producciones bajo-medievales españolas.

Por esta razón, y con el fin de conocer mejor los períodos anteriores, propiamente andalusíes, hay que recurrir ineludiblemente a la amplia y documentada información aportada por la profesora G. Berti en sus estudios sobre las importaciones andalusíes (1997-1998), gracias a los cuales sabemos, por ejemplo, que las cerámicas con decoración en «verde y manganeso», las más antiguas documentadas en Italia, se han localizado hasta el momento exclusivamente en Pisa y, en concreto, en la iglesia de San Piero a Grado, excepto un ejemplar existente en la iglesia de San Zeno.

A este grupo le seguirá el formado por la «cuerda seca total», de una geografía más dispersa, ya que se han hallado tres ejemplares en Pisa y uno en Lucca. Fuera del territorio de Pisa se halló un ejemplar en la iglesia de San Nicolás de Chiastra (Córcega) y se ha documentado esta producción en Santa Caterina de Finalborgo de Savona y en las excavaciones del Palacio Ducal de Génova (Cabona, Gardini, Pizzolo, 1986).

Hasta el momento, esta producción andalusí es la que posee una geografía mayor de aparición, aunque su representación a nivel de ejemplares es muy reducida, sin embargo nos define el ámbito de mayor expansión de las importaciones andalusíes en la zona, para esta época. De tal manera que, las cerámicas andalusíes anteriores al siglo XII encontradas en Italia nos describen una geografía (Fig. 1) muy definida y concentrada en las costas de la Liguria y de la Toscana, con algunos puntos en las costas de Córcega y de Cerdeña, así como en la Provenza. Es decir, para estos siglos las producciones andalusíes se dirigieron o concentraron en esta zona de la costa italiana que coincide perfectamente con el territorio de las repúblicas de Pisa y Génova. Arqueología de los hallazgos más antiguos que pone de manifiesto la inexistencia de comercio o relación de intercambio alguno con las costas más al sur, las pertenecientes a la antigua república de Amalfi, sólo documentado a nivel de las crónicas medievales.

En este contexto, parece de interés el realizar para esta ocasión una reflexión más detallada sobre las producciones cerámicas andalusíes de los siglos X y XI, ya que en

las mismas se aprecia una mayor diferencia cronológica entre las dataciones en Italia y las que poseen en al-Andalus.

II. DE LA CRONOLOGÍA DE LAS PRODUCCIONES CERÁMICAS ANDALUSÍES, EN «VERDE Y MANGANESO» Y A LA «CUERDA SECA», HALLADAS EN ITALIA

Las últimas dataciones propuestas por G. Berti para las producciones andalusíes (1997-1998, 242), ratificada en recientes artículos (Berti, Renzi, 2005; Berti, García Porras, 2006) nos describen una gráfica secuencial en donde se aprecia una cronología de aparición de las producciones andalusíes, en concreto de las cerámicas en «verde y manganeso» del último cuarto del siglo X-primer cuarto del siglo XI. Esta cuestión ya fue analizada (2004, 2005), pero con relación a la producción cerámica en «verde y manganeso» procedente de Mallorca, cada vez más me veo en la necesidad de remitir al acertado análisis de G. Rosselló que con relación a estos atafiores de producción mallorquina venía a encuadrarlos, según su forma desarrollada, como una producción de clara influencia oriental, con un marco de difusión Este-Oeste (Ifriqiya-Mallorca-Valencia), no constatada o documentada en la península (Rosselló, 1987, 133) y claramente enmarcada en el período Taifa (siglo XI) de la isla, con una desaparición brusca de la producción a finales de siglo (Rosselló, 1987, 128). Afirmaciones éstas basadas en la simple comparación formal con los tipos identificados de Madina Az-Zahra (Escudero, 1988-1990), de Madina Elvira (Cano, 1993), así como con los atafiores procedentes del alfar de san Nicolás de Murcia (Navarro, 1990) etc. Ya que todos ellos son

de paredes curvas y bajas, que en la mayoría de los casos no presentan pie, correspondientes al tipo «O» de G. Rosselló, el más antiguo y de cronología de fines del siglo X-primer cuarto del siglo XI (Rosselló, 1987), radicalmente diferentes al atafior mallorquí, más desarrollado, con paredes quebradas y sobretodo con repié anular en su base.

En resumen, y al día de hoy nos encontramos con una producción de atafiores perfectamente representada en la zona de Pisa que proceden de un centro alfarero de la isla de Mallorca, con una cronología en Italia del último cuarto del siglo X-primer cuarto del siglo XI, ratificada por la propia profesora Graziella Berti en sus últimas publicaciones (Berti, 1997-1998, 243; 2000; Berti, Renzi, 2005; Berti, García Porras, 2006), que en al-Andalus presenta grandes interrogantes, como dijo G. Rosselló en su primera síntesis efectuada sobre el tema y en el que defendía su primera cronología (Rosselló, 1978) para esta producción como propia de la Taifa de Mallorca y por tanto de pleno siglo XI (Rosselló, 1987), ratificando esta cronología en la exposición internacional que sobre las cerámicas en «verde y morado» se organizó en Marsella en 1996 (Rosselló, 1996, 110, n.º 85).

La otra gran producción cerámica andalusí datada en Italia como de fines del siglo X, principios del siglo XI, es precisamente la decorada con la técnica de la «cuerda seca». Sobre esta cronología de aparición en las iglesias de Italia ya expuse mis reservas en otra ocasión (Azuar, 1998, 57), y más recientemente en el artículo mencionado sobre «Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia» (Azuar, 2005: 179) del que me parece importante incidir en mis reflexiones sobre que esta datación no puede ser anterior a la de aparición en los contextos arqueológicos de los yacimientos de la península ibérica que, hasta el momento, son siempre posteriores al siglo X, y en la mayoría de los casos se datan en la segunda mitad del

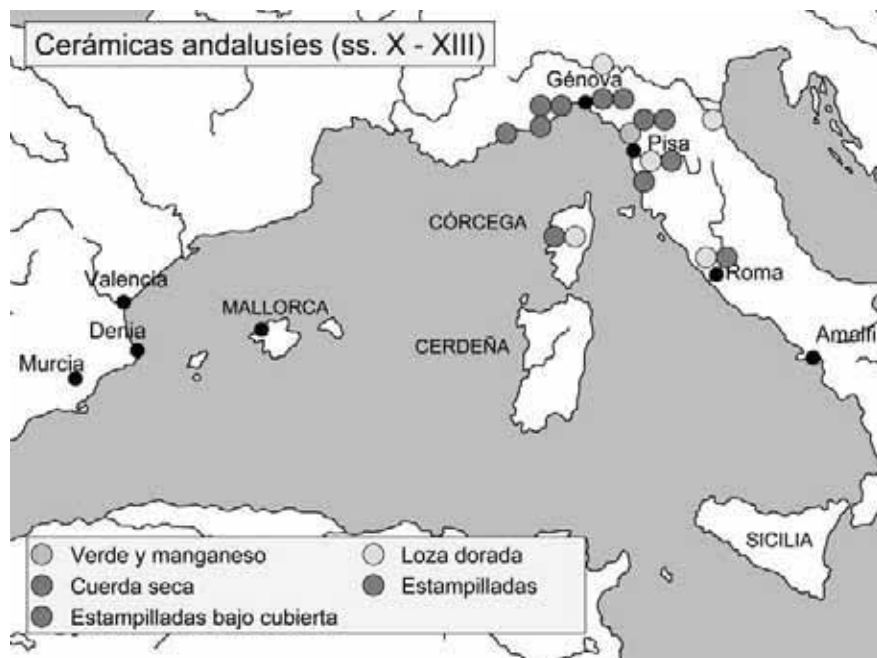


Figura 1 – Cerámicas Andalusíes (siglos X-XIII).

siglo XI (Azuar, 1989, 324-327; Azuar, 2004, 2005: 179). Otro dato importante, y que creo necesario recordar, es que esta técnica, hasta el momento, no se ha documentado en ninguno de los alfares conocidos y estudiados de época califal en los que se fabricaban las cerámicas en «verde y manganeso». Hasta el día de hoy, en ninguno de los centros alfareros de época califal de los siglos X y principios del siglo XI, publicados, se ha podido documentar la presencia de esta producción tan específica como la técnica de la «cuerda seca» (Azuar, 2005: 179). A estos datos hay que añadir los resultados de la tesis doctoral de la investigadora C. Déléry sobre «*Dynamiques économiques, sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du X^e siècle-première moitié du XIII^e siècle)*» (2006), a la que he tenido acceso por enviarme gustosamente una copia de la misma, y de la que, de forma resumida, presentó en estas mismas jornadas un avance con el título: «*Evolución de la producción y de la difusión de la cerámica de cuerda seca en al-Andalus y en el Mediterráneo (siglo X-XIII). Metodología y estado de la cuestión*», en el que la información es contundente ante el hecho de que la «cuerda seca» andalusí encontrada en Italia, por sus formas y motivos decorativos, no puede ser anterior al siglo XI y a ella me remito.

Por todo ello, seguimos planteando dudas sobre la adscripción cronológica defendida por la profesora G. Berti para el conjunto italiano (1997-1998; Berti, Renzi, 2005: 174), a no ser que los mismos no se hubieran producido en al-Andalus; aunque, según el estudio realizado junto con el profesor T. Mannoni (1995), parece ser que los bacini» n. 63 de San Piero a Grado y el n. 154 de de la iglesia de S. Zeno (Pisa), mineralógicamente son similares entre ellos e idénticos a la composición de pasta de un atafior de loza dorada procedente de alfares de Murcia (Berti, Mannoni, 1995, 403; Berti, 1997-8, 244; Berti, García Porras, 2006: 165).

III. CRONOLOGÍA Y CONTEXTO HISTÓRICO DE APARICIÓN DE LAS CERÁMICAS ANDALUSÍES DE ÉPOCA TAIFA (SIGLO XI) EN LAS COSTAS DEL MAR LIGUR

Los datos arqueológicos, analizados en yacimientos y alfares de la península Ibérica, refuerzan nuestras hipótesis planteadas al estudiar las producciones de «verde y manganeso», procedentes de Mallorca, y las de «cuerda seca» de origen impreciso andalusí, de que las mismas se encuadran en pleno siglo XI. Ámbito cronológico que nos sitúa claramente ante un ambiente que permite concebir el hallazgo de estos atafiores en Italia, como el fruto de los contactos, de carácter comercial, establecidos entre las repúblicas de Génova y Pisa con las ya estables Taifas de Denia, Mallorca y posiblemente Málaga o Almería?, a partir del segundo tercio del siglo XI (Azuar, 2004), no antes como defiende la profesora G. Berti (2000; Berti, Renzi, 2005).

Contactos comerciales que difícilmente pueden enmarcarse a principios del siglo XI, a la vista de la inestable situación política de las mencionadas repúblicas que, como ya estudió el profesor M. Tangheroni (1996) y ha sintetizado Catia Renzi (1997-1998), Pisa y Génova a finales del siglo X fueron fruto de continuos y reiterados saqueos de los piratas andalusíes, siendo el más famoso el que sufrió Pisa en el año 1004, lo que supuso que el propio emperador bizantino Basilio II enviara una embajada a Córdoba en el año 1005, con el fin de acabar con esta piratería que asolaba el mar Tirreno. Aunque esta paz duró poco ya que la ciudad de Pisa volvió a ser saqueada por los andalusíes en el año 1011 (Renzi, 1997-1998, 258). A este ambiente que impedía una normal dinámica comercial en la zona, habría que añadir la política expansiva del Taifa de Denia, Muyahid, quien en el año 1014 conquistó y se anexionó las Baleares y al año siguiente se apoderó de Cerdeña (Rubiera, 1985; Viguera, 1994, 64-5) en este caso de forma temporal, ya que la reorganización político militar de las repúblicas de Génova y Pisa les permitió recuperar la isla en el año 1016 y el control político y económico de la zona (Renzi, 1997-1998).

La cronología histórica de los hechos que afectaron a las repúblicas de Pisa y



Figura 2 – Al-Andalus y el Mediterráneo Occidental. Fines del siglo X e inicios del siglo XI según C. Renzi.



Figura 3 – Espacios comerciales de Génova y Pisa: Funduqs genoveses.

Génova, así como a las islas Baleares, refuerza nuestra hipótesis de que difícilmente pudo realizarse un intercambio comercial entre Italia y al-Andalus con anterioridad al primer cuarto del siglo XI y, por tanto, sería más lógico pensar que la estabilidad política y económica de las repúblicas de Génova y Pisa les permitió, a lo largo de la segunda mitad del siglo XI, intercambiar y hasta importar cerámicas procedentes de los desconocidos talleres alfareros de Mallorca y hasta de Málaga. Así como sugirió G. Berti (1997-1998) utilizar los centros de Ifriqiya: Qal'a Banu Hammad y Qayrawan, como mercados redistribuidores de las producciones andalusíes (Azuar, 1998).

La brusca desaparición de las cerámicas procedentes de Mallorca a finales del siglo XI, viene a coincidir en el tiempo con dos hechos históricos transcendentales para las relaciones entre al-Andalus e Italia: nos referimos a los saqueos llevados a cabo por los



Figura 4 – Espacios comerciales de Génova y Pisa: Funduqs genoveses y Funduqs pisanos.

Pisanos de los puertos de Almería (1089), de Tortosa y Valencia (1092) (Guichard, 1995, 44) y que son claros ejemplos de una dinámica expansiva que culminaría con la conquista por tres años de las islas Baleares, entre 1113-1115, a cargo de una fuerza compuesta por pisanos, catalanes y provenzales (Barceló, 1984; Tangheroni, 1996; Renzi, 1997-1998; Abulafia, 1994).

Es en este contexto histórico es en donde creemos se debe enmarcar la aparición de estas producciones cerámicas en «verde manganeso» de Mallorca y las primeras cerámicas a la cuerda seca, las cuales pudieron llegar a las costas del mar Ligur gracias a las buenas relaciones político-comerciales existentes entre la República de Pisa y el Taifa de Mallorca en la segunda mitad del siglo XI, o quizás como fruto de los primeros saqueos efectuados por los pisanos de los más importantes puertos mediterráneos de al-Andalus. Hipótesis todavía necesitada de más datos para ser confirmada, pero que desde luego nos reafirma en que la llegada de estas cerámicas andalusíes a las iglesias de Pisa no pudo ser anterior a este contexto histórico, por mucho que insistan nuestros queridos colegas italianos, basándose en la cronología arquitectónica de los iglesias; aunque, por el contrario, según el reciente estudio efectuado por Juan Antonio Quirós Castillo sobre las: «*Técnicas constructivas altomedievales en la ciudad de Pisa y en la Toscana nordoccidental*», (2005) en el que, al revisar los datos constructivos desde la arqueología de la arquitectura, llega a la conclusión de que sus edificios e iglesias se fechan gracias, no a su escasa documentación escrita existente, sino a la cronología de las cerámicas que decoran sus pórticos y fachadas?...

BIBLIOGRAFIA

ABULAFIA, David (1985), «*The Pisan bacini and the medieval mediterranean economy: a historian's view*

- point», B.A.R., International series, 246, London, pp. 287-302.
- (1987), *Italy, Sicily and the Mediterranean, 1100-1400*, London.
- ABULAFIA, D.; GARÍ, B. (1997), *En las costas del mediterráneo occidental. Las ciudades de la península ibérica y del reino de Mallorca y el comercio mediterráneo en la Edad Media*, Barcelona.
- ACIÉN, Manuel (1990), «Hornos alfareros de época califal en el yacimiento de Bezmiliana» *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*. Casa de Velazquez, Madrid, pp. 13-27.
- (1996), «Almería», *Le vert & le brun de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XIVe siècle*, Marseille, pp. 21-2.
- AGUADO, José (1983), *La cerámica hispanomusulmana de Toledo*, Madrid.
- AGUADO, José et alii (1990), «El testar del puente de San Martín (Toledo)» *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Casa de Velázquez, Madrid, pp. 117-130.
- AMOURIC, H.; RICHEL, F.; VALLAURY, L. (1999), *Vingt mille pots sous les mers*, Aix-en Provence.
- AZUAR, Rafael (1989), *Denia Islámica. Arqueología y poblamiento*, Alicante.
- (1992/3), «La Taifa de Denia en el comercio mediterráneo del siglo XI» *A. U. A. Historia Medieval*, 9, Alicante, pp. 39-52.
- (1998), «Al-Andalus y el comercio mediterráneo del siglo XI, según la dispersión y distribución de las producciones cerámicas», *La península Ibérica y el Mediterráneo entre los siglos XI y XII, Códex Aquilarensis*, 13, Aguilar de Campoo-Palencia, pp. 51-78.
- (1998a), «Alfares y testares del Sharq al-Andalus (siglos XII-XIII). Producción, tipología y distribución», *Cerámica medieval i postmedieval*. Universidad de Barcelona, Barcelona, pp. 57-71.
- (2004), «Rutas y comercio de al-Andalus con las repúblicas italianas de Génova, Pisa y Amalfi, durante los siglos XI al XIII», *IV Seminario ANSER. Rotte e porti mediterranei dopo la caduta dell'Impero romano d'Occidente. Continuità e innovazione tecnologiche funzionali*, Roma, pp. 77-105.
- (2005), «Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia», *Arqueología y Territorio Medieval*, 12.1, pp. 175-199.
- BARCELÓ, Miquel (1984), «Expedicions militars i projectes d'atac contra les illes Orientals d'Al-Andalus (Al-Jazai'r Al-Sharqiya li-l-Andalus) abans de la conquesta catalana (1229)», *Sobre Mayurqa*, pp. 59-75, Palma de Mallorca.
- BENENTE, Fabrizio; GARDINI, Alessandre (1993), «I bacini ceramici della Liguria» *XXXI COVEGNO INTERNAZIONALE DELLA CERAMICA*, Albisola, pp. 67-99.
- BERTI, Graziella (1995), «Le ceramiche», *Arte Islamica*, Pisa, pp. 83-101.
- (1997-8), «I rapporti Pisa-Spagna (al-Andalus, Maiorca) tra la fine del X ed il XV secolo testimoniati dalle ceramiche», *XXXI COVEGNO INTERNAZIONALE DELLA CERAMICA*, Albisola, pp. 241-253.
- (2000), «Pisa: ceramiche e commerci (2ª metà X-metà XIV secolo)», *I Congresso Nazionale di Archeologia Medievale*, Pisa, 1997, Firenze, pp. 346-351.
- (2003), «Pisa città mediterranea. La testimonianza delle ceramiche importate ed esportate», en M. Tangheroni: *Pisa e il Mediterraneo*, pp. 169-173 (Milano).
- BERTI, Graziella; GARCIA PORRAS, Alberto (2006), «A propósito de “una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia”», *Arqueología y Territorio Medieval*, 13.1, pp. 155-195.
- BERTI, G.; GABBRIELLI, F.; PARENTI, R.; (2003), «Bacini e architettura. Tecniche di inserimento e complesso decorativo», *Atti XXVI Convegno Internazionale Della ceramica. I Bacini murati medievali. Problema e statu Della ricerca*, Firenze, pp. 243-264.
- BERTI, Graziella; GELICHI, Sauro (1992), «Mediterranean ceramics in late medieval Italy» *Boletín de Arqueología Medieval*, 6, Madrid, pp. 23-34.
- (1996), «Mille chemins ouverts en Italie», *Le vert & le brun de Kairouan à Avignon, céramiques du Xème au XIVème siècle*, Marseille, pp. 129-163.
- BERTI, Graziella; MANNONI, Tiziano (1991), «Ceramiche medievali del Mediterraneo Occidentale: considerazione su alcune caratteristiche tecniche», *IV CMMO*, Lisboa, 1987, pp. 163-173.
- (1995), «La ceramiche a “cuerda seca” utilizzate como “bacini” in Toscana ed in corsica», *V CMMO*, 400-404, Rabat, 1991, Rabat.
- (1997), «Céramiques de l'Andalous décorées en ‘verde y manganeso’ parmi les ‘bacini’ de Pise de la fin du Xe siècle», *La Céramique Médiévale en Méditerranée*, Aix-en-Provence, 1995, pp. 435-7.
- BERTI, G.; PASTOR, J.; ROSSELLÓ, G.; (1993), *Naves andalusíes en cerámicas Mallorquinas*, Palma de Mallorca.
- BERTI, G.; RENZI, C. (2005), «I porti della toscana ed il loro ruolo negli scambi commerciali del Mediterraneo tra X e XIII secolo», *Arqueología Medieval*, 9, Mértola, Portugal, pp. 161-179.
- BERTI, G.; ROSSELLÓ, G.; TONGIORGI, E.; (1986), «Alcuni bacini ceramici di Pisa e la corrispondente produzioni di maiorca nel secolo XI», *ARCHEOLOGIA MEDIEVALE*, 13, pp. 97-115.
- BERTI, G.; TONGIORGI, L. (1980), «Ceramiche decorate (XI-XIV secolo) di importazione da vari centri Mediterraneo e di produzione locale sulla base della documentazione in Toscana», *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale, X-Xème siècles*, Valbone, 1978, Paris, pp. 83-91.
- (1981), *I bacini ceramici medievali delle chiese di Pisa*, Roma.
- BERTI, Graziella; TONGIORGI, Ezio (1986), «Cermiche importate dalla Spagna nell'area pisana dal XII al XV secolo» *II CMMO*, Toledo, 1981, pp. 315-346.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001), «O arrabalde occidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira», *ARQUEOLOGIA MEDIEVAL*, 7, Mértola, Portugal, pp. 111-145.
- CABONA, D.; GARDINI, A.; MANNONI, T.; MILANESE, M. (1980), «Contributi dell'archeologia medievale ligure alla conoscenze dei prodotti ceramici nel mediterraneo occidentale», *La céramique médiévale en Méditerranée Occidentale*, Paris, pp. 113-123.
- CABONA, D.; GARDINI, A.; PIZZOLO, O. (1986), «Nuovi dati sulla circolazione delle cermiche mediterranee dall scavo di Palazzo Ducale a Genova (secc. XII-XIV)» *La ceramica medievale nel mediterraneo occidentale*, Firenze, pp. 453-482.
- CANO, Carlos (1993), «La cerámica de Madīnat Ilbīra», *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus*. Universidad de Granada, Granada, pp. 273-285.
- (1996), *La cerámica verde-manganeso de Madīnat al-Zahrā*, Granada.
- CASAMAR, Manuel; VALDES, Fernando, (1984), «Origen y desarrollo de la técnica de cuerda seca en la Península Ibérica y en el Norte de Africa durante el siglo XI», *AL-QANTARA*, V, 1-2, Madrid, pp. 383-404.
- CONSTABLE, O. Remie (1992), «Muslim merchants in andalusí international trade», en *The legacy of muslim Spain*, Leiden, pp. 759-773.

- (1994), *Trade and traders in muslim Spain. The commercial realignment of the Iberian peninsula pp. 900-1500*, Cambridge.
- CONTADINI, Anna (1994), «La spagna dal II/VIII al VII/XIII secolo», *Eredità dell'Islam. Arte islamica in Italia*, pp. 105-113, Venezia.
- DÉLÉRY, Claire. (2006), *Dynamiques économiques, sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du X e siècle-première moitié du XIII e siècle)*, Toulouse, Tesis Doctoral, Copia CD.
- (e.p.) «Evolución de la producción y de la difusión de la cerámica de cuerda seca en al-Andalus y en el Mediterráneo (siglo X-XIII). Metodología y estado de la cuestión», *Intercâmbio de productos no Mediterrâneo Antico: os objetos de comércio, Mértola, 2007*.
- ESCUERO, José (1988-90), «La cerámica decorada en "verde y manganeso" de Madinat al-Zahra», *Cuadernos de Madinat al-Zahrâ*, 2, pp. 127-161.
- FERNÁNDEZ, Emilio A. (2001), *Los silos en la arqueología Ceutí* (I). Instituto de Estudios Ceutíes. Ceuta
- FLORES, I.; MUÑOZ, M^a DEL M.; LIROLA, J.; (1999), «Las producciones de un alfar islámico en Almería» La cerámica andalusí. 20 años de investigación, Jaén, 1977, *Arqueología y Territorio Medieval*, 6, pp. 207-240.
- FRONDONI, A.; MURIALDO, G.; PALAZZI, P.; PANIZA, M.; PARODI, L. (1999-2000), «Gli scavi di piazza Santa Caterina in finalborgo (Savona), primi dati sui reperti ceramici», *XXII-XXIII COVEGNO INTERNAZIONALE DELLA CERAMICA*, Albisola, pp. 177-188.
- GARCIA PORRAS, Alberto (1999-2000), «La cerámica procedente de la península ibérica en el Priamar (Savona)», *XXII-XXIII COVEGNO INTERNAZIONALE DELLA CERAMICA*, Albisola, pp. 189-200.
- (2002), «Los orígenes de la cerámica nazarí decorada en azul y dorado» *XXXV COVEGNO INTERNAZIONALE DELLA CERAMICA*, Albisola, pp. 53-62.
- (2003), «Ceramiche invetriate e smaltate provenienti dalla Penisola Iberica in un borgo medievale del Ponente Ligure gli scavi di Piazza Santa Caterina in Finalborgo, Savona» *ARCHEOLOGIA MEDIEVALE*, XXX, pp. 243-6.
- (2003a), «Una aplicación SIG en el estudio de la distribución de hallazgos cerámicos. La cerámica española importada en Italia durante la baja Edad Media» *Informática y Arqueología Medieval*, Universidad de Granada, pp. 149-179.
- GARÍ, Blanca (1992), «Pisa y el control del mediterráneo nordoccidental. Carta de los cónsules de Pisa a Ramón Berenguer IV a mediados del siglo XII», *ACTA MEDIAEVALIA*, 13, Barcelona, pp. 9-16.
- GARÍ, Blanca, SALICRÚ, Roser, 1997, «Las ciudades del triángulo: Granada, Málaga, Almería, y el comercio mediterráneo de la Edad Media», *En las costas del mediterráneo occidental. Las ciudades de la península ibérica y del reino de Mallorca y el comercio mediterráneo en la Edad Media*, Barcelona, pp. 172-211.
- GIRALT, Josep (1994), «Jaciment arqueològic del Pla D'Almatà» *Catalunya Romànica*. XVII. La Noguera. Enciclopèdia Catalana, Barcelona, pp. 238-243.
- (1994a), «Ceràmica islàmica de Balaguer» *Catalunya Romànica*, XVII, La Noguera, Enciclopèdia Catalana, Barcelona, pp. 247-251.
- (1996), «Balaguer: les fours islamiques du Pla d'Almatà (XIe siècle)» *Le vert & le brun de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XIVE siècle*, Marseille, pp. 22-3
- GISBERT, Josep A. (1990), «Los Hornos del alfar islámico de la Avda. Montgó/calle Teulada . Casco urbano de Denia(Alicante)», *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Madrid, pp. 75-91.
- (2000), *Cerámica califal de Dénia*. Universidad de Alicante, Alicante.
- (2003), «La producción cerámica en Daniya –Dénia– en el siglo XI», *3 Jornadas de Cerâmica Medieval e Pos-Medieval*, Tondela, Portugal, 1997, pp. 61-77.
- GISBERT, J.A.; AZUAR, R.; BURGUERA, V. (1991), «La producción cerámica en Daniyya. El alfar islámico de la A^{va}d. Montgó/Calle Teulada Denia, Alicante», *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Lisboa, 1987, pp. 247-262.
- GISBERT, J.A.; BURGUERA, V.; BOLUFER, J. (1992), *La cerámica de Daniya – Dénia, Alfares y ajuares domésticos de los siglos XII-XIII*. Ministerio de Cultura, València.
- GOITEIN, S. D., (1967), *A Mediterranean society. The jewish communities of the arab world as portrayed in the documents of the Cairo Geniza, I: Economic foundations*, London.
- GÓMEZ, Susana (1994), «La cerámica verde y morado de Mértola, Portugal», *Arqueologia Medieval*, 3, Mértola, pp. 113-132.
- (1997), «Cerámica decorada islámica de Mértola-Portugal (siglos IX-XIII)» *La céramique médiévale en Méditerranée*, Aix-en-Provence, pp. 311-325.
- (2002), «Cerámica». *Arte Islámica. Museu de Mértola*, Mértola, Portugal, pp. 107-167.
- (2003), «Producciones cerámicas en la Mértola Islámica», *VIIe Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Thessaloniki, 1999, Athènes, pp. 653-658.
- Granada. (1995), *Al-Andalus y el Mediterráneo*. Granada
- GUICHARD, Pierre (1990), *L'Espagne et la sicile musulmanes aux Xe et Xlle siècles*, Lyon.
- (1995), «Actividad marítima y poblamiento», *Al-Andalus y el Mediterráneo*, pp. 37-46.
- LERMA, Josep V. (1987), «Relaciones mediterráneas de la Valencia islámica: las cerámicas importadas», *Les Illes Orientals d'Al-Andalus*, Palma de Mallorca, pp. 339-358.
- LERMA J. V. et alii (1990), *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia*, II, València.
- LEWIS, A., RUNYAN, T., (1985), *European naval and maritime history 300-1500*, Bloomington.
- LIROLA DELGADO, José (1992), *El poder naval de Al-Andalus en la época del califato Omeya*, Granada.
- Lisboa. (1998), *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Maditerrâneo*, Lisboa.
- Marseille (1996), *Le vert & le brun de Kairouan à Avignon, céramiques du X^{ème} au XIV^{ème} siècle*, Marseille.
- MARTINEZ, Sergio (1990), «Hornos califales de Toledo» *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*. Casa de Velazquez, Madrid, pp. 45-61
- MOSTALAC, Antonio (1990), «Los hornos islámicos de Zaragoza» *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Casa de Velazquez, Madrid, pp. 63-74.
- MUÑOZ, Francisco (1993), «Nuevos datos sobre urbanismo y alfarería medieval en Murcia» *Verdolay*, Museo de Murcia, 4, pp. 175-184.
- (1996), «Murcie», *Le vert & le brun de Kairouan à Avignon, céramiques du X^{ème} au XIV^{ème} siècle*, Marseille, pp. 24-27.
- NAVARRO, Julio (1986), *La cerámica islámica en Murcia*, Murcia.
- (1986a), «Murcia como centro productor de loza dorada», *III CMMO*, Firenze, pp. 129-143.

- (1987), «Nuevas aportaciones al estudio de la loza dorada andalusí: el ataífor de Zavellá», *Les Illes Orientals d'Al-Andalus*, Palma de Mallorca, pp. 225-238.
- (1990), «Los materiales islámicos del alfar antiguo de San Nicolás de Murcia» *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*. Casa de Velazquez, Madrid, pp. 29-43.
- PALAZZI, P.; PARODI, L.; MURIALDO, G.; FRONDONI, A.; (2003), «Archeologia di un borgo di fundazione signorile; il *burgus Finarii* (Finalborgo, SV) Scavi 1997-2001» *III congresso Nazionale di archeologia Medievale*, Salerno, 2003, Firenze, pp. 185-190.
- PICÓN, M.; NAVARRO, J. (1986), «La loza dorada de la provincia de Murcia: étude en laboratoire», *III CMMO*, Firenze, pp. 144-6.
- Pisa. (1995), *Arte Islámica. Presenze di cultura islamica nella Toscana costiera*, Pisa.
- PUERTAS TRICAS, Rafael, (1989), *La cerámica islámica de cuerda seca en la Alcazaba de Málaga*, Málaga.
- QUIRÓS, Juan Antonio (2005), «Técnicas constructivas altomedievales en la ciudad de Pisa y en la Toscana nordoccidental», *Arqueología de la Arquitectura*, 4 Vitoria, pp. 81-109.
- RENZI, Catia (1997-8), «I rapporti Pisa -Spagna (Al-Andalus, Maiorca) tra l'VIII e il XIII secolo testimoniati dalle fonti scritte» *XXX-XXXI CONVEGNO INTERNAZIONALE DELLA CERAMICA*, Albisola, pp. 255-264.
- RETUERCE, Manuel (1998), *La cerámica andalusí de la meseta*, Madrid, 2 vols.
- RETUERCE, Manuel, ZOZAYA, Juan, (1986), «Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos», *III CMMO*, Firenze, pp. 69-128.
- ROSSELLÓ, Guillermo (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca.
- (1986), «Mallorca: comercio y cerámica a lo largo de los siglos X al XIV», *II CMMO*, Madrid, pp. 193-204.
- (1988), «Algunas observaciones sobre la decoración cerámica en verde y manganeso», *Cuadernos de Madīnat al-Zahrā'*, 1, pp. 125-137.
- (1993), «Comercio y navegación en las Baleares medievales: la información textual y arqueológica», *Cuadernos de Arqueología Marítima*, 2, pp. 177-196.
- (1996), «La céramique vert et brune en al-Andalus du Xe au XIIIe siècle» *Le vert & le brun de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XIVe siècle*, Marseille, pp. 105-117.
- RUBIERA, M^a. Jesús (1985), *La Taifa de Denia*, Alicante.
- SOLER FERRER, M^a Paz (1990), «La cerámica con decoración de cuerda seca», *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia*, II, València, pp. 97-114.
- TANGHERONI, Marco (1996), *Commercio e navigazione nel Medioevo*, Bari
- (2003), *Pisa e il Mediterraneo. Uomini, merci, idee degli Etruschi ai Medici*, Milano.
- TORRES, Claudio (1987), *Cerâmica islamica portuguesa*, Mértola.
- TORRES, Claudio, GÓMEZ, Susana (1996), «Le vert et brun au Portugal» *Le vert & le brun de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XIVe siècle*, Marseille, pp. 99-103.
- TORRES, C.; PALMA, M.P.; REGO, M.; MACIAS, S. (1991), «Cerâmica islâmica de Mértola, propostas de cronología e funcionalidade», *A cerâmica medieval no mediterraneo ocidental*, Mértola, Lisboa, 1987, pp. 497-536.
- VV.AA (1990), *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Casa de Velazquez, Madrid.
- (1995), *Arte islámico en Granada. Propuesta para un Museo de la Alhambra*, Granada.
- VARELA, Rosa (1988), *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*, Xelb, 1, Silves.
- Venezia. (1994), *Eredità dell'Islam, Arte islamica in Italia*, Venezia.
- VIGUERA, M^a Jesús *et alii* (1994), Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, en *Historia de España*, VIII,1, Madrid.
- ZOZAYA, Juan (1969), «El comercio de Al-Andalus con el Oriente: nuevos datos», *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, 5, 1, pp. 91-200.
- (1980), «Aperçu général sur la céramique espagnole», *I CMMO*, Paris, pp. 265-296.
- (1993), «Importaciones casuales en Al-Andalus: las vías de comercio», *IV CAME*, 1, Alicante, pp. 117-138.
- (1995), «El comercio en al-Andalus», *Al-Andalus y el Mediterráneo*, pp. 99-104.
- ZOZAYA, Juan; APARICIO, Alfredo (2003), «Análisis de cerámicas andalusíes» *VIIe Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Thessaloniki, 1999, Athènes, pp. 341-350.

OS VIDROS ISLÂMICOS DE MÉRTOLA (SÉCULOS XI-XIII): TÉCNICAS DECORATIVAS

LÍGIA RAFAEL*

MARIA DE FÁTIMA PALMA**

Desde a Antiguidade que a utilização do vidro se prende com as suas características muito específicas. Os recipientes em vidro eram utilizados para conservar, servir ou armazenar alimentos sólidos ou líquidos, medicamentos, unguentos ou perfumes, sendo este material preferido pelas suas propriedades únicas como é o caso do brilho, da cor, da higiene e impermeabilidade, para além de não deixar vestígios de sabores como acontecia com os contentores metálicos ou alguns tipos de cerâmica. O desenvolvimento da técnica de execução do vidro teve o seu apogeu no período romano tendo sido amplamente desenvolvida a técnica do sopro e do sopro com molde o que permitiu a seriação e a execução de formas complexas e luxuosamente decoradas. Na refinada cultura material do período islâmico o vidro desempenhou um papel de destaque não sendo só utilizado como constituinte em objectos de uso comum mas, principalmente, em objectos de luxo e de elite.

Mértola possui um vasto espólio de fragmentos de vidro recuperados nas diversas intervenções arqueológicas realizadas nesta Vila no entanto, só uma pequena percentagem apresenta a possibilidade de identificação formal e decorativa. Esta dificuldade está directamente relacionada com o mau estado de conservação dos fragmentos que se apresentam, na sua generalidade, muito quebrados e degradados devido à acção da irradiação o que não permite a definição da cor para além de ocasionar a perda de integridade física, brilho e transparência. Apesar dos poucos objectos que permitem a reconstituição total ou parcial da forma é possível identificar como principais tipologias

formais pequenos frascos globulares ou tubulares, garrafas (fragmentos de gargalos, bordos e bojos), copos e taças.

A cronologia dos vidros islâmicos de Mértola enquadra-se nos séculos XI, XII e XIII sendo os objectos mais expressivos tanto em quantidade como diversidade procedentes da Alcaçova do Castelo de Mértola. Para esta análise foram seleccionados 180 fragmentos vítreos de período islâmico sendo a maioria dos vidros com decoração procedentes da intervenção arqueológica realizada no bairro islâmico da Alcaçova do Castelo de Mértola, nas últimas três décadas. Deste período temos também fragmentos procedentes das intervenções arqueológicas realizadas no Castelo (séculos XI e XII), na Encosta do Castelo (século XI / 1ª metade do século XIII), na Casa do Lanternim (séculos XI, XII e XIII) e na Biblioteca Municipal (século XI); no Cine-Teatro Marques Duque (séculos XI/XII), na Cerca da Arrochela (séculos XI, XII e XIII) e Hospedaria Beira-Rio (séculos XI, XII e XIII). De referir também que uma percentagem considerável das formas mais completas foi

* Câmara Municipal de Mértola.

** Campo Arqueológico de Mértola.

exumada de contextos completamente selados (fossas do Castelo, Encosta do Castelo e Biblioteca Municipal) (Fig.1).

Nos fragmentos vítreos identificados como sendo de período islâmico é possível definir cinco tipos de decorações diferentes – relevo obtido por sopragem em molde fechado, decoração aplicada, pintura, douramento com esgrafitado e vidro bicromado, sendo o mais comum o relevo obtido por moldagem. Relativamente às temáticas decorativas estas são muito simples e resumem-se a motivos geométricos como pastilhas circulares ou ovóides, espirais, caneluras verticais orientadas longitudinalmente e linhas horizontais paralelas, pouco representativos são os motivos fitomórficos (ex. fragmentos de vidro dourado e esgrafitado).

Tendo em conta o universo de fragmentos estudados é possível estabelecer uma relação entre técnica decorativa e cronologia: os vidros mais antigos datam do século XI, apresentam tonalidades entre o amarelo-acastanhado e o verde-claro e são principalmente obtidos por sopragem em molde fechado; as decorações executadas com técnicas mais elaboradas e tonalidades mais diversificadas são datáveis do século XII e XIII, como é o caso dos fragmentos de vidro pintado e dourado e das decorações aplicadas.

Os vidros islâmicos encontrados em Mértola terão sido importados, na sua maioria, a partir dos grandes centros produtores do mediterrâneo, entre os quais se destacam as numerosas influências orientais ao nível da técnica e da decoração. Em Mértola, nas diversas escavações realizadas nos últimos trinta anos não foram encontrados vestígios da existência de uma produção local. Os vidros seriam importados de outros centros produtores, facto atestado pelos paralelos técnicos, decorativos e formais com os grandes centros vidreiros do mundo muçulmano desta época, como é o caso de Múrcia, Cieza, Almeria e Málaga. Destacamos Múrcia, pelo facto dos vidros desta cidade serem referidos



Figura 1 – Planta de localização dos vidros islâmicos de Mértola.

nas fontes árabes (num texto de *Ibn Sa'id* onde se relata que Múrcia fabricava admiráveis vidros (CRESSIER: 2000); e também porque os artesãos de Múrcia eram conhecedores das técnicas do dourado e esgrafitado, também aplicadas no fabrico da cerâmica que também se verifica em Mértola.

Os vidros islâmicos de Mértola foram objecto de comercialização durante os séculos XI, XII e primeira metade do século XIII. Aqui chegavam barcos carregados de requintadas mercadorias que depois eram escoadas para outros centros de consumo afastados das vias fluviais ou marítimas.

1.

Designação Fragmento de frasco globular.

Procedência Alcaçova do Castelo de Mértola.

Localização Museu de Mértola – Arte Islâmica (Vitrine 18 – Peça n.º 21).

Cronologia Século XII.

Matéria Vidro amarelo-esverdeado.

Técnica Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo – conjunto de formas semiesféricas agrupadas formando «flores».

Conservação Razoável. Apresenta zonas de tonalidade acastanhada devido à degradação do vidro; mantém ainda alguma transparência e brilho. A peça encontra-se muito fragmentada.

Bibliografia TORRES (2003).

2.

Designação Copo de paredes finas cuja forma foi obtida através do estrangulamento na zona do pé; o fundo é circular, cónico e o bordo é recto, arredondado na extremidade.

Procedência Castelo de Mértola (1996).

Localização Museu de Mértola – Arte Islâmica (Vitrine 18 – Peça n.º 13).

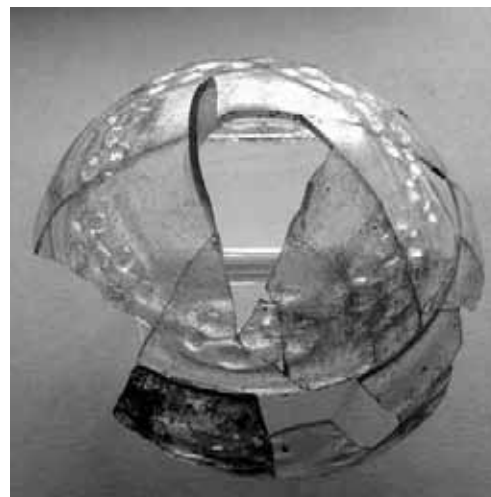
Cronologia Século XI.

Matéria Vidro amarelo-acastanhado.

Técnica Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo – nervuras que se desenvolvem do pé para o bordo, por vezes formando espirais.

Conservação Razoável. Apresenta rugosidade da superfície devido ao destacamento de lamelas. Mantém ainda alguma transparência e brilho. Encontra-se muito fragmentada tendo a intervenção de conservação e restauro sido dificultada pela complexidade da união entre os fragmentos.

Bibliografia CANDÓN MORALES (2001); RAFAEL (2001); TORRES (2003).



1.

3.

Designação Fragmento de fundo pertencente a frasco globular; o fundo é ligeiramente côncavo com arranque de parede.

Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola (1983).

Localização Depósito CAM VD-DV6.80.

Dimensões Alt. max. 34 mm; diâm. fundo 36 mm; peso 27,62 gr.

Cronologia Séculos XII/XIII.

Matéria Vidro verde.

Técnica Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo – linhas verticais paralelas.

Conservação Razoável. Apresenta algumas zonas mais escuras (acastanhadas) e com perfurações superficiais devido à acção da irização. Mantém o brilho e a transparência.

Bibliografia Inédita.



2.

4.

Designação Fragmento de fundo e arranque de parede pertencente a copo ou pequeno frasco.

Procedência Encosta do Castelo de Mértola (1992).

Localização Depósito CAM – VD-DV7/102.

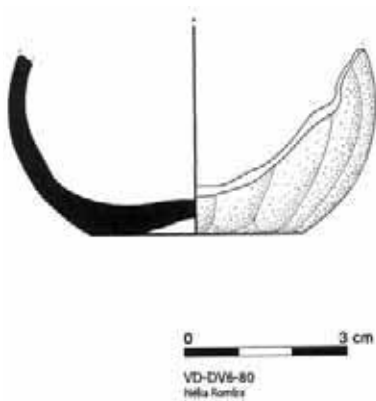
Dimensões Alt. max. 21 mm; diâm fundo 39 mm; peso 8,01 gr.

Cronologia Século XI/1ª metade do século XII.

Matéria Vidro castanho escuro.



3.



Técnica Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo tanto no fundo como na parede (motivos geométricos) e marca do pontel no fundo.

Conservação Má. O vidro tem uma tonalidade acastanhada; verifica-se o destacamento de lamelas, perda de brilho e transparência devido à acção da irização.

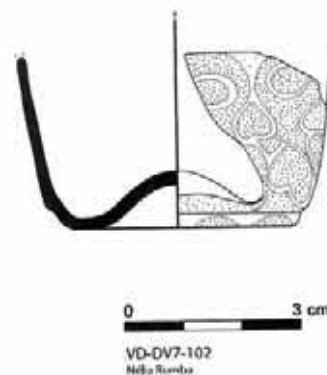
Paralelos Cieza

Bibliografia CRESSIER (2000); Inédita.

5.

Designação Fragmento de frasco globular.**Procedência** Alcáçova do Castelo de Mértola (1988).**Localização** Depósito CAM – VD-DV9.138.**Dimensões** Diâm. fundo 45 mm; alt. max. 32 mm; peso 9,62 gr.**Cronologia** Séculos XII/XIII.**Matéria** Vidro negro (coloração devida à acção da irisação).**Técnica** Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo – caneluras longitudinais e marca de pontel no fundo.**Conservação** Razoável. Observa-se o destacamento de lamelas muito finas, perda de brilho e transparência devido à acção da irisação; a peça encontra-se fragmentada e apresenta grande fragilidade mantendo no entanto a forma.**Bibliografia** Inédita.

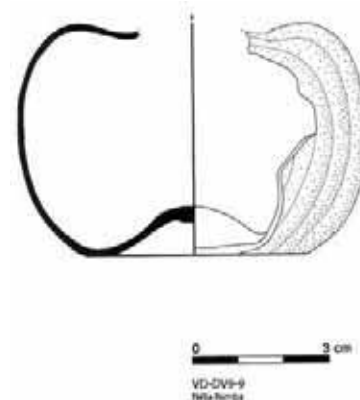
4.



6.

Designação Fragmento de gargalo cilíndrico com bordo recto, arredondado na extremidade.**Procedência** Biblioteca Municipal de Mértola (2005).**Localização** Depósito CAM: VD-DV9.143.**Dimensões** Diâm. max. 27 mm; alt. 27 mm; peso 6,46 gr.**Cronologia** Século XI/1.^a metade do século XII.**Matéria** Vidro amarelo-esverdeado.**Técnica** Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo – linhas que formam pequenas espirais organizadas linearmente em redor do gargalo.**Conservação** Razoável. Apresenta alguma irisação do vidro que se manifesta pela perda de brilho, transparência e manchas de tonalidade mais escura.**Bibliografia** Inédita.

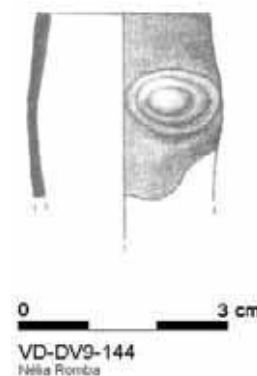
5.

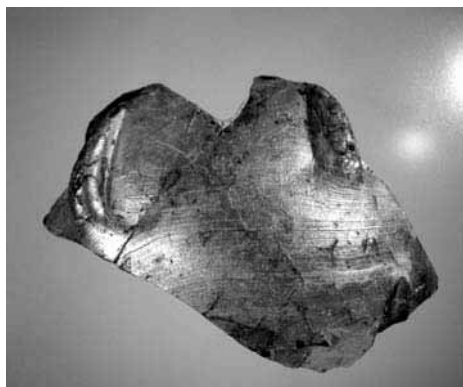


7.

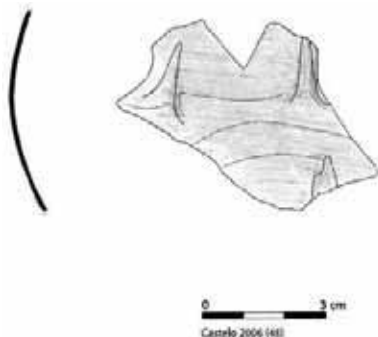
Designação Fragmento de frasco globular com decoração em relevo (repuxamento).**Procedência** Castelo de Mértola (2006).**Localização** Depósito CAM: VD-DV11.163.**Dimensões** Larg. máx 64,61 mm; alt. max. 44,44 mm; esp. parede 1,75 mm; peso: 4,76 gr.**Cronologia** Século XII.**Matéria** Vidro (apresenta um tom dourado devido à acção da irisação).**Técnica** Executado a sopro dentro de molde fechado (decoração em relevo – repuxamento).**Conservação** Frágil.**Bibliografia** Inédita.

6.

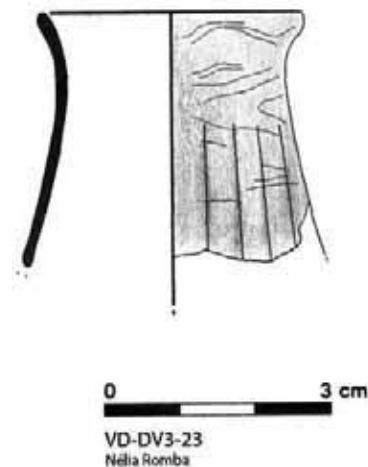




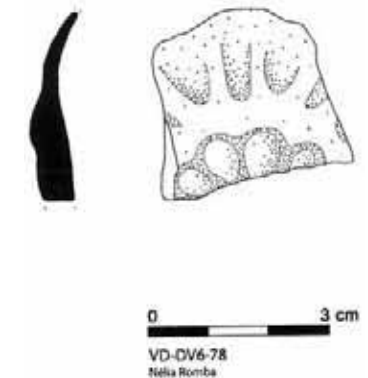
7.



8.



9.



8.

Designação Fragmento de bordo de garrafa com início de colo com relevo ondulado.

Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola (1980).

Localização Depósito CAM – VD-DV3.23.

Dimensões Diâm. 35 mm; alt. 32 mm; peso 3,13 gr.

Cronologia Século XII/1.^a metade século XIII.

Matéria Vidro azul-esverdeado.

Técnica Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo – nervuras verticais afiladas nas extremidades superiores.

Conservação Má. Encontra-se muito irizada existindo somente pequenas áreas onde se percebe a tonalidade real do vidro; verifica-se o destacamento de lamelas, a perda de transparência e de brilho.

Paralelos Cieza.

Bibliografia CRESSIER (2000); FERREIRA (1992).

9.

Designação Fragmento de fundo.

Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola (1981)/ /Criptopórtico.

Localização Depósito CAM – VD-DV6.78

Dimensões larg. max. 31 mm; alt. max. 34 mm; peso 9,72 gr.

Cronologia Séculos XII/XIII.

Matéria Vidro amarelo-acastanhado.

Técnica Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo: pastilhas ovóides que agrupadas formam uma rosácea.

Conservação Razoável. Observa-se a existência de manchas espessas de tonalidade acastanhada que cobrem quase toda a peça retirando-lhe a transparência e brilho.

Bibliografia Inédita.

10.

Designação Fragmento de bordo pertencente a taça copa semiesférica; bordo inflectido para o interior; rebordo decorado.

Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola (1979), Galeria A.

Localização Depósito CAM – VD-DV4.46

Dimensões Larg. max. 32 mm; alt. max. 20 mm; peso 2,09 gr.

Cronologia Séculos XII/XIII.

Matéria Vidro negro opaco.

Técnica Executado a sopro dentro de molde fechado; decoração em relevo – motivo geométrico: discos ovais moldados em repetição linear simples.

Conservação Má. Apresenta avançado estado de degradação devido à acção da irização com o destacamento de lamelas que provocam perfurações, a perda de brilho, transparência e degradação da estrutura interna.

Paralelos Múrcia.

Bibliografia CRESSIER (2000); FERREIRA (1992).

11.

Designação Fragmentos de gargalo.

Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola.

Localização Museu de Mértola – Arte Islâmica (Vitrine 18 – Peças n.º 16).

Cronologia Séculos XII/XIII.

Matéria Vidro branco com decoração dourada e esgrafitada.

Técnica Executado a sopro com decoração dourada e esgrafitada (decoração fitomórfica executada com técnica muito semelhante à utilizada na cerâmica).

Conservação Boa.

Paralelos Cieza.

Bibliografia CANDÓN MORALES (2001); CRESSIER (2000); RAFAEL (2001); TORRES (2003).

12.

Designação Fragmento de fundo.

Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola (1982).

Localização Depósito CAM – VD-DV4/57.

Dimensões Larg. Max. 34 mm; alt. Max. 24 mm; peso 5,17 gr.

Cronologia Séculos XII/XIII.

Matéria Vidro castanho com decoração pintada.

Técnica Executado a sopro com decoração pintada – linhas em espiral iniciadas em «borrão» no fundo desenvolvendo-se em espiral pelas paredes, alternando com tons de bordeaux e branco leitoso.

Conservação Boa.

Bibliografia Inédita.

13.

Designação Fragmento de pequeno recipiente de forma quadrangular.

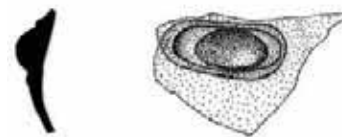
Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola (1981), Galeria A

Localização Depósito CAM – VD-DV4.58

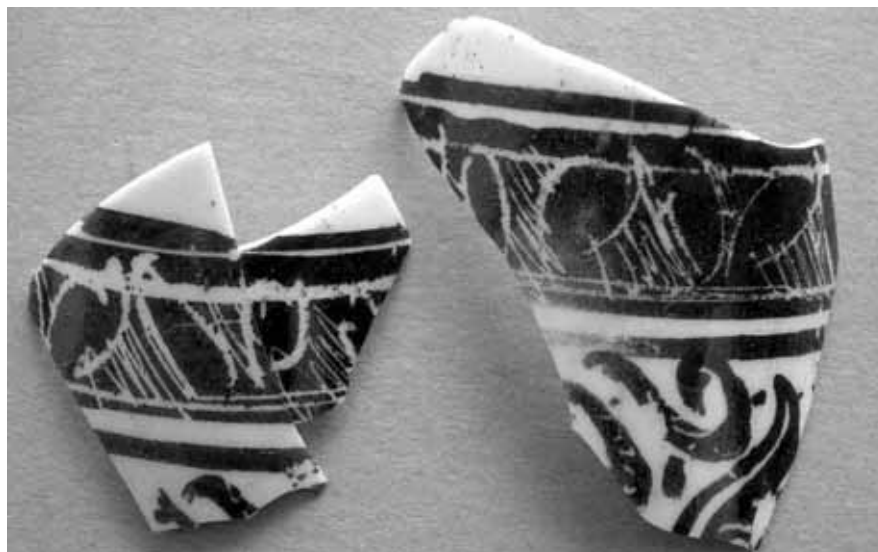
Dimensões Larg. 20 mm; alt. max. 13 mm; peso 2,91 gr.

Cronologia Séculos XII/XIII.

Matéria Pasta vítrea esverdeada com decoração pintada – melado.



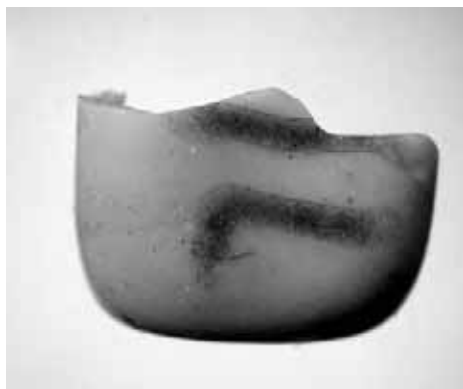
10.



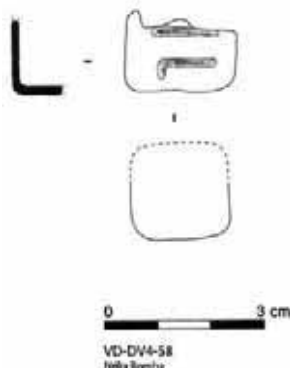
11.



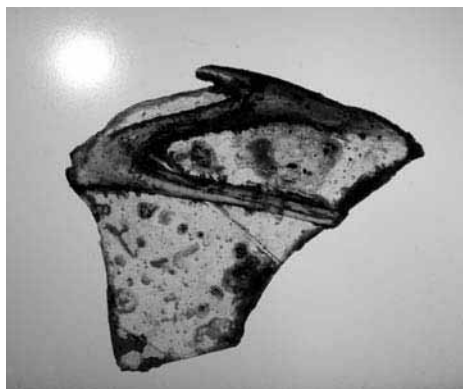
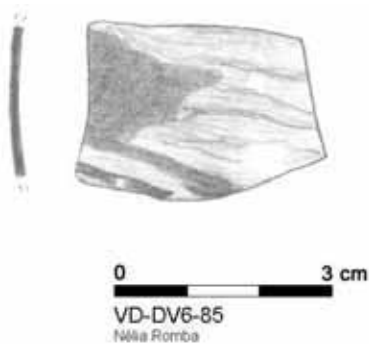
12.



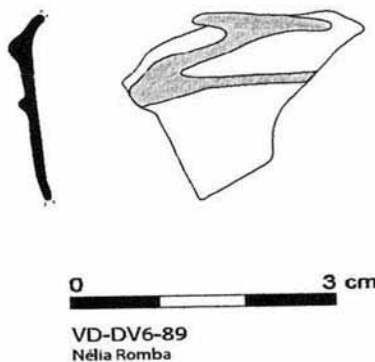
13.



14.



15.



Técnica Executado a sopro com decoração pintada – traços horizontais paralelos com tom de mel.

Conservação Boa.

Bibliografia Inédita.

14.

Designação Fragmento de vidro.

Procedência Encosta do Castelo de Mértola (1989).

Localização Depósito CAM – VD-DV6.85

Dimensões Larg. max. 34 mm; alt. max. 23 mm; peso 2,91 gr.

Cronologia Século XI/1.^a metade século XII.

Matéria Vidro azul com decoração pintada.

Técnica Executado a sopro com decoração pintada – linhas paralelas de branco leitoso.

Conservação Boa. Os traços pintados apresentam destacamento pelo que foi efectuada uma consolidação.

Bibliografia Inédita.

15.

Designação Fragmento de vidro com decoração aplicada.

Procedência Encosta do Castelo de Mértola (1989).

Localização Depósito CAM – VD-DV6.89

Dimensões Larg. max. 27 mm; alt. 25 mm; peso 0,93 gr.

Cronologia Século XI/1.^a metade século XII.

Matéria Vidro incolor com decoração aplicada de tom azul.

Técnica Executado a sopro com decoração em relevo – fio de pasta vítrea aplicada ao vidro incolor.

Conservação Razoável. Apresenta pequenas perfurações de tom escuro relacionadas com a degradação do vidro. O vidro é de má qualidade, com grande profusão de bolhas de ar, o que lhe confere grande fragilidade.

Bibliografia Inédita.

16.

Designação Fragmento de gargalo.

Procedência Alcáçova do Castelo de Mértola (1992).

Localização Depósito CAM – VD-DV7.107.

Dimensões Larg. max. 23 mm; alt. max. 23 mm; peso 1,41 gr.

Cronologia Séculos XII/XIII.

Matéria Vidro verde com decoração aplicada de tom azul-turquesa.

Técnica Executado a sopro com decoração em relevo – linhas paralelas de pasta vítrea azul-turquesa aplicadas à base de vidro.

Conservação Boa.

Paralelos Museu Arqueológico Nacional, Madrid.

Bibliografia CRESSIER (2000); Inédita.

17.

Designação Fragmento de bordo recto, arredondado na extremidade.

Procedência Encosta do Castelo de Mértola (1989).

Localização Depósito CAM – VD-DV 6.80.

Dimensões Larg. max. 21 mm; alt. max. 15 m; peso 0,54 gr.

Cronologia Século XI/1ª metade século XII.

Matéria Vidro translúcido azul com linhas paralelas de vidro incolor.

Técnica Executado a sopro.

Conservação Razoável. O vidro é de má qualidade, apresenta rugosidade da superfície e bolhas de ar o que lhe confere alguma fragilidade; observa-se o destacamento de lamelas, perda de brilho e transparência devido à acção da irização.

Bibliografia Inédita.

18.

Designação Fragmento de objecto carenado em que a carena corresponde à delimitação das duas tonalidades de vidro: a da parte inferior de tom bege-acastanhado e as da parte superior de tom azul; O bordo é extrovertido arredondado na extremidade e o colo apresenta caneluras largas; a parte inferior da carena é lisa. Apesar dos fragmentos pertencerem à mesma peça não existe união entre a maioria deles; associado a estes fragmentos está uma asa que também não tem qualquer união com os restantes fragmentos. A decoração localiza-se na parte superior de vidro azul, junto ao bordo – caneluras largas.

Procedência Encosta do Castelo de Mértola (1981).

Localização Depósito CAM – VD-DV12. 164.

Dimensões Larg. max. 44,76 mm; alt. max. 72,83 mm; peso 10,54 gr.

Cronologia Séculos XI/XII.

Matéria Vidro amarelo-acastanhado.

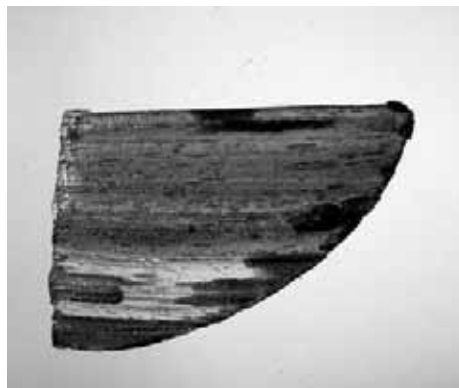
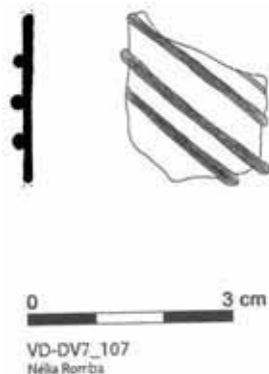
Técnica Executado a sopro.

Conservação Má. Apresenta grande fragilidade devido à acção da irização que degradou irreversivelmente a estrutura interna do vidro; observa-se o destacamento de lamelas, perda de brilho, transparência e verifica-se a existência de pequenas perfurações que lhe conferem grande fragilidade.

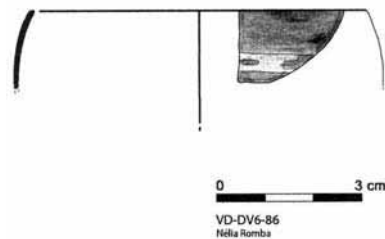
Bibliografia Inédita.



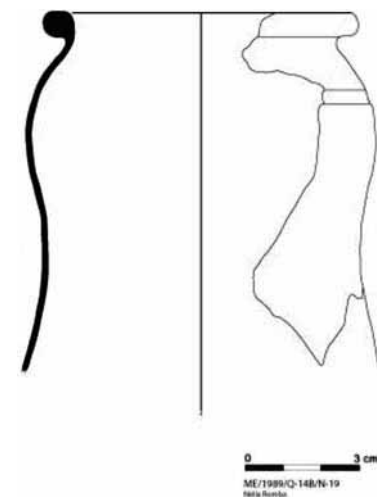
16.



17.



18.



BIBLIOGRAFIA

- BEVERIDGE, Philippa *et alii* (2004), *O vidro – Técnicas de trabalho de forno*, Lisboa: Ed. Estampa.
- CANDÓN MORALES, Alicia *et alii* (2001), «Mértola en torno al año mil, in *Actas do VI Congreso de Arqueologia Medieval Española*, vol. 2, Valladolid: Junta de Castilla y León.
- CRESSIER, Patrice (ed.) (2000), *El vidrio en al-andalus*, Madrid: Casa de Velásquez / Fundación Centro Nacional del Vidrio.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, Susana (1987), «Vidrios islámicos de los baños árabes del Alcázar de jeres de al frontera, Colección Menéndez Pidal, in *II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, tomo II, Madrid: Comunidad de Madrid.
- FERREIRA, Manuela Almeida (1992), «Vidros antigos de Mértola», in *Arqueologia Medieval*, n.º 1, Porto: Edições Afrontamento.
- NAVARRO PALAZON, Júlio (1984), «Múrcia como centro productor de loza dorada», in *La cerâmica medievale nel mediterráneo Occidentale*, Siena: edizione All'insegna del Giglio.
- PASCUAL, Eva (2006), *Conservar e restaurar – vidro*, Lisboa: Ed. Estampa.
- PICON, Maurice e NAVARRO PALAZON, Júlio (1984), «La loza dorada de la province de Murcie: étude en laboratoire», in *La Cerâmica Medievale nel Mediterraneo Occidentale*, Siena: Edizione Al' Insegna del Giglio.

- PUCHE ACIÉN, Catalina (1993), «El vidrio de época Almo-hade en Al-Andalus: primera aproximación formal», in *Actas do IV Congreso de Arqueologia Medieval Española*.
- RAFAEL, Lúgia (2001), «Os materiais não cerâmicos de período islâmico», in *Museu de Mértola – Arte Islâmica*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago (2003), *Guia do Museu. Museu de Mértola – Arte Islâmica*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração de Tânia Fortuna (design gráfico); Nélia Romba (desenho); Rute Fortuna e Clara Rodrigues (fotografia e conservação e restauro).

CERÂMICAS ISLÂMICAS DA «CASA DO PROCURADOR» (ALJUSTREL)

JUAN AURELIO PÉREZ MACÍAS*

TIMOTEO RIVERA JIMÉNEZ**

ARTUR MARTINS***

MACARENA BUSTAMANTE ÁLVAREZ****

Nestes últimos anos verificou-se um incremento na investigação arqueológica sobre as minas da Faixa Piritosa Ibérica, ao mesmo tempo que o impulso dado pela Arqueologia Medieval tem valorizado de maneira distinta os vestígios medievais destas minas que, até há pouco tempo, não possuíam qualquer tipo de vínculo aos trabalhos mineiros ou metalúrgicos neste período cronológico. Desde meados do século XIX, momento da reabertura das minas por consórcios nacionais ou internacionais, que os engenheiros e geólogos de minas mostraram interesse pelos vestígios mineiros e metalúrgicos que aí encontravam, pelos escoriais e trabalhos mineiros que iam surgindo à medida que avançavam os trabalhos mineiros, em contramina ou a céu aberto. Contudo, a envergadura da ocupação romana, com grandes povoados e necrópoles, levou-os a considerar que todos os vestígios encontrados seriam desse período.

Esta consideração está apenas parcialmente correcta porque – ainda que seja evidente a intensidade da exploração romana, reflectida sobretudo na extensão dos *vici* – para muitos dos vestígios não existe uma cronologia segura, sobretudo em trabalhos mineiros e escoriais que não possuem materiais de cronologia romana a eles associados. Muitas galerias romanas são datadas do período romano devido à sua tipologia, no entanto, sabemos hoje que esse tipo de trabalhos de pequena dimensão, com ves-

tígios de ferramentas e pequenos nichos nas paredes para colocação de candis, perduram no tempo, muitas vezes para lá do período medieval.

Começámos também a valorizar os escoriais como objecto de investigação arqueológica, para determinar os períodos de exploração na sua estratigrafia, bem como estudar a evolução das técnicas metalúrgicas e o tipo de metais explorados, contudo, a maior parte dos escoriais estão ainda por investigar. Desconhecemos os seus contextos cerâmicos e, se muitos destes escoriais correspondem a fundições romanas, a não existência de materiais que o certifiquem faz com que não seja possível concluir peremptoriamente por essa cronologia, podendo existir mantos, sectores ou estratos de escórias de outros períodos. Tal como no caso dos trabalhos mineiros, a tipologia dos blocos de escórias de fornos de sangramento, vulgarizados a partir do período romano, vão-se manter até ao século XIX.

Desta forma foi-se consolidando uma opinião sobre a cronologia destes vestígios, definidos de acordo com uma cronologia relativa, sendo que

* Arqueólogo, Prof. Dr. do Dept^o História I – Área de Arqueologia – da Faculdade de Humanidades da Universidade de Huelva.

** Arqueólogo.

*** Arqueólogo, Coordenador do Museu Municipal de Aljustrel.

**** Arqueóloga, Universidade de Cádiz.

esses vazios de população das minas ibéricas foram definidos, a maior parte das vezes, sem ter em consideração as ocupações conhecidas desta época junto das minas, e cuja funcionalidade nunca foi relacionada directamente com a prática mineira e a exploração desses recursos minerais. Ao contrário do que se pensa, o minério não se esgotou no período romano, e a reabertura das minas no século XIX para tratamento dos sulfuretos primários e secundários bem como dos chapéus de ferro, desmente-o claramente. Devemos ao geólogo Antonio Carbonell y Trillo Figueroa, o único e pioneiro trabalho sobre os vestígios árabes nas minas do sul peninsular, que conhecia bem graças ao imenso trabalho desenvolvido no campo da exploração mineira¹. Foi possível documentar algumas minas de galena argentífera com restos importantes de época medieval, alcatruzes para evacuação de águas e candis para iluminação dos trabalhos. Infelizmente o seu trabalho não teve continuidade, nem conseguiu uma mudança de rumo nas investigações sobre a mineração deste período, apesar de ter obtido provas concludentes de que ela existia, como seria natural, uma mineração de época medieval tão desenvolvida nos seus processos técnicos e metalúrgicos como a praticada durante o período romano.

Esta opinião dos engenheiros de minas do século XIX teve demasiado peso na investigação, a tal ponto que os trabalhos modernos de prospecção arqueometalúrgica, como o Huelva Archaeometallurgical Project, não incluía nas suas conclusões qualquer referência à mineração medieval, ainda que tenham catalogado registos metalúrgicos medievais como o escorial do Guerreiro (Campofrío) e os do Castelo de Aracena².

Onde a intervenção arqueológica registou contextos metalúrgicos de época medieval, foi justamente fora de áreas mineiras (Fig. 1). Um dos primeiros trabalhos efectuados foi nos escoriais de Saltés (Huelva)³, de produção siderúrgica, mas que levavam a suspeitar que isso acon-

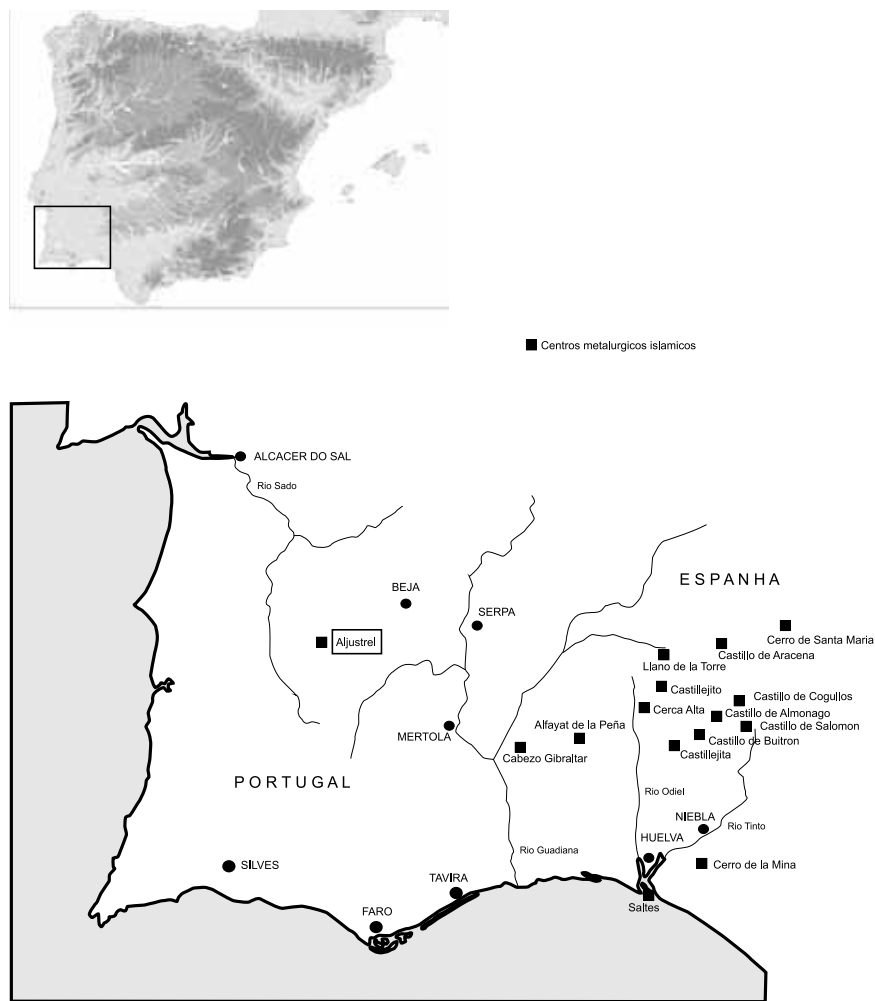


Figura 1.

tecias em locais sem possibilidade de aprovisionamento de minério nas proximidades, as minas não podiam ter estado inactivas. As minas possuem vestígios de ocupação islâmica que só se compreendem do ponto de vista da actividade mineira. Assim acontece com algumas ocupações fortificadas que se encontram nas minas mais importantes destas regiões do sudoeste ibérico, entre outras, na zona sul portuguesa, o Castillo Viejo de Salomón en Riotinto⁴, o Castillo de Almonago em El Campillo, Castillo de Cogullos em Campofrío, Castillo de Buitrón na mina de Barranco de los Bueyes de Zalamea la Real, o Castillejito de Cueva de la Mora, e a Castillejita de Sotiel Coronada⁵, na Zona Ossa Morena o Cerro de Santa María em Santa Olalla del Cala⁶. Até este momento apenas se publicaram alguns materiais de superfície que apontam, na sua maioria, para uma ocupação no período almóada, contudo, a falta de escavações e o desaparecimento de alguns vestígios como consequência dos trabalhos de mineração modernos, impediu o conhecimento dos detalhes que levam ao seu aparecimento, de entre os quais está a mineração, uma vez que já apareceram candis medievais em galerias «romanas».

Não só está verificada a produção metalúrgica em época almóada, como já foram publicados alguns registos com cronologia califal/taifa, como o Llano de la Torre em Aroche⁷ e o Cabezo de la Mina em Lucena del Puerto⁸, com extensos escoriais de blocos de escória de escorrimento com uma composição faialítica correcta, idênticas a escórias do período romano, bem como fornos de sangramento de tipologia similar aos utilizados em época romana. A única referência assinalável em relação à exploração romana será uma maior especialização na produção de ferro, com um domínio tecnológico que permite o benefício de minerais pouco habilitados, como as crostas ferruginosas das zonas de campina, ainda que os minerais preferidos tenham sido logicamente os óxidos de ferro (magnetites). No campo da produção de ferro o período *andalusi* aparece-nos como uma etapa de grandes necessidades de metal, paralelamente com capacidades técnicas na redução e na forja (carburação) que muito possivelmente superam as de época romana.

A ferraria e a forja, onde o ferro é preparado, são instalações que aparecem amiúde nos sítios arqueológicos, tanto em sítios urbanos como em aldeias rurais e as escavações no sudoeste peninsular documentam forjas em ambos como, por exemplo, em Alcaria Longa (Mértola)⁹ ou no castelo de Serpa¹⁰.

Parece hoje indubitável o desenvolvimento da mineração e metalurgia do ferro em época medieval, contudo, torna-se mais difícil detectar a exploração de cobre e de chumbo-prata, que foram os metais mais explorados em época romana. É inútil pensarmos em perda de conhecimentos no campo da metalurgia que, como já vimos pelo tratamento do minério de ferro, seguia as normas de época romana. Em alguns sítios islâmicos aparecem escórias de cobre como em La Rotura (Rociana del Condado, Huelva)¹¹, referindo algumas fontes documentais árabes detalhes de processos alquímicos no tratamento e afinação dos metais de prata¹², no entanto, a falta de estudos e escavações não permitem o estudo dos vestígios metalúrgicos de forma a conhecer a sua tecnologia¹³. Em alguns sítios andaluzes apareceram escórias de chumbo-prata de silício livre, um tipo de metalurgia extractiva do minério de prata que deixou de ser utilizado em época pré-romana, colocando-se deste modo algumas questões, uma vez que aparecem nos escoriais de La Cerca Alta e Cerro de la Mina, juntamente com escórias de escorrimento de ferro¹⁴. Com estes vestígios de superfície não estamos ainda em condições de sugerir uma metalurgia da prata pelo processo do silício livre, contudo, o buraco negro anteriormente existente começa agora a ser preenchido com elementos que antes desconhecíamos.

Pelo atrás exposto, temos que ter muita prudência quando afirmamos que em época islâmica não existe mineração, existem indícios suficientes que indicam o contrário. Está na altura de ultrapassar a mineração romana e as suas manifestações metalúrgicas e começar a caminhar na nova investigação, com todas as dúvidas de quem começa, mas sem os terríveis complexos de que não chegaremos a lugar algum. Para isso podem servir de exemplo os escoriais do Castillo de Mulva (*Munigua*) em Sevilha. O sítio, um pequeno município romano que alcançou esta condição jurídica em época Flávia e que se dedicou à metalurgia do ferro, processando as magnetites do Grupo Navalazaro (El Pedroso), foi escavado sistematicamente. Foram postas a descoberto

importantes edifícios (Forum, Santuário de Terrazas, etc.) e um pequeno espaço doméstico. Desde o início da sua investigação que se valorizaram os seus escoriais como sendo uma prova da dedicação económica dos seus habitantes, embora tenha havido uma preferência pela componente monumental de época romana. Os últimos dados publicados sobre este local confirmam que a povoação também teve ocupação islâmica, até ao período almóada¹⁵, reocupando algumas estruturas romanas e, provavelmente, transformando o Santuário de Terrazas em reduto militar (Castillo de Mulva). O mais importante é que essa pequena povoação medieval também se dedicou à mineração e metalurgia do ferro, utilizou como escombreira um mausoléu romano e nos castelos e povoações almóadas dos arredores (Manchallana, Montorcas y Montegil) existem extensos escoriais de ferro¹⁶.

Tudo isto nos demonstra que não estamos perante a inexistência de mineração em época islâmica, mas apenas que nos deixámos seduzir pela envergadura das manifestações mineiras romanas. Como testemunho de tudo isto servirá o conjunto de materiais que iremos apresentar seguidamente e que testemunham uma reocupação das estruturas romanas de *Vipasca* em época islâmica.

A OCUPAÇÃO ISLÂMICA DAS MINAS DE ALJUSTREL

O couto mineiro de Aljustrel foi, na Antiguidade, um dos principais centros de produção de cobre do sudoeste ibérico¹⁷. Os vestígios arqueológicos relacionados com as explorações de época romana concentram-se principalmente em redor do chapéu de ferro de Algares, a área mais intensamente explorada, ainda que existam vestígios de exploração no chapéu de ferro de S. João do Deserto, secções de pequenas galerias de exploração (*cuniculi*), visíveis na corta a céu

aberto. Todas as infra-estruturas de trabalho e fundição de época romana foram colocadas em torno da massa de Algarès, bem como um extenso povoado mineiro que se prolonga desde a moderna cementação até ao bairro de Valdoca e um extenso escorial que cobria toda a área desde o chapéu de ferro até à ribeira de Feitais. Este escorial, um dos mais importantes das minas do sudoeste, não tem uma grande potência embora nalguns pontos atinja os três metros de espessura e as suas escórias sepultaram, por vezes, as *officinae* de tratamento do minério por queima, como as documentadas na zona do Azinhal¹⁸.

Não é muito conhecido o desenvolvimento urbanístico e os distintos sectores da povoação romana de *Vipasca*, contudo, do seu auge mineiro e da atracção que estas minas exerceram durante os séculos I e II d. C., podemos ter uma ideia a partir da necrópole de Valdoca, situada junto do povoado de *Vipasca*¹⁹. Neste sítio arqueológico foram escavados dois sectores, um deles junto da Chaminé da Transtagana, denominado «Casa do Procurador» pelos seus primeiros escavadores (1954) devido à qualidade dos materiais aí recolhidos, e uma intervenção de salvamento (1982) na área da Lavaría Piloto²⁰.

A denominada Casa do Procurador não é um edifício isolado, trata-se de uma das componentes deste povoado minero-metalúrgico romano. As estruturas prolongam-se sob os terrenos de calcinação das pirites e na área utilizada pela Companhia de Mineração Transtagana para a construção de três chaminés de queima de pirite. Muita da informação conhecida sobre este povoado foi obtida através dos trabalhos desta empresa mineira na segunda metade do século XIX. Entre eles, destacam-se os trabalhos para abertura de um poço principal para a exploração na contramina dos sulfuretos primários e o enriquecimento secundário da massa de Algarès, a linha férrea para o transporte do minério que comunicava com a zona de calcinação e cementação artificial e as três chaminés já referidas²¹.

Mais tarde, a Société Anónyme Belge des Mines d'Aljustrel (SABMA), construiu junto ao velho malacate de pedra da companhia Transtagana o Poço Ramaix. Todos estes trabalhos mineiros, mais os trabalhos de contramina, levaram ao aparecimento de inúmeros achados fortuitos que foram sendo depositados em Lisboa, no Museu do Instituto Geológico e Mineiro e no Museu Nacional de Arqueologia. A estas recolhas fortuitas de materiais arqueológicos, das quais se destaca o achado das duas tábuas de bronze encontradas em escoriais, juntaram-se os resultantes de escavações arqueológicas realizadas por Rui Freire de Andrade, um entusiasta Director da mina que contou em diversas ocasiões com o apoio de O. da Veiga Ferreira, Abel Viana e C. Domergue²². Foi também o Eng.^o Freire de Andrade que instalou, na década de 50 do século passado (após a escavação da necrópole de Valdoca), um pequeno Núcleo Museológico da empresa mineira que permitiu manter em Aljustrel grande parte dos materiais recolhidos a partir daí na zona mineira. Foi também ele que, em colaboração com O. da Veiga Ferreira, efectuou as primeiras escavações no sítio denominado Casa do Procurador. Lamentavelmente não possuímos cadernos de campo ou anotações desta escavação, apenas pequenas referências em publicações e artigos pontuais sobre materiais significativos²³, que vieram demonstrar a importância da ocupação e exploração mineira romana destas minas.

A continuidade do povoamento nas minas de Aljustrel em época islâmica está documentada nas fontes árabes desde época califal. Em relação aos levantamentos e alianças dos senhores do Ocidente do al-Andalus contra o poder de Córdoba aparece a referência a *al-Baštrīl* (Aljustrel) como lugar de refúgio de al-Surumbāqi, no momento da sua aliança com Ibn Mālik de *Bā'ya* (Beja) contra Yahya b. Bakr de *Ukšūnuba* (Faro)²⁴. Relacionado com este facto, as últimas investigações realizadas pelo Museu Municipal de Aljustrel em toda a área mineira²⁵, especialmente as escavações levadas a cabo no Morro de Nossa Senhora do Castelo²⁶, puseram a descoberto as estruturas de um pequeno Castelo de taipa, justamente no local com melhores defesas naturais e que terá sido a origem da vila medieval de Aljustrel, conquistada definitivamente pela Ordem de Santiago da Espada em 1234²⁷.

Os materiais cerâmicos recolhidos nessas escavações encaixam-se numa tipologia definidora dos registos andaluzes do século XII e primeira metade do século XIII, destacando-se as formas de taças e caçarolas de vidro transparente e decoração em relevo de bandas verticais e as tigelas de carena saliente com vidro transparente de tonalidade melada. Estes tipos são muito abundantes nos sítios arqueológicos do ocidente do al-Andalus em época almóada, conhecidos em Mértola²⁸, Silves²⁹, Saltés³⁰, Niebla³¹, Sevilha³², e Jerez de la Frontera³³, para citar apenas os casos mais próximos.

A publicação destes materiais vem confirmar que o Castelo de Aljustrel, uma pequena fortaleza de taipa pobre em cal, terá sido construída na segunda metade do século XII, em paralelo com a política geral de fortificação do al-Andalus, que alguns autores situam nos finais do período almorávida e outros em plena época almóada. Contudo, do ponto de vista da ocupação do couto mineiro não ficava clara a relação entre este sítio islâmico com a exploração mineira, antes pelo contrário, parecia que após o esplendor da exploração romana, a mineração teria sido abandonada até ao século XIX,

quando os impulsos da Revolução Industrial desencadearam a reabertura destas minas do sudoeste peninsular. Para esta opinião contribuía ainda o facto de que nos escoriais destas minas do sudoeste não apareciam materiais islâmicos, pelo que resultava complicado avançar com a hipótese de mineração muçulmana. O Castelo de Aljustrel situar-se-ia então no marco das fortificações do território do século XII apenas como consequência da pressão militar cristã, portuguesa, leonesa e castelhana.

Para além dos materiais recolhidos na década de 50 do século XX na área da Casa do Procurador e da chaminé da Transtagana, foram sendo recolhidos ao longo dos anos diversos materiais cerâmicos nesses locais, que hoje se encontram depositados no Museu Municipal. Este material, na sua maior parte inédito, compreende diversos tipos cerâmicos romanos de mesa (Sigillatas Itálicas, Sudgálicas, Hispânicas e Africanas), de cozinha (Vermelho Pompeiano e almofarizes), de transporte (ânforas) e cerâmicas comuns de origem regional e local.

Desde o ano de 2006, a Câmara Municipal de Aljustrel através do seu Museu Municipal, em colaboração com a Universidade de Huelva, encontra-se a desenvolver um projecto de investigação dos sítios arqueológicos de Aljustrel, com o objectivo de poder definir os diversos períodos de exploração mineira dos seus depósitos de pirite complexa. Este projecto, denominado Vipasca, contempla a realização de escavações arqueológicas extensivas nos sítios arqueológicos mais conhecidos, entre eles: o Castelo de Aljustrel, com ocupações da Idade do Cobre e Medieval, a área do povoado romano denominada Casa do Procurador, as instalações metalúrgicas romanas do Azinhal e o povoado da Idade do Bronze da Mangancha, de forma a obter uma leitura diacrónica sobre o povoamento da região e da sua exploração mineira. Em paralelo realizam-se recolhas por amostragem, para análise, de diversas zonas dos escoriais, com possibilidade de efectuar cortes estratigráficos nas zonas de maior potência de forma a poder associar as unidades de deposição de escórias com materiais cerâmicos, o que nos daria uma cronologia relativa para essas deposições de escórias.

Na primeira campanha de trabalhos levada a cabo em 2006 começou-se por uma limpeza superficial e documentação planimétrica das estruturas romanas do Azinhal e Casa do Procurador e foi ainda efectuado o estudo dos conjuntos cerâmicos procedentes da Casa do Procurador e que se encontram depositados no Museu Municipal de Aljustrel. Estes conjuntos podem fornecer as primeiras indicações para o reconhecimento dos contactos comerciais e de abastecimento deste couto mineiro em época romana, no entanto, e para surpresa nossa, entre os inúmeros materiais romanos encontrámos também diversas peças de cronologia islâmica. Embora desconhecendo o contexto exacto em que esses materiais apareceram, o que teria sido uma grande ajuda para situar a ocupação islâmica dentro do antigo povoado romano, aspecto em que devemos insistir nas próximas campanhas de escavação, parece evidente que eles representam uma fase de ocupação medieval e, provavelmente, uma continuidade na mineração em Aljustrel depois da época romana. A amostragem foi aleatória e não intencional, contudo, as percentagens de cerâmicas devem corresponder à realidade do conjunto, um conjunto mineiro que apresenta um máximo demográfico entre os séculos I e II d. C., com uma ligeira recuperação no século IV e inícios do século V e uma reutiliza-

ção parcial dos espaços na época medieval islâmica. Uma vez que não estamos perante um povoado fortificado mas numa área de povoamento onde em finais do século I a. C. se fixou a população mineira, podemos concluir, para estes novos momentos, que terá havido mineração em Aljustrel, que como já referimos, aliás, aconteceu em outras minas. Aparece-nos então uma novo objectivo para a nossa investigação, localizar e escavar os locais com vestígios de mineração e metalúrgicos medievais, uma oportunidade que não encontramos noutros coutos mineiros do sudoeste, como Riotinto, onde os vestígios medievais desapareceram devido aos trabalhos de mineração modernos.

Todas as cerâmicas foram feitas a torno, com tonalidades que oscilam entre o vermelho e o castanho, ainda que algumas formas, como as caçarolas, utilizem uma pasta de cor esbranquiçada. De um modo geral estão bem depuradas, sem desengordurantes perceptíveis, com boa cozedura e com acabamentos sem tratamento, salvo os espatulados interiores dos alguidares, a pintura preta e branca dos jarros e tigelas, bem como o vidrado transparente das caçarolas. Do conjunto destacam-se os seguintes grupos tipológicos:

– Caçarola (Figura 2, 1 a 5)

Dentro do conjunto são um grupo bem representado. Nalguns casos correspondem a esta forma fundos em anel e vidrado transparente, contudo, os fragmentos que melhor nos definem este tipo possuem parte do corpo, com formas diversas, os de corpo hemisférico com bordo engrossado e lábio plano ligeiramente reentrante, os de bordo saliente com perfil biselado no interior e os de corpo carenado com uma parte superior côncava e bordo ligeiramente saliente.

O mais característico destas formas são as decorações com pintura branca ou preta no bordo, pingos de cor escura e linhas brancas paralelas com outra que as corta.

– Pequenos jarros (Figura 2, 6 a 12)

Entre os fragmentos que se enquadram nesta forma estão os decorados com pintura branca, aplicadas em linhas horizontais no colo da peça, no bordo e em séries de linhas paralelas inclinadas para o exterior do bordo. São formas que se definem por possuir um colo cilíndrico de bordo saliente ou pronunciado. Não é possível obter a forma completa, mas este tipo de decoração predomina em cerâmicas da época de taifa³⁴.

– Caçarola (figura 3, 14 a 16)

Dentro do grupo das cerâmicas de cozinha destacam-se os fragmentos de caçarolas. Dentro destas aparecem duas formas, uma de base plana ampla e corpo troncocónico e outra mais evoluída, de bordo almendrado saliente, com decoração de pintura branca e corpo moldado. As primeiras formas correspondem a um momento califal-taifa³⁵ e as segundas a um tipo comum nos séculos XII e XIII³⁶.

– Alguidar (Figura 3, 17 a 20)

É uma das formas mais abundante e apresenta três formas de rematar o bordo. O bordo de volta com engobe de almagre espatulado no interior; o bordo saliente com o interior espatulado e o bordo espessado com decoração impressa de pequenos pontos no exterior.

Os alguidares são formas que perduram largamente nos conjuntos cerâmicos da Andaluzia islâmica, tendo-se já obtido alguma precisão cronológica. Assim, o alguidar brunido ou espatulado com banho de óxido de ferro aparece em contextos califais e de taifa nalguns sítios arqueológicos de Huelva, como Llano de la Torre em Aroche³⁷, enquanto o alguidar com decoração impressa no exterior do bordo está geralmente associado a uma cronologia almóada³⁸.

Estes materiais vêm confirmar que o povoado romano de Vipasca também terá sido ocupado em época islâmica, ainda que no estado actual

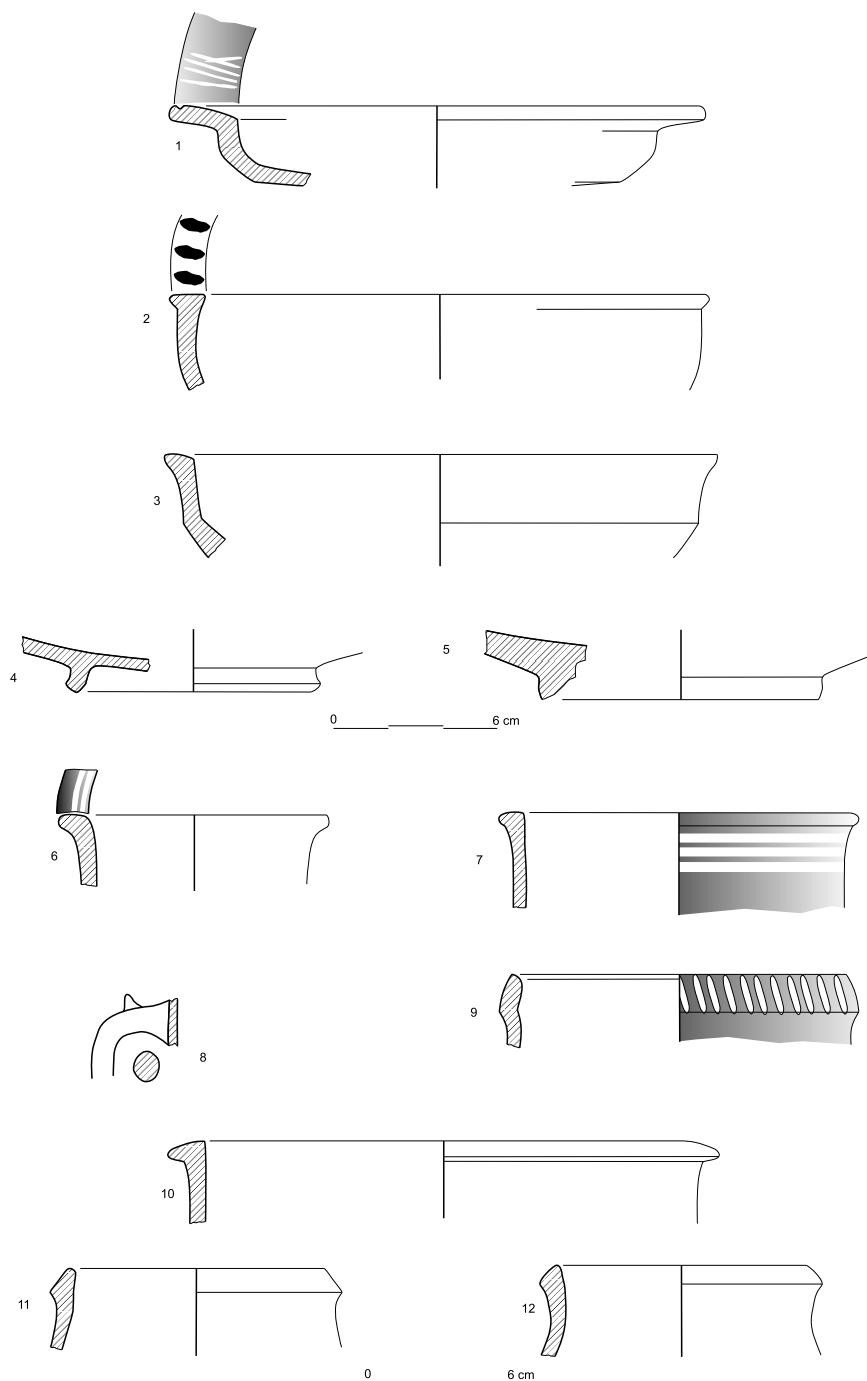


Figura 2.

dos nossos conhecimentos não possamos adiantar uma funcionalidade económica para este povoado. Não obstante, parece-nos que, ao ocupar o antigo povoado mineiro, tudo aponta para que se tenham dedicado à mineração. Mesmo com uma amplitude de amos-

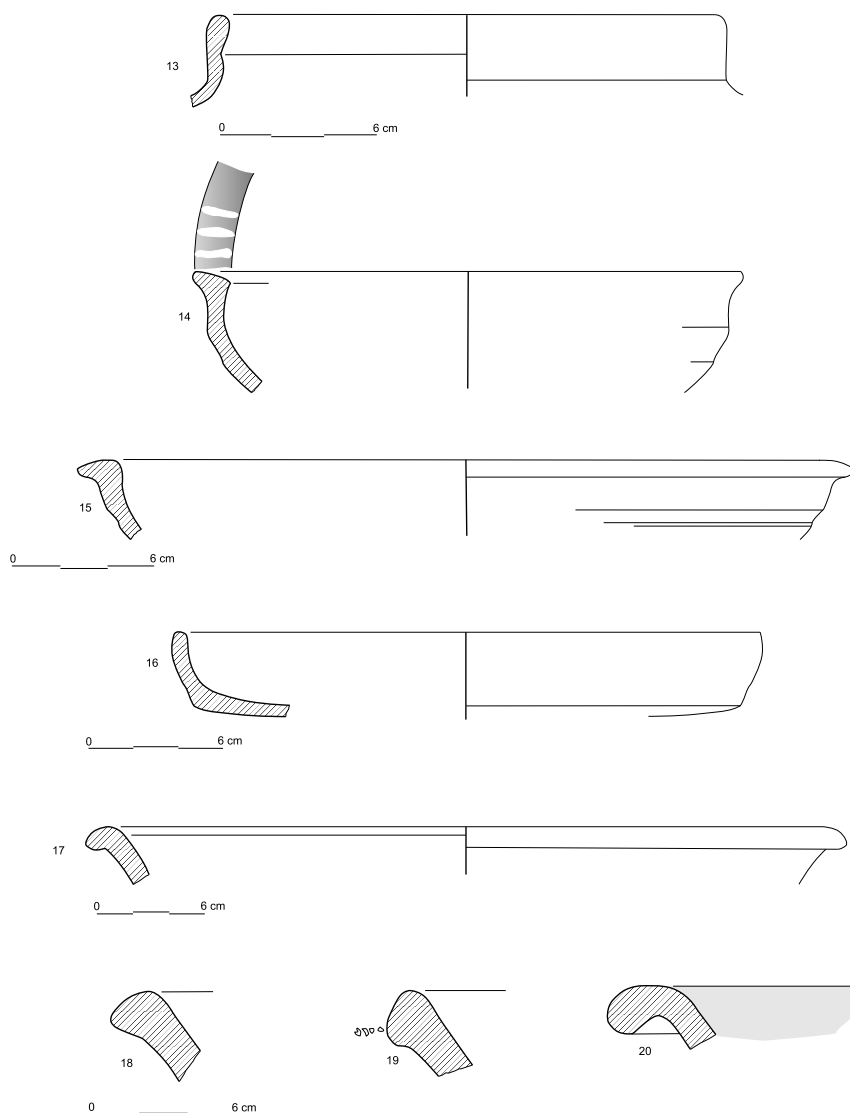


Figura 3.

tra que não permite grande precisão, podemos afirmar que os tipos representados na Casa do Procurador correspondem a um momento anterior ao do Castelo de Aljustrel, séculos XI e meados do século XII. Assim sendo, a construção do Castelo de Aljustrel deve ser entendida como uma nova necessidade de defesa de uma população já existente e não como a fortificação de um território na fronteira do Campo de Ourique. A fortificação de Aljustrel na segunda metade do século XII ou em início do século XIII poderia então ser relacionada com a protecção da sua produção mineira.

A documentação da conquista cristã na Baixa Idade Média aponta claramente para a existência de trabalhos de mineração em época islâmica e que estariam em funcionamento algumas ferrarias, como vem referido na Carta de Doação do Castelo de Aljustrel

à Ordem de Santiago da Espada por D. Sancho II em 1235, confirmada por D. Afonso III em 1255. Na Carta de Doação a Pelágio Pedro, Mestre de Cavalaria e a Gonçalo Pedro, Comendador da Ordem de Santiago em Portugal, é referido que dependiam do Castelo de Aljustrel montes, fontes, pastos, ferrarias e pescas, que passavam para a jurisdição da Ordem, enquanto nas minas e nos banhos (águas termais) a Ordem apenas podia cobrar o dízimo: «*Do et concedo uobis et subtessoribus uestris supradictum Castellum de Aljustre cum ipsis terminis supradictis cum Montibus et fontibus et pasciis et feirarys et pescariis et cum ingressibus et regressibus et cum omni iure regali quod ibi habo et habere debeo iure hereditario in Eternum exceptis adicia et baleacione et de ipsis adicia et baleacione de uobis deciman forum omnium que de Adicia et Baleacione habuero...*»³⁹.

O documento refere-se à mina (*Adicia*) e aos banhos (*Baleacione*), dos quais a Ordem não possuía plena propriedade. A palavra *adicia* como referência a minas aparece noutros topónimos portugueses⁴⁰ e a sua origem latina relaciona-se com as *additae uenae* mencionadas em Plínio (N.H., 34, 159), interpretadas como o minério já preparado para carregar no forno⁴¹. A sua etimologia poderá advir de *abditus* (terreno escondido ou subterrâneo)⁴². A mina a que se referem os textos deve ser a massa de Algarves, cujo topónimo é de origem árabe, de *Algar* (cova)⁴³, e significaria o lugar das covas devido à existência de inúmeros poços romanos. Os banhos correspondem à fonte termal de São João do Deserto, próxima de Aljustrel⁴⁴.

O significado destas palavras foi tratado já por C. Domergue⁴⁵, para quem estas referências a ferrarias indicariam o tratamento de silicatos de ferro das escórias romanas para a produção siderúrgica, sendo que *adicia* se interpretaria como a exploração de ouro nativo nas crostas oxidadas da massa de Algarves. Contudo, torna-se problemático falar da exploração de ouro nativo, uma

vez que no chapéu de ferro das massas de sulfuretos polimetálicos do sudoeste não existe ouro nativo, ele encontra-se disseminado pelo chapéu de ferro com percentagens máximas de dois a quatro gramas por tonelada de mineral. Parece-nos mais sensato propor uma mineração superficial (*adicia*) dos óxidos de ferro da massa de Algarves para a obtenção de ferro (*ferrarias*).

De qualquer modo, depois da conquista do Castelo de Aljustrel vamos encontrar entre o seu património, a mina (*adicia*), as ferrarias (*feirarys*) e os banhos (*baleacione*). Existia um conhecimento pleno dos recursos económicos da Aljustrel muçulmana e são esses que são atribuídos à Ordem. A exploração das minas e dos banhos seriam os que geravam maiores rendimentos, daí que o rei apenas outorgue a cobrança da dízima em regime de colonato. Este documento revela-nos que para além do interesse estratégico, o Castelo de Aljustrel oferece à Ordem rendimentos relacionados com a produção de metal e a concessão do dízimo sobre a mina e os banhos.

Este aspecto é muito importante para o estudo da mineração medieval. Ao contrário do que se pensava, a mineração continua a ser uma importante actividade económica em Aljustrel, tanto no período islâmico como na Baixa Idade Média cristã. E terá continuado em séculos posteriores, uma vez que os trabalhos arqueológicos que se realizaram em poços e galerias antigos do Chapéu de Ferro demonstram que alguns deles poderão ter origem ou ter sido reaproveitados no século XVI⁴⁶.

NOTAS

- 1 A. CARBONELL y TRILLO FIGUEROA (1929), «La minería y la metalurgia entre los musulmanes en España», *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, XXV, Córdoba, pp. 179-217.
- 2 A. BLANCO e B. ROTHENBERG (1981), *Exploración Arqueometalúrgica de la Provincia de Huelva*, Barcelona.

- 3 N. TRAUHT (1996), «Les produits métallurgiques du site médiéval de Saltés (Huelva, Andalousie)», *Archéologie islamique*, 6, pp. 77-88.
- 4 J. A. PÉREZ MACÍAS (1999), «Cerro Salomón y la minería hispanomusulmana en Garb Al-Andalus», *Arqueología Medieval*, 6, Porto, pp. 19-39.
- 5 Todos estes locais em J. A. PÉREZ MACÍAS (2004), «Población y explotación en el suroeste de Al-Andalus», *Paisaje y Naturaleza en al-Andalus*, Granada, pp. 269-290.
- 6 J. A. PÉREZ, T. RIVERA, e E. ROMERO (2005), «La fortificación del territorio en época islámica», *La Banda Gallega* (J. A. Pérez y J. L. Carriazo, eds.), Huelva, pp. 17-67.
- 7 J. A. PÉREZ MACÍAS (1990), «Prospección Arqueológica Superficial del yacimiento hispano-musulmán de El Ladrillero (Aroche, Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, III, pp. 323-328.
- 8 J. A. PÉREZ MACÍAS (2002), «La herrería califal-taifa del Cabezo de la Mina (Lucena del Puerto, Huelva)», *Spal*, 11, pp. 419-433.
- 9 J. L. BOONE (1994), «Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa», *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana* (J. M. Campos, J. A. Pérez, y F. Gómez, eds.), Sevilla, pp. 527-544.
- 10 A. MONGE y J. RODRÍGUEZ (1986), «Balanço provisório da intervenção já realizada no Castelo de Serpa», *Arquivo de Beja*, 2-III, pp. 167-198.
- 11 J. A. PÉREZ MACÍAS (1999), «La producción metalúrgica en el suroeste de al-Andalus», *Coloquio Minas y Metalurgia en al-Andalus*, Casa de Velásquez, Madrid, en prensa.
- 12 J. VALLVE BERMEJO (1980), «La industria en Al-Andalus», *Al-Qantara* 1, pp. 209-241.
- 13 O cadinho de Mértola é uma prova do tratamento da prata, cf. L. DA SILVA (1992), «O cadinho de ourives de prata do silo n.º 5 de Mértola – proposta de análise», *Arqueología Medieval*, 1, pp. 35-38.
- 14 J. A. PÉREZ MACÍAS (2002), «La explotación metalúrgica. La Cerca Alta (Cerro de Andévalo)», *El Territorio Medieval*, II *Jornadas de Cultura Islámica*, J. A. Pérez Macías (ed.), Huelva, pp. 9-26.
- 15 F. TEICHNER (1998), «Spuren islamischer Besiedlung auf dem Castillo de Mulva (Villanueva del Río y Minas, Prov. Sevilla)?», *Madridrer Mitteilungen*, 39, pp. 323-335.
- 16 TH. G. SCHATTNER, G. OVEJERO, y J. A. PÉREZ (2005), «Sucinto informe de las investigaciones arqueológicas en Munigua 2000», *Anuario Arqueológico de Andalucía/2000*, II, pp. 93-103.
- 17 C. DOMERGUE (1996), *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca*, Paris (1983), ver também A. MARTINS, «Aljustrel, a Mina e a Mineração na Antiguidade», *Mineração no Baixo Alentejo*, I, Castro Verde, pp. 94-114.
- 18 B. CAUUE, C. DOMERGUE, e C. DUBOIS (1999), «La production de cuivre dans la province romaine de Lusitanie. Un atelier de traitement du minerai à Vipasca», *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Collection de la Casa de Velázquez, 65, Madrid, pp. 279-306.
- 19 J. ALARCÃO e A. ALARCÃO (1966), «O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)», *Conimbriga*, V, pp. 7-104.
- 20 R. PARREIRA (1984), «Intervenção de emergência no povoado mineiro romano de Vipasca (Aljustrel)», *Informação Arqueológica*, 4, pp. 135-144.
- 21 H. ALVES, «Notas históricas e arqueológicas sobre o Património Industrial das Minas de Aljustrel e S. Domingos», *Mineração no Baixo Alentejo*, II (2001), 122-155. Sobre a mineração nesta zona H. ALVES e A. MARTINS, *Aljustrel. Um Olhar sobre as minas e as gentes no século XX*, Aljustrel.
- 22 C. DOMERGUE e R. FREIRE d'ANDRADE (2005), «Sondages 1967 a 1969 à Aljustrel (Portugal). Note préliminaire», *Conimbriga*, X (1971), pp. 99-116.
- 23 Entre outros trabalhos A. VIANA, R. FREIRE de ANDRADE, e O. da VEIGA FERREIRA (1954), «Minerações Romanas de Aljustrel», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXXV, pp. 79-92, e O. da VEIGA FERREIRA e R. FREIRE de ANDRADE (1964), «Algumas marcas de oleiro em terra sigillata de Vipasca (Aljustrel)», *Revista de Guimarães*, LXXIV, pp. 317-322.
- 24 Estas citações sobre Aljustrel em S. MACÍAS (2005), *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, I, Mértola, pp. 161-164. A identificação de Aljustrel com al-Baštrīl foi feita por F. M. R. BRANCO CORREIA (1992), «O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação», *Vipasca*, 1, pp. 73-80, nota 18.
- 25 A. ESTORNINHO, A. MARTINS, C. RAMOS, e J. MURÁLHA (1994), «O povoamento da área de

- Aljustrel. Seu enquadramento na Faixa Piritosa Ibérica», *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Sevilla, pp. 27-36.
- 26 C. RAMOS, A. MARTINS, J. MURALHA e A. ESTORNINHO (1993), «O Castelo de Aljustrel. Campanhas de 1989-1992», *Vipasca*, 2, pp. 11-40.
 - 27 F. M. R. BRANCO CORREIA (1992), «O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação...», *Vipasca*, 1, Aljustrel, pp. 67-72.
 - 28 C. TORRES, M. PALMA, M. REGO, e S. MACÍAS (1991), «Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade», *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, pp. 497-536.
 - 29 R. VARELA GOMES (1988), *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*, Xelb, 1, Silves.
 - 30 A. BAZZANA e J. BEDIA (Dirs) (2005), *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva), 1988-2001*, Sevilla.
 - 31 J. M. CAMPOS, F. GÓMEZ, e J. A. PÉREZ (2006), Llipla/Niebla. Evolución urbana y ocupación del territorio, Huelva.
 - 32 A. PLEGUEZUELO e M^a P. LAFUENTE (1995), «Cerâmicas de Andalucía Occidental (1200-1600)», *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, BAR Internacional Series, 610, Oxford, pp. 217-244.
 - 33 S. FERNÁNDEZ GABALDÓN (1998), «El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): Bases para la sistematización de la cerámica almohade en el S. O. peninsular», *al-Qanṭara*, VIII (1987), pp. 449-474.
 - 34 M. RETUERCE, *La cerámica andalusí de la Meseta*, Madrid.
 - 35 Compare-se com os exemplares do século XI na Alcáçova de Mértola, cf. S. GÓMEZ MARTINEZ (2001), «Mértola islâmica. Los espacios de vivienda», *I Jornadas de Cultura Islámica*, Sevilla, 65-98, e Niebla, cf. J. M. CAMPOS, J. A. PÉREZ, F. GÓMEZ, J. M. BELTRÁN, e A. GÓMEZ (2001), «Arqueología urbana en Niebla. Excavaciones en la zona Muralla Desembarcadero de Niebla», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1996*, II, pp. 256-263.
 - 36 S. MACÍAS (1996), Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII), Mértola, pp. 99-127.
 - 37 J. A. PÉREZ MACÍAS (1990), «Prospección Arqueológica Superficial del yacimiento hispanomusulmán de El Ladrillero (Aroche)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, III, Sevilla, pp. 323-328.
 - 38 P. LAFUENTE IBÁÑEZ (1995), «La cerámica almohade de Sevilla», *El último siglo de la Sevilla Islámica, 1147-1248*, Sevilla, pp. 285-303.
 - 39 Este documento completo em M^a. GRAÇA DIAS (1992), «Aljustrel no século XIII. Subsídios para o estudo da Ordem de Santiago da Espada», *Vipasca*, 1, pp. 73-80.
 - 40 Entre eles a mina de Adiça próximo de Almada, cf. F. DE ALMEIDA (1970), «Mineração romana em Portugal», *La minería hispana e iberoamericana. Contribución a su investigación histórica*, León, 217 pp. Também é possível que as minas de galena argentífera de Sobral de Adiça (Moura) tenham dado o nome a essa freguesia, se por acaso a mina de prata de Tūtālica, mencionada nas fontes árabes, se tenha localizado nos arredores de Santo Aleixo da Restauração (Moura), cf. C. TORRES, «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», *Arqueologia Medieval*, 1, pp. 189-202.
 - 41 M. C. DÍAZ e DÍAZ (1970), «Metales y minería en la época visigoda, a través de Isidoro de Sevilla», *La minería hispana e iberoamericana, Contribución a su investigación histórica*, León, 265 pp.
 - 42 Adito, cf. Léxico Hispánico primitivo (siglos VIII al XII), R. Lapesa (red.) e Manuel Seco (ed.) (2003), Madrid, *Abditus* é uma palavra aparentada com *abscentibus*, *abscensus*, *occultus*, cf. *Thesaurus Linguae Latinae*, I, com numerosos exemplos, ...*in abdita terra*... (SEN., Nat. 6, 7, 5), ...*bestias abditas terrasque tectas*... (CIC., Tusc. 5, 38), etc. Esta terá sido também a origem do vocábulo mineiro inglês *adit* (galeria).
 - 43 M. ASIN PALACIOS (1944), *Contribución a la toponimia árabe de España*, Granada, 61 pp.
 - 44 L. PITA e M^a GRAÇA DIAS (1997), «Ermida e Termas de São João do Deserto (Aljustrel)», *Vipasca*, 6, pp. 7-54.
 - 45 C. DOMERGUE, La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca..., nota 40.
 - 46 B. CAUJET, C. DOMERGUE e C. DUBOIS (2002), «Mine d'Aljustrel (Portugal), fouilles archéologiques dans les anciens réseaux miniers des Algarves», *Mineração no Baixo Alentejo*, II, Castro Verde, pp. 38-88.

O ARRABALDE DA SILVES ISLÂMICA A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO EMPREENDIMENTO DO CASTELO

JOSÉ COSTA DOS SANTOS*

PAULA BARREIRA ABRANCHES**

INTRODUÇÃO

No âmbito da construção de um complexo habitacional privado, designado por «*Empreendimento do Castelo*»¹, no local onde outrora se situavam alguns armazéns pertencentes ao conjunto industrial denominado «*Fábrica do Inglês*», sito no gaveto das Ruas Cândido dos Reis com a Rua 1.º de Maio, na Cidade de Silves, foram realizados trabalhos arqueológicos que decorreram entre Julho de 2005² e Março de 2007.

O terreno alvo da intervenção arqueológica localiza-se na confluência das artérias referidas, confronta a Sul com a «*Fábrica do Inglês*», a Oeste com casario, armazéns devolutos e oficinas de mecânica auto e a Leste e Norte com prédios habitacionais privados. A área em causa perfaz um total de 4,280 m², tendo sido alvo de intervenção arqueológica a zona afectada pela implantação do empreendimento habitacional³.

BREVE ENQUADRAMENTO

A continuada presença islâmica no Algarve despertou, desde muito cedo, o interesse dos investigadores da arqueologia medieval pela região. No século XIX, Estácio da Veiga e A. Dos Santos Rocha, pioneiros da arqueologia em Portugal, identificaram e escavaram alguns locais em que era visível essa ocupação.

* Arqueólogo, direcção da intervenção.

** Arqueóloga, Archeo'Estudos, Lda.

Nos séculos XX e XXI muitos arqueólogos têm dado continuidade a esse trabalho, sendo de destacar os investigadores Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, com amplo e profícuo trabalho realizado não só na Cidade de Silves, como num contexto mais vasto em todo o Algarve.

É conhecida a delimitação urbana de Silves no século XIII. Desta época começam também a ser conhecidos alguns trechos do arrabalde devido a intervenções arqueológicas que ocorrem por toda a cidade, seja em resultado da construção de obras privadas (como no presente caso), obras públicas no âmbito do «*Projecto Polis*», ou mesmo em construções patrocinadas pelo Município de Silves (GONÇALVES, 2003: 177).

A intervenção arqueológica encetada no gaveto das Ruas Cândido dos Reis e 1.º de Maio, para além do vasto e importante conjunto de estruturas habitacionais identificadas e da grande quantidade de espólio recolhido, permite-nos ainda reflectir sobre os limites da urbe no século XIII, especialmente o arrabalde da cidade nessa época. Quando analisamos o registo arqueoló-

gico, quando tomamos conhecimento de outras intervenções em locais não muito distantes deste espaço, parece-nos legítimo equacionar se não estamos perante a raia da cidade, o local onde deixamos o casario e nos embrenhamos nas hortas e pomares que se estendiam para lá dessa fronteira.

Também, provavelmente, um espaço de lixeiras. Nos séculos XII/XIII, como ainda acontece na actualidade, em redor de algumas das nossas aldeias e mesmo vilas, iam-se amontoando lixeiras de detritos produzidos na urbe e para aí transportados e depositados.

Por razões que mais adiante procuraremos explicitar, a construção desta área da cidade aconteceu depois da reconquista islâmica ocorrida em 1191, ou seja por volta dos finais do século XII, inícios do século XIII.

Este período corresponde a um aumento substancial da população e, em consequência, à expansão urbana para espaços periféricos outrora ocupados com hortas, pomares, lixeiras mas também áreas ocupadas com estruturas defensivas que são desactivadas e provavelmente substituídas por novas estruturas do mesmo carácter, susceptíveis de defender o arrabalde da cidade.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA
Os dados da estratigrafia

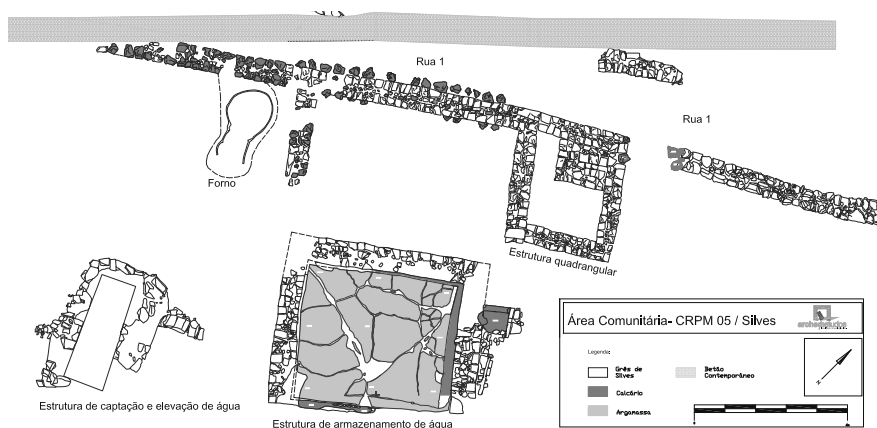
Uma leitura diacrónica dos estratos arqueológicos intervencionados, revela-nos uma sequência estratigráfica simples e clara. Assim, à camada de superfície sucedem-se, nalguns locais, estruturas modernas (séculos XIX/XX) das instalações da «Fábrica do Inglês». Essas estruturas são constituídas por paredes, sapatas para suporte de pilares de barracões e pavimentos (calçadas). A abertura de valas para a construção das paredes e das sapatas atingiram os estratos arqueológicos islâmicos, tendo nalguns casos



O espaço intervencionado (vista do castelo).



Planta geral.



Área comunitária.



Aspecto da construção.

destruído paredes de habitações, tornando difícil ou inviabilizando mesmo a leitura desses espaços.

Na restante área, existe um estrato com espessuras variáveis (0,50/1,20 metros) que corresponde aos movimentos de terras, erosão e acumulação, que ocorreram a partir do abandono e do colapso das estruturas até à actualidade. Segue-se, naturalmente, o produto da derrocada final das paredes sobre os telhados que, entretanto, já haviam sucumbido. Falamos dos derrubes, primeiro do telhado ou parte dele, de pedras isoladas das paredes e, por fim, de toda uma amálgama de pedras, argamassa das paredes, adobe e telhas que, ao abaterem-se sobre os pavimentos, vão fragmentar, espalhar e misturar-se com peças de cerâmica, esquecidas ou abandonadas no interior das habitações.

É perfeitamente perceptível, no registo arqueológico dos derrubes, um processo rápido de ruína das estruturas habitacionais. De facto, o tempo que medeia entre o abandono da casa e o primeiro derrube, acontece num espaço de tempo bastante curto, assim o demonstra a fina e quase imperceptível camada de terra acumulada sobre os pavimentos. Contudo, se o início do processo de ruína das estruturas habitacionais se pode considerar rápido, o mesmo não se poderá aplicar relativamente ao colapso final das estruturas, que se nos afigura extraordinariamente lento. Ao contrário da fase inicial, aqui os derrubes intercalam-se com camadas de terra, o que configura uma situação de vários derrubes espaçados no tempo, até ao colapso final da estrutura.

Sob derrubes encontram-se os pavimentos, lajeados ou de terra batida e as estruturas negativas associadas às estruturas habitacionais (silos, fossas e lixeiras) e, em paralelo, estruturas de combustão (lareiras) e outras.

Abaixo dos pavimentos observaram-se estratos arqueológicos ligados ao nivelamento do terreno e de preparação para assentamento das estruturas, em especial dos próprios pavimentos. Os materiais exumados acima, ou ao nível dos pavimentos, reportam para uma cronologia de ocupação deste espaço, em termos residenciais, para os finais do século XII, inícios do século XIII, prolongando-se até perto da definitiva conquista cristã da Cidade de Silves. O espaço de tempo de plena ocupação deste espaço do arrabalde, cerca de meio século, pressupõe reconstruções de habitações, remodelação de espaços, degradação de infra-estruturas e, porventura, outros aspectos que nos escapam, ou que a estratigrafia não registou. Nalgumas áreas são evidentes as reconstruções, embora estas nos pareçam bastante precárias, quando comparadas com as construções que se mantiveram de raiz ou que foram alvo de reconstruções cuidadas. A sobreposição ou anulação de estruturas produziu-se devido a reconstruções ou remodelação de espa-

ços dentro do mesmo horizonte cronológico e cultural.

Observámos ainda que as estruturas escavadas assentam em duas realidades distintas. Directamente sobre o estrato geológico, ou sobre estratos arqueológicos constituídos por contextos de lixeiras domésticas ou sobre os estratos de entulho que anularam o fosso defensivo deste sector da cidade. Contrariamente aos detritos domésticos que encontrámos acima dos pavimentos e das estruturas viárias, ou depositadas em estruturas negativas (silos), contemporâneos da vivência dos ocupantes, as lixeiras estarão relacionadas com outras realidades e terão, sem dúvida, outras origens.

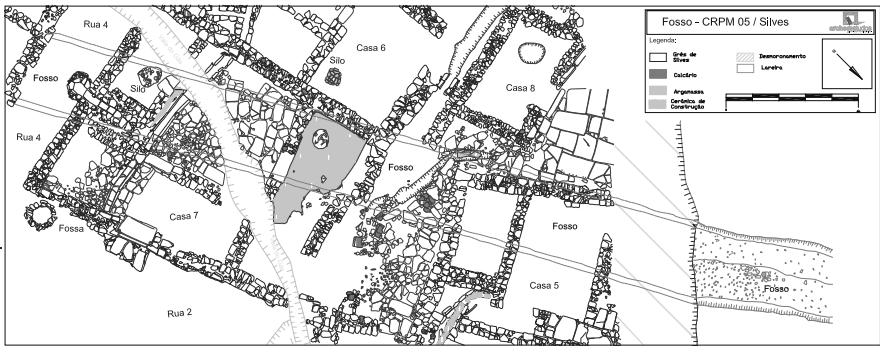
Por volta dos inícios do século XII, escreveu Ibn Abdun (MACIAS, 1996: 67), que não seria permitido depositar os detritos das fossas no interior das cidades. Também devia ser ordenado aos moradores (referindo-se a Sevilha) dos arrabaldes (MACIAS, 1996: 67), a limpeza das lixeiras que haviam depositado nos seus espaços.



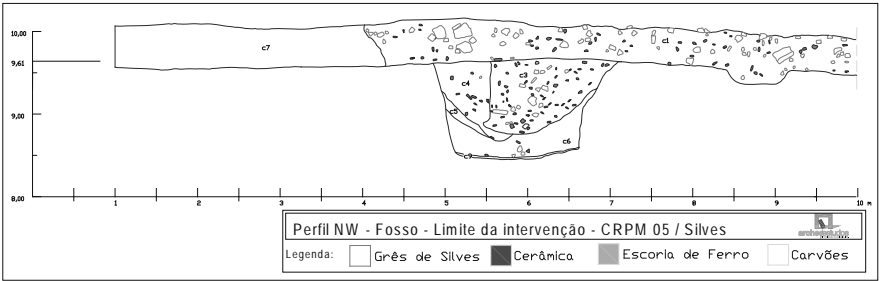
Conjunto latrina-fossa.



Aspecto da construção 2.



Fosso.



Perfil NW – fosso.

Não nos surpreende que estas disposições também fossem aplicadas noutras cidades. A Cidade de Silves nos séculos XII e XIII conheceu um período de grande prosperidade económica e social, factores que irão determinar um aumento substancial da sua

população e consequentemente do parque habitacional. A cidade extravasa para fora do sistema defensivo e expande-se para áreas periféricas provavelmente ocupadas com hortas e pomares, mas também para áreas onde estavam depositados detritos domésticos produzidos no interior da urbe. Esta expansão terá como consequência extrema, provavelmente nos inícios do século XIII uma reformulação do sistema defensivo do arrabalde da cidade (nesta zona) entulhando o fosso e «urbanizando» a zona.

O acréscimo demográfico irá provocar uma acentuada pressão urbana que rapidamente faz deslocar a periferia da cidade para espaços marginais, como é o caso da zona onde decorreu esta intervenção. A cronologia dos materiais (cerâmica) exumados das lixeiras e do interior do fosso (séculos X/XI e também alguns, embora raros do século XII), parecem dar razão a esta interpretação e configurar uma situação análoga ao que se passou em Sevilha e nos seus arrabaldes, no tocante à limpeza e deposição dos lixos urbanos produzidos nas cidades.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

No local de intervenção, a construção e implantação das estruturas habitacionais e das infra-estruturas que lhe dão apoio (viárias, saneamento e de fruição pública ou comunitária), terá sido precedida por uma limpeza de todos os detritos existentes à superfície procedendo-se ao seu enterramento em fossas de dimensões diversas. De seguida, o solo terá sido preparado e nivelado para poder receber as construções.

Esta preparação e subsequente implantação de infra-estruturas básicas implicou, não temos dúvidas, a elaboração de um plano prévio de ordenação do espaço, com delineamento da rede viária e de saneamento, e, em função desse traçado, a construção das estruturas habitacionais. A forma como as casas se organizam em função do espaço, das ruas e dos largos poderá parecer estranho aos modelos mais difundidos do urbanismo muçulmano assente na construção espontânea, desordenada e mesmo anárquica. O problema da ortogonalidade nos traçados urbanos não deve ser confundido com crenças religiosas ou com determinados períodos histórico-culturais, mas sim com a existência de um Poder suficientemente forte para impor e organizar um espaço urbano de acordo com a sua vontade, como observou Santiago Macias a propósito da construção do Bairro da Alcaçova de Mértola (MACIAS, 1996: 61). Também neste sector da Cidade de Silves se assiste a um complexo sistema de saneamento, com condutas e canalizações, fossas, ruas, largos, becos, habitações ora alinhadas e perfiladas ao longo de ruas, ora delineando pequenos núcleos entre espaços viários. Para além destes espaços de cariz nitidamente urbano, o Poder parece ter tido ainda a preocupação de o dotar com infra-estruturas de utilização colectiva ou de fruição pública. Com efeito, no limite Sudeste da área intervencionada, nas traseiras de um primeiro bloco residencial, foram identificados um forno, uma estrutura de captação de água com tanque associado e uma outra estrutura quadrangular, para a qual desconhecemos a funcionalidade.

O forno destinar-se-ia à cozedura do pão e seria de uso comunitário, estando localizado sob um pequeno alpendre coberto com telhas.



Perfil interior de fossa.



Forno.

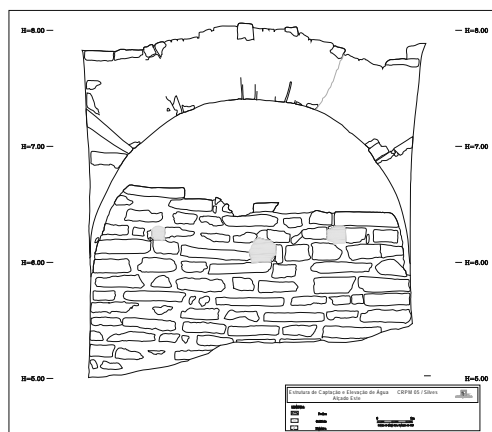
A câmara de cozedura apresenta forma circular, ligando-se ao exterior através de um pequeno rectângulo (boca)⁴. As paredes e o fundo são revestidos por uma fina camada de argila que isola a estrutura do solo.

Pensamos que o forno seria coberto através de uma pequena abóbada também de argila (na continuidade das paredes que se conservaram), afinal como alguns pequenos fornos que ainda hoje são visíveis nalgumas regiões do país.

Em termos funcionais, não possuindo qualquer câmara de combustão independente, o aquecimento era efectuado directamente no interior da câmara de cozedura. Atingida a temperatura julgada ideal, o lar do forno era varrido e limpo das impurezas deixadas pela combustão da lenha e, imediatamente a seguir, seria colocada no interior a massa que se pretendia cozer.

A estrutura de captação e elevação de água apresenta forma rectangular e posiciona-se em diagonal face à Rua Cândido dos Reis⁵, no limite SE da área afectada pelo empreendimento habitacional.

A área onde a estrutura se encontra construída, tal como toda zona definida como comunitária, apresenta uma grossa camada de cascalho, provavelmente proveniente das margens do Rio Arade. Para além da função de nivelamento, este estrato teria a função de permitir uma



Estrutura de captação e elevação de água, alçado Este.



Estrutura de captação de água depois da construção da muralha de betão.

melhor circulação pedonal em época de chuvas, dada a plasticidade e impermeabilidade do solo.

Em termos de artefactos toda a zona se encontrava repleta de fragmentos de alcatruzes de nora, sem dúvida provenientes da estrutura em análise. Os alcatruzes de pastas beges ou avermelhadas, apresentam fundos de perfil pontiagudo e corpo com caneluras.

A estrutura é construída em alvenaria, com blocos aparelhados e ligados por argamassa de cal e areia. Na horizontal apresenta planta rectangular, com 2,85 m de comprimento e 1,00 m de largura. Apresenta quatro arcos, os de maior dimensão (comprimento) abrem-se a uma cota superior, relativamente aos menores (largura) que parecem constituir condutas de captação de água. Encontram-se a cerca de 3 m de profundidade, relativamente ao topo da estrutura.

Ao seu lado, encontrava-se um tanque para armazenamento de água. Observaram-se as paredes correspondentes aos lados NE, NO e SO, estando a do lado SE destruída pela construção de uma parede moderna das instalações da Fábrica do Inglês aqui existentes.

A superfície escavada, aquela que se conservou, apresenta uma área de implantação de 23,65 m². As paredes que suportavam o tanque apresentam larguras que oscilam entre 0,65/0,68 metros. As paredes apresentam aparelho de grés de Silves de pequeno/médio tamanho. A ligação dos blocos é feita com recurso a uma forte argamassa de cal e areia. No interior, na ligação das paredes com o fundo, ainda se observou a união destes dois elementos estruturais, construída com esta argamassa. O fundo encontrava-se revestido por uma forte e espessa camada de argamassa que assentava directamente sobre o estrato geológico. Do lado NE observaram-se vestígios de uma canalização, contudo a ligação com o tanque já se encontrava destruída. Esta saída

estará provavelmente relacionada com o aproveitamento da água armazenada para fins agrícolas, principalmente na rega das hortas e pomares que se estenderiam pelas imediações.

Para completar a descrição desta área comunitária, referimos a estrutura sensivelmente rectangular, com paredes construídas com blocos de grés de Silves ligados com terra. Ocupa uma área de 10,50 m², que corresponde a 3,50 metros de comprimento e 3,00 metros de largura. No interior, canto Norte, encerra uma construção, também de formato rectangular, que apresenta de comprimento cerca de 1,30 metros e de largura cerca de 1,00 metros. As paredes possuem larguras que oscilam entre 0,47/0,49 metros.

Na parede do lado NE, junto ao pavimento parece ter existido um orifício que ainda continha vestígios de argamassa de cal e areia. A estrutura não apresenta qualquer porta e as paredes e o fundo não apresentam qualquer revestimento isolante ou de impermeabilização.

Na área intervencionada, a rede viária organiza-se de acordo com um sistema ortogonal definido de forma algo grosseira, mas onde são visíveis os principais eixos delineados apesar de algumas alterações introduzidas (provavelmente já numa fase de decadência) relativamente ao projecto inicial, fundamentalmente com a construção de prolongamentos nas fachadas e a anulação parcial de uma rua com a construção de uma habitação.

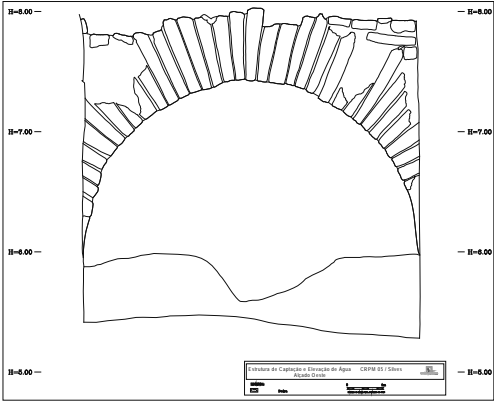
As principais ruas que estruturam este sector do arrabalde da cidade são paralelas e possuem uma orientação sensivelmente de Norte/Sul.

Quadro Resumo Sistema Viário

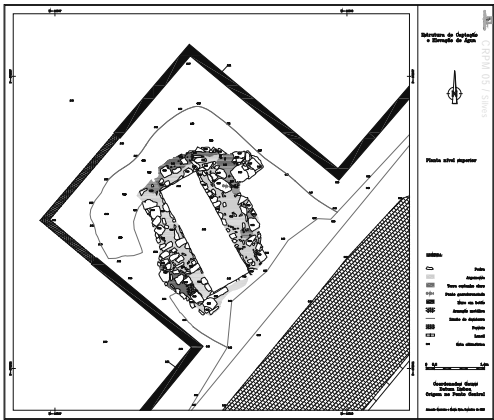
Via	Sentido	Extensão
Rua 1	Este/Oeste	28,70 m
Rua 2	Norte/Sul	36,30 m
Rua 3	Norte/Sul	25,70 m
Rua 4	Este/Oeste	12,00 m
Rua 5	Norte/Sul	28,40 m
TOTAL		131,10 m

Como podemos verificar no quadro inserido, no conjunto das ruas escavadas identificaram-se 131,10 metros de vias que serviam esta zona habitacional.

A pavimentação das ruas é bastante uniforme, quer se pudesse tratar de ruas principais, secundárias ou simplesmente becos. Construídas em plano, com o decorrer das décadas e com o constante calcorrear, as vias foram adquirindo perfil côncavo. Para obstar e resolver este e outros problemas, a que também não será alheio o facto do estrato geológico ser constituído por argilas pastosas e impermeáveis, o que dificultaria sobremaneira a circulação na época das chuvas, foi encontrada uma solução engenhosa e assaz económica. Nas maiores depressões foram depositados lixos domésticos (frag-



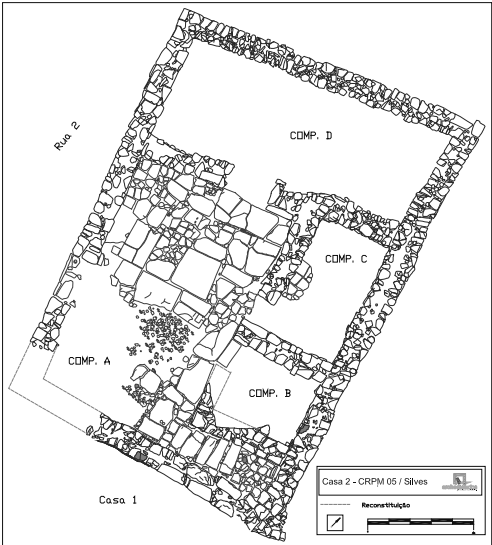
Estrutura de captação e elevação de água, alçado Oeste.



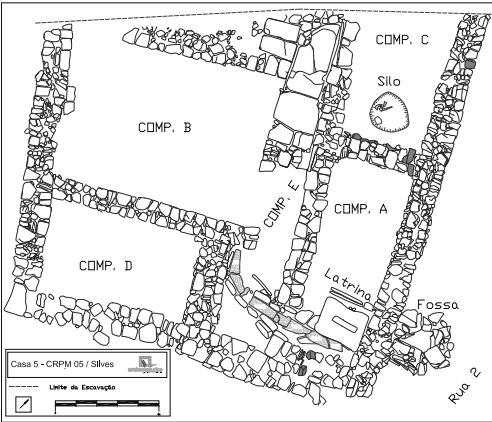
Estrutura de captação e elevação de água, alçado Planta Superior.

mentos de cerâmica doméstica e construção, restos de alimentação e pedras de pequena e média dimensão), em seguida foi depositada uma forte camada de calhaus rolados (cascalho), provavelmente transportada das cascalheiras do Rio Arade, sobre todo o espaço ocupado pelas vias. Este cascalho foi em seguida misturado com terra e fortemente batido aderindo com grande consistência à argila do estrato geológico. Este pavimento revelou-se uma boa solução, pois as ruas ainda apresentavam um óptimo estado de conservação.

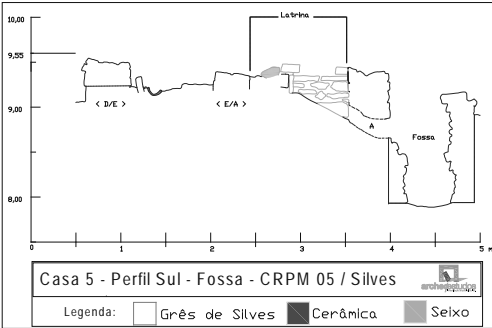
Esta rede viária, servia um complexo com cerca de quinze casas, oito das quais foram identificadas em toda a sua planimetria. Se ao primeiro número adicionarmos as estruturas des-



Casa 2.



Casa 5.



Casa 5 – Perfil Sul Fossa.

truídas com a implantação de um depósito de gás, as parcialmente inseridas nos cortes, os trechos de paredes, compartimentos e soleiras (reconstituição aproximada), e área média ocupada por cada habitação, chegamos à conclusão que na área escavada (residencial) podiam coexistir cerca de dezanove/vinte estruturas habitacionais. Se estimarmos entre seis a oito habitantes por casa (MACIAS, 1996: 69) viveriam neste sector da cidade entre 120 e 160 pessoas.

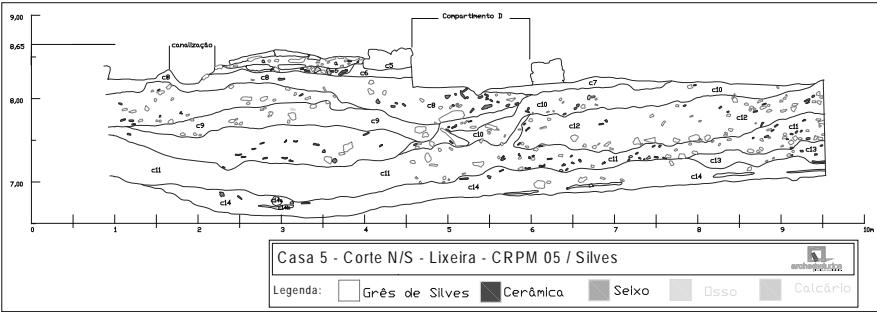
As casas são do tipo pluricelular, com um pátio que dá acesso a dois, três, quatro, cinco ou seis compartimentos. A área ocupada pelas habitações é variável, situando-se entre 54 e 71 m², nas casas onde foi possível obter a planimetria total. São habitações muito simples, muito longe da opulência dos sumptuosos palácios da elite governante ou de abastados proprietários.

Embora apresentando algumas características comuns, as habitações pautam-se pela existência de algumas variantes. O pátio, sem dúvida a divisão nobre da casa, pode abrir-se directamente para a rua ou localizar-se numa posição mais resguardada com uma divisão de permeio. Numa ou noutra situação, os compartimentos organizam-se em torno deste pátio, com uma divisão rectangular de maiores dimensões, provavelmente a alcova a ocupar as traseiras ou, com mais frequência, a localizar-se numa das alas da casa.

Casas do Núcleo Urbano c/Planimetria Total (Áreas)

Casa	Comprimento	Largura	Área total	N.º divisões
Casa 1	8,90 m	7,94 m	71,00 m ²	6
Casa 2	9,30 m	6,80 m	63,26 m ²	5
Casa 3	8,36 m	6,90 m	57,70 m ²	5
Casa 6	9,00 m	6,00 m	54,00 m ²	4
Casa 7	8,60 m	7,30 m	62,00 m ²	5
Casa 9	(a)	(a)	55,60 m ²	3
Casa 10 (b)	8,90 m	5,60 m	49,85 m ²	3
Casa 11	(a)	(a)	68,30 m ²	5

- (a) Planta irregular
(b) Pode ter sido destruída uma divisão com a implantação do depósito de Gás

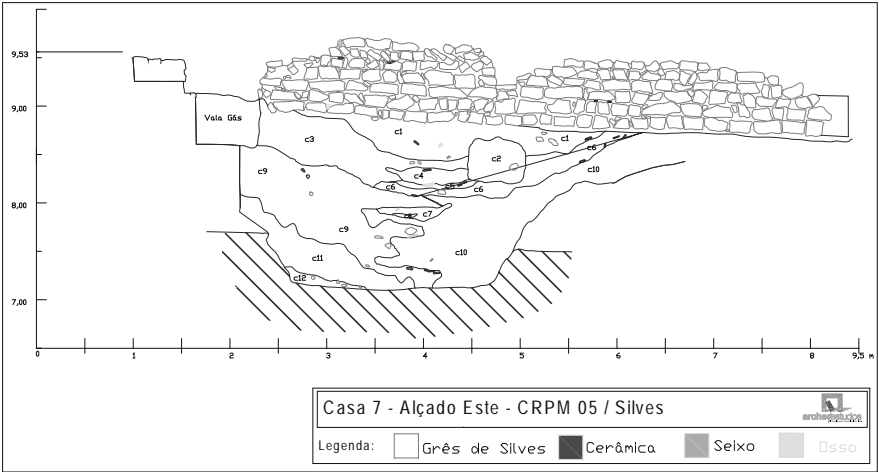


Casa 5 – Corte Norte-Sul Lixeira.

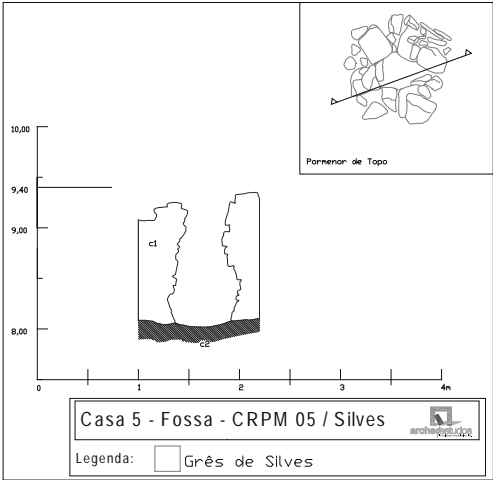
Na versão mais simples que tivemos oportunidade de observar, a habitação possui apenas três divisões. À entrada abre-se um amplo pátio do qual se acede a dois compartimentos, provavelmente a alcova e uma divisão que serviria de armazém e cozinha. Nas habitações com quatro compartimentos, individualiza-se esta divisão construindo um pequeno espaço para cozinha, ou uma latrina. Em resumo, em termos da divisão da casa parece não existir uma regra fixa, pelo contrário, a casa parece adaptar-se ao gosto dos seus proprietários, à sua capacidade económica, espaço disponível e, eventualmente, à composição do seu agregado familiar. Por outro lado, o número de compartimentos parece ter influência directa na área ocupada pelo pátio. A uma menor compartimentação corresponde uma maior dimensão do pátio, assumindo-se esta divisão como espaço multifuncional por excelência. A existência de um maior número de divisões na habitação reduz substancialmente a área ocupada pelo pátio e, provavelmente, o seu carácter multifuncional, o qual se dilui nos restantes compartimentos, passando o pátio a ocupar cerca de 40/45% da área interior da habitação.

Como é normal e comum nas cidades mediterrânicas, as populações sempre tiveram a preocupação de eliminar os resíduos provenientes das várias actividades desenvolvidas no seu dia-a-dia. Silves não constitui excepção a esta regra. Para além da deposição de lixo doméstico em depressões cavadas no solo, salta imediatamente à vista o sofisticado sistema de saneamento e de drenagem de águas provenientes das actividades domésticas e das águas pluviais.

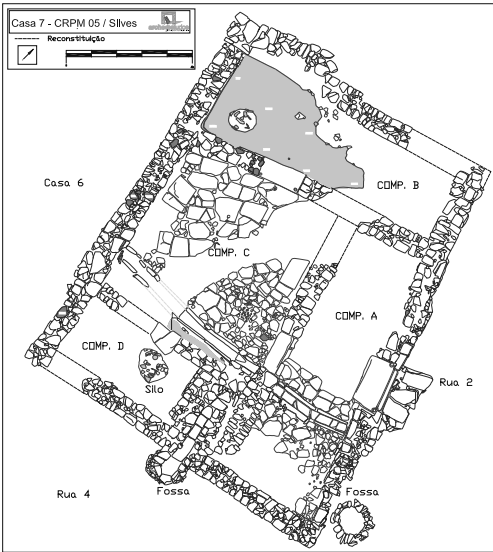
Somos de opinião que a construção das habitações por blocos definidos por eixos viários permitia que as duas fiadas de casas se encostassem pelas traseiras e abrissem para as ruas que as delimitavam. Esta disposição racional permitia, em termos de saneamento, uma solução relativamente económica. A latrina e a área de banhos ou de despejo das águas domésticas eram construídas junto de uma parede da fachada da casa, construindo-se uma pequena conduta que atravessava a parede e ligava directamente à fossa, que se localizava na rua em frente da latrina. As águas domésticas e/ou de banhos eram canalizadas directamente para a rua através de um orifício construído na parede da fachada. As



Casa 7 – Alçado Este.

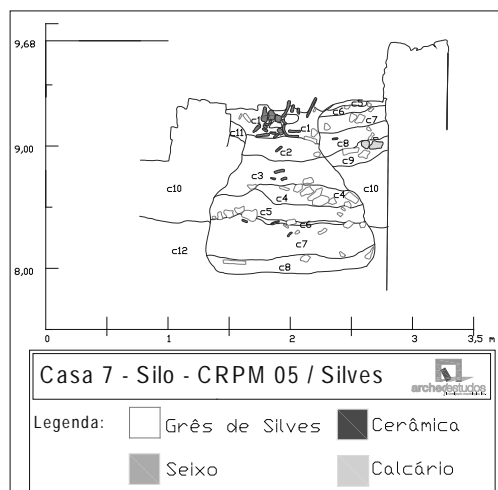


Casa 5 – Fossa.

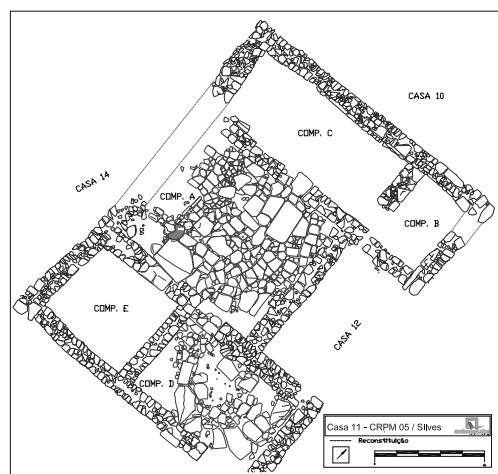


Casa 7.

fossas, regra geral, obedecem ao mesmo tipo e forma. As paredes são construídas com pedras sobrepostas unidas com terra do local. Possuem forma cilíndrica, alargando ligeiramente a meio da altura. O topo é fechado com uma laje de grês e coberto pelo pavimento da rua. A natureza do solo onde as fossas foram construídas (argila pastosa e impermeável) terá constituído um sério problema à drenagem do seu conteúdo, o qual muitas vezes jorrou para o exterior, como foi possível observar no registo arqueológico.



Casa 7 – Silo.



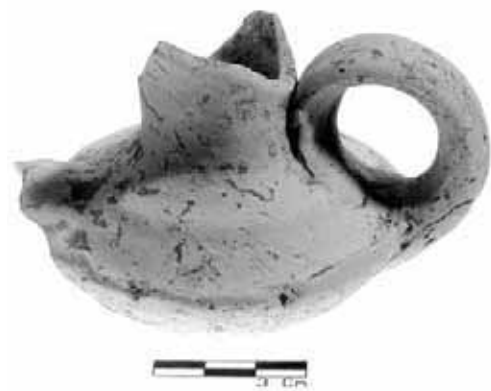
Casa 11.

Mas se é este o sistema mais usual utilizado na drenagem dos detritos das latrinas, existem outras situações em que tal não era possível. Falamos das habitações localizadas no interior de blocos habitacionais, sem acesso directo à rede viária e, portanto, com necessidade de recorrer a sistemas de escoamento dos resíduos das latrinas através de complexos de condutas mais elaborados e também bastante mais dispendiosos do ponto de vista económico. É o caso de uma conduta que detectámos sob os pavimentos das Casas 7 e 6 (onde recebe um afluente) e 9 e parece prolongar-se ainda para o sector IV. A conduta tem de extensão cerca de 20,80 metros. Também foram identificados pequenos trechos destas estruturas sob os pavimentos das Casas 11 (2,80 m) e Casa 12 (4,60 m), o que perfaz um total de 28,20 m de extensão.

Em termos construtivos, fazemos a distinção entre condutas e canalizações. As primeiras são construídas com recurso a pequenas lajes de grês de Silves (coberturas, fundos e paredes laterais), enquanto nas segundas foi utilizada telha de meia cana e cobertura com lajes (grês de Silves). Em termos funcionais, as primeiras parecem ter sido utilizadas na condução de detritos provenientes das latrinas, enquanto as segundas transportavam as águas domésticas para a rua.



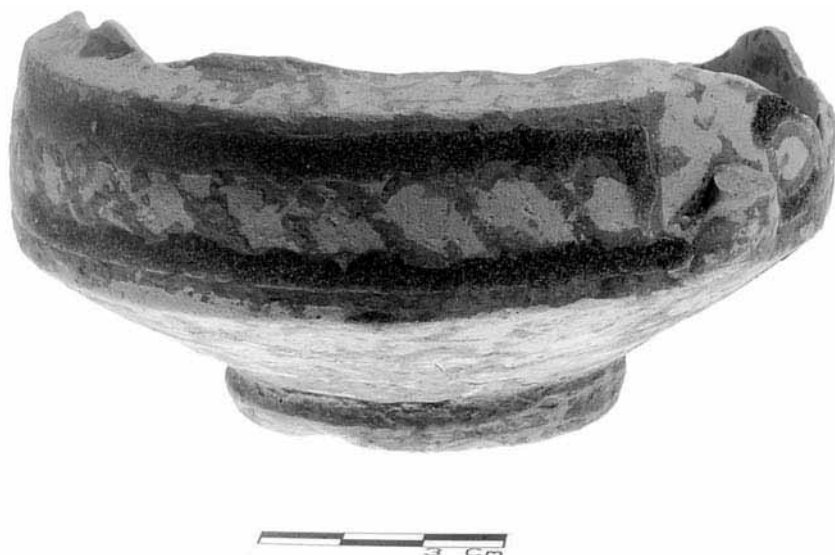
Meleira, séculos XII-XIII.



Candil, séculos X-XI (lixeira).



Tijela-Caçoila, séculos XII-XIII.



Jarrinha corda seca parcial, Cordão da Eternidade, século XII-XIII.

Para além do sistema de saneamento, identificámos um sistema de condução das águas pluviais provenientes dos beirados das habitações, transportando-as por queda para a rua. Embora este sistema se repita em diversas construções (Casas 10 e 12, Casas 12 e 14, Casa A e 1) ele torna-se mais visível entre a Casa 8 e as Casas 6 e 9, local onde ainda conservava duas lajes das paredes verticais da conduta. Tendo em consideração que a construção das paredes não obedecia à abertura de caboucos, estas condutas protegiam a base das construções da infiltração de águas, situação que a verificar-se podia provocar a queda da estrutura.

O FOSSO

Na área intervencionada, foi detectado um dos componentes do sistema defensivo da cidade de Silves. Referimo-nos, concretamente, a um troço do fosso de protecção desta zona do arrabalde.

São conhecidas as referências bibliográficas ao sistema defensivo da cidade nos finais do século XII, especialmente a descrição do cruzado anónimo Lopes, quando refere que a urbe se encontra «*cingida de muros e fossos de tal arte que nem uma só choupana se encontra fóra dos muros, ...*». Confessamos que tivemos algumas dificuldades em interpretar esta estrutura. A distância a que nos encontramos do centro da urbe aconselhava-nos alguma prudência. Assim, numa primeira análise, fomos tentados a classificar a estrutura como uma vala para enterramento dos lixos domésticos provenientes do centro da cidade. Contudo, uma análise mais detalhada da estratigrafia encerrada no seu interior, comparativamente com os contextos de lixeiras existentes não só neste espaço, mas também noutros locais, levaram-nos a concluir não estar perante um contexto de lixeira mas sim do entulhamento da estrutura defensiva.

Normalmente, um contexto de lixeira contém grandes quantidades de restos de alimentação, ossos, conchas de bivalves, peças de cerâmica que permitem reconstrução. O estrato apresenta-se normalmente pouco compactado devido à decomposição do lixo depositado.

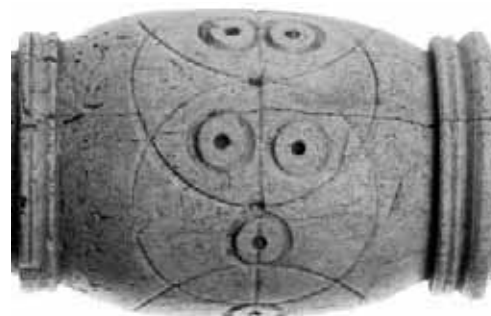
Não é esta a situação que encontramos nos estratos encerrados dentro da vala. Praticamente



Jarrinha, séculos X-XI (Fosso).



Torre de Roca, séculos XII-XIII (pormenor).



Torre de Roca, séculos XII-XIII (pormenor).



Torre de Roca, Osso séculos XII-XIII.



Vaso, séculos XI-XII (silo casa 7).

os restos de alimentação estão ausentes, a cerâmica apresenta-se muito fragmentada e raramente existem três ou mesmo dois pedaços que permitam a colagem. Não existe lixo decomposto em torno dos fragmentos de cerâmica, pelo contrário, os materiais arqueológicos apresentam-se envolvidos por grande quantidade de terra, observando-se que os estratos se encontram bastante compactados.

Também a forma (vala) e dimensões (largura e comprimento) parecem corroborar neste sentido, embora a altura e a largura da estrutura defensiva observada possa ser substancialmente

diferente da original, devido aos trabalhos de preparação e nivelamento do terreno para a construção das estruturas habitacionais.

A identificação deste troço de fosso levanta, diversas interrogações. Desde logo se coloca a questão relativamente a um trecho de muralha que não poderá estar longe deste local. Não tendo sido escavada na área intervencionada, esta estrutura poderá encontrar-se no terreno ao lado, onde se localiza uma oficina e terrenos devolutos. Uma análise muito sumária da topografia deste terreno, parece poder vir a configurar esta hipótese, ainda que apenas a realização de algumas sondagens ou a escavação arqueológica daquele espaço possa confirmar esta suposição.

Para além da localização da muralha defensiva, também nos interrogamos se após a anulação desta estrutura, este sector do arrabalde da cidade terá ficado totalmente indefeso, ou se, pelo contrário, foi construído um novo sistema, que a existir se localizará para lá desta área, ou seja, para além da actual Rua 1.º de Maio.

Em termos de cronologia, pela análise dos materiais arqueológicos, especialmente a cerâmica, exumados do interior do fosso, afigura-se-nos que a estrutura foi entulhada depois da reconquista Almóada, ou seja depois de 1191. São muitos raros, praticamente sem expressão os fragmentos de cerâmica vidrada, prevalecendo fragmentos de cerâmica de pastas claras pintadas a preto ou de pastas alaranjadas pintadas a vermelho.

Em resumo e em termos de conclusão final, podemos estabelecer dois momentos para a ocupação da área intervencionada. Um primeiro momento, que se inicia com a construção do fosso e com a deposição de lixos domésticos provenientes do interior da cidade. É difícil determinar o preciso momento desta construção, devido ao facto de não existir um estrato contemporâneo dessa fase, ou mesmo da fase plena da exposição da estrutura. A última camada, aquela que se encontra sobre o fundo da estrutura é constituída por uma fina camada de areia que se depositou enquanto a estrutura esteve aberta, os restantes estratos fazem parte do entulhamento e para esse efeito devem ter sido utilizados materiais que já se encontravam espalhados no terreno. De concreto, sabemos que os materiais contemporâneos da ocupação das estruturas habitacionais se



Tripede séculos XII-XIII.

inserir nos séculos XII e XIII e que a construção dessas habitações anularam a estrutura defensiva que anteriormente existia no local.

Deste modo, estamos perante construções do período Almóada que perduraram cerca de meia centena de anos, ou seja até à reconquista cristã da cidade que ocorreu em meados do século XIII.

BIBLIOGRAFIA

- ALBA CALZADO, Miguel, SANTIAGO FEIJOO (2006), «Defensas urbanas de la Mérida islâmica», in *Al-Andalus Espaço de Mudança*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- AMARO, C. (1992), *Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra*, Arqueologia Medieval 1, Ed. Campo Arqueológico de Mértola.
- CATARINO, Helena (1984), *Questões Gerais Sobre a Arqueologia Árabe Medieval no Algarve Oriental*, 3.º Congresso do Algarve, Ed. Raca Club.
- CATARINO, Helena (1986), *Escavações Arqueológicas nos Castelos de Alcoutim*, 4.º Congresso do Algarve, Ed. Raca Club.
- CATARINO, Helena (1990), *Arqueologia Medieval Islâmica no Algarve, Alcoutim, Salir e Paderne, Encontro de Arqueologia do Algarve*, Faro: Ed. Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.
- CATARINO, Helena (1990), *Vestígios muçulmanos no Nordeste Algarvio e o Castelo Velho de Alcoutim*, 6.º Congresso do Algarve, Silves: vol. I, Ed. Raca Club.
- CATARINO, Helena (1992), *O Castelo de Salir: estruturas habitacionais e cerâmicas do período almóada*, 7.º Congresso do Algarve, vol. I, Silves: Ed. Raca Club.
- CATARINO, Helena (1997/989), *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, N.º 6, Volume 2, Ed. Câmara Municipal de Loulé.
- CATARINO, Helena, INÁCIO, Isabel (2005), «Vestígios do Urbanismo Islâmico no Castelo de Paderne: Uma primeira abordagem», Silves: in *Xelb* 6.
- CATARINO, Helena, FILIPE, Sónia (2006), «Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira», in *Al-Andalus Espaço de Mudança*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- DUARTE, Cláudia Maria Cardoso, ABRANCHES, Paula Barreira (2005), *Sondagens Arqueológicas de avaliação no local a implementar o "Empreendimento do Castelo"*, Silves, Relatório Preliminar dactilografado.
- GOMES, Rosa Varela (2002), *Silves (Xelb), Uma cidade do Gharb al-Andalus: território e cultura*, Trabalhos de Arqueologia 23, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2003), *Silves (Xelb), Uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia 35, Lisboa: Ed. Ministério da Cultura e Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela (2001), *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*, Lisboa: Ed. Museu Nacional de Arqueologia.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1994), *La cerámica «verde y morado» de Mértola (Portugal)*, Arqueologia Medieval, 3, Campo Arqueológico de Mértola, Porto: Ed. Afrontamento.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1995), «A Cerâmica de Verde e Manganés do Castro da Cola» (Ourique), in *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, (Coordenação de DIOGO, João Manuel e ABRAÇOS, Hélder Chila), Tondela: Ed. Câmara Municipal de Tondela.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2002), *Cerâmica em corda seca de Mértola*, Mértola: Ed. Campo Arqueológico de Mértola.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, DÉLÉRY, Claire (2006), «Algunas piezas orientales y el problema del origen de la técnica de cuerda seca», in *Al-Andalus Espaço de Mudança*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- GONÇALVES, Maria José, SANTOS, Ana Luísa (2005), «Novos Testemunhos do Sistema Defensivo Islâmico de Silves e os Restos Osteológicos Humanos encontrados junto à Muralha de um Arrabalde» – Notícia Preliminar, in *Xelb* 5, (coordenação editorial de GONÇALVES, Maria José), Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves.
- LOPES, Carla do Carmo, RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães (2001), «Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém», in *GARB, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Ed. Ministério da Cultura, Departamento de Estudos do IPPAR/DE e Junta da Extremadura – Consejería de Cultura.
- LOPES, João Baptista da Silva (1999), *A Cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, Lisboa: Ed. Távola Redonda.
- MACIAS, Santiago (1996), *Mértola Islâmica – Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)*, Mértola: Ed. Campo Arqueológico de Mértola.
- MATOS, José Luís de (1997), *O Período Islâmico no Cerro da Vila*, in Noventa séculos entre a terra e o mar, Lisboa: Ed. Instituto Português do Património Arquitectónico.
- PAULO, Dália (1992), *A Casa Islâmica*, Faro: Ed. da Câmara Municipal de Faro.
- RAMOS, Ana Catarina (2005), *Arqueologia Urbana em Silves. Intervenção no Teatro Gregório Mascarenhas*, in *Xelb* 6, Silves.
- SANTOS, José Costa, ABRANCHES, Paula Barreira (2005), «Do Bairro Islâmico ao "Empreendimento do Castelo" (Silves). Primeiros resultados de uma intervenção arqueológica», in *Xelb* 6, Silves.
- TORRES, Cláudio (1992), «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», in *Arqueologia Medieval* 1, Mértola.
- TORRES, Cláudio (1993), *O Garb al-Andalus*, in História de Portugal, (Direcção de MATTOSO, José), vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa.
- TORRES, Cláudio (1997), «O AL GARBE», in *Noventa séculos entre a terra e o mar*, Lisboa: Ed. Instituto Português Património Arquitectónico.
- VIEIRA, Ana Isabel, CHANOCA, Cristina (2005), «O Largo da Sé: Resultados preliminares de uma intervenção de salvaguarda», in *Xelb* 6, Silves.

NOTAS

- 1 Promotor Benténicas, Lda.
- 2 As sondagens arqueológicas de avaliação realizadas na fase inicial foram da responsabilidade da arqueóloga Cláudia Duarte.

- 3 As áreas de passeios pedonais e jardins não foram escavados, na presunção de que as estruturas arqueológicas aí existentes não seriam afectadas pela construção.
- 4 A câmara de cozedura apresenta de diâmetro cerca de 1,10 m e o rectângulo (boca do forno) apresenta 0,60 x 0,70 m.
- 5 Esta estrutura encontra-se preservada, sob uma cobertura de geotêxtil, terra e inertes e o seu acesso poderá ser efectuado no futuro pelo passeio da Rua Cândido dos Reis.

MATERIAIS CERÂMICOS PROVENIENTES DE UM SILO DO BAIRRO ALMÓADA DO CONVENTO DA GRAÇA – TAVIRA

SANDRA CAVACO*

JAQUELINA COVANEIRO**

1. INTRODUÇÃO

Em resultado da intervenção arqueológica (2002-2006) realizada no Convento da Graça e dos estudos do material que têm vindo a ser realizados tem sido possível aprofundar o conhecimento histórico/arqueológico relativo ao crescimento económico da cidade. De igual modo, tem sido possível uma aproximação ao quotidiano da população aí residente ao longo dos séculos.

As cerâmicas exumadas do silo foram integradas nas colecções do Museu Municipal de Tavira sendo o seu número de inventário a identificação apresentada.

2. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Os materiais arqueológicos em apreço são provenientes de um silo. Este localizava-se na Cerca Conventual do Convento da Graça, nas imediações do Bairro Almóada.

A descoberta desta estrutura ocorreu durante as obras de edificação de um novo corpo na Cerca W e foi posto a descoberto através de meios mecânicos, o que originou uma derrocada parcial.

* Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – scavaco@cm-tavira.pt

** Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – jcovaneiro@cm-tavira.pt

Por razões de segurança, ligadas ao risco de colapso da restante estrutura bem como do talude que se encontrava por cima, o silo não foi escavado na sua totalidade, pelo que não foi possível verificar se se encontrava revestido com material impermeabilizante.

Apesar das condições precárias de segurança, foi possível observar que este era piriforme, escavado na rocha-base, apresentando as seguintes dimensões: 184 cm de altura e 180 cm de largura máxima. Na base apresentava 170 cm de largura.



Foto 1 – Contexto 19. Silo.

Num primeiro momento deverá ter funcionado como silo. Numa segunda fase foi utilizado como lixeira/área de despejo de restos de cozinha.

O sedimento contido no seu interior era solto, relativamente húmido, de grão médio, sendo constituído por cinzas e carvão. Além do material cerâmico continha restos de fauna mamalógica, malacológica, ictológica, microfauna, caracóis e sementes.

3. AS CERÂMICAS

O conjunto de peças recolhidas no silo da Vala F apresenta-se coeso quer do ponto de vista das pastas, quer do ponto de vista dos fabricos, quer ainda do ponto de vista cronológico. No que concerne às formas, está presente grande parte dos utensílios empregues nas tarefas do quotidiano.

3.1. As formas

Assim como existe uma grande variedade formal, também o número de exemplares de cada uma é variável. As formas mais presentes são as pertencentes ao serviço de mesa, bem como as ligadas à preparação e confecção de alimentos.

Assim, temos seis tigelas, cinco panelas, quatro taças, três jarrinhas, três alguidares, três caçoilas, três talhas e dois cântaros. As restantes formas [bilha, jarra, contentor de líquidos (?), alcatruz, contentor de fogo (?)] apenas têm um indivíduo a representá-las. Existem, ainda, dois outros exemplares cuja forma e funcionalidade não nos foi possível averiguar com precisão.

3.1.1. *Loiça de mesa*

3.1.1.1. *As jarrinhas*

No que se refere aos bordos, duas das jarrin-

has do lote em apreço apresentam bordos introvertidos, sendo que a jarrinha MMT00002171 tem um bordo vertical. Todos os lábios apresentam-se arredondados e os colos são altos, cilíndricos.

Da jarrinha MMT00002561 apenas restou o colo e as outras duas apresentam corpo, possivelmente, ovóide. Estes dois exemplares apresentam ainda asas verticais de secção com nervo.

No que respeita às superfícies, exceptuando a MMT00002171 cuja superfície foi aliçada, foi aplicado engobe.

Todos os exemplares apresentam decoração: pintura branca (MMT00002561), pintura branca e caneluras (MMT00002171) ou apenas uma simples incisão (MMT00002574).

No que se refere às cozeduras, os três exemplares apresentam cozedura mista.

3.1.1.2. *As taças*

As taças apresentam bordos introvertidos sendo que apenas um dos exemplares (MMT00002576) é extrovertido. Existe uma multiplicidade de lábios nas taças deste conjunto: arredondado, triangular e semicircular.

Apenas dois exemplares possuem colo, um muito curto (MMT00002313) e outro curto, troncocónico invertido (MMT00002310). As taças apresentam-se globulares sendo que apenas uma (MMT00002184) tem corpo troncocónico invertido. Este exemplar é o único que apresenta restos da base, a qual seria plana.

A taça MMT00002576 possui duas asas verticais de secção com nervo. A sua morfologia fez-nos considerar a sua possível classificação como copo. As suas dimensões, porém, fizeram-nos enquadrá-la no grupo das taças.

No que se refere ao tratamento das superfícies três dos exemplares apresentam vidrado melado, enquanto que na taça MMT00002184 foi aplicado engobe sobre o qual foram realizados motivos geométricos com pintura a branco. Os restantes exemplares apresentam caneluras ou decoração incisa (MMT00002310).

No que respeita às cozeduras, dois dos exemplares (MMT00002310 e MMT00002313) foram sujeitos a ambientes oxidantes enquanto que os outros dois tiveram cozedura mista.

3.1.1.3. *As tigelas*

Os bordos das tigelas deste conjunto apresentam-se, sobretudo, extrovertidos, sendo que dois deles são introvertidos (MMT00002573 e MMT00002576). Tal como acontece noutras formas, a forma do lábio é diversa, estando representados o lábio semicircular, o arredondado, o espessado ao exterior e o boleado.

Apenas um dos exemplares (MMT00002575) possui colo, sendo este curto, troncocónico invertido.

Nos três exemplares que possuem carena (MMT00002573, MMT00002575 e MMT00002576), esta é alta marcada. Três tigelas possuem um corpo troncocónico invertido (MMT00002575, MMT00002564 e MMT00002576), duas apresentam corpo

semioval (MMT00002572 e MMT00002562) e apenas uma tem corpo bitroncocónico (MMT00002573).

Somente a base de uma das tigelas chegou até nós (MMT00002564), apresentando o exemplar em causa pé anelar.

Todos os exemplares foram cozidos em ambiente oxidante. Apenas um deles (MMT00002564) apresenta caneluras sob o vidrado melado que é comum a todas as tigelas do conjunto em apreço.

3.1.1.4. Outras formas

A jarra MMT00002173 apresenta lábio triangular. O bordo extrovertido encontra-se separado do corpo bitroncocónico por um colo cilíndrico. O corpo, de onde saem duas asas verticais de secção de cita, está assente numa base plana. Na superfície com engobe foram pintados motivos geométricos a branco. Apresenta vestígios de cozedura oxidante.

Da pequena bilha MMT00002170 não chegou até nós o colo, lábio, bordo ou a asa que arrancava a meio do bojo pelo que apenas podemos mencionar o seu corpo piriforme assente sobre uma base convexa com pé. O corpo decorado com caneluras encontra-se coberto de vidrado melado. A sua cozedura foi realizada em ambiente oxidante.

Uma das peças mais emblemáticas deste conjunto é o colo do «contentor de líquidos» MMT00002567. O colo da peça é constituído por três partes: um colo alto troncocónico invertido, seguido de colo cilíndrico saliente, seguido de colo alto cilíndrico menos saliente. Das quatro asas que tinha só restam as «interfaces» na peça e de apenas uma delas restou o arranque.

Na superfície da peça foi aplicado engobe vermelho sobre o qual foram realizados motivos geométricos e vegetalistas (espigas) realizados em pintura branca. A peça foi alvo de uma cozedura mista.

3.1.2. Loiça de cozinha

3.1.2.1. As panelas

Os bordos das panelas são maioritariamente introvertidos existindo uma multiplicidade de lábios (quadrangular, triangular, em bisel e arredondado). Os colos são cilíndricos, curtos ou muito curtos e os corpos variam entre o ovóide, o globular e o troncocónico. Deste arrancam as asas que normalmente são verticais de cita ou de secção com nervo.

No que respeita ao tratamento das superfícies, o engobe é a solução mais frequente. Com excepção de um dos exemplares (MMT00002560) cujas superfícies se encontram esfoliadas, todos se encontram decorados, quer seja com pintura branca (MMT00002309), quer seja com caneluras (MMT00002578), quer seja com a conjugação das duas decorações (MMT00002165 e MMT00002563).

Apenas dois exemplares foram cozidos em ambiente oxidante (MMT00002309 e MMT00002578). Os restantes apresentam indícios de uma cozedura mista.

3.1.2.2. As caçoilas

Maioritariamente introvertidos, os bordos possuem lábios arredondados, semicirculares ou moldurados. Apenas um dos exemplares (MMT00002577) possui colo, o qual é curto cilíndrico. A caçoila MMT00002566 não é carenada. A MMT00002169 apresenta carena alta marcando o bordo enquanto que o exemplar MMT00002577 possui carena média suave.

Em todos os casos o corpo é troncocónico invertido e a base plana (excepto no caso da MMT00002566 da qual só resta parte do corpo). O exemplar MMT00002577 apresenta parte de uma asa vertical de secção com nervo.

As soluções encontradas para o tratamento das superfícies foram variadas. A caçoila MMT00002169 apresenta vidrado melado enquanto que o exemplar MMT00002577 foi sujeito a um intenso espatulado, formando um reticulado. A caçoila vidrada apresenta nove aplicações plásticas (*costillas*) enquanto que a caçoila do espatulado apresenta pintura branca. O exemplar MMT00002566 não teve qualquer tratamento de superfície nem ostenta qualquer decoração.

Exceptuando o exemplar MMT00002577, que teve cozedura mista, a cozedura foi realizada em ambiente oxidante.

3.1.3. Armazenamento e transporte

3.1.3.1. As talhas

Destes utensílios de armazenamento e transporte, dos quais só restam pequenos fragmentos de parede, apenas um se encontra vidrado a verde (MMT00002180) sendo que os restantes apresentam engobe.

Todos os exemplares ostentam decoração estampilhada. As talhas MMT00002181 e MMT00002559 apresentam decoração vegetalista (palmetas) sendo que a primeira possui também motivos geométricos. O exemplar MMT00002180 está decorado com motivo epigráfico, *al-yumn* – a felicidade.

As cozeduras são oxidantes (excepto MMT00002181, que apresenta cozedura mista) e os fabricos a torno, excepto MMT00002559 que foi realizada manualmente, sendo esta a única peça de todo o lote a ser realizada desta forma.

3.1.3.2. *Os cântaros*

De lábio triangular, os cântaros em estudo apresentam bordos introvertidos e extrovertidos e colos cilíndricos. Um dos exemplares apresenta um arranque de asa.

Ambos apresentam engobe, sendo que o cântaro MMT00002172 apresenta caneluras e motivos geométricos realizados com pintura branca.

Estes exemplares apresentam cozedura oxidante.

3.1.4. *Uso múltiplo*

3.1.4.1. *Os alguidares*

Os alguidares apresentam bordos extrovertidos e lábio semicircular ou arredondado (MMT00002556). Os corpos são troncocónicos invertidos. Um dos exemplares (MMT00002556) já não possui base, o MMT00002558 possui base plana e o MMT00002575 apresenta base ligeiramente côncava.

Nos três exemplares foi aplicado engobe tendo as superfícies sido brunidas, excepto na peça MMT00002557 que se encontra espatulada.

Apenas o alguidar MMT00002556 não apresenta decoração. Os outros dois exemplares ostentam um cordão inciso no lábio.

Os alguidares foram cozidos em ambiente oxidante.

3.1.5. *Outras formas*

Até ao momento, a peça n.º MMT00002571 é o único alcatruz proveniente do Convento da Graça. Apresenta corpo troncocónico invertido e uma base plana. As superfícies da peça não sofreram qualquer tratamento e foram cozidas em ambiente oxidante.

A interpretação funcional da peça MMT00002568 foi bastante controversa. As marcas de fogo no seu interior levam-nos a supor que possa tratar-se de um contentor de fogo. Pelo tipo de pasta, bem como pela sua morfologia (corpo cilíndrico e base convexa), pensamos tratar-se de uma reutilização de um bico fundeiro de uma ânfora bética. A peça foi submetida a uma cozedura oxidante e as suas superfícies não sofreram qualquer tratamento.

As peças MMT00002570 e MMT00002569 foram classificadas como indeterminadas. Tratam-se de dois fundos, de base plana, sendo que apenas o último apresenta parte do corpo troncocónico invertido. Se o primeiro apresenta engobe mas não possui decoração, o segundo apresenta uma linha horizontal realizada a pintura a branco sobre a superfície não tratada. No que concerne as cozeduras, a primeira peça teve cozedura mista e a MMT00002569 cozedura redutora.

3.2. *As pastas*

Tal como acontece com outros parâmetros do estudo a que este conjunto foi sujeito, o lote em apreço assume uma grande coerência ao nível das pastas. Estas são, na sua grande maioria, homogêneas e pouco depuradas. Apresentam abundantes enp de natureza e granulometria variadas mas que são, sobretudo, de grandes dimensões. Por outro lado, tratam-se de pastas compactas, de textura maioritariamente arenosa.

4. OS PARALELOS

O lote de peças em apreço apresenta paralelos em diversos pontos do país. No que respeita às taças, estas possuem similitudes com as encontradas na Alcáçova do Castelo de Mértola, o mesmo acontecendo com as jarrinhas, que, para além das semelhanças com os materiais desta emblemática estação arqueológica também são análogas com os materiais de Santarém e de Vale do Boto.

As tigelas são similares às que foram encontradas em locais tão díspares como Mértola, o Castelo de Salir, Silves ou o Largo da Sé em Faro. A jarra tem paralelos formais em Cacela Velha³ (ainda que os exemplares de Cacela não apresentem decoração) e a bilha é similar a uma encontrada no Castelo de Salir. Para o possível contentor de líquidos não encontrámos paralelos.

Já as painéis têm paralelos com as exumadas em Mértola, no Largo da Sé em Faro, no Castelo de Salir e Castelo Velho de Alcoutim, bem como em Múrcia. As caçoilas são análogas às recolhidas nas alcáçovas de Mértola e Santarém, no Castelo de Salir e com materiais recolhidos na antiga agência do BNU em Tavira.

Deste sítio arqueológico foram recolhidas talhas com estampilhas similares às presentes no Convento da Graça, as quais também apresentam paralelos em Algeciras, em Silves e no Largo da Sé de Faro. Os cântaros têm paralelos na Alcáçova de Santarém.

Objectos largamente utilizados e difundidos até aos nossos dias, os alguidares do

silo do Bairro Almóada do Convento da Graça apresentam paralelos com os exumados em Monte Canelas (Portimão), Castelo de Salir, Castelo das Relíquias, Largo da Sé de Faro e na Alcáçova de Santarém.

Como já foi mencionado, a peça MMT00002568 foi interpretada como sendo um contentor de fogo, não tendo sido encontrados paralelos com esta peça. O alcatruz é similar a um exemplar do Castelo Velho de Alcoutim.

Para os restantes dois exemplares do conjunto de cerâmicas em apreço, e uma vez que não lhe foi atribuída qualquer forma ou até mesmo funcionalidade, abstivemo-nos de procurar paralelos para eles.

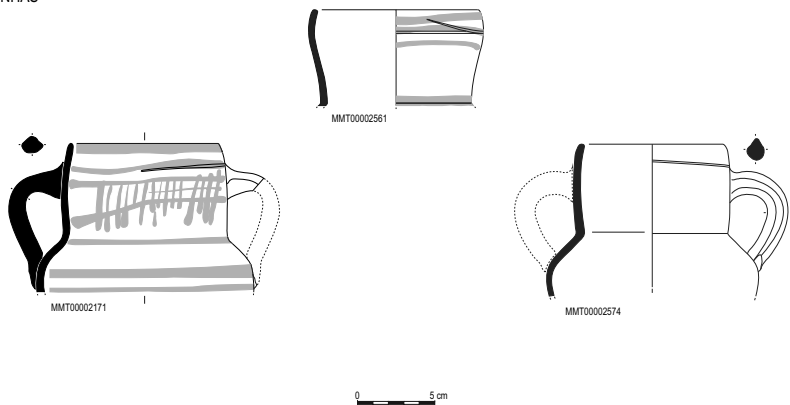
5. INVENTÁRIO

Loiça de mesa

MMT00002561 – Jarrinha.

Bordo introvertido; lábio arredondado; colo alto, cilíndrico.
Pasta heterogênea, de coloração vermelho amarelado, sobre a qual foi aplicado engobe.

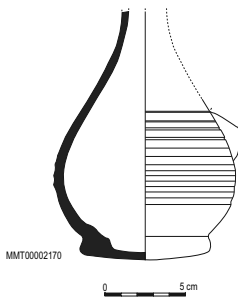
JARRINHAS



JARRA



BILHA



Estampa I.

Pintura a branco na face externa – três linhas junto ao bordo e uma na ligação do colo ao bojo.
Ø bordo: 108 mm; esp.: 4 mm.

MMT00002171 – Jarrinha.

Bordo introvertido; lábio arredondado; colo alto, cilíndrico; corpo, possivelmente, ovóide; duas asas verticais de secção com nervo, que unem o colo ao bojo.
Pasta homogênea, de coloração indeterminada (cozedura mista).
Motivos geométricos pintados a branco na face externa da peça. Apresenta, ainda, uma canelura.
Ø bordo: 96 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002574 – Jarrinha.

Bordo introvertido; lábio arredondado; colo alto, cilíndrico; corpo, possivelmente, ovóide; asa vertical de secção com nervo.
Pasta heterogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado engobe.
Apresenta uma pequena incisão na face externa e marcas de fogo, pós-deposicionais, no interior.
Ø bordo: 92 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002173 – Jarra.

Bordo extrovertido; lábio triangular; colo cilíndrico; corpo bitroncocônico; base plana; duas asas verticais, com arranque no início do corpo e assentes a meio do corpo, de secção de cita.
Pasta heterogênea, de coloração vermelha.
Motivos geométricos a pintura branca na totalidade da face externa.
Ø bordo: 100 mm; Ø base: 82 mm; alt.: 265 mm; esp.: 6 mm.

MMT00002170 – Bilha.

Corpo piriforme; base convexa com pé; asa a arrancar a meio do bojo.
Pasta homogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado acastanhado.
A totalidade do corpo apresenta caneluras.
Ø base: 80 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002576 – Taça.

Bordo extrovertido; lábio semicircular; corpo globular; duas asas verticais de secção com nervo.
Pasta heterogênea, de coloração vermelho pálido, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.
Apresenta caneluras no corpo.
Ø bordo: 83 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002313 – Taça.

Bordo introvertido; lábio triangular; colo muito curto; corpo globular.

Pasta homogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.

Apresenta duas caneluras ao nível do colo.

Ø bordo: 90 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002310 – Taça.

Bordo introvertido; lábio arredondado; corpo globular.

Pasta homogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.

Apresenta uma pequena incisão ao nível do colo.

Ø bordo: 111 mm; alt.: 49 mm; esp.: 4 mm.

MMT00002184 – Taça.

Bordo ligeiramente introvertido; lábio arredondado; carena alta suave; corpo troncocônico invertido.

Pasta heterogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado engobe laranja.

Apresenta decoração geométrica realizada a pintura branca.

Ø bordo: 180 mm; Ø base: 86 mm; alt.: 46 mm; esp.: 6 mm.

MMT00002567 – Contentor de líquidos.

Bordo possivelmente extrovertido; colo alto troncocônico invertido, seguido de colo cilíndrico saliente, seguido de colo alto cilíndrico menos saliente. Possuía quatro asas, hoje desaparecidas.

Pasta homogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado engobe vermelho.

Motivos vegetalistas e geométricos realizados a pintura a branco.

Ø max. colo: 50 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002573 – Tigela.

Bordo ligeiramente introvertido; lábio semicircular; carena alta marcada; corpo bitroncocônico.

Pasta homogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.

Ø bordo: 276 mm; esp.: 6 mm.

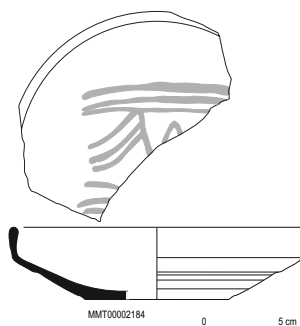
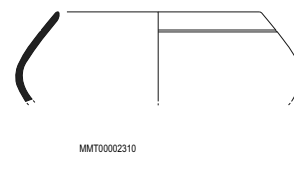
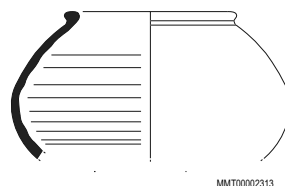
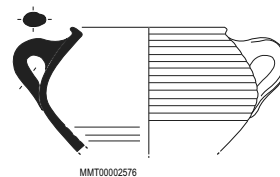
MMT00002575 – Tigela.

Bordo extrovertido; lábio semicircular; colo curto troncocônico invertido; carena alta marcada; corpo troncocônico invertido.

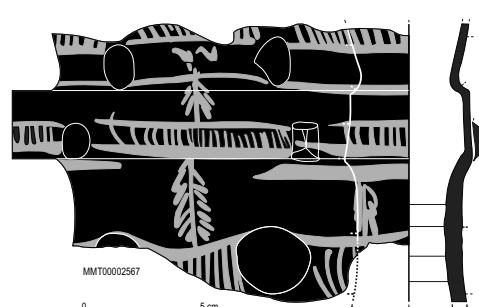
Pasta heterogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.

Ø bordo: 255 mm; esp.: 6 mm.

TAÇAS

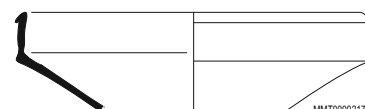
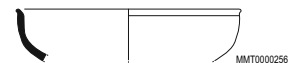
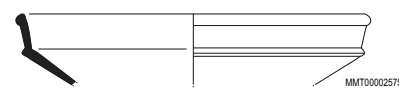
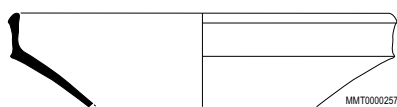


CONTENTOR DE LIQUIDOS



Estampa II.

TIGELAS



Estampa III.

MMT00002564 – Tigela.

Corpo troncocónico invertido; base com pé anelar.

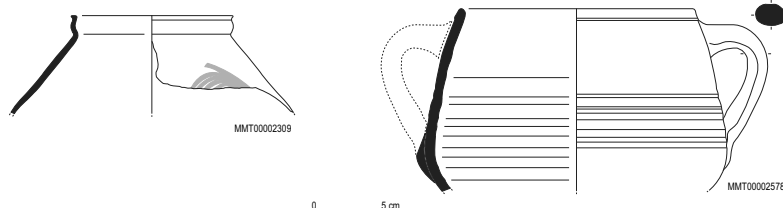
Pasta heterogénea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado escuro.

Apresenta caneluras na face interna.

Ø base: 65 mm; esp.: 5 mm.

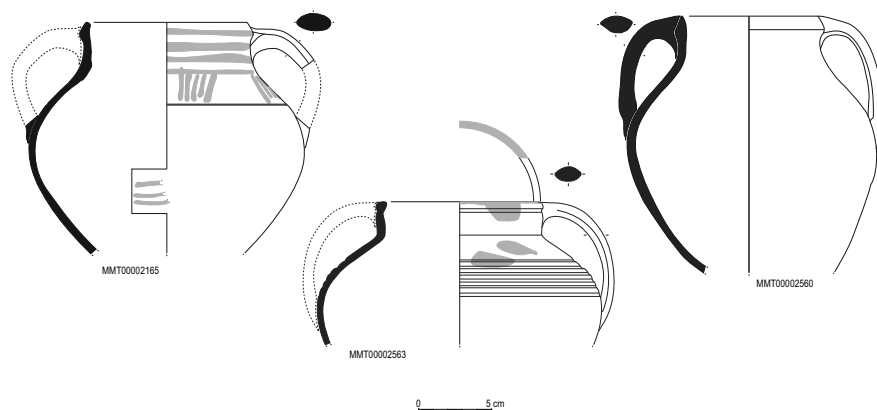
LOIÇA DE COZINHA

PANELAS

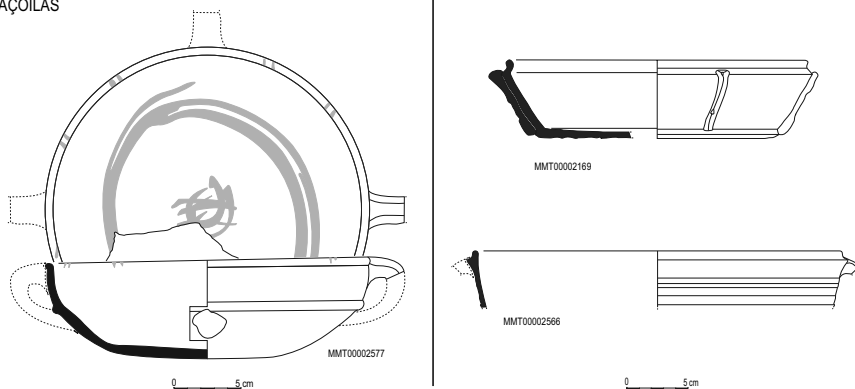


Estampa III.

PANELAS



CAÇOILAS



Estampa IV.

MMT00002562 – Tigela.

Bordo extrovertido; lábio arredondado; corpo semi-oval.

Pasta homogénea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.

Ø bordo: 165 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002572 – Tigela.

Bordo extrovertido; lábio boleado; corpo semioval.

Pasta homogénea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.

Apresenta marcas de fogo pós-deposicionais.

Ø bordo: 233 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002176 – Tigela.

Bordo ligeiramente introvertido; lábio espessado ao exterior; carena alta marcada e corpo troncocónico invertido.

Pasta homogénea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado vidrado melado.

Ø bordo: 248 mm; esp.: 6 mm.

Loiça de cozinha

MMT00002309 – Panela.

Bordo introvertido; lábio arredondado; colo cilíndrico muito curto; arranque de parede.

Pasta homogénea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicada uma aguada.

Pintura a branco na parede externa (possível motivo vegetalista).

Ø bordo: 111 mm; esp.: 4 mm.

MMT00002578 – Panela.

Bordo introvertido; lábio arredondado; corpo troncocónico; carena baixa suave; duas asas verticais, de secção com nervos.

Pasta homogénea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado engobe.

Apresenta suaves caneluras no corpo.

Ø bordo: 158 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002165 – Panela.

Bordo ligeiramente introvertido; lábio em bisel, espessado externamente; colo cilíndrico; corpo globular; duas asas verticais de secção de cita, que arrancam do bordo e assentam, sensivelmente, a meio do bojo.

Pasta homogénea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado engobe laranja.

Apresenta uma canelura no início do bojo, bem como pintura branca na face externa.

Ø bordo: 110 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002563 – Panela.

Bordo introvertido; lábio quadrangular; colo curto cilíndrico, corpo ovóide; asa vertical de secção com nervo.

Pasta homogênea, de coloração vermelho pálido, sobre a qual foi aplicado engobe.

Apresenta caneluras no corpo, bem como linha no lábio e digitações no corpo realizadas a pintura branca.

Ø bordo: 110 mm; esp.: 4 mm.

MMT00002560 – Panela.

Bordo extrovertido; lábio aparentemente triangular; colo curto cilíndrico; corpo ovóide; duas asas de secção com nervo.

Pasta heterogênea, de coloração vermelho.

As paredes da peça encontram-se esfoliadas com total destacamento da superfície original.

Ø bordo: 96 mm; esp. actual: 4 mm.

MMT00002577 – Caçoila.

Bordo extrovertido; lábio semicircular; colo curto, cilíndrico; carena média suave; corpo troncocónico invertido; base plana; asa vertical de secção com nervo.

Pasta heterogênea, de coloração indeterminada (cozedura mista).

Apresenta espatulado em ambas as faces, formando um reticulado. Na face interna, ao nível da base, apresenta duas linhas paralelas concêntricas e motivo indeterminado realizados a pintura branca.

Ø bordo: 243 mm; Ø base: 100 mm; alt.: 73 mm; esp.: 7 mm.

MMT00002169 – Caçoila.

Bordo ligeiramente introvertido; lábio arredondado e envasado; carena alta marcando o bordo; corpo troncocónico invertido; base plana.

Pasta homogênea, de coloração vermelha.

Apresenta nove aplicações plásticas (costillas) de secção aproximadamente triangular.

Ø bordo: 224 mm; Ø base: 190 mm; alt.: 64 mm; esp.: 6 mm.

MMT00002566 – Caçoila.

Bordo introvertido; lábio moldurado; corpo troncocónico invertido; asa vertical de secção com nervos.

Pasta homogênea, de coloração vermelha.

Ø bordo: 280 mm; esp.: 3 mm.

Armazenamento e transporte

MMT00002559 – Talha.

Fragmento de parede.

Pasta heterogênea, de coloração castanho muito pálido.

Apresenta restos de decoração estampilhada – uma palmeta (?).

As paredes da peça encontram-se esfoliadas com destacamento da superfície original.

Esp.: 15 mm.

MMT00002181 – Talha.

Fragmento de parede; arranque de asa vertical.

Pasta heterogênea, de coloração rosa sobre a qual foi aplicado engobe.

Apresenta decoração estampilhada – motivos geométricos e vegetalistas.

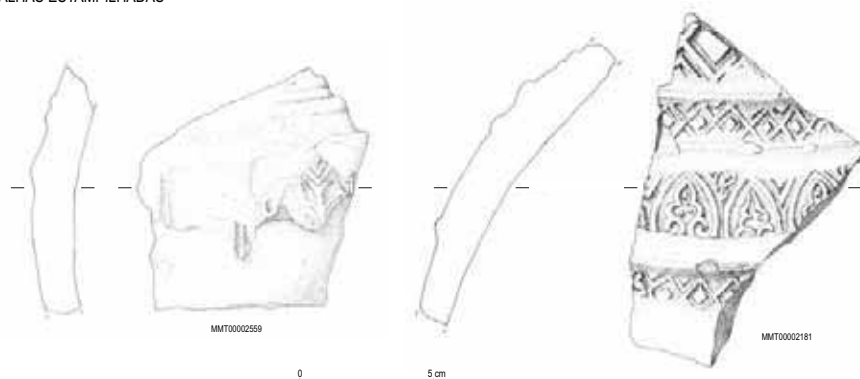
Esp.: 17 mm.

MMT00002180 – Talha

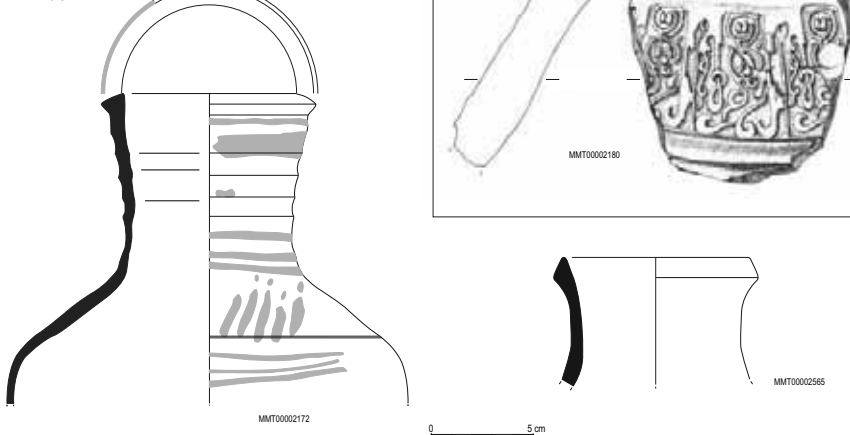
Fragmento de parede.

Pasta heterogênea, de coloração cinza, sobre a qual foi aplicado vidrado verde.

TALHAS ESTAMPILHADAS



CÂNTAROS



Estampa V.

Decoração estampilhada. Emoldurado por nervuras, encontra-se um friso com motivo epigráfico *al-yumn* – a felicidade.
Esp. 18 mm.

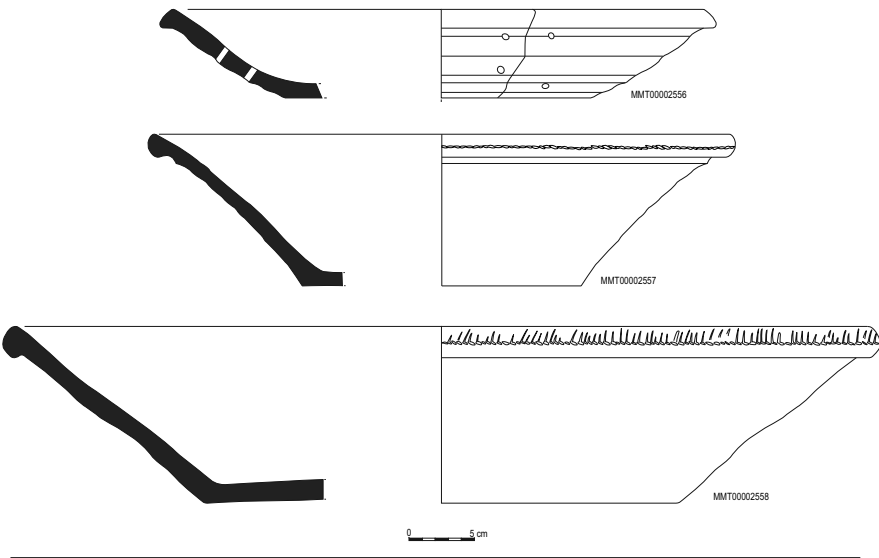
MMT00002172 – Cântaro.

Bordo ligeiramente introvertido; lábio triangular com espessamento ao exterior; colo cilíndrico; arranque de asa.
Pasta homogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado engobe vermelho.
Motivos geométricos na face externa pintados a branco. Possui quatro largas caneluras no colo e uma outra no arranque do bojo.
Ø bordo: 82 mm; esp.: 7 mm.

MMT00002565 – Cântaro.

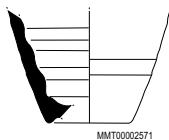
Bordo ligeiramente extrovertido; lábio triangular; colo cilíndrico curvo.
Pasta homogênea, de coloração vermelha.
Ø bordo: 90 mm; alt.: 62 mm; esp.: 7 mm.

ALGUIDARES



OUTRAS FORMAS

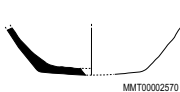
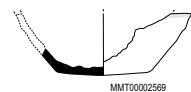
ALCATRUZ



CONTENTOR DE FOGO (?)



FORMAS INDETERMINADAS



0 5 cm

Estampa VI.

Uso múltiplo

MMT00002556 – Alguidar.

Bordo extrovertido; lábio arredondado; corpo troncocônico invertido; base, possivelmente, plana.
Pasta heterogênea, de coloração rosa, sobre a qual foi aplicado engobe vermelho.
A face interna encontra-se brunida.
Ø bordo: 400 mm; Ø base: 114 mm; alt.: 68 mm; esp.: 14 mm.

MMT00002557 – Alguidar.

Bordo extrovertido; lábio semicircular; corpo troncocônico invertido; base ligeiramente côncava.
Pasta homogênea, de coloração amarelo avermelhado, sobre a qual foi aplicado engobe castanho muito pálido.
Apresenta um cordão inciso no lábio e espatulado na face interna.
Ø bordo: 440 mm; Ø base: 210 mm; alt.: 115 mm; esp.: 12 mm.

MMT00002558 – Alguidar.

Bordo extrovertido; lábio semicircular; corpo troncocônico invertido; base plana.
Pasta homogênea, de coloração vermelha, sobre a qual foi aplicado engobe vermelho.
Apresenta um cordão inciso no lábio.
Ø bordo: 648 mm; Ø base: 357 mm; alt.: 135 mm; esp.: 12 mm.

Outras formas

MMT00002571 – Alcatruz.

Corpo troncocônico invertido; base plana.
Pasta homogênea, de coloração vermelha.
Ø base: 62 mm; esp.: 9 mm.

MMT00002568 – Contentor de fogo (?).

Corpo cilíndrico; base convexa.
Pasta homogênea, de coloração amarelo pálido.
Apresenta marcas de fogo no seu interior.
Ø base: 30 mm; esp.: 13 mm.

MMT00002569 – Forma indeterminada.

Corpo troncocônico invertido, base plana.
Pasta homogênea, de coloração vermelho fraco.
Linha horizontal pintada a branco na face externa da peça.
Ø base: 70 mm; esp.: 5 mm.

MMT00002570 – Forma indeterminada.

Base plana.

Pasta heterogênea, de coloração cinzento avermelhado escuro, sobre a qual foi aplicado engobe.

Apresenta marcas de fogo.

Ø base: 80 mm; esp.: 5 mm.

6. CONCLUSÃO

As cerâmicas do silo do bairro almóada do Convento da Graça assumem-se como um conjunto coeso a vários níveis. Do ponto de vista da cronologia, podemos datar este conjunto como almóada, não apenas pelo contexto arqueológico, como também pelos fabricos e pelos paralelos conhecidos.

Do ponto de vista formal, existe um predomínio de formas fechadas ligadas ao serviço de mesa. Maioritariamente decoradas, os oleiros que as produziram optaram pela pintura branca em grande parte dos exemplares, sendo as caneluras a segunda técnica decorativa mais utilizada.

As pastas compactas, de textura arenosa e pouco depuradas, foram cozidas, na sua grande maioria, em ambiente oxidante. O engobe, juntamente com o vidrado melado, foi o tratamento de superfície mais utilizado.

7. AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, queremos agradecer ao Campo Arqueológico de Mértola o convite para participar neste número da *Arqueologia Medieval*, o qual muito nos honrou.

Em segundo lugar, gostaríamos de agradecer à Divisão de Património e Reabilitação Urbana⁴, em especial aos elementos do Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro⁵, pelo

apoio prestado e elevado profissionalismo sem os quais este trabalho não seria possível.

BIBLIOGRAFIA

- CATARINO, H. (1992), «A fortificação muçulmana de Salir (Loulé). Primeiros resultados arqueológicos», in *Al-ulya*, n.º 1, pp. 9-51.
- CATARINO, H. (1997-1998), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados», in *Al-ulya*, n.º 6, vol. 3.
- COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2005), «Casas Islâmicas da Cerca do Convento da Graça – Tavira. Notícia preliminar». In *Arqueologia Medieval*, Mértola, 9, pp. 77-83.
- COVANEIRO, J.; CAVACO, S.; LOPES, G. (no prelo), «O Bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça – Tavira. Notícia preliminar», in *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*.
- GOMES, R. (1991), «Cerâmicas almóadas do Castelo de Silves». IV C.M.M.O. Mértola. pp. 387-403.
- MACIAS, S. (1996), *Mértola Islâmica – Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*.
- MORÁN, E.; PARREIRA, R; SÁNCHEZ, O. (2005), «Monte Canelas (Alcalar, Portimão) – Trabalhos arqueológicos de salvamento de um habitat de época islâmica no barrocal algarvio», *Xelb* 5, pp. 135-156.
- TOMÁS, R. (2003), *A gramática decorativa na talha almóada de Tavira*, Campo Arqueológico de Tavira.
- TORREMOCHA, A.; OLIVA, Y. Eds. (2002), *La ceramica musulmana de Algeciras, Producciones estampilladas, Estudios y catálogo*, Caetaria monografias, 1.
- TORRES, C. (1987), *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Mértola.
- TORRES, C.; GÓMEZ, S.; FERREIRA, M. B. (2003), «Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos», in *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, pp. 125-134.
- VIEGAS, C; ARRUDA, A. M. (1999), «Cerâmicas Islâmicas da Alcáçova de Santarém», In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 2. vol. 2, pp. 105-186.

CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÕES

Arte Islâmica, Museu de Mértola (2001).

A Casa Islâmica, Museu Arqueológico Municipal de Faro (2000).

NOTAS

- 1 Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – scavaco@cm-tavira.pt
- 2 Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – jcovaneiro@cm-tavira.pt
- 3 Agradecemos esta informação à Susana Gómez do Campo Arqueológico de Mértola.
- 4 Em especial à Teresa Barros pelo apoio nos desenhos.
- 5 Ana Sofia Vieira e Celso Candeias (desenho), Leonor Esteban (Conservação e Restauro) e Susana Gonçalves (fotografia).

IMPORTAÇÕES CERÂMICAS DE TAVIRA NA BAIXA IDADE MÉDIA

JAQUELINA COVANEIRO*

SANDRA CAVACO**

GONÇALO LOPES***

1. INTRODUÇÃO

Os materiais aqui apresentados correspondem a uma pequena parcela das cerâmicas importadas exumadas no Convento da Graça.

O estado ainda incipiente do tratamento e estudo dos materiais exumados de uma intervenção arqueológica de emergência que teve a duração de mais de quatro anos, e que resultou da adaptação do Convento da Graça a Pousada da Enatur, não nos permite, por ora, apresentar mais dados concretos.

Contudo, podemos afirmar a presença de cerâmicas provenientes, não apenas de diversos centros produtivos da Península Ibérica (Lisboa, Alto Alentejo, Sevilha, Granada, Valência, Teruel) como também de outros centros produtivos europeus.

Face ao actual estado dos conhecimentos, optámos por apenas apresentar dados inéditos referentes a importações das áreas produtoras de Sevilha, Granada e Valência.

As cerâmicas em apreço foram integradas nas colecções do Museu Municipal de Tavira sendo o seu número de inventário a identificação apresentada.

2. TAVIRA DOS SÉCULOS XIV A XVI – BREVE RESENHA HISTÓRICA

A vocação marítima e comercial de Tavira é conhecida desde a sua fundação. Durante a época islâmica, essa vocação foi consolidada tendo o seu auge já nos tempos da Cristandade, séculos XIV a XVI, quando a urbe assume uma *indiscutível importância na articulação dos espaços europeus, quer mediterrânicos, quer atlânticos* (COSTA, 2003: 184).

Este *status* deriva, sobretudo, da importância estratégica do seu porto, inserido nas rotas do comércio longínquo e ultramarino que se estabeleceram desde os primeiros anos da expansão portuguesa no mundo. A sua proximidade ao Guadiana e ao movimento comercial com o interior alentejano que por ele corria, bem como as ligações comerciais que mantinha com Ayamonte e Sevilha, contribuiu para o reforço da sua expressão regional (MAGALHÃES, 2003: 215).

Todos estes factores contribuíram para que rapidamente a cidade se transformasse na *princi-*

* Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – jcovaneiro@cm-tavira.pt

** Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – scavaco@cm-tavira.pt

*** g-lobes@mail.pt

pal terra do Algarve, servindo de escala a todos os navios que vinham de África (*Ibidem*, 215).

Por todos estes motivos, não é de estranhar que na urbe se reunissem comerciantes, capitais, técnicas e tradições, oriundos dos mais diversos pontos da Europa e do Mediterrâneo.

É já no decorrer da segunda metade do século XVI que se começam a verificar os primeiros sintomas da decadência que se agravará, no século XVII, com o assoreamento do rio e a deslocação da entrada da barra.

3. O CONVENTO DA GRAÇA

Nos finais do século XV, devido à expulsão/conversão forçada dos judeus ibéricos, a judiaria de Tavira, espaço privilegiado de consideráveis dimensões e situado intramuros, poderá ter sido abandonada. Cerca de meio século depois, no ano de 1542, é fundado neste local o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Eremitas de Santo Agostinho. Segundo registos da época, Fr. Pedro de Vila Viçosa, fundador do Convento, *fez seu assento na judaria e da esnoga [sinagoga] fez igreja, a que pôs por invocação de N. S.^a da Graça* (*apud* SANTANA, 2001: 126).



Foto 1 – Talha reutilizada como lixeira [257].

Após algumas peripécias, as obras do novo edifício arrancam, finalmente, em 1569 tendo sido concluídas já no século XVII em data impossível de determinar, tendo sido reformado no século XVIII.

Em meados do século XIX, com a extinção das ordens religiosas em 1834, o convento foi adaptado a quartel militar. Esta última função atribuída ao antigo convento é grandemente responsável pela descaracterização e adulteração de muitas das formas que o identificavam como espaço religioso, quer pela remoção e desaparecimento das alfaias religiosas, quer pela destruição do registo arqueológico, muitas vezes até ao nível da rocha.

4. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

É pois de um convento fortemente adulterado, sobretudo ao nível do subsolo, que estes materiais são provenientes. Infelizmente, os contextos e unidades estratigráficos de que é proveniente a maioria das cerâmicas em apreço são contextos correspondentes a níveis de aterro, a enchimento de valas ou a níveis de lixeira e, ainda, a níveis revolvidos por actividades militares.

As peças MMT00002271, MMT00002275 e MMT00002279 foram encontradas no interior de talhas, algumas delas reutilizadas como lixeira. Em todas elas foram encontrados fragmentos cerâmicos, mas destaca-se a talha [257] de onde foi recolhida a peça MMT00002275 pela enorme densidade de material arqueológico contida no seu interior. Duas destas talhas foram encontradas no interior do claustro, outra foi identificada no decurso da abertura de uma vala para águas pluviais, na parte exterior do Convento.

Também de um nível de lixeira é proveniente o fragmento MMT00002284, a qual foi realizada destruindo um pavimento da Casa I do Bairro Almóada encontrado na área da Cerca Conventual.

Como já foi mencionado, muitos dos materiais são provenientes de enchimentos de valas identificadas no decurso da escavação. É o caso dos fragmentos MMT00002274, MMT00002281 e MMT00002283, todos eles identificados no claustro, e do fragmento MMT00002276, o qual foi exumado do interior do enchimento da vala de construção de um muro na parte norte da Cerca Conventual. Também desta área, a qual foi desaterrada com recurso a meios mecânicos, é proveniente o fragmento MMT00002278, tendo sido recolhido na limpeza manual realizada após a utilização dos meios mecânicos.

Os fragmentos MMT00002273 e MMT00002277, exumados na área do claustro, são provenientes de níveis de aterro que cobrem as estruturas anteriores ao convento. Já o fragmento MMT00002272 encontrava-se à superfície do sedimento que foi identificado após a remoção do pavimento colocado pelos militares no claustro.

Finalmente os fragmentos MMT00002280 e MMT00002282 são provenientes de uma das sondagens realizadas para a instalação das sapatas da piscina da Pousada. As dimensões reduzidas de cada sapata, e uma vez que estes materiais se encontravam no

corte, não nos permitiram avaliar melhor o contexto em que se encontravam. Contudo, a leitura do corte deixado para a abertura da piscina, parece indiciar, uma vez mais, a presença de níveis de aterro. Ainda que o alicatado se encontrasse totalmente articulado, apenas restara o fragmento aqui apresentado, talvez protegido pela talha que se encontrava sobre ele e com o bocal para baixo.

5. AS CERÂMICAS

Como ficou claro, já não é novidade o considerável volume de importações cerâmicas em Tavira, na baixa Idade Média.

A avaliar pelas características formais do conjunto, podemos vislumbrar um amplo espectro de relações comerciais com os principais portos da Andaluzia e do Levante, com Sevilha, Málaga/Almería e Valência à cabeça. No entanto, esta teia de ligações poderá não ser sincrónica, ocupando Sevilha um lugar algo mais tardio, enquanto porto preferencial do abastecimento comercial algarvio, a partir de meados/finais do século XV.

O conjunto de cerâmicas aqui tratado foi agrupado por procedências e, de modo algum, corresponde à totalidade dos fragmentos exumados, mas antes a uma representação selectiva.

5.1. Sevilha

Sevilha é na segunda metade do século XV e, sobretudo, durante o século XVI, o principal exportador de cerâmica esmaltada para Portugal, quer de uso doméstico quer de uso arquitectónico.

Com efeito, as cerâmicas sevilhanas fazem parte do espólio habitual dos contextos arqueológicos portugueses do início da Época Moderna. Por outro lado, são igualmente representativos os azulejos (aresta e corda-seca), importados aos milhares e distribuídos por vários edifícios civis ou religiosos, dos inícios de Quinhentos.

Os materiais procedentes do Convento da Graça são muito abundantes e diversificados, cobrindo praticamente todas as produções sevilhanas desta faixa cronológica. Contudo, optámos por apresentar apenas dois objectos inéditos.

O primeiro objecto, não obstante tratar-se de uma peça de dispersão territorial bastante alargada, é um bom exemplar de prato esmaltado. Apresenta o característico fundo onfalóide, bordo em aba e revestimento branco de estanho.

O segundo trata-se, não de uma peça independente, mas antes, de um conjunto de alicerces que formava o piso «alicatado». Tanto quanto sabemos, até ao momento, é o único pavimento de «alicatados» identificado em Portugal na sequência de trabalhos arqueológicos e, mesmo considerando os que se conservaram em diferentes circunstâncias, constitui um elemento de extrema raridade.

Não é fácil precisar a cronologia deste pequeno painel. No entanto, é possível que date de meados do século XV, período de maior actividade na produção de azulejos ali-

catados em Sevilha. Esta produção dura até meados do século XVI e, ironicamente, em 1542, chega mesmo a ser empregue nas reformas do *Alhambra* de Granada (MARINETTO SÁNCHEZ, 1995: 303).

Assume-se, portanto, uma hipotética origem sevilhana para o pequeno painel de Tavira já que, por uma questão de prudência, não se pode descartar, em definitivo, uma atribuição ao Reino de Granada.

5.2. Reino de Granada

Não estão documentadas relações directas entre Portugal e o Reino de Granada. No entanto, sabemos que navios portugueses frequentavam os portos naṣri/s, como podemos ver pela representação de um barco de pavilhão português numa tigela, de reflexos metálicos, do *Victoria and Albert Museum*, em Londres. O tema aparece repetido noutra tigela, descoberta na *alcazaba* de Málaga (MARTÍNEZ CAVIRÓ, 1995: 156).

Independentemente da impossibilidade de confirmar de forma documental o trato comercial com o Reino de Granada, a verdade é que nos últimos anos têm surgido numerosos objectos importados com esta origem em escavações arqueológicas, especialmente em Tavira.

Os materiais granadinos do Convento da Graça apresentam uma factura e tipologias diversificadas, com particular destaque para as cerâmicas de mesa.

Dentro desta categoria inclui-se um prato com o bordo em aba, similar a uma outra peça já publicada, proveniente do claustro do Convento. Foi revestido com um esmalte branco, hoje muito degradado, com pintura a azul, deixando adivinhar a legenda «al-‘afiya» («bem-estar»), motivo epigráfico recorrente nas cerâmicas granadinas.

Outra das peças é uma jarra de quatro asas, decorada com pintura azul e reflexos metálicos. O



Foto 2 – Jarra de Granada.

programa decorativo revela-se bastante singular, organizado a partir de duas séries de medalhões circulares preenchidos por entrelaçados vegetais⁴. Este tipo de decoração é extremamente rara e é exclusiva do Reino de Granada, com paralelos no famoso «Jarrão das Gazelas» do *Alhambra* e em dois fragmentos, decorados com reflexos metálicos provenientes de Beja (MARTINS: *no prelo*).

Ao nível da epigrafia, verifica-se a utilização de escrita *nasji* muito cuidada, a azul, rodeada de atauriques em reflexos metálicos, que parece repetir, uma vez mais, a «al-’afiya».

Os restantes materiais incluem uma jarrinha, coberta de vidrado melado e um cachimbo decorado com incisões e estampilhado.

A jarrinha tem um colo alto cilíndrico e duas pequenas asas circulares, das quais resta uma asa completa e o arranque de outra. Esta forma é exclusiva do Reino de Granada, diferenciando-se das suas congéneres valencianas pela forma de aplicar as asas, isto é, a colagem inferior da asa deixa um cordão saliente que passa o limite médio do bojo.

No que respeita ao cachimbo constatamos

que apenas lhe falta o bordo. Está decorado com linhas roletadas e incisas, para o qual existem numerosos exemplos na cidade de Granada.

A descoberta deste tipo de objectos levanta, uma vez mais, a questão do consumo de haxixe na Península Ibérica. Segundo Ibn al-Jatīb, foi introduzido em Granada no século XIV e, ao que parece, o sultão Muḥammad VI era um assíduo fumador (VALDÉS FERNÁNDEZ, 2001: 230).

Aparte a data de início da introdução do haxixe, a verdade é que o seu consumo se difundiu não só entre as populações islâmicas peninsulares, mas também entre os cristãos, sendo ainda um produto muito popular entre marinheiros e mercadores (VALDÉS FERNÁNDEZ, 2001: 251). Terá sido este, talvez, o veículo da entrada do cachimbo em Tavira e de outros semelhantes, por exemplo, no Funchal (GOMES, 1996: 324).

5.3. Região de Valência

No estado actual dos conhecimentos, é quase impossível destrinçar com precisão as cerâmicas de Paterna das de Manises. Por outro lado, parece ter havido também produção de cerâmica dentro da própria cidade de Valência, nomeadamente peças com decoração de reflexos metálicos. Assim, optámos pela designação genérica de «Região de Valência» para classificar os objectos com origem nesta área do Levante Peninsular.

Como não podia deixar de ser, as peças mais representativas são as que ostentam pintura azul e reflexos metálicos. Os objectos aqui apresentados remetem-nos para os finais do século XV, inícios do século XVI, em especial a taça com pegs trilobadas. Os restantes fragmentos com decoração vegetalista bastante simplificada serão de cronologia análoga.

Menos comuns em contextos arqueológicos portugueses são as cerâmicas comuns de importação. As escavações do Convento da Graça forneceram uma quantidade significativa de exemplares, alguns bastante bem conservados, dos quais se destacam formas distintas, todas elas tendo como denominador comum a pasta rosada.

A peça mais característica é uma talha de fundo convexo. Estas peças foram de fabrico muito abundante no aro valenciano, com particular incidência nos séculos XIII e XIV (MESQUIDA GARCÍA, 2002: 208-209). Não é claro o seu propósito funcional, mas é possível que não se limitassem a uma função de armazenamento. O corpo esguio e o fundo convexo são mais apropriados ao transporte desempenhando, provavelmente, o papel de ânforas em carreiras marítimas, à semelhança das *olive jars*, dos séculos XVI e XVII (GOMES, 1996: 344).

O pote ou marmita apresenta duas asas e dimensões mais modestas, com uma clara função de armazenamento. Até ao momento não foi possível traçar-lhe paralelos formais exactos, podendo ser datado, com alguma segurança, do século XIV e princípios do XV.

Encerrando o ciclo das importações valencianas resta-nos um almofariz, de perfil troncocónico invertido, bastante bem conservado, que terá uma cronologia próxima à da peça anterior (MESQUIDA GARCÍA, 2002: 232).

6. INVENTÁRIO

Produções Sevilhanas

MMT00002283 – Prato.

Serviço de mesa. Bordo extrovertido; lábio arredondado; corpo troncocónico invertido; base em ônfalo.

Pasta homogénea, de coloração amarelo pálido.

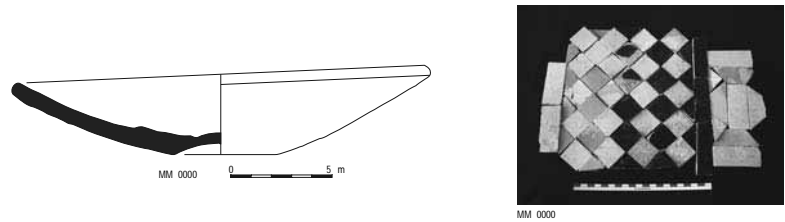
Ø bordo 200 mm, Ø base 56 mm, alt. 40 mm, esp. 7 mm.

MMT00002282 – Pavimento em alicatado.

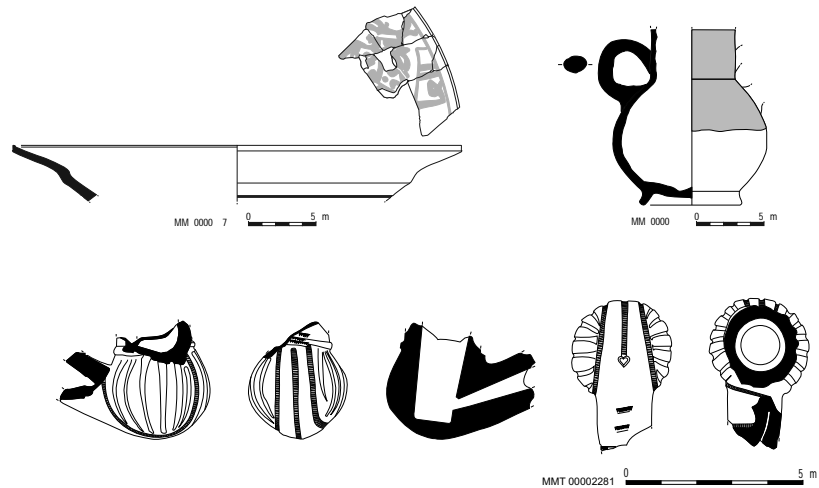
Uso arquitectónico. Pannel de azulejos alicatados, formado por 59 aliceres ou tacelos (rectangulares, trapezoidais, triangulares e quadrangulares) esmaltados a verde, azul e preto, dispostos em xadrez diagonal sobre uma cama de argamassa de areias grosseiras. Pasta homogénea, de coloração castanho amarelo pálido.

Comp. 375 mm, larg. 240 mm.

PRODUÇ ES SE ILHANAS



PRODUÇ ES DO REINO DE RANADA



Estampa I.

Produções Granadinas

MMT00002274 – Prato.

Serviço de mesa. Bordo em aba oblíqua; lábio espessado ao exterior, ligeiramente apontado.

Pasta homogénea, de coloração castanho muito pálido.

Motivo indeterminado e motivo epigráfico *al-'afiya* a azul-cobalto.

Ø bordo 332 mm, esp. 5 mm.

MMT00002284 – Jarrinha.

Serviço de mesa. Colo cilíndrico; corpo globular; pé anelar; duas asas circulares das quais só resta uma.

Pasta pouco depurada, de coloração vermelha clara.

A parte superior do corpo, colo e asas, apresenta vidrado melado.

Ø base 71 mm, esp. 3 mm.

MMT00002281 – Cachimbo.

Objecto lúdico. Fragmento de fôrnelha de cachimbo de haxixe; corpo esférico; base convexa e arranque de haste cilíndrica. Fornilho de secção cilíndrica e base plana. A haste apresenta canal condutor que vai estrangulando até encaixar no fornilho. O canal condutor não é central, estando 2 mm mais próximo da face direita da haste (vista distal).

Pasta homogénea, de coloração castanho avermelhado.

Decoração incisa e roletada na fôrnelha e na haste. Na base da fôrnelha apresenta um pequeno coração inciso.

Ø da fôrnelha 28 mm.

MMT00002279 – Jarra.

Serviço de mesa. Bordo ligeiramente extrovertido; lábio arredondado; colo curto, ligeiramente extrovertido; carena média suave; corpo bitroncocónico, pé anelar em aba; quatro asas verticais de secção com nervos e remate cónico, das quais só resta uma.

Pasta homogénea, de coloração rosa.

Motivos geométricos, vegetalistas e epigráficos (*al-'afiya*) a azul-cobalto; atauriques, motivos geométricos, epigráficos e vegetalistas (palmetas) a reflexos dourados em ambas as faces da peça.

Ø bordo 228 mm, Ø base 124 mm, alt. 226 mm, esp. 5 mm.

Produções Valencianas

MMT00002280 – Talha.

Armazenamento e transporte. Bordo introvertido;

lábio com duplo espessamento; colo troncocônico invertido curto; carena alta marcada; corpo bitroncocônico, base convexa e pé de bolacha não funcional.

Pasta heterogênea, de coloração rosa nas superfícies e amarelo pálido no núcleo.

Cordão inciso ao nível da carena, linha incisa ao nível do bojo, quase junto ao colo, cruz incisa entre o colo e a carena, duas caneluras no colo.

Ø bordo 203 mm, alt. 670 mm, esp. 11 mm.

MMT00002278 – Almofariz.

Uso múltiplo. Bordo introvertido; lábio espessado ao interior com bico vertedor modelado manualmente; corpo troncocônico invertido; base plana e fundo, possivelmente, convexo.

Pasta homogênea, muito porosa, de coloração rosa.

Ø bordo 134 mm, Ø base 98 mm, alt. 135 mm, esp. 13 mm.

MMT00002275 – Talha.

Armazenamento e transporte. Bordo introvertido; lábio espessado ao interior; colo troncocônico invertido curto; corpo, possivelmente, ovóide.

Pasta heterogênea, de coloração amarela pálida e rosa.

Ø bordo 182 mm, esp. 8 mm.

MMT00002277 – Bilha.

Serviço de mesa. Colo aparentemente cilíndrico; corpo ligeiramente piriforme; base com pé anelar; um arranque de asa, possivelmente vertical.

Pasta homogênea, muito porosa, de coloração castanho rosa.

Apresenta seis caneluras largas no bojo, abaixo do arranque da asa e uma incisão, acima do arranque da asa, na transição do bojo para o arranque do colo.

A parte superior do corpo, colo e asas, apresentam-se esmaltados a branco.

Ø base 64 mm, esp. 5 mm.

MMT00002276 – Pote/Marmita.

Armazenamento e transporte. Bordo ligeiramente extrovertido; lábio arredondado; colo curto cilíndrico; carena alta marcada; corpo cilíndrico; base convexa; duas asas verticais de secção com nervo.

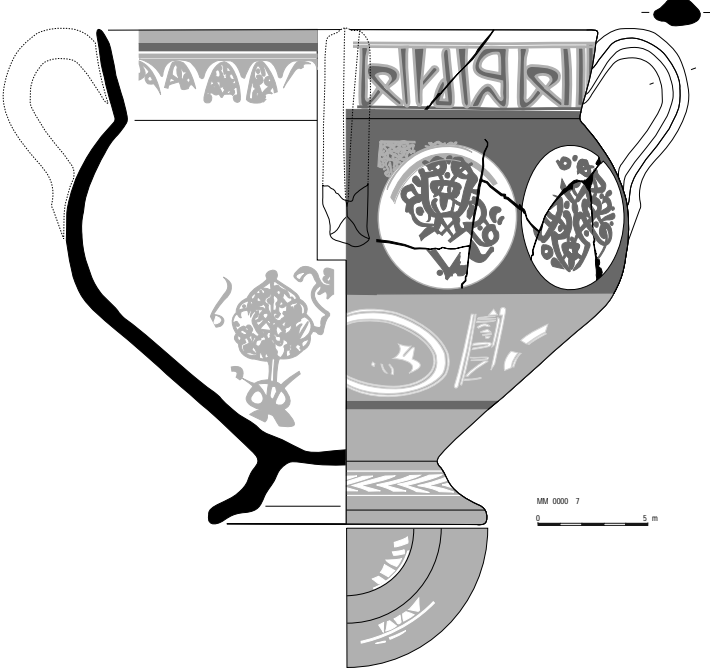
Pasta homogênea, pouco porosa, de coloração amarela avermelhada.

Ø bordo 96 mm, Ø base 74 mm, alt. 167 mm, esp. 4 mm.

MMT00002271 – Taça.

Serviço de mesa. Bordo ligeiramente extrovertido;

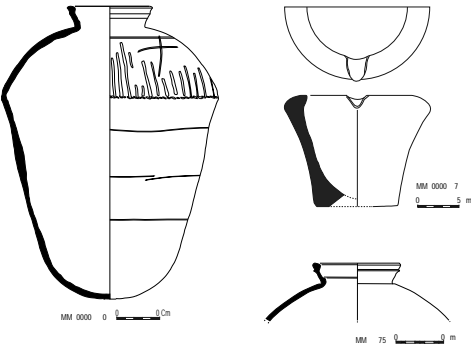
PRODUÇÕES DO REINO DE LANADÁ



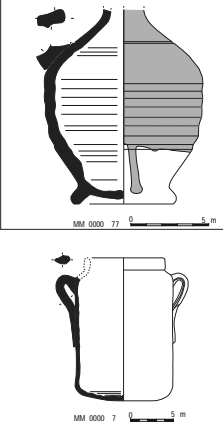
Estampa II.

PRODUÇÕES DE LANTINAS ALIANÇA

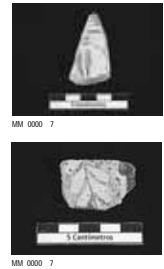
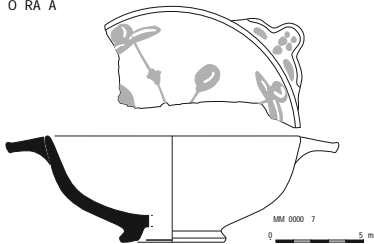
CERÂMICA COM M



CERÂMICA ESMALTADA A AMARELO



LOA O R A A



Estampa III.

lábio arredondado; corpo semi-esférico; base com pé anelar; pega horizontal, trilobada, com rebordo superior e secção de cinta.

Pasta homogénea, de coloração castanho avermelhado claro.

Motivos indeterminados a reflexos metálicos e motivos vegetalistas a azul-cobalto.

Ø bordo 144 mm, Ø base 58 mm, alt. 60 mm, esp. 7 mm.

MMT00002273 – Taça.

Serviço de mesa. Fragmento de parede.

Pasta homogénea, de coloração rosa.

Motivos geométricos (linhas) e vegetalistas a reflexos metálicos avermelhados.

Esp. 8 mm.

MMT00002272 – Fragmento de cerâmica.

Serviço de mesa. Fragmento de parede.

Pasta homogénea, de coloração amarelo pálido.

Motivos indeterminados [linha (?)] a azul-cobalto e motivos vegetalistas a reflexos metálicos avermelhados.

Esp. 7 mm.

7. CONCLUSÃO

Considerando a vocação comercial de Tavira, bem como o facto de o Convento da Graça estar assente na área da antiga Judiaria, não nos parece surpreendente a quantidade e a qualidade dos materiais importados. Efectivamente, a minoria judaica controlava uma parte importante do comércio na Idade Média. Assim, é natural que a comunidade de Tavira, usufruindo das condições privilegiadas do seu porto, rumasse com alguma frequência ao Levante, fazendo escala na Andaluzia e nas cidades costeiras do Reino de Granada, onde se abastecia de mercadorias e, entre elas, os objectos aqui estudados ou os anteriormente publicados⁵.

8. AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, queremos agradecer ao Campo Arqueológico de Mértola e à Câmara Municipal de Mértola pelo convite para participar na Conferência Internacional «Trade in the Ancient Mediterranean: Objects of Exchange».

Em segundo lugar, gostaríamos de agradecer à Divisão de Património e Reabilitação Urbana⁶, em especial aos elementos do Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro⁷, pelo apoio prestado e elevado profissionalismo, sem os quais este trabalho não seria possível.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, P. (2003), «Tavira nos séculos XII ao XV – a ocupação cristã», in *Tavira, Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Tavira, pp. 183-204.

COVANEIRO, J.; CAVACO, S.; LOPES, G. (no prelo), «Relações comerciais de Tavira durante a Baixa Idade Média: as cerâmicas do Convento da Graça», in *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1996), «Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal», in *Actas das 2^{as} jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 315-348.

LOPES, G.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2006), «Contributos da arqueologia para o estudo das relações comerciais de Tavira. Séculos XIV a XVI», in *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*, Câmara Municipal de Tavira, pp. 136-145.

LOPES, G.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2006), «Claustro do Convento da Graça. Análise dos materiais cerâmicos e faunísticos provenientes de dois contextos fechados», in *Actas do 3.^o Encontro de Arqueologia do Algarve*, XELB 6, Câmara Municipal de Silves, pp. 311-326.

MAGALHÃES, J. R. (2003), «Tavira no Algarve do século XVI – a ocupação cristã», in *Tavira. Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Tavira, pp. 213-220.

MARINETTO SÁNCHEZ, P. (1995), «Panel de Alicatado», in *Arte islámico en Granada: Propuesta para un museo de la Alhambra*, Granada: Comares Ed. pp. 303-304.

MARTÍNEZ CAVIRÓ, B. (1995), «El arte nazarí y el problema de la loza dorada» in *Arte islámico en Granada: Propuesta para un museo de la Alhambra*, Granada: Comares Ed., pp. 145-162.

MARTINS, A.; LOPES, G. (no prelo), «Cerâmicas naşri/s dos silos da avenida Miguel Fernandes – Beja», in *Actas do III Congresso de Arqueologia do Sudoeste*.

MESQUIDA GARCÍA, M. (2002), *La cerámica de Paterna: Reflejos del Mediterráneo*, Valencia: Museo de Bellas Artes de Valencia.

SANTANA, D. (2001), O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira, *Monumentos*, 14, Lisboa, pp. 124-133.

VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (2001), «Aproximación a los orígenes del consumo de haşiş en al-Andaluz», in *En torno al Badajoz islámico: Trabajos sueltos de arqueología andalusí*, S. I., Diputación de Badajoz, pp. 227-240.

VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (2001), «Más haşiş...», in *En torno al Badajoz islámico: Trabajos sueltos de arqueología andalusí*, S. I., Diputación de Badajoz, pp. 245-256.

NOTAS

- 1 Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – jcovaneiro@cm-tavira.pt
- 2 Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro – Divisão de Património e Reabilitação Urbana – Câmara Municipal de Tavira – scavaco@cm-tavira.pt
- 3 g-lobes@mail.pt
- 4 Contudo, o estado de conservação da peça não permite uma total leitura do programa decorativo e, consequentemente, um registo gráfico exacto da totalidade do mesmo. A peça irá ser submetida a mais tratamentos de conservação e restauro que, esperamos, irão permitir uma maior leitura e um registo mais exacto, o qual será publicado assim que possível.
- 5 Vide LOPES, G.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2006), «Contributos da arqueologia para o estudo das relações comerciais de Tavira, Séculos XIV a XVI», *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*, Câmara Municipal de Tavira, pp. 136-145;
LOPES, G.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2006), «Claustro do Convento da Graça. Análise dos materiais cerâmicos e faunísticos provenientes de dois contextos fechados», *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, XELB 6, Câmara Municipal de Silves, pp. 311-326;
COVANEIRO, J.; CAVACO, S.; LOPES, G. (no prelo), «Relações comerciais de Tavira durante a Baixa Idade Média: as cerâmicas do Convento da Graça». *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*.
- 6 Em especial à Teresa Barros pelo desenho da decoração da Jarra de Granada e do cachimbo, bem como pelo design gráfico do poster apresentado.
- 7 Celso Candeias (desenho), Leonor Esteban (conservação e restauro) e Susana Gonçalves (fotografia).

NOVAS PROBLEMÁTICAS RELACIONADAS COM A TOPOGRAFIA DA CIDADE ISLÂMICA DE SILVES

MARIA JOSÉ GONÇALVES

INTRODUÇÃO

Desde há um quarto de século que a investigação arqueológica ocorre na cidade de Silves de modo sistemático. Teve início com o desentulhamento do Poço-cisterna Almóada (Gomes e Gomes, 1989), passou à escavação do pátio adjacente (Gomes e Gomes, 1990; 1992; Gomes *et alii*, 1996), tendo em vista a construção do Museu Municipal de Arqueologia, subiu à Alcáçova (Gomes, 1988; 2002; Gomes e Gomes, 2001), também à zona da Arrochela (Gomes e Gomes, 2001), ao Salão Paroquial (Cunha *et alii*, 1996; Gomes e Gomes, 2001; Gomes, 2006), e deambulou aqui e acolá por outros locais, quase sempre no interior das muralhas da Almedina.

Mais recentemente, os trabalhos arqueológicos cresceram exponencialmente, fruto de imposições legais que obrigam à sua realização sempre que haja revolvimento do subsolo em áreas consideradas arqueologicamente sensíveis. A maioria destas recentes intervenções teve lugar na parte baixa da cidade, aumentando o conhecimento sobre o tipo de ocupação destas áreas, que até agora dispunham apenas das fontes históricas para auxiliarem na reconstituição do seu passado. Também os inúmeros trabalhos arqueológicos ocorridos no âmbito das obras do Programa Polis, que se centraram maioritariamente no designado Centro Histórico, motivam-nos agora a rever algumas leituras realizadas anteriormente.

Este trabalho de análise histórica-arqueológica tem de ser entendido como um processo dinâmico e em constante evolução, dado que o acumular de informação nos leva, em intervalos muito curtos de tempo, a reequacionar hipóteses de trabalho colocadas anteriormente. Ainda assim e tendo em conta o volume de informação agora colhido,

pareceu-nos oportuno formular algumas hipóteses de trabalho, relançando a discussão sobre questões de topografia urbana da cidade de Silves, durante os mais de cinco séculos de dominação islâmica.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Antes de nos debruçarmos sobre a questão essencial, impõe-se retratar um pouco da evolução histórica da cidade de Silves, durante o período medieval islâmico, pois a dinâmica de ocupação do espaço só pode ser entendida se associada aos seus diferentes marcos históricos.

Até hoje se mantém em discussão se a cidade é de fundação islâmica ou se já existia um núcleo urbano no topo do monte onde se localiza. A tese que colhe maior aceitação reside no pressuposto da transferência de populações do Cerro da Rocha Branca, com ocupação desde a idade do ferro e distante da actual cidade cerca de 2 km, durante o período tardo-romano. De facto, os

vestígios até hoje encontrados no perímetro da actual cidade, anteriores a esse período, são pontuais e descontextualizados.

A região a sul do Tejo parece ter sido ocupada pela força, por *Musā Ibn Nuṣayr* (Tahiri, 2002: 159), no seguimento da revolta dos visigodos de Sevilha e Niebla que se refugiaram em Beja, e também por árabes e berberes, que terão efectuado a expedição e recebido o pagamento em terras onde se terão instalado, sobretudo na região de Beja e nas margens do Guadiana. Ao longo da costa, desde Sevilha ao Cabo de S. Vicente, terão sido os árabes iemenitas *Yahsubî*, sob a direcção do chefe de clã *Abu I – Sabbah Yahsubî*, que dominaram a região, tendo este sido nomeado governador de *Ocsonoba*.

Aquando da chegada ao poder, *Abd Al-Rahman I* (756-788), que após a implantação do poder *Abássida* na Síria vem para o *al-Andalus* com grupos da clientela Omíada (Catarino, 1998: 84), é organizada uma circunscrição militar, com o clã *Yahsubî* que dominava a região, mas estes, numa tentativa de se autonomizarem, dirigem diversas revoltas ao poder Omíada, em 763 e 775, e ao saírem derrotados refugiam-se em Silves, não lhes tendo sido conhecido qualquer protagonismo a partir daí (Picard, 1998: 26). Este facto, parece confirmar a existência, já neste período, de um núcleo urbano, que recebeu o clã supra-referido.

Segundo Tahiri (2002: 160), a segunda aportação étnica árabe que afectou o *Gharb al-Andalus*, foi igualmente de natureza militar. Tratava-se de um exército Omíada de mais de 10 000 homens, dirigido por *Balay b. Bisr al-Qasayri*, dos quais 8000, seriam árabes. Deste contingente, os *Hins* assentaram nas *Kura* de Niebla e Sevilha e o contingente egípcio nas *Kura* de Beja e *Ocsonoba*. Após esta ocupação, foi mantida a organização administrativa já existente, de tradição romana, então materializada pelos visigodos em dioceses, ficando Silves integrada na *Kura* (distrito) de *Ocsonoba*, cuja capital era uma cidade do mesmo

nome. *Xilb* ganha, entretanto, alguma importância devido ao seu desenvolvimento socioeconómico, razão pela qual, no período califal, a divisão administrativa existente mantém-se, mas a capital é transferida para Silves, tendo assim perdurado até à constituição dos primeiros reinos de Taifa, em meados do século XI.

Em Silves foram os *Banu Muzayn*, clã de grande tradição na região, os responsáveis pela autonomização. Em *Ocsonoba*, outra elite local toma o poder, os *Banu Harun*, ao que consta, de origem cristã. São estes os dois reinos então existentes no território do actual Algarve, correspondendo, *grosso modo*, ao barlavento e sotavento, portanto, extensas regiões das quais dependiam pequenos distritos (*iqlim*), cidades (*madun*) e aldeias (*qura*). Silves passa então a ser governada a partir de 1031 (?) por *Ibn Muzayn*, um juiz conceituado da cidade, que marcará o início do seu verdadeiro florescimento, tanto ao nível socioeconómico como ao nível cultural. Não esqueçamos que é sob a corte dos *Muzayn* que se inicia literariamente *Ibn Ammar* e muitos outros poetas. Consta que na época, Silves era detentora de *bibliotecas, livrarias e coleccionadores de obras literárias, como Abul Casim Al-Cântari* (Domingues, 1945: 124). O reino independente de Silves terá pervivido até 1051 ou 1055, altura em que é cobiçado por *Al-Mo'tamid*, rei de Sevilha, que incumbe o seu filho ainda muito jovem, *Al-Mu'tamid*, de 11 ou 12 anos, com um grande e poderoso exército, de tomar a cidade, passando esta a depender do Reino Abádida de Sevilha.

Al-Mu'tamid é nomeado governador da cidade de Silves, onde permanece, até seu pai o chamar a Sevilha para ser preparado para a ascensão ao trono, após a sua morte. Quando esta ocorre, em 1074, assume o poder e nomeia *Ibn Ammar*, conhecido poeta originário das redondezas de Silves, com quem havia travado conhecimento na Corte de Sevilha e consolidado amizade durante a sua permanência em Silves, para governar a cidade por que se apaixonara e que sempre recorda com saudade nos seus poemas. Algum tempo depois, *Al-Mu'tamid*, não suportando as investidas cristãs protagonizadas por Afonso VI de Castela, chama uma tribo guerreira do Norte de África para o auxiliar, deslocando-se os Almorávidas ao al-Andalus em 1086, 1088 e 1090, comandados pelo temível *Yusuf Taxufin*, que acaba por recolher apoios diversos e tomar o poder a *Al-Mu'tamid*, apoderando-se do extensíssimo reino de Sevilha.

É nesta fase que Silves assume de novo grande protagonismo na história do *Gharb al-Andalus*. O descontentamento generalizado quanto à política Almorávida, desencadeia revoltas e a proclamação de novos reinos independentes, designados por segundas taifas. Em Silves constitui-se novo reino autónomo, por volta de 1145, chefiado por *Ibn Qasí*, segundo as fontes, um muladí recém-convertido mas devotadíssimo, fundador de um *ribat* na *Qaria Jilla*, localizada nos arredores da cidade de Silves (Picard, 2001: 205).

Estamos numa época muito agitada, de anexações e perdas sucessivas de pequenos reinos, de alianças e traições, situação que entra em completo descontrolo, levando *Ibn Qasí* a chamar em seu auxílio outra tribo do Norte de África, que em Marrocos tinha subtraído o poder aos Almorávidas. Era a primeira vinda dos Almóadas mas continua a grande conturbação, com novas alianças, ora com cristãos, ora de novo com Almorávidas, ora mais uma vez com Almóadas e mais uma vez ainda com cristãos, até que, na

alcáçova de Silves, *Ibn Qasí* é, em 1151, assassinado pela população da cidade, após ter estabelecido aliança com Afonso Henriques, o que desgostou as suas gentes, fortemente islamizadas. Em 1157, quando desapareceram todos os chefes *muridas*, os Almóadas tomam o poder inaugurando nova fase reunificadora. Entretanto, a linha de fronteira cristã desce e, em 1189, após longo cerco, a cidade de Silves é tomada com a ajuda dos cruzados que se dirigiam para a Terra Santa, a pedido de D. Sancho I, numa fase em que apenas o Algarve se encontrava por anexar ao actual território português. Em 1191 os muçulmanos recuperam a cidade, tendo-a dominado até à segunda metade da centúria seguinte, em data não devidamente apurada, algures entre 1242 e 1249, mas, seguramente, por D. Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago, em pleno reinado de D. Afonso III.

2. O SISTEMA DEFENSIVO

O sistema defensivo de Silves encontra várias referências nas fontes coevas árabes e cristãs. A primeira deve-se à «Crónica do Mouro Razis», que ao descrever a *Kura* de Ocsonoba, menciona que «*sob o seu senhorio há vilas e castelos, um dos quais é Silves, que é a melhor vila do Algarve*» (Coelho, 1989: 50), o que indicia a existência de um perímetro amuralhado já no século X. Segundo a *Crónica dos Reinos de Taifa*, a família de origem árabe *Muzayn*, estabelecida em Silves desde o século VIII, fundou o reino de taifa de Silves com domínio sobre o Algarve Ocidental tendo «*organizado a cidade e consolidado as suas defesas*» (Mailo Salgado, 1991: 33). Tais relatos, fazem recuar a existência de fortificações militares na cidade de Silves para período anterior à constituição do reino de Taifa de Silves, ou seja, antes de 1031, estando em concordância com o relato de *Al Razis*.

A descrição da tomada de Silves por *Al-Mo'tadid*, confirma a existência de muralhas na primeira metade do século XI, na seguinte passagem, baseada na Crónica Anónima dos *Mutuk Al-Tawa'if* «*(...) Almutávide tomou à viva força a cidade de Ibne Mozaine depois de ter aberto uma brecha num lado da muralha por meio de máquinas de guerra e depois de ter minado a cerca por outra parte. Penetrou no seu palácio, fê-lo prisioneiro e cortou-lhe injustamente a cabeça com ofensa audaz de Alá o grande e poderoso. Ocorreu isto em Xaual de 455. (...)*» (Coelho, 1989: 215).

O conhecido geógrafo *Al Edrisi* no século XII descreve a *Xilb* deste modo «*(...) Silves está rodeada por uma muralha sólida e possui nos seus arredores plantações e hortas. (...)*» (*idem*: 62). Um pouco depois, um cruzado anónimo que participou na primeira conquista, em 1189, descreve assim o sistema defensivo da cidade: «*(...) he cingida de muros e fossos, de tal arte que nem huma só choupana se encontra fóra dos muros, e dentro d'elles havia quatro ordens de fortificações, a primeira das quaes era como huma vasta cidade estendida pelo valle chamado Rovale. A maior estava no monte, e dávão-lhe o nome de Almedina (cidade) tendo outra fortificação na encosta que desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das águas, e hum certo rio chamado Arade ou Drade; outro corre para o mesmo, o qual se chama Odelouca; e*

sobre o canal há quatro torres, de modo que por aqui se provesse sempre de água em abundância a cidade superior, e tem esta fortificação o nome de Coirasce (Couraça). As entradas pelas portas eram de tal arte angulosas e tortuosas, que mais facilmente seriam escalados os muros do que entraria alguém por ellas. Abaixo da primeira era o castelo que se chamava Alcay. Também havia uma grande torre no Rovale, e tinha huma estrada coberta para Almedina, de sorte que della se podia ver o que se passava de fora dos muros da Almedina, e os que acommetessem os muros de revéz podessem ser ofendidos da torre, e da parte opposta, e esta chamava-se alvierana.(...) Também se deve notar que as torres estavam tão perto dos muros de cada cidadella. Que qualquer pedra atirada d'huma dellas cursava até á terceira, e em algumas partes ainda erão mais próximas (...)» (Lopes, 1844: 14).

2.1. Os dispositivos mais antigos

A par das fontes históricas, também a arqueologia tem contribuído de modo significativo para o conhecimento do sistema defensivo da cidade ao longo da extensa diacronia de ocupação islâmica. De facto, as estruturas defensivas mais antigas foram identificadas em zona próxima ao tramo sul da muralha almóada da Almedina (Fig. 1 – Fo), constando de estreita muralha, com cerca de 1,00m de espessura, que os responsáveis pela intervenção arqueológica atribuem ao século VIII, período de certa instabilidade sociopolítica ou religiosa, talvez como reflexo da recente presença muçulmana na península, sendo possível que integrasse um sistema defensivo singelo daquela parte da cidade, do tipo albacar, que teria pervivido durante os séculos VIII e IX (Gomes e Gomes, 1990: 62; 1992: 289; Gomes, 2002: 332; Gomes, 2006: 28). À muralha supra-referida e a uma cota 0,30m mais elevada, é adossada outra estrutura,

conferindo agora cerca de 2,00 m de espessura a este elemento defensivo. Segundo os autores (*ibidem*), esta alteração pode estar relacionada com alguma insegurança relacionada com a consolidação do califado e deve ter pervivido entre os séculos IX-X, dado que assenta em camada com materiais dos séculos VIII-IX, sendo provável que tenha sido destruída depois de 929, altura em que, segundo as fontes, *Abd al-Rahman III* mandou destruir muitas muralhas do sul da Península, temendo insurreições locais. Ainda neste local, assente sobre as duas muralhas supra-referidas, ergue-se uma outra estrutura com cerca de 0,70 m de espessura, que se estende por cerca de 10 m e que os autores referidos classificam como estrutura defensiva almorávida (Gomes e Gomes, 1990: 63; 1992: 289; Gomes, 2002: 332; Gomes, 2006: 28), interpretação que nos parece pouco consistente tendo em conta a sua reduzida espessura.

2.2. As Portas da Medina

As muralhas da Alcáçova encontram-se integralmente conservadas e as da Almedina também não levantam grandes questões de localização, razão porque sobre elas não nos deteremos em demasia. Excepção para as portas que davam acesso ao interior da cidade, das quais apenas a Porta da Almedina persiste, tratando-se muito provavelmente da entrada principal, pelo menos a partir do período almorávida, dado que ostenta características construtivas mais consentâneas com o período magrebino (Fig. 1 – Pa).

A Porta da Azóia, localizada do lado noroeste da muralha (Fig. 1 – Pz), perdura até ao século XIX, sendo retratada em fontes iconográficas datadas do século XVII (Fig. 2)¹ e de 1844 (Fig. 3)². Tratar-se-ia de torre poligonal albarrã, onde se abria porta a que se ligava o caminho para *Zawaia*, local associado a Lagos. Do lado oposto, situar-se-ia a Porta de Loulé (Fig. 1 – Pl),

que abria para a estrada que se dirigia a *Al-ulyà*, também designada por Porta do Sol, que se consegue localizar em gravura inglesa do início do século XIX (Fig. 4). Se atentarmos na mesma, verificamos a existência de uma abertura na muralha e de um caminho que dali segue para nascente. Do lado esquerdo da abertura vemos uma torre adossada de forma quadrangular, que corresponderá ao actual mirante, que hoje ostenta os cantos arredondados, resultado de um possível restauro em período contemporâneo. Continuando a observação da mesma gravura, do lado direito da entrada, vemos uma outra torre, algo destacada do pano de muralha, tratando-se certamente de uma albarrã a ela ligada por ponte de dimensão assinalável, característica muito típica do período almóada (Zozaya, 1996: 69). Também de época almóada, mais concretamente do ano de 1227, é uma lápide encontrada perto da zona da Sé, em 1874, não longe do local em questão, que comemora a construção de uma torre³ (Domingues, 1957: 81; Borges,

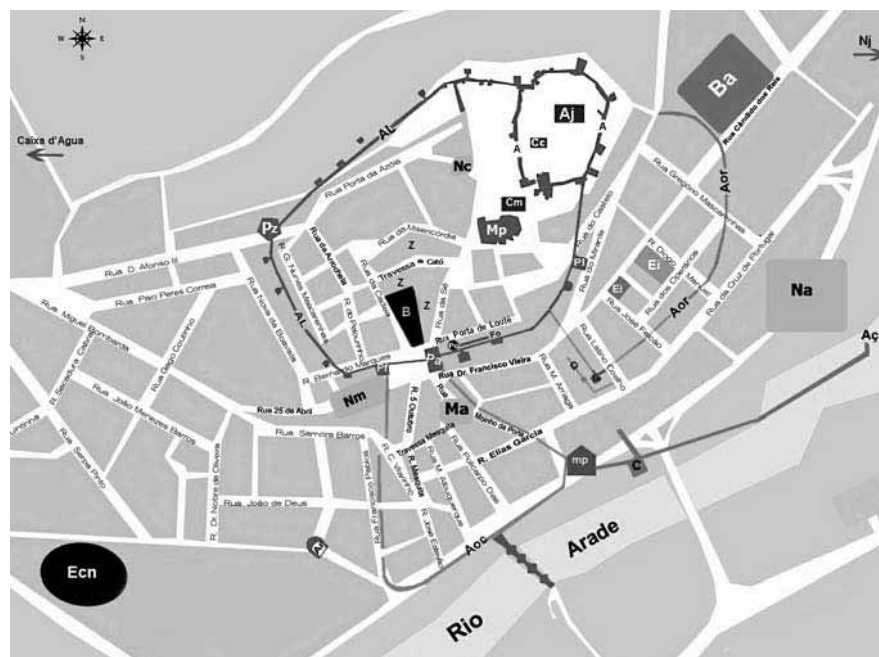


Figura 1 – Reconstrução topográfica.

Fortificações: A – Alcáçova, AI – Almedina, Pz – Porta da Azóia, Pf – Porta do arco em ferradura, Pa – Porta da Almedina, Pl – Porta de Loulé, Fo – Fortificações Omiadas, Aor – Reconstituição hipotética do Arrabalde Oriental, To – Torre do Arrabalde Oriental, Aoc – Reconstituição hipotética do Arrabalde Ocidental, Ar – Arco da Rebola (porta do arrabalde seg. Garcia Domingues), C – Localização hipotética da couraça

Edifícios públicos: Mp – Hipotética localização da Mesquita Principal, Ma – Hipotética localização da Mesquita do Arrabalde, B – Banhos, Z – Mercados.

Estruturas de carácter industrial: Ecn – Hipotética localização dos estaleiros de construção naval, mp – Moinho da Porta.

Necrópoles: Nc – Necrópole do Cerco (?), Nm – Necrópole da Medina, Na – Necrópole do Arrabalde, Nj – Necrópole judaica.

Estruturas de abastecimento de água à cidade: Aj – Aljibe, Cc – Cisterna dos Cães, Cm – Cisterna da mesquita, Pc – Poço-Cisterna, Q – Qanat, Aq – Hipotética localização do Açude.

Outros: Ba – Bairro Almóada, Ei – Estruturas islâmicas diversas.

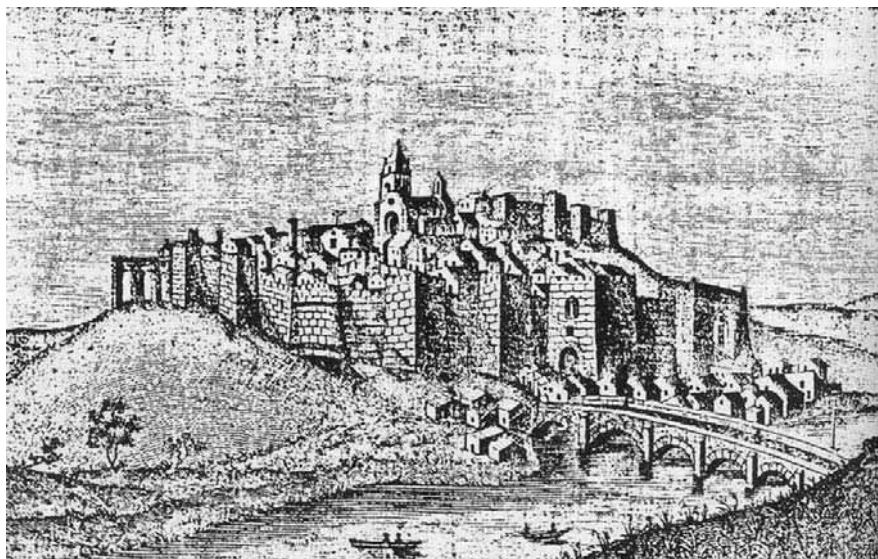


Figura 2 – Gravura de Silves no século XVII.

1998: 230). Dada a proximidade da aludida torre ao local do achado da lápide, bem como da eventual coincidência cronológica de ambas, há que admitir que aquela torre de dimensão considerável, seja a homenageada na lápide referida. Rosa Varela Gomes identificou, em local compatível, os restos de uma torre medindo 10,70 m x 5,10 m (Gomes, 2006: 25). A observação do seu registo fotográfico (*idem*: 23) permite reconhecer como bem definido o seu alçado oeste, o que corrobora a hipótese de se tratar de torre não adossada, dado que os vestígios colocados a descoberto correspondem a fiadas de pedra de zona próxima ao seu alicerce. Os materiais que a arqueóloga refere como associados a esta torre e que data do século XI, como o exemplar de base esmal-



Figura 3 – Gravura de Silves em 1844.

tada a amarelo e decoração verde e manganês, de eventual proveniência tunisina⁴, encontrar-se-ão, muito provavelmente, descontextualizados.

Para além das três portas referidas, situadas nos sectores sul, oeste, e este, respectivamente, a tradição oral faz referência a uma outra porta localizada no sector sul. Rosa Varela Gomes também menciona este acesso, baseando-se no mesmo tipo de informação, embora desconheça a sua cronologia (Gomes, 2006: 8). De facto, a porta referida é visível em fotografia da cidade de Silves datada de 1883 (Fig. 5), aberta na enorme torre de que hoje apenas restam vestígios, posicionada do lado poente da Praça do Município, mesmo atrás do actual quiosque municipal. Esta torre foi quase completamente destruída no século XIX para dar lugar à construção da plataforma porticada que veio a sustentar a construção do edifício da Câmara Municipal. Também a gravura de 1844 a mostrava (Fig. 3), embora parecesse situar-se no ângulo de ligação dos tramos oeste-sul, o que se deve à distorção da imagem. Tal circunstância terá levado Rosa Varela Gomes (*idem*: 12) a situar esta porta na torre adossada, hoje muito destruída e encoberta por casa de habitação, que se situava no local de inflexão da muralha para este.

A sua proximidade à porta da Almedina, da qual dista apenas 50 m, levanta alguns problemas se atentarmos no facto de fazer pouco sentido a abertura de duas portas tão próximas. A chave do problema talvez resida nos tempos de pervivência de cada uma das entradas. Se apurarmos a vista conseguimos discernir que a porta aberta na torre em questão ostenta um arco em ferradura e se encontra entaipada. Embora as portas de entrada em ferradura, com origem na arquitectura visigótica (Pavón, 1999: 409), tenham uma maior difusão até ao período califal, a sua construção perdura muito para além disso, pelo que seria extremamente ousado atribuir-lhe uma cronologia recuada apenas com base numa tão desfavorável observação do arco. Outro aspecto a reter é

a posição da torre e a abertura da porta no seu alçado nascente, que nos leva a inferir tratar-se de porta em cotovelo, uma vez que para entrar na medina havia que inflectir para norte. É por esta razão que a aludida porta não é visível na gravura do século XVII (Fig. 2), dado que o ângulo escolhido para o registo gráfico da cidade se posiciona a sudoeste, deixando encoberta a porta aberta no alçado este da aludida torre.

As portas em cotovelo, muitas vezes referidas como características da arquitectura militar almóada, são identificadas em diversos dispositivos antigos, como a Porta Velha de Bisagra, em Toledo, datada do século VIII (Zozaya, 1998: 41) ou a de Calatrava la Vieja, datada de meados do século IX (Zozaya, 1996: 67; Hervas e Retuerce, 2006: 149). Torres Balbás (1983: 149), por seu turno, reconhece a influência oriental deste tipo de portas e a sua construção na Península Ibérica desde o século X, generalizando-se no período almorávida com o aparecimento do tipo torre-porta, com ingresso lateral, como sucede com a porta em questão, o que, por outro lado, a remeteria para uma cronologia mais tardia.

Ainda assim e uma vez que os pormenores construtivos desta torre detêm uma larga diacronia, seria insensato atribuir-lhe uma cronologia sem ter a possibilidade de observar alguns detalhes construtivos que melhor pudessem conduzir a hipóteses sustentáveis. Julgamos, porém, por comparação com a Porta da Almedina, que a teremos de considerar mais antiga, tendo, muito provavelmente, entrado em desuso por razão desconhecida. Assim, a porta ainda existente, que ostenta uma torre albarrrá projectada para o exterior, onde se abrem lateralmente duas portas simétricas, ter-lhe-á tomado o lugar. É um dispositivo que reúne várias características almóadas (Gomes, 2002: 334; 2002a: 106; Pavón: 1999: 493) e, não obstante também as torres albarrrás terem origem mais remota do que tradicionalmente lhe têm atribuído, encontrando-se patentes já no século IX em Calatrava La Vieja (Zozaya,

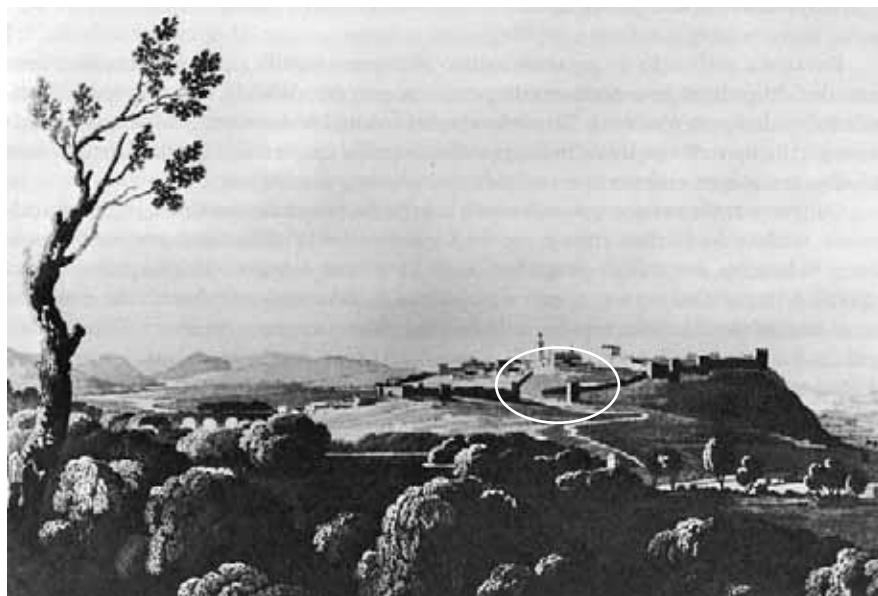


Figura 4 – Gravura Inglesa de Silves em 1825.

1996: 69), esta tem sido atribuída à última dinastia do poder magrebino, apesar de profundamente alterada em época cristã.

Ainda no que concerne aos motivos da substituição da porta e, à falta de melhor explicação, podemos sempre considerar as dificuldades oferecidas pelo enorme declive natural, muito mais acentuado neste preciso local do que na zona de implantação da



Figura 5 – Foto de Silves: Zona da actual Praça do Município em 1883 – Porta do Arco em Ferradura.

Porta da Almedina, e quão difícil seria para bestas carregadas para abastecer os mercados cimeiros, circularem em piso tão inclinado.

2.3. Os arrabaldes e a couraça

Tal como já se verificou pela descrição de Silves efectuada pelo cruzado que tomou parte na primeira conquista cristã (Lopes, 1844: 14), a cidade teria quatro fortificações. Segundo ele, a primeira cercava a cidade baixa que se estendia pelo vale e chamar-se-ia *rovale*. É a única fonte coeva absolutamente explícita quanto à existência de um arrabalde cercado por muralha, mas suficiente para ao longo dos tempos se ter especulado sobre o seu traçado, na ausência de vestígios físicos da mesma.

Garcia Domingues, colhendo pistas no *Livro do Almoxarifado de Silves – século XV*, tenta fazer a reconstituição do seu percurso, marcando uma porta de entrada no antigo Arco da Rebola, situado na extremidade este da actual cidade (Fig. 1 – Ar), sendo que dali, esta correria paralela ao rio, envolvendo toda a actual baixa comercial (Leal e Domingues, 1984: 85). De acordo com a leitura que se faz da mesma fonte, e de igual modo deduzido por Garcia Domingues, o espaço que no século XV era ocupado pela mouraria, corresponderia ao antigo arrabalde islâmico (*ibidem*).

Nos inícios de 2002, aquando da construção nova Biblioteca Municipal e no âmbito da intervenção arqueológica ali realizada, da responsabilidade da signatária, foi colocado a descoberto parte de um dispositivo defensivo, constituído por dois tramos de muralha travados por uma torre quadrangular (Gonçalves e Pires, 2004; Gonçalves e Santos, 2005) (Fig. 1 – To). Estes tramos de muralha, de orientação sul-norte e oeste-este, ligados por torre de ângulo, pareciam encerrar algo, mas como sempre imaginamos o arrabalde em posição mais central face à actual cidade, tal como o *Livro do Almoxarifado* fazia inferir, e a muralha que o cercaria a correr mais junto ao rio, não encarámos de imediato a possibilidade de se tratar de parte da muralha do arrabalde. Julgámos, outrossim, que se trataria de parte da couraça, de igual modo citada no «livro do cruzado anónimo», descrita como ligando a Almedina ao rio e que se comporia de quatro torres (Lopes, 1844: 14).

Tínhamos conhecimento da existência de ocupação islâmica em vários pontos desta zona da cidade, nomeadamente ao longo da Rua Cândido dos Reis, em frente ao Bairro J.J. Duarte e no local da Fábrica do Inglês, tendo em conta os vestígios que foram surgindo no decurso de obras não acompanhadas arqueologicamente, durante a década de 90 do século XX. Entretanto, ocorreram diversos trabalhos arqueológicos em simultâneo ou posteriormente à intervenção da «Biblioteca», sempre do lado este desta, nomeadamente na Rua José Falcão (Santos, 2003: 199), no Teatro Mascarenhas Gregório (Ramos, 2006), em duas casas de habitação da Rua Cândido dos Reis (Silva *et alii*, 2006), e também no Empreendimento do Castelo (Santos e Abranches, 2006). As primeiras ofereceram ocupações cronológico – culturalmente semelhantes à «Biblioteca» – séculos X-XIII, a última colocou a descoberto um bairro almóada, aparentemente bem planeado e organizado em torno de vias de circulação que o estruturavam.

Toda esta informação permitiu-nos confirmar que a torre e os tramos de muralha a que se vem aludindo, encerrariam um arrabalde. Este reduto defensivo terá pervivido pelo menos desde o século XI até ao final da ocupação islâmica, data em que toda esta área se tornou num espaço desertificado, muito provavelmente convertido em hortas urbanas, que perduram até ao advento da indústria corticeira em Silves.

Tendo em atenção que também a zona mais central da actual cidade tem oferecido ocupação islâmica⁵, espaço onde se localizaria a mesquita que os topónimos Rua e Travessa da Mesquita perpetuaram, e que o *Livro do Almoxarifado* corrobora, porque alude, por diversas vezes, à fonte da mesquita (Leal e Domingues, 1984: 36), parece-nos plausível, que a cidade de Silves em período almóada, contasse com dois núcleos de arrabalde. O arrabalde oriental nascia a sudeste da muralha da Almedina, prolongando-se até próximo à actual Rua Cruz de Portugal para sul. A oeste encerraria próximo à actual Rua Latino Coelho, prolongando-se para este até local indeterminado mas, seguramente, até junto da actual Rua Gregório Mascarenhas, uma vez que o bairro almóada anteriormente referido se encontra, muito possivelmente, já fora deste dispositivo defensivo. Aliás, sensivelmente a meio da área escavada no âmbito dos trabalhos de minimização de impacto arqueológico deste empreendimento, foi identificado um fosso entulhado⁶ (Santos e Abranches, 2007), sobre o qual assenta parte das habitações almóadas, fosso esse que, a confirmar-se a sua funcionalidade defensiva, poderia estar associado à muralha do arrabalde oriental (Fig. 1 – Aor).

O aparecimento deste arrabalde, cujas muralhas se erguem no século XI, será consequência, não só do natural crescimento de uma população que se enraizara e de uma economia próspera suportada pela agricultura, pelo comércio e pela indústria naval, mas também por se inserir numa conjuntura de instabilidade, decorrente da

recente autonomização do reino de taifa, que certamente trouxe muita gente dos arredores para o interior da cidade, na procura de um clima mais seguro. Em regra, e por esta última razão, muitas cidades andaluzas conheceram um acentuado crescimento populacional durante as primeiras taifas (Salvatierra, 1998: 62).

Por seu turno, a formação do arrabalde ocidental terá coincido com o período de governação almóada, altura em que, mais uma vez, as cidades mais meridionais conheceram grande incremento populacional, tendo em conta a enorme onda migratória das regiões do Norte já tomadas pelos cristãos, e a existência de uma grande instabilidade político-administrativa, que conduziu as populações para as cidades (Zozaya, 1992: 67). Aliás, este é, por excelência, o período em que o urbano impera face ao rural.

Os contornos deste arrabalde são mais difíceis de reconstituir, porque a zona baixa do lado poente da actual cidade tem sido muito menos intervencionada arqueologicamente, contudo, o mesmo teria, naturalmente, o seu limite norte na muralha da Almedina, a sul devia encerrar muito perto do rio, podendo o Moinho da Porta⁷ (Fig. 1 – mp), aludir a uma das suas portas de entrada. O limite este calculámo-lo no extremo da actual Rua Elias Garcia, coincidindo com o limite da *Cerca da Mouraria*, também sobejamente referida no Livro do Almoxarifado de Silves (Leal e Domingues: 33), onde a referida fonte situa também a *Porta do Cerco da Mouraria* (*ibidem*). O limite oeste mostra-se mais difícil de definir e só poderemos ter bases de análise mais sólidas quando for encontrada a diacronia de ocupação da necrópole situada junto à porta da Almedina, a que nos referiremos adiante. Ainda assim e dada a pouca expressão das estruturas arqueológicas islâmicas encontradas para oeste deste espaço sepulcral, julgamos que o mesmo terá obstaculizado ao crescimento da cidade para poente, devendo-se procurar o limite deste arrabalde um pouco a oeste da actual Rua 5 de Outubro. Tal

pressuposto torna difícil aceitar o Arco da Rebola como uma reminiscência do acesso ao Arrabalde Ocidental. Intervenção arqueológica ocorrida em 2000 na Rua Francisco Pablos, paralela à 5 de Outubro uns 50 metros a poente, só ofereceu ocupação entre o século XVI e a actualidade (Santos, 2003: 195), o que, de algum modo, corrobora esta aceção (Fig. 1 – Aoc).

Mas, se no século XV, pelo menos o Arrabalde Ocidental se tinha convertido em mouraria e mantinha as suas muralhas e porta de acesso, em 1600 tal já não se verificava, de acordo com a descrição de Henrique Fernandes Sarrão «(...) *Ao pé da cidade, fora dos muros, no seu arrabalde, estão os vestígios de muros velhos caídos, que era a cerca da cidade e povoação velha* (...)» (Guerreiro e Magalhães, 1983: 153).

No que diz respeito à couraça, continuamos sem vestígios físicos conhecidos, todavia, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para reflectir um pouco sobre as suas características e hipotética localização. A couraça parece-nos mais um conceito do que algo que possamos descrever com simplicidade do ponto de vista arquitectónico, ainda assim, partiremos do pressuposto de que se trata de um dispositivo defensivo que objectivava aceder ou proteger o acesso a uma fonte de água – rio, nascente, poço, etc., muito embora muitas outras caracterizações coubessem no nominativo.

Voltando à descrição do «cruzado anónimo», diz o mesmo «(...) *tendo outra fortificação na encosta que desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das águas, e hum certo rio chamado Arade ou Drade; outro corre para o mesmo, o qual se chama Odelouca; e sobre o canal há quatro torres, de modo que por aqui se provesse sempre de água em abastança a cidade superior, e tem esta fortificação o nome de Coirasce (Couraça)*» (Lopes, 1844: 14). O que é que retiramos daqui? Que a fortificação desce a encosta, que protege o canal das águas e o rio, que sobre o canal há quatro torres, que o seu objectivo era assegurar que a parte alta da cidade fosse abastecida de água.

Em face de tais premissas, como se materializaria e onde se localizaria este dispositivo? As fontes históricas muçulmanas (*Al-Edrisí*, in Coelho, 1989: 62) e cristãs (o «Cruzado Anónimo», in Lopes, 1844: 14) referem que os habitantes da cidade se proviam da água do rio Arade. Embora alguns autores (Gomes, 2002: 334) considerem tal facto pouco provável, por o rio receber os efeitos das marés e a água se tornar salobra, há que considerar a existência de um açude, aliás mencionado nas fontes árabes (Alves e Hadjadji, 2000: 73-74; Coelho, 1989: 54, 221), que a montante desviasse as águas para o local de onde uma nora a poderia elevar para o canal. Isto, porque, para fazer subir a água do rio até à cidade alta, teria de haver uma forma de a extrair e conduzir, o que só seria possível através de um sistema de noras que poderiam encontrar-se albergadas nas quatro torres referidas, como sucedia com a Couraça de Calatrava La Vieja, cujas torres encobriam noras (Retuerce e Zozaya, 1992: 355; Zozaya, 1996: 70), ou através de um *Castellum acqua*, também existente na mesma cidade (Retuerce e Zozaya, 1992: 354), ou ainda, como aquele que as fontes históricas referem para Almuñecar (Gomez, 1995: 168).

Considerando a necessidade de prover de água a cidade alta, outra hipótese seria a da existência de um canal total ou parcialmente subterrâneo, do tipo *qanat*, que através da abertura de poços que captavam água dos lençóis freáticos superficiais, ligados entre

si por canais, permitisse a extracção e condução da água. E, neste caso, a couraça apenas protegeria o referido canal.

Pavón Maldonado (1986: 371) parte do princípio de que a couraça de Silves seria aérea, ao compará-la com couraças subterrâneas, que julga mais eficazes «(...) *Indubitavelmente estas couraças subterrâneas resultariam mais eficazes do que os largos esporões construídos com a mesma função, que podiam ser facilmente abatidos pelo inimigo, provocando a caída da fortaleza ou cidade, como ocorreu, por exemplo, em Silves* (...)». Também em diversas passagens da descrição que faz o «cruzado anónimo» da tomada de Silves, se alude à couraça de modo a se poder extrair mais alguns elementos relativos à sua fisionomia. Refere o cruzado germânico que o canal das águas se abastecia de um poço junto ao rio (Lopes, 1844: 14) e também que as torres da couraça foram destruídas (*idem*: 24), bem como entupido um poço no qual os mouros depositavam tanta confiança (*idem*: 26). É, aliás, ao colapso da couraça que é indirectamente atribuída a rendição muçulmana, face à falta de água para consumo. As mesmas notícias nos dá a «Crónica dos Cinco Reis» de Fernão Lopes (?), datada de 1419 (...) *Elles assj por tres somanas nem bem nem mal senaõ igualmete de huma parte e da outra ouue elrej seu cõselho de lhe destruir huma couraça que ahi auia a qual era muj bem çerca da de muro atee o rio com tres torres em ella e no cabo delta estaua hum grande poço do qual tiruaõ muita agoa em grande auondança e era assj forte de çerca e auia hi tanta agoa que entendiaõ os de de[n]tro (e isso mesmo elrej) que ainda que a cidade fosse çercada per muito t[em]põ que sempre da lj poderiaõ auer agoa que lhos auondasse, e porem disse elrej a todos juntos que por destruir aquella couraça se trabalhasse primeiro e en taõ a começaraõ a combater com engenhos e com muita beestaria e outros faziaõ couas por sob a terra e fizeraõ mais huma manta de trãues muj bem encourada per çima pa soportar as setas e pedras que lancasse [m] de muro sobre aquelles que se queraõ chegar a elle pa o derribar, e ella feita e conçertada ajuntaraõna acerca da torre que estaua drto. do poço* (...) (Matos, 1999: 101).

Em face dos elementos expostos parece-nos ser de considerar tratar-se a couraça islâmica de Silves, não só de um dispositivo defensivo no acesso ao rio, como de um sistema complexo de extracção e condução da água para a cidade alta, abastecendo-se não de um reservatório mas da água desviada por açude, para uma determinada zona artificialmente criada, onde se encontraria a primeira roda elevatória. Se consideramos esta hipótese como plausível, teremos de equacionar a localização da couraça mais para a zona nascente da cidade, por mais próxima ao local onde se desviavam as águas evitando o contacto com as marés (Fig. 1 – Aç, C).

Garcia Domingues julga que o Moinho da Porta, já anteriormente referido, aludiria a uma das torres da couraça (Leal e Domingues, 1984: 91) e refere a localização da levada, que canalizaria a água para a couraça (*idem*: 88), parecendo fazer um juízo semelhante ao nosso relativamente à forma de funcionamento do referido dispositivo hidráulico. Por seu turno, Rosa Varela Gomes, equaciona a localização da couraça para poente, em espaço muito afastado do que seriam os limites da cidade. Associa o «canal das águas» referido pelo «cruzado anónimo» a um barranco que corre nas traseiras das escolas primárias, numa zona conhecida como «Caixa d'agua» (Gomes, 2002: 334),

topónimo recente que designa tanque associado a canais de rega construídos nos anos 50 do século XX.

3. A REDE VIÁRIA

Tanto nas cidades de origem romana, que partem de um traçado ortogonal, de que são exemplo, Saragoça, Mérida, Córdova ou Sevilha, como nas de origem muçulmana, como Almeria, Múrcia, ou Silves, se fizemos uma leitura cartográfica percebemos que existe um sistema viário hierarquizado. Enquanto nas primeiras as artérias principais facilmente se identificam por serem as mais centrais, as mais largas e mais rectilíneas, nas cidades islâmicas essa hierarquização não responde exactamente aos mesmos cânones. Em regra, estas últimas ligam as várias portas ao local onde se localizavam a mesquita principal, os banhos e os mercados – o centro da vida social, religiosa e económica.

Parece-nos hoje inquestionável a ideia de que num primeiro momento muitas fundações urbanas islâmicas atenderam a traçados ortogonais, ou, pelo menos, marcadamente regulares, e que foi a sua evolução posterior, sujeita aos entraves do direito civil islâmico, que as levou à irregularidade labiríntica que conhecemos (Betrán, 2006: 78).

Em Silves, no interior da Almedina, não há dúvida quanto à localização de dois eixos viários principais, que se cruzariam perto da entrada da Alcáçova. Um que partia da Porta da Azóia e que ia até à Porta de Loulé ou do Sol, outro que tinha início na Porta da Almedina e seguia para norte ao encontro do primeiro. Ainda que tendencialmente atribuamos estes dois eixos às actuais Ruas da Azóia e Castelo (eixo este-oeste) e Rua da Sé (eixo sul-norte), até porque se trata de traçados que reconhecemos nos mencionados no final do século XV no *Livro do Almojarifado de Silves*, a

verdade é que os recentes trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Programa Polis, revelaram a existência de estruturas habitacionais, silos e até mesmo de uma necrópole, ao longo destes percursos viários, levando-nos a perceber que o traçado não é exactamente coincidente⁸. O mesmo se passa com muitas das ruas da zona alta da cidade, que serão o resultado do traçado baixo medievo e não do que existiria no período islâmico.

Para além destes eixos viários, devemos considerar um acesso da Porta do Arco em Ferradura para o interior da medina, que seria paralelo à actual Rua da Sé e, muito provavelmente se encontrará sob as escadinhas ali existentes. Também no interior da Medina, teremos de equacionar a localização da *Rua da Çapataria Velha* (Leal e Domingues, 1984: 31), que muito provavelmente seria a rua dos sapateiros no *suq* islâmico e, tendo em atenção a sequência descritiva, se situaria nas proximidades da Rua da Cató. Garcia Domingues julga tratar-se da actual Rua da Arrochela (*idem*: 83), Maria de Fátima Botão, por seu turno, relaciona-a com a actual Rua Nova da Boavista (Botão, 1992: 27, 98), o que nos parece muito pouco provável, pela distância que a separa da Rua da Cató e por se encontrar já fora da muralha da Almedina. Julgamos ter ainda de equacionar, pelo menos em período almóada, um acesso da Porta da Almedina à Porta Este do Arrabalde Ocidental, que deverá corresponder à actual Rua do Moinho da Porta e, no Arrabalde Ocidental, um acesso desta porta à mesquita, e outro, dali ao porto, que talvez coincida com a actual Rua da Mesquita.

Para além destas reconstituições hipotéticas mas plausíveis, há vestígios físicos de arruamentos no arrabalde oriental. No sítio arqueológico da «Biblioteca», foram colocados a descoberto diversos níveis de arruamento sobrepostos, construídos em seixo rolado de pequena a média dimensão, compactados com terra de matriz arenosa e muito material arqueológico. Este arrua-

mento, por diversas vezes refeito, corre no sentido este-oeste, e associa-se a estruturas habitacionais, dispostas a norte do mesmo, sendo que, na zona em que toca a torre, o seu material construtivo compõe-se de pequenas lajes de arenito vermelho. Na área escavada, esta via mede cerca de 4 m de largura por 20 m de comprimento e, o sector que encosta à torre, 2 m de largura por 8 m de comprimento. Terá sido construída no período final da dominação islâmica (Gonçalves e Santos, 2005: 188; Gonçalves e Pires, 2004; Gonçalves, 2006a: 82).

Também na intervenção arqueológica levada a cabo no «Empreendimento do Castelo», no limite poente da actual cidade, espaço que parece coincidir com zona limite de um dos arrabaldes da cidade islâmica, foram resgatadas do terreno, uma imensidão de estruturas arqueológicas, que articuladas configuravam cerca de vinte habitações construídas nos séculos. XII-XIII, às quais se associavam arruamentos, evidenciando algum planeamento urbanístico. Neste arqueossítio, a via principal, de orientação nordeste-sudoeste, media 4 m de largura máxima e detinha cerca de 40 m de comprimento na área escavada, tendo sido construída em terra batida que embalava alguns calhaus rolados de pequena dimensão (Santos e Abranches, 2006: 137), sendo provável que se dirigisse a uma das portas da muralha do Arrabalde Este da cidade, a que nos referiremos quando abordarmos as necrópoles. Para além deste, corria outro arruamento paralelo, do lado oeste, com uma largura aproximada de cerca de 2 m e mais de 10 m de comprimento, igualmente construído em terra batida. Um outro arruamento corria no sentido perpendicular à via principal, de orientação tendencialmente este-oeste, mas não se articulava com a anterior (*ibidem*). Este último oferecia uma técnica construtiva em tudo semelhante à descrita para o arruamento do sítio da «Biblioteca», ou seja, o recurso ao seixo rolado compactado com terra e material cerâmico. Media cerca de 2 m de largura, sendo ladeado por dois muros que o encerrava e, muito provavelmente, conduziria a espaço agrícola junto à margem direita do Rio Arade.

Esta tipologia de ruas, em dimensões e materiais construtivos, seria certamente o que predominava na cidade baixa – suficientemente estreitas para proteger as casas do calor, mas suficientemente largas para nelas se cruzarem duas bestas carregadas, como preconizava a jurisprudência malaquita, que convencionou a largura das ruas em sete covados (Betrán, 2006: 78).

4. OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Ao contrário do que sucedia no mundo clássico, nas cidades islâmicas o número de edifícios públicos é diminuto, porque também a vida social se restringe ao convívio nos mercados, banhos e mesquitas, locais onde se compram os bens essenciais à sobrevivência do corpo, onde o mesmo se purifica, para depois, nas mesquitas, se purificar a alma. Para além desta rotina, a vida é passada no seio da família, dentro das casas completamente fechadas ao exterior, onde a privacidade é mantida a todo o custo.

Em Silves não há vestígios físicos confirmados de qualquer destes edifícios, mas encontrámos algumas informações nas fontes históricas, que nos permitem construir

hipóteses de trabalho, tendo em vista a reconstituição da cidade em tempo de dominação islâmica.

4.1. As mesquitas

Com base na toponímia e no *Livro do Almojarifado de Silves*, sabemos da existência de uma mesquita de bairro localizada no Arrabalde Ocidental, como já referimos. Apesar da Rua da Mesquita e Travessa da Mesquita confluírem num determinado sentido, julgamos que, mais do que a Rua, será a Travessa a indicar a verdadeira localização do local de culto islâmico. Se observarmos a zona (Fig. 6), vemos que o edifício do Forno da Antiga Cooperativa, a Compensadora, se encontra absolutamente isolado, no meio do que teria sido uma pequena praça, sem alinhar ou articular com outras edificações, o que não é vulgar. Tal só se explica se a primitiva natureza do edifício tivesse, ao longo de muito tempo, levado à sua manutenção, pelo seu carácter sagrado ou importância funcional, enquanto toda a organização urbana se alterava em seu redor. Esperamos que futuras obras no edifício possam merecer sondagens arqueológicas que corroborem esta assunção.

Para além da existência deste local de culto, a cidade contaria certamente com uma mesquita principal, onde os homens muçulmanos se reuniam na oração do meio-dia de sexta-feira. A tradição oral sempre atribuiu a sua localização ao local onde se ergueu depois o templo cristão, contudo, as muitas intervenções arqueológicas realizadas em área nas zonas adjacentes, bem como as inúmeras sondagens também efectuadas num

raio considerável, não localizaram qualquer estrutura compatível com o edifício religioso referido. Mesmo assim, haverá que considerar a hipótese de a aludida mesquita ter uma dimensão inferior à da igreja cristã e se encontrar totalmente coberta por esta.

Se pensarmos no acesso principal da cidade, nos primeiros séculos de ocupação islâmica, pela porta sul de arco em ferradura, teremos de equacionar a localização da mesquita um pouco mais para poente, partindo do princípio que da porta se acederia ao local mais central da Almedina, onde naturalmente se localizariam a mesquita *aljama* e os mercados permanentes.

Na sequência da descoberta, no ângulo nordeste do terreno escavado no sítio onde se construiu a nova Biblioteca Municipal, de um enorme alicerce com mais de 4 m de profundidade, encimado por 2 silhares talhados em «grés de Silves», com cerca de 0,80 x 0,40m de dimensão, de cuja vala de fundação se retiraram duas escáculas de bovídeo com a frase corânica «Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso...», ficamos tentados a equacionar a existência de uma mesquita *aljama* nesta zona de arrabalde, pertencendo o alicerce ao respectivo minarete (Gonçalves, Moreno-García e Pimenta, 2006: 175). Trata-se de uma das estruturas da última fase de ocupação do arqueossítio, que situamos no período almóada, altura em que a população terá crescido, podendo suceder que a mesquita situada na medina já não comportava todos os crentes na oração de sexta-feira e não havia possibilidade de aumentar o tamanho do edifício existente, levando à construção de um novo em local disponível, como sucedeu em diversas cidades, como Lucena (Mazzolli-Quintard, 2000: 99), Vellez-Málaga (Chavarria Vargas, 2006⁹), Baza, no seu arrabalde oriental (Calero, 2000: 126), Córdoba e Saragoça ainda no período Omíada (*idem*: 131), Catalayud (Almagro, 1987: 444), entre outras. Não sendo algo muito frequente, em determinadas circunstâncias as leis malaquitas



Figura 6 – Localização hipotética da Mesquita do Arrabalde Ocidental.

previam esta possibilidade, aliás, previam até a possibilidade da existência simultânea de duas mesquitas *aljama* na mesma cidade, quando esta detivesse dois sectores e a separá-los um obstáculo difícil de transpor, como um rio ou fosso sem ponte, ou ainda, quando a *aljama* se situasse muito longe e o percurso oferecesse perigo (Calero, 2000: 128). Também poderia suceder não ser possível ampliar a mesquita existente e, tal como supomos ter sucedido em Silves, esta já não albergar toda a população na velha mesquita (Carmona, 2000: 151). Por vezes era difícil ou impossível expropriar os edifícios adjacentes, ou seria mais caro ampliar do que construir de novo, sendo que, neste caso, a mesquita nova substituiria a velha. De qualquer modo, são três argumentos que derivam de uma premissa – a necessidade.

De uma perspectiva diferente, podemos sustentar a existência da mesquita principal nesta zona ribeirinha, quiçá muito perto do porto, se tal como Torres Balbás (1982a: 215), equacionarmos as cidades portuárias, como seria Silves, com o seu centro nevrálgico – mercados e mesquita, muito perto da zona portuária. Julgamos, obviamente, necessitar de mais vestígios físicos que eventualmente possam dar um pouco mais de sustentação a qualquer destas teses.

4.2. Os banhos públicos

A notícia mais antiga da existência de banhos em Silves é-nos dada pelo Foral Afonsino, datado de 1266. No mesmo, o rei guarda para si e todos os seus sucessores, entre outros bens, as fangas e os banhos da vila (Silva e Andrade, 1993: 23). Quanto à sua localização, a informação vem do já tão falado *Livro do Almojarifado de Silves*, de 1474. Ali, ao ser descrita a propriedade da coroa, o almojarife vai localizando os seus bens com referências que nos permitem algumas reconstituições topográficas. Ao mencionar umas tendas

existentes do lado esquerdo da antiga Rua Direita, actual Rua da Sé, a que se acede directamente ao transpor a Porta da Almedina, ele vai referindo umas tendas que pelas traseiras entestavam «*com huns chãas que em outro tempo foram banhos*» (Leal e Domingues, 1984: 13, 14, 15). Tal menção permite localizar com exactidão a implantação dos banhos muçulmanos, que ocupariam, sensivelmente, umas três a quatro habitações cuja fachada principal abriria para a actual Rua da Cadeia (Fig. 1 – B).

Curiosamente, Rosa Varela Gomes situa os banhos um pouco mais para poente e a uma cota inferior, relacionando os 8 arcos construídos para suportar a plataforma que recebe o edifício da Câmara Municipal, que destruiu o sector de muralha aí existente e a torre que ostentava a Porta em Ferradura já referidos, como parte do edifício dos banhos (Gomes, 2002a: 111; 2006: 8). Se observarmos a foto de 1883 (Fig. 5) verificámos a existência do tramo de muralha referido bem como da porta em ferradura mas, se compararmos esta foto com outra (Fig. 7), registada algures entre 1883 e 1889 (o edifício da Câmara Municipal inaugurou em 1891), verificamos profundas alterações naquela zona e a construção da arcaria para suportar o novo edifício da Câmara Municipal. Julgamos que se percebe bem, que a construção daquela estrutura porticada, é uma solução técnica para contenção de terras e suporte do imponente edifício municipal, não tendo qualquer relação com reminiscências de outro qualquer edifício hipoteticamente ali existente em período islâmico.

4.3. Os mercados

(...) *A cidade é bonita e nela se vêm elegantes edifícios e mercados bem fornecidos* (...) (Coelho, 1989: 66). É assim que *Al-Edrisí* se refere a Silves na primeira metade do século XII.

Tal como era habitual nas cidades islâmicas, existiam mercados permanentes e mercados ocasionais ou temporários. Os mercados permanentes situavam-se, em regra, perto da mesquita principal embora pudessem coexistir outros nos arrabaldes, quando se tratasse de cidades de grandes dimensões. Era frequente que os mercados permanentes se distribuíssem por diversas ruas e tendessem a organizar-se por sectores de actividade, parece que assim ditava *Ibn Abdun* no seu *Tratado de Hisba* em 1100 (Sevilha) – «*que o Almotacén deveria colocar reunidos os artesãos de um mesmo ofício, por ser mais digno e seguro*» (Torres Balbás, 1982: 59).

Em 1474, o *Livro do Almojarifado de Silves* começa por descrever a propriedade régia existente no lado esquerdo da Rua Direita e, curiosamente, as cinco primeiras propriedades eram tendas, a oitava era aduana e a nona era loja (Leal e Domingues, 1984: 13, 14 e 15) sendo que, um pouco mais acima e ainda na mesma rua se situava a casa das fangas e os açougues. Certamente que se trata de uma rua que teria um carácter comercial em período islâmico, mantendo-se esta vocação, pelo menos até final do século XV. Ainda na mesma fonte medieva é referida a Rua da *Çapataria Velha* (*idem*: 30 e 31), a única, para além da Rua Direita, designada por nome próprio. Tratar-se-ia com grande probabilidade de uma rua onde no período islâmico se situariam várias sapata-

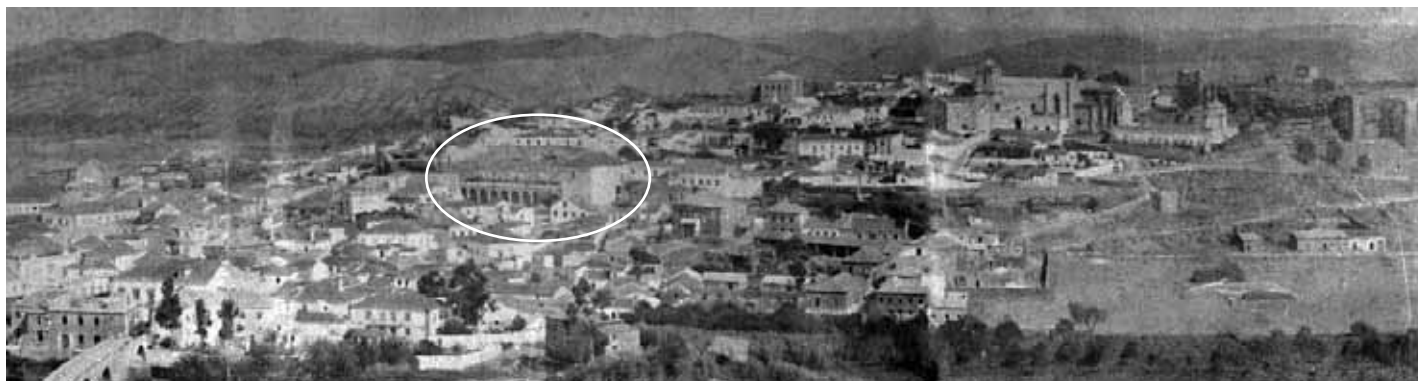


Figura 7 – Foto de Silves: Zona da actual Praça do Município entre 1884 e 1889.

rias, das quais só restou uma, que deu o nome à rua onde se localizava. Situação semelhante se verifica em Córdoba e Sevilha, cidades que também contam com ruas de igual designação, em clara associação à época muçulmana (Torres Balbás, 1982: 65).

Para além desta zona central da cidade, onde provavelmente se situaria, pelo menos numa primeira fase, a mesquita principal, certamente que a zona portuária seria por excelência um espaço de intenso comércio, tal como sucederia junto às portas onde se podiam organizar mercados temporários. Por exemplo, no Arrabalde Oriental, num contexto de lixeira pública que se depositou dentro dum canal de água após a sua desactivação, foi encontrada grande quantidade de chifres de ovicaprídeos, o que nos levou a colocar a hipótese de provirem de um local de abate e/ou comércio de carne localizado no arrabalde, viabilizando a hipótese de, também ali, se situarem mercados permanentes (Gonçalves, 2006: 147).

5. AS ACTIVIDADES INDUSTRIAIS

5.1. Os estaleiros de construção naval

As menções à existência na cidade de estaleiros de construção naval são inúmeras nas fontes árabes. *Al-Edrisí*, em meados do século XII diz-nos (...) *O mar encontra-se a 3 milhas de Silves, a Ocidente. Possui um ancoradouro sobre o Rio e um estaleiro de construções navais.* (...) (Coelho, 1989: 62). Porém, parece que no século X já se encontram bem documentados nas fontes escritas os portos e estaleiros navais de Silves (Catarino, 2002: 121), incluindo-se este núcleo urbano no conjunto de cidades portuárias que fabricou barcos de grande tonelagem (Picard, 2001a: 165), de comércio e de guerra «*como nunca se tinham visto até então*» (Vallvé, 1980: 222), o que explicará como Silves no século X suplanta Santamaria do Gharb, passando a capital regional (Picard, 2001a: 167). De facto, a existência de matas de carvalho e castanho, cuja madeira era insubstituível para reforçar o cavname e mastreação dos veleiros de mercadores e galeras de combate que, cada vez mais, se aventuravam para lá do Cabo de S. Vicente, concorre, de igual modo, para o êxito desta indústria naval (Torres, 1997: 443).

Rosa Varela Gomes assume a existência dos estaleiros de construção naval, junto ao porto, a oeste da cidade (Gomes, 2002a: 115). Na verdade, a localização dos estaleiros perto do porto e a oeste deste, faria o maior sentido. Se repararmos no traçado do rio, observamos que na zona poente este curso de água descreve uma curva, afastando-se um pouco da cidade, o que disponibilizaria área para a implantação de uma importante indústria naval junto do rio. Porém, recente reconversão daquele espaço de fábricas de cortiça desactivadas em loteamento urbano, contrariou as nossas expectativas. A observação dos cortes resultantes da abertura de caves nos lotes mais afastados do rio, permitiu constatar uma realidade estratigráfica consentânea com um nível de sedimentos de entulho recente, que oscilava entre 1,50 m e 2,30 m, sob os quais se encontravam depósitos de formação lenta, resultantes de frequentes transgressões fluviais que, por sua vez, cobriam um nível homogêneo composto por terra castanha muito escura e húmida, de características arenosas, podendo tratar-se de depósitos do rio ou de um nível de transição para níveis freáticos (Gonçalves, 2006b: 4). Deste modo e face à inexistência de vestígios arqueológicos, teremos de equacionar a localização dos estaleiros de construção naval um pouco mais para poente, talvez entre o edifício dos Bombeiros e o novo arranjo urbanístico da zona ribeirinha (Fig. 1 – Ecn) ou junto ao cerro da Rocha Branca.

5.2. As actividades de carácter industrial

Para além da indústria de construção naval, aparentemente de grande relevância na cidade, temos testemunhos arqueológicos da operatividade de pequenas indústrias no Arrabalde Oriental, concretamente, na área hoje encerrada na cave da Biblioteca Municipal, por nós intervencionada (Gonçalves e Pires, 2004), bem como na escavação ocorrida no Teatro Mascarenhas Gregório (Ramos, 2006).

No sítio da «Biblioteca» foram colocados à vista dois complexos de tanques, um no extremo este, com quatro compartimentos e reboco externo impermeabilizante, outro no extremo oposto, bastante perturbado, evidenciando apenas dois compartimentos mas oferecendo a mesma técnica e materiais construtivos. Tanques semelhantes surgiram na intervenção do Teatro Mascarenhas Gregório, sem que, porém, tenhamos para eles encontrado paralelos construtivos, formais ou funcionais. Estariam, certamente, associados a uma qualquer actividade artesanal. Ainda na área escavada neste arqueossítio, encontramos estrutura circular repleta de escórias de ferro, que se encontraria relacionada com pequena metalurgia. No limite norte da área escavada, exumamos, *in situ*, um enorme recipiente cerâmico completo, com cerca de 0,90 m de diâmetro e 0,55 m de altura, cujo bocal se encontrava ao nível do pavimento de um compartimento e o corpo enterrado. As paredes mostravam-se revestidas por espessa camada de cal, o que nos sugeriu poder tratar-se de recipiente associado a indústria de curtição de peles. Ao que parece, a cal atacava o que restava da epiderme e do tecido subcutâneo, ao mesmo tempo que aumentava e dilatava as fibras da derme, preparando-as para melhor absorverem o banho de tanino que se lhes seguia (Alarcão, 2004: 75). Muitos outros fragmentos de peças semelhantes foram exumadas em áreas adjacentes.

Para além destes vestígios foram identificadas centenas de objectos relacionados com actividades de carácter industrial: um molde em ardósia que moldava brinco (Gonçalves, Valério e Araújo, 2007), dezoito metápodos perfurados, muito provavelmente associados à indústria têxtil (Moreno-Garcia, Pimenta e Gonçalves, 2006) e ainda, relacionados com este ramo de actividade, se exumaram inúmeros utensílios em osso, como torres de roca, cossoiros, fusaiolas, elementos de fuso, espichas, separadores de fios, placas de tecelagem, etc. (Gonçalves e Pereira, 2007). Também associado à actividade metalúrgica, se exumou o maior conjunto conhecido – vinte e sete safras em osso para serrilhar foices (27) (Moreno-García *et alii*, 2006).

Todos estes testemunhos vêm confirmar a vocação industrial desta zona ribeirinha de arrabalde islâmico, próxima ao porto e a um curso de água, que lhe seria essencial e, suficientemente afastada, dos núcleos residenciais das classes mais elevadas, como é frequente nas cidades muçulmanas e se encontra documentado nas fontes e no registo arqueológico.

Há ainda a considerar, nas margens do Arade, uma quantidade relevante de moinhos de maré responsáveis pela transformação dos cereais. Estes são referidos pelas fontes históricas, nomeadamente por *Al-Edrisi* (Coelho, 1989: 62) e, pelo menos dois deles, mantém-se em laboração até ao século XV, sendo referidos no *Livro do Almojarifado de Silves* – o Moinho da Torre e o da Porta.

6. O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE

Para além da existência de uma couraça, que protegeria o acesso à água do rio e seria também um veículo de transporte da mesma, conforme já vimos, a cidade disporia também de um sistema de abastecimento, condução e fornecimento de água, que buscava a água em aquíferos. Durante o período Almóada o abastecimento de água suportou-se fundamentalmente nas diversas cisternas da cidade, nas quais não nos deteremos, dado que se encontram já amplamente divulgadas e nada temos a acrescentar ao que sobre elas tem sido dito, com excepção para o facto de considerarmos, que esta forma de abastecimento terá, de certo modo, substituído a couraça, após a sua falência durante o cerco à cidade em 1189, confirmada que foi a sua ineficácia em situação de guerra.

Conhecem-se um poço e três grandes reservatórios de características distintas. O poço-cisterna almóada (Fig. 1 – Pc), localizado do lado direito da Porta da Almedina, que poderia ser fonte importante de abastecimento dos banhos públicos, que se situariam nas proximidades, conforme já vimos (Gomes e Gomes, 1989). A norte da Sé situa-se outra cisterna (Fig. 1 – Cm), que foi entulhada nos anos 60 do século passado e desentulhada em 2001 e que poderia estar associada à mesquita principal, eventualmente sedeada nas proximidades (Gamito, 2001;2003). No interior da alcáçova, situa-se o grande aljibe (Fig. 1 – Aj), muito provavelmente almóada, pois se acaso fosse anterior, teria permitido o fornecimento de água às populações sitiadas durante os meses de Agosto e Setembro de 1189, tendo em conta que se estima que a mesma armazenaria

mais de 1 300 000 litros de água, o que permitiria manter cerca de 1200 pessoas durante um ano (Gomes, 2001: 48; 2002: 331; 2003: 28). E, também no interior da alcáçova, se situa a Cisterna dos Cães (Fig. 1- Cc), de onde Estácio da Veiga (1889: 46), retirou inúmeros fragmentos de alcatruzes, que se encontrariam associados ao engenho que retirava a água daquele poço, eventualmente já em funcionamento durante o período islâmico, não tendo sido, porém, suficiente para abastecer a população durante o cerco.

Na área que se escavou no âmbito dos trabalhos de minimização de impacte arqueológico, aquando da construção da nova Biblioteca Municipal, exumaram-se duas estruturas que parecem constituir um complexo hidráulico. A primeira das estruturas referidas, subterrânea, evidencia paredes construídas em alvenaria de «grés de Silves», cobertas por lajes, igualmente em arenito, às quais se sobrepõe revestimento de calhau rolado. A matéria ligante utilizada é sempre a terra. Mede, dentro da área escavada, cerca de 17 m de comprimento até ao bocal, prolongando-se para norte, muito além da área intervencionada, o que é permitido observar quando penetramos num bocal quadrangular, com cerca de 1,50 m de lado no perímetro externo e 0,50 m de lado no perímetro interno. O acesso ao interior permite observar tratar-se de um canal, que se prolonga para norte, com ligeira inflexão para noroeste, a uns 15-20 m desde o acesso e, também para sul, encontrando-se obstruído a cerca de 3-4 m. Esta obstrução é motivada por construção de cisterna, que existia no logradouro do edifício da Repartição de Finanças, demolido para dar lugar à Biblioteca. A conduta referida mantém cerca de 0,60 m de altura de água límpida, mas o nível oscila, elevando-se por vezes até ao bocal. As dimensões internas são de aproximadamente 0,60 m de largura e um sedimento que se depositou no fundo, e que não foi possível remover, impede que se atinja a profundidade máxima, que no estado actual rondará os 0,90 m. Dada a inclinação natural do terreno, esta estrutura evidencia uma pendente de norte para sul, com cerca de 2,5% de inclinação no perímetro escavado.

Na zona sul do espaço intervencionado exumamos uma outra estrutura, aparentemente associada à descrita anteriormente. Trata-se de dois tramos travados entre si, orientados norte-sul e este-oeste, construídos com recurso a blocos de «grés de Silves» aparelhados, ligados essencialmente por argamassa de terra, embora nalguns locais tenha sido consolidada com argamassa de cal e areia, sugerindo trabalhos de restauro em momentos posteriores à sua construção inicial. Nos paramentos sul e oeste, observam-se marcas de erosão por contacto com água. Esta estrutura é fundada cortando níveis antrópicos e também o geológico, ao qual encosta, não existindo por tal, paramento norte. O tramo sul-norte encontra-se rematado aos 6 m, para depois prosseguir até ao limite da área escavada, um pouco deslocado para oeste, medindo, a partir daqui, cerca de 12 m. O tramo este – oeste mede cerca de 19 m e prolonga-se para este, para o exterior da área intervencionada. A largura média é de aproximadamente 1 m e a altura máxima conservada cerca de 3,20 m.

A técnica de extracção e condução de água em evidência designa-se por *qanat* e consiste na identificação de um aquífero, que a partir da escavação de uma galeria de pendente pouco acentuada, se procede à drenagem da água até ao exterior (Argemi, 1995: 181). Para a construção da conduta subterrânea, torna-se necessária a escavação de

poços, a distâncias diversas, que podem ir de 20 a 50 m em Maiorca ou de 14 a 15 m em Andújar (Pavón, 1990: 196), para através deles se retirarem as terras e preencherem os limites com blocos de pedra, algumas vezes revestidos com materiais impermeáveis que inviabilizassem a infiltração da água. Esses poços servem depois para ventilar ou para aceder ao interior dos canais e proceder à sua limpeza ou ainda às necessárias obras de conservação. Afortunadamente, no local em questão colocou-se a descoberto um destes poços, que nos permitiu identificar a tipologia do sistema. Assim e no que se refere ao canal aludido, podemos apenas garantir, pelas suas características arquitectónicas e, sobretudo, pelas suas dimensões, tratar-se de parte de um sistema hidráulico subterrâneo, que objectivaria abastecer ou apenas conduzir água pela cidade, tal como sucederia em muitas as cidades muçulmanas. Dúvidas maiores mantemos sobre a articulação deste canal com a outra estrutura, construída nesta fase e que mostra acentuada corrosão por contacto sistemático com a água nos blocos de «grés de Silves» que a compõem. Poderá tratar-se de prolongamento do canal, que a partir dali seguia a céu aberto, como sucede em múltiplas situações. Contudo, faltar-lhe-ia o muro sul para o delimitar, a menos que fosse demasiado largo e este se encontrasse para além da área escavada. Podia tratar-se de um grande reservatório (*al-birka*), onde desaguiam muitas vezes as águas canalizadas por *qanat* ou *al saqiya*, para posterior redistribuição para a zona este do arrabalde ou, dali, serem conduzidas para rega de hortas urbanas, cuja existência é referida nas fontes islâmicas (Coelho, 1989: 62), para a zona mais próxima da margem do Rio Arade. Podia servir ainda, para satisfazer as necessidades de água de alguma pequena indústria residente nesta zona ribeirinha, cuja existência a arqueologia documentou, como já demonstrámos.

Claro que outras hipóteses mais remotas se levantam, nomeadamente, relacionadas com o

aproveitamento destas águas, para preenchimento de um fosso de protecção à muralha do arrabalde. Contudo, parece-nos que o cuidado aparelho da estrutura em causa, serviria outros propósitos, que não as de um simples fosso, que tanto quanto menciona o relato do cruzado anónimo, seria de pequenas dimensões e foi facilmente transposto no primeiro dia de cerco à cidade (Lopes, 1844: 18).

7. O ESPAÇO DOS MORTOS

Até há muito pouco tempo eram vagas as referências às necrópoles hipoteticamente islâmicas de Silves, e suportavam-se essencialmente nas alusões do *Livro do Almoxarifado de Silves*, ao se referir a um «*ferrageal que chamam da Almocouara*» (Leal e Domingues, 1984: 37) e, noutra passagem, a uma «*courella da herdade que he na almorouara dos judeus*» (*idem*: 59). Pela descrição da localização destas propriedades, uma necrópole muçulmana devia situar-se frente à entrada sul da Fábrica do Inglês (Fig. 1 – Na). Há testemunhos orais de que, quando se abriram as fundações da casa que fica no laranja frontal, se encontraram muitos ossos (comum. Pessoal de Manuel Jerónimo). Também uma das duas únicas inscrições funerárias muçulmanas provenientes da cidade, depositada no Museu Municipal de Arqueologia, parece ter sido encontrada em local próximo, aquando da abertura da Avenida Marginal. Tendo em conta a sua localização, e face ao conhecimento que hoje temos da existência de outros espaços cimiteriais contemporâneos, julgamos poder advogar tratar-se da necrópole do Arrabalde, sendo de equacionar a abertura de uma porta de acesso ao seu interior, naquela zona da cidade, para onde se dirigiria a via principal identificada na intervenção arqueológica ocorrida no âmbito das obras do «Empreendimento do Castelo».

Quanto ao cemitério dos Judeus, pelo enqua-

dramento que nos dá a fonte que o refere, poderia situar-se a este da Ribeira do Enxerim, portanto, muito próximo ao actual cemitério (*idem*: 89) (Fig. 1 – Nj).

Para além da necrópole referida, foi identificado outro espaço sepulcral, a sudoeste da Porta da Almedina, mesmo em frente e a escassos 30 metros da destruída Porta de Arco em Ferradura, portanto, em claro cumprimento dos ditames elementares da organização das cidades islâmicas (Fig. 1 – Nm). Neste espaço, foram exumados mais de cem indivíduos em deposição islâmica, no âmbito dos trabalhos Polis, numa área de cerca de 50m de comprimento por 4 de largura. As análises de radiocarbono (Sac-2208), efectuadas sobre um dos indivíduos mais antigos desta necrópole, deram uma datação de 898-920 cal AD para 1 sigma com uma probabilidade de 25%, uma cronologia de 946-1013 cal AD para 1 sigma com 75% de probabilidade e duas datas calibradas a 2 sigma, ditaram 832-836 cal AD com menos de 1% de probabilidade e de 869-1030 cal AD com 100% de probabilidade. Nessa sequência, teremos de equacionar o início de funcionamento desta necrópole entre a segunda metade do século IX e a primeira metade do século XI, sendo que, em perspectiva, temos a realização de análises a um dos indivíduos inumados no nível de enterramentos mais recentes, tendo em vista a obtenção de uma diacronia de ocupação do espaço e uma melhor compreensão do crescimento urbano da cidade.

Espaço de necrópole com localização de difícil compreensão, é a que se localizou, também no âmbito de trabalhos do Programa Polis, na rua que, da Rua do Castelo se dirige ao Largo José Correia Lobo, muito perto do acesso à alcáçova (Fig. 1 – Nc). A mesma, aparentemente de pequena dimensão, ofereceu, na área escavada, 20 indivíduos em deposição islâmica, maioritariamente infantis, e era um espaço que se encontrava devidamente cercado por muros, pelo menos em três dos quatro lados, sendo que alguns dos enterramentos pareciam aproveitar estruturas anteriores para a inumação dos corpos (Vieira, 2007).

Aquando do primeiro contacto com esta realidade, julgamos poder tratar-se de uma necrópole inicial, associada a uma primeira fase de ocupação da zona da alcáçova, a mais elevada da cidade, que com o crescimento urbano fosse aglutinada, como sucede com muitas necrópoles identificadas no interior das medinas, contudo, a informação de que haveria materiais do século XII-XIII associados (Ana Vieira, comum. pessoal), levou a que tentássemos outras interpretações. A primeira que nos surgiu equacionou a hipótese de se tratar de uma *Rawda*, local para enterramento das elites político-administrativas, identificadas em diversas cidades, como na Almoina de Valência (Galvé Izquierdo e Serrano Benavente, 1992: 383; Rosselló-Bordoy, 1997: 158), no Alcazar de Sevilha, em Córdoba ou Granada (Pascual Pacheco, 1992: 407), contudo, e ainda que o Corão determinasse que todos deveriam ser iguais no modo de sepultar, a maioria dos espaços congêneres conhecidos sempre ostenta um ou outro pormenor, na arquitectura de alguma das sepulturas, que as diferencia, o que aqui parece não suceder. Outra hipótese plausível é a que levanta a arqueóloga responsável pelos trabalhos (Ana Vieira, comum. pessoal), de se poder tratar de um local onde se enterraram algumas das pessoas que pereceram durante a fase de cerco em 1189, dado que não era possível aceder às necrópoles situadas fora de portas. Se atentarmos no facto da maioria destes indivíduos serem crianças, porven-

tura menos resistentes à sede e às doenças, esta hipótese sai reforçada. Em perspectiva, está também, a realização de análises de radiocarbono sobre um destes indivíduos, de modo a tentar esclarecer melhor as circunstâncias da fundação desta necrópole.

8. RECONSTITUIÇÃO TOPOGRÁFICA

Em jeito de balanço teremos de dizer que nos últimos tempos se deu um enorme avanço em matéria de reconstituição topográfica da *Xilb* islâmica. Com a evidência de parte da muralha de um arrabalde e as diversas intervenções ocorridas no lado nascente da cidade, que permitiram uma reconstituição aproximada do seu traçado, concluiu-se que a urbe teria pelo menos dois arrabaldes, cuja definição marcou dois momentos importantes do seu desenvolvimento, aos quais não foram alheios aspectos exógenos, materializados em certa instabilidade político-administrativa e ao avanço da linha de fronteira cristã para Sul.

À muralha da medina acrescentou-se uma porta, até aqui apenas veiculada pelas fontes orais. Foram também os registos fotográficos antigos que nos impeliram a reafirmar a localização dos banhos muçulmanos e a recusar outras possibilidades, face à inexistência de vestígios físicos mas à descrição provida de exactidão, que nos dá o insuperável manancial de informação que é o *Livro do Almoxarifado de Silves*.

Também a localização das necrópoles passou de conjectura a realidade física, deixando apenas por definir os seus tempos de pervivência e o que representaram face à organização urbana.

Relativamente aos locais de culto, ainda sem localização certa, levantam-se outras hipóteses de estudo com base em novos achados arqueológicos e na análise de fontes e organização da cidade. Relançada foi a discussão em torno da tipologia da couraça o que permitiu levantar outras hipóteses de localização consubstanciadas no seu modo de funcionamento.

Os estaleiros de construção naval, não se confirmaram no local julgado óbvio, mas poderão localizar-se nas proximidades, no entanto, outras actividades de carácter industrial encontram-se agora muito bem documentadas no registo arqueológico obtido na intervenção arqueológica que ocorreu no espaço onde se construiu a Biblioteca Municipal. O arrabalde oriental seria local de ferreiros, curtidores, tecelões e outros artífices, como sucederia nos arrabaldes de muitos outros centros urbanos.

A cidade olhada na actualidade sugere de imediato uma organização islâmica, contudo, as evidências arqueológicas mostram um traçado viário posterior, onde muito provavelmente só o acesso às portas se terá mantido e, nem sempre com o traçado que lhe conhecemos hoje.

A continuação dos trabalhos arqueológicos na cidade permitirá certamente, que daqui a não muito tempo, se levantem outras propostas de trabalho e se recusem aquelas que aqui apresentamos, o que será necessariamente de salutar porque, é assim, que se constrói a história.

AGRADECIMENTOS

Aos Arqueólogos e Antropólogos que trabalharam na cidade no âmbito do Programa Polis pelos elementos de escavação facultados, nomeadamente: Ana Vieira, Cristina Chanoca, Carla Silva Barbosa, Sílvia Ramos e Cláudia Santos (Teodoro Gomes Alho, Lda.); Ana Cristina Ramos, Ana Penisga, Marina Pinto e Luís Pinto (Era, Arqueologia).

A José Costa Santos e Paula Abranches Barreira (Archeoestudos) que intervieram o Empreendimento do Castelo.

Ao Campo Arqueológico de Mértola e a Susana Gómez-Martínez por todas as facilidades no acesso a bibliografia.

A Manuel Jerónimo pela informação acerca da existência de ossos em zona compatível com a necrópole do arrabalde.

A Alexandra Pires nossa colega do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Silves, pela motivante, construtiva e permanente troca de impressões ao longo da produção do presente trabalho.

Silves, Agosto de 2007

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (2004), *Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana*, Gráfica de Coimbra, Lda., Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALMAGRO, António (1987), «Planimetria de las ciudades Hispanomusulmanas», in *Al-Qântara, Revista de Estudios Árabes* – vol. VIII, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto de Filología – Departamento de Estudios Árabes, pp. 421-448.
- ALVES, Adalberto; HADJADJI, Hamdane (2000), *Ibn Ammar Al-Andalusi – o Drama de um Poeta*, Lisboa: Assírio e Alvim.
- ARGEMI RELAT, Mercê; BARCELÓ, Miquel; CRESSIER, Patrice; KIRCHNER, Helena; MAVARRO, Carmen (1995), «Glosario de Términos Hidráulicos», in *El Agua en la Agricultura de Al-Andalus*, Barcelona: Lunverg Editores S. A., pp. 163-185.
- BETRAN ABADIA, Ramón (2006), «Planeamiento y Geometría en la Ciudad Medieval Aragonesa», in *Arqueología y Territorio Medieval* 12.2, Universidade de Jaén, pp. 75-146.
- BORGES, A. Goulard de Melo (1998), «Epigrafia árabe no Gharb», in *Portugal Islâmico, os Últimos Sinais do*

Mediterrâneo, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

BOTÃO, Maria de Fátima (1992), *Silves, A Capital de um Reino Medieval*, Câmara Municipal de Silves.

CALERO SECALL, Maria Isabel (2000), «Algunas fetuas sobre la duplicidad de aljamas andalusies», in *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Age. Aspects juridiques*, Casa de Velásquez, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 125-140.

CARMONA GONZALEZ, Alfonso (2000), «La expropiación forzosa por ampliación de mezquita en tres fetuas medievales», in *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Age. Aspects juridiques*, Casa de Velásquez, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 141-151.

CATARINO, Helena (1998), «Fortificações da Serra Algarvia», in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do mediterrâneo*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 207-218.

CATARINO, Helena (2002), «Fortificações do Período Islâmico e a Defesa Marítima e Fluvial no Algarve Oriental», in *O Mediterrâneo Ocidental: identidade e fronteira*, Lisboa: Ed. Colibri, pp. 119-141.

COELHO, Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols., Lisboa: Editorial Caminho.

CUNHA, Armando Santinho; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; MOURA, Maria da Graça S. (1996), «A sepultura I da necrópole da Sé de Silves (Algarve, Portugal). Ritual e Patologias», in *Actas del II Congreso Nacional de Paleopatología (Valencia, Octubre de 1993)*, pp. 117-182.

DOMINGUES, J. D. Garcia (1945), *História Luso-Árabe, Episódios e Figuras Meridionais*, Lisboa: Prodomo.

DOMINGUES, J. D. Garcia (1957), «Novos aspectos da Silves Árabe», in *Gil Vicente*, vol. VIII, 2ª série, Guimarães.

GALVE IZQUIERDO, Pilar; BENAVENTE SERRANO, José A. (1992), «La necrópolis islâmica de la Puerta de Toledo de Zaragoza», in *Actas do III Congreso de Arqueología Medieval Española. Oviedo, 27 Marzo – 1 Abril 1989*, vol. I pp. 383-390.

GAMITO, Teresa Júdice (2001), «A água, recurso inestimável – formas de armazenamento e utilização em época islâmica», in *Homenagem ao Prof. Manuel Gomes Guerreiro*, Faro: Universidade do Algarve, pp. 165-178.

GAMITO, Teresa Júdice (2003), «A cisterna árabe da Rua do Castelo – Silves», in *Xelb 4 – Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 235-246.

GOMES, Mário Varela (coord.) (1996), «Silves nos Descobrimentos», in *Xelb 3*, Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1989), «O Poço-Cisterna Almóada de Silves (Algarve-Portugal)», in *I Colóquio de história y Médio Físico – El agua en zonas Áridas: Arqueología y Historia*, Almería.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1990), «Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal)», in *Moçarabe em peregrinação a S. Vicente*, Ed. Caminus, pp. 59-66.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1992), «Os dispositivos defensivos de Silves», in *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Universidade de Oviedo, pp. 287-295.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2001), *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves* – Catálogo de Exposição, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Rosa Varela (1988), «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves», in *Xelb 1*, Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Rosa Varela (2002), «Estruturas defensivas medievais de Silves», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp. 93-118.

GOMES, Rosa Varela (2002a), «Silves Islâmica», in *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira*, Edições Colibri, pp. 93-118.

GOMES, Rosa Varela (2003), *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia nº 35, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (2006), *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*, Trabalhos de Arqueologia 44, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GOMEZ Becerra, António (1995), «Las murallas islámicas de Almuñecar (Granada)», in *Arqueología y Territorio Medieval 3*, Universidade de Jaén, pp. 167-189.

GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra (2004), «Silves Islâmica: a muralha do arrabalde e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente», in *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 20 de Setembro de 2004)* (no prelo).

GONÇALVES, Maria José; SANTOS, Ana Luísa (2005), «Novos testemunhos do sistema defensivo islâmico de Silves e os restos osteológicos humanos encontrados junto à muralha de um arrabalde – Notícia Preliminar», in *Xelb 5 – Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves 17 e 18 de Outubro de 2003)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 177-200.

GONÇALVES, Maria José; MORENO-GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos (2006), «Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso». Ossos com inscrições árabes de um arrabalde islâmico de Silves, in *Xelb 6 – Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp. 165-180.

GONÇALVES, Maria José (2006), «Alguns dados para a reconstituição dos hábitos alimentares da população de um Arrabalde da Silves Islâmica», in *Xelb 6 – Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp. 141-154.

GONÇALVES, Maria José (2006a), «Vias Urbanas de Silves: Mutações e Pervivências», in *Actas das I Jornadas As Vias do Algarve da Época Romana à Actualidade*, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel/CCDR Algarve, pp. 80-85.

GONÇALVES, Maria José (2006b), Relatório de Minimização de Impacte Arqueológico, Loteamento destinado à construção de edifícios de habitação e comércio na Avenida Marginal – Silves (texto fotocopiado).

GONÇALVES, Maria José; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria de Fátima (2007), «Um molde islâmico de um arrabalde da cidade de Silves», in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25, 26 e 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves (no prelo).

GONÇALVES, Maria José; PEREIRA, Vera (2007), «Ossos trabalhados de um arrabalde islâmico de Silves: aspectos funcionais», in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25, 26 e 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves (no prelo).

GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero (1983), Frei João de S. José (1577), «Corografia do Reino do Algarve» e Henrique Fernandes Sarrão (1600), «História do Reino do

- Algarve» – Duas descrições do Algarve no século XVI, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Sá da Costa Editores, 1ª Edição.
- HERVAS HERRERA, Miguel Ángel; RETUERCE VELASCO, Manuel (2006), «Una Medina de Calatrava la Vieja en el S. XIII. Una primera aproximación», in *Arqueología y Territorio Medieval* 12.2, Universidad de Jaén, pp. 147-188.
- LEAL, Maria José; Domingues, GARCIA, J. D. (1984), *O Livro do Almocharifado de Silves – século XV*, Câmara Municipal de Silves.
- LOPES, João Baptista da Silva Lopes (1844), *Derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que do Escalda se dirigiam à Terra Santa no ano de 1189, relatado por hum dos mesmos cruzados*, Lisboa: Academia das Ciências.
- MAILLO SALGADO, Felipe (1991), – *Cronica Anónima de las Reyes de Taifas*, Madrid: Ed. Akal Universitária.
- MATOS, Manuel Cadafaz (1999), *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo* – (Fac simile da edição por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa: Academia das Ciências, 1844), Edições Távola Redonda / Câmara Municipal de Silves.
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine (2000), *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la época musulmana (s. VIII-XV)*, Granada: Ediciones Almed.
- MORENO-GARCIA, Marta; PIMENTA, Carlos Manuel; GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra (2006), «Evidência Arqueozoológica de um ofício num Arrabalde da Silves islâmica: ossos, foices e ferreiros», in *Xelb 6 – Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp. 299-310.
- MORENO-GARCIA, Marta; PIMENTA, Carlos Manuel; GONÇALVES, Maria José (2006), «Metápodos Perfurados do Gharb al-Andalus: Observações para a sua compreensão», in *Xelb 6 – Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp. 155-164.
- PANORAMA, *Jornal Literário e Instrutivo*, 2ª série, vol. II, nº 27, Julho, I, 1842.
- PASCUAL PACHECO, Josefa (1992), «La necropolis islamica de L'Almoína (Valencia). Primeros resultados arqueológicos», in *Actas do III Congreso de Arqueologia Medieval Española. Oviedo, 27 Marzo – 1 Abril 1989*, vol. I, pp. 406-412.
- PAVON MALDONADO, Basilio (1986), «Corachas Hispanomusulmanas. Ensayo semantico arqueológico», in *Al Qantara – Revista de Estudios Árabes*. vol. VII, pp. 331-381.
- PAVON MALDONADO, Basilio (1990), *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana, I – Agua*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PAVON MALDONADO, Basilio (1999), *Tratado de Arquitectura Hispano-musulmana II – ciudades y fortificaciones*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PICARD, Christophe (1998), «A Islamização do Gharb – al-Andalus», in *Portugal Islâmico, Os Últimos Sinais do mediterrâneo*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 25-34.
- PICARD, Christophe (2001), «Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: Sources et définitions», in *Mil anos de fortificações na Península ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 203-212.
- PICARD, Christophe (2001a), «Les defenses côtières de la façade atlantique d'al-Andalus», in *Castrum* 7, Casa de Velásquez, Rome-Madrid, pp. 163-176.
- RAMOS, Ana Cristina; PINTO, Marina; PENISGA, Ana (2005), *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final da Fase de Sondagens de Diagnóstico* (texto policopiado).
- RAMOS, Ana Cristina (2006), «Arqueologia Urbana em Silves. A Intervenção no Teatro Gregório Mascarenhas», in *Xelb 6 – Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.
- RETUERCE, Manuel; Juan Zozaya (1992), «Un sistema defensivo hidraulico autosuficiente: Calatrava la Vieja», in *Actas do III Congreso de Arqueologia Medieval Española. Oviedo, 27 Marzo – 1 Abril 1989*. vol. I, pp. 353-359.
- ROSSELLO-BORDOY, Guillermo (1997), «Almacabras, ritos funerarios y organización social en al-Andalus», in *Actas do XXIV Congreso Nacional de Arqueología*, vol. 5, Murcia, pp. 153-168.
- SALVATIERRA CUENCA, Vicente (1998), «Las huertas del Jaén Islámico», in *Arqueología y Territorio Medieval* 5, Universidad de Jaén, pp. 55-67.
- SANTOS, Andreia (2003), «Três intervenções de emergência no Barlavento Algarvio – Problemáticas Urbanas», in *Xelb 4, 1º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 187-204.
- SANTOS, José Costa; BARREIRA, Paula Abranches (2006), «Do Bairro Islâmico ao “Empreendimento do Castelo” (Silves). Primeiros resultados de uma intervenção arqueológica», in *Xelb 6 – Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp. 131-140.
- SANTOS, José Costa; ABRANCHES, Paula Barreira (2007), «Um fosso da Silves Islâmica», in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves (no prelo).
- SILVA, Maria de Fátima Santos; ANDRADE, Maria Filomena (1993), *Forais de Silves*, Câmara Municipal de Silves.
- SILVA, T. A. Pinheiro; ESTRELA, Carla Lemos; PAULO, Luís Campos; FERREIRA, Sónia Duarte (2006), *Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Rua Cândido dos Reis, 32 (Silves)* (texto policopiado).
- TAHIRI, Ahmed (2002), «La estructura social en Gharb Al-Andalus – y el proceso de disolución de los lazos de parentesco tribal (siglos VIII-IX)», in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, CCRA, Faro, pp. 157-166.
- TORRES, Cláudio (1997), «O Al Garbe», in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, IPPAR, Direcção Regional de Évora, pp. 431-447.
- TORRES BALBAS, Leopoldo (1982), «Plazas, zocos y tiendas de las ciudades hispanomusulmanas», in *Obra dispersa – Crónica Arqueológica de la España Musulmana – XII – 4*, Instituto de España, pp. 45-84.
- TORRES BALBAS, Leopoldo (1982a), «Estructura de las ciudades hispanomusulmanas: La medina, los arrabales y los barrios», in *Obra dispersa – Crónica Arqueológica de la España Musulmana – XXXII – 5*, Instituto de España, pp. 205-235.
- TORRES BALBAS, Leopoldo (1983), «Las Puertas en Recodo en la Arquitectura Militar Hispano-musulmana», in *Obra dispersa – Crónica Arqueológica de la España Musulmana – XLVII*, Instituto de España, pp. 122-151.
- VALLVÉ, Joaquín (1980), «La industria en al-Andalus», in *Al Qantara – Revista de Estudios Árabes*. vol. I, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

ficas – Instituto de Filologia – Departamento de Estudos Árabes, pp. 209-241.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio (1889), *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional.

VIEIRA, Ana Isabel (2007), Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Escavação Arqueológica – Rua A (Ligação entre o Largo da Sé e o Largo José Correia Lobo – Silves (texto policopiado).

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1992), «Las fortificaciones de al-Andalus», in *Catalogo de la Exposición Al-Andalus, las Artes Islámicas en España*, Madrid / Nova Iorque, pp. 63-73.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1996), Fortification Building in al-Andalus, in *Spanien und der Orient im Fruhen und hohen mittelalter – Kolloquium Berlin 1991*, Madrider Beitrage Band 24, pp. 55-74.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1998), «La fortificación islámica en la Península Ibérica: principios de sistematización», in *El castillo medieval español. La fortificación española y sus relaciones con la europea*, Fundación Ramón Areces, pp. 23-44.

NOTAS

- 1 Publicada pela primeira vez na Revista Panorama, Jornal Literário e Instrutivo, 2ª série, vol. II, n.º 27, Julho, I em 1842.
- 2 Publicada por João Baptista da Silva Lopes, Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189. Escrita em Latim por um dos Cruzados, Lisboa, 1844.
- 3 Depositada no Museu Arqueológico de Faro.
- 4 Este exemplar tem paralelos significativos num grande conjunto de cerâmicas provenientes da intervenção arqueológica da nova Biblioteca Municipal que se apresentam também neste número da Arqueologia Medieval.
- 5 Temos o exemplo do bocal de poço em cerâmica estampilhada, encontrado *in situ*, aquando dos trabalhos de substituição de infra-estruturas decorridos em 2005 na baixa comercial.
- 6 Esta vala que os arqueólogos responsáveis julgam tratar-se de fosso, detém uma largura que não atinge os 2 m, e uma profundidade visível semelhante, dimensões assaz diminutas para se tratar de um fosso defensivo, que segundo as regras de engenharia militar muçulmanas não deveriam ser inferiores ao tamanho de um homem e meio.
- 7 Moinho de Maré, movimentado pelas águas do rio, pode ser um dos moinhos referidos por *Al-Edrisí* na sua descrição da cidade de Silves, continua a ser mencionado no Livro do Almoxarifado de Silves, mantendo-se em laboração até aos anos 60 do século XX, altura em que é destruído para viabilizar a construção da actual avenida marginal.
- 8 Ver Ramos, Pinto e Penisga (2005), Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final da Fase de Sondagens de Diagnóstico e Vieira (2007), Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Escavação Arqueológica.
- 9 Em comunicação no I Encuentro de Arquitectura de la Paz en el Mediterráneo – Arqueologia, Historia y Arquitectura das Sinagogas, Iglesias y Mesquitas, Sevilha, 8, 9 e 10 de Maio de 2006.

PISA E IL MEDITERRANEO NEL MEDIO EVO: SCAMBI INTERNAZIONALI DI MERCI E DI CONOSCENZE

G. BERTI

Il tema della «Conferenza Internazionale» (Mertola, 2007) si riallaccia ad un argomento molto dibattuto, specialmente nel corso dell'ultimo quindicennio. Per cercare di non ripetere cose già dette, anche nell'ambito di questa rivista (cfr. Berti, Renzi-Rizzo 2005), possiamo richiamare l'attenzione, per una panoramica generale relativa a Pisa, sulla grande mostra storica allestita nel settembre-dicembre del 2003 nei capannoni Cinquecenteschi degli Arsenali Medicei (Figura 1), intitolata «*Pisa e il Mediterraneo. Uomini, merci, idee dagli Etruschi ai Medici*». Il corposo catalogo che la illustrava (Tangheroni 2003), che raccoglie i saggi di più di quaranta esperti in varie discipline, rimane e rimarrà sempre l'ultima tangibile testimonianza dell'eccezionale apertura intellettuale e scientifica del curatore, Marco Tangheroni, nello stimolare i confronti tra i risultati di indagini condotte con i più disparati indirizzi di ricerca, per arrivare alla ricostruzione più completa possibile della storia della «sua» città nel corso di due millenni. Più della metà di tali saggi sono relativi al Medioevo, mentre gli altri due quarti concernono Pisa nel periodo più arcaico e in epoca moderna. A questa parte fanno seguito 369 schede: 1-99 Sezione Antichità; 100-283 Sezione Medioevo; 284-369 Sezione Moderna. Da ricordare è, inoltre, anche per la connessione diretta con la stessa mostra, l'eco suscitato, non solo in ambito scientifico, dalle casuali sensazionali scoperte archeologiche del 1998, presso la stazione ferroviaria di Pisa – San Rossore. I resti tornati in luce di un antico porto, caduto nell'oblio dopo l'interramento in epoca tardo-romana, ma attivo per circa un millennio, fino da epoca etrusca, avevano rinnovato in tutti i pisani il ricordo dei legami della città con il mare fino dai primi momenti della sua storia (Bruni, 2000).

Per introdurre il nostro discorso, incentrato sul Medio Evo, riassumiamo in poche righe la situazione precedente utilizzando una frase di Stefano Bruni (Bruni, 2003: p. 45):

«Fin dalle prime manifestazioni di vita, che rimontano senza soluzione di continuità sino al tardo-neolitico – prima età del Bronzo, il centro appare inserito in una dimensione marcatamente tirrenica e in stretto rapporto con il mare e il complesso sistema delle acque che caratterizzava la bassa valle dell'Arno. Se la vicinanza alla linea di costa e la sua collocazione in prossimità della foce dell'Arno, in un punto strategicamente assai importante e ricco di potenzialità per l'intera regione, possono in parte spiegare lo straordinario sviluppo di Pisa in un articolato e dialettico rapporto che, con alterne vicende, si è mantenuto inalterato nel tempo non sarà inutile ricordare come, contrariamente a quanto talora ripetuto, Pisa antica non sorgeva sul mare».

Sebbene la situazione attuale sia assai diversa, con la linea di costa avanzata di qualche chilometro e il territorio circostante bonificato, i rilievi geologici ci informano che la città si trovava ai margini di un sistema lagunare costiero molto complesso (Mazzanti, 2003). Per diversi secoli la costa dell'Etruria ha svolto un ruolo di mediazione cultu-

rale ed economica tra il mare e l'interno del paese, al centro dell'attività mediterranea, e Pisa, come la massima parte delle altre città etrusche, era collegata a scali sul mare per via di terra o fluviale.

Le ricerche su questo periodo hanno messo in chiara evidenza un'intensa attività commerciale. Numerose pubblicazioni ci informano sulle importazioni e sulle esportazioni, sulla circolazione di prodotti della terra o dell'artigianato, sulla loro diffusione. E attraverso numerosissimi reperti archeologici è stato possibile ridisegnare le rotte commerciali in epoca romana (Figura 2).

Come ripetuto in più occasioni (cfr. ad esempio Berti, 2003: Tangheroni, Renzi-Rizzo, Berti 2004: Berti, Renzi-Rizzo, 2005) fonti scritte e fonti archeologiche, strutture architettoniche e arredi, sono in grado, ancora oggi, di testimoniare i rapporti con gli altri paesi del Mediterraneo durante il Medio Evo, quando Pisa costituiva ancora il centro marittimo principale di tutta la regione. Dopo la crisi dei secoli immediatamente precedenti, nel IX-X secolo la città tornò ad essere partecipe della ripresa delle attività commerciali, della riapertura dei contatti politici e culturali con molti paesi del Mediterraneo occidentale e orientale.

Le numerose ricerche condotte nell'ultimo trentennio hanno messo a nostra disposizione una ricca messe di studi, ai quali possiamo attingere per i necessari approfondimenti.

In merito al tema di questo incontro, in ogni modo, per evitare più possibile ripetizioni, ci soffermeremo più a fondo su gli apporti conoscitivi differenti che sono in grado di fornire i vari tipi di fonti, per discernere quali tra questi possono essere più utili al chiarimento delle questioni connesse con gli scambi internazionali di merci e di conoscenze.

PRIMA DELL'ANNO MILLE

Come emerge chiaramente dalle segnalazioni riportate di seguito, per questo periodo la scarsa



Figura 1 – Gli Arsenali Medicei (XVI-XVII secolo). Nei primi, restaurati, fu allestita nel 2003 la mostra: «Pisa e il Mediterraneo. Uomini, merci, idee dagli Etruschi ai Medici».

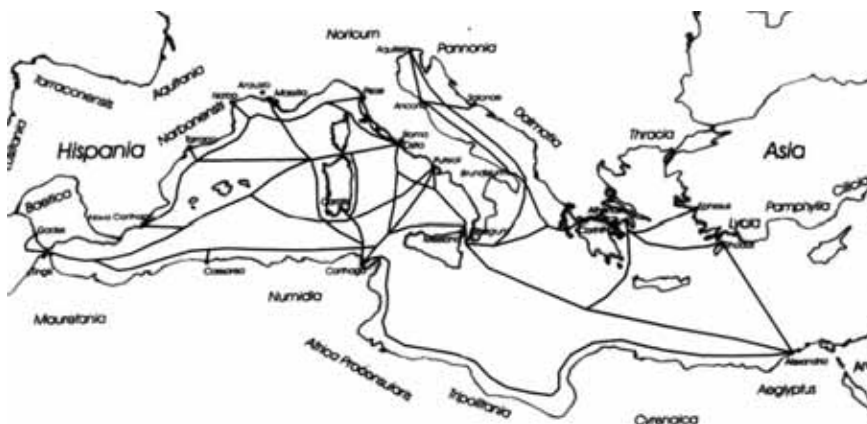


Figura 2 – Rotte commerciali marittime del Mediterraneo in epoca romana (da Bruni, 2000: p. 130).

documentazione scritta si limita a segnalare qualche movimento di navi e di uomini, non lasciando intravedere l'esistenza di scambi commerciali, almeno nel significato letterale dei termini. Dopo la lettera di Gregorio Magno all'esarca Smaragdo, del 603, nella quale si fa riferimento a «dromoni» pisani in partenza dal Porto di Pisa (Tolaini, 1999: p. 54), sulle fonti scritte a noi note ritroviamo citazioni relative a Pisa solo a partire dal 774, quando Adelchi s'imbarca in questa città diretto a Costantinopoli (Pauli Diaconi, p. 201). Nell'801 arrivano a Pisa, per incontrare Carlo Magno, ambasciatori del re di Persia, mentre nell'820 «*Octo naves negotiatorum de Sardinia ad Italiam revertentium a piratis captae ac dimersae sunt*» e nell'828 «*Bonefacius comes (...) parva classe (...) in Africam*

traiecit» (*Annales Regni Francorum*). Nei medesimi anni è ricordata anche una spedizione della flotta pisana finalizzata a snidare dei Saraceni che da tempo occupavano le coste settentrionali dell'Africa. Condotta dal conte Bonifazio di Toscana, sulla via di ritorno la flotta sostò in Corsica, dove fu fondato il castello di «Bonifacio» (Simoni, 1960). Nei secoli antecedenti il Mille «una stabile presenza ebraica nella Toscana occidentale è direttamente attestata non solo a Luni e a Lucca, ma anche, se non a Pisa, almeno nel Valdarno Inferiore». Un documento dell'859 riferisce di una proprietà, «*in loco Fabbrica*» (cioè a «Bacoli», tra Cigoli e San Miniato), venduta da «*Donato ex genere Ebreorum*». Tale vendita potrebbe essere da ricollegare con l'espulsione degli ebrei dal «*Regnum Italicum*», promulgata nell'855 dal re Ludovico II (Luzzati, 1994: pp. 509-511). Nell'860, come si legge negli *Annales Bertiniani*, i Normanni conquistano e devastano Pisa, penetrando profondamente nella valle dell'Arno senza incontrare alcuna resistenza (Tangheroni, 2000: p. 12). I Pisani, insieme ai Genovesi, partecipano nell'871 alla difesa di Salerno, assediata da parte dei musulmani. Erano presenti anche mercanti «Tusci», abili costruttori di macchine da guerra (*Chronicon Salernitanum*; Schmiedt, 1978: p. 150).

Rispetto agli altri documenti riveste un certo interesse, ai fini dell'attuale indagine, la lettera che Berta di Toscana, «figlia di Lotario, regina di tutti i Franchi», scrive, nei primi anni del X secolo, a Muktafi, califfo di Baghdad. L'esame approfondito del documento, eseguito da Catia Renzi Rizzo (Renzi-Rizzo, 2001), illustra, con una ricca bibliografia di confronto, la situazione del Mediterraneo in questo periodo, quando, stando anche a fonti arabe, la Spagna possedeva numerosi porti bene attrezzati, frequentati da molte navi che importavano mercanzie da paesi stranieri (ad esempio profumi, pietre preziose etc. dall'Egitto) e ne esportavano altre di origine iberica. Per altro verso, le indagini archeologiche condotte nel sud della Francia, in Liguria, in Toscana, a Pisa e in ulteriori centri della costa, hanno portato in luce anche manufatti ceramici fabbricati localmente, nei secoli VII-VIII, insieme ad altri importati da area campano laziale e forse romana nei secoli VIII-X. Ritornando a Berta, nell'899 la sua flotta si scontra in mare con quella del re dell'Ifrigiya, comandata da un eunuco di nome Ali. Quest'ultimo, catturato insieme a 150 uomini, rimase prigioniero di Berta per sette anni (906), riuscendo a conquistare la sua fiducia. Ali esternò a Berta i suoi elogi e la sua ammirazione nei riguardi di Muktafi, e la regina dei Franchi inviò a Baghdad lo stesso Ali con la lettera e con doni. L'elenco dei doni comprendeva eunuchi e schiave slave, cani, falchi, sparvieri, uccelli, perle di vetro, ma anche manufatti. La ricerca dei luoghi di produzione di questi ultimi e dei punti di approvvigionamento, pur non dandoci informazioni sui comuni commerci, ci illustra su almeno alcune tipologie delle merci che potevano circolare in Toscana:

- Venti vesti tessute d'oro e un padiglione di seta.

Gli abiti, confezionati con stoffe intessute d'oro, potevano essere manufatti di lusso bizantini, reperibili a Venezia o a Pavia, che, nel X secolo, era un centro mercantile importante, dove riversava le sue merci Venezia e dove aveva depositi il vescovo di Luni, insieme ad altri enti religiosi. La seta, in ogni modo, poteva essere prodotta anche nella Pianura Padana e, dall'arrivo dei musulmani nell'area, in Andalusia. Fonti arabe ci infor-

mano che l'allevamento dei bachi da seta si era sviluppato nei posti dove potevano crescere i gelsi. Questa industria, pur registrando il suo massimo sviluppo dopo il Mille, era già in atto nei secoli VIII-IX. Nell'XI la lavorazione della seta nasceva anche a Lucca, che utilizzava la materia grezza acquistata a Genova (Elsheikh, 2000: p. 97).

- Venti vesti di «lana».

Questa «lana», dai colori cangianti ad ogni ora del giorno, era prodotta da una conchiglia estratta dal fondo del mare. Non sussistono modi per verificare se il tessuto di questi abiti, una sorta di bisso, chiamato anche *lana-penna* o *lana-marina*, fosse di origine andalusia o sarda. In entrambi i casi, in ogni modo, tali manufatti testimoniano l'esistenza, già nel primo decennio del X secolo, di contatti e di traffici commerciali tra la costa toscana, l'Andalusia e la Sardegna. Comunque, come vedremo più avanti, è difficile, fino a tutto l'XI secolo, scindere la figura del «marinaio-commerciante» da quella del «marinaio-pirata».

- Cinquanta spade.
- Cinquanta scudi.
- Cinquanta lance del tipo in uso presso i Franchi.

Sebbene manchino conferme scritte è del tutto probabile che queste armi fossero di produzione locale. La Toscana, infatti, può contare su oltre la metà dei minerali di ferro di tutto il paese e su i quattro quinti della pirite. Molti storici ritengono che Pisa avesse sfruttato le miniere della regione e della Sardegna già nell'alto medioevo. Nell'XI secolo la città ha uno sviluppo economico e marittimo marcato e la presenza di officine di fabbri è chiaramente attestata, anche archeologicamente, sul finire del secolo (Garzella, 2000). Per inciso possiamo osservare che con questo dono Berta violava la legge, infatti le armi, il ferro, il legno, rientravano tra le merci che era proibito commerciare (ma anche donare) da parte di cristiani a musulmani e viceversa.

Dopo questa parentesi, proseguendo il nostro *excursus* cronologico, nel 926 registriamo l'arrivo a Pisa, via mare, di Ugo di Provenza. Nella città, che Liutprando definisce «*Tusciae provinciae caput*», Ugo viene raggiunto da «vari suoi sostenitori italiani» (Kurze, 1998: pp. 23, 31-32; Tangheroni, 2000: p. 13). Nel «*Chronicon Pisano-*



Figura 3 – Lucca. Chiesa di S. Frediano. «Acquamanile a forma di falco» o «bruciaprofumi». Iran IX secolo (cfr. Tangheroni, 2003: p. 441).



Figura 4 – Pisa. Museo dell'Opera del Duomo. Il capitello firmato Fath. Al-Andalus 960-970 (cfr. Baracchini, Caleca, 1995: p. 67).

rum» si legge che nel 969 «*Fuerunt Pisani in Calabria*». Negli anni a cavallo del 1000 Calabria e Puglia «erano sotto la dominazione bizantina, ma soggette a continue incursioni saracene» (Scalia, 1963: p. 239, nota 21; Tangheroni 2000: p. 15). Un anonimo cronista del X secolo descrive Napoli popolata di orientali: «*videatur Neapolis quasi facta Panormus vel Africa*». Nella zona portuale, un quartiere di vocazione commerciale, c'era un accampamento saraceno e nel 969 a Cetara è attestato il toponimo «*Alipergo de ipsis sarracenis*». Nel XII secolo, nella stessa area di Napoli troviamo insediati i Pisani, e situazioni simili dovevano essere a Salerno, ad Amalfi, lungo la costiera (Del Treppio, 1969: p. 200). Nel 970 «*fuerunt Pisani in Calabria*», ma ciò non costituisce una prova di attività commerciali, infatti, navi pisane affiancarono l'imperatore Ottone I a Reggio Calabria per attaccare i musulmani della Sicilia e dell'Africa del Nord: (Abulafia, 1991: p. 100; Maragone, p. 4). Comunque, come già anticipato, lo stesso individuo poteva essere, secondo le occasioni, un commerciante o un pirata.

A conclusione di questo paragrafo possiamo segnalare alcune opere, datate prima del Mille, ancora conservate a Pisa o in aree limitrofe, che però, essendo pezzi unici, sono verosimilmente doni o bottini di guerra:

- Manufatto in bronzo, definito «acquamanile a forma di falco» o «bruciaprofumi» (Figura 3). Nella scheda di Lorenzo Carletti (Tangheroni, 2003: p. 441/235) si legge: «Il falco fu probabilmente donato a Ranieri, canonico di S. Frediano, prima di diventare patriarca di Antiochia, in occasione di un importante incarico in terra di Spagna nel 1198, per conto di papa Innocenzo III». E' stato rimosso dalla facciata della chiesa lucchese nel 1954, per essere sottoposto a restauro. Gli studi eseguiti dopo tale operazione lo classificano un prodotto islamico iraniano del IX secolo. L'animale ha sul petto un'incisione in caratteri cufici.
- Capitello (Figura 4), oggi conservato nel Museo dell'Opera del Duomo, è caduto a terra dal culmine del transetto nord della cattedrale pisana dove era stato collocato. Questo manufatto porta, al centro dell'abaco, la firma del maestro musulmano Fath, attivo a Cordova e a Medina al-Zahara allo scorcio finale del X secolo. In assenza di un documento che ne attesti l'acquisizione, non sappiamo la via seguita per raggiungere Pisa. (Baracchini, Caleca, 1995: pp. 51-52, 67).

Sul versante archeologico, come noto, e come vedremo meglio più avanti, inizia in città, verso la fine del secolo X e l'inizio del successivo, la presenza di ceramiche islamiche con rivestimenti vetrificati, importate dall'Egitto, dalla Sicilia, dal Maghreb, dalla Spagna.

IL SECOLO XI

Le notizie si fanno sempre più abbondanti, sia sul versante delle fonti scritte, sia su quello delle attestazioni materiali. Sebbene tra i documenti scritti non si registrino ancora veri e propri accordi commerciali, le testimonianze archeologiche consentono, come vedremo, di condividere le affermazioni di alcuni storici, tra le quali, ad esempio, quelle

di Glauco Maria Cantarella: «i mari erano minacciati dai pirati, eppure queste difficoltà non scoraggiavano troppo. Si spostavano in molti. ... I mercanti non sono mai scomparsi, neppure nei secoli più violenti o pericolosi. Nella sola Italia padana c'erano una sessantina di mercanti a cadenza fissa nel X secolo, che raddoppiarono in quello seguente. I mercanti collegavano realtà lontanissime tra loro, il mondo musulmano e bizantino con quello nordico attraverso le aree degli Slavi, l'Italia con l'Atlantico, il Mediterraneo con l'Oriente ...» (Cantarella, 2000: pp. 48-49). Ed anche Marco Tangheroni, a proposito di Pisa, dichiara l'esistenza, in questa fase, di «relazioni insieme belliche e di scambio» (Tangheroni, Renzi-Rizzo, Berti, 2004: p. 110).

Ma, eseguendo una necessaria cernita, riprendiamo la rassegna cronologica degli eventi più interessanti all'interno di una città che vide, fin dallo scorcio finale del X secolo, un notevole incremento edilizio, con la fondazione di numerose chiese e monasteri, con lo sviluppo di borghi e quartieri. Nell'XI secolo Pisa doveva essere «un gigantesco cantiere edile oltre che navale, e un emporio frequentato da mercanti...» di varie nazionalità (Redi, 1994: pp. 286, 300). Negli anni 1003-1006 la flotta pisana, guidata dall'ammiraglio Carlo Orlandi, sconfigge quelle, tra loro alleate, dei Mori di Spagna e d'Africa: «*gli Saracini di Barberia et di Spangnia et di Sardinia vennero insino a San Piero [a Grado] a champo*». E «*Pisa capta fuit a Saracenis*» (Maragone, p. 4; Banti, 1995: p. 307; Tolaini, 1999: p. 33).

Sulla facciata del Duomo si trova inserita un'epigrafe del penultimo decennio del secolo (Figura 5), composta in distici elegiaci, che celebra, insieme ad altre, le imprese marittime di Pisa compiute contro le città musulmane di Reggio Calabria, nel 1005, e di Bona, nell'attuale Algeria, nel 1034 (Tangheroni, 2003: p. 407-112). Un ricordo sull'impresa del 1005 (dopo un'aggressione araba a Pisa stessa) si trova nel *Chronicon Pisano* e nel breve testo della Biblioteca Governativa di Cremona, anche se ambedue le fonti parlano di Reggio invece che della Sicilia e di Messina, e non accennano a collegamenti tra questi fatti: «*MV. Fuit capta Pisa a Saracinis. MVI. Fecerunt Pisani bellum cum Saracenis ad Regium et gratia Dei vicerunt illos in die S. Sixti*» (*Chronicon Pisanum*, p.



Figura 5 – Pisa. Facciata del Duomo: l'epigrafe delle imprese marittime di Pisa (cfr. Tangheroni, 2003: p. 407).

107; Scalia 1963: pp. 237-238). Nel 1011 «*Stolus* (cioè una spedizione navale militare) *de Hispania venit Pisas et destruxit eam*» (Maragone, p. 4). Nel 1012 centoventi «legni fra grossi e piccoli», al comando dell'ammiraglio Bartolomeo Carletti, invadono e si impadroniscono della Sardegna, cacciando dall'isola i Saraceni che rioccupano l'isola l'anno successivo, ma sono di nuovo cacciati dalla flotta pisana al comando dell'ammiraglio Raimondo Seccamerenda. (Simoni, 1960). Nel X-XI s. molte fondazioni monastiche in Toscana erano motivate da ragioni religiose, ma anche da interessi politici ed economici. Papa Benedetto VIII, interessato nella «politica marittima antisaracena», nel 1022 concede a sei fratelli della famiglia comitale, poi Della Gherardesca, di fondare il monastero di S. Giustiniano di Falesia (vicino a Piombino). Detto monastero è molto importante nel quadro della difesa della costa. Esso esercitava diritti signorili sul castello di Piombino nel 1115, e nel 1135 fu ceduto all'Opera della Cattedrale di Pisa (Ceccarelli 1996, pp. 28-31). Mudjâhid, di Denia, inviato in Sardegna con 120 navi grandi e piccole e con 1000 cavalli, la conquistò nel 1015, facendo un grande massacro di cristiani e molti prigionieri. Alla fine dello stesso anno, fu scacciato dall'isola dai «*Francs et les Rûm*» (soprattutto Pisani e Genovesi) venuti dal continente (AA.VV., 2000: pp. 20-24, con bibliografia delle fonti arabe e latine che riportano l'avvenimento). Pisa e Genova intervengono in Sardegna, dietro sollecitazione del papa, per ostacolare il tentativo di insediarsi da parte di Mughaid (Tangheroni 1995, p. 35: Id. 1996, p. 139).

Pisani e Genovesi cacciano i musulmani dalla Sardegna e dalla Corsica. In Sardegna, per i meriti acquisiti con la vittoria su Mugâhid Ibn Aba Allâh al Amiri, detto Musetto, sono i Pisani a stringere amicizia con i Giudici che governano l'isola, anche se pure i Genovesi ottengono qualche privilegio. Ciò porta ad un clima di conflittualità tra le due repubbliche e, in questo contesto, s'inseriscono

gli interventi dei pontefici (Zaccagnini 1994, p.40). Ragguagli sull'impresa contro «*Mugetus*» (1015-1016) si trovano nel *Chronicon Pisanorum* e nel *Liber Maiolichinus*. Nell'ultimo scritto la stessa è definita in due fasi, ad un anno di distanza l'una dall'altra, conclusa con la vittoria pisana. Vengono portati a Pisa anche numerosi prigionieri di guerra, schiavi e di rango elevato. Tra questi un figlio e la moglie di Mugetto, che si convertì al cristianesimo. Le fonti arabe sull'argomento sono molte e l'impresa è ricordata pure sull'epigrafe del Duomo (Figura 5). Si era trattato di una guerra diversa dalle altre dell' XI secolo, anche perché lasciava un'eredità duratura nel tempo (Tangheroni, 1994: p. 20, Ronzani 1996: pp. 120-126). Sull'epigrafe è ricordato anche il *raid* contro Bona (Algeria) del 1034, commentato in molti testi (ad esempio: Scalia, 1963: pp. 244-245; Guichard 1990: p. 12; Tangheroni 1996: p. 139). Nella premessa alla *Cronaca pisana* di Ranieri Sardo, curata dal Bonaini, si legge: «*negli anni Domini 1030 li Pisani presono la città di Chartagine di Barberia cho'lloro isforzo di galee*», mentre il Mara-

gone riferisce che ciò avvenne nel 1034: «*Pisani fecerunt stolum in Africam ad civitatem Bonam, gratia Dei vicerunt illos*» (Tolaini, 1999: pp. 11, 35, 44). Al momento dell'impresa regnava su questa città della Ifrīqiya, in arabo al-Annāba, al Mu'izz, padre di Tamīm (Scalia, 1971: pp. 7, 17). Nel 1035 «*I Pisani presono per forza Liperi (= Lipari – Messina) e dierola allo imperatore di Roma*»; La flotta, «condotta dall'Ammiraglio Sigerio Matti, compie felicemente l'espugnazione di Lipari, essa pure occupata dai Saraceni». Questi si ritirano. I Pisani s'impadroniscono, nella chiesa dell'Apostolo S. Bartolommeo, di reliquie (la testa e una mano) del Santo e le portano nella Primaziale pisana. Del bottino di guerra «si servirono i Pisani per costruire in pietra il loro *Ponte Vecchio* sull'Arno che era prima di legname...» (Tolaini, 1999: p. 76; Simoni, 1960).

Un racconto agiografico trecentesco narra che nel 1047, al tempo dell'imperatore Enrico III e del papa Clemente II, un pisano, che si trovava nel porto di «Falescia» (vicino a Piombino) con «un suo naviglio», ebbe una visione nella quale gli fu rivelato dove si trovavano le ossa di S. Anastasia. Nel luogo l'abate del monastero avrebbe dovuto far costruire una chiesa, ma la chiesa, a causa delle «oppressioni dei Saracini», non fu mai edificata. Dopo del tempo (1084, 1133), le reliquie raggiunsero, via mare, il porto di «Magnale» (dove si trovavano «impianti portuali di Porto Pisano») e poi la chiesa di S. Paolo a Ripa d'Arno in Pisa. Questa storia apre il problema della traslazione delle reliquie. Quelle di S. Anastasia, martire di «Sirmio nell'Illirico», furono traslate a Costantinopoli a metà del V secolo. Per influenza bizantina il culto si diffuse a Roma. Importante il «tramite marittimo», confermato dal passaggio da Populonia a Pisa in S. Paolo a Ripa d'Arno, chiesa situata in un sito «ove fervevano le attività portuali». Un altro esempio è S. Nicola, venerato fino dal VI secolo. come «patrono dei marinai» (Ceccarelli, 1996: pp. 24-28; Petralia, 2000: p. 100). Nel 1050 rispondendo ad un appello del Papa, Pisani e Genovesi fanno una spedizione in Sardegna per liberare l'isola dagli ultimi pirati musulmani e nel 1051 «*li Pisani presono tucta l'isola di Chorsica et dierola al vescovo di Pisa*» (Guichard, 1990: p. 12; Tolaini, 1999: p. 44).

Con le notizie riportate sopra abbiamo raggiunto la metà dell'XI secolo. I documenti ricordati, pur essendo una selezione, sono abbastanza numerosi e vari. L'esserli dilungati un po' nell'esemplificazione rende l'idea delle informazioni che sono capaci di fornire sulla frequentazione delle acque del Mediterraneo da parte delle navi pisane.

Abbastanza scarsi sono anche per questo periodo i riferimenti concernenti le merci. Agli arredi segnalati prima del Mille dobbiamo aggiungere almeno un altro manufatto che, come quelli, in assenza di documenti specifici, è difficile inserire tra le merci acquistate.

- Il «Grifo» in bronzo (Figura 6), che fino al 1828 sovrastava, su un capitello, la cuspide della cortina absidale del Duomo, è ritenuto dalla critica più recente «di fattura ispano araba del periodo Taifa (1031-1086)». La provenienza dell'opera è sconosciuta, ma l'ipotesi ritenuta più probabile è che si tratti di un bottino di guerra di una delle imprese pisane (Baracchini, Caleca, 1995: pp. 52-53, 66; Tangheroni 2003, p. 408/116).



Figura 6 – Pisa. Museo dell'Opera del Duomo: Il Grifo in bronzo. Manifattura islamica. XI secolo (cfr. Baracchini, Caleca, 1995: p. 66).

Le testimonianze archeologiche più abbondanti e interessanti di questo periodo, in ogni modo, sono le ceramiche islamiche importate da diversi siti del Mediterraneo, uti-

lizzate sia nella vita domestica, come attestano i reperti da scavi archeologici con buone stratigrafie, in parte ancora in fase di studio (fra gli editi cfr. ad esempio: Berti, 1993: nn. corrispondenti al Periodo V, p. 537; Id. 2000, nn. corrispondenti ai Periodi 8 e 7, p. 208), sia come «bacini», inseriti sulle chiese pisane edificate prima della metà dell'XI secolo, e cioè S. Piero a Grado, S. Zeno, S. Matteo, nella fase precedente a quella attestata dall'edificio attuale. Come noto, di quelli pisani esiste, fino dal 1981, il *Corpus* (Berti, Tongiorgi, 1981) e i contributi di revisione dei dati, di arricchimento del panorama con casi del territorio o in genere della Toscana, pubblicati nel corso degli anni, sono molti (cfr. ad esempio: Berti, 2003a, con bibliografia). Come ripetuto più volte, uno dei dati interessanti della ricerca è l'aver potuto ricostruire, sulla base delle testimonianze rimaste sui monumenti superstiti, una «stratigrafia ideale» che, dalla fine del X secolo raggiunge il XV, senza soluzione di continuità (Gelichi, Berti, Nepoti. 1993; Berti, 2003a: pp. 125-127). Tale stratigrafia è stata costruita su evidenze rilevate durante le operazioni di distacco e confermate da numerosi esempi:

- L'inserimento delle ceramiche avveniva di norma al momento della edificazione delle murature destinate ad essere decorate.
- Particolari architettonici, come sequenze di archetti di varia fattura, modi di preparazione degli alloggiamenti per i «bacini», tecniche di inserimento ecc., sono simili in monumenti dello stesso periodo, più o meno diversi in altri di periodi differenti.
- Le ceramiche, riunite in gruppi uniformi in base alla natura delle argille, alle peculiarità tecniche dei rivestimenti, agli aspetti decorativi e morfologici, ecc., denunciano luoghi di produzione diversificati. I singoli gruppi sono strettamente collegati anche ai vari periodi di impiego.
- Le datazioni relative al monumento decorato sono state ricercate tra le notizie storiche e tra i dati ricavati da esami condotti da architetti e storici dell'arte. Queste



Figura 7 – S. Piero a Grado. Pisa. Coronamento sulla parte absidale occidentale con: archetti a duplice ghiera, oculi, rombi, «bacini» ceramici.

assumono un significato diverso se indicano, ad esempio, la data di inizio dell'edificazione, quella di consacrazione, o ancora quella nella quale un monumento, già finito da un tempo indefinito, viene utilizzato per la ratifica di qualche atto.

E' quasi sempre molto difficile stabilire il numero di anni intercorsi tra la posa della prima pietra e la conclusione di una costruzione. In merito alla decorazione con ceramiche poi, si deve tenere conto del fatto che queste erano poste in opera sulle pareti dell'edificio quando le stesse avevano raggiunto i livelli dei coronamenti, in prossimità dei tetti, e pertanto, almeno in teoria, i manufatti potrebbero avere raggiunto determinati cantieri dopo un certo numero di anni dall'inizio della costruzione. Purtroppo l'impossibilità di precisazioni migliori ci porta a fornire indicazioni approssimate, alcune delle quali, comunque, indicano sempre un *ante quem* o un *post quem* difficilmente contestabile.

Per chiarire meglio questi concetti prendiamo un esempio abbastanza complesso, quale è quello pisano di S. Piero a Grado. Come abbiamo scritto anche di recente le porzioni di questo monumento ornate con «bacini» vengono fatte risalire ad un lasso di tempo compreso tra lo scorcio finale del X secolo e il primo quarto dell'XI (Berti, Garcia-Porrás, 2006: pp. 157-158, con bibliografia). In ogni modo, un documento, datato 1046, relativo alla ratifica di un atto di donazione all'interno della chiesa, conferma l'esistenza dell'edificio, sicuramente finito, prima della metà dell'XI secolo (Ronzani, 2003: p. 28). Poiché l'edificazione poteva richiedere anche qualche decennio, può essere interessante definire il procedere dei lavori. In successione, le strutture con «bacini» terminate per prime furono le absidi orientali (Ab.est; Figura 7); e il fianco della navata laterale nord (Nl.nord), dove archi a duplice ghiera includono alternativamente oculi ciechi e rombi. Le ceramiche su queste parti,

inserite sopra la commessura degli archi e all'interno degli oculi (nn. 15-24, 28-29, 33-71), pur se di varie provenienze, costituiscono un insieme cronologicamente omogeneo, anche se non possiamo sottovalutare il fatto che la fabbricazione dei differenti tipi di manufatti poteva essa stessa durare immutata, o quasi, per qualche decennio (una generazione, o più?). Pressoché contemporaneo appare il fianco laterale sud (Nl. sud; Figura 8), dove la semplificazione del coronamento, con archi a duplice ghiera intorno ad una lunetta unitaria, con «bacini» solo sopra la commessura degli archi stessi (nn. 9-13), sembra imputabile al fatto che tale parete era volta verso un terreno paludoso, mentre i lati più importanti e più in vista erano quelli nord ed est. Con una collocazione intermedia sullo spiovente della navatella nord del lato est (Snl.est; quello

Provenienza dei «bacini» di S. Piero a Grado

ET.	TN.	SI.	E.
6 = 9%	28 = 44%	21 = 33%	9 = 14%

Tabella 1.

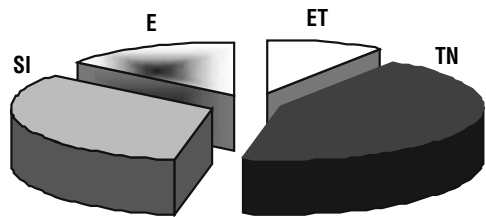


Grafico 1 – ET = Egitto; TN = Tunisia;
SI = Sicilia islamica; E = Penisola Iberica e Baleari.



Figura 8 – S. Piero a Grado. Pisa. Coronamento sul lato sud con: archetti a duplice ghiera e «bacini» ceramici.

sud è frutto di restauri), con tre esemplari superstiti (nn. 25-27), si arriva alle cornici sulle parti alte della cortina absidale e dei lati nord e sud del cleristorio (Cl. nord; Cl. est; Cl. sud). In queste (Figura 9) gli archetti, pur mantenendo l'inserimento delle ceramiche sopra la commessura (nn.8, 14, 30-32), sono a ghiera semplice e ricordano quelli che completavano il lato sud della navata centrale della chiesa di S. Stefano extra moenia, nella fase edilizia di metà XI secolo (vedi più avanti).

In sintesi, come illustrato sulla Tabella 1 e sul grafico 1, i pezzi superstiti di S. Piero a Grado mostrano un prevalere degli apporti dalla Tunisia (area Kairouan) e dalla Sicilia (area Palermo).

I tipi morfologici sono vari (Figura 10-11; Berti, 2003b: pp. 160-163; 172-173), come pure le dimensioni, che vanno da diametri di cm 12,5 a cm 39,8. Pur se con specifiche variabilità connesse con il luogo di produzione, non può passare inosservato il fatto che tre forme sono più rappresentate di altre e che i recipienti del tipo F.1 e F.2 erano in uso contemporaneamente in due o tre aree diverse.

- F.1 – Cavità pressoché emisferica, breve tesa o orlo ingrossato: TN = 17 casi; SI = 3 casi.
- F.2 – A catino tronco-conico: TN = 4 casi; SI = 9 casi; E (Maiorca) = 5 casi.
- F.3 – A calotta con bordo costruito in modo da poter sostenere un coperchio: SI = 5 casi.
- Fx – Altre forme, diverse dalle precedenti o non identificabili a causa dello stato di conservazione.



Figura 9 – S. Piero a Grado. Pisa. Coronamento sulle parti più alte: archetti a ghiera semplice e «bacini» ceramici.

F.a. e F.c. – Ceramiche inserite sulle pareti del cleristorio: nn. 14, 30, 31, 32 – frammenti di forme aperte e una forma chiusa (n. 8).

• **Egitto (ET)** – i sei esemplari sono (Berti, 1998: pp. 307-308):

- nn. 21 e 55 (Figura 12) – *Green-spotted tin glazed pottery*.
- nn. 14, 17, 30 – *Lustre decorations on white tin glaze*.
- n. 68 (Figura 13) – Monocromo a smalto stannifero bianco. Probabile lustro metallico mal riuscito per una temperatura troppo elevata in terza cottura (Berti, 2003b: p. 158).

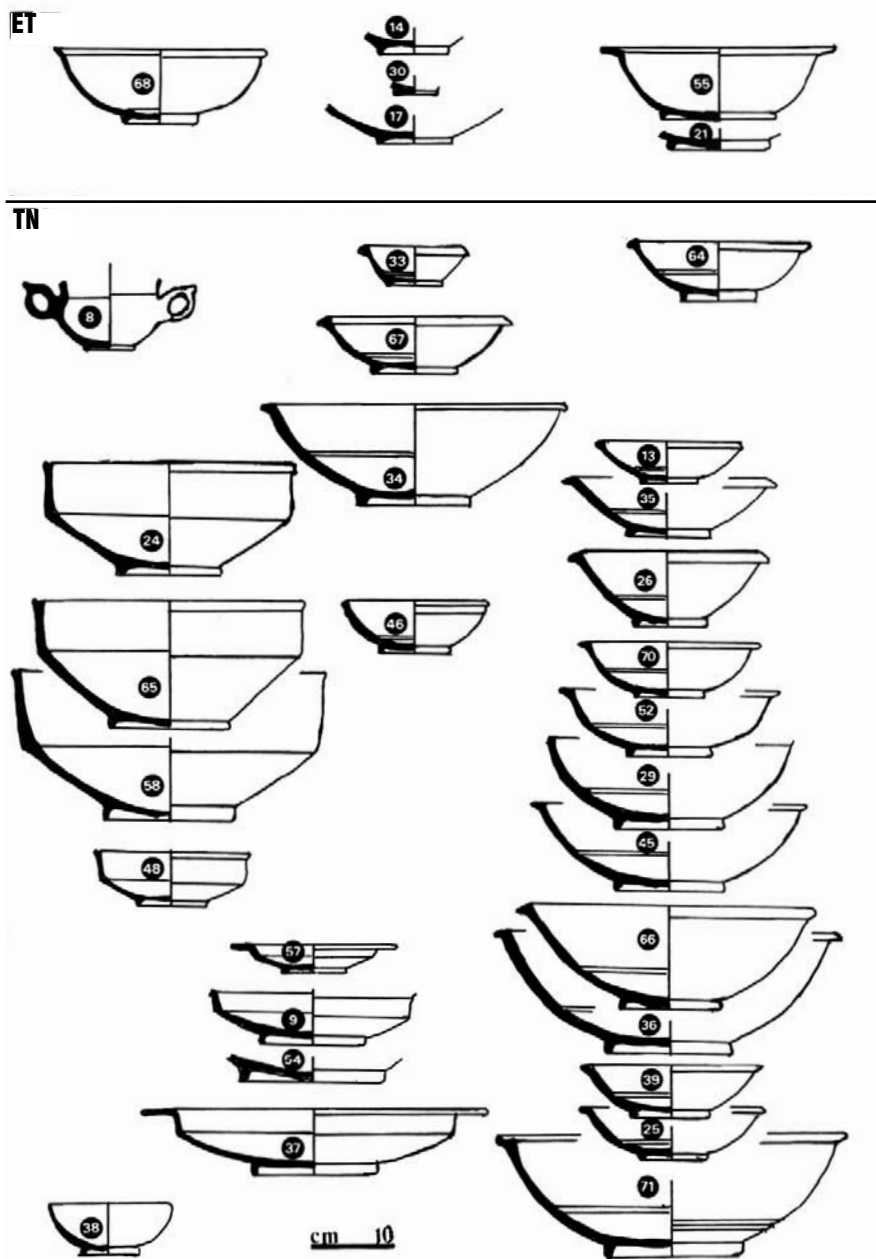


Figura 10 – S. Piero a Grado (PI) «Bacini» ceramici di produzione egiziana (ET) e tunisina (TN)

• **Tunisia (TN)** – i ventotto esemplari sono (Berti, 2002; Id. 2003a: pp. 134-139; Id. 2003b: p.159):

- nn. 8 (Figura 14) e 64 – monocromi a smalto stannifero verde e a vetrina piombifera gialla.
- nn. 33-34 (Figura 15) e 67 – bicromi: con disegni in bruno sotto vetrina piombifera incolore (n. 33) oppure su smalto verde.
- nn. 24, 58 (Figura 16), 65 (Figura 17) – policromi (tre e due colori) e vetrina piombifera incolore.
- nn. 13, 26, 35, 46, 48 – policromi (due o tre colori) su smalto stannifero bianco povero in stagno.
- nn. 29 (Figura 18), 32?, 45, 52, 57 (Figura 19), 70 (Figura 20) – policromi (tre colori) su smalto stannifero bianco. Le campiture in verde sono a tratti paralleli.
- nn. 9, 36 (Figura 21), 54, 66 (Figura 22) – policromi (tre colori) su smalto stannifero bianco; «boli» in giallo.
- nn. 25, 37, 38 (Figura 23), 39, 71 (Figura 24) – policromi (due colori) su smalto stannifero verde; «boli» in giallo.

• **Sicilia (SI)** – i ventuno esemplari sono (Berti, 2003a: pp. 133-134; Id. 2003b: p. 160):

- nn. 15, 16, 20, 23 (Figura 25), 28, 41, 42, 43, 47 (Figura 26), 50, 51 (Figura 27), 56, 60, 61, 69 (Figura 28) – policromi (due colori) e vetrina piombifera incolore. Il verde è dato con un pennello uguale a quello usato per tracciare gli elementi in bruno.
- nn. 10, 12, 27, 40 (Figura 29), 44 (Figura 30), 49 – Il verde è a pennellate larghe e riempie i motivi delimitati con tratti sottili in bruno.

• **Penisola Iberica e Baleari (E)** – i nove esemplari sono (Berti *et alii*, 1986; Berti 2003a, pp.139-145; Id. 2003b, p.160):

- nn. 11, 18, 19¹ (Figura 31), 53 (Figura 32), 59, 62 – policromi (due colori) su smalto stannifero bianco; esterno coperto da vetrina piombifera giallastra (Palma di Maiorca).
- n. 22 – policromo (due colori) su smalto stannifero bianco; esterno coperto da vetrina piombifera incolore impura.
- nn. 31 (Figura 33), 63 – a «*cuerda seca total*».

Un altro esempio che merita di essere brevemente illustrato è quello, già citato, di S. Stefano extra moenia (Figura 34; Berti, Tongiorgi, 1981: pp. 39-48). La parete meridionale di questa chiesa con-

serva, a sinistra, una porzione (S. Stefano 1), costruita in pietra, di un primitivo edificio risalente alla metà circa dell'XI secolo (cfr. anche Berti, Garcia Porras 2006, p.159). Il coronamento ad archetti di questa parte della navata centrale è ornato con «bacini» (nn.72- 91) inseriti sopra le commessure delle archeggiature, simili a quelle del cleristorio di S. Piero a Grado, ma anche nel lume delle stesse. Questi sono tutti ceramiche islamiche che, in parte, si collegano con quelle di S. Piero, in parte, anticipano prodotti inseriti sulla chiesa di S. Sisto dell'ultimo quarto del secolo. Al posto della porzione crollata sulla destra (abside originale e porzioni contigue) venne ricostruita, alla fine del XII secolo, una struttura in laterizi (S. Stefano 2). Anche questa venne ornata con «bacini», tutti (nn. 92-105) dell'epoca della ricostruzione.

Le venti ceramiche islamiche di S. Stefano 1 sono:

- **Egitto (ET)** – due esemplari (nn. 72, Figura 35) e 81, Figura 36).
- **Tunisia (TN) e Sicilia (SI)** – 17 esemplari (nn. 73-80, 82-86, 88-91).
- **Penisola iberica (E)** – un esemplare (n. 87, Figura 37).

Se la seconda abside di S. Piero a Grado costruita nel XII secolo ad occidente, al posto della facciata, essendo assolutamente priva di



Figura 12 – «Bacino» NI. nord n. 55; ET. Ø cm 26,5.

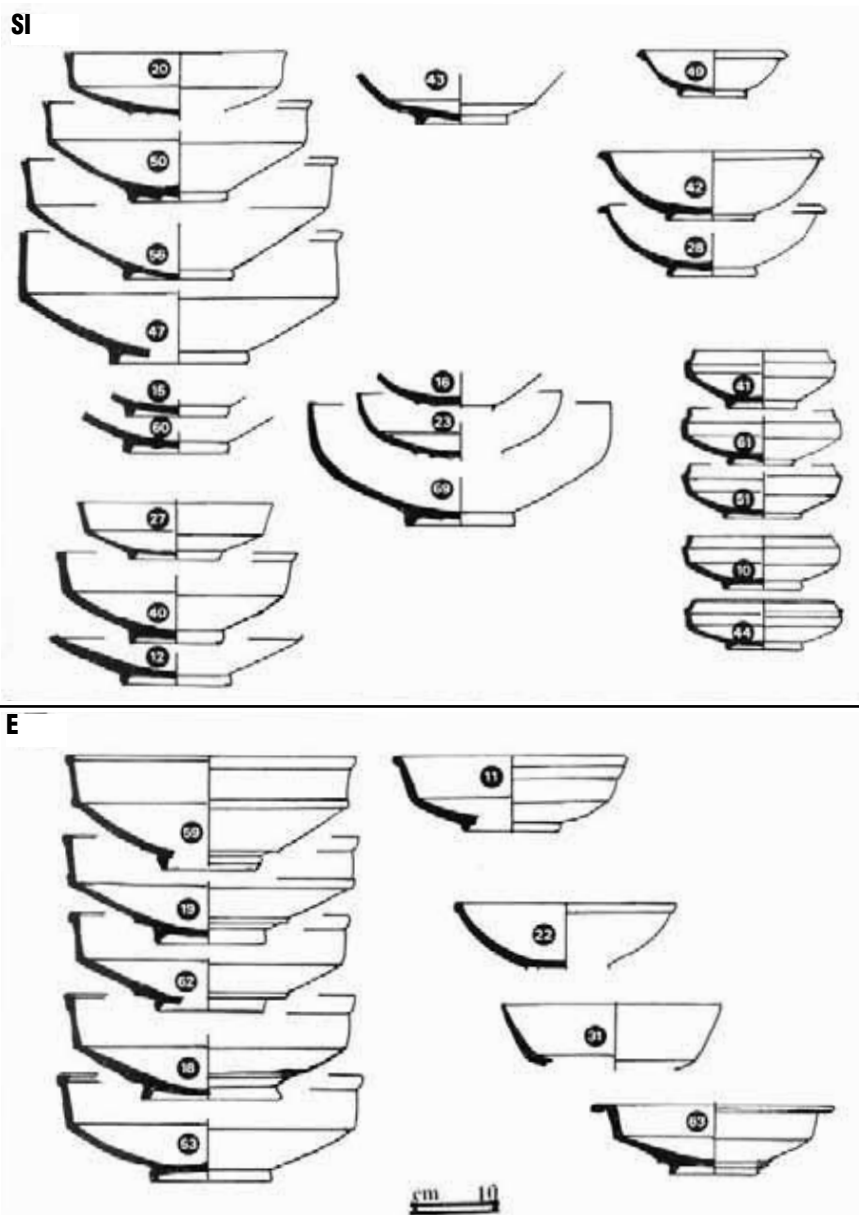


Figura 11 – S. Piero a Grado (PI) «Bacini» ceramici di produzione siciliana (SI) e spagnola (E).

ceramiche non lascia dubbi sul fatto che con tale intervento non si apportarono modifiche alla decorazione con «bacini» delle strutture precedenti, il caso di S. Stefano 2 attesta in maniera inconfutabile che ogni volta che si edificava una muratura destinata ad essere decorata si usavano esemplari reperibili in città al momento della costruzione.

Con questo secondo esempio abbiamo raggiunto la seconda metà del secolo. Le attestazioni ceramiche continuano, come «bacini» su ulteriori monumenti, ma anche come restituzioni dal sottosuolo. Per quanto concerne i reperti da scavi archeologici, questi confermano le datazioni rilevate con lo studio dei «bacini», ma ampliano anche il



Figura 13 – «Bacino» NI. nord n. 55; ET. Ø cm 24,0.



Figura 14 – «Bacino» CI. sud n. 8; TN. Ø cm 12,5.

quadro con manufatti non utilizzabili nella decorazione architettonica. I recuperi da scavi, per altro verso, pongono anche problematiche diverse. Trattandosi di recipienti in uso nella vita domestica, infatti, il loro rinvenimento può essere collegabile ai livelli di vita, ma anche all'eliminazione, perché divenuti inutilizzabili, dopo periodi di impiego di lunghezza variabile. Nei luoghi di produzione, invece (ovviamente), un deposito primario di scarti di fabbrica è coevo al momento di attività della fabbrica stessa.

In merito alla seconda metà del secolo ci limiteremo a ricordare, tra centinaia di attestazioni scritte, solo qualche documento particolarmente significativo, senza insistere troppo su quelli che trasmettono notizie simili a quelle già segnalate.

Nel 1051 si hanno chiare prove dei tentativi, da parte di «famiglie armatoriali» pisane, di arroccarsi nei punti più propizi per i commerci, tra i quali l'area del monastero di San Vito, dove sorse un nucleo insediativo e la dogana, «*guardia Sancti Viti*». E' qui che nel XII secolo verrà aperta la porta della «*Decatia*» (cioè della dogana) e più tardi la «*Terzana*», cioè l'arsenale comunale (Tangheroni, 2000: p. 10). Nel 1060 il Borgo di S. Vito è documentato nei pressi della chiesa omonima, nell'area che, verosimilmente già dal X secolo, aveva ospitato gli arsenali «nei quali furono costruite le galee vincitrici nel 1005 contro Reggio Calabria» e quelle impiegate nelle imprese successive (Redi, 1994: pp. 291-292, 300-301). Ancora nel 1060 Ranieri Sardo riporta che «*chon grande sforzo di navili a oste e per forza là presono Palermo, e dello tesoro che lloro presono, ordinarono di fare sancta Maria, el Duomo, e «il vescovado di Pisa»*» (Tolaini, 1999: p. 95). Il



Figura 17 – «Bacino» NI. nord n. 65; TN. Ø cm 31,0.



Figura 18 – «Bacino» Abl. est n. 29; TN. Ø cm 30 c.



Figura 15 – «Bacino» NI. nord n. 34; TN. Ø cm 38,0.



Figura 16 – «Bacino» NI. nord n. 58; TN. Ø cm 36,0.



Figura 19 – «Bacino» NI. nord n. 57; TN. Ø cm 19,0.



Figura 20 – «Bacino» NI. nord n. 70; TN. Ø cm 21,4.



Figura 21 – «Bacino» NI. nord n. 36; TN. Ø cm 39,5.



Figura 22 – «Bacino» NI. nord n. 66; TN. Ø cm 31,0.

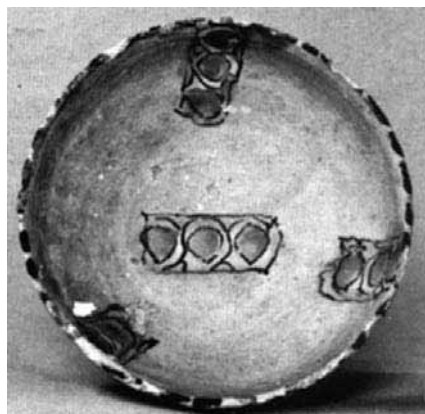


Figura 23 – «Bacino» NI. nord n. 38; TN. Ø cm 14,0.



Figura 24 – «Bacino» NI. nord n. 71; TN. Ø cm 39,8.

Duomo, come attesta anche l'epigrafe, fu edificato al tempo del vescovo di Pisa Guido da Pavia (1060-1076; Peroni, 1995: pp. 13-14, 338/9b, 342/40). L'attacco dei Pisani a Palermo (1062-1063) avviene «alors qu'a commencé la conquête de l'île par les Normands» (1061-1091). Secondo alcuni scritti l'impresa, fu condotta con «numerosa flotta» (Guichard, 1990: pp. 12-13; Banti, 1995: pp. 307, 323), mentre secondo altri i Pisani tentano d'impadronirsi di Palermo da soli, compiendo un'azione navale limitata; portano via la catena posta a chiusura del porto, danneggiano qualche nave, ma non riescono a penetrare nella città (Abulafia, 1991: pp. 100-101). Brani degli *Annales Altahenses* aiutano forse a comprendere meglio questa spedizione pisana, conclusasi felicemente il 18 agosto 1064, descritta nel *Chronicon Pisanum*, in altre cronache pisane e sull'epigrafe del Duomo. Con l'esaltazione del valore pisano di questi testi contrasta la cronaca del Malaterra: i «Pisani ... mercatores» frequentavano la piazza di Palermo musulmana per i loro commerci e decisero l'impresa per vendicare alcune offese ricevute (Ronzani 1996, pp. 112-119). «Che l'attività pisana fosse finalizzata, oltre che a l'accumulo di profitti mediante la guerra di corsa e il saccheggio delle città e l'affermazione della propria supremazia sul mare, anche allo stabilimento di scambi commerciali



Figura 25 – «Bacino» Ab. est n. 23; TN. Ø cm 23,4.



Figura 26 – «Bacino» NI. nord n. 47; TN. Ø cm 36,6.



Figura 27 – «Bacino» NI. nord n. 51 TN. Ø cm 18,3.



Figura 28 – «Bacino» NI. nord n. 69 TN. Ø cm 34,0

secondo nuove direttrici dei traffici è idea presente anche nelle fonti contemporanee» (Tangheroni, 1994: p. 19).

In merito ai vari fatti che potevano accadere in mare possono essere di un certo interesse alcune notizie particolari. Una, ad esempio, è relativa ad una nave di Gaeta che, nel 1063, trasportava monaci cassinesi e un'urna con reliquie indirizzata dal monaco Desiderio al giudice di Torres. Questa viene assalita presso l'isola del Giglio e le reliquie, rubate, vengono portate nel Duomo di Pisa (Petràlia, 2000: p. 100). Un'altra ci informa che nel 1070 i Pisani sconfiggono i Genovesi presso la foce dell'Arno e catturano sette galee nemiche cariche di ricche mercanzie (Simoni, 1960). Dal punto di vista dei commerci è invece più interessante ricordare una lettera del 1063, inviata da al-Mahdyya ad Alessandria, nella quale si dice che il pepe si contratta su quella piazza pagando la metà in moneta corrente a Pisa (Berti, M. 2000: p. 363).

Il disappunto del monaco Donizone (biografo dei «principi canossiani»), in occasione della tumultuazione a Pisa di Beatrice, madre di Matilde di Canossa, nel 1076, rende l'idea della frequentazione della città da parte degli stranieri: «Chi va a Pisa vede colà i mostri marini. Questa città è lorda di pagani, di Turchi, di Libici e di Parti, e gli osceni



Figura 31 – «Bacino» Ab. est n. 19; E (Baleari). Ø cm 34,0.



Figura 32 – «Bacino» NI. anord n. 53; E (Baleari). Ø cm 34,0.



Figura 29 – «Bacino» NI. nord n. 40; TN. Ø cm 27,4.



Figura 30 – «Bacino» NI. nord n. 44 TN. Ø cm 18,5.



Figura 33 – «Bacino» Cl. nord n. 31 (in sito); E. Ø cm 25,0.



Figura 34 – S. Stefano extra moenia. Fianco sud della navata centrale: a sinistra della freccia strutture in pietra (metà XI s.), a destra in laterizi (fine XII s.).

Caldei ne percorrono i lidi ...» (Davoli, 1888: p. 143; Ronzani, 1996: p. 134).

Tra gli impegni di Enrico IV a favore di Pisa nel 1081 figura il rispetto delle «antiche loro consuetudini marittime» e l'impegno a consentire di partire per mare a tutti quelli che lo desiderassero (Tangheroni, 1996: p. 143; Ronzani, 1996: pp. 26-30, 204-207; Ticciati, 1998: p. 24).

Una notizia da segnalare, che precede l'impresa delle Baleari di una trentina di anni, è quella relativa alla concessione dell'infeudazione

(«in effettiva») di Maiorca a Pisa, nel 1085, da parte di papa Gregorio VII (Mainoni, 1994: p. 200).

Nel 1086 si creano, tra chiesa pisana e papato, i presupposti per l'impresa di al-Mahdiya, in nome di S. Pietro e di Vittore III (Ronzani, 1996: pp. 222-228). L'impresa (1087-1088) è narrata nel *Carme Pisano*, di autore pisano del XII s., un certo Guido, verosimilmente un ecclesiastico. «Al Mahdya nel sec. XI era uno dei punti chiave del commercio nel Mediterraneo...». Tra le altre opere che parlano di questa impresa sono da ricordare: il *Chronicon Pisanum* ed una breve annotazione su un «testo annalistico del cod. 79 della Biblioteca Governativa di Cremona». L'ingente bottino ricavato fu utilizzato per la costruzione della chiesa di S. Sisto e per abbellimenti alla nuova cattedrale (citare ulteriori fonti cristiane). Il cronista normanno Malaterra cita i soli Pisani e fornisce, su gli stessi, un giudizio simile a quello dato in relazione all'impresa di Palermo del 1064: «*Pisani ergo mercatores, qui saepius navali commercio Panormum lucratum venire soliti erant...*». Lo storico Scalia esprime in merito una sua opinione: «non è da escludere che a determi-



Figura 35 – «Bacino» n. 72 (lustro metalico); ET. Ø cm 20,0.



Figura 36 – «Bacino» n. 81 (inciso); ET. Ø cm 18,8.



Figura 37 – «Bacino» n. 87 (con stampigliature); E. Ø cm 24,8.

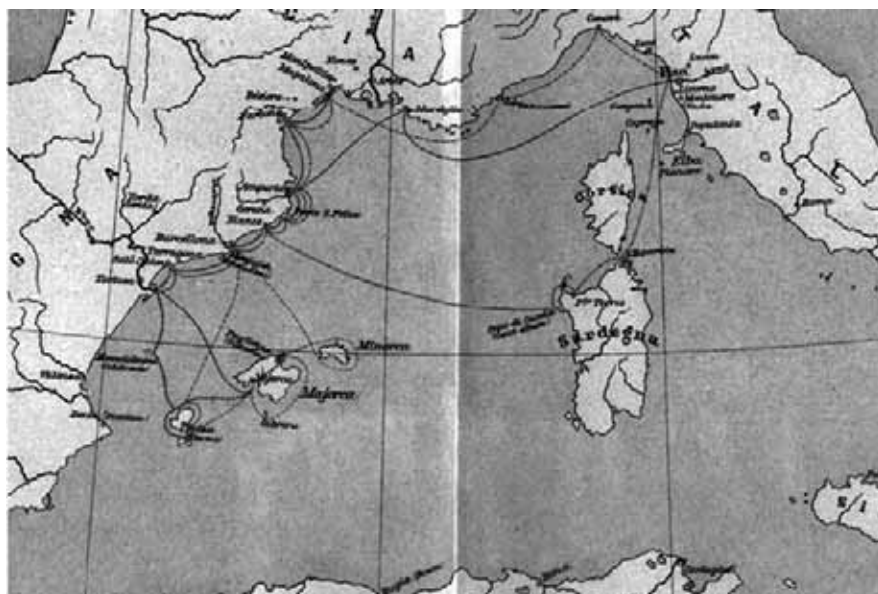


Figura 38 – «Carta delle spedizioni dei pisani alle Balear» (da Calisse 1904, Tav.I).

nare all'azione i Pisani possa avere pure contribuito un deterioramento delle relazioni commerciali già allora esistenti, con ogni probabilità, fra Pisa e l'Ifrikiya». L'impresa è ricordata anche in fonti arabe. Ad esempio Ibn al-Athir (1160-1233) precisa, tra l'altro, che la flotta, allestita in quattro anni dai Rûm (tra cui Pisani e Genovesi), era di 400 navi ed era diretta contro le scorrerie marittime del sovrano Tamīm. Più succinto è il racconto in al-Nuwairī (1279-1332). Il diario (1306-1309) di al-Tidjānī è interessante perché fondato sulla testimonianza di un contemporaneo all'impresa (Scalia 1971, pp. 8-13). Meritano un rapido ricordo anche le clausole imposte «al sovrano iride Tamin... perché chiariscono i fini della guerra perseguiti dalla spedizione cristiana: il pagamento di una



Figura 39 – Luoghi di fabbricazione delle ceramiche importate a Pisa: fine X-XI secolo (+); XII – metà XIII secolo (•).



Figura 40 – Documento in arabo n. 8 (1200). Salvacondotto concesso da Iusuf ibn-Mohammed, preposto alle dogane di Tunisi e Mehdiya, al mercante pisano Pace (da Amaldi, 1995: pp. 41, 46).

pesante indennità..., la liberazione dei prigionieri cristiani, l'impegno a cessare ogni attività corsara, la totale franchigia dai diritti doganali...» (Tangheroni, 1994: p. 18).

In merito al parere dello Scalia sono le indagini sulle ceramiche, «bacini» e reperti da scavi archeologici, che lo avvalorano. Gli apporti da Palermo, infatti, si esauriscono intorno alla metà dell'XI secolo, cioè prima del 1063; quelli siciliani successivi provengono da altri luoghi, tra i quali Siracusa e Agrigento. Lo stesso si registra per quelli dell'area di Kairouan, dei quali i marinai pisani potevano approvvigionarsi in località portuali come Zawila e al-Mahdiya. E non è certo un caso l'assenza assoluta proprio sulla chiesa di S. Sisto. I manufatti successivi, a partire dai «bacini» tunisini di quest'ultimo edificio, risultano tutti prodotti a Tunisi. Ancora più marcato è il divario tra quelli di Maiorca, che troviamo soltanto sulla chiesa di S. Piero a Grado e nello scavo di

Piazza Dante, e la battaglia delle Baleari all'inizio del XII secolo (cfr. anche la nota 1 e Berti, Garcia-Porras, 2003: pp. 163, 181 / Figura 5, 1-3).

IL SECOLO XII ED OLTRE

La storia continua. I documenti divengono sempre più abbondanti e, pertanto, selezioneremo rigorosamente solo quelli che servono ad illustrare, anche per il XII secolo, le tematiche indicate nel titolo del presente contributo, e che marcano le differenze rispetto al periodo precedente. L'esserci soffermati più a lungo su quelli è stato dettato dalla necessità di integrare notizie di diversa natura, storiche ed archeologiche, che, considerate indipendentemente, portavano a ricomporre panoramiche parziali, a volte anche in contrasto tra loro. Nel XII secolo le «due storie» sono più concordanti. Un documento del 1100 è tra i pochi che ci attestano sicure donazioni: Goffredo di Buglione, «difensore del Santo Sepolcro», dona al Duomo i battenti d'argento, apposti sulla porta destra della facciata; mentre ulteriori doni, per il Duomo e per l'Opera, furono fatti da Matilde di Canossa nel 1100 e nel 1103 (Peroni, 1995: p. 14).

Dall'epoca della prima crociata la frequentazione dei Pisani nel Mediterraneo orientale si riscontra anche sul versante delle importazioni ceramiche (cfr. ad esempio Berti, Gelichi 1993, pp. 147-156). Nel 1101 è attestata la partecipazione dei Pisani alla conquista di Arsuf e di Cesarea, nel 1103 a quella di Acri, mentre nel 1108 sono presenti all'assedio di Laodicea e, come ricompensa, ricevono da Tancredi d'Altavilla un quartiere a Laodicea ed uno ad Antiochia. Con i Genovesi sostengono Alberto d'Aix nell'assedio di Tripoli di Siria, nel 1109-1111 insieme assediano Beirut ed operano in acque bizantine (Tangheroni, 1996: p. 159). Nel 1110 «L'imperatore d'Oriente Giovanni II Comneno fa pace con Pisa» promettendo un dono annuale al Duomo di 40 monete

d'oro da quattro grammi («*nomismata sperpera*») e 2 palii; questi ultimi vengono rubati nel 1137 (Peroni, 1995: p. 14).

Le reliquie di S. Mamiliano e di altri sei «martiri» (trafugate a Centocelle) raggiungono il monastero di S. Matteo in Pisa. Nel percorso tra Roma e Pisa le reliquie del santo si trasformano in quelle di un vescovo palermitano (Petralia, 2000: pp. 96, 100-101). Un impiego particolare di un manufatto in ceramica, oggi disperso, è attestato da un vaso in maiolica bianca «e colore d'oro, storiato con alberi ed uccelli», contenente reliquie, murato nel 1110 nell'altare della chiesa di S. Giovanni Battista di Campolungo (Pisa). Si trattava di un probabile prodotto dell'al-Andalus, come i coevi esemplari «a lustro metallico» sulle chiese pisane di S. Andrea e di S. Silvestro (Banti, 1995: pp. 95, 213, 217-218; Berti, 1998a: pp. 246-247).

In una Crisobolla di Alessio I, Basileus di Costantinopoli, si concede ai Pisani protezione sulle persone e sulle merci in tutto il territorio, un quartiere nella città per l'alloggio dei mercanti (con chiesa, abitazioni, luoghi per commerciare), uno scalo riservato nel porto, un embolo (= magazzino per merci), uso di pesi e misure propri, riduzione dei dazi (dal 10 al 4%), doni annuali all'Opera del Duomo e all'arcivescovo. Una presenza pisana è numerosa e importante per almeno un ventennio. Fino alla metà del XII la comunità pisana era largamente autonoma, e comprendeva anche un *embulario* (o fondacario) (Tangheroni, 1994: p. 28; Id. 1996: p. 166; Banti, 1998: pp. 8-9, 12).

Nel 1113-1115 si svolse la ben nota impresa delle Baleari, narrata enfaticamente nel *Liber maiolichinus*. Dai dettagliati resoconti sul *Liber* si possono ricostruire anche gli itinerari percorsi dalla flotta pisana nei suoi spostamenti, Figura 38 (Calisse, 1904; Mulet Más, 1991). In quella occasione Ramon Berengario III, conte di Barcellona, concesse a Pisa privilegi commerciali su Barcellona e Provenza. La guerra Balearica è descritta anche, in prosa, nel *Gesta Triumphalia per Pisanos facta*, ed è ricordata su alcune lapidi (Scalia, 1963: pp. 264-272; Guichard, 1990: pp. 13, 65, 69-70; Castagneto, 1996: p. 24).

Tralasciando molti altri fatti più o meno interessanti, in mezzo ad ancora numerosissimi attacchi a navi o a luoghi non possiamo però fare a meno di segnalare quello che al momento appare come il primo trattato di commercio, sancito per scritto nel 1133. Si tratta di un accordo decennale «*inter Pisanos et regem de Morroch et regem de Tremisiana et gaidum Maimonem...*» redatto dall'emiro almoravide Ali Ibn Yusuf, con il quale vengono concessi ai Pisani particolari privilegi commerciali. (Banti, 1995: pp. 308-309, 313, 324-325). I trattati del genere definiscono una seconda fase nei rapporti tra Pisa e il Maghreb o Pisa e il Mediterraneo occidentale, nella quale i commerci divengono più regolamentati (Tangheroni 1994, pp. 17, 20). Per un confronto può essere interessante ricordare una definizione di quella più arcaica «— con specifico accenno anche agli armatori amalfitani —» espressa dal «re crociato Baldovino di Fiandra»: «*more praedonum espugnare et expoliare solent navigantes*». Il commercio sembra fosse allora una sorta di sistema di scambi «spontaneo, irregolare e avventuroso... al limite del contrabbando... Fondato su molteplici spontanee e concorrenziali iniziative...» (Del Treppio, 1989: p. 202). Ma ricordiamo qualche altro accordo siglato nella prima metà del XII secolo. Il cronista pisano Maragone riferisce che nel 1134 gli ambasciatori di vari Stati

nord-africani giunsero a Pisa su due galee di loro proprietà per concludere una tregua decennale (Tangheroni, 1996: p. 146). E rientrano nel quadro anche i trentacinque documenti in lingua araba, conservati dal 1869 nell'Archivio di Stato di Pisa, datati dal 1157 al 1414. Si tratta per lo più di accordi commerciali. I primi cinque sono del XII secolo, dal sesto al ventunesimo degli anni dal 1200 al 1227 (un esempio in Figura 40). Seguono (nn. 22-28) sette lettere commerciali del XIII ed altri trattati (nn. 29-34) del XIV. Conclude la serie l'ultimo del 1414 (Amaldi, 1995). Da ricordare sono infine le influenze sulle architetture e su altre opere, per alcune delle quali si ipotizza persino un intervento diretto di artefici musulmani (Baracchini, Caleca, 1995).

Più o meno dagli anni trenta del secolo sono documentati anche rapporti tali da consentire la trasmissione di conoscenze importanti. Così, ad esempio, nel XII secolo, si tenevano a Costantinopoli incontri e dispute teologiche. «Bien qu'il soit difficile de l'expliquer, un rôle spécial échoit à l'établissement des Pisans». Qui si tenne il maggior numero di questi incontri e qui potevano alloggiare per qualche tempo i Teologi occidentali. L'apertura tra est ed ovest non fu solo politica, commerciale ed economica, ma anche culturale e spirituale. Il più importante di tali incontri si effettuò nel 1136. Uno dei personaggi ben conosciuti che vi partecipò fu Burgundio, definito «*Advocatus et iudex*». Ricordato la prima volta proprio in quell'anno quando, sebbene solo venticinquenne era già perfettamente padrone della lingua greca. Nel 1145 uno di questi incontri si tenne nella chiesa pisana di S. Irene (in Costantinopoli). Burgundio da Pisa è menzionato in più occasioni come membro di ambascerie pisane in quella città, fa missioni diplomatiche anche a Ragusa (fino al 1192), soggiorna a Gaeta, Napoli, Messina ecc. Traduce (soprattutto dal greco) opere teologiche, filosofiche, mediche, rendendo così possibile una loro diffusione in ambiti occidentali (Liotta, 1972: pp. 423-428; Schreiner, 1995: pp. 289-290; Banti 1998, pp. 9, 12-13).

Nel 1149 «Muhammad b. Mardaniš, el famoso “rey Lope o Lobo” de las crónicas cristianas, firma un tratado por diez años con la República de Pisa y con la de Génova. Por este pacto se ofrece a los italianos que viven en Valencia y Dénia una alhódinga para el comercio y un baño gratis». Questi commercianti (insieme ad alcuni mercenari che militavano nell'esercito di re Lobo) sembra fossero, nel XIII secolo, gli unici cristiani nell'area valenzana. Un ulteriore accordo fu siglato nel 1161. Tali patti coincidono con un periodo di intense relazioni anche tra gli italiani e gli Almohadi, che sembra essersi prolungato almeno fino al 1166 (Del Carme-Barceló-Torres, 1984: p. 131; Navarro-Palazón, Jiménez-Castillo, 1994). Intorno alla metà del XII L'andaluso al-Zuhri (vissuto tra la fine dell'epoca Almoravide e l'inizio di quella Almohade) fornisce, nella sua opera geografica, molte informazioni storico-geografiche sul mondo musulmano, su paesi asiatici, dell'Europa e dell'Africa (alcune sono confuse o convenzionali, come quelle su Costantinopoli e su Roma). Nelle pagine dedicate a Pisa si legge che la città di Pisa è più importante di quella di Genova. I Pisani sono considerati «avant tout comme de redoutables guerriers, dont la force repose davantage sur la violence militaire e sur la maîtrise des techniques (métallurgiques, de construction navale, de fabrication de machines de guerre)», ma anche «des marchands sur terre et sur mer, qui vont jusqu'aux limites de la Syrie, jusqu'à Alexandrie et l'Egypte, au extrémité du Maghreb et en al-Andalus. De

chez eux viennent les *shayatin*, ces navires appelés *ghirban et qata'i'*, qu'ils ont été les premiers à utiliser sur mer. De chez eux viennent le *tartar* (térebenthine), le cuivre, le safran, le coton» (Guichard, 1990: pp. 64-66). Lo scrittore arabo al-Idrisi ci fornisce invece una descrizione di Pisa: «E' una metropoli dei Rûm; celebre è il suo nome, esteso il suo territorio; ha mercati fiorenti e case ben abitate... Il suo Stato è possente, i ricordi delle sue gesta terribili; alti ne sono i fortificati, fertili le terre, copiose le acque, meravigliosi i monumenti. La popolazione ha navi e cavalli ed è pronta alle imprese marittime sopra gli altri paesi...» (Tangheroni 1996, pp. 141-142).

Tra il 1160 e il 1200 un autore sconosciuto, ma «*maioris Pisane ecclesie canonici exortatus*» compila il più antico «portolano» conosciuto fino ad oggi: il *Liber de existencia riveriarum et forma maris nostri Mediterranei*. Vi si trovano ricordati circa 1200 toponimi e la descrizione dettagliata di tutte le coste (Gautier-Dalche 1995).

Nel 1202 infine viene divulgato il *Liber Abaci* di Leonardo Fibonacci o Leonardo Pisano. Questo libro «rivoluziona» i metodi di calcolo occidentali introducendo l'uso delle cifre arabe, dello «zero» ed i metodi per eseguire tutte le operazioni aritmetiche. Ma per presentare questo illustre personaggio usiamo le sue stesse parole: «*Cum genitor meus a patria publicus scriba in duana Bugee pro pisanis mercatoribus... me in pueritia mea ad se venire faciens... ibi me studio abbaci per aliquot dies stare voluit et doceri. Ubi ex mirabili magisterio in arte per novem figuras Indorum introductus, scientia artis in tantum mihi pre ceteris placuit, et intellex ad illam quod quicquid studebatur ex ea apud Egyptum, Syriam, Greciam, Siciliam et Provinciam cum suis variis modi, ad que loca negotiationis postea peregravi, per multum studium et disputationis didici conflictum*». L'opera era indirizzata, in modo particolare, ai pisani che commerciavano in varie località del Mediterraneo, permettendo loro anche la facile conversione tra diversi valori monetari, tra pesi e

misure di differenti paesi, ecc (Morelli, Tangheroni, 1994: p. 15).

Rimandando ad altre occasioni per qualche particolare approfondimento o per la continuazione di questa lunga e complessa storia, chiudiamo l'attuale discorso ritornando brevemente sul versante archeologico.

L'importazione delle ceramiche «esotiche», islamiche e bizantine, continua fino alla metà del XIII secolo ed oltre. I dati disponibili una decina di anni fa (cfr. ad es. Berti, 1998), su cui sono impostate le valutazioni qui sinteticamente riportate, devono essere aggiornati con i recuperi nel corso degli scavi eseguiti in ambito urbano negli ultimi dieci – quindici anni. Tali manufatti raggiunsero Pisa nei periodi indicati sulla Tabella 2 e sul Grafico 2.

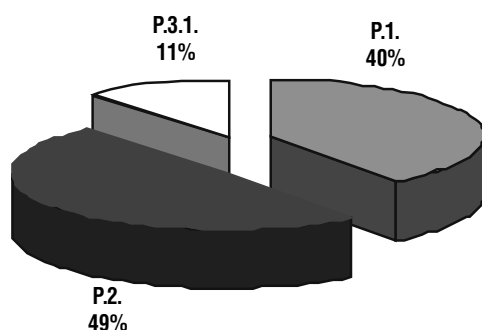


Grafico 2.

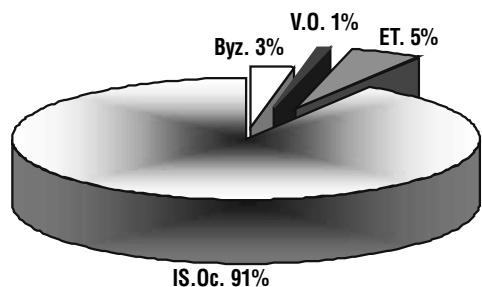


Grafico 3 – Le ceramiche islamiche e bizantine (4° quarto X – 1.ª metà XIII).

IS.Oc. = da paesi del Mediterraneo occidentale; ET = dall'Egitto;

V.O. = dal Vicino – Oriente. By. = da aree Bizantine.

Ceramiche: Islamiche e bizantine	Periodi		
	P. 1: f. X – XI s.	P. 2: XII s.	P. 3.1: 1a m. XIII
Numero esemplari	225	273	64

Tabella 2 – PISA (città): «Bacini» + reperti da scavo (P. D. e P. C.) = 562 «documenti materiali».

Il divario tra le presenze nel primo (40%) e nel secondo periodo (49%) non è tale da evidenziare un mutamento sostanziale nei modi di approvvigionamento. E tale dato sembra confermare una frequentazione del Mediterraneo e dei suoi porti da parte dei marinai pisani pressoché costante nei due periodi, regolata da patti ufficiali, scritti, solo nel secondo.

I luoghi di produzione e pertanto di probabile provenienza nei due periodi sono marcati sulla pianta, in Figura 39, con una croce (+) quelli del primo, con un punto (•) quelli del secondo.

I manufatti in questione, considerati nel loro insieme, risultano fabbricati nelle aree indicate nel Grafico 3. La preponderanza degli apporti da paesi islamici occidentali (Is.Oc. 91%) è evidente. Gli esemplari riferibili a fabbriche egiziane (ET. 5%) sono tutti databili tra l'ultimo quarto del X e l'inizio del XII s, anche se potrebbero essere ancora egiziani alcuni, dei pochi, riferiti al Vicino-Oriente (P. O.), di XII e primi decenni del XIII s. Quelli indicati «Bizantini» (Byz.), di XII secolo, sono stati reconsiderati anche di recente (Berti, Gelichi, 1993; Id. 1997; Berti, Capelli, 2000). Contiamo sui recuperi dagli scavi recenti per comprendere se nei consumi delle ceramiche nella vita quotidiana esistevano o meno differenze in base ai ceti sociali.

Dopo le ceramiche ricordate in precedenza, le importazioni continuano senza soluzione di continuità. Si registrano ancora apporti dalla Penisola Iberica, che, con prodotti dall'area Valenzana, ritornano ad essere significativi a partire dal secondo quarto del XIV secolo (Berti, 1998).

Basterà, inoltre, qui ricordare che le fornaci di Montelupo Fiorentino rifornirono abbondantemente il mercato locale dei loro manufatti. Anche se in gran parte inedite, le testimonianze a Pisa di «Maioliche» di questo centro coprono praticamente, come tempi e come qualità, tutta la ben nota vasta gamma produttiva, a partire almeno dalla seconda metà del XIV secolo.

Le ceramiche non sono quasi mai ricordate tra le merci commerciate dai pisani e ciò ci porta a pensare che queste merci, in entrata o in uscita da Pisa (o in transito), non fossero soggette, di norma, ad imposizioni doganali, almeno fino alle soglie del Quattrocento. Le due o tre menzioni del XII – inizio XIII secolo concernono prodotti locali e punti di dogana interni, ai confini con il territorio di Firenze e quello di Lucca. Pur essendo ancora poche, più interessanti sono comunque indicazioni relative a Maiorca.

- Nel 1163 e nel 1196, nel tragitto tra Pisa e Firenze lungo l'Arno, dalle imbarcazioni che passavano da Ricavo, sulla riva sinistra del fiume, «Per le stoviglie di terracotta ... ne venivano trattenute quattro o sei sul carico di ogni barca...» (Davidsohn, 1969: I, pp. 173-174).

- Nel 1209 sono segnalate, in passaggio da Bientina (nel tragitto PISA ► Entroterra) «*De navibus euntibus sursum cum buctibus vel vasis fictilibus...*» (Tongiorgi, 1964: pp. 3-4).
- Nel 1315 – 1322 a Maiorca sono registrate le seguenti negoziazioni pisane: «100 balle di vasellame (escudels)», «2 canestri (canestels)» di «obras de tera» (Antoni, 1977: p. 24).

Ma le documentazioni archeologiche ci hanno permesso di evidenziare anche la trasmissione di precise conoscenze tecniche, l'acquisizione delle quali portò i ceramisti pisani ad iniziare a produrre, tra il 1210 e il 1230, le «maioliche arcaiche» e prodotti collaterali invetriati. Particolare rilievo ha l'acquisizione della tecnica dello «smalto stannifero». L'adozione di tale tecnica, insieme a quella della «vetrina piombifera», provoca una vera e propria «rivoluzione» nei modi di fare ceramica: per la prima volta vengono fabbricati in città i recipienti da usare sulle mense, ed i manufatti da fuoco invetriati. Gli usi ed i costumi della cittadinanza subiscono cambiamenti sostanziali, almeno per quanto concerne i modi di confezionare, consumare e presentare i cibi. Le tecniche in questione furono quasi certamente trasmesse ai vasai pisani da ceramisti spagnoli (andalusi o maiorchini), che le conoscevano e le adottavano almeno dalla fine del X secolo. Con la nascita della manifattura locale di questi manufatti iniziò una esportazione non indifferente di tali prodotti (Berti, 1997).

(Pisa settembre 2007)

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (2000), «Pays d'Islam et Monde Latin X^e-XIII^e siècle. Textes et documents», *Collections d'Histoire et d'archéologie médiévales*, 8, Lyon: Presse universitaires de Lyon.
- Annales Regni Francorum inde ab a.741 usque ad a.829 qui dicuntur Annales Laurissenses Maiores et Einhardi, PERTZ G.H., Ed., in M.G.H., *Scriptores Rerum Germanicarum*, VI, Hannoverae 1895/1950.
- ABULAFIA, D. (1991), «Le due Italie», *L'altra Europa*, 5, Napoli: Guida.
- (2003), «Pisa e Maiorca», in TANGHERONI, 2003, pp. 245-249.
- AMALDI, D. (1995), «I documenti arabi dell'Archivio di Stato di Pisa», in BURRESI, CALECA 1995, pp. 35-50.
- ANTONI, T. (1977), «I "Partitari" Maiorchini del Lou dels Pisans relativi al commercio dei Pisani nelle Baleari (1304-1322 e 1353-1355)», Pisa: Pacini.
- BALARD, M., DUCCELLIER, A., sous la direction (1995), *Coloniser au Moyen Âge*, Paris: Armand Colin Ed.
- BANTI, O. (1995), «Scritti di Storia diplomatica ed epigrafica» (a cura di SCALFATI S.P.P.), *Biblioteca del «Bollettino Storico Pisano, Collana Storica*, 43, Pisa: Pacini Ed.
- a cura di (1998), «Amalfi Genova Pisa e Venezia. Il commercio con Costantinopoli e il Vicino Oriente nel secolo XII», *Biblioteca del «Bollettino Storico Pisano» – Collana Storica*, 46, Pisa: Pacini.
- BARACCHINI, C., CALECA, A. (1995), *Presenze islamiche nell'arte a Pisa*, in BURRESI, CALECA 1995, pp. 51-63.
- BERTI, G. (1993), «Ceramiche islamiche (IS). 2°m. X-1°m. XIII», in BRUNI S., a cura di, «Pisa. Piazza Dante: uno spaccato della storia pisana. La campagna di scavo 1991», Bandecchi e Vivaldi, Pontedera, pp. 535-582.
- (1997), «PISA. Le "maioliche arcaiche". Secc. XIII-XV. (Museo Nazionale di San Matteo)». Appendice di RENZI-RIZZO, C., «Nomina Vasorum», *Ricerche di Archeologia Altomedievale e Medievale*, 23-24, Firenze: All'Insegna del Giglio.
- (1998), «Pisa – A seafaring Republic. Trading relations with islamic countries in the light of ceramic testimonies (2nd half of 10th to middle 13th c.), with a report on mineralogical analysis by Tiziano Mannoni», in GAYRAUD R.P. Ed., «Actes du Colloque International d'Archéologie Islamique» (IFAO), Le Caire, 1993, *Textes Arabes et Études Islamiques*, 36, pp. 301-317.
- (1998a), «I rapporti Pisa-Spagna (Al-Andalus, Maiorca) tra la fine del X ed il XV secolo testimoniati dalle ceramiche», *Albisola*, XXXI, pp. 241-253.
- (2000), «Ceramiche con rivestimenti vetrificati (islamiche, bizantine, graffite liguri, pisane)» in BRUNI S., ABELA E., BERTI G., a cura di, «Ricerche di Archeologia medievale a Pisa. I. Piazza dei Cavalieri, La campagna di scavo 1993», *Biblioteca di Archeologia medievale*, 17, Firenze: All'Insegna del Giglio, pp. 207-228.
- (2002), «Ceramiche medievali tunisine a Pisa. «Testimonianze materiali» di rapporti politici e commerciali tra la fine del X e la metà del XIII secolo», in SALVADORINI, V. A., a cura di, «Tunisia e Toscana», Edistudio, Pisa, pp. 51-82.
- (2003), «Pisa – Spagna: importazioni di materiali e di conoscenze tecniche nei secoli X-XIII», in *Cerámicas islámicas y cristianas a finales de la Edad Media. Influencias e intercambios* (Ceuta 13-16 novembre, 2002), Museo de Ceuta, Ceuta, pp.11-52.
- (2003a), «I "bacini" islamici del Museo Nazionale di San Matteo – Pisa: vent'anni dopo la pubblicazione del Corpus», in FONTANA M. V., GENITO B., a cura di, «Studi in onore di Umberto Scerrato per il suo settantacinquesimo compleanno», Napoli: Università degli Studi di Napoli «L'Orientale», pp. 121-151. (2003b),
- (2003b) «La decorazione con "bacini ceramici"», in CECCARELLI-LEMUT, SODI (2003), pp. 157-173.
- BERTI, G., CAPELLI, C. (2000), «Considerazioni e analisi sulle ceramiche del tipo dei «bacini bizantini» di S. Nicolò di Albisola», *Albisola*, XXXII, pp. 281-287.
- BERTI, G., GARCIA-PORRAS, A. (2006), «A propósito de "Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia"», *Arqueología y Territorio Medieval*, 13.1, pp. 155-193.
- BERTI, G., GELICHI, S. (1993), «La ceramica bizantina nell'architettura dell'Italia medievale», in GELICHI, S., a cura di, «La ceramica del mondo Bizantino tra XI e

XV secolo e i suoi rapporti con l'Italia», *Quaderni dell'Insegnamento di Archeologia Medievale della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena*, 34, All'Insegna del Giglio, Firenze, pp. 125-199.

BERTI, G., GELICHI, S. (1997), «Zeuxippus Ware» in Italy», in MAGUIRE, H. Ed., «Materials Analysis of Byzantine Pottery», Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington D. C., pp. 85-104

BERTI, G., RENZI-RIZZO, C. (2005), «I porti della Toscana ed il loro ruolo negli scambi commerciali del Mediterraneo tra X e XIII secolo», *Archeologia Medievale*, 9, pp. 161-179.

BERTI, G., RENZI-RIZZO, C., TANGHERONI, M. (2004), «Il mare, la terra, il ferro. Ricerche su Pisa medievale (secoli VII-XIII)», Pisa: Pacini Ed.

BERTI, G., ROSSELLÓ BORDOY, G., TONGIORGI, E. (1986), «Alcuni bacini ceramici di Pisa e la corrispondente produzione di Maiorca nel secolo XI», *Archeologia Medievale*, XIII, pp. 97-115.

BERTI G., TONGIORGI L. (1981), «I bacini ceramici medievali delle chiese di Pisa», *Quaderni di Cultura Materiale*, 3, «L'ERMA» di Bretschneider.

BERTI, M. (2000), «Nel Mediterraneo ed oltre. Temi di storia e storiografia marittima toscana (secoli XIII-XVIII)», Pisa: Ed. ETS.

BRUNI, S., a cura di (2000), «Le navi antiche di Pisa. Ad un anno dall'inizio delle ricerche», Firenze: Ed. Polistampa.

— (2003), «“Pisa etrusca et loca et flumina” ... sed etiam maria. Appunti sulla vicenda di Pisa etrusca», in TANGHERONI 2003, pp. 45-55.

BRUNI, S., ABELA, E., BERTI, G. a cura di (2000), «Ricerche di Archeologia medievale a Pisa. I. Piazza dei Cavalieri, la campagna di scavo 1993», *Biblioteca di Archeologia medievale*, 17, Firenze: All'Insegna del Giglio.

BURRESI, M., CALECA, A., a cura di (1995), Burresi, M., Caleca, A., a cura di (1995), «Arte Islamica. Presenze di cultura islamica nella Toscana costiera» (Catalogo della Mostra – Museo nazionale di San Matteo, Pisa, 1995), Pontedera: Bandecchi e Vivaldi.

CALISSE, C., a cura di (1904), «Liber Maiolichinus de gestis Pisanorum illustribus. Poema della guerra Balearica secondo il Cod. Pisano Roncioni aggiuntevi alcune notizie lasciate da M. Amari», Roma: Istituto Storico Italiano.

CANTARELLA, G.M. (2000), «Una sera dell'anno Mille. Scene di Medioevo», Garzanti, Cernusco s / N. (MI).

CASTAGNETO, P. (1996), «L'arte della lana a Pisa nel Duecento e nei primi decenni del Trecento. Commercio, Industria e istituzioni», *Piccola Biblioteca Gisem*, 10, Pisa: Ed. ETS.

CECCARELLI-LEMUT, M. L. (1996), «Castelli, monasteri e chiese del territorio di Populonia e Piombino nel Medioevo», in Ceccarelli-Lemut, M.L., Garzella G., a cura di, «Populonia e Piombino in età medievale e moderna», *Biblioteca del «Bollettino Storico Pisano», Collana Storica*, 44, pp.17-36.

CECCARELLI-LEMUT, M. L., SODI S., a cura di, «Nel segno di Pietro. La Basilica di San Piero a Grado da luogo della prima evangelizzazione a meta di pellegrinaggio medievale», *Atti del Convegno di Studio*, Pisa 5-6 maggio 2000, Pisa: Felici Ed.

Chronicon Salernitanum, MURATORI L. A. Ed., in *Reum Italicorum Scriptores*, Milano 1726, II/2, p.236.

DAVIDSOHN, R. (1969), «Storia di Firenze», Sansoni, Firenze,

DAVOLI, F. (1888), «Vita della grande contessa Matilde di Canossa scritta in versi eroici da Donizone prete e monaco benedettino e volgarizzata per la prima volta da Don Francesco Davoli», Stabilimento Tipografico e litografico degli Artigianelli, Reggio nell'Emilia.

Del Carmen Barceló-Torres, M. (1984), «*Minorías islámicas en el país valenciano. Historia y dialecto*», Valencia: Instituto Hispano-Arabe de Cultura.

DEL TREPPIO, M. (1989), «Stranieri nel regno di Napoli. Le élites finanziarie e la strutturazione dello spazio economico e politico», in ROSSETTI 1989, pp. 179-232.

ELSHEIKH, M.S. (2000), «Presenza arabo-islamica in Toscana», in Camera d'Aflitto, I., a cura di, «La presenza arabo-islamica nell'edizione italiana», *Quaderni di Libri e riviste d'Italia*, 44, Roma, pp. 93-100.

GARZELLA, G., a cura di (1998), «Etruria, Tuscia, Toscana. L'identità di una regione attraverso i secoli, II (secoli V-XIV)», *Atti della seconda Tavola Rotonda*, Pisa, 18-19 marzo 1994, Pisa: Pacini Ed.

— (2000), «*Fabri e fabricae* a Pisa: una presenza nel cuore della città medievale», in BRUNI, ABELA, BERTI 2000, pp. 37-49.

GAUTIER-DALCHE, P. (1995), «*Carte marine et portulan au XIIe siècle. Le liber de existencia riveriarum et forma maris nostri Mediterranei*», *Collection de l'École Française de Rome*, 203, Boccard, Paris.

GELICHI S., BERTI G., NEPOTI S. (1993), «Relazione introduttiva sui “bacini”», *Albisola*, XXVI, pp. 9-30.

GISBERT SANTONJA, J.A., BURGUERA SANMATEU, V., BOLUFER I MARQUES, J. (1992), «La cerámica de Daniya – Dénia», València: Ministerio de Cultura.

GUICHARD, P. (1990), «L'Espagne et la Sicile Musulmanes aux XIe et XIIe siècles», Lyon: Presse Universitaires de Lyon.

KURZE, W. (1998), «Dall'età franca al Mille», in Garzella 1998, pp. 17-52.

LIOTTA, F. (1972), «Burgundione da Pisa», *Dizionario Biografico degli Italiani*, XV, Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, p. 423-428.

LUZZATI, M. (1994), «L'insediamento ebraico a Pisa prima del Trecento: conferme e nuove acquisizioni», in «*Società, Istituzioni, Spiritualità. Studi in onore di Cinzio Violante*», I-II, *Collectanea*, 1, Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, pp. 509-518.

MAINONI, P. (1994), «Mercanti italiani a Barcellona e a Valenza nel tardo Medioevo», in Del Treppio, M., a cura di, «Sistema di rapporti ed élites economiche in Europa (secoli XII-XVII)» *Europa Mediterranea. Quaderni*, 8, Napoli: Liguori Ed., pp. 199-209

MARAGONE – BERNARDO MARAGONE, «*Annales Pisani*» (LUPO GENTILE, M., a cura di, *R.I.S.*, VI, 2, Bologna, 1930-1936).

MAZZANTI R. (2003), «Le conoscenze sullo sviluppo del litorale toscano nel Quaternario», in TANGHERONI, 2003: pp. 333-338.

MORELLI, M., TANGHERONI, M., a cura di (1994), «Leonardo Fibonacci Il tempo, le opere, l'eredità scientifica», Pisa: Pacini Ed.

MULET MÁ, M. (1991), traducció de, «Liber Maiolichinus de gestis Pisanorum illustribus», Palma de Mallorca: Societat Arqueològica Lulliana.

NAVARRO-PALAZÓN, J., JIMÉNEZ-CASTILLO, P. (1994), «Sharq al-Andalus. Resistencia frente a los Almohades», Testo illustrativo per la mostra, Murcia 22 Dicembre 1993 / 31 Enero 1994, Murcia.

PAULI DIACONI, «Continuatio Romana della Historia Longobardorum», WARTZ G., Ed., in MGH, *Rerum Langobardicarum et Italicarum saec. VI-IX*.

PERONI, A., a cura di (1995), «Il Duomo di Pisa», Vol. I-III, «*Mirabilia Italiae*», Modena: F.C. Panini Ed.

PETRALIA, G. (2000), «Santi e mercanti nel Mediterraneo Latino Medievale: note diacroniche», in ROSSETTI, VITOLO 2000, I, pp. 89-100.

REDI F., 1994, «Spazi e strutture mercantili-produttive a Pisa tra XI e XV secolo», in GROHMANN A., a cura di, «Spazio urbano e organizzazione economica nell'Europa medievale», *Atti: Eleventh International Economic History Congress, Annali della Facoltà di Scienze Politiche* (Università di Perugia), aa. 1993-94, 30. *Materiali di Storia*, 14, pp. 285-320.

RENZI-RIZZO, C. (2001), «Riflessioni sulla lettera di Berta di Toscana al califfo Muktafi: l'apporto congiunto dei dati archeologici e delle fonti scritte», *Archivio Storico Italiano*, CLIX, pp. 3-47.

RONZANI, M. (1996), «Chiesa e «Civitas» di Pisa nella seconda metà del secolo XI. Dall'avvento del vescovo Guido all'elevazione di Daiberto a metropolita di Corsica (1060-1092)», *Piccola Biblioteca Gisem*, 9, Pisa: Ed. ETS.

— (2003), «S. Piero a Grado nelle vicende della chiesa pisana dei secoli XIII e XIV» in CECCARELLI-LEMUT, SODI (2003): pp. 27-80.

ROSSELLÓ BORDOY, G. (1993), «Terminología naval según las fuentes históricas y lexicográficas» in Berti, G., Pastor Quijada, J., Rosselló Bordoy, G., *Naves Andalusies en cerámicas mallorquinas*, Palma de Mallorca: Imagen/70, pp. 11-19, pp. 29-41.

ROSSETTI, G., a cura di (1989), «Dentro la città. Stranieri e realtà urbane nell'Europa dei secoli XII-XVI», *Europa Mediterranea. Quaderni*, 2, Napoli: GISEM – Liguori Ed.

ROSSETTI G., VITOLO G., a cura di (2000), «Medioevo Mezzogiorno Mediterraneo. Studi in onore di Mario del Treppio», Vol. I-II, *Europa Mediterranea. Quaderni*, 12-13, GISEM – Liguori Ed., Napoli.

SCALIA, G. (1963), «Epigrafica Pisana. Testi latini sulla spedizione contro le Baleari», Pisa: *Miscellanea di Studi Ispanici*, pp. 234-286.

— (1971), «Il Carme Pisano sull'impresa contro i saraceni del 1087», Studi di Filologia Romanza. *Scritti in onore di Silvio Pellegrini*, Liviana Editrice, Padova (Estratto: pp. 1-63).

SCHMIEDT, G. (1978), «I porti italiani nell'alto medioevo», Spoleto, in *Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo su La navigazione mediterranea dell'Alto Medioevo*.

SCHREINER, P. (1995), «L'importance culturelle des colonies occidentales en territoire byzantine», in BALARD, DUCCELLIER 1995, pp. 288-293, 295-297.

SIMONI, D. (1960), «Imprese e battaglie marittime dei Pisani (603-1284)», Pisa: Arti Grafiche Pacini – Mariotti.

TANGHERONI, M. (1994), «Fibonacci, Pisa e il Mediterraneo», in MORELLI, TANGHERONI 1994, pp. 16-34.

— (1995), «Pise en Sardaigne. De la pénétration à la colonisation: stratégie et tactiques multiples», in BALARD, DUCCELLIER 1995, pp. 35-39, 46-47.

— (1996), «Commercio e navigazione nel Medioevo», Roma – Bari: Laterza.

— (2000), «La prima espansione di Pisa nel Mediterraneo: secoli X – XII. Riflessioni su un modello possibile», in ROSSETTI, VITOLO 2000, II, pp. 3-23.

— a cura di (2003), «Pisa e il Mediterraneo. Uomini, merci, idee dagli Etruschi ai Medici», Milano: Skira.

TANGHERONI, M., RENZI-RIZZO, C., BERTI, G. (2004), «Pisa e il Mediterraneo occidentale nei secoli VII-XIII: l'apporto congiunto delle fonti scritte e di quelle archeologiche», in BERTI, RENZI RIZZO, TANGHERONI 2004, pp. 109-142.

TICCIATI, L. (1998), «L'Ordine dei Mercanti a Pisa nei secoli XII-XIII», *Piccola Biblioteca Gisem*, 13, Pisa: Ed. ETS.

TOLAINI, E. (1999), «Pisano Antico. Le parole del mare. Termini volgari e mediolatini attinenti alle attività marinare pisane nel medioevo», Pisa: Nistri-Lischi.

TONGIORGI, L. (1964), «Pisa nella Storia della Ceramica», *Faenza*, L, pp. 3-24.

ZACCAGNINI, G. (1994), «Il giuramento di fedeltà di Bernardo vescovo di Galtelli all'arcivescovo e alla Chiesa di Pisa», *Bollettino Storico Pisano*, LXIII, pp. 35-59.

NOTAS

1 N.B. In merito a questi esemplari appare del tutto ingiustificato il riferimento di quelli con le imbarcazioni, nn. 19 e 59, al XII secolo, per collegarli con l'impresa Balearica. Per inciso possiamo ricordare che, sebbene non siano molti, un altro esempio, con forma diversa, ma eseguito con la stessa tecnica, segnalato a Denia, viene riferito all'XI secolo o alla fine del X (Gisbert Santonja, *et alii*, 1992, p. 119 / n. 001; Rosselló Bordoy 1993, p. 39 / Figura 10).

Al riguardo, per quanto concerne gli esemplari pisani, è anche importante l'associazione con tutti gli altri «bacini», egiziani, tunisini, siciliani, ricordati sopra, il cui riferimento alla fine X – prima metà XI secolo è confermato anche da indagini archeologiche nelle relative zone. Vedere in particolare il frammento n.60 (siciliano) impiegato per mascherare la rottura del n.59 al momento della posa in opera. Per questi motivi non è certamente da condividere, ad esempio, l'opinione di alcuni studiosi, riportata da Abulafia (cfr. Abulafia, 2003: p. 246). Questi, infatti, «hanno visto nella presenza di bacini ceramici, probabilmente di origine maiorchina, raffiguranti imbarcazioni in navigazione ed esposti all'esterno di San Piero a Grado, vicino a Pisa, la prova di un preciso legame commerciale tra Pisa e Maiorca», ma soprattutto contestabile è il seguito del discorso «Così l'invasione di Maiorca (1113) sarebbe stata un tentativo di creare una base commerciale ai confini del mondo musulmano, da dove penetrare sempre più a nord dell'Africa e nei mercati del sud della Spagna». Qualche forma di mercato con questi luoghi, infatti, esisteva già da un secolo e più ed un eventuale cambiamento sta eventualmente nel fatto che, stando a quanto rinvenuto al momento, si trattava di commerci (o scambi) non ratificati da contratti stipulati ufficialmente, per scritto.

EL ORIGEN DE BARRANCOS

MANUEL FRUCTOS ROMERO

Desde comienzos del siglo XIV tenemos noticias de las diferencias de términos entre Aroche y Moura por los documentos que sobre esta cuestión se conservan en la Torre do Tombo.

Estas diferencias se extendían a las villas de Encinasola y Noudar, así como entre Aroche y Encinasola. De las primeras han llegado hasta nosotros dos documentos fechados el 20 de febrero de 1493¹ y el 16 de marzo del mismo año², que se conservan en el mencionado archivo portugués. La documentación procedente de Castilla era relativamente pobre, conocíamos las cartas que los Reyes Católicos dirigieron al licenciado Rodrigo de Coalla diputándolo y dándole poderes suficientes para entender sobre estas diferencias, por ejemplo, una de fecha 8 de noviembre de 1491, en la que los reyes mandan una carta al concejo de Sevilla para que faciliten al licenciado toda la información necesaria para delimitar con un representante del reino de Portugal los términos de Encinasola y Noudar³.

La guerra con Portugal alteró la ya diezmada tranquilidad de la zona, la villa de Noudar es tomada a Portugal en fechas anteriores al 20 de marzo de 1476, pues los Reyes Católicos ordenan al concejo de Sevilla que provean vigilancia a la dicha villa con treinta centinelas que se renueven cada quince días *«de manera que ante que los unos se partan los otros sean llegados a ella»*⁴.

Comienzan los pleitos entre Aroche y Encinasola. El 22 de octubre de 1477⁵ Martín Pérez Ovejero denuncia el robo de trescientas ovejas y setenta carneros por parte del concejo de Encinasola, hecho acontecido unos tres años antes, en el que los pastores del rebaño no salieron bien parados, les robaron hasta los zapatos, y no fue denunciado en la fecha de los hechos *«por la poca justicia que avia avido en esta tierra»*.

Así mismo, por carta de fecha 2 de febrero de 1485, y con objeto de determinar las

diferencias entre estas villas castellanas por las tierras de la Contienda, los reyes comisionan al bachiller Sebastián de Lobatón para que entienda sobre tales diferencias y que, como veremos más adelante, dictó sentencia.

El documento de fecha 16 de marzo de 1493 permitió escribir sobre el conocido Pleito de Barrancos, pero no conocíamos la versión castellana sobre las diferencias entre Noudar y Encinasola. El castellano relata todo el proceso acaecido entre el 15 de febrero y los primeros días de marzo de 1493: comienza con las cartas intercambiadas por el doctor Vasco Fernández en representación del reino de Portugal y el licenciado Rodrigo de Coalla por parte de Castilla, continua con la presentación de dos testigos por cada parte implicada y las preguntas de los interrogatorios a que serían sometidos los testigos⁶.

El interrogatorio castellano es el siguiente:

1. *Primeramente sy saben o han visto o oido desir a las dichas villas de Enzinasola e Nodar e conoçidos a los alcaydes que alli*

han seydo de diez e de veynte e treynta e quarenta años a esta parte o de quanto tiempo se acuerden.

2. *Y ansy saben çierto que del dicho tiempo an de diez e de quinse e de veynte e treynta e quarenta años e mas tiempo a esta parte que los vesinos de la dicha villa de Ensinasola siempre poseyeron por termynos suyos paçificamente e syn contradición alguna todos los prados, pastos e abrevaderos que son desde un mojon que esta en el cabeço de la Vereda de la Horden e traviesa con la Vereda que va a Castil de Çis e de ay al Villar de Mateos e dende por un camino al Plado (sic) de Mateos donde esta una enzina grande e dende al Camyno de las Roçianas por el dicho Plado de Matheos travesando el camino que va de Frexenal e dende a un cabeço que es asomante a la Fuente el Corcho e dende a otro cabeço que es asomante al Val de la Fuente del Corcho e siguiendo el lomo hasta la sierra del Almenero por junto con la Hoya del Gavilan. E siguiendo el dicho lomo allende la Hoya del Gavilan sobre la sierra del Almenero asomante a las casas de Val del Maestre e siguiendo el dicho lomo del Almenero asomando a la Vereda que viene de la casa vieja e siguiendo el dicho lomo adelante al Asebuchal e dende por medio del dicho Asebuchal en el dicho lomo del Almenero, e de ay syguiendo la ladera del dicho lomo asomando al Murtiga e syguyendo la dicha ladera por el pie de la sierra hasta junto a las casas del Almenero e dende a la Fuente del Almenero donde esta un nogal, e dende por çerca de la Fuente La Pipa e de ay a do disen las Antas e de ay do disen la Corte la Garrocha e de alli por un lomo arriba que esta en par de la Grajera e de alli a un cabeço que esta en par del enzino*

grande e de alli a la mano derecha del Corral del Brueco e de alli a dar a la Atalayuela ençima de la tyesta e de alli a la cabeça de Gamos junto a los mojones del termyno de Aroche. En los quales dichos limites e en cada uno de ellos vieron fechos mojones enteros de dicho tiempo an e sy entra dentro dellos el pueblo de los Barrancos que esta en termyno de Castilla, e sy vieron lo susodicho de quarenta e cinquenta años e mas tiempo a esta parte lo han oydo desir a sus padres e antigos.

3. *Y ansy saben çierto que de los dichos tiempos han los vesinos de Ensinasola e vasallos de Castilla poseyeron los dichos termynos hasta los dichos limites e pagaron a la yglesia de la dicha villa de Encinasola los diezmos e los terralgos a los vesinos de dicha villa e de los logares de las Cunbres e de la Figuera que son suyas de las dichas tierras.*
4. *Y ansy saben çierto que sy los vesinos de la dicha villa e vasallos de Castilla han dexado de poseer los dichos termynos prados pastos e abrevaderos por los dichos limites de algunos tiempos an han seydos por los alcaydes de Nodar mayormente por Gomes de Sylva que por fuerça e contra voluntad de dicho concejo e vesinos de la dicha villa de Ensinasola han apropiado asy los dichos termynos e grand parte dellos de los dichos limites e mojones a esta parte llevando los terralgos e diesmos dellos e sy non se los davan les prendian los cuerpos e los tenyan presos e los resgatavan como a moros en el dicho castillo de Nodar e les alaçeravan los bueys e les llevavan las bestias de manera que a cabsa de los daños que reçebian de los dichos alcaydes e fuerças e resistençias los han tomado los dichos termynos prados pastos e abrevaderos que agora disen poseer de los dichos limites an e que a cabsa de no reçebir tales daños e sustos myedos tuvieron por bien porque no los matasen de acodiles con los terralgos e diesmos syn ser a ellos obligados de justiçia e derecho sy algunos les han dado.*
5. *Y ansy saben que estando enteros muchos de los dichos mojones por los dichos limites puede aver quinse e veynte e treinta años que los dichos alcaydes de Nodar en espeçial Martin de Sepulveda los anduvo derrivando e desfasiendo usando de sus fuerças e resistençias e quanto par de tierra seria en luengo e en ancho lo que han tomado e ocupado al dicho logar de Ensinasola.*
6. *Y ansy saben çierto que la dicha villa de Ensynasola ha thenydo e oy dia tyene de muchos tiempos que an que memoria de omes no es en contrario con todos los logares comarcanos asy de Castilla como de la dicha villa de Nodar sus limites e termynos conoscoçidos.*
7. *Y ansy saben çierto que de todo lo susodicho e de cada cosa e parte dello aya seydo e sea publica voz e fama muy antiquada e notoria en las tierras e comarcas e entre las personas que dello han avydo e han notiçia e conoscoçimiento asy de vista como de oydos.*

Y el correspondiente portugués:

Señores estas son las confrontaciones que la villa de Nodar tyene de sus termynos e limites pareados de dentro de las riberas en el articulo nonbradas de en la horden e los comendadores de ella llevavan sus derechos diesmos e ervajes de sus campos e pastos. Y empieza primeramente por el agua de la ribera de Ardila arriba hasta el molino de Tejero de la parte de arriba asy como va por la ribera de Almendra e de la ribera de Almendra al rincon de los Grajos e de ay a un cabeço alto asy como corta el dicho cabeço derecho e de ay al pie del dicho monte como va a la ribera de Mortigon a ensima e de ay hasta la ribera de Valquemado e por la ribera arriba sale de las casas de Valquemado e de Valquemado por el camino derecho a la fuente Piçarrilla e de ay por la ribera del arroyo de Gamos abajo hasta Mortigon e Mortigon abaxo hasta la ribera de Ardila e de la dicha ribera arriba hasta el castillo de Nodar e dentro destas divisiones es tomado a la villa de Nodar por los vesinos de Ensinasola e el Rincon de Giraldo e Valquemado.

Cabe destacar la poca precisión en la descripción de los límites y la falta de orden secuencial en los mismos, cuestión que no debió favorecerle. Ni los testigos, ni su propio escribano ayudan al doctor a defender sus posiciones, logicamente favorables al reino de Portugal. Tomada declaración a los testigos, el doctor Vasco Fernández rompe las negociaciones alegando «*que Juan Jorje su escribano le desia que no podia dar fe en la dicha yglesia de Santo Pedro porque non hera tierra de contienda e que lo que allí se fisiese seria en fe ninguna e que tenya testigos para ello*». Esto junto con las *protestaciones* hechas por *ciertos* oficiales del concejo de Moura y por Pedro Afonso, comenda-



Figura 1 – Ermita de San Pedro vista desde su ábside (UTM 29S, 680724, 4219928).

dor de la villa de Noudar, hacen que el doctor continúe los interrogatorios en el lugar de las Atalayuelas y que genere una nueva cuestión a resolver, ¿a quién pertenece la ermita de San Pedro?

El licenciado mandó a su escribano Gonzalo Pinar que constase en las actas lo que en ese momento estaban observando: «*E dende apoco de hora del dicho licenciado Rodrigo de Qoalla dixo que pedia e pidio a my el dicho escrivano que le diese por testimonio de cómo andavan los ganados ovejunos de los vesinos de Mora que es de Portugal (los de Pedro Barreto) e las vacas de los vesinos de Ensinasola juntamente comyendo los dichos terminos junto con la dicha hermyta de Santo Pedro, los quales yo el dicho escrivano e otros testigos vimos andar e pacer junto con la dicha iglesia por donde claramente se parese la malisia del dicho doctor Vasco Fernandes testigos los susodichos e otros muchos vesinos de Ensinasola*». Por su parte el alcaide de Encinasola, Francisco de Tovar en nombre del veinticuatro de Sevilla Luis Méndez Portocarrero, junto con Domingo Márquez alcaide de Aroche, presentan a seis testigos para que declaren sobre la pertenencia de la iglesia de San Pedro, todos ellos castellanos, dos de Cumbres de San Bartolomé, uno de Higuera, dos de Encinasola y uno de Aroche. Por otra parte, el alcaide de Encinasola, presenta como prueba la sentencia dictada por el bachiller Sebastián de Lobatón, en la que se describen los límites y se reconoce el usufructo de Encinasola sobre la Contienda, y que en la conocida Concordata de 1542 es confirmado.

La segunda pregunta del interrogatorio del licenciado Coalla dio pie a plantear la pertenencia de Barrancos a Castilla. Con objeto de determinar las diferencias entre Noudar y Encinasola, se presentan 30 testigos, dos de los cuales habían sido entrevistados por el doctor Vasco Fernández en las Atalayuelas, el resto, en su mayoría vecinos de Encinasola y de edad comprendida entre 36 y 80 años, con una media de edad de 64 años.

De la toponimia contenida en esta pregunta

podemos realizar un croquis de la zona en el que puede observarse las diferencias de límites que plantean portugueses y castellanos:

Es evidente que los límites presentados por Francisco de Tovar reivindican la actual población de Barrancos para Castilla, aunque creemos que no es más que una consecuencia, es decir, Encinasola pretende recuperar los territorios que tiempo atrás le pertenecieron y Barrancos entra dentro de estos límites.

Entre 1432 y 1444, el estado de abandono en que se encuentran las fortalezas castellanas de la Raya, junto a los abusos cometidos por los propios alcaides de los castillos, provocó la huida de muchos de sus pobladores, valga como ejemplo el caso de Aroche que en 1459 quedó con sólo 10 vecinos⁷, hechos que debió aprovechar el alcaide de Noudar, Gomes de Silva, para hacerse con parte del territorio hasta ahora ocupado por Encinasola, concretamente las márgenes del Múrtiga, desde el arroyo de Pedro Miguel hasta cerca de la Fuente de la Pipa, llegando por un lado hasta la Vereda de la Orden y, por el otro, a la desembocadura del Arroyo de Gamos en Mortigón.

En las declaraciones de los testigos castellanos podemos leer que siete de ellos afirman que 50 años atrás no había casas en los Barrancos, por ejemplo, Vasco Fernández, de 75 años de edad, dice «*e que a la sason no avian casas en los Barrancos, antes dixo que estava todo yermo*», cinco de ellos son más explícitos, así Rodrigo Álvarez manifiesta «*e queste testigo los comyo en tiempo de Gomes de Silva, pero que despues el dicho Gomes de Silva lo començo a defender e lo defendió e que a la sason no estavan pueblo en los Barrancos e que desde que fisieron alli dos o tres casas unos de las Cumbres que se llamavan Diego Gomes e Ferrand Mateos que se metían alli los portugueses e fasian daño a los castellanos*». Fernando Vázquez añade que «*Diego Gomes e Fernand Marques Carmona e Juan Domyngues Bermejo fisieron alli las primeras casas e a un Ferrand Mateos vesino de las Cumbres de San*

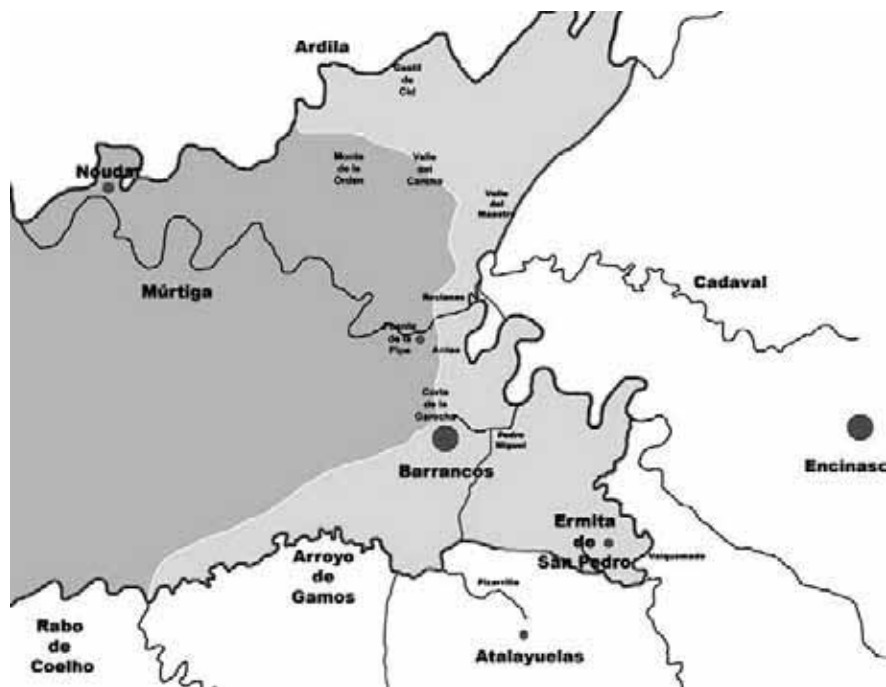


Figura 2 – Diferencias de límites que plantean portugueses y castellanos.

Bartolome e se fueron alli a bivar por no pagar monedas en Castilla e se fisieron con Gomes de Silva alcaide de Nodar el qual los favoreçio, e como en Castilla estavan en destruçiones quel dicho Gomes de Silva tomo por suyo los dichos Barrancos», y Alonso Pérez, de 70 años de edad, dice en su declaración «*que sabe que los primeros que poblaron en los Barrancos que se fueron alli por no pagar monedas en Castilla e questo lo oyo desir a sus fijos de Diego Gomes que fue el primero que alli poble*». Así que podemos situar en torno a 1443 como año en el que se construyeron las primeras casas de los Barrancos, año en que era alcaide del castillo de Noudar Gómez de Silva que, tres años más tarde, en 1446, fue destacado para Arzila⁸.

Martín de Sepúlveda, alcaide de Encinasola toma el castillo de Noudar por dos veces, la primera, como hemos dicho, antes del 20 marzo de 1476 y, la segunda, en 1478, que, tras conquistarlo, lo entrega al Rey de Portugal y, a tenor de los testimonios de los testigos cuando son preguntados por la quinta pregunta, algunos de ellos, declaran haber sido partícipes en la destrucción de los marcos citados en la segunda pregunta. Este desplazamiento implica la pérdida de territorio para Encinasola, quizás conservando algún espacio cercano a la actual frontera.

Consolidado el pueblo de los Barrancos, Encinasola lucha por conservar la margen derecha del Múrtiga, así, el 14 de febrero de 1489, los Reyes Católicos mandan que ningún vecino de sus reinos arriende al alcaide de Noudar el llamado Rincón de Juan Martín por ser de Castilla⁹, tal vez el último espacio que el pueblo castellano conservaba.

El doctor Vasco Fernández, terminada la toma de declaraciones a los testigos en el lugar de las Atalayuelas, decidió deshacer los pocos mojones que aún quedaban, y

la reacción por parte de Castilla no tardó en llegar. El 30 de junio de 1493 los reyes castellanos envían al conde de Cifuentes para rehacer los mojones derrocados por el portugués¹⁰.

Pero las piedras que, de forma simbólica delimitaban el territorio, no evitaron que las diferencias, robos e incluso muertes continuaran. El Rey de Portugal pide a los castellanos que envíen una persona para resolver esas diferencias. Por carta de fecha 12 de mayo de 1494, los Reyes Católicos dan la siguiente respuesta: «*Cuanto a lo que dice que Sus Altezas envíen una persona y que el señor Rey de Portugal enviara otra, para que juntos vean y determinen la diferencia que hay entre la villa de Aroche, tierra de Sevilla, y el lugar de San Gilesimo, tierra de Mora, del reino de Portugal, sobre una tierra que se llama la Contienda de Valhermoso, e que estas dos personas tengan poder bastante para determinar la dicha diferencia e penar e castigar a los que se hallaren culpantes; se responde que ya sobre este mismo caso hobieron enviado Sus Altezas al licenciado de Coalla, del su Consejo, el cual se junto con el doctor Vasco Fernandez, que envio el señor Rey de Portugal para ello, y estovieron mucho tiempo entendiendo en ello, y, según los estrumentos y abtos publicos que aca se trujeron, parece que aquello se dejo de determinar a cabsa del dicho doctor Vasco Fernandez, de donde han seguido los escandalos y heridas que entre los dichos logares han acaecido, a que a Sus Altezas parece que las dichas diferencias a castigue los culpantes, por que los dichos escandalos cesen; que para estos a Sus Altezas place de enviar para ello a la persona cual para ello convenga, e llevara poder bastante e mandamiento para lo determinar, e que asi lo debe hacer el dicho señor Rey*». ¹¹

A pesar de tantas diferencias y debates de términos, no tenemos noticias que Barrancos fuese, en otra ocasión, reclamado como término de Castilla.

NOTAS

- 1 As gavetas da Torre do Tombo, Doc. 3746, gav. XV, 23-8.
- 2 *Ibidem*, Doc. 2853, gav. XIV, 5-2.
- 3 El tumbo de los Reyes Católicos del Concejo de Sevilla, tomo V: p. 272.
- 4 *Ibidem*, tomo I: p. 167.
- 5 Archivo General de Simancas (AGS), RGS, 147710, 223 y RGS, 147802, 72.
- 6 AGS, Registro General del Sello, Cámara de Castilla, Diversos, Leg. 42, Doc. 11.
- 7 Los castillos de la sierra norte de Sevilla en la baja edad media. Nuria Casquete, Sevilla, 1993: p. 93.
- 8 Adelino de Matos Coelho, O Castelo de Noudar. Fortaleza medieval, Edição da Câmara Municipal de Barrancos.
- 9 El Tumbo de los Reyes Católicos del Concejo de Sevilla. Tomo V. Edición de la Universidad Hispalense, dirigida por R. Carande y J. De M. Carriazo, Sevilla: Editorial Católica Española S. A., 1968: p. 233-234.
- 10 *Ibidem*. Tomo VI. Fundación Ramón Areces, Madrid, 1997: p. 394.
- 11 Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos. Antonio de la Torre y Luis Suarez Fernandez. Vol. II. Valladolid, 1960: p. 437.

AS MURALHAS DA COVILHÃ

MICHAEL MATHIAS

INTRODUÇÃO

A cidade da Covilhã, até há poucas décadas importante centro industrial de lanifícios, situa-se na encosta nascente da Serra da Estrela a uma altitude de 550 a 750 metros. O seu centro histórico é delimitado a noroeste pela ribeira da Carpinteira e a sudeste pela Ribeira de Goldra. Estas ribeiras juntam-se depois, a cerca de três quilómetros do centro, tomando o nome de ribeira do Corge, que desagua no Rio Zêzere na Cova da Beira.

A Cova da Beira é rica em estações arqueológicas, sobretudo da Época Romana, de onde se destacam Centum Cellas, perto de Belmonte, o pódio de grandes blocos almofadados, graníticos perto do Castro de Orjais e as estações de Terlamonte e da Quinta do Rio, que suspeita-se serem uma «Civitas Romana».

As origens da cidade da Covilhã são desconhecidas. Ainda não foram encontrados achados arqueológicos dentro da cidade, que comprove ter havido uma ocupação romana ou anterior, as incursões muçulmanas também não deixaram vestígios claros. Assim a fundação da cidade é atribuída nas lendas e narrativas ao fictício Conde Julião, e o nome da cidade à sua mal afamada filha Florinda, Julia ou Julia da Cava.

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas observações arqueológicas e comentários sobre as muralhas medievais da «Vila da Covilhã»¹, que o autor teve oportunidade nos últimos anos de estudar no âmbito de avaliações de impacto de obras em casas assentes nas muralhas.

Além das observações «in situ» foram consultadas publicações relacionadas com o tema. De 1899 datam os «Subsídios para a Monografia da Covilhan» de Arthur de Moura

Quintella, cidadão da Covilhã, que foram reeditados em *fac-símile* pela Associação de Estudo e Defesa do Património histórico-cultural da Covilhã em 1990. De onde se descrevem de forma sumária as muralhas e o castelo na «Chronica do Padre Manoel Cabral de Pina» de 1734, em 1958 Luís Fernando Carvalho Dias publicou a «História dos Lanifícios (1750-1834) Documentos» em três volumes, em que no capítulo «Fabricas da Covilhã, 1758», vol. I: p. 35, encontra-se uma descrição das muralhas relatando os efeitos do terramoto de 1755.

No âmbito das comemorações do «Centenário da Cidade da Covilhã» em 1970, José Aires da Silva lançou o livro «História da Covilhã»² onde fez uma síntese das informações a que teve acesso sobre a história da cidade da Covilhã.

Tendo como base a descrição das muralhas na «História dos Lanifícios (1750-1834)» foi elaborado, em 1980 por Ana Maria Mosa Carvalho Dias e Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, um relatório intitulado «Relatório sobre as muralhas da cidade da Covilhã» acompanhado por uma planta e documentação fotográfica. O relató-

rio serviu de memória descritiva no processo de classificação das muralhas que se encontrava no arquivo da «Associação Cava Juliana – Covilhã», a que o autor teve aceso. 6 anos depois as muralhas da Covilhã foram classificadas como «Imóvel de Interesse Público» no Diário da República, Série 2, 1/86 de 03-01-1986.

Nas «Comunicações da Primeiras Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares do Distrito de Castelo Branco, 11-13 de Março 1983, Castelo Branco» António João Pinto Pires escreveu um artigo com o título «Estado actual das antigas Muralhas da Covilhã».

Como fonte cartográfica é de mencionar o «Plano de Melhoramentos da Covilhã pelo Engenheiro Antunes Navarro no ano de 1883, Escala 1/2000»³, que se encontra no Arquivo Municipal, e que representa um documento importante para a história urbanística da cidade. Este plano deve ter sido um dos primeiros levantamentos topográficos da Covilhã baseado na triangulação, tendo sido desenhado com tinta de china sobre um tecido de linho. As propostas de melhoramentos, sobretudo relativamente ao alargamento da rede viária urbana, são feitas a lápis. Apesar de o plano não representar todos os edifícios individualmente, apenas os contornos dos quarteirões, mesmo assim fornece informações valiosas sobre o antigo traçado das ruas, a localização das igrejas e capelas que entretanto já desapareceram, além das alterações propostas e parcialmente realizadas, bem como o traçado das muralhas em várias zonas da cidade.

A Planta Aerofotogramétrica da Covilhã⁴ de 1970 também mostra alguns pormenores sobretudo na zona do castelo, que já não constam da cartografia mais recente.

AS MURALHAS

Como o atrás mencionado, o início e a autoria da construção das muralhas, tal como a ori-

gem da cidade, não foram suficientemente investigadas. Certo é que D. Sancho I concedeu foral à Covilhã em 1186 e legou no seu testamento em 1188 ou 1189, 86035 soldos e pipiões para os muros das vilas da Covilhã, de Coima e de Coruche, tendo D. Dinis iniciado o alargamento das muralhas em 1303.

Quintella relata que a antiga Covilhã estava situada na parte mais baixa da cidade actual (1899) junto aos pomares da ladeira Martin Collo: «S. Martinho á Cruz da Ratta, ou Ponte Martyr-in-Collo e Corredoura e foi ainda neste local que se realizou a reedificação ordenada por D. Sancho I»⁵. Quintella cita Alexandre Herculano, que era da opinião que a Covilhã já se tinha organizado municipalmente por si mesma antes de se lhe conceder foral. A mesma observação faz José Mattoso relativamente aos «foros» das vilas do Riba Côa.

Onde hoje se situa o Pólo I da Universidade da Beira Interior, a antiga Real Fabrica, a Capela de S. Martinho do século XIII e o Museu dos Lanifícios. A existência de linhas de água para além da Ribeira de Delgoldra e a exposição do terreno para Sudeste oferece ao local boas condições habitacionais, porém más condições para a defesa. A Capela de S. Martinho, ainda em 1758, «esta situada fora da vila e freguesia, solitária mas perto da povoação» que então constava de sessenta e oito fogos⁶. A construção da Estrada Real n.º 55 no século XIX modificou a topografia profundamente, sendo que a capela, actualmente encontra-se a vários metros acima do nível da Rua Marquês de Ávila e Bolama, separada assim da zona envolvente.

A cintura das muralhas forma, grosso modo, um trapézio com cantos arredondados. (Figura 1) Cinco Portas, nomeadamente as «Portas da Vila» – «A» e as «Portas do Sol» – «B» para Nascente, as «Portas de S. Vicente» – «C» para Sul, as «Portas do Castelo» – «D» para Poente e as «Portas de Altravelho ou Caravelho» – «E» para Norte, e quatro postigos, o «Postigo do Terreiro da D. Teresa» – «1», o «Postigo da Barbacã» – «2», o «Postigo do Rosário» – «3», e o «Postigo da Pouza» – «4», asseguravam a comunicação com os arrabaldes.

O relevo do espaço urbano fora e dentro das muralhas não é homogêneo não se podendo considerar uma simples área inclinada, já, que circunda quatro colinas, das quais a mais alta é a do castelo com cerca de 730 m de altura. Para Nascente, na Rua da Ramalha fica outra colina com 709 m, a Sul desta situa-se outra com 700m e última no Largo do Rosário com 706 m. Enquanto que a actual Câmara Municipal fica a 676 m. Estas três últimas formam núcleos habitacionais ogivais, bem visíveis na planta da cidade.

Fora do recinto amuralhado existiam, para além do núcleo da Capela de São Martinho, vários outros à volta de igrejas, capelas e do mosteiro da Ordem de S. Francisco. Sabe-se que em 1320⁷ a vila da Covilhã tinha 14 igrejas: Santa Maria do Castelo, S. Salvador, S. Pedro, S. Bartolomeu, Santa Maria Madalena, S. Domingos, S. Estêvão, S. Martinho, S. Miguel, S. Silvestre, S. Tiago, S. Lourenço, S. João de Manta in Colo⁸ e S. Vicente, sendo que apenas uma, a igreja da «Santa Maria do Castelo» se situava dentro das muralhas: com três naves e sete altares, estava localizada no sítio da actual igreja «Santa Maria Maior»⁹, construída entre 1872 e 1886. Somente uns alicerces foram aproveitados da antiga igreja¹⁰. Muitas outras igrejas e capelas

desapareceram no final do século XIX¹¹ e início do século XX libertaram o espaço para a construção quer de novas habitações particulares, quer de novas instalações fabris.

Nos dias de hoje resta menos de que a metade da antiga cintura da muralha, sendo apenas recordada no passado pelas autoridades e pelos cidadãos em tempos de perigo.

De referir que, D. Afonso V em 24 de Junho de 1459 responde aos Procuradores da Villa da Covilhan Affonso André e Fernão da Costa¹²:

Item, Senhor, os muros e barreiras d'esta Villa são mui danificadas e destruídas e tem mui grandes quebradas os muros e furtão d'elles muitos cantos e pedras e pode se acontecer mais azinho cousa de mester: pedimos-vos por mercê que os

mandeis corregger e reparar porque sentimos que será vosso serviço. A este respondemos que podem bem e nos apraz outhorgar requerrão a Fernão da Silveira e o Desembargo para elle.

E que no primeiro ano das Guerras da Restauração, 1641, as muralhas encontravam-se em estado de franca degradação levando os procuradores da Vila da Covilhã¹³ Francisco Botelho da

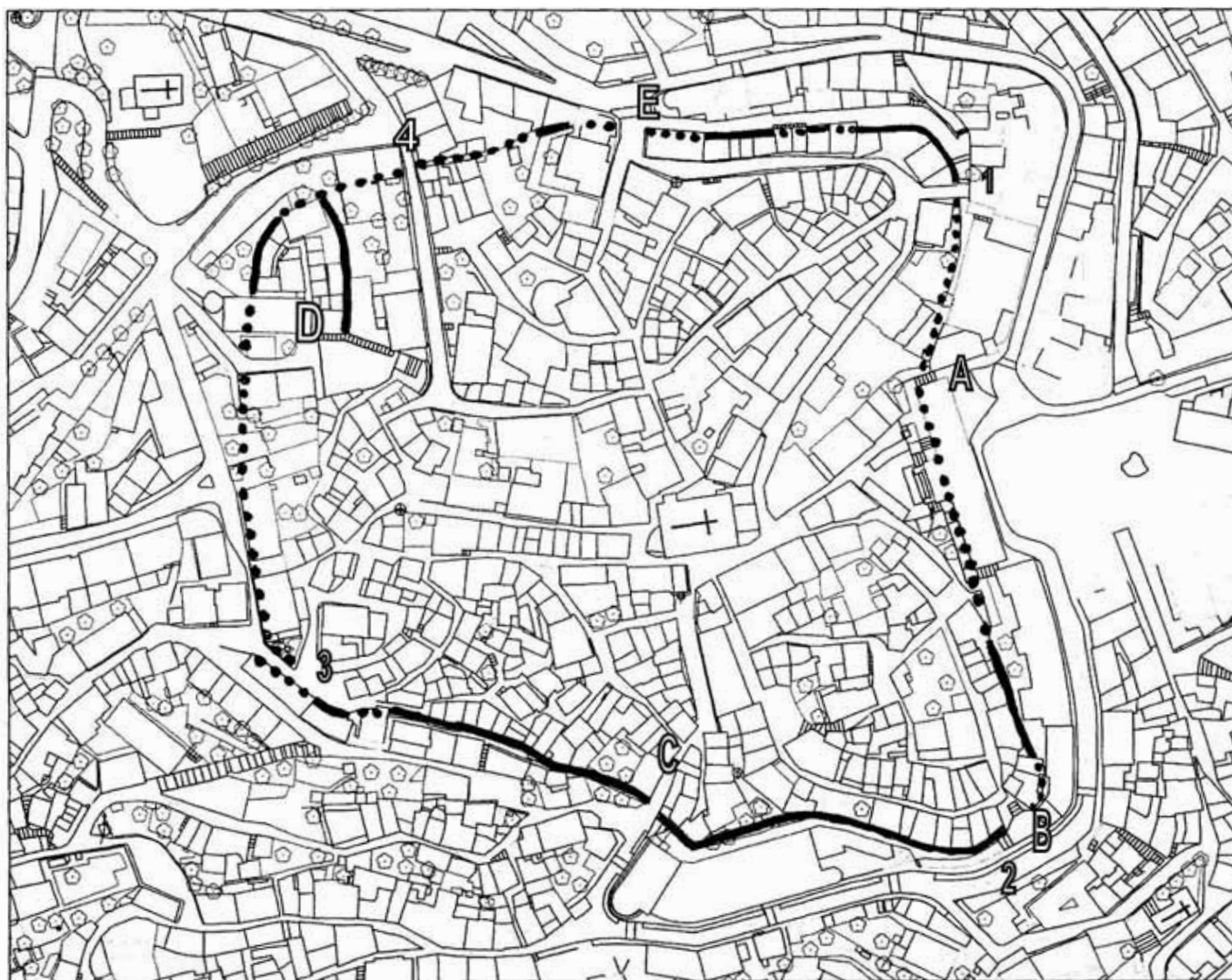


Figura 1 – Mapa do Centro Histórico da Covilhã sem escala (aprox. 1/2000).

Guerra e João de Sousa Falcão a apresentam às Cortes em 1641 no Capítulo 14:

«... os muros e fortalezas que antigamente se fizeram para a sua defesa, em tempos da guerra, estão desbaratados em alguns partes... dos muros a dentro há somente uma fonte que é o poço que chamam del-Rei... junto das fortalezas da parte fora, está a Fonte Nova que se pode meter das fortalezas para dentro. Pedem a V. Megde mande acudir e reparar as ditas fortalezas e que a dita fonte se meta dos muros para dentro».

A demolição sistemática das muralhas iniciou-se em 1769 por ordem real para aproveitar as suas pedras, para a construção da nova Real Fabrica, como mostra a carta régia dirigida aos Juiz, Vereadores e officiaes da Câmara da Villa da Covilhã¹⁴:

«Sou servido ordenar-vos que mandeis entregar a ordem do Superintendente e do Administrador da mesma Fabrica André Lombardy toda pedraria dos muros cahidos d'essa Villa para a construção do edificio da nova fabrica a que se deve proceder sem perda de tempo.

Escripto no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a doze de Maio de 1769.

Rei. Para o Juiz, Vereadores e officiaes a Câmara da Villa de Covilhã».

Assim como muitos outros monumentos patrimoniais em todo o país foram demolidos, em 1853, os «restos de uma torre e muralha» da antiga cerca da vila¹⁵, como acusava uma revista de Lisboa:

«Outro facto vandalico se deu ultimamente na villa da Covilhã, e que pertence a história da câmara transacta; a qual por mero arbítrio se ordenou a demolição dos restos de uma torre e muralha da antiga cerca da villa, sendo certo, que esta medida não tinha em



Foto 1 – «Câmara Nova».

vista utilidade ou comodidade pública, mas unicamente o interesse de alguns camaristas, que aproveitaram a pedra da demolição para edificações suas particulares.»

As demolições continuaram pelo século XX e nos anos cinquenta do século passado, o Estado Novo iniciou grandes modificações urbanísticas no centro da cidade; começou a construção dos edifícios da «Caixa Geral de Depósitos», dos «CTT» e da nova «Câmara Municipal», além de outros projectos como o «Hotel Sol Neve», o «Cine-Teatro» e o



Foto 2 – «Câmara Filipina».



Foto 3 – «Câmara Filipina».

antigo «Café Montalto», que alteraram completamente o aspecto da Praça do Município, vulgarmente chamado de Pelourinho, que já tinha desaparecido no século XIX. Na foto 1 é possível observar o edifício da Câmara, o antigo «Café Montalto» e a torre do «Cine-Teatro» após a última intervenção no âmbito do Programa Polis.

Há que salientar que o novo edifício da Câmara municipal, inaugurado em 1958,



Foto 4 – «Rua 6 de Setembro».

veio substituir o edifício da «Câmara e Cadeia» construído por ordem de El-Rei D. Filipe I, concluído em 1614¹⁶. Este edifício, como mostram as antigas fotografias (Fotos 2 e 3), estava encostado à muralha no sítio das chamadas «Portas da Villa» (A). Essas portas tinham duas torres, uma na parte do Norte que então já tinha desaparecido, e a outra do lado Sul, que ficou integrada na nova construção bem como a própria porta denominada «Arco da Cadeia». No centro das fotografias vê-se a «Casa da Hera» que pertencia ao Infante D. Luís, filho de D. Manuel I e Senhor da Covilhã, e a «Fonte Nova», que foi desmontada e reconstruída no Jardim ao pé da Igreja da N^a Sr^a da Conceição. As pedras no primeiro plano da fotografia 3 são o que resta do antigo mercado que ali existia.

Os vestígios da muralha ainda existente encontram-se nas traseiras dos edifícios da Rua António Augusto d'Aguiar e foram aproveitados para sobre eles se erigirem as habitações da Rua 6 de Setembro.

Neste local foi realizada um estudo sobre o impacto de obras de reconstrução da casa n.º 30 na Rua 6 de Setembro e da zona envolvente ou melhor da parcela de terreno em frente à muralha (Foto 4).

Trata-se de uma faixa estreita de terreno de cerca de 50 metros de extensão em frente à muralha, cheia de entulho e de vegetação selvagem, acima do edifício da Telecom (antigo edifício dos CTT); O pano exterior da muralha assenta directamente na rocha granítica. O aparelho é composto por fiadas irregulares de blocos rectangulares ou quadrados. A primeira fiada é um pouco saliente e forma uma espécie de sapata. Uma característica deste aparelho, que se pode também observar em vários outros troços da muralha, é a quase ausência de pedra miúda.

Na cave do edifício existem as pedras do pano exterior que na altura da construção não foram cortadas mas simplesmente endireitadas e rebocadas.

A «Rua António Augusto d'Aguiar» conduz a uma praça onde está o posto da PSP, o antigo edifício dos Correios. Nas traseiras deste edifício sobe a «Rua da Barbacã» até a referida praça. Este topónimo faz referência a um elemento de uma fortificação para a protecção de uma porta, neste caso das «Portas do Sol», que obrigou os transeuntes a passarem primeiro por este local, antes de subirem para as portas da cidade, desconhecendo-se ao certo onde se situou o «Postigo da Barbacã», a que se refere a descrição de 1758¹⁷, mas pensam-se que talvez desse acesso à capela de S. Silvestre que existe perto do local.

Hoje uma longa escada vence o desnível de cerca de 10 m de altura até às portas. Das «Portas do Sol» e das suas duas torres nada resta¹⁸. De referir de apesar da localização das «Portas do Castelo» (D) no alto, todas as outras ficariam em baixo numa linha de água, como é o caso das «Portas da Vila», já mencionadas, as «Portas de S. Vicente» (C) que se seguem e as «Portas do Altravelho» orientadas para o Norte. As «Portas do Sol» davão acesso a um núcleo habitacional de forma mais ou menos ogival a uma cota máxima de 700m que representa uma das quatro colinas, que a muralha circundaria. De referir que a antiga judiaria¹⁹ da Covilhã situava-se na actual «Rua das Portas do Sol». Mas contudo parece, que o traçado das ruas actuais não é tanto do acaso ou uma simples consequência da topografia, mas resultado de uma intervenção planeada; um núcleo habitacional amuralhado com a sua porta própria e uma barbaca que as outras portas não possuem, talvez fosse possível identificar este núcleo amuralhado como as muralhas de D. Sancho I e o recinto maior com a intervenção de D. Dinis em 1303.

É de salutar que uma barbaca em frente das «Portas do Sol» só podia cumprir a sua função defensiva sem a existência das «Portas da Vila» e das «Portas de S. Vicente». Pensa-se que o acesso à barbaca poderia ser feito pela «Rua António Augusto d'Aguiar», da que existe um



Foto 5 – «Panorama».

desnível considerável de vários metros entre esta rua e a «Rua de Capitão Roçada» que corre paralelamente. Assim, quem se aproximasse das «Portas do Sol» tinha a sua direita a muralha, à sua esquerda o terreno inclinado e a sua frente a barbaca onde tinha



Foto 6 – «Portas do Sol».

de passar para entrar nas portas. Um guerreiro com o seu escudo na mão esquerda e a espada na mão direita apresentar-se-ia desprotegido perante os defensores na muralha, é um esquema que se encontra muitas vezes nos acessos às portas de castelos.

Assim, entre as «Portas do Sol» (B na planta) e as «Portas de S. Vicente» (C na planta) as muralhas ficam bem visíveis já de longe e são o troço mais característico e pitoresco das mesmas (Foto 5). Estas assentam directamente em cima da rocha e servem de alicerces para as casas mais antigas da «Rua das Portas do Sol». Aqui também se verificam várias fases de reconstruções com aparelhos diferentes, a última datável do ano 2005, após uma derrocada no ano anterior. Infelizmente não foi possível fazer observações durante as obras de reconstrução, que teriam permitido obter mais pormenores sobre a construção, nomeadamente sobre a questão de se a muralha na sua parte inferior, onde assenta em cima da rocha (Foto 6) e fica encostada a ela, é composta somente de um pano e só quando ganha em altura é rematada com um pano interior. O edifício da Praça esconde uma parte da muralha até às «Portas de S. Vicente». A «Igreja de S. Vicente» situava-se umas dezenas de metros à frente das portas. Alguns dos seus elementos arquitectónicos ainda estão conservados no edifício que foi construído no local.

Assim, as «Portas de S. Vicente» desapareceram, e os cunhais visíveis resultam provavelmente do novo arranjo da rua, após a demolição das duas torres, que se encontravam inteiras ainda no século XVIII mas em avançado estado de degradação²⁰. A cota é de 675 m (Foto 7).

A muralha encontra-se ainda bem conservada nas traseiras das casas da «Rua D. Cristóvão de Castro», que sobe até ao «Largo do Rosário» a 700 m, onde se levanta a mesma questão relativamente a técnica da sua construção (Foto 8).

Na «Rua da Formosura» (antiga «Rua das Lages») existem duas casinhas velhas com os números 19 e 21 que parecem assentar directamente na muralha, como é visível pela «Rua D. Cristóvão de Castro» (Foto 9). O desnível, estimado na planta da cidade é de quase 10 m. Também é curioso, que estas casas modestas, de um piso só, possuam uma parede exterior composta de blocos de granito em fiada. Tudo leva a crer que aqui os restos do pano interior da muralha foram aproveitados como parede, algo que merece ser investigada.

Num estudo prévio sobre o impacto da Reconstrução do edifício no Largo do Rosário, realizado pelo autor, foi possível comprovar que a parede dorsal da cave, do piso térreo e do 1º piso é constituída pelo pano exterior das antigas muralhas da cidade da Covilhã. O seu estado de conservação é satisfatório. No processo da construção do actual edifício foram colocados cachorros de betão na muralha, que aliás causaram danos muito reduzidos (Foto 10).

É bem provável que a muralha também se conserve-se ainda nas duas casas que se seguem, embora o seu percurso se perda um pouco nas proximidades do «Largo do Rosário». O «Postigo do Rosário» localizava-se certamente aqui e é o único postigo que pode ser identificado com rigor (Foto 11). O nome refere-se a uma igreja «Senhora do Rosário» que ali existia nos finais do século XVI. Foram realizadas várias tentativas quer por parte da Câmara da Covilhã quer por parte particulares para que aí se instalasse um Mosteiro, algo que porém nunca se concretizou e Quintella²¹ relata que a igreja foi



Foto 7 – «Portas S. Vicente».



Foto 8 – «Rua Cristóvão de Castro».

transformada em casa de habitação e oficina de serralharia.

Daqui sobe a «Rua Capitão João de Almeida»



Foto 9 – «Rua da Formosura».

a cerca de 700m de altitude a «Rua do Castelo» a 730m. Das antigas muralhas nada resta neste troço. No início da rua encontra-se um prédio de habitação, que o levantamento de 1883 já representa. Depois segue a antiga fábrica de Francisco Ribeiro Aibéo²², edifício inaugurado em 1937. Os muros das propriedades que se seguem, quintais com árvores, não continuam no alinhamento destes prédios, mas rumam uns graus mais para a esquerda e mostram um aparelho completamente diferente em comparação com as muralhas: pedra grossas pouco talhadas, assentes directamente na rocha granítica, aqui visível, onde a parte superior é composto de pedra miúda e rematada por lajes estreitas e compridas (Foto 12). Esta mudança do rumo é provavelmente um resultado das propostas do Plano de Melhoramentos de 1883, que mostra desenhada com lápis o que actualmente existe. A fábrica²³ do lado esquerdo também segue este novo alinhamento. Tudo isto leva a concluir, que a antiga muralha da cidade subiu no alinhamento da «Fábrica dos Aibéos» até ao alto do castelo, desconhecendo-se quando foi desmantelado.



Foto 10 – «Muralha Rosário».

Neste troço o terreno não apresenta grandes desníveis ou encostas íngremes, que os fortificadores podiam ter aproveitado, como nos troços já referidos. Parece nos assim que aqui a muralha seria composta de dois panos dos alicerces até ao topo. O facto, das muralhas acompanharem a subida do terreno e não criarem um patamar, impediu o seu posterior aproveitamento como alicerces ou parede de uma casa e facilitou a sua ruína e posterior desmantelamento.



Foto 11 «Postigo do Rosário».

Quem continua a subir a «Rua Capitão João de Almeida» até ao cimo, a «Rua do Castelo» (cota 726 m) encontra à sua esquerda uma torre octogonal (Foto 13).

Trata-se de um depósito de água da antiga «Fábrica do Castelo» e não da «Torre de Menagem» do castelo, como é que se erradamente lê muitas vezes, é que foi alimentado por um aqueduto, demolido nos anos trinta do século XX. Ainda existe uma antiga fotografia, que mostra uma passagem por baixo do aqueduto, o chamado «Arco da Coarca», também designado como «Portas do Castelo», algo que parece pouco provável, porque este troço corre W-E e não N-S para conseguir dar entrada no castelo (Foto 14).



Foto 13 – «Depósito».



Foto 14 – «Portas do Castelo».



Foto 12 – «Rua Capitão João de Almeida».

O castelo situa-se no ponto mais alto da cidade a cerca de 730 m de altura. Bem como a origem da cidade, também a fundação do castelo é desconhecido. As fontes medievais, até agora consultadas, falam sempre das muralhas mas nunca do castelo, mas em 1320 já existia a Igreja de Santa Maria do Castelo e em 1384 a Covilhã é uma das praças do reino que obedecem a Castela. Nas fontes do século XVIII já citadas existem duas descrições do próprio castelo e das «Portas do Castelo».

Assim, as «Portas do Castelo»²⁴ eram protegidas por duas torres, por uma torre rectangular e por uma torre de cinco quinas, que simultaneamente, era a torre de menagem do castelo²⁵. Esta torre tinha 190 palmos de circunferência, o que dá um valor de cerca de 45 m ou 9 m de cada lado. A sua altura era de 100 palmos, portanto cerca de 25 m. A porta no interior do castelo encontrava-se «mais de quinze palmos acima dos alicerces», cerca de 4 m de altura. Já não tinha escada de acesso nem pisos interiores. Possuía apenas três pequenas aberturas, seteiras ou jane-

las e já estava em 1734 em estado degradado, sendo que em Março de 1758 caíram duas quinas até ao meio, e as restantes que ficaram em pé ameaçavam total ruína, como relata o inquérito paroquial de então.

Segundo este documento tinha o castelo uma porta situada na parte Nascente e flanqueada por duas torres²⁶, uma delas caiu em consequência do terramoto de 1755: «a dois anos ouço mais ou menos caiu um dos torreões da porta».

Quintella²⁷ traz a informação que o castelo no século XVI foi provavelmente utilizado como prisão até a construção de uma nova, cuja localização é desconhecida.

O castelo tem a forma ogival incompleta, já que a parte virada para o Sul foi cortada pelas «Escadas do Castelo» e a «Rua do Castelo». Da cintura da muralha restam apenas uns panos virados para Nascente e Poente. As «Portas do Castelo» situaram-se provavelmente nesta área. A colocação de mais uma porta flanqueada de duas torres e virada para Nascente num espaço relativamente reduzido parece, no estado actual da investigação, difícil²⁸ de existir, mas por outro lado permite a conclusão da existência isolada do castelo numa primeira fase e a sua posterior integração no sistema defensivo da cidade.

No final do século XIX encontravam-se três fábricas implantadas no castelo. Para Nascente a fábrica do Januário da Costa Rato²⁹, o edifício que foi completamente desmantelado: as portas viradas para as «Escadas do Castelo» foram tapadas com tijolos; o edifício encostou-se ao pano exterior da muralha, tendo o contorno do telhado desaparecido mas sendo ainda visível nas construções, que assentam por cima da muralha (Foto 15). A «Rua do Castelo» abre-se e forma uma pequena praça. O terreno inclina para Nascente, onde se encontram as «Escadas do Castelo» e o antigo estendedouro da fábrica. A sua construção modificou a situação topográfica profundamente. Trata-se de uma área inclinada e pavimentada com blocos graníticos de



Foto 15 – «Muralha do Castelo».

tamanhos diferentes, alguns deles provavelmente das muralhas do castelo, que se destinavam à secagem da lã lavada (Foto 16). A fábrica fechou em 1940.

O acesso ao castelo é feito unicamente pelas estreitas «Escadas do Castelo». A parte superior do castelo ocupa a antiga «Fábrica do Castelo» de Manuel Mendes da Cunha e Francisco Rodrigues Pintasilgo³⁰. O «Beco do Castelo» conduz ao interior do mesmo.



Foto 16 – «Estendedouro».

O conjunto é constituído por dois edifícios fabris e casas de habitação do proprietário e operários. Na parede exterior virada para Poente identifica-se um troço da muralha com o seu aparelho característico. Após um incêndio nos anos noventa do último século a fábrica fechou.

Na parte Sul da «Rua do Castelo» encontra-se a antiga fábrica de Peixeiro & Irmão³¹ agora adaptada a casa de habitação. A sua frente virada para o interior do castelo é de um piso só e tem as suas pedras à vista, mas não se identifica aqui o aparelho característico da muralha nem os seus blocos. As outras três frentes são rebocadas e pintadas de branco e não permitem uma leitura capaz. O edifício aliás tem mais dois pisos em baixo o que pode significar que aqui a muralha do castelo ainda existia aquando a construção desta casa e seu aproveitamento como parede dorsal destes pisos.

Do cimo do castelo desce a Calçada da Santa Cruz. Na encosta Poente dois muros formam patamares, e aqui encontram-se também vestígios de edifícios provavelmente fabris. Os autores do «Relatório» interpretam-nos como parte das muralhas do castelo. No início da década de noventa ruiu uma parte do muro inferior em consequência de uma chuvada forte. O autor teve oportunidade de visitar o local imediatamente depois da ocorrência. O muro ali existente é só de um pano tem um aparelho bem diferente em relação à muralha de cima. Não existia qualquer estratigrafia visível, só um estrato de terra vegetal e por baixo saibro. Assim, tudo leva a crer que se trata aqui de um simples muro de suporte. A muralha superior também mostra, visto à distância, as mesmas características e provavelmente não pertence nem às muralhas do castelo nem às da vila. Neste troço a localização da muralha é assim difícil, sendo que, a situação topográfica é semelhante ao terreno da «Rua Capitão João de Almeida».



Foto 18 – «Portas de Altravelho».



Foto 17 – «Postigo da Pouza».

Foto 17 mostra um antigo edifício no início da «Rua Pedro Álvares Cabral» que provavelmente foi encostada à muralha. Aqui colocam os autores do «Relatório» o «Postigo da Pouza» (Foto 17). Um beco sem saída situa-se do outro lado da mesma rua e alinha com alguma probabilidade com o troço da muralha em grande parte desaparecida. O levantamento de 1970 da cidade mostra também o provável traçado visível na forma das parcelas das propriedades.

Das Portas do Altravelho ou Caravelho nada resta (Foto 18). O Padre Pina descreve em 1734 a situação da seguinte maneira;

«A primeira chamada do Vale de Caravelho (4) Arco da cadêa³². Para o Norte com duas torres sahidas para fora do muro, e pouco mais altas que elle quadradas e bem feitas huma das quaes torres está inteira (5) É a que actualmente existe. E a outra está demolida athe o meio».

Aqui iniciaram-se também as demolições ordenadas pelo rei em 1768, como mostra a res-

posta dos membros do senado da Covilhã aos administradores da Real Fabrica: *«Em reposta da representação que no dia de hoje fizerão V. Mercês a este Senado se offerece dizer lhe que no dia dez do corrente pelas oito horas da manhan se effectuará a entrega da pedra dos muros d'esta Villa que Sua Magestade tem determinado se applique á construção do novo edificio da Real Fabrica (Foto 19) e para este fim se acharemos ás portas do Altravelho no dia referido.*

Jacinto Borges Leal – António Gomes de Carvalho – Luiz Macedo Castello Branco – Manuel Coelho de Almeida – João Leitão Namorado».

Já a poucos metros do local na «Rua do Norte» encontra-se o troço da muralha bem visível, tendo sido aproveitado como muro exterior e traseiro das casas da «Rua dos Bombeiros Voluntários». A reconstrução do edifício n.º 64-68³³, deu a oportunidade de efectuar algumas observações: o troço da muralha, aí outrora existente, foi com grande probabilidade destruído até ao nível do chão da cave durante a construção, cuja data é desconhecida.



Foto 19 – «Real Fábrica».

Na documentação do processo de classificação das muralhas da Covilhã, acima referido, encontram-se fotografias do troço das muralhas, vista da Rua do Norte. Actualmente encontra-se o troço das muralhas em condições de conservação semelhantes às de há 27 anos atrás. Havia duas casas pequenas assentes sobre a muralha que foram entretanto demolidas. A nossa fotografia mostra ainda os contornos de uma das casas na parede exterior do edifício n.º 64-68 antes de ser pintado (Foto 20).

O pano exterior da muralha integrado naquelas casas ficou conservado até cerca de 2 m de altura acima do actual nível do chão. Os blocos graníticos foram talhados na sua face visível toda parte interior ou sejam os restantes 5 faces são irregulares. As fiadas da muralha assentam aqui directamente na rocha granítica. Numa parede lateral do edifício demolido virada para o Arquivo Histórico conservaram-se três blocos graníticos juntos com o mesmo aspecto dos blocos do pano exterior da muralha. Talvez se trata dos restos do pano interior da muralha, que tinha uma largura de cerca de 2,6 m. Uma sondagem de poucos metros quadrados de extensão poderiam esclarecer a situação (Foto 21).

Parece-me que este aproveitamento como alicerces salvou a muralha, uma situação idêntica ao que ocorre nas «Rua 6 de Setembro» nas «Portas do Sol» e na «Rua Cristóvão de Castro». Ao fundo da rua a muralha inflecte para Sul e serve de alicerces ao antigo quartel dos bombeiros voluntários, actual Arquivo Municipal. Aqui o topónimo «Rua do Postiguinho» dá uma indicação a um postigo da muralha. Os autores do relatório identificam este local com o «Postigo de Terreiro de D. Teresa» o que é um pouco estranho porque o texto de 1758 conta que este postigo estava fechada à mais de 30 anos. O único topónimo existente fará referência a um postigo desactivado no início do



Foto 20 – «Rua dos Bombeiros Voluntários».



Foto 21 – «Postigo do Terreiro».



Foto 22 – «Poço del Rei».

século XVIII? (Foto 22) Seja como for, a memória da «Barbaça» outrora existente também se conservou no topónimo durante séculos.

Aquando a construção do «Cine-Teatro da Covilhã» e do edifício do «Café Montalto» foi destruído o troço das muralhas entre o postigo e as «Portas da Vila». As fotos 2 e 3 ainda mostram o troço ainda existente. Desconhecendo-se se a muralha neste troço foi integrada nas subestruturas do «Cine-Teatro» o do «Café Montalto». Os limites das parcelas ainda demonstram o antigo traçado. Integrado num edifício do século XVIII ou XIX atrás da nova Câmara conservou-se e encontra-se a única fonte dentro do recinto das muralhas o «Poço del Rei» (Foto 23).

CONCLUSÃO

As muralhas da Covilhã no seu aspecto e tipo de construção enquadram-se bem no conjunto das «vilas fortificadas» da antiga fronteira do Ribá Côa. Portas flanqueadas por uma ou duas torres rectangulares ainda são visíveis em Castelo Mendo, Castelo Bom ou Sortelha. O aparelho, fiadas irregulares de blocos talhados também é comum nestes locais e está relacionado provavelmente com o material de construção utilizado os granitos da região.

O acompanhamento arqueológico de obras de reconstrução de edifícios em zonas históricas continua de ser importante, porque este fornece peças novas de um «puzzle» que permitem completar cada vez mais a imagem do passado dos centros urbanos.



Foto 23.

APÊNDICE

Na crónica do padre Manuel Cabral de Pina³⁴ do ano 1734 encontra-se a seguinte descrição:

Esta villa he murada. Os muros são de Cantaria tosca fechada e lavrada, e terão de Altura trinta palmos. No tempo presente tem os muros bastantes ruína, e muitas quebradas, das quaes humas chegam athe ao meio da parede, e outras athe ao chão.

Erão estes muros bem celebres pela maquina de pedraria que parece immensa, e pela grandeza das pedras da parede, pois em partes tem tocas de comprimento de quinze palmos e outras de dosoito (2). Ainda hoje se vêem algumas pedras de grande comprimento, n'um pedaço de muralha pertencente ao sr. José Espiga, á Senhora do Rosario.

Alem de tres postigos hum para Nascente chamado Postigo de D. Joana, outro para o Sul, e outro para o Poente chamado Postigo do Rosario por estar ao pé da Igreja da Snr.^a do Rosario (3) Veja-se o capitulo – egrejas. Tem quatro portas pricipaes:

A primeira chamada do Vale de Caravelho (4) Arco da cadêa³⁵. Para o Norte com duas torres sahidas para fora do muro, e pouco mais altas que elle quadradas e bem feitas huma das quaes torres está inteira (5) É a que actualmente existe. E a outra está demolida athe o meio. A segunda he a porta chamada do Sol para o Nascente com duas torres semelhantes as assima relatadas huma das quaes está inteira e a outra está demolida athe ao chão. A terceira he a porta chamada de S. Vicente para o Poente com duas torres, como as outras asima as quaes ambas estão inteiras e huma tem algu.ma abertura e barriga ainda que não muito grande; porem outra tem huma grande abertura w ameaça ruína. A quarta he a porta chamada do Castello por estar no simo do mesmo Castello sita entre o Poente e Norte e tem duas torres huma das

quaes he como as asima, a outra tem cinco quinas e terá de altura quase cem palmos e he a terra própria do Castello da dita Villa que alli está, como diremos.

Esta torre da parte dentro do Castello tem huma porta pequena por onde se entrava para ella sita asima do alicerce mais de quinze palmos e para esta porta havia hum balcão com escadas que todo se demolio.

A torre por dentro já não tem madeiramento algum. Tem tres aberturas pequenas em huma das quaes ameaça alguma ruína. N'este sitio está o Castello da Villa murado por todas as partes e para a banda da Serra lhe serve o muro de parede na qual está a dita torre grande. Tem o mesmo Castello para a banda do Nascente dous fortes por modo de torres sahidas fora da parede hum dos quaes em huma esquina está demolido athe ao meio. Dentro d'este Castello estão humas Casas que são do Visconde de Barbacena Alcaide Mór d'esta Villa.

A antiguidade dos muros e torres chega aos tempos de El-Rei D. Diniz porque há tradição que elle os fundou cuja tradição se confirma por quanto como asima disse-mos ao n.º 13 no tempo de El-Rei D. Fernando, Bisneto do mesmo D. Diniz se achava ainda por povoar o terretorio sito dentro dos mesmos muros, donde se manifesta que a obra dos taes muros não excedia muito aos tempos do dito Rei D. Fernando; e da qui se convencem de menos verdadeiras duas cousas.

A primeira he dizer alguns que este muro forão fundados por El-Rei D. Sancho 1.º por quanto o tal Rei como asima fica dito ao n.º 2.º e consta das Chronicas, fundou esta Villa junto aos pomares ao pé da Ribeira na Ladeira chamada de Martin Collo. E os muros que existem no sitio onde estão feitos distão mais de mil passos ou quasi dois mil do sitio da dita primeira fundação da Villa feita pelo dito Rei. E sendo os muros huma Coroa ou Cerco que se põem ao redor das terras para segurança dellas mal podia o dito Rei D. Sancho 1.º fundar os muros que existem em tanta distancia da Villa. Logo o dito Rei não fundou os muros que existem.

A segunda cousa he dizerem outros que os taes muros forão fundados por El Rei D. Manoel por quanto consta das Provisoens da Câmara, como fica dito asima ao n.º 13 que já exestião os muros no tempo de El-Rei D. Fernando. Nem contra isto obsta o achar-se assim sobre a porta do Castello para a banda hum leteiro com hera 1580. Para o que se deve advirtir que já antes de El-Rei D. Manoel no tempo de El-Rei D. Affonso 5.º se achavam os muros com alguma ruína e com quebradas e mandou o mesmo Rei D. Affonso 5.º que fossem reformados, como tudo consta das Provisoens da Câmara e fica dito assima ao n.º 13 (6). Veja-se o capitulo primeiro.

E por que semelhantes obras costumão muitas vezes demorar-se he muito provavel que como o Infante D. Luiz filho do dito Rei D. Manoel foi feito Senhor desta Villa e nella assestio como fica asima ao n.º 1.º fizesse executar esta sobre dita reforma dos muros quando veio a esta mesma Villa e lhe deu a memorável reliquia do Santo Lenho abaixo declarada ao n.º 18. E assim no final da tal reforma se poria a dita hera e leteiro, pois vai a dar nesses tempos.

O texto de 1758³⁶ oferece mais informações complementares:

Tem muros que se diz serem da fundação do Senhor Rei D. Dinis. Ainda lhe

outros lhe dão maior antiguidade: por uma inscrição de uma conta de 1004, que se acha gravada em uma pedra nos mesmos que tem de âmbito e circunferência 4.670 palmos de nove polegadas e um quatro; e de largura dez; e tudo de pedra de cantaria lavrada:

Neles se acha cinco portas grandes com os seus torreões; duas para nascente, chamadas da Vila e do Sol; a terceira para o Sul, denominada de S. Vicente; a quarta para Norte, com o nome de Altravelho, a quinta para Poente, chamada do Castelo, junto à qual, em sítio mais superior, está uma eminente torre, chamada a de homenagem, com cinco quinas; tem de circunferência 190 palmos e dentro um reduto para o qual também se entra pela parte do Nascente por uma grande porta que tem dois torreões, cada um de seu lado e dentro edificada uma casa eu pertence ao Alcaide-Mor, Visconde de Barbacena.

Nos mesmos muros existem ainda quatro postigos: o a Pouza, o do Rosário, o da Barbaça e o do Terreiro de D. Teresa, o qual se acha fechado haverá mais de 30 anos e a sua serventia.

E sendo a obra destes muros tão grande, se bem hoje demolidos na maior parte, há dois anos pouco mais ou menos caiu um dos torreões da Porta do Reduto no mês de Março deste presente ano de 1758 caíram duas quinas da Torre, quase até ao meio, e as que ficaram em pé ameaçam total ruína.

NOTAS

- 1 Durante o processo da elaboração deste texto surgiram mais novas questões do que respostas. As fontes documentais nos arquivos, desde a Torre de Tombo até ao Arquivo Municipal da Covilhã, que se revelou como uma fonte rica e ainda mal explorada, podem dar informações até a data não conhecidas, sobre tudo o diz respeito à transformação da estrutura urbana nos finais do século XIX até a metade do século XX, que afectou o padrão medieval ainda a data existente e permitiria reconstruir o desaparecido através da análise das propostas de melhoramento. Quero agradecer à Prof. Doutora Cláudia Beato, DECA-UBI, a profunda revisão do texto.
- 2 José Aires da Silva (1970), *História da Covilhã*, Edição do Autor.
- 3 O plano encontra-se em mau estado e precisa urgentemente de ser restaurado antes de ser reproduzido numa publicação.
- 4 GATUR 1970 à escala 1:1000, Folhas 5 H e 5 I.
- 5 Durante das obras da construção do Parque da Degoldra, no âmbito do Programa Polis, foram feitos achados arqueológicos, que causaram alguma polémica entre os representantes do IPA e os promotores do projecto, aguarda-se a publicação dos resultados.
- 6 J. Aires da Silva, *História...*, p. 81.
- 7 Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Nova Edição Damião Peres, Civilização Editora, Porto, Lisboa, 1971. Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves pelos anos 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas. Ano de 1746. O mosteiro dos Franciscanos, a actual igreja da N.ª S.ª da Conceição, não foi mencionado.
- 8 Esta igreja desaparecida é normalmente chamada «S. João de Mártir in Colo».
- 9 Arthur Quintella: *Subsídios...* p. 128.
- 10 Durante do arranjo do pavimento da rua no âmbito do Programa Polis foram encontradas vestígios de sepulturas na parede Sul da igreja, aguarda-se a publicação.
- 11 O «Plano de Melhoramentos» de 1880 ainda mostra a localização de muitas delas.

- 12 Arthur de Moura Quintella, *Subsídios...* p. 32.
- 13 António João Pinto Pires: *Estado actual das antigas Muralhas da Covilhã*. Comunicações das 1.ªs Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares do Distrito de Castelo Branco, 11-13 de Março '83, Castelo Branco 1983, p. 9-11.
- 14 Arthur de Quintella, *Subsídios*, p. 102-103.
- 15 Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)* 2. Catálogo Analítico e Anexo Documental, Porto, 1995. Dissertação de Doutoramento, História de Arte, FLUP, 1995, p. 420. Germano Chaves, *O Panorama*, Lisboa, v. 2, 3ª série, n.º 12, 19/3/1853, p. 95.
- 16 Arthur de Moura Quintella, *Subsídios...* p. 84. «A actual foi mandada edificar por Philippe II e concluída em 1614, junto da muralha e de uma das suas antigas portas, aproveitando-se uma das torres d'esta, a do sul, para o relógio e sino da ronda onde ainda se achara».
- 17 L. F. de Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, vol. I: p. 5; *Fabricas da Covilhã*, 1758. Nos mesmos muros existem ainda quatro postigos: o a Pouza, o do Rosário, o da Barbaça e o do Terreiro de D. Teresa, o qual se acha fechado haverá mais de 30 anos e a sua serventia.
- 18 Arthur de Moura Quintella, *Subsídios...* p. 91. A segunda he a porta chamada do Sol para o Nascente com duas torres semelhantes as assima relatadas huma das quaes está inteira e a outra está demolida athe ao chão.
- 19 A localização das Judiarias da Covilhã, dentro e fora das muralhas, é um assunto que merece um estudo a parte.
- 20 Arthur de Moura Quintella, *Subsídios...* p. 91: A terceira he a porta chamada de S. Vicente para o Poente com duas torres, como as outras asima as quaes ambas estão inteiras e huma tem alguma abertura e barriga ainda que não muito grande; porem outra tem huma grande abertura e ameaça ruína.
- 21 Arthur Quintella, *Subsídios...*, p. 125.
- 22 Museu dos Lanifícios, Covilhã, Inventário do Património Industrial, n.º Ficha: SMA. 08 (R.C.64).
- 23 Museu dos Lanifícios, Covilhã, Inventário do Património Industrial, n.º Ficha: SMT. 30 (R. C. 55).
- 24 1734: *A quarta he a porta chamada do Castello por estar no simo do mesmo Castello sita entre o Poente e Norte e tem duas torres huma das quaes he como as asima, a outra tem cinco quinas e terá de altura quase cem palmos e he a terra própria do Castello da dita Villa que alli está, como diremos.*
1758: *a quinta para Poente, chamada do Castelo, junto*

à qual, em sítio mais superior, está uma eminente torre, chamada a de homenagem, com cinco quinas; tem de circunferência 190 palmos.

25 1734: Esta torre da parte dentro do Castello tem huma porta pequena por onde se entrava para ella sita asima do alicerce mais de quinze palmos e para esta porta havia hum balcão com escadas que todo se demolio. A torre por dentro já não tem madeiramento algum. Tem tres aberturas pequenas em huma das quaes ameaça alguma ruína.

26 1734: Tem o mesmo Castello para a banda do Nascente dous fortes por modo de torres sahidas fora da parede hum dos quaes em huma esquina está demolido athe ao meio. Dentro d'este Castello estão humas Casas que são do Visconde de Barbacena Alcaide Mór d'esta Villa.

1758: dentro um reduto para o qual também se entra

pela parte do Nascente por uma grande porta que tem dois torreões, cada um de seu lado e dentro edificada uma casa eu pertence ao Alcaide-Mor, Visconde de Barbacena.

27 Arthur de Moura Quintella, *Subsídios...* p. 84: Um dos castellos dos muros da villa, se não a própria alcáçova, serviu até 1536 de prisão dos criminosos porque por provisão de 9 de Outubro d'esse anno, passada em Moura pelo infante D. Luiz, então senhor da Covilhan, se mandou transferir os presos do castello para a cadeia nova. Ignoramos onde ella existiu.

28 O autor ainda não teve aceso aos terrenos particulares do castelo.

29 Museu dos Lanifícios, Covilhã, Inventário do Património Industrial, n.º Ficha: SMA. 11 (R. C. 67).

30 Museu dos Lanifícios, Covilhã, Inventário do Património Industrial, n.º Ficha: SMA. 17 (R. C. 65).

31 Museu dos Lanifícios, Covilhã, Inventário do Património Industrial, n.º Ficha: SMA. 19 (R. C. 66).

32 O «Arco da Cadeia» estava integrada na antiga «Câmara Filipina» e era parte das «Portas da Villa».

33 Museu dos Lanifícios, Covilhã, Inventário do Património Industrial, n.º Ficha: António Pereira Nina terá iniciado a sua actividade, com urdideiras, na cave da sua residência, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, Rua do Postiguinho.

34 Arthur de Moura Quintella, *Subsídios...*, p. 90. Os números 2-6 no textos são as notas de rodapé.

35 O «Arco da Cadêa» esta integrada no edificio da Câmara Filipina demolida antes de 1958.

36 L. F. de Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, vol. I: p. 5; *Fabricas da Covilhã*, 1758.

UMA TORRE DE VIGIA SOBRE O TEJO, EM ALCOCHETE

MIGUEL CORREIA*

UM TOPÓNIMO ÁRABE NUMA VILA COM FUNDAÇÕES CRISTÃS

Com alguma facilidade se tem atribuído a origem da vila de Alcochete ao período islâmico, assente sobretudo no respectivo argumento toponímico e na crença (ainda não comprovada) de edificação da Igreja Matriz sobre as fundações de uma antiga mesquita. Também no Núcleo Sede do Museu Municipal de Alcochete se expõem três jarros, descobertos em pleno Núcleo Antigo, associados durante algum tempo à vivência muçulmana em Alcochete (Nunes, 1972). Os vários textos produzidos que corroboram esta tese – na sua maioria seguindo uma linha historiográfica de forte cariz nacionalista, especialmente os que se reportam à história da Igreja Matriz (Pereira *et al.*, 1904: 170; Câncio, 1939: 89; Estevam, 1948: 72; Nunes, 1972: 275; Duarte, 1993: 25; Graça, 1998: 14), – carecem contudo de estudos e de provas materiais capazes de sustentar tal argumentação.

Mais recentemente, vários investigadores têm vindo a desmistificar esta tese. Paulo Almeida Fernandes não avança com nenhuma hipótese sobre a «*suposta identificação de uma mesquita sob os alicerces da actual Matriz, pelo menos até que surjam indícios materiais seguros que comprovem essa relação de continuidade civilizacional sobre um mesmo espaço sacralizado*» (ob. cit, 2003: 14).

Os recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo Museu Municipal de Alcochete no Núcleo Antigo da Vila têm recolhido evidências que remontam apenas ao século XV (Correia, 2003: 195; 2004A; 2005A; 2005B: 139; Correia *et al.* 2005). Por

último, os jarros expostos no Museu Municipal terão sido produzidos em Granada nos finais do século XIV, inícios do XV, contextualizados numa conjuntura de contactos comerciais e culturais que Portugal vinha desenvolvendo com o mundo muçulmano Al-andaluz, já na Baixa Idade Média, inícios da Modernidade (Correia, 2004B: 645-652).

Pela análise etimológica do topónimo «Alcochete», somos facilmente levados a associar *al-caxete* (= os fornos) aos inúmeros vestígios de centros de produção oleira do período romano, especializados sobretudo na produção de ânforas, localizados ao longo da margem direita da ribeira das Enguias. Dos trabalhos arqueológicos efectuados em Porto dos Cacos, certamente o principal centro produtor deste vasto conjunto de olarias, reconheceu-se uma produção contínua entre os séculos I e V d. C. (Raposo, 1990: 117-151). Também foi escavada uma área de necrópole deste mesmo sítio, a qual terá sido utilizada ainda sob presença visigótica, testemunhada pela recolha de um elemento arquitectónico, de um

* Arqueólogo do Museu Municipal de Alcochete.

anel e de uma moeda do reinado de Egica (698/700) (Sabrosa, 1995: 283-284). Mesmo com a redução da actividade oleira durante o Baixo Império, o espaço manteve-se aparentemente ocupado com populações locais, certamente já sob o domínio administrativo muçulmano de Balmala (Palmela), sujeitos ao inevitável pagamento de tributo.

Na nossa perspectiva, o topónimo «Alcochete» reportar-se-ia inicialmente a um território mais lato, perpetuando a memória da actividade secular que o caracterizou. É sabido que os topónimos e os aspectos que caracterizam o território têm a capacidade de permanecer na memória comum por longos períodos de tempo, mesmo que se verificasse uma fraca densidade populacional, tal como aparentava ser esta região do Ribatejo, ao tempo da chamada Reconquista. Do latim *Ripa Tagi*, isto é, ribeira ou margem do Tejo, o antigo concelho do Ribatejo estendia-se por um território limitado a poente pela ribeira de Coina e a nascente pela ribeira das Enguias, estranhamente com dupla sede administrativa, uma sedeadada em Alhos Vedros, a outra em Santa Maria de Sabonha (actual São Francisco, Alcochete) (Vargas, 2004: 119-123; idem, 2005: 15). Segundo o mesmo autor, «considerando os topónimos documentados nos séculos XIII e XIV, são muito raros os que podem indiciar um povoamento mais antigo», de origem árabe ou moçárabe. A maioria deles são já de origem cristã, surgindo geralmente a menção «onde chamam...», supondo um povoamento recente (ob. cit., 2005: 17). Houve claramente a implementação de uma política de povoamento deste território inóspito, já sob reinados cristãos, em parte incrementada pela Ordem de Santiago.

A referência documental mais antiga de Alcochete (1308), refere «aldeya d'Alcouchete»¹, focando já um espaço físico mais restrito. Esta nova povoação adoptou, portanto, o topónimo que lhe estava mais próximo (ou no qual se

incluía), e que melhor referenciava a região. Alcochete esteve sob dependência administrativa de Santa Maria de Sabonha, durante todo o período medieval cristão. Tal facto justifica que, aquando da constituição desta sede paroquial, em 1252 Alcochete ainda não existiria, ou não reunia condições para lhe ser atribuída tal concessão. A sua autonomia só será alcançada com a atribuição de foral, conjuntamente com Aldeia Galega (actual Montijo), em 1515, por D. Manuel I. Este novo estatuto resultou do franco desenvolvimento que ambas as povoações vinham alcançando nos alvares da Modernidade, em detrimento de Santa Maria de Sabonha.

Alcochete será portanto uma povoação de origem cristã, atingindo o seu esplendor a partir da segunda metade do século XV. Pelo menos desde D. João I que a família real aqui passava alguns tempo, popularmente justificado pelos bons ares, num paço construído pelo mesmo, embora ainda não localizado. «*Se a família real está bem documentada em Alcochete, é precisamente à linhagem ducal de Beja que teremos de atribuir a maior parte do prestígio e importância de que a vila gozou na segunda metade de Quatrocentos. Pelos meados do século estabeleceu-se em Alcochete o Infante D. Fernando (1433-1470), irmão mais novo de D. Afonso V, legítimo herdeiro do Infante D. Henrique e mestre das Ordens de Santiago e de Avis. Com ele veio a cúpula da hierarquia santiaguista e aqui haveria de nascer seu filho, futuro rei D. Manuel*» (Fernandes, 2003: 13).

Para além das evidências arqueológicas atrás mencionadas e da referida igreja Matriz, obra tardo-gótica quatrocentista (Fernandes, 2003: 15), persistem ainda marcas deste período de maior prosperidade, um pouco por toda a arquitectura civil do Núcleo Antigo da Vila, nomeadamente arcarias de ponta com as características chanfraduras de aresta, aspecto igualmente presente em variadas portas de habitações. Mas o imóvel que salvaguarda mais elementos deste período é o antigo Solar dos Netos, estrategicamente implantado na malha urbana, em zona ribeirinha, virado para a capital. Dos trabalhos de acompanhamento arqueológico aí efectuado em 2004, aquando das obras de recuperação do imóvel, foi possível identificar fundações de muito boa qualidade construtiva datáveis do século XV, e construções na centúria subsequente: um poço, um fontanário e uma colunata, certamente compondo um espaço ajardinado. A traça actual do edifício enquadra-se num programa arquitectónico de finais do século XVIII, inícios do século XIX (Correia, 2004A). É, indiscutivelmente, o imóvel que reúne as melhores características de estarmos perante o antigo Paço Real.

Também nesta zona nobre da Vila se ergue a igreja da Misericórdia, um edifício de traça maneirista, de linhas muito simples, edificado nos inícios da segunda metade do século XVI, testemunhado pela epígrafe sobre a porta do alçado sul, com ano de 1563. A Misericórdia de Alcochete é uma das mais antigas do país. Desconhecendo-se o ano da sua fundação, sabe-se que já estaria criada em 1502². Integrada neste edifício, encontra-se uma estrutura torriiforme, cuja linguagem arquitectónica nos levou a duvidar de se tratar de uma construção coeva do restante conjunto. Tal suspeita motivou a realização de uma investigação arqueológica mais aprofundada, cujos resultados se expõem seguidamente.

A TORRE DE ALCOCHETE

A Torre de Alcochete ergue-se adojada ao lado norte da igreja da Misericórdia, encostando-lhe os alçados sul e nascente (Figs. 1 e 2). Situa-se junto à linha de costa, próximo da ponte-cais, uma estrutura portuária, com antiguidade atestada pelas velhas colunas de calcário que suportam parte da sua extensão. Apresenta uma arquitectura



Figura 1 – Torre de Alcochete, integrada no conjunto da igreja da Misericórdia.

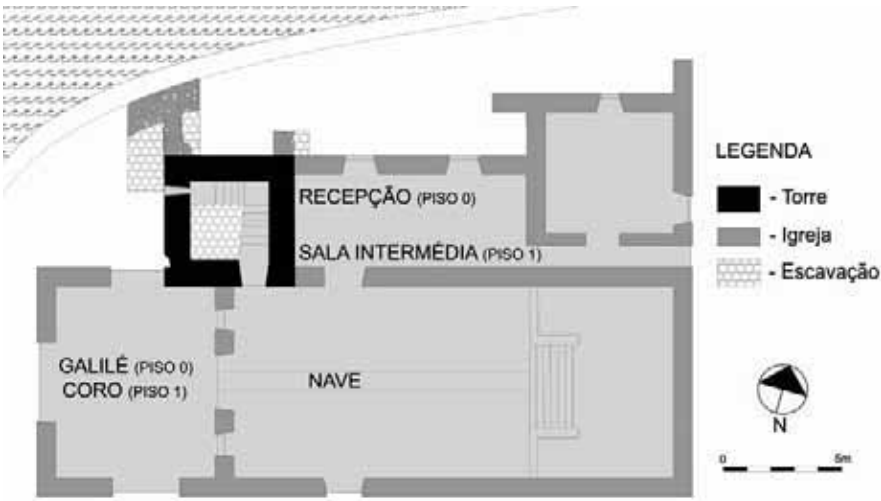


Figura 2 – Planta da igreja da Misericórdia de Alcochete.

muito simples, de planta quadrangular, sensivelmente orientada NNO-SSE / ENE-OSE, (adaptada no presente texto para os eixos norte-sul/nascente-poente, para facilitar a descrição), com 5,50 metros de lado e uma altura de 8,70 metros, tendo por base o piso externo. Possui dois cunhais em pedra calcária, em toda a altura, os quais protegem as arestas do lado norte, ao passo que os restantes não estão visíveis. A 0,85 metros do topo há uma redução da espessura das paredes, perfeitamente assinalada do lado externo por uma linha com um perfil de 45° em cantaria. Esta linha marca a antiga cota de piso do terraço, resguardado pelos referidos 0,85 metros de murete. Actualmente o terraço eleva-se ao topo deste velho murete. Do alçado poente, abre-se um pequeno postigo, descentralizado, do qual se vislumbra a foz do Tejo. A entrada para a torre é feita pelo seu alçado sul, através da nave da igreja. Três lanços de escadas correm o seu interior pelas paredes nascente, norte e poente. O primeiro dá acesso à chamada sala intermédia e o terceiro desemboca na entrada para o coro.

Esta torre apresenta um conjunto de características distintas do restante edifício, as quais nos levaram a suspeitar da sua antiguidade. A secção das paredes é de 1,10 metros, ou seja, mais espessas em relação às restantes paredes exteriores do templo, com apenas 0,80 metros. Apresenta uma arquitectura militar, impondo um volume demasiado robusto para a simples ligação entre pisos, única função que desempenha actualmente. Os cunhais visíveis no quadrante norte apresentam um trabalho de cantaria mais rude, sobre um tipo de calcário mais poroso, comparativamente com as cantarias da galilé, o que supõe tratar-se de distintas fases construtivas. Por último, existe um encurtamento de 0,20 metros do vão da porta norte da galilé, comparativamente com a porta simétrica do lado sul, resultante de uma adaptação imposta pelo posicionamento da torre.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A intervenção arqueológica decorreu em dois espaços. Uma no interior da torre, com o intuito de se recolherem elementos que permitissem datar a sua construção, e uma outra no exterior, do lado norte, para perceber como seria a relação da torre com o rio. A sondagem de interior desenvolveu-se numa área de 3,4 metros², actualmente ocupada por uma arrecadação, limitada a nascente e a norte pelas paredes do vão das escadas e a poente e a sul, pela face interna das empenas da torre (Fig. 2).

Em termos estruturais, esta sondagem apenas detectou um nível de piso de argamassa, constituído por areia e cal, muito quebradiço, com um ligeiro desnível de sul para norte. Esta argamassa encontrava-se ligada às empenas da torre. As outras duas faces não encostam directamente ao vão das escadas, concluindo-se assim que estas foram erigidas num momento posterior. Abaixo do piso, já em estratos de areia de praia, atingiu-se um nível de areia petrificada, unida às paredes da torre. Ligeiramente abaixo deste nível solidificado, registámos a cota mínima da torre, assente directamente sobre níveis de lodo bastante compacto (Fig. 3).

Apesar de pobre, o espólio exumado revelou-se suficientemente caracterizador para datação dos estratos³. Verificou-se então que os níveis que se estendem por 1,5 metros desde a base da torre até ao piso, se enquadram em cronologias de finais do século XV, inícios do XVI. A maior concentração dos materiais arqueológicos concentram-se no topo, e os níveis inferiores compõem-se essencialmente de areias de praia e lodos, aparentemente resultante de deposições rápidas e intencionais. Acima do piso registou-se um estrato do século XVI (Figs. 4 e 5), um outro com materiais dos séculos XVII-XVIII (Fig. 6) e por último, um alteamento da cota desta arrecadação, criado aquando das obras de recuperação do imóvel, em 1993. Assim consta-

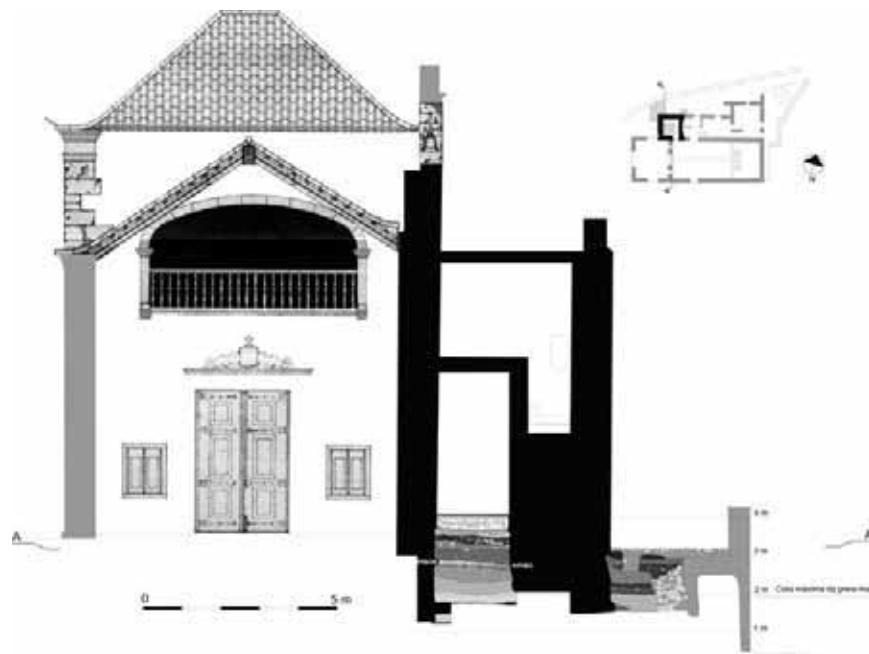


Figura 3 – Perfis estratigráficos das sondagens arqueológicas.

tou-se que a construção da torre ocorreu em finais do século XV, eventualmente inícios do XVI, nitidamente num momento anterior à edificação do templo. Posteriormente, com a construção da igreja, terão sido arrancados os cunhais do alçado sul, obtendo-se uma melhor fusão deste aparelho com o da parede da nave. Foram igualmente substituídas as cantarias da porta de entrada pelas actuais, enquadrando-se na mesma linguagem arquitectónica do novo edifício. Sem certezas absolutas, os dados arqueológicos apontaram a construção das escadas em determinado momento dos séculos XVII-XVIII, supondo a construção do volume coro / galilé, num momento mais tardio. Será então desta fase a abertura das portas nas empenas nascente e sul, para a sala intermédia e para o coro, respectivamente.

A sondagem exterior foi aberta no canto Noroeste da torre até à designada muralha. A muralha é uma grande parede de blocos de calcário paralelepípedicos, edificada eventualmente no século XVIII, para defender a vila da ondulação do rio⁴. Constatou-se que os cunhais da torre não se prolongam em profundidade, terminando à cota da actual calçada externa. A base das paredes em alvenaria dos alçados nascente e poente estendem-se para norte, formando uma pequena plataforma de avanço, para defesa intermédia, evitando o contacto directo das águas do rio com a estrutura torriforme. Estas sapatas, com cerca de 1,10 metros de espessura, reduzem-se para 0,80 metros, para fora da área da torre. Notou-se que este avanço foi entretanto interrompido aquando da construção da muralha, cujas sapatas rondam os 2 metros de espessura. É possível que tivesse existido um outro volume sobre estas bases, sugerido pelo prolongamento para norte, de dois silhares que compõem os cunhais. A base do alçado norte da torre, na união das referidas sapatas da plataforma, possui uma qualidade construtiva mais pre-

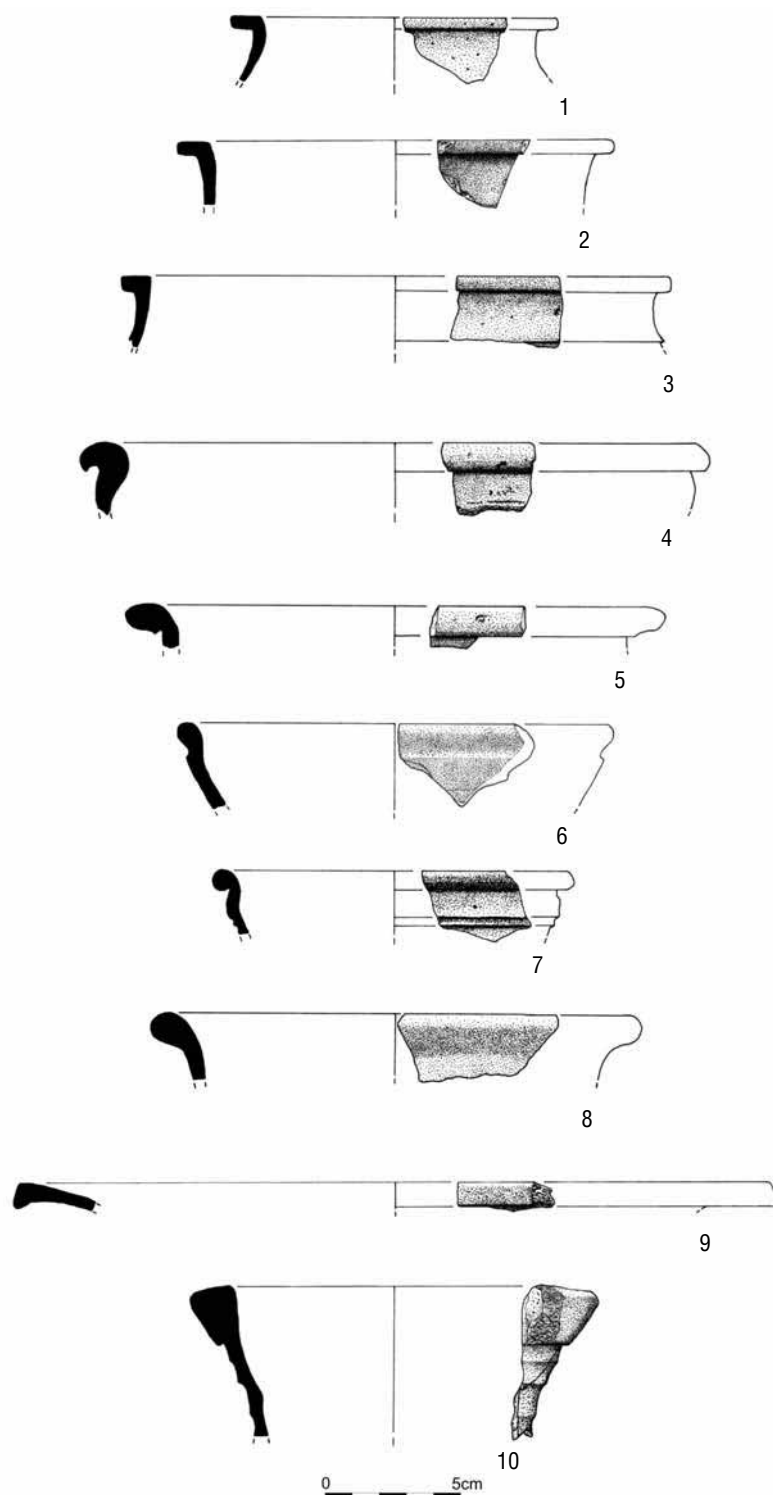


Figura 4 – Material arqueológico proveniente de contextos de finais do século XV, inícios do século XVI (abaixo do piso), à excepção das formas 3 e 10 provenientes de contextos do século XVI (acima do piso) – 1 a 3, panelas; 4, caçoila; 5 a 8, tigelas; 9, prato; 10, cântaro.

cária, de face irregular constituída por pedra e argila. Apesar de não existir nenhum prolongamento das sapatas para o lado poente, esta face deveria estar igualmente guarnecida de uma plataforma, visto que as respectivas faces da sapata não se encontravam preparadas para o contacto directo com a ondulação do rio.

CONCLUSÃO

A comprovada dissociação cronológica da torre com a respectiva igreja da Misericórdia, leva-nos a associá-la a uma estrutura de carácter militar. A existência desta estrutura em Alcochete justifica-se com uma função de sentinela que assumiria sobre o Rio Tejo, no controlo do tráfego fluvial. Assim, o seu contexto terá de ser interpretado a uma escala regional, relacionando-a com outras do mesmo tipo, estrategicamente situadas nas margens do Tejo. Alcochete encontra-se no único ponto de onde se pode controlar o máximo de extensão da última curva do leito do Tejo, ou seja, toda a margem norte desde Vila Franca de Xira, passando por Lisboa até à foz. Mais particularmente, conseguimos avistar a Torre Velha da Caparica, construção situada frente-a-frente com a Torre de Belém (Fig. 7). Este contacto visual sobre a foz do Tejo e com a Torre Velha da Caparica, permitia emitir imediatamente mensagens de alerta para montante, inclusivamente para Santarém, caso se verificasse a entrada indesejada de embarcações pela barra. Este alerta também poderia ser dado em sentido inverso, Santarém-Alcochete-Lisboa, em caso de eventual ataque terrestre a Santarém, uma vez que não existe contacto visual directo entre esta cidade e a capital. Este triângulo era vital para a defesa das costas de Lisboa.

Os recentes estudos de Pedro de Aboim Inglez Cid (Cid, 1998A; 1998B: 33-49), são bastante elucidativos sobre a preocupação de defesa da barra do Tejo, nos alvares da Modernidade,

acção encabeçada pelo próprio rei D. João II. Lisboa incrementava já um comércio próspero desde o século XIV e a defesa da cidade estava confiada às muralhas que a cercavam, as quais, ao constituírem uma segurança psicológica, escondiam por outro lado uma realidade de vulnerabilidade, sujeita a ataques súbitos, muitos deles oriundos do mar. Esta consciencialização cimentou-se com os primeiros contactos estabelecidos com o expansionismo ultramarino, já no século XV, e com o consequente aumento do fluxo de riqueza à capital. Lisboa estava demasiado exposta e a sua defesa tinha de ser prevista no terreno, antecipada, e não efectuada às portas da cidade.

É então que em finais de quatrocentos assistimos à edificação de duas primeiras torres, uma em Cascais (Ramalho, 1989: 75-81) – como ponto de vigia avançada de todo o tipo de ameaças provenientes do Atlântico – e uma outra instalada nas vertentes inclinadas da margem sul do Tejo, a já referida Torre Velha da Caparica (1481-1482). Em 1521 é terminada a Torre de Belém, alinhada com a da Caparica, na margem oposta. Foi precisamente com o alinhamento estratégico destas duas torres, no ponto mais estreito da foz do Tejo, apetrechadas já com o que havia de mais moderno em armamento – o tiro de artilharia –, que se construiu o sistema de defesa mais sólido até então criado na entrada do Tejo. O tiro de ricochete praticável entre as duas torres, auxiliadas pela *grande nau* (Nau de São Cristóvão), a meio da linha, formavam uma barreira praticamente impenetrável à navegação que se mostrava indesejada. Este engenho militar foi exequível graças à clarividência de D. João II.

A Torre de Alcochete não poderia efectuar defesa directa, ou seja, não estaria guarnecida de bocas de fogo, dada a significativa distância a que se encontra em relação à margem norte, zona de passagem do maior fluxo fluvial.

Esta contextualização histórica possibilita igualmente lógicas conclusivas sobre o estudo

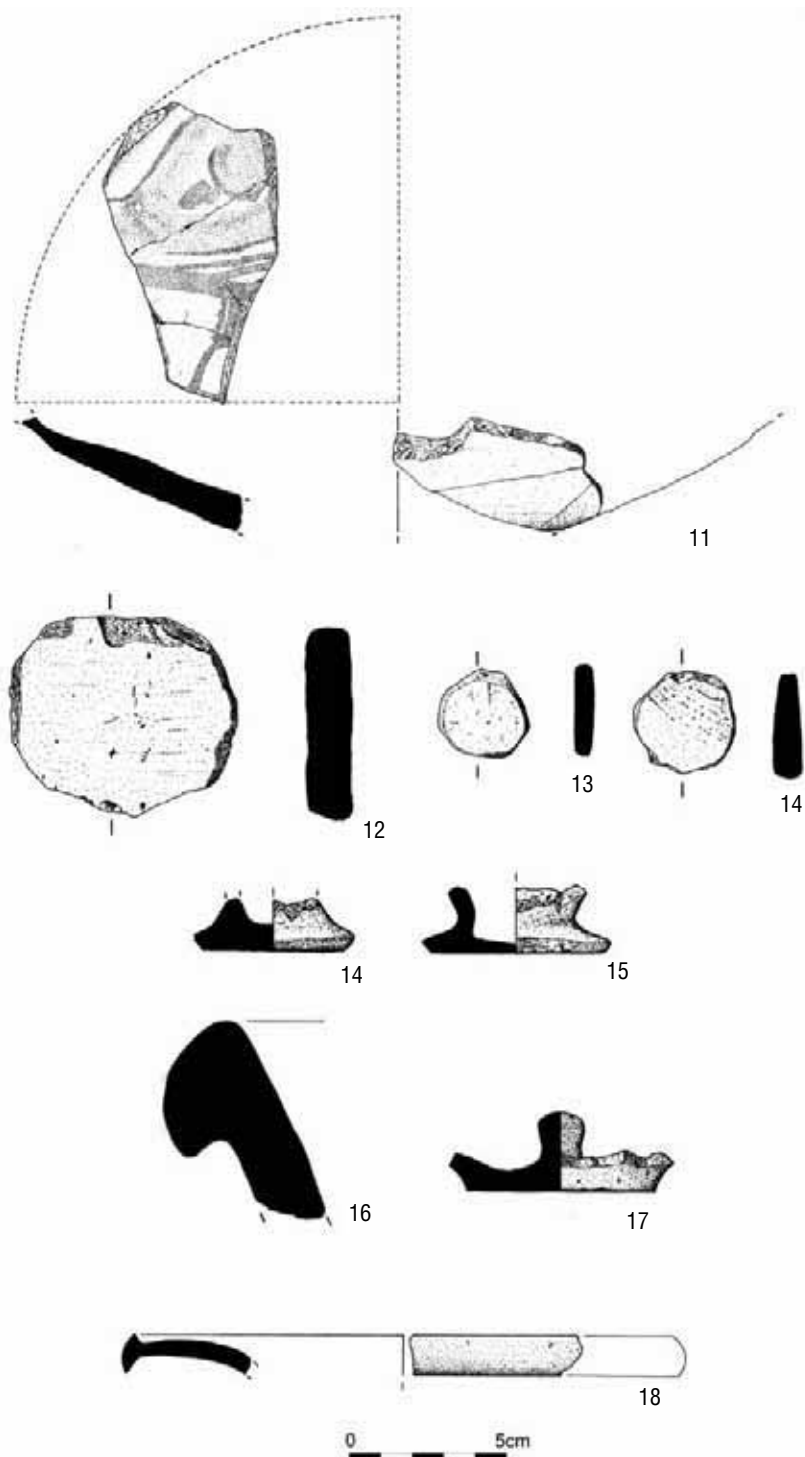


Figura 5 – Material arqueológico proveniente de contextos de finais do século XV, inícios do século XVI (abaixo do piso) – 11, prato (verde e manganés, possível produção de Sevilha, do século XIV); 12 a 14, fichas de jogo; 14 e 15, castiçais (reaproveitamento de bases de púcaros); 16, alguidar; 17 e 18, testos.

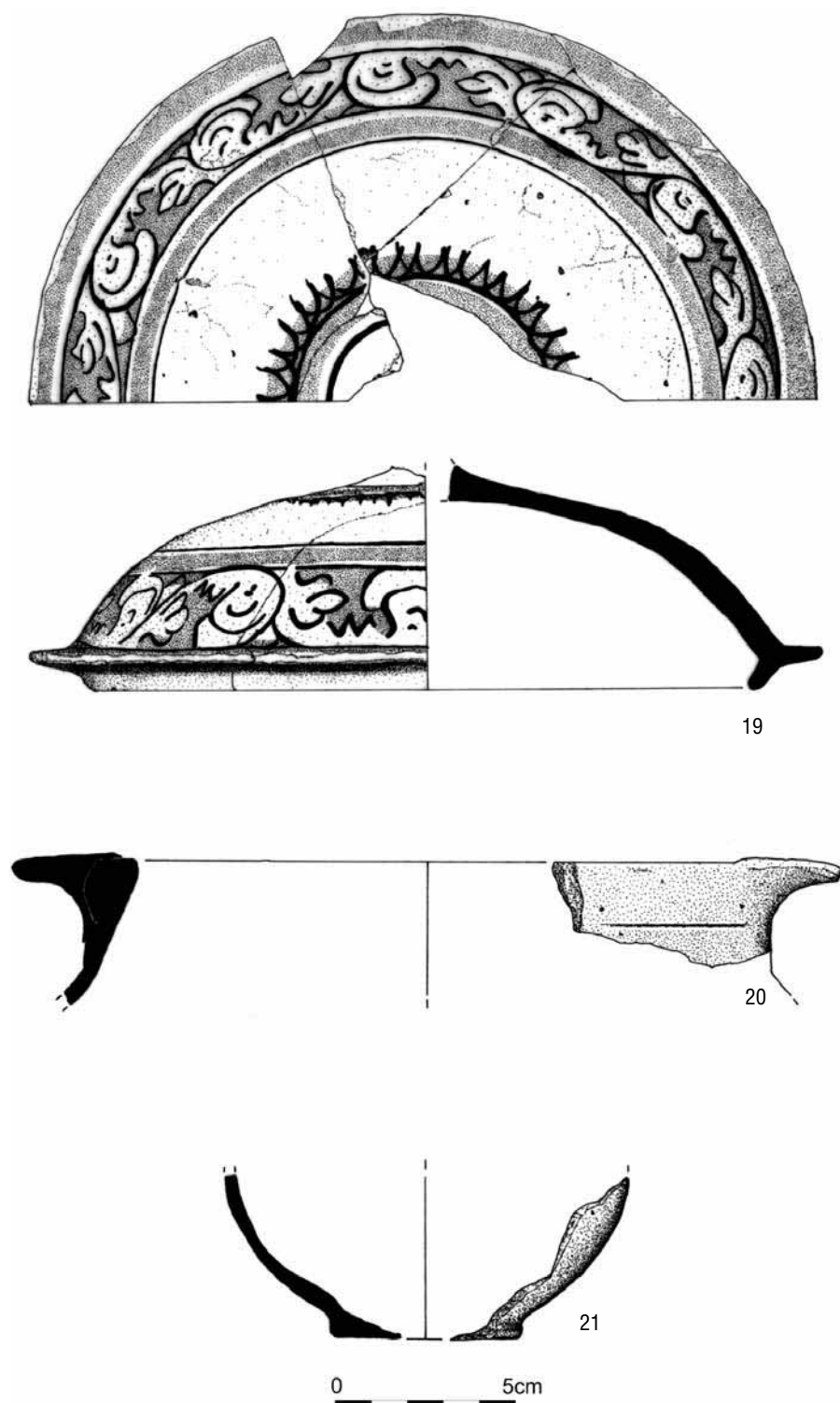


Figura 6 – Material arqueológico proveniente de contextos dos sécs. XVII / XVIII – 19, tampa (faiança portuguesa); 20, painela; 21, pote.

da Torre de Alcochete. Nunca poderemos remontar a construção desta torre, anterior à prioridade de defesa militar que se impunha resolver na barra do Tejo. A ameaça vinha sobretudo do mar e a resolução desta urgência assegurava prioridades de defesa directa da capital. Neste sentido, a Torre de Alcochete, se não foi edificada nos finais de quatrocentos, terá certamente ocorrido nas primeiras décadas do século XVI, hipótese corroborada pelos dados arqueológicos apresentados.

A construção desta estrutura obedeceu, tal como nos casos da Torre da Caparica e da Torre de Cascais, a um planeamento prévio da sua métrica, reconhecendo-se uma proporcionalidade na relação largura-altura. As cinco varas correspondentes à largura de cada uma das faces do quadrado da sua planta (= 5,5 metros) são proporcionais às 7,5 varas da altura desde o piso primitivo até ao terraço (= 8,25 metros), ou seja, é uma altura feita por um módulo (de cinco varas de lado) sobreposto por mais $\frac{1}{2}$ módulo. Curiosamente, a meio da altura do postigo, passa precisamente a linha de junção destes dois módulos atrás descritos (Fig. 8).

Há também uma aparente intencionalidade no estabelecimento do eixo de orientação da torre. O critério de posicionamento NNO-SSE / ENE-OSE, possibilita que a parede virada para poente, precisamente aquela que possui o postigo, possa desfrutar de uma visibilidade plena sobre a foz do Tejo e da Torre Velha da Caparica. Esta orientação da torre influenciou *a posteriori* a orientação da Igreja da Misericórdia. Caso não existisse, o templo cristão não teria qualquer advertência que o inviabilizasse de respeitar criteriosamente as regras canónicas, tal como se verifica na Igreja Matriz, perfeitamente axializada poente-nascente.

Por último, e voltando de novo à eventual localização do Paço Real nas proximidades, não devemos de dissociar a imagem importada dos cenários medievais, do papel assumido pelas tor-

res junto dos edifícios de poder. Citando Pedro de Aboim Inglez Cid, «[...] a presença de corpos torreados foi considerada indispensável, por arquitectos joaninos, manuelinos, e até filipinos, para que as obras aí erguidas ostentassem o sentido «aristocrático» e dominador que delas se esperava» (ob. cit., 1998A: 215).

Contudo, todo este encadeado de argumentações lógicas carecem ainda de confirmação efectiva, apenas potencialmente evidenciada pelas fontes documentais. Esse trabalho encontra-se ainda por fazer.

BIBLIOGRAFIA

- CÂNCIO, Francisco, (1939), *Ribatejo histórico e monumental*, s.l., Junta da Província do Ribatejo, vol. II.
- CARDOSO & SEVERINO (1999), «Tipologia e Cronologia de Cerâmicas dos Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX encontradas em Cascais», *Arqueologia Medieval* 6, Mértola: Edições Afrontamento.
- CID, Pedro Aboim Inglez (1998A), *Torre de São Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, 2 volumes, 1998, tese de mestrado policopiada.
- CID, Pedro Aboim Inglez (1998B), *As arquitecturas da Barra do Tejo: as fortificações*, Nossa Senhora dos Mártires, a última viagem (catálogo da exposição do Pavilhão de Portugal), Lisboa: Ed. Pavilhão de Portugal/Expo 98 e Editorial Viterbo.
- CORREIA, Miguel (2003), *Actividade Arqueológica em Alcochete, Al-Madam*, II^a série (12), Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- CORREIA, Miguel (2004A), *Intervenção arqueológica no Solar dos Netos – Alcochete*, Relatório interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- CORREIA, Miguel (2004B), «Três exemplares de cerâmica azul e dourada, provenientes de Alcochete», Lisboa: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, n.º 1.
- CORREIA, Miguel (2005A), *Forno Cerâmico do Alto do Castelo – Alcochete*, Relatório interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- CORREIA, Miguel (2005B), *Um forno da época Moderna em Alcochete*, Al-Madam, II^a série (13), Almada, Centro de Arqueologia de Almada.
- CORREIA, Miguel, NUNES, João Jones (2005), *Rede de*

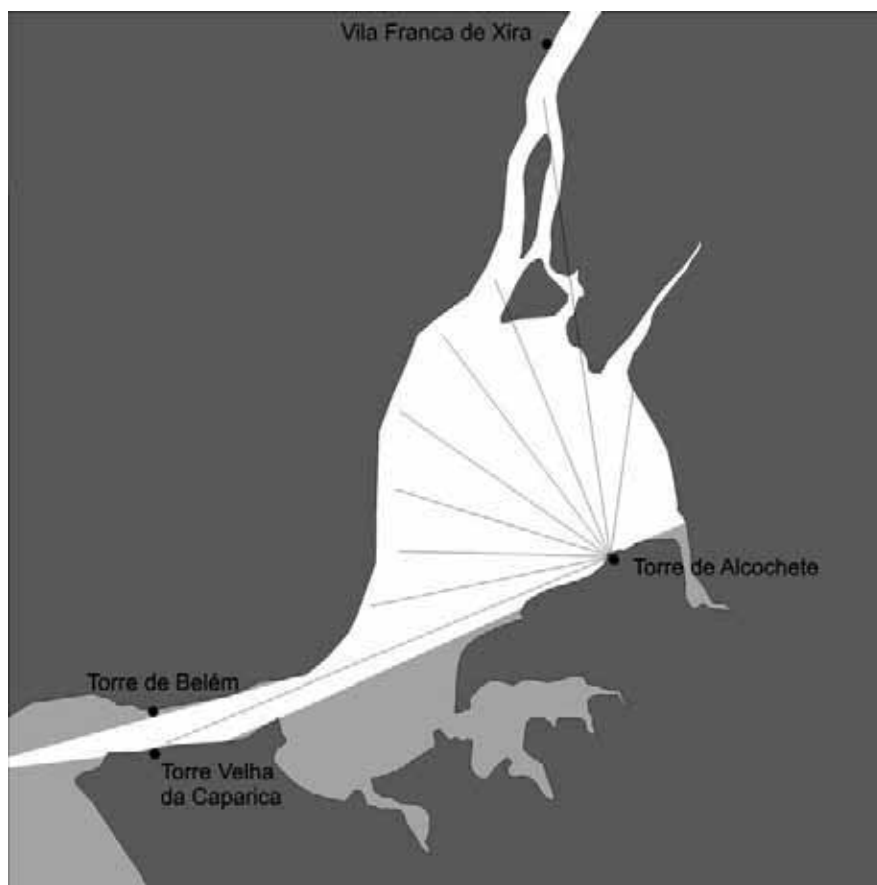


Figura 7 – Visibilidade da Torre de Alcochete sobre o rio Tejo.

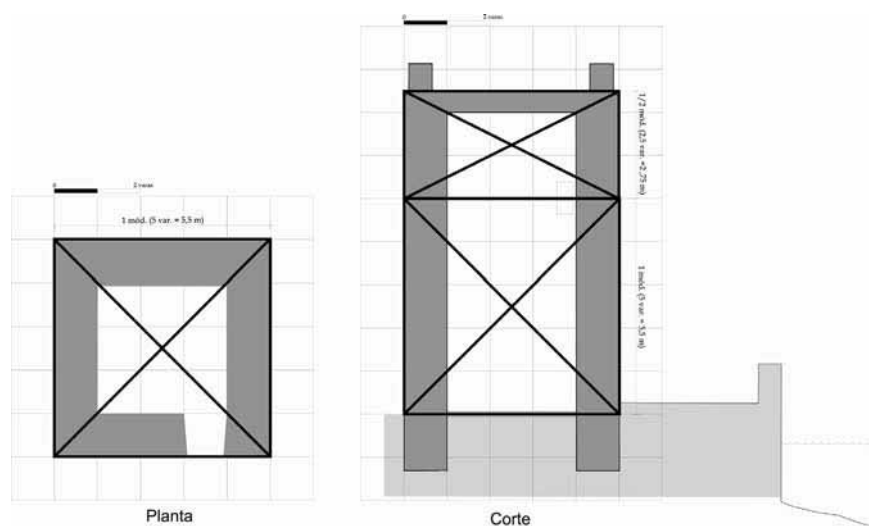


Figura 8 – Esquema regulador de dimensões.

- Gás Natural – Núcleo Antigo de Alcochete*, Relatório Arqueológico, Relatório interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- DIOGO, D. & TRINDADE, L. (1998), «Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro. nos 36/44, na Mouraria, em Lisboa», *Actas 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: CM Tondela.
- DIOGO, D. & TRINDADE, L. (2003), «Cerâmicas de Barro Vermelho da Intervenção Arqueológica na Calçada de São Lourenço, n^{os} 17/19, em Lisboa», *Actas 3^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: CM Tondela.
- DUARTE, Ana, (1993), *Igrejas e Capelas da Costa Azul*, Setúbal: Região de Turismo da Costa Azul.
- ESTEVAM, José, (1948), *A Restauração da Igreja Matriz de Alcochete*, Lisboa: Couto Martins.
- FERNANDES, I. C. F. F. & CARVALHO, A. R. (1995), «Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela)», *Actas 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: CM Tondela.
- FERNANDES, I. C. F. F. & CARVALHO, A. R. (1998), «Conjuntos cerâmicos Pós-Medievais de Palmela», *Actas 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: CM Tondela.
- FERNANDES, Paulo Almeida, (2003), «A arquitectura e a escultura aplicada», *A Igreja de S. João Baptista de Alcochete*, Alcochete: C. M. Alcochete.
- GRAÇA, Luís, (1998), *Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Alcochete*, Lisboa: Elo.
- NUNES, Luiz Santos, (1972), *Vila de Alcochete e seu Concelho*, Lisboa: Silvas – CTG.
- PEREIRA, Esteves & RODRIGUES, Guilherme, (1904), *Portugal: dicionário histórico, chorographico, heráldico, vol. I*, Lisboa: ed. João Romano Torres.
- RAPOSO, J. M. C., (1990), «Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas no Vale do Tejo, As Ânforas Lusitanas – Tipologia, Produção, Comércio», *Actas das Jornadas de Estudos em Conímbriga, 13 e 14 de Outubro de 1988*, Museu Monográfico de Conímbriga.
- RAMALHO, Margarida, (1989), «Em Busca da Torre Perdida», in *Oceanos*, n.º 2, Lisboa.
- SABROSA, A. & SANTOS, (1993), *Cerâmica comum de silos medievais, Rua Henriques Nogueira – Almada, Al-Madam*, II^a série, n.º 2, Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- SABROSA, A., (1994), *Cerâmicas Quinhentistas do Palácio Pragana, Al-Madam*, II^a série, n.º 3, Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- SABROSA, A., (1995), *Necrópole Romana de Porto dos Cacos, Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, C. M. Seixal: Ed. D. Quixote.

TAVARES DA SILVA, SOARES & DUARTE, (2004), *Pree-xistências de Setúbal, Intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87*, MUSA 1, Setúbal: MAEDS.

VARGAS, José Manuel (2004), *O antigo concelho de Ribatejo*, in *Actas das Jornadas de História e Património da Moita* (22 de Setembro 2001), Moita: Câmara Municipal da Moita.

VARGAS, José Manuel (2005), *Sabonha e S. Francisco*, Alcochete: C. M. Alcochete.

NOTAS

- 1 Torre do Tombo, Santos-o-Novo, n.º 1444.
- 2 Arquivo Distrital de Setúbal, 389/12.
- 3 Durante o estudo do material cerâmico, verificámos a ocorrência de fragmentos de tipologias mais antigas, comparativamente com os estratos de onde provinham. As obras bibliográficas que serviram de base para esse mesmo estudo foram: (Cardoso & Severino, 1999: 193-212); (Fernandes & Carvalho, 1995: 77-96); (Fernandes & Carvalho, 1998: 211-255); (Diogo & Trindade, 1998: 257-265); (Diogo & Trindade, 2003: 202-213); (Tavares da Silva, Soares & Duarte, 2004: 137-152); (Sabrosa & Santos, 1993: 116-122); (Sabrosa, 1994: 38-44).
- 4 Em 1778, Simão Neto Pereira, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, queixava-se a Sua Majestade de o terramoto de 1755 ter arruinado a muralha junto da Igreja da Misericórdia. Agradecemos ao Sr. António José Godinho pela informação prestada.

ARQUEOLOGIA NO CASTELO DE PENAMACOR – CIMO DE VILA A ALCÁÇOVA E O CEMITÉRIO. RESULTADOS DAS CAMPANHAS DE 2004 A 2006

SILVINA SILVÉRIO LUÍS BARROS DANIEL NUNES

INTRODUÇÃO

O castelo de Penamacor ocupa uma elevação granítica alongada, com cerca de 600 metros de altura, flanqueada pelas ribeiras de Ceife e das Taliscas, subafluentes do Tejo através do rio Ponsul¹; em torno do primitivo núcleo medieval, rodeado por muralhas de planta ovalada, irregular, cresceu a actual cidade, exceptuando nas vertentes Este e Sudeste do cabeço, correspondendo à zona da implantação alcáçova.

A intervenção arqueológica neste monumento nacional² conheceu até agora quatro campanhas de trabalho de campo efectuadas no interior e em torno da zona amuralhada do antigo núcleo urbano medieval. Estes trabalhos realizaram-se ao abrigo de um projecto plurianual, designado Valorização Arqueológica do castelo de Penamacor/Cimo de Vila, integrado no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, sendo os custos inerentes suportados integralmente pela Câmara Municipal de Penamacor.

O interesse óbvio no estudo deste monumento despertou o interesse de muitos eruditos, embora nunca tenham sido publicados trabalhos, de cariz histórico ou arquitectónico, suficientemente detalhados ou abrangentes. Na vertente arqueológica, de difícil interpretação devido à contínua ocupação humana do recinto murado, o carácter pioneiro dos trabalhos efectuados e a postura dos responsáveis pela cultura do actual município no que respeita aos assuntos do património concelhio, tem permitido apurar novas perspectivas.

Para além dos propósitos de valorização do espaço edificado, projectou-se a escavação de determinados sectores dentro do perímetro não habitado do Cimo de Vila, incluindo algumas áreas com estruturas previamente conhecidas ou existentes, parti-

cularmente na alcáçova³, no Largo de Santa Maria do Castelo⁴ e no poço d'El Rei⁵, bem como em espaços devolutos, mas cuja utilização ao longo dos tempos resultara nalguma informação documental, destacando-se, o terraço contíguo ao pelourinho, junto à face externa da muralha Oeste da antiga vila, onde detectámos um antigo cemitério.

HISTÓRIA E ARQUITECTURA

O levantamento documental referente ao castelo de Penamacor – Cimo de Vila encontra-se em curso, bem como o estudo aprofundado da longa lista de nobres e fidalgos relacionados com a fortificação; do ponto de vista cartográfico a fonte mais antiga que dispomos remete para a planta de Duarte d'Armas, executada em 1509.

Segundo o desenho referido, o castelo teria, em inícios do século XVI, uma planta subquadrangular com duas ordens de muralhas, assegurando um complexo sistema defensivo.



Castelo de Penamacor (vista norte). Segundo Duarte d'Armas, 1509 (IAN/TT, CF, 159).

A muralha exterior, integrava dois cubelos semicirculares, cujo acesso se processava pelo adarve; um, instalado no ângulo Norte, controlava a única entrada a partir da vila medieval, enquanto o outro, erigido no canto Nordeste, vigiava o acesso pela porta falsa. A segunda muralha isolava o espaço edificado intramuros, onde existiam vários edifícios sobradados, um das quais integrava no piso térreo uma cisterna com cerca de quatro metros de vão, assegurando o abastecimento de água em caso de cerco.

Estas duas estruturas definiam assim um percurso de circulação terminando na entrada principal, em cotovelo, que se abria para um pátio de armas.

A Torre de Menagem, voltada para Sul, destacava-se do restante conjunto edificado, defendida por uma porta levadiça sobrelevada que a isolava completamente, característica que, a par com a permanência das estreitas e escassas aberturas para o exterior, acentuavam o carácter defensivo de cariz medieval desta estrutura.

Sabemos que as obras mandadas efectuar por D. Manuel I no castelo decorriam em 1509; na Torre de Menagem o remate constituído por um balcão de pedra assente em cachorrada que preenche todo o perímetro desta estrutura quadrangular e a simbologia manuelina aplicada sobre a parede Oeste não foram representados

nos desenhos de Duarte d'Armas que neles anotou «esta torre de menagem nom era acabada ao tempo que eu aly estaua»⁶.

Várias particularidades arquitectónicas, representadas por este escudeiro, denunciavam outros tantos momentos construtivos. Destacamos apenas dois apontamentos, os cubelos ultrapassados e a profusão de troneiras na muralha exterior, que constituíram soluções defensivas introduzidas genericamente durante o século XV; o sistema defensivo da porta falsa, constituído por uma barbacã e um balcão de matacões, corresponde a adaptação de época dionisina⁷, que também ordenou a remodelação da entrada Oeste da vila⁸, enquanto a estrutura em cotovelo da entrada principal do castelo e o afastamento da torre de menagem face às outras edificações da alcáçova, apontam para uma cronologia medieval, consentânea com a atribuição, em 1209, do foral, por D. Sancho I⁹, rectificado, em 1217, por D. Afonso II¹⁰.

As chancelarias régias integram uma quantidade apreciável de documentos referentes ao castelo e vila de Penamacor, que contrariam algumas atribuições não fundamentadas sobre o monumento. A ausência de menções ao castelo de Penamacor nos documentos medievais permitem-nos questionar a outorga da fortificação aos cavaleiros templários, apesar de tradicionalmente lhes atribuírem mesmo a construção do castelo. De facto, as teses mais recentes sobre castelos na Beira Baixa¹¹ afirmam que Penamacor pertence aos Templários, baseando-se na *História Militar Da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* de Frei Bernardo da Costa¹². Contudo, o documento analisado da obra citada não permite concluir que Penamacor pertença aos Templários, já que o âmbito geográfico descrito não inclui a sua localização¹³.

No reinado de D. Afonso Henriques, no Livro de Mestrados referente às doações feitas à Ordem do Templo, não existe qualquer menção a esta praça fortificada; No entanto, D. Afonso III pretendeu assegurar o pagamento dos direitos régios e D. Dinis revelou particular preocupação em regulamentar alguns abusos e assegurar as obrigações, direitos e garantias dos habitantes¹⁴, mencionando especificamente Penamacor como «sua terra»¹⁵ e, a ordenação da Ordem de Cristo, datada de 11 de Junho de 1321, não refere a fortaleza, embora integre a maioria dos castelos da Beira Baixa¹⁶.

A chancelaria de D. Fernando integra um núcleo documental significativo, nomeadamente cartas de mercê, onde entrega o castelo de Penamacor a fidalgos, entre os quais João Martins, Martinho Pires de Calheiros, Pedro Afonso de Melo e Martim Afonso de Melo¹⁷.

O rei da Boa Memória, em carta datada de 1395, dirigida a todos os concelhos, corregedores e juizes, ordenou uma inquirição para apuramento dos bens da coroa na comarca da Beira entre os quais se incluía Penamacor¹⁸.

A documentação emitida durante o reinado de D. João I refere várias mercês a Martinho Vasques de Castelo Branco, nomeadamente a entrega dos direitos reais, entre os quais o dos judeus de Penamacor¹⁹, e uma carta de privilégio outorgada aos seus moradores²⁰; destacam-se ainda dois documentos, uma carta de protecção real e outra pela qual a praça é pertença da coroa²¹.

D. Afonso V preocupou-se também em dar continuidade ao reforço da alcáçova do Cimo de Vila, emitindo, em Novembro de 1471, um documento em que ordenava «... a

todos os juizes, oficiais e homens bons da nossa vila de Penamacor para ficarem com o dinheiro das terças para usar nas obras do castelo»²². Este mesmo rei instituiu o condado de Penamacor, em D. Lopo de Albuquerque, que recebeu o título, o senhorio e a «vila de Penamacor, [todos] os bens móveis de raiz e outras coisas da dita vila e seu termo»²³, mercê posteriormente confirmada e extensível a seu filho, D. Garcia de Albuquerque, em 1476²⁴. Passados dois anos, a vila e fortaleza de Penamacor foi doada pelo rei ao príncipe D. João, com «a jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império, ressaltando para mim a correição e alçada»²⁵.

Nomeado para regedor da Casa do Cível, em Lisboa, em 1450, ofício que exerceu durante pouco tempo, D. Lopo de Albuquerque era camareiro e guarda-roupa do rei, em 1463²⁶, tendo recebido o cargo de camareiro mor por morte de seu tio, D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, em 1471²⁷. O título de conde de Penamacor surge na sequência dos serviços prestados ao rei, particularmente durante a tentativa de D. Afonso V de aceder á coroa castelhana através do casamento com a princesa Joana «a Beltraneja», sua sobrinha.

Envolvido na conjura do Duque de Viseu, D. Lopo de Albuquerque fugiu primeiramente para Castela e em seguida para Inglaterra, sempre perseguido por D. João II, obrigando-o a regressar a Sevilha, onde faleceu, por volta de 1493. O condado só voltou a

ser instituído em 1844, tendo D. Maria II entregue o título ao seu descendente António de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria Pereira, alcaide-mor de Sintra.

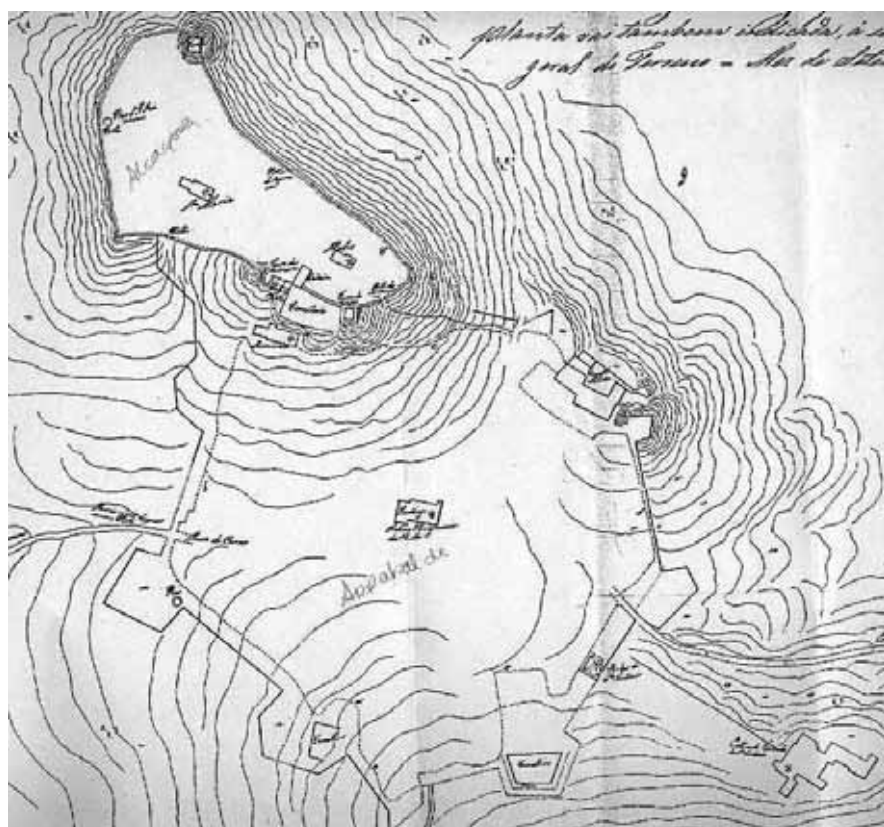
No início do reinado de D. Manuel I sabemos que o capitão e alcaide-mor de Penamacor é Rui Mendes de Vasconcelos, conselheiro régio, que detêm esses cargos até 1499, ano da sua morte²⁸, tendo os ofícios passado para seu filho, João Rodrigues de Vasconcelos²⁹.

A 22 de Fevereiro de 1498, o rei emitiu uma carta de privilégio para que Penamacor fosse terra realenga, segundo os capítulos das cortes de Lisboa³⁰; o interesse do rei por aquela praça resultou na outorga de novo foral, a 1 de Junho de 1510, e, como referimos, em obras várias, tanto na alcáçova como na cerca do burgo, iniciadas antes de 1509 e que se prolongaram até ao final deste reinado, segundo apontam as sucessivas nomeações de vedores³¹.

As derradeiras obras efectuadas no Cimo de Vila durante a segunda metade de quinhentos, incidiram na ampliação da porta principal do burgo, integrando as torres laterais dionisinas mas mantendo os dois arcos, um de volta inteira e outro em ogiva; sobre esta estrutura foi concluída, em 1568, a *Domus Municipalis*, enquanto no exterior existia já o pelourinho, datado de 1565³².

Durante a Guerra da Restauração, em meados do século XVII, a fortaleza recuperou importância estratégica na defesa da fronteira; neste contexto, D. João IV ordenou melhoramentos naquela praça, particularmente destinados à instalação de artilharia, resultando na construção, supervisionada pelo marquês de Castelo Melhor, governador de Armas da Beira, de seis baluartes e de três meios baluartes, a par do reforço das muralhas já existentes.

Consideramos assim relevante incluir algumas informações sobre a guarnição militar sedeadada em Penamacor. O Regimento de Infantaria 11³³ surge em 19 de Maio de 1806, organizado a



Planta das antigas fortificações da vila de Penamacor (levantamento efectuado pelo capitão engenheiro Joaquim António Dias, em 1853).

partir do chamado Terço de Infantaria de Penamacor, existente desde 1643, novamente sujeito a reformas, em 1796 no âmbito do reforço em efectivos das guarnições militares das fortificações fronteiriças. O recrutamento efectivava-se em vilas e concelhos das comarcas de Viseu e da Guarda, incluindo nestas últimas cidades.

Em 1801, dois batalhões do regimento de Infantaria 11, integraram a chamada divisão da Beira que protegeu com sucesso as investidas francesas lideradas pelo general Leclerc, cunhado de Napoleão.

Junot licenciou o Regimento de Infantaria 11, em 22 de Dezembro de 1807, integrando-o no 3.º Regimento de Infantaria da Legião Portuguesa, comandado pelo coronel Francisco António Freire Pego, tendo sido restabelecido apenas a 14 de Outubro de 1808. Entre Setembro de 1810 e a primeira metade de 1813³⁴, participou em diversos confrontos, em território português e espanhol, integrando as forças sob o comando inglês activas em França, entre Novembro deste último ano e Abril do seguinte.

Parte desta guarnição militar ficou em Penamacor, e lá terá falecido durante a entrada e permanência das tropas francesas naquela praça, ocupação que durou aproximadamente um ano; os despojos humanos exumados na necrópole integram esqueletos de soldados (com botões, fivelas e restos de calçado) que, ao que tudo indica, faleceram no Real Hospital Militar edificado nas proximidades do castelo.

AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

1. Sector Largo do Castelo

A primeira campanha, durante o verão de 2003, incidiu sobre o largo adjacente à alcáçova, tendo sido obtidos resultados promissores quanto ao espólio recuperado, mas pouco significativos no que respeita à identificação de restos

o recinto fortificado, patente nos desenhos de Duarte d'Armas, a principal fonte iconográfica para delimitar o castelo e respectivos compartimentos³⁵.

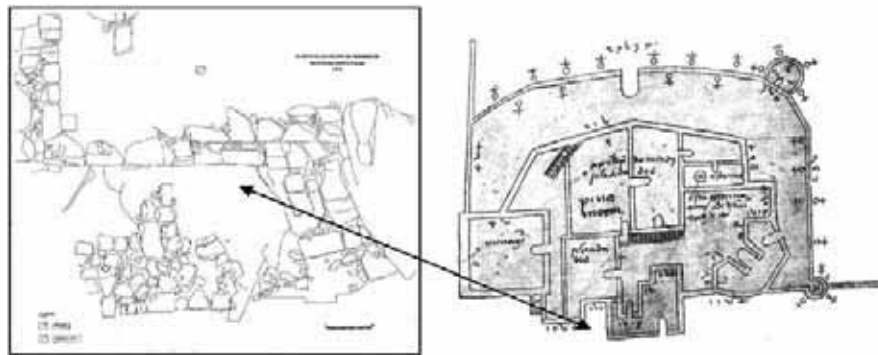
De facto, para além dos inúmeros artefactos cerâmicos e metálicos de cronologia medieval e moderna, recuperaram-se ainda exemplares de vasos proto-históricos e alguns artefactos líticos, em anfibolito e sílex, indiciando uma ocupação humana anterior daquele espaço³⁶. A inexistência de estruturas resultou, conforme verificámos, da sistemática desmontagem, para reaproveitamento, da pedra aparelhada das muralhas, que decorreu durante décadas ou séculos, seguido do desgaste natural, assim como de obras posteriores camarárias ou privadas.

Em nenhum dos locais intervencionados foi reconhecida uma estratigrafia coerente; os solos apresentaram-se sempre perturbados por acção humana, resultando na mistura dos artefactos, os quais foram classificados segundo paralelos tipológicos e cronológicos provenientes de outras intervenções arqueológicas.

2. Sector Porta Falsa – Alcáçova

A segunda campanha de escavações no Cimo de Vila, em 2004, obteve resultados mais promissores. Os trabalhos efectuados na área da alcáçova, na vertente voltada a Este, menos acessível devido ao acentuado declive do terreno, permitiu a identificação da base da muralha do castelo, associada à porta falsa e restos da barbacã, estruturas desenhadas e medidas por Duarte d'Armas, sendo notória a correspondência entre as evidências arqueológicas e aquele levantamento seiscentista. Foram intervencionados 144 metros quadrados, com uma potência estratigráfica reduzida, maioritariamente constituída por terras caídas de cotas mais elevadas.

O espólio aqui recuperado permitiu confirmar os dados obtidos na primeira campanha. Para além de restos cerâmicos de cronologia medieval e moderna, numismas e um conjunto significativo de balas de mosquete, consentâneo com a documentada ocupação da alcáçova por uma guarnição militar, recolheram-se nas camadas inferiores assentes sobre o afloramento granítico mais de trezentos fragmentos de vasos proto-históricos que permitiram a identificação de mais de quarenta vasos cronologicamente atribuídos do Calcolítico ao Bronze Final³⁷.



Plantas da zona intervencionada e de Duarte d'Armas (1509). (Alcáçova de Penamacor – porta falsa).

3. Sector Pelourinho – Necrópole de Penamacor

O último espaço intervencionado no âmbito do mencionado projecto localizou-se junto ao Pelourinho no terreno baldio aí existente, anexo à muralha Oeste da fortificação, delimitado, a Norte pelo pelourinho e pela entrada principal do Cimo de Vila e, a Sul, pela designada torre do relógio. A escassa informação disponível sobre deste sector remetia para o seu uso, em meados do século XVI, como mercado de arrematações³⁸, tendo sido posteriormente utilizado como necrópole, esta última desactivada em 1857, aquando da inauguração de um novo cemitério, situado na colina oposta da cidade.

As três campanhas de escavação efectuadas, com uma área total de 216 metros quadrados, permitiram a identificação de um conjunto considerável de inumações *in situ*, contrariando os dados que apontavam para a remoção dos enterramentos. De facto, estes provinham do Real Hospital Militar de Penamacor, edifício entregue à Ordem dos irmãos hospitalários de São João de Deus, que se encontra em estudo e remodelação, tendo sido recentemente identificado como fazendo parte do conjunto arquitectónico conhecido com quartel da vila.

Mas este não foi o único resultado obtido neste espaço, tendo sido também posto a descoberto um troço significativo da barbacã (Foto 3), estrutura que constituía a primeira linha de defesa do burgo medieval, cujo início de construção está atribuído a D. Fernando³⁹, prolongando-se até ao reinado de D. João I.

O espaço exterior a este segmento de muralha foi também utilizados pelos habitantes do Cimo de Vila para despejos, em prejuízo dos moradores nos arrabaldes, resultando numa tentativa de proibição durante o reinado de D. Manuel I⁴⁰, e justificando o contexto compacto de lixeira que detectámos no exterior da barbacã.

Quanto ao espólio osteológico humano⁴¹, conforme referido, foram exumados até agora trinta e dois esqueletos, maioritariamente pertencentes a adultos do sexo masculino, identificados como soldados segundo os materiais associados, entre os quais se destacam fivelas e botões, um dos quais gravado (Fig. 36), permitindo estabelecer a relação com o Regimento de Infantaria 11, sediado naquela praça militar.

O estudo antropológico dos restos humanos proporcionou o reconhecimento de algumas lesões degenerativas, entre as quais se destacam as artroses e lesões causadas por dietas deficientes, bem como um conjunto de intervenções cirúrgicas, nomeadamente uma trepanação, uma remoção parcial do crânio e uma autópsia, também craniana, processo que se iniciou em Portugal em 1821; em todo o caso, estes dados remetem para um contexto de medicina efectiva praticada apenas em estabelecimentos hospitalares ou de campanha⁴².

Destacamos ainda a recolha de um espólio diversificado, com uma cronologia abrangente que compreende desde a pré-história recente à época moderna, embora misturado e sem correspondência estratigráfica devido ao revolvimento dos solos causado pelos enterramentos.

Os trabalhos arqueológicos efectuados nesta necrópole permitiram-nos entretanto reconhecer várias fases na evolução construtiva neste sector do monumento. Primeiramente, a muralha que rodeia o Cimo de Vila neste sector foi construída directamente



Foto 1 – Inumações de adultos, masculino (n.º 7). Necrópole de Penamacor.



Foto 2 – Inumações de adultos, feminino (n.º 11). Necrópole de Penamacor.

sobre o afloramento rochoso, cortado para aproveitamento do granito; a barbacã encostava à torre do Relógio, edificada no exterior daquela estrutura defensiva, acompanhando grande parte



Foto 3 – Área intervencionada em 2006. Necrópole de Penamacor.

do sistema amuralhado, para Norte e Oeste, conforme o registo de Duarte d' Armas.

O espaço entre a muralha da vila e a barbacã foi nivelado para permitir a circulação e a instalação de armamento adequado e foi sobre este patamar que se efectuaram os enterramentos, entre finais do século XVIII e meados da centúria seguinte.

Consideramos que a barbacã terá sido desactivada entre o final do século XVI e centúria seguinte; a edificação dos baluartes, destinada à aplicação de novas tecnologias defensivas, tê-lão tornado obsoleta. Esta estrutura medieval estaria então fragilizada, tendo sido progressivamente entulhada, na vertente externa, por terras e lixos despejados pelos habitantes do Cimo de Vila, sendo evidente a realização ocasional de queimas higiénicas para obstar maus odores e a presença de animais infestantes. Ainda assim, parte da barbacã estaria a descoberto quando foram ali efectuados os primeiros enterramentos uma vez que estes apenas foram efectuados no espaço de circulação interno.

O ESPÓLIO: TIPOLOGIAS E CRONOLOGIAS

A contribuição do estudo do espólio recuperado durante as diferentes intervenções arqueológicas remete para um reequacionamento dos dados históricos tidos até agora como estabelecidos para o castelo de Penamacor. Apresentamos alguns dos artefactos mais significativos, representativos das diversas fases de ocupação detectadas até agora.

Conforme referido anteriormente, a abundante presença de artefactos cerâmicos e líticos pré e proto-históricos nas camadas inferiores, de assentamento, da muralha da alcáçova e no largo adjacente, apontam para uma presença humana anterior à construção do castelo.

Referimo-nos a vasos produzidos a torno lento, com decorações unguiformes sobre o bordo, mamilos e conjunto ondulados, horizontais ou verticais incisos, «a pente», tratamento a escova da superfície externa (*cepillados*) e ornatos brunidos, que se integram cronologicamente entre o Neolítico final e Bronze Inicial⁴³.

No caso dos nossos exemplares, notámos algum paralelismo com o espólio proveniente da escavação do povoado do Cabeço da Malhoeira, Benquerença, neste mesmo concelho, datado do Neolítico final ou do Calcolítico (Oliveira, 1998: p. 243-257); o mesmo poderá ocorrer com as cerâmicas provenientes do Monte do Ramalhão, cabeço visível do castelo de Penamacor, intervencionado há alguns anos (Vilaça, 1989: p. 5-32).

Assim, assinalamos a semelhança entre o recipiente liso, de forma troncocónica, sem diferenciação de bordo e lábio aplanado superiormente (Fig. 4, n.º 1), com um dos artefactos proveniente do primeiro arqueossítio referido, embora existam diferenças entre os respectivos diâmetros, o nosso menor que o de Benquerença (Oliveira, 1998: Fig. 4).

Apenas um vaso (Fig. 4, n.º 2), do tipo taça, mostra decoração plástica incisa sobre o bordo, embora na face interna; este artefacto é semelhante a alguns vasos de bordo denteado, provenientes de Leceia e datados do Neolítico final (Cardoso, 1997: p. 70); eventualmente, assemelha-se a um dos recipientes do espólio cerâmico de Caramujeira I, em Lagoa, com a mesma cronologia (Gomes, 1994: p. 324, Fig. 3 e 327).

Para o vaso com bordo extrovertido (Fig. 4, n.º 4), encontrámos um recipiente troncocónico, parecido quanto à forma, mas produzido com uma pasta mais escura, entre a cerâmica proveniente da necrópole da Lameira de Cima, Penedono, Viseu (Gomes, 1996: p. 143 e 147, Fig. 71, n.º 5), atribuído a uma fase de reutilização do monumento funerário, Calcolítica ou do Bronze inicial.

Também no sector Oeste (necrópole) foram recuperados artefactos líticos e cerâmicos que se integram naquelas cronologias.

Para os exemplares líticos, em anfibolito cinzento, nomeadamente os machados parcialmente polidos, ou em granito, caso do peso de tear, bem como algumas raspadeiras e lamelas, em sílex, foi exumado em escavação efectuada na Quinta da Atalaia, Trancoso, no distrito da Guarda, um machado compatível com dois dos nossos artefactos (Fig. 1, n.ºs 1 e 2), num contexto Calcolítico datado do III milénio a. C. (Velho e Velho, 1999:

p. 247, Fig. 6), estando associado a cerâmicas com decoração penteada compatíveis com as recolhidas na alcáçova do castelo de Penamacor. Também para aqueles dois exemplares assinalamos um machado proveniente da estrutura C, estrato II, de estação arqueológica de Papa Uvas, Aljaraque, Huelva, com uma proposta cronológica do Bronze Final, ainda por confirmar, uma vez que provém de camadas superficiais e a grande maioria do espólio recuperado neste arqueossítio seja atribuído ao Neolítico e Calcolítico (Martin de la Cruz, 1985: p. 137, Fig. 101, n.º 141 e 186-187).

Na gruta do Caldeirão foram recuperados dois machados (Zilhão, 1992: p. 103, Fig. 7.7, n.º 2 e p. 112, Fig. 9.2, n.º 1) com as mesmas características de outros exemplares (Fig. 1, n.ºs 4 e 5); o primeiro provém de uma camada estratigráfica pouco clara, enquanto o segundo se encontra atribuído ao Calcolítico ou mesmo à Idade do Bronze, tendo sido exumado conjuntamente com inúmeros exemplares de cerâmica datados daquela primeira cronologia (Zilhão, 1992: p. 103 e 111).

O conjunto dos materiais exumados inclui também exemplares de época romana. Destacando-se os ganchos em bronze (Fig. 6), peças características do fardamento militar, um dos quais idêntico a exemplar encontrado em Conimbriga, que os autores associam a dois outros exemplares que datam dos séculos I e II d. C. (Alarcão *et alii*, 1979: p. 98, Fig. XXI, n.º 82); este mesmo artefacto consta do catálogo monográfico dessa arqueossítio como elemento de couraça do Baixo-império (Alarcão, 1994: p. 140, n.º 430.2)⁴⁴. Dos restantes artefactos em bronze (Fig. 5), a fivela é compatível com um exemplar proveniente da *villa* romana de São Cucufate (Ponte, 1987: p. 145, Est. V, n.º 64), peça que se destinaria ao equipamento de arnês ou ao fardamento romano de época tardia, entre os séculos III e V d.C., enquanto o elemento de arreio, de secção ovalada com remates nas extremidades em forma de pirâmide irregular, é semelhante a um travessão publicado em catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades da Biblioteca Nacional de Lisboa (Alarcão e Delgado, 1969: p. 30, n.º 24).

Para uma conta em pasta de vidro branco leitoso, com motivo oculado em azul (Fig. 8), propomos um artefacto semelhante proveniente de Conimbriga, classificado como conta de colar (Alarcão e Etienne, 1976: planche XLVI, p. 231, n.º 325); embora não esteja bem definida a sua cronologia e procedência, os autores comparam-na com outra conta, com decoração oculada em verde, proveniente de uma camada contemporânea da construção das termas, atribuída a Trajano (Alarcão e Etienne, 1976: p. 212).

Foram também identificados vários artefactos de atribuição visigótica, entre os quais destacamos um brinco (Fig. 9), idêntico a outro, em prata, exumado em São Cucufate (Ponte, 1987: p. 139 e est. III, n.º 38), e várias contas, em pasta de vidro azul e branca opaca (Fig. 8), com paralelos entre os exemplares recuperados na necrópole tardo romana e visigótica da Abuxarda, Alcabideche (Cardoso, 1991: p. 45, Fig. 15).

O núcleo mais significativo do espólio corresponde ao conjunto cerâmico das épocas Medieval e Moderna. A diversidade tipológica das panelas e potes (Figs. 19 a 24) corresponde a uma cronologia abrangente, que se inicia no século XIII e atinge os inícios de setecentos.

Uma das principais características que distingue os exemplares medievais dos modernos nesta região beirã é a qualidade das pastas com que foram produzidos. Tra-

tando-se indiscutivelmente de peças produzidas regionalmente, a argila medieval é menos bem depurada, contendo abundantes elementos não plásticos, micáceos, de dimensão média e grande, muito à semelhança das cerâmicas proto-históricas; a partir do século XV as peças foram fabricadas com pastas mais homogêneas, com desengordurantes de grão fino, normalmente micas e quartzos.

As formas constituem outra indicação passível de atribuição cronológica. O exemplar de cronologia mais recuada proveniente de Penamacor (PEL9C5-02, Fig. 20), com bordo extrovertido, lábio de secção subcircular e o colo é ligeiramente estrangulado, mostrando na face externa uma depressão pouco acentuada, corresponde a um modelo tipológico Alto Medieval, particularmente com uma panela recuperada no pátio anexo ao poço cisterna de Silves, cujo paralelo indicado remete para os séculos V – VI (Gomes e Gomes, 2003: Fig. 6, Q8/C4-2).

As panelas medievais mais tardias, mostram colos estrangulados, apresentando perfis em S bem definidos, características patentes num dos exemplar representado (Fig. 19, n.º 1), datado dos séculos XIII a XIV, com paralelos em Vila Velha, Vila Real (Rodrigues e Lebre, 2003: p. 159, n.º 12) e num silo medieval arqueologicamente intervencionado, no claustro do Museu de Évora (Gonçalves, Schierl e Teichner, 2003: p. 246, Fig. 9). Igualmente, alguns exemplares com decoração incisa sobre o bordo (figs. 22, n.º 3 e 23), com lábios subcirculares ou aplanados, correspondem a peças produzidas desde o século XIII e XV (Gonçalves, Schierl e Teichner, 2003: figs. 6 e 8; Silvério e Barros, 2005: p. 146-147, Fig. 48 CN21C2-04).

As tipologias de panelas mais frequentes (Fig. 19, n.ºs 2 e 3) correspondem a produções datadas dos séculos XV e XVI, com exemplares semelhantes em Palmela, (Fernandes e Carvalho, 1997: p. 289, Fig. 12, n.º 29; Fernandes e Carvalho, 1998: p. 216-217 e 235-236 n.ºs 4 e 27).

Exemplares com bordo espessado, ligeiramente introvertido e lábio de perfil subtriangular (Fig. 21, n.º 1) correspondem a um modelo bastante comum, em contextos tardo medievais e modernos, também identificado no castelo de Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005: p. 65-67 e 110-111, Fig. 26), Almada (Sabrosa e Santo, 1992: p. 6, n.º 2; Sabrosa, 1994: p. 40, n.º 5), Silves (Gomes *et alii*, 1996: p. 45, Fig. 8, SILV.3Q2/C2-9) e Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999: p. 201, n.º 15).

Exemplares compatíveis com os representados na Fig. 21, n.ºs 2 e 3 foram recuperados no castelo de Castelo Novo, em contextos datados do século XV à 1.ª metade da centúria seguinte (Silvério e Barros, 2005: p. 150-151, Fig. 50).

Panelas com lábio de secção subcircular e canelura demarcando a separação entre o bordo e o bojo (Fig. 20), surgiram em Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996: Fig. 8 SILV.3Q2/C2-6), em contexto datado do século XV, e em Palmela, (Fernandes e Carvalho, 1998: p. 235, n.º 2) em níveis do século XVI.

A louça comum de uso individual surge durante o século XV reflectindo a crescente preocupação da população com as condições de higiene, razão pela qual alguns exemplares apresentam marcas de proprietário, esgrafitadas ou incisas (Fig. 11), destinadas a assegurar a exclusividade da peça; as taças e pratos, em cerâmica comum, produzidas nas centúrias de quinhentos e seiscentos, mostram genericamente a superfície interna brunida, tratamento que se destinava a melhorar a impermeabilização das pastas (figs. 10, 11 e 14).

A par da louça de mesa, de produção local, recuperámos peças importadas, sobretudo das oficinas de Paterna ou Manizes, destacando-se exemplares com decoração em reflexo metálico dourado ou azul-cobalto e dourado (Figs. 16, n.º 1, figs. 17 e 18), datadas do século XVI.

A faiança setecentista recuperada apresenta motivos decorativos vegetalistas, em azul-

-cobalto, (Fig. 16, n.ºs 2 e 3), tendo sido recuperados escassos fragmentos de porcelana, decorada exclusivamente a azul.

Reflectindo a generalização da produção de vidrados e esmaltados, a partir de meados do século XV (Rueda e López, 1997: p. 555, lam. 1, III), surgem no início da centúria seguinte inúmeros exemplares de pratos e taças que receberam aquele revestimento, mais ou menos espesso e aderente, exclusivamente em branco, (Figs. 12 e 15). Os pratos e taças provenientes, em grandes quantidades, da necrópole de Penamacor, indiciam uma melhoria nas condições económicas da população do burgo, sobretudo a partir da centúria de setecentos, tendo sido identificados artefactos compatíveis no Porto (Barreira *et alii*, 1998: p. 152, Fig. 13) e em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998: p. 228-229 e 249, n.ºs 153 e 154) datáveis dos séculos XVI e XVII.

As talhas recuperadas, uma próxima da alcáçova (Fig. 27), outra na necrópole (Fig. 26), apresentam características medievais, devido ao tipo de pasta em que foram produzidas e aos motivos decorativos, datando do século XIV.

Apresentamos também dois botões, obtidos a partir de fragmentos de cerâmica afeiçoada, cuja datação não será anterior ao final de seiscentos (Fig. 35) e um pequeno fragmento de garrafa, em grés, correspondendo ao bojo do exemplar decorado com um rosto barbado em relevo (Fig. 25). Estes artefactos cerâmicos, cozidos a altas temperaturas, provêm essencialmente do norte da Europa, provavelmente da Renânia, sendo conhecidos na zona setentrional por *Bellarminos*; correspondem a produções iniciadas do segundo quartel do século XVI que se prolongaram para a centúria seguinte, e chegaram ao nosso território por via comercial, tendo sido encontrados nas intervenções arqueológicas efectuadas no castelo de São João da Foz do Douro, no Porto (Osório e Silva, 1998: p. 289, Est. XI).

Para além do núcleo cerâmico, a necrópole de Penamacor tem proporcionado um conjunto de peças metálicas representativo das diferentes actividades e gostos dos habitantes do Cimo de Vila. Dos artefactos mais representativos destacamos um medalhão em bronze, com decoração fitomórfica (Fig. 28), atribuído ao reinado de D. João I, para o qual apenas conhecemos outro paralelo, recolhido nas escavações efectuadas na Rua da Judiaria, Almada por um dos signatários (Barros e Henriques, 2003: Fig. 17).

Recuperaram-se algumas jóias, destacando-se um pingente com rosto de sátiro (Fig. 30), dois anéis, um associado ao enterramento número oito, em cobre (Fig. 29), outro, em prata (Fig. 29) e o brinco com contas em pasta de vidro vermelhas e brancas relacionado com a inumação de adulto do sexo feminino número onze (Fig. 29), artefactos datados a partir da primeira metade do século XVIII.

A prática de actividades cinegéticas ou guerreiras está também representada por alguns artefactos, entre os quais se encontram um virote de besta (Fig. 34), cronologicamente balizado entre os séculos XIV-XVI, e várias balas de mosquete, em chumbo, generalizadas a partir de seiscentos (Fig. 34). Estes artefactos foram recuperados no sector Porta Falsa – Alcáçova, devendo integrar o acervo das guarnições militares que ali se instalaram.

Representando as actividades económicas apresentamos uma copela, em bronze (Fig. 31), peça destinada à fundição de metais, com exemplares compatíveis no Porto,

datados dos séculos XV a XVII (Teixeira e Dòrdio, 2000: p. 134; LOPES, 2003: p. 220, Fotos 2 e 3).

Parte integrante do espólio metálico recuperado integra alfinetes, dedais (Fig. 32, n.^{os} 1-4), fivelas e remates de correia (Fig. 33), genericamente em cobre, com paralelos conhecidos datados dos séculos XV-XVI (Fernandes e Carvalho, 1997, p. 292-293, Fig. 15, n.^o 82-84; Silvério e Barros, 2005: p. 183, Fig. 72, n.^{os} 1-6). Foi também recuperado um exemplar destinado a cobrir a ponta de uma bainha de punhal (Fig. 33), compatível com um exemplar que data do século XIII (Rego, 2003: p. 78-79).

Para uma figura, em terracota, produzida a molde (Fig. 37), correspondendo ao torço superior do corpo, vestido com um gibão curto, pregueado e cintado, propomos uma cronologia de meados de quinhentos, eventualmente extensível ao século XVI. Roupagem compatível encontra-se representada, por exemplo, em algumas figuras dos painéis de São Vicente de Fora, atribuídos a Nuno Gonçalves. Para reforçar a datação proposta, refira-se ainda as disposições sobre vestuário emitidas por D. João III em meados do século XVI, que integram um capítulo referente aos gibões⁴⁵.

Recuperámos também um dado, em osso (Fig. 39), de cronologia incerta, embora consideremos, dadas as características do exemplar e o contexto de proveniência, que se integrará entre o século XVII e a centúria seguinte.

A intervenção na Necrópole de Penamacor ofereceu ainda alguns materiais de construção, dos quais apresentamos um fragmento de azulejo de aresta (Fig. 38), compatível com os exemplares que restam no interior da Igreja de São Pedro, cabeça de uma das freguesias do Cimo de Vila. Apresenta um motivo decorativo geométrico e vegetalista, do tipo quadrifólio, nas cores azul-cobalto, verde e melado, sobre fundo bege, correspondendo às produções de vidrados plumbíferos iniciadas em finais do século XV e comuns na centúria de seiscentos.

CONJUNTO NUMISMÁTICO

Em todos os espaços intervencionados arqueologicamente foram recolhidas moedas emitidas por boa parte dos monarcas portugueses, sobretudo das primeiras dinastias, bem como alguns exemplares republicanos e castelhano leoneses. O conjunto mais sig-

nificativo provém do sector da necrópole de Penamacor (cf. Gráfico I), nele se incluindo dinheiros de bolhão de D. Sancho II a D. Pedro I, reais de três libras e meia de D. João I, um real preto de D. Duarte, meio real de D. Manuel I, um vintém de D. João III e vários exemplares de V réis de D. Sebastião e de V e X reais de D. João IV (Fig. 40).

O grupo mais numeroso remete para os ceitis, cunhados nos reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I, perfazendo 32% do total dos numismas identificados, num total de 49 exemplares. Entre estes, 29 moedas não permitiram uma identificação cronológica fina uma vez que as orlas se encontravam cerceadas, prática corrente para proceder ao pagamento de quantias inferiores ao valor total do numisma.

Foram ainda identificadas duas moedas castelhano – leonesas, um numem, em cobre, emitido em Toledo durante o reinado de D. João II de Castela e Leão (1406-1454) e um numisma em prata, cunhado em Zamora, durante o reinado de D. Henrique II (1369-1379), que deverá ter sido perdido neste monumento aquando da passagem dos exércitos vizinhos nesta região beirã, em Dezembro de 1372⁴⁶.

Refira-se ainda que 59 exemplares não permitiram qualquer tipo de atribuição, correspondendo a 40% do espólio numismático recuperado, devido à completa deterioração do metal.

CONCLUSÃO

O castelo de Penamacor – Cimo de Vila constitui no plano histórico, arquitectónico e arqueológico, um campo de trabalho aliciante, pelo que está planeado um segundo projecto plurianual que pretende dar continuidade aos estudos já efectuados e participar na requalificação deste núcleo urbano medieval amuralhado.

Na prossecução deste objectivo a equipa e a edilidade apostam na colaboração de especialistas em diversas áreas, cujo labor converge para

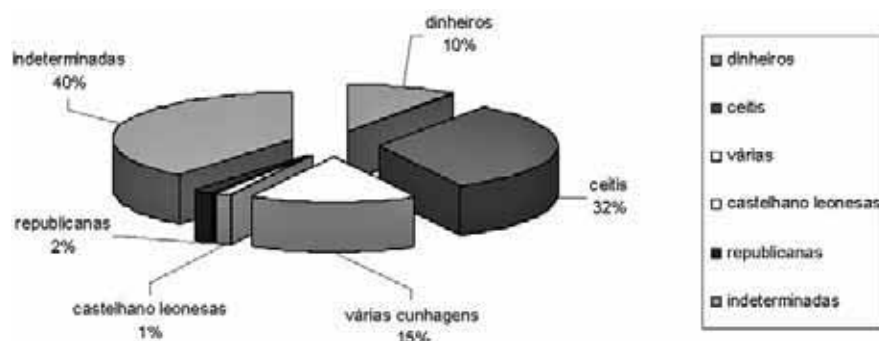


Gráfico I – Numismas da necrópole de Penamacor.

um único fim, a recuperação deste monumento, *ex-libris* de um concelho rico em património histórico, embora pouco conhecido e ainda menos visitado.

Os dados agora apresentados oferecem somente uma pequena visão das potencialidades historiográficas e arqueológicas desta fortificação beirã.

CATÁLOGO⁴⁷

Artefactos líticos

Machado em pedra polida (PEL3LC3-01) – exemplar praticamente completo em anfibolito cinzento (2.5Y5/1), com fractura no segmento esquerdo do topo. Apresenta ambas as faces laterais planas e rudemente afeioadas, enquanto as superfícies superior e inferior se apresentam completamente polidas.

O gume mostra vestígios de desgaste por uso.

Mede 11,2 cm de comprimento, por 6 cm de largura e 4,6 cm de espessura (Fig. 1, n.º 1).

Machado em pedra polida (PEL5LC3-02) – exemplar fragmentado, em anfibolito cinzento-escuro (GLEY 1 4/1).

Apresenta fractura completa vertical.

O polimento foi efectuado apenas sobre o gume e a superfície mesial, enquanto o resto do artefacto se apresenta picotado.

Têm de comprimento 11,7 cm, de largura 6,5 cm e de espessura 2,8 cm (Fig. 1, n.º 2).

Machado em pedra polida (PEL9C2L-06) – exemplar completo, em anfibolito cinzento (2.5Y 5/1), mostrando apenas algumas fracturas na extremidade superior. Apresenta as faces laterais aplanadas e ligeiramente côncavas, enquanto as restantes superfícies mostram polimento integral. A secção é subquadrangular.

O gume foi afectado por escassos vestígios de desgaste devido ao uso.

Mede de largura máxima 4 cm e mínima 2,5 cm, com comprimento total de 13,2 cm e 4,6 cm de espessura (Fig. 1, n.º 3).

Machado em pedra polida (PEL3LC4-01) – exemplar bastante deteriorado por desgaste e fracturas.

Mostra polimento sobre a zona do gume, embora com ligeiras falhas por impacto e, ou utilização.

A secção superior apresenta corte ligeiramente diagonal, enquanto as faces laterais são praticamente verticais e afeioadas com rudeza; ambas as superfícies (superior e posterior), apresentam picotagem rude, tratando-se se um artefacto destinado a encaibamento quase até à extremidade de percussão.



Figura 1 – Machados em anfibolito. Necrópole de Penamacor.

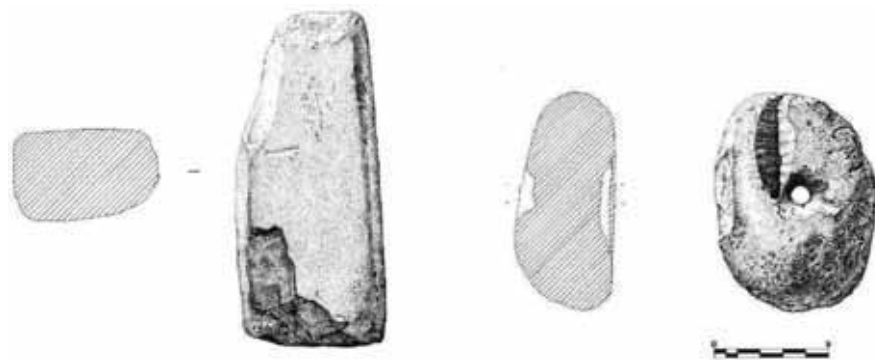


Figura 2 – Percutor e peso de tear. Necrópole de Penamacor.

Têm 8,2 cm de comprimento, por 5,5 cm de largura e 2,8 cm de espessura máxima (Fig. 1, n.º 4).

Machado de pedra polida (PEL4-C2) – Exemplar inteiro de secção rectangular, mostra polimento sobre a lâmina enquanto o resto do artefacto apresenta picotagem irregular.

Mede 7,4 cm de comprimento, 4,3 cm de largura e tem de espessura máxima 2,5 cm (Fig. 1, n.º 5).

Percutor (PEL 6-C2) – Exemplar em anfibolito, com 14,5 cm de comprimento, 6,4 cm de largura máxima e 4,1 cm de espessura na secção mesial.

Mostra fracturas por utilização nas extremidades distal e proximal (Fig. 2, esquerda).

Peso de tear (PEL 13-C1) – Exemplar em granito, picotado e afeiçoado, com perfuração central e ranhura lateral para suspensão.

Mede 9,5 cm de comprimento, por 7,2 cm de largura e 4,3 cm de espessura; o furo tem 0,8 cm de diâmetro e a fenda transversal apresenta 5,2 cm de comprimento por 1,6 de largura máxima (Fig. 2, direita).

Peso de rede (PEL5C3) – Exemplar com fractura transversal na secção superior ao nível de perfuração.

O artefacto foi obtido a partir de afeiçoamento de um seixo polido, apresentando forma oval achatada; mede 4,8 cm de comprimento, 2,6 cm de largura e 0,5 cm de espessura.

O furo de sustentação tem 0,3 cm de diâmetro (Fig. 3, esquerda).

Peso de rede (PEL3LC3-01) – Exemplar completo, obtido a partir de um seixo rolado, com forma ovalada. Em ambas as extremidades foram abertas por impacto concavidades para permitir a fixação de suporte.

Têm de comprimento máximo 4,7 cm, de largura 3,8 cm e de espessura 2,3 cm (Fig. 3, direita).

Cerâmica proto-histórica

Vaso de colo alto (PEL6C4-10) – Fragmento de bordo e parede.

Apresenta forma fechada com colo estrangulado e bordo com lábio subvertical afilado.

Mede 10,6 cm de diâmetro de bordo e a espessura da parede é de 0,5 cm.

A pasta de cor castanha (7.5YR 5/3), é bem depurada, contendo muitos elementos não plásticos, de grão fino a médio, micáceos. A superfície interna apresenta alisamento de qualidade superior à externa (Fig. 4, n.º 3).

Vaso de parede subvertical (PEL3PC4-01) – fragmento de recipiente com forma praticamente troncocónica, sem diferenciação de bordo; o lábio é aplanado superiormente. A superfície externa é irregular, apresentando depressões e espessamentos resultantes do levantamento da peça, a torno lento, enquanto a interna se encontra alisada.



Figura 3 – Pesos de rede. Necrópole de Penamacor.

Têm 11,6 cm de diâmetro e as espessuras do bordo e da parede medem respectivamente 0,6 cm e 0,8 cm.

A pasta é relativamente bem depurada, de cor castanha avermelhada (2.5YR5/4), integrando muitos elementos não plásticos de grão médio a grosso, sobretudo micáceos (Fig. 4, n.º 1).

Vaso de perfil subvertical (PEL7PC2-26) – Fragmento de bordo e parede.

Apresenta forma aberta, com bordo extrovertido e lábio de secção subcircular.

Mede 17 cm de diâmetro e a espessura da parede é de 0,8 cm.

A pasta, de cor castanho avermelhado (5YR 4/3), é bem depurada e homogénea, contendo muitos elementos não plásticos, de grão médio, micáceos, e alguns quartzíferos.

A superfície externa encontra-se enegrecida, apontando para um contacto prolongado com o fogo (Fig. 4, n.º 5).

Vaso de suspensão (PEL7PC2-22) – fragmento de bordo com furo de suspensão.

Apresenta forma fechada, com bordo ligeiramente introvertido e espessado e lábio algo afilado de secção subcircular.

Mede 19 cm de diâmetro, e as espessuras do bordo e da parede são respectivamente 0,75 e 0,9 cm; o diâmetro da perfuração é de 0,35 cm.

A pasta, de cor castanho avermelhado (5YR 5/3), é bem depurada, contendo muitos elementos não plásticos, de grão médio, micáceos e quartzíferos (Fig. 4, n.º 7).

Vaso do tipo taça (PEL7PC2-02) – fragmento de bordo e parede de vaso de forma aberta, embora pouco pronunciada. O bordo é espessado interna e externamente, mostrando espes-

sura e acabamento muito irregular; a superfície interna encontra-se alisada, enquanto a externa não obteve qualquer tratamento. Sobre o espessamento interno do bordo foi aplicada decoração plástica, constituída por sequência de incisões irregulares, sendo observáveis oito.

Têm 25,6 de diâmetro, variando a espessura da parede entre 0,8 cm e 0,9 cm; o bordo mede 1,4 cm de largura máxima.

A pasta, relativamente bem depurada, é cinzenta acastanhada clara (10YR6/2), integrando inúmeros elementos não plásticos, de grão médio a grosso, micáceos (Fig. 4, n.º 2).

Vaso do tipo contentor (PEL5PC5-01) – Fragmento de bordo e colo de vaso de grande tamanho e forma fechada.

O bordo é extrovertido com lábio de secção subcircular; o colo é ligeiramente estrangulado, apontando para exemplar de formato globular. A superfície externa encontra-se alisada, enquanto a interna é irregular.

Têm 29,4 cm de diâmetro e a espessura da parede varia entre 0,8 cm e 1,1 cm.

A pasta é medianamente bem depurada, de cor castanha avermelhada (2.5YR5/4), integrando muitos elementos não plásticos, de grão médio a grosso, sobretudo micáceos, mas também alguns quartzíferos (Fig. 4, n.º 4).

Vaso do tipo contentor (PEL7PC2-23) – Fragmento de bordo extrovertido com lábio de secção subquadrangular aplanado na face superior.

Apresenta uma curvatura de bojo pouco acentuada, medindo 30,4 cm de diâmetro de bordo, o qual é aplanado, com 0,8 cm de largura; a espessura da parede é de 1 cm.

A pasta, de cor castanha (7.5YR 4/2), é bem depurada contendo muitos elementos não plásticos micáceos e quartzíferos de grão médio.

Sobre o bordo foi aplicada decoração incisiva ou unglada, formando nove depressões irregulares quanto à profundidade e distância entre si (Fig. 4, n.º 6).

Vaso do tipo taça (PEL9C6-01) – Fragmentos

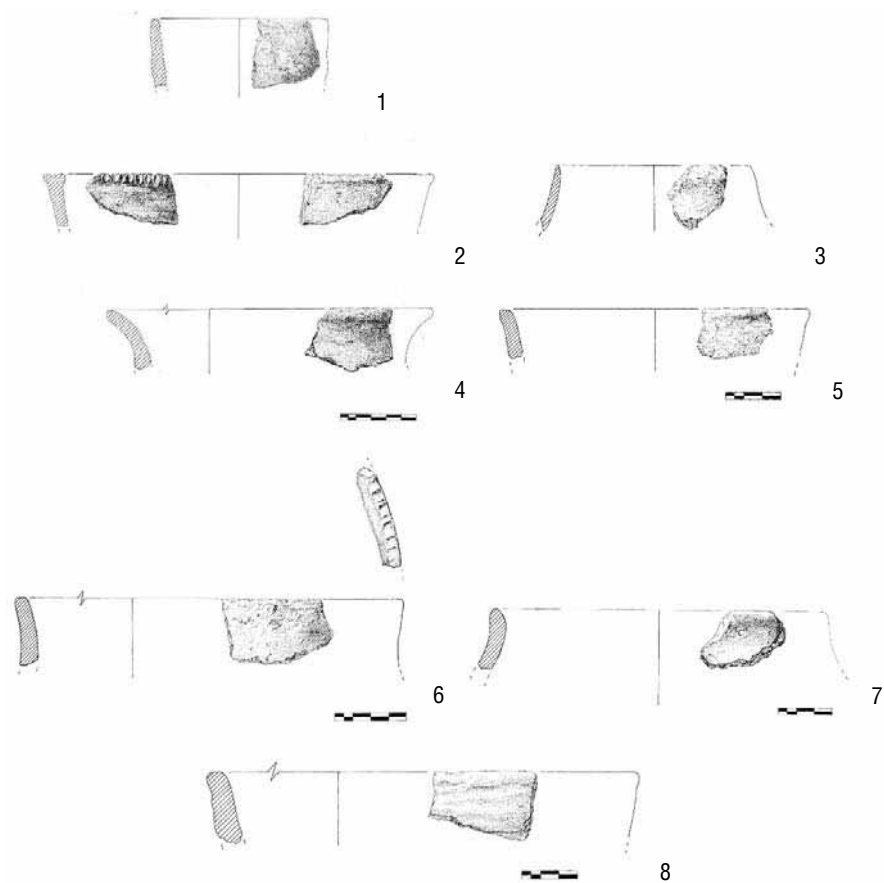


Figura 4 – Vasos proto-históricos. Necrópole de Penamacor.

de bordo e parede. Tem forma aberta com bordo extrovertido e lábio de secção subquadrangular.

Tem de diâmetro 32,8 cm e a espessura de parede é de 1,2 cm.

A pasta de cor castanha clara (7.5YR 6/3), é bem deputada e homogênea, contendo numerosos elementos não plásticos, de grão médio, quartzíferos e micáceos. A superfície externa foi bem alisada, mostrando a depressões digitadas em sequência paralela ao bordo, enquanto a interna foi brunida (Fig. 4, n.º 8).

Peças romanas e visigóticas

Elemento de arreio em bronze (PEL7-C3) – exemplar completo, apresentando secção ovalada com remates nas extremidades em forma de pirâmide irregular.

O espigão central tem de diâmetro 0,4 por 0,35 cm e 2,6 cm de comprimento, enquanto os remates medem 1,5 cm perfazendo 5,6 cm de comprimento total (Fig. 5).

Fivela em bronze (PEL7-C3) – artefacto incompleto, faltando o elemento de fixação. Mede 4,5 cm de comprimento por 4,7 cm de largura máxima.

Apresenta forma ovalada, com secção ligeiramente abaulada e as laterais decoradas com volutas simples; a extremidade superior, com 0,9 cm de largura por 0,3 cm de espessura, mostra decoração formada por caneluras transversais. O travessão é rectilíneo, de secção subcircular, com 0,35 cm de diâmetro (Fig. 5).

Gancho em bronze (PEL7-C5) – Artefacto completo, mostrando placa com três perfurações na extremidade, destinadas à fixação através de rebites, um dos quais, em ferro, ainda se encontra *in situ*. O gancho é curvo, terminando numa cabeça de secção subrectangular, com 0,7 cm de comprimento por 0,4 cm de largura, decorada com quatro incisões dispostas na diagonal.

A face superior da placa, com 0,25 cm de espessura, apresenta igualmente motivo decorativo, formado por quatro depressões horizontais e paralelas.

O exemplar mede 4 cm de comprimento, 1,5 cm de largura máxima (Fig. 6).

Gancho em bronze (PEL7-C4) – Artefacto completo, constituído pela placa de fixação subrectangular, com dois rebites em ferro e argola destinada ao encaixe, medindo de diâmetro externo e interno, respectivamente, 0,9 cm e 0,45 cm.

O corpo da peça apresenta a superfície superior decorada por um conjunto de quatro depressões horizontais e paralelas e a ligação ao suporte é antecedida por dois recortes em forma de volutas pouco pronunciadas.

O exemplar mede 3,85 cm de comprimento, 1,55 cm de largura máxima e 0,25 cm de espessura (Fig. 6, esquerda).

Gancho em bronze (PEL9-C3) – Artefacto completo, apresentando placa com uma perfuração junto à extremidade e um rebite a meio da face inferior, ambos destinados à fixação do artefacto. O gancho é curvo com o remate demarcado por depressão que antecede a ponta arredondada; a secção é circular com 0,2 cm de diâmetro.

O corpo da peça apresenta a superfície superior decorada por um conjunto de quatro depressões horizontais e paralelas e a ligação ao suporte é antecedida por dois recortes em forma de volutas pouco pronunciadas.

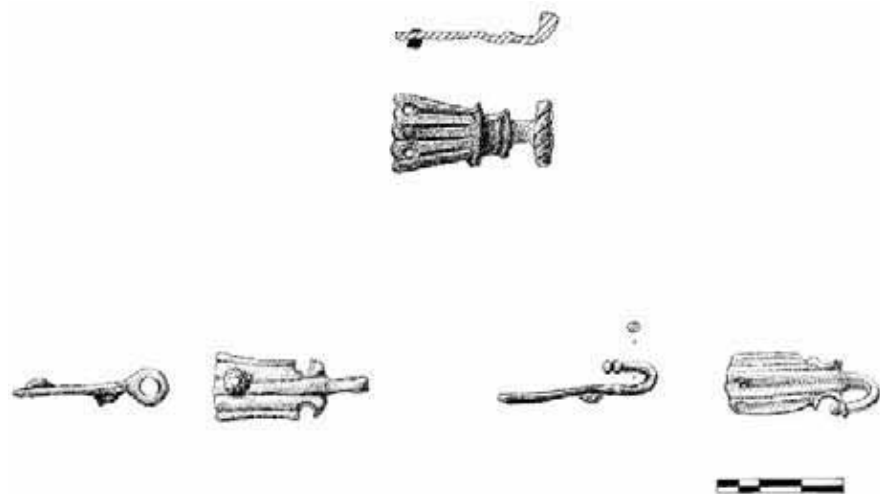


Figura 6 – Elementos de couraça (ganchos). Necrópole de Penamacor.

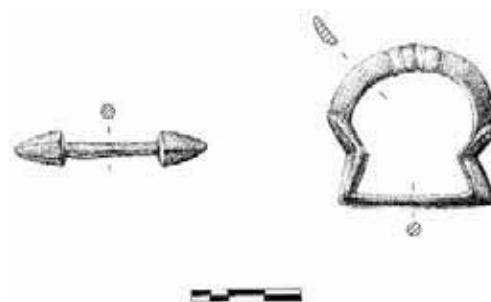


Figura 5 – Elemento de arreio e fivela, em bronze. Necrópole de Penamacor.

O exemplar mede 3,85 cm de comprimento, 1,5 cm de largura máxima e 0,25 cm de espessura (Fig. 6, direita).

Alfinete (PEL7C5 EXT.) – Artefacto em osso fragmentado, com 5 cm de comprimento.

A cabeça é ovalada e achatada, medindo 0,95 cm de diâmetro e 0,5 cm de altura.

O corpo, de secção subcircular com 0,7 cm de diâmetro, apresenta decoração incisa formando duas bandas; na sequência da cabeça a primeira banda mostra 6 incisões oblíquas, a segunda integra reticulado, sendo visível o arranque de uma terceira (Fig. 7).

Conta (PEL9C2) – Exemplar em pasta de vidro azul-cobalto intenso.

Tem forma cónica achatada, com 1,2 cm de diâmetro e 0,65 cm de altura; a perfuração central mede 0,50 cm de diâmetro (Fig. 8, esquerda).



Figura 7 – Alfinete em osso com decoração incisa. Necrópole de Penamacor.

Conta (PEL7C3) – Exemplar em pasta de vidro branco opaco.

Tem forma cônica formando cinco lóbulos.

Mede 1,6 cm de diâmetro máximo por 1,1 cm de altura. A perfuração central apresentava vestígios de fio de cobre (Fig. 8, centro).

Conta (PEL5C3) – Exemplar em pasta de vidro, branco opaco, com decoração oculada, em azul-cobalto, formando três motivos ovalados e irregulares.

O artefacto tem forma esférica, achatada nas extremidades onde se insere a perfuração destinada à suspensão.

Mede de diâmetro máximo 0,95 cm e 0,8 cm de altura; a perfuração tem 0,08 cm de diâmetro (Fig. 8, direita).

Brinco (CP13-C1) – Exemplar de forma sub-circular, em bronze.

Apresenta um diâmetro irregular de 1,6 cm, com secção circular de 0,1 cm de espessura.

Uma das extremidades encontra-se afilada, destinando-se a facilitar a suspensão, enquanto a oposta mostra um filamento enrolado de teor decorativo (Fig. 9).

Cerâmica Medieval e Moderna

Taça (PEL4C3-01) – Exemplar com perfil completo, em cerâmica comum.

Apresenta forma aberta, hemisférica, com lábio espessado de perfil subcircular.



Figura 9 – Brinco, em bronze. Largo do Castelo.

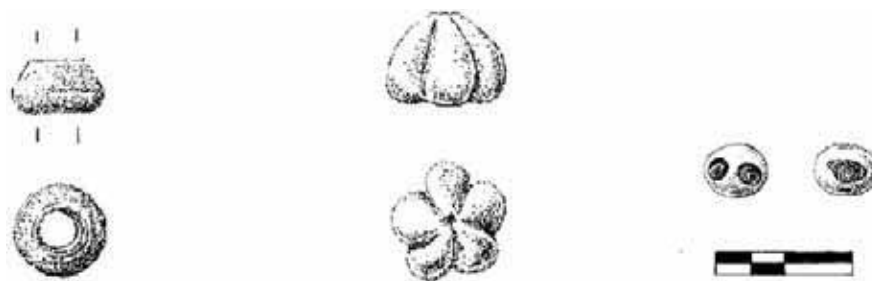


Figura 8 – Contas de vidro em pasta azul, branca e com motivo decorativo oculado. Necrópole de Penamacor.

Mede respectivamente de diâmetro do bordo e do fundo, 15,2 cm e 5,3 cm; a espessura da parede oscila entre 0,7 cm e 0,45 cm e a do fundo é de 0,4 cm. A altura total é de 6 cm.

A pasta é de cor alaranjada (5YR 6/6), bem depurada e homogênea, com alguns elementos não plásticos, de grão fino, micáceos. A superfície externa encontra-se bem alisada, enquanto a interna foi brunida (Fig. 10, direita).

Taça (PF8/9C3-24; PF6/9C3-56) – Exemplar com perfil completo de taça, em cerâmica comum.

Apresenta forma hemisférica, com o bordo extrovertido e lábio de perfil afilado. O fundo, em pastilha, apresenta ligeiro espessamento.

Mede respectivamente de diâmetro de bordo e fundo 18,2 cm e 8,6 cm; a espessura da parede oscila entre 0,5 cm e 0,7 cm. A altura total é de 5,7 cm.

A pasta, de cor castanha avermelhada (5YR 5/4), é bem depurada e homogênea, com abundantes elementos não plásticos de grão fino micáceos.

A superfície interna foi brunida (Fig. 10, esquerda).

Taça (PEL3C3-03) – Fragmento de fundo plano, de taça, em cerâmica comum, com 5,8 cm de diâmetro.

O exemplar mede 4,3 cm de comprimento máximo e a espessura varia entre 0,5 cm e 0,7 cm.

A pasta, bem depurada e homogênea, contendo elementos não plásticos de grão fino, micáceos, e raros nódulos de cerâmica moída grossa, é de cor vermelha (10R4/6).

A superfície interna foi brunida enquanto sobre o fundo foi inciso motivo decorativo constituindo estrela de seis pontas (Fig. 11).

Taça (PEL3C3-01) – Exemplar com perfil completo de taça vidrada.

Apresenta forma hemisférica assente sobre pé em anel baixo, com 5,6 cm de diâmetro; o bordo é extrovertido com lábio de perfil afilado, medindo 13,2 cm de diâmetro.

Tem 5,4 cm de altura e a espessura das paredes oscila entre 0,45 cm e 0,95 cm.



Figura 10 – Taças em cerâmica comum brunida. Necrópole de Penamacor.

O artefacto foi produzido com pasta medianamente bem depurada, com elementos não plásticos imperceptíveis, de cor rosada (5YR7/4). Ambas as superfícies foram cobertas de forma irregular, conforme atestam algumas bolhas e falhas, por vidrado espesso, de cor branca esverdeada (GLEY8/2). Junto ao pé duas imprecisões correspondem ao eventual empilhamento aquando da cozedura (Fig. 12, n.º 2).

Taça (PEL3C3-02) – Fragmento de taça vidrada.

Apresenta forma hemisférica, com arranque do pé, que seria em anel porco destacado, com 5,4 cm de diâmetro; o bordo é extrovertido com lábio de perfil afilado, medindo 13,2 cm de diâmetro.

Tem 5,4 cm de altura e a espessura das paredes oscila entre 0,4 cm e 1,1 cm.

O artefacto foi produzido com pasta bem depurada, com elementos não plásticos imperceptíveis, de cor bege (10YR8/4). Ambas as superfícies foram cobertas por vidrado espesso, de cor branca (5Y8/1) (Fig. 12, n.º 1).

Taça (PEL6C5-01) – Exemplar com perfil completo de taça vidrada a branco.

Apresenta forma aberta, com lábio extrovertido de perfil afilado; o corpo hemisférico assenta sobre pé em anel e o fundo mostra ligeiro ônfalo.

Mede respectivamente de diâmetro do bordo e do fundo, 13,4 cm e 5,6 cm; a espessura da parede oscila entre 0,5 cm e 1,3 cm e a do fundo é de 0,7 cm. A altura total é de 5,5 cm.

A pasta, de cor bege clara (10YR 8/3), é bem depurada e homogênea, com elementos não plásticos de grão finíssimo praticamente imperceptíveis.

Ambas as superfícies foram cobertas por um vidrado espesso, de cor branca (5Y 2/1), inexistente em parte do interior da base. São visíveis as marcas de assentamento das trempes aplicadas no momento da cozedura, no interior e no exterior (Fig. 12, n.º 3).

Testo (PEL3C5-01; PEL3C6-01) – Exemplar com perfil completo de testo, em cerâmica comum destinado à cobertura de um púcaro.

Apresenta aba larga e oblíqua, terminando em bordo ligeiramente espessado de per-

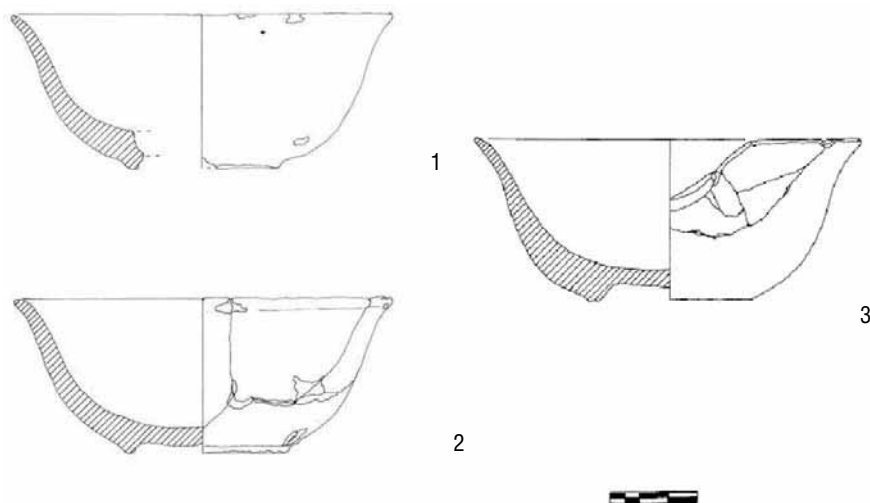


Figura 12 – Taças esmaltadas a branco. Necrópole de Penamacor.

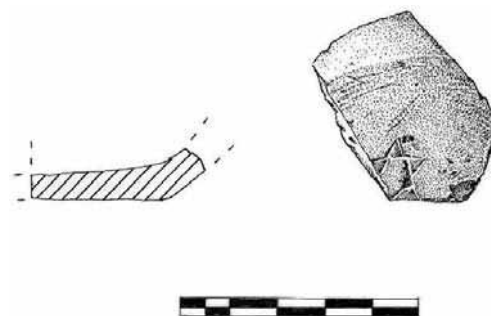


Figura 11 – Fragmento de fundo de taça com estrela esgrafitada. Necrópole de Penamacor.

fil subcircular, assentando sobre fundo em pastilha demarcado por fino filete convexo.

O artefacto mede respectivamente 8 cm de diâmetro do bordo e 3 cm de diâmetro de fundo; tem 1,7 cm de altura e as espessuras do fundo, da parede e do bordo correspondem a 0,4 cm, 0,2 cm e 0,3 cm.

A pasta é muito bem depurada, de cor alaranjada (5YR6/6), com elementos não plásticos de grão finíssimo. Ambas as superfícies apresentam vestígios de engobo de tonalidade vermelha clara (2.5YR6/8) (Fig. 13, n.º 1).

Testo (PEL9C6-02) – Fragmento de exemplar em cerâmica comum.

Apresenta forma aberta, com bordo extrovertido, espessado e lábio de perfil amendoado, medindo 0,9 cm de altura.

Tem 16,2 cm de diâmetro e a espessura da parede é de 0,6 cm.

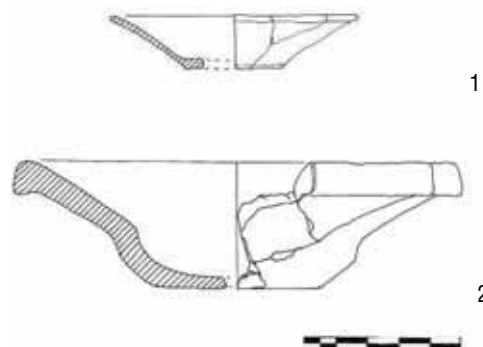


Figura 13 – Testos em cerâmica comum. Necrópole de Penamacor.

A pasta, de cor laranja (5YR 7/4), é bem depurada, com elementos não plásticos de grão fino micáceos e raros, de grão médio, quartzíferos.

A superfície externa encontra-se alisada, não tendo sido aplicado nenhum tratamento sobre a interna (Fig. 13, n.º 2).

Prato (PEL8C5-01) – Exemplar de perfil completo em cerâmica comum.

Apresenta forma aberta, com bordo extrovertido, espessado e lábio subtriangular medindo 1,3 cm de altura. A aba ampla encontra-se bem demarcada do recipiente.

Mede respectivamente de diâmetro do bordo e do fundo 16,6 cm e 5,8 cm; a espessura da parede oscila entre 0,75 cm e 1 cm e a do fundo é de 0,6 cm.

A pasta, de cor vermelha (2.5YR5/6), é bem depurada, com elementos não plásticos de grão fino micáceos e raros, de grão médio, quartzíferos.

O lábio e a superfície interna foram brunidos, a externa encontra-se apenas alisada (Fig. 14).

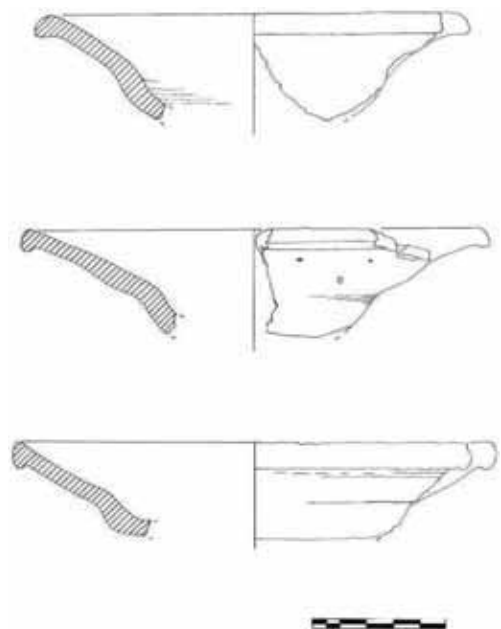


Figura 14 – Pratos brunidos, em cerâmica comum. Necrópole de Penamacor.

Prato (PEL3C4-07) – Fragmento de bordo, aba e fundo de prato, em cerâmica comum, com 16,2 cm de diâmetro.

O exemplar tem bordo extrovertido terminando em lábio biselado, com 0,7 cm de espessura. A aba é oblíqua, medindo 4,2 cm de largura, terminando em fundo côncavo.

A espessura das paredes oscila entre 0,6 cm e 0,8 cm.

A pasta, bem depurada e homogênea, de cor vermelha clara (2.5YR6/6), mostra elementos não plásticos de grão fino micáceos e alguns, de grão médio, quartzíferos.

O fragmento mostra vestígios de queimadura sobre o bordo, podendo ter sido utilizado como teste (Fig. 14, n.º 1).

Prato (PEL7C2-02) – Fragmento de bordo, aba e fundo de prato, em cerâmica comum, com 17,6 cm de diâmetro.

O exemplar tem bordo e lábio extrovertidos, este último de perfil amendoado, com 0,6 cm de espessura. A aba é oblíqua, medindo 5,6 cm de largura, terminando em fundo côncavo.

A espessura das paredes oscila entre 0,5 cm e 0,7 cm.

A pasta, bem depurada e homogênea, de cor vermelha (2.5YR5/6), mostra muitos elementos não plásticos de grão finos micáceos e raros, quartzíferos (Fig. 14, n.º 2).

Prato (PEL3C4-06) – Fragmento de bordo, aba e fundo de prato, em cerâmica comum, com 18,2 cm de diâmetro.

O exemplar tem bordo extrovertido terminando em lábio amendoado de perfil subvertical, com 1 cm de espessura. A aba é oblíqua, medindo 4,4 cm de largura, terminando em fundo côncavo, pouco pronunciado.

A espessura das paredes oscila entre 0,6 cm e 0,8 cm.

A pasta, medianamente bem depurada e homogênea, de cor vermelha clara (2.5YR6/8), mostra elementos não plásticos de grão fino a médio micáceos e quartzíferos. A superfície interna foi brunida, apresentando o fragmento vestígios de queimadura após fractura (Fig. 14, n.º 3).

Prato (PEL7C2-11) – Fragmento de bordo, aba e parede de exemplar esmaltado a branco, sem decoração.

Mostra forma aberta, com aba extrovertida, curta e ligeiramente côncava, terminando em lábio de perfil afilado. O recipiente encontra-se demarcado por depressão pouco acentuada na superfície interna.

Têm 18 cm de diâmetro, medindo a largura da aba 1,5 cm; a espessura da parede varia entre 0,5 cm e 1 cm.

A pasta é bem depurada e homogênea, de cor rosada (5YR8/4), com elementos não plásticos de grão finíssimo. Ambas as superfícies estão revestidas por esmalte espesso branco (7.5YR8/1) (Fig. 15, n.º 1).

Prato (PEL7C2-10) – Fragmento de perfil completo de exemplar esmaltado a branco, sem decoração.

Mostra forma aberta, com aba extrovertida, ligeiramente côncava, terminando em lábio de perfil afilado. O recipiente encontra-se demarcado por depressão pouco acentuada na superfície interna; assenta em fundo em pastilha.

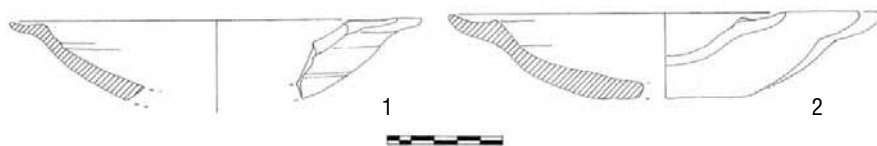


Figura 15 – Pratos esmaltados a branco. Necrópole de Penamacor.

Têm 19 cm de diâmetro e 3,6 cm de altura, medindo a largura da aba 2,1 cm; a espessura da parede varia entre 0,6 cm e 1 cm.

A pasta é bem depurada e homogênea, de cor amarelada (10YR8/3), com elementos não plásticos de grão fino. Ambas as superfícies estão revestidas por esmalte espesso branco (7.5YR8/1), aplicado com imperfeições devidas sobretudo a bolhas (Fig. 15, n.º 2).

Prato (PEL7C2-08) – Fragmento de aba e bordo de prato, com decoração de reflexo metálico acobreado.

A aba, acentuadamente oblíqua, termina em bordo extrovertido, curvilíneo, com lábio de perfil subcircular, ligeiramente afilado.

Têm aproximadamente 17 cm de diâmetro e a espessura da parede mede 0,8 cm.

Apresenta ambas as superfícies revestidas por vidrado, de cor branca (7.5YR8/1). A decoração em reflexo metálico acobreado aponta para motivo vegetalista, eventualmente uma representação de flor de lótus, preenchida por reticulado; cobre o bordo e o lábio uma larga faixa, enquanto a superfície externa mostra várias linhas, finas e horizontais, paralelas ao bordo.

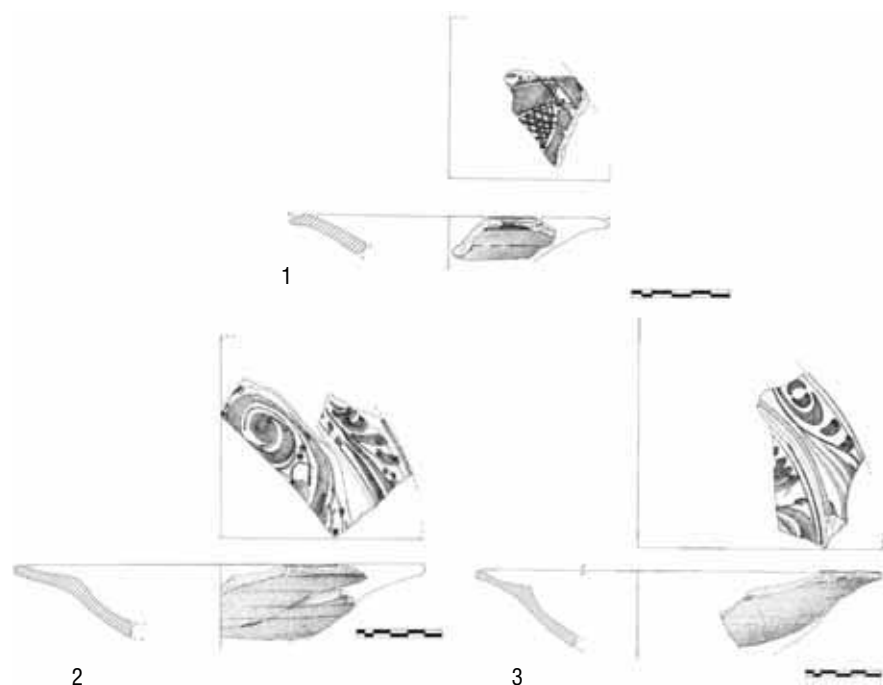


Figura 16 – Prato com decoração em reflexo metálico dourado e pratos em faiança azul e branca. Necrópole de Penamacor.

A pasta é bem depurada e homogênea, branca (2.5YR8/1), com elementos não plásticos de grão fino (Fig. 16, n.º 1).

Prato (PEL7C2-05 e 06) – Fragmentos de bordo, aba e recipiente de exemplar em faiança.

Apresenta forma aberta, com aba oblíqua terminando em lábio de perfil subcircular; o recipiente é côncavo.

Têm 30,4 cm de diâmetro, medindo a espessura do bordo 0,6 cm, enquanto a das paredes oscila entre 0,5 cm e 1 cm. A aba mede 3,8 cm de largura

Apenas a superfície interna e a extremidade do bordo se encontram revestidas por vidrado branco (7.5YR8/1), sobre o qual foi executada decoração fitomórfica, em azul de cobalto.

A pasta é bem depurada e homogênea, de cor rosada (5YR7/4), com elementos não plásticos de grão muito fino, praticamente imperceptíveis (Fig. 16, n.º 2).

Prato (PEL7C2-07) – Fragmento de bordo, aba e recipiente de exemplar em faiança.

Apresenta forma aberta, com aba oblíqua terminando em lábio de perfil subcircular; o recipiente é côncavo.

Têm 32,4 cm de diâmetro, medindo a espessura do bordo 0,5 cm, enquanto a das paredes oscila entre 0,5 cm e 0,9 cm. A aba mede 3,2 cm de largura.

Apenas a superfície interna e a extremidade do bordo se encontram revestidas por vidrado branco (7.5YR8/1), sobre o qual foi executada decoração fitomórfica, em azul de cobalto.

A pasta é bem depurada e homogênea, de cor rosada (5YR7/3), com elementos não plásticos de grão muito fino, praticamente imperceptíveis (Fig. 16, n.º 3).

Travessa (PEL7C3-01; PEL7C4-01) – Fragmentos de bordo, aba e recipiente de travessa.

Apresenta forma aberta, com bordo extrovertido e ligeiramente afilado; a parede da aba é larga e oblíqua, com 9,1 cm de largura, mostrando demarcação acentuada do recipiente convexo.

Este exemplar tem 41 cm de diâmetro e a espessura da parede varia entre 0,75 cm e 0,95 cm; a largura do bordo é de 0,7 cm.

A pasta de cor rosada (5YR 8/4), bem depurada e homogênea, com elementos não plásticos finíssimos praticamente imperceptíveis. Ambas as superfícies foram cobertas por vidrados espesso amarelado claro (2.5YYR 8/2); a interna, que mostra gomos oblíquos em relevo pouco pronunciado, integra ainda pintura em azul-cobalto, sobre o bordo e preenchendo um dos gomos. A superfície externa mostra motivo decorativo fitomórfico, em reflexo metálico dourado (Fig. 17).

Tampa de pote (PEL7C4-02) – Fragmento de tampa com opérculo de um pote.

Corresponde a uma forma fechada, convexa na superfície externa e com duplo encaixe na interna.

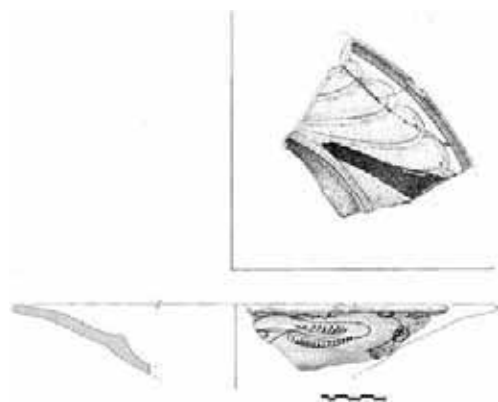


Figura 17 – Travessa vidrada branca, com decoração em azul-cobalto e reflexo metálico dourado. Necrópole de Penamacor.

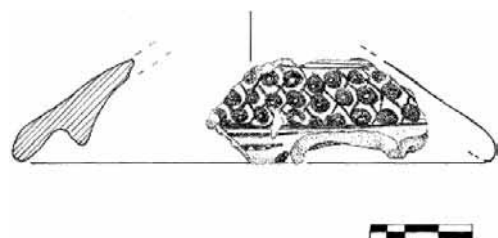


Figura 18 – Tampa de pote, com decoração em reflexo metálico dourado. Necrópole de Penamacor.

Mede 14,4 cm de diâmetro e a espessura da aba é de 0,6 cm; a altura do exemplar é de 3 cm.

A pasta, de cor bege (10YR 8/4), é bem depurada e homogênea, com elementos não plásticos de grão finíssimo, imperceptíveis. Ambas as superfícies foram cobertas por vidrado espesso, branco (2.5YR 8/1), apresentando a externa decoração formada por bandas que integram motivo reticulado irregular sobreposto por círculos, em reflexo metálico de tom acastanhado (Fig. 18).

Panela (PEL3C5-10) – Fragmento de bordo e parede de exemplar em cerâmica comum, de pequenas dimensões.

Apresenta forma fechada, com colo muito estrangulado; o bordo é curto, com lábio de perfil subquadrangular, ligeiramente introvertido.

Tem 8,6 cm de diâmetro, medindo o bordo 0,7 cm de altura por 0,5 cm de largura; a espessura da parede é de 0,35 cm. Mostra ainda uma fina canelura horizontal a 2,3 cm de altura do bordo.

A pasta é cinzenta escura (10YR4/1) dado o exemplar se encontrar muito queimado, sendo observáveis muitos elementos não plásticos, de grão fino a médio, micáceos (Fig. 19, n.º 1).

Panela (PEL5C5-04) – Fragmento de bordo e parede de panela em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada e colo estrangulado; o bordo é espessado e extrovertido, com lábio de perfil subcircular, demarcado por depressão pouco acentuada.

Tem 11 cm de diâmetro e o bordo mede 1,6 cm de altura por 0,7 cm de largura, situando-se a incisão 0,6 cm abaixo do lábio; a espessura da parede é de 0,35 cm. A pasta é bem depurada e homogênea, castanha (7.5YR5/4), integrando elementos não plásticos de grão fino, micáceos e quartzíferos.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo após fractura (Fig. 19, n.º 2).

Panela (PEL7C2-01) – Fragmento de bordo e parede de panela em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada, com bordo ligeiramente introvertido, com lábio de perfil ligeiramente afilado, demarcado por canelura com 0,3 cm de largura.

Tem 11,6 cm de diâmetro, a espessura da parede é de 0,5 cm e o bordo mede 1,7 cm de altura por 0,7 cm de largura.

A pasta é bem depurada, de cor castanha avermelhada (5YR5/3), com elementos não plásticos, micáceos, de grão fino.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo após fractura (Fig. 19, n.º 3).

Panela (PEL6C4-11) – Fragmentos de bordo e parede de exemplar em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada, com lábio de secção subcircular algo espessado na face interna, medindo 0,85 cm de largura máxima, demarcado no exterior por uma canelura. O bordo tem 1,9 cm de altura e encontra-se separado do arranque do bojo por uma segunda incisão pouco profunda.

Mede 10 cm de diâmetro e a parede tem 0,5 cm de espessura.

A pasta, de cor vermelha (2.5YR 7/8), é bem depurada contendo elementos não plásticos, de grão fino a médio, quartzíferos e micáceos.

Apresenta vestígios de contacto com o fogo sobre a superfície externa (Fig. 20).

Panela (PEL9C5-02) – Fragmento de bordo e parede de exemplar em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada, com bordo extrovertido e lábio de secção subcircular, com 0,5 cm de largura; o colo é ligeiramente estrangulado, mostrando na face externa uma depressão pouco acentuada.

Mede 13,2 cm de diâmetro e a espessura da parede é de 0,6 cm.

A pasta, castanha (7.5YR 5/2), é bem depurada e homogênea, com elementos não plásticos, de grão fino a médio, quartzíferos e micáceos (Fig. 20).

Panela (PEL3C5-04) – Fragmento de bordo e parede de panela em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada e colo estrangulado; o bordo é espessado, e ligeiramente introvertido, com lábio de perfil subtriangular aplanado superiormente.

Tem 13,6 cm de diâmetro, a espessura da parede é de 0,35 cm e o bordo tem 1,4 cm de altura por 1,3 cm de largura.

A pasta é bem depurada, de cor vermelha (10R6/6), com elementos não plásticos, quartzíferos e micáceos, de grão fino e raros de grão médio arenosos.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo na superfície externa (Fig. 21, n.º 1).

Panela (PEL3C5-06) – Fragmento de bordo e parede de panela em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada e colo estrangulado; o bordo é ligeiramente extrovertido em ambos os lados, com lábio afilado de perfil subvertical.

Tem 14,4 cm de diâmetro, a espessura da parede é de 0,3 cm e o bordo mede 1,7 cm de altura por 0,7 cm de largura máxima.

A pasta é bem depurada, de cor vermelha (2.5YR5/6), com elementos não plásticos, quartzíferos e micáceos, de grão fino.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo, sobretudo na superfície externa (Fig. 21, n.º 2).

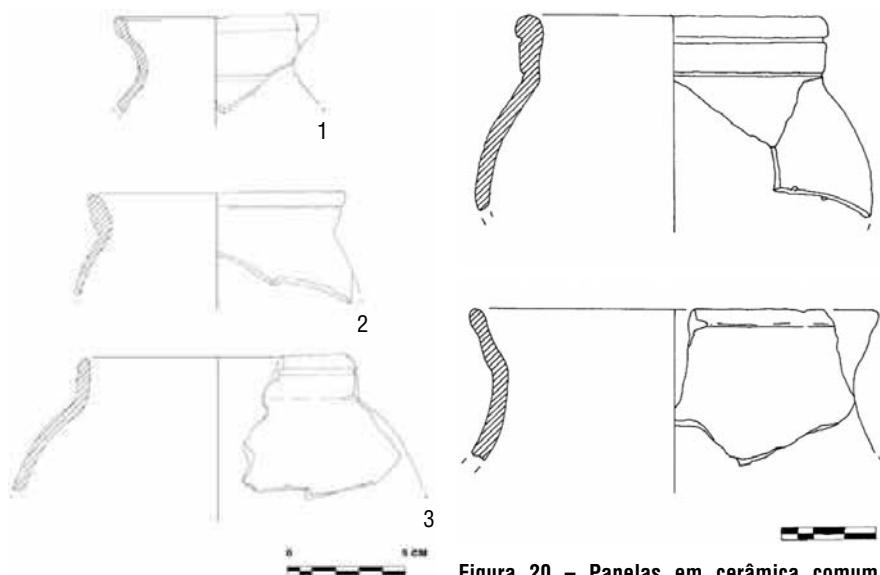


Figura 19 – Panelas em cerâmica comum.

Figura 20 – Panelas em cerâmica comum. Necrópole de Penamacor.

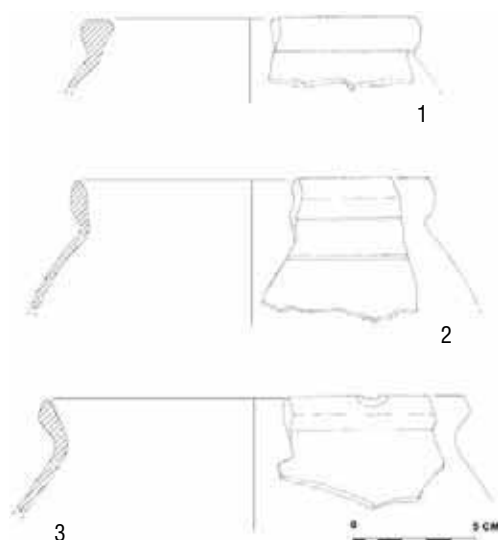


Figura 21 – Panelas em cerâmica comum. Necrópole de Penamacor.

Panela (PEL3C4-03) – Fragmento de bordo e parede de panela em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada e colo estrangulado; o bordo é extrovertido, com lábio afilado de perfil subvertical.

Tem 15,4 cm de diâmetro, a espessura da parede é de 0,4 cm e o bordo medem 1,8 cm de altura por 0,85 cm de largura máxima.

A pasta é bem depurada, de cor laranja (7.5YR6/6), com elementos não plásticos, quartzíferos e micáceos, de grão fino e médio.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo após fractura (Fig. 21, n.º 3).

Panela (PEL5C3-03) – Fragmento de bordo e parede de panela, em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada e colo estrangulado; o bordo, praticamente vertical, mostra uma fina canelura, separando-o do lábio com perfil ligeiramente afilado.

Tem 12,4 cm de diâmetro, a espessura da parede é de 0,3 cm e o bordo mede 1,8 cm de altura por 0,6 cm de largura máxima.

A pasta é bem depurada e homogênea, com elementos não plásticos de grão fino, sobretudo micáceos, apresentando uma coloração cinzenta

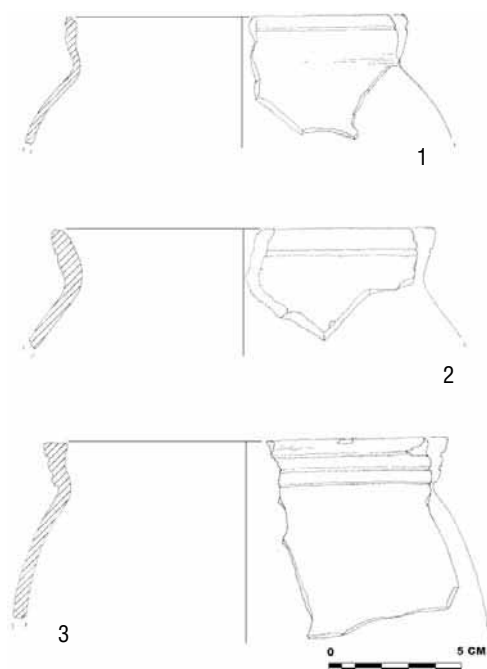


Figura 22 – Panelas em cerâmica comum. Necrópole de Penamacor.

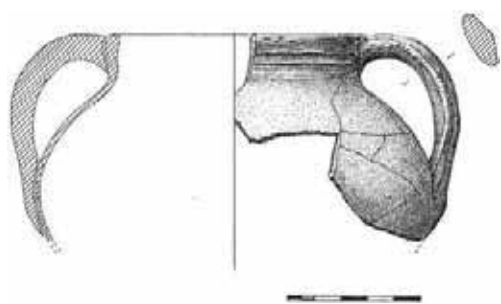


Fig. 23 – Panela em cerâmica comum. Largo do Castelo.

(2.5YR5/1) resultante de longo contacto com o fogo (Fig. 22, n.º 1).

Panela (PEL5C3-02) – Fragmento de bordo e parede de panela, em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada e colo pouco estrangulado; o bordo é extrovertido e demarcado por uma canelura com 0,3 cm de largura; o lábio mostra perfil ligeiramente afilado.

Tem 14,4 cm de diâmetro, a espessura da parede é de 0,5 cm e o bordo mede 2 cm de altura por 0,9 cm de largura máxima.

A pasta é bem depurada e homogênea, vermelha acastanhada (2.5YR5/4), com elementos não plásticos, quartzíferos e micáceos, de grão fino.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo (Fig. 22, n.º 2).

Panela (PEL3C2-01) – Fragmento de bordo e parede de panela em cerâmica comum.

Apresenta forma fechada e colo estrangulado; o bordo é ligeiramente extrovertido decorado por três caneluras irregulares com aproximadamente 0,2 cm de largura; o lábio mostra perfil subquadrangular, aplanado no topo.

Tem 15,2 cm de diâmetro, a espessura da parede é de 0,4 cm e o bordo mede 1,8 cm de altura por 1 cm de largura máxima.

A pasta é bem depurada, vermelha clara (2.5YR6/6), com muitos elementos não plásticos, quartzíferos e micáceos, de grão fino e médio.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo após fractura (Fig. 22, n.º 3).

Panela (CP19C2-08) – Fragmentos de bordo, parede e asa. O primeiro é vertical, com lábio de perfil semicircular, decorado no exterior por duas incisões, paralelas e horizontais, respectivamente a 0,7 cm e 1,1 cm do lábio; o bordo têm de altura 1,6 cm e de espessura máxima 0,6 cm.

O exemplar mede de diâmetro 9,5 cm e 0,4 cm de espessura da parede; a largura da asa, de secção oval, é de 2,5 cm junto ao bordo e 1,7 cm sobre o bojo.

Pasta de cor vermelha clara (2.5YR 6/6), compacta e homogênea, com elementos não plásticos de grão fino, micáceos, e alguns, de grão fino a médio, quartzíferos.

A superfície externa apresenta vestígios de contacto com o fogo (Fig. 23).

Pote (PEL5C5-05) – Fragmento de bordo e colo de pote.

Apresenta colo estrangulado, demarcado do arranque do bojo por fina canelura; o bordo é extrovertido, de perfil subrectangular, com ligeira depressão no topo, para provável assentamento de tampa.

Tem 16,2 cm de diâmetro e o bordo mede 0,75 cm de largura por 0,9 cm de altura; a espessura da parede é de 0,5 cm.

A pasta é medianamente bem depurada, de cor vermelha (2.5YR5/8), integrando muitos elementos não plásticos de grão fino a médio, micáceos e arenosos.

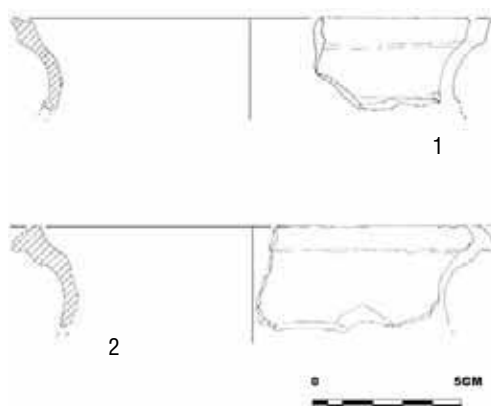


Figura 24 – Potes em cerâmica comum. Necrópole de Penamacor.



Figura 25 – Fragmento de bojo de «barbuda». Necrópole de Penamacor.

O exemplar mostra vestígios de contacto com o fogo e concreções devido às condições de jazida (Fig. 24, n.º 1).

Pote (PEL3C5-02) – Fragmento de bordo e colo de pote.

Apresenta colo estrangulado com bordo extrovertido, oblíquo, de perfil amendoado, espessado interna e externamente.

Tem 16,2 cm de diâmetro, 1,2 cm de largura de bordo e a espessura da parede varia entre 0,3 cm e 0,7 cm.

A pasta é bem depurada e homogénea, de cor vermelha acastanhada clara (2.5YR6/4), com núcleo cinzento (7.5YR6/1) integrando muitos elementos não plásticos de grão fino a médio, micáceos.

Subsistem vestígios de aguada em tom cinzento-escuro (10YR4/1) sobre a superfície externa e o bordo (Fig. 24, n.º 2).

Fragmento de garrafa (PEL10AC3-01) – Fragmento de parede de vaso.

Mede 4 cm de comprimento, 3,8 cm de largura e tem 0,6 cm de espessura.

Corresponde normalmente ao bojo do artefacto, onde é aplicado um rosto humano com barba, e cuja superfície externa se encontra coberta por vitrado, designado a sal, em cor castanha (7.5YR 5/3).

A pasta, rosa acastanhada (7.5YR 6/2), é bem depurada e homogénea, com elementos não plásticos de grão finíssimo praticamente imperceptíveis (Fig. 25).

Talha (PEL5C5-12) – Fragmento de bordo e parede de exemplar de grandes dimensões.

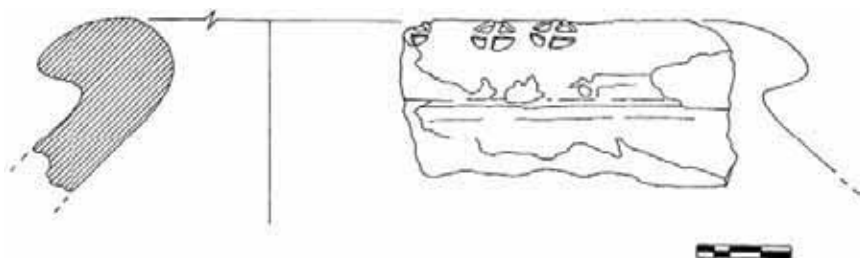


Figura 26 – Talha com bordo estampilhado. Necrópole de Penamacor.

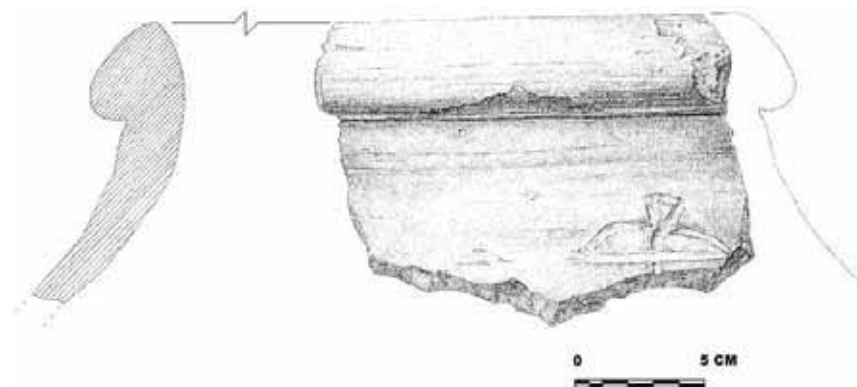


Figura 27 – Talha em cerâmica comum.

Apresenta bordo extrovertido com lábio de perfil amendoado sobre o qual foi aplicada decoração estampilhada formando motivos cruciformes, dispostos de forma descontinuada e irregular.

O colo é estrangulado antecedendo o arranque da parede do artefacto, provavelmente globular.

O bordo mede 34,2 cm de diâmetro e tem 3 cm de altura por 4,9 cm de largura; a espessura da parede é de 1,9 cm.

A pasta, de cor vermelha acastanhada (2.5YR 5/4), é compacta, com elementos não plásticos, de grão fino a médio, quartzíferos e micáceos (Fig. 26).

Talha (CPIS – 01) – Fragmento de bordo e parede. O primeiro apresenta lábio de perfil subtriangular, espessado externamente; a parede é oblíqua, mostrando sobre a superfície externa marca de besteiro esgrafitada, com estilete grosso.

O diâmetro do bordo é de 43 cm, tem de altura 4,3 cm e de largura máxima 3,8 cm; a espessura da parede oscila entre 1,1 cm e 2,2 cm.

A pasta, de cor vermelha (2.5YR 4/6), é medianamente compacta, com muitos elementos não plásticos, de grão fino, micáceos, e de grão fino a grosso, quartzíferos (Fig. 27).

Artefactos diversos

Medalhão (PEL 8 – C2) – Exemplar em cobre. Tem forma subcircular irregular, com arranque da argola de suspensão.

Tem de diâmetro 5,1 cm por 4,9 cm e 0,3 cm de espessura.

Uma das superfícies encontra-se decorada com motivo fitomórfico, rodeado por orla onde foram abertas incisões transversais pouco precisas (Fig. 28).

Anel (PEL3-C2) – exemplar fragmentado, em cobre, mostrando o segmento superior e parte do aro lateral.



Figura 28 – Medalhão, em cobre. Necrópole de Penamacor.

O segmento superior é de formato subquadrangular, com 1 cm de comprimento por 0,9 cm de largura e têm de espessura 0,5 cm.

O aro mede 0,7 cm de largura máxima, por 0,3 cm de espessura (Fig. 29).

Anel (PEL9C2) – Exemplar em prata, com forma de aliança fina, de secção subrectangular. Encontra-se fracturado num segmento, podendo ter tido pedra.

Apresenta na superfície externa decoração constituída por motivo ovalado, em duas fiadas alternadas.

Mede 2,2 cm de diâmetro, 0,12 cm de largura e 0,1 cm de espessura (Fig. 29)

Brinco (PEL4C5; PEL7C2) – Artefacto fracturado e incompleto, em cobre e missangas vítreas.

Apresenta argola superior de suspensão auricular à qual foi encaixado o filamento rectilíneo onde se aplicaram pequenas contas em pasta de vidro brancas e vermelhas dispostas alternadamente; a primeira conta é de cor branca seguindo-se outra vermelha.

O remate consiste no enrolamento do fio de cobre formando oito.

O exemplar mede 4,3 cm de comprimento, 0,08 cm de espessura e o terminal de suspensão tem 1,3 cm de diâmetro aproximado.

Foi recuperado durante a limpeza do crânio do enterramento n.º 11, de adulto do sexo feminino (Fig. 29).

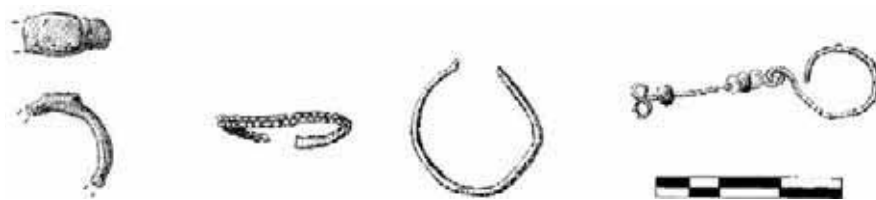


Figura 29 – Anéis, em cobre e em prata. Brinco, em cobre com contas em pasta de vidro. Necrópole de Penamacor.



Figura 30 – Pingente representando sátiro e medalha em forma de «viana» (símbolo do peregrino). Necrópole de Penamacor.

Pingente (PEL3-C7) – Exemplar, em bronze, representando sátiro.

Artefacto antropomórfico representando rosto barbado de adulto ou idoso, com franja em mechas separadas e dois pequenos chifres laterais sob os quais se inserem as orelhas; a face apresenta olhos arredondados sobre maçãs do rosto salientes, nariz largo e lábios grossos. A barba também é tratada em madeixas.

Apresenta duas argolas de suporte, uma na face lisa posterior, em forma de gota, outra sob o rosto, em forma de argola.

Mede 2,45 cm de comprimento, por 1,45 cm de largura e 0,35 cm de espessura; a suspensão posterior tem 1,2 cm de comprimento, 0,4 cm de largura e 0,15 de espessura, enquanto a inferior tem um diâmetro interno de 0,5 cm e 0,2 cm de espessura (Fig. 30).

Medalha (PEL8-C3) – Artefacto com pequena fractura, em forma de viana.

Este exemplar resultou do afeiçoamento de um pequeno pedaço de madeira negra.

Apresenta forma convexa, com três furos destinados a suspensão, um na ponta superior, dois sobre a secção superior da «concha». Sobre a superfície externa foram executadas 17 incisões, finas e irregulares.

Mede 1,85 cm de altura, 1,65 cm de largura e 0,4 cm de espessura máxima (Fig. 30).

Copela, caixa ou peso (PEL7-C2) – Exemplar completo em bronze.

Apresenta forma aberta, troncocónica, com bordo aplanado e fundo ligeiramente convexo. Não mostra qualquer marca.

Mede respectivamente de diâmetro de bordo e de fundo 3,7 cm e 2,9 cm; a espessura da parede é de 0,45 cm e tem de altura total 1,9 cm (Fig. 31).

Dedal (PEL 16-C3) – Exemplar em cobre, com 2 cm de altura por 2,4 de largura, a que não foi possível obter o diâmetro uma vez que o artefacto se encontra espalmado.

Mostra duas caneluras demarcando o topo e a base e o corpo apresenta concavidades irregulares para encaixe da agulha (Fig. 32).

Alfinete (PEL5-C5) – Exemplar completo em cobre.

Apresenta corpo afilado e cabeça de secção subcircular, obtida a partir de fio de cobre enrolado.

Tem de comprimento 4,4 cm e de espessura 0,1 cm; o diâmetro da cabeça mede 0,25 cm (Fig. 32, n.º 1).

Alfinete (PEL4-C5) – Exemplar completo em cobre.

Mostra corpo afilado e cabeça de secção subcircular, obtida a partir de fio de cobre enrolado. O artefacto encontra-se em mau estado de conservação devido a condições de jazida.

Tem de comprimento 4,25 cm e de espessura 1,5 cm; o diâmetro da cabeça mede 0,4 cm (Fig. 32, n.º 2).

Alfinete (PEL4-C4) – Exemplar completo em cobre.

Mostra corpo afilado e cabeça de secção subcircular, obtida a partir de fio de cobre enrolado. O artefacto encontra-se dobrado.

Mede 4,8 cm de comprimento e 0,1 cm de espessura; a cabeça tem de diâmetro 0,3 cm (Fig. 32, n.º 3).

Alfinete (PEL3-C8) – Exemplar completo em cobre.

Apresenta corpo afilado e cabeça de secção subcircular, obtida a partir de fio de cobre enrolado.

Tem de comprimento 4,3 cm e de espessura 0,11 cm, enquanto o diâmetro da cabeça mede 0,3 cm (Fig. 32, n.º 4, superior).

Alfinete (PEL3-C8) – Exemplar incompleto em cobre.

Apresenta corpo afilado, estando ausente a cabeça.

O artefacto tem de comprimento 6,2 cm e de espessura 0,15 cm (Fig. 32, n.º 4, inferior).

Remate de ponta de bainha de adaga (PEL5-C2) – Exemplar fracturado, em cobre.

Mostra forma curva, com secção côncava, rematada na extremidade inferior por apêndice arredondado. As faces externas apresentam decoração incisa, constituindo motivo em cordão. As extremidades superiores, embora em mau estado, revelam espessamento, eventualmente destinado a fixação.

Têm de comprimento 2,4 cm, com uma largura máxima de 1,95 cm; a espessura é de 0,6 cm e 0,35 cm de distância interna entre paredes (Fig. 33).

Remate de correia (PEL5-C5) – Exemplar completo, em cobre.

Artefacto com formato subcircular, curvo e ligeiramente afilado na extremidade terminal, enquanto a oposta mostra decoração formada por três pontas afiladas. A superfície externa é lisa enquanto a interna é algo rugosa, mostrando abas laterais pouco pronunciadas. O exemplar apresenta uma perfuração junto ao topo para aplicação do respectivo rebite.

Mede 2,7 cm de comprimento por 2,8 cm de largura, tendo de espessura da parede 0,1 cm enquanto a altura da aba é de 0,25 cm (Fig. 33).

Fivela (PEL 15/16-C3) – Exemplar em cobre, ligeiramente ovalado (1,7 cm X 1,4

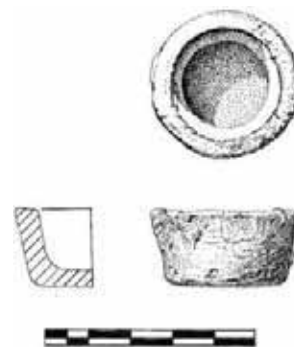


Figura 31 – Copela. Necrópole de Penamacor.

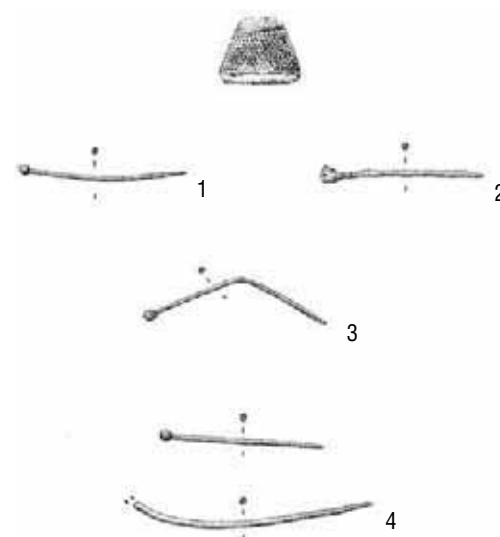


Figura 32 – Dedal e alfinetes, em cobre. Necrópole de Penamacor.



Figura 33 – Fivelas, ponta de bainha de punhal e remate de correia. Necrópole de Penamacor.

cm), com a extremidade de encaixe do espigão projectada em bico; do lado oposto, apresenta perfuração para fixação do mesmo.

Mede 4,5 cm de comprimento por 3,7 cm de largura e a espessura é de 0,3 cm (Fig. 33).

Fivela (PEL 4-C1) – Exemplar em cobre, com demarcação de fixação do cinto e de fixação do espigão. Tem forma ovalada com projecção espessada, em botão, na extremidade, ladeada por motivo decorativo constituído por caneluras transversais (Fig. 33).

Bala de mosquete (PF8/9-C3/4) – Exemplar esférico, em chumbo. Tem 1,5 cm de diâmetro (Fig. 34).

Bala de mosquete (PF7/8-C3/4) – Exemplar esférico, em chumbo. Tem 1,8 cm de diâmetro (Fig. 34).

Virote de besta (PF8/9-C4) – Exemplar em ferro. Tem cabeça compacta, de secção triangular, afilada na extremidade e demarcada do cabo por estrangulamento. Este é oco, com secção subcircular para introdução do cabo.

O artefacto mede 5,25 cm de comprimento total, a ponta tem 1 cm de largura por 2 cm de altura e o diâmetro do cabo é de 0,9 cm (Fig. 34).

Botão (PEL5C3-04) – Exemplar quase completo obtido a partir de um fragmento afeiçoado de faiança com a superfície externa coberta por vidrado branco (2.5Y8/1) e a interna, muito degradada, apresenta vestígios de vidrado em azul-cobalto.

O diâmetro é irregular, com 4 cm por 3,6 cm, tem de espessura máxima 0,9 cm e as duas perfurações distam 0,4 cm entre si e medem de diâmetro aproximadamente 0,3 cm.

A pasta, de cor bege (10YR7/3), é homogénea e bem depurada, com elementos não plásticos imperceptíveis de grão finíssimo micáceos (Fig. 35).

Botão (PEL7C2-09) – Exemplar completo obtido a partir de fragmento de cerâmica comum.

O diâmetro é irregular, com 4 cm por 3,8 cm,



Figura 34 – Balas de mosquete, em chumbo, e virote de besta, em ferro. Alcáçova de Penamacor.



Figura 35 – Botões em fragmentos de cerâmica vidrada e comum. Necrópole de Penamacor.



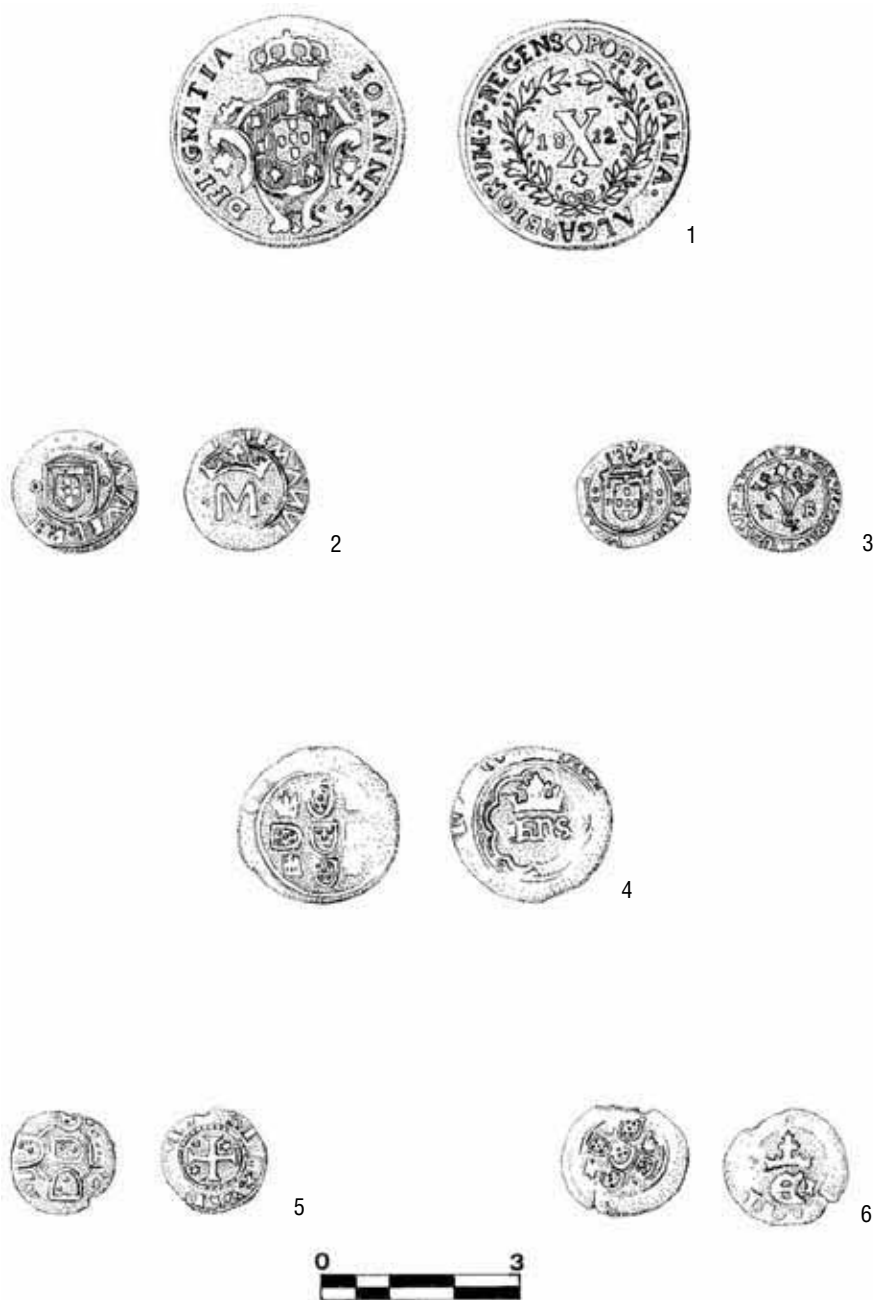
Figura 36 – Botão do Regimento de Infantaria 11. Associado ao enterramento n.º 8 – Necrópole de Penamacor.



Figura 37 – Fragmento de figura humana em terracota. Necrópole de Penamacor.



Figura 38 – Fragmento de azulejo de aresta. Necrópole de Penamacor.



- 1 – X Réis de D. João VI, príncipe regente (1812).
 2 – Meio real ou vintém de D. Manuel I (prata).
 3 – Vintém de D. João III (prata).
 4 – Real de 31/2 libras de D. João I.
 5 – Dinheiro de bolhão D. Afonso III a D. Pedro I.
 6 – Real preto de D. Duarte.

Figura 40 – Exemplos numismáticos. Necrópole de Penamacor.

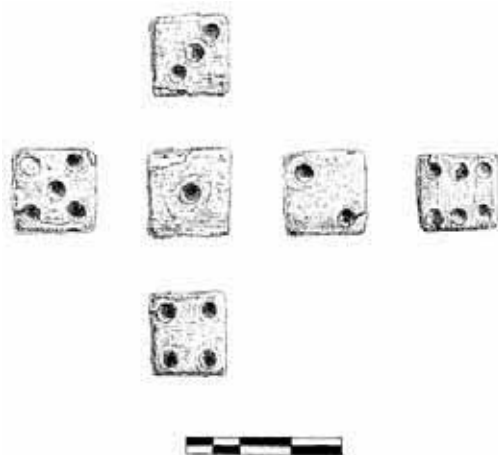


Figura 39 – Dado em osso. Necrópole de Penamacor.

tem de espessura máxima 1,1 cm e as duas perfurações distam 0.5 cm entre si e medem de diâmetro aproximadamente 0.4 cm.

A pasta, de cor bege (10YR6/3), é pouco homogênea, integrando elementos não plásticos abundantes, de grão médio a grosso, micáceos e quartzíferos (Fig. 35).

Botão (PEL3-C5) – Exemplar algo deteriorado, em cobre, associado ao enterramento 8.

Apresenta forma ligeiramente convexa, com argola de fixação na face interna.

Têm 1,1 cm de diâmetro (Fig. 36).

Figura humana em terracota (PEL7C2F-01) – exemplar facturado de figura masculina, representando o tronco e braços. O artefacto apresenta vestígios de ter sido produzido a molde, tendo sido recolhido durante a limpeza do muro da barbacã.

A pasta, de cor bege rosado (5YR6/4), é bem depurada com elementos não plásticos de grão finíssimo micáceos e alguns, finos, arenosos.

Mede 3,2 cm de altura, 2,5 cm de largura e 1.6 cm de espessura (Fig. 37).

Fragmento de azulejo de aresta (PEL7C3 EXT.) – O artefacto apresenta decoração vegetalista em cores verde escura, azul-cobalto e amarelo melado, com o intervalo dos motivos revestido a vidrado bege claro.

A pasta, rosada (7.5YR7/4), é bem depurada e homogénea, com elementos não plásticos finíssimos micáceos. As superfícies de corte apresentam escorrimento dos vidrados.

O fragmento mede 8,75 cm de comprimento, 7,9 cm de largura e 2,5 cm de espessura (Fig. 38).

Dado (PEL7C3 EXT.) – Exemplar completo, em osso.

Apresenta forma cúbica, medindo 1.6 cm por 1.55 cm. Os furos que representam a numeração mostram forma irregular, podendo ser circulares ou ovalados (Fig. 39).

BIBLIOGRAFIA

- Religiões da Lusitânia, loquuntur saxa* (2002), catálogo da exposição, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 578 p.
- ALARCÃO, J., ETIENNE, R. (dir.) (1976), *Fouilles de Conimbriga, Céramiques diverses et verres*, Paris: ed. Mission Archéologique Française au Portugal et Musée Monographique de Conimbriga, vol. VI, 258 p.
- ALARCÃO et alli (dir.) (1979), *Fouilles de Conimbriga, Trouvailles Diverses – Conclusions Générales*, Paris: ed. Mission Archéologique Française au Portugal et Musée Monographique de Conimbriga, vol. VII, 331 p.
- ALARCÃO, A. M. e PONTE, S. (1994), *Coleções do Museu Monográfico de Conimbriga*. Catálogo, 180 p., Coimbra.
- ALMEIDA, D. F. de (1962), *Arte Visigótica em Portugal, O Arqueólogo Português*, Série II, 4, Lisboa.
- AMARAL, s. d.: AMARAL, C. M. Almeida de – *Catálogo descritivo das moedas Portuguesas*, Lisboa: Museu Numismático Português, s. d., tomo I.
- ARAÚJO, M. M. L. de (2002), «O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas», LEANDRO, M. E., ARAÚJO, M. M. L., SILVA, M. (org.), *Saúde. As teias da discriminação social*, Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social, Braga: Universidade do Minho, p. 335-356.
- BARREIRA, P., DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1998), «200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII», *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval*, Tondela, p. 145-184.
- BARROS, L. B. V., ESPÍRITO SANTO, P. (1991), «Quinta do Percevejo – Almada: uma intervenção de emergência», *Actas das IV Jornadas Arqueológicas – Investigação e Defesa do Património*, Associação Arqueólogos Portugueses, p. 333-342, Lisboa.
- BARROCA, M., e MONTEIRO, J. G. (2000), *Pera Guerrejar. Roteiro da Exposição Armamento Medieval no Espaço Português*, s. l., Câmara Municipal de Palmela / Museu Nacional de Arqueologia.
- BARROCA, M. J. (2002), «Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (séculos XII a XIV)», *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil anos de fortificações na península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel C. F. Fernandes, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Ed. Colibri, p. 535-548.
- BARROCA, M. J. (2002a), «Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior», *Beira Interior – História e Património*, Guarda: p. 215-238.
- BARROS, L., HENRIQUES, F. (2003), «Rua da Judiaria: Um Celeiro nos Arrabaldes da Vila», *Actas das 3.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: p. 135-144.
- BRANCO, P. S. (2005), *Exército Português memória ilustrada*, s. l., Quimera Editores, Lda., 198 p.
- D'ARMAS, DUARTE (1997). *Livro das Fortalezas* (Introd. M. da S. Castelo Branco), Lisboa: Arquivo nacional da Torre do Tombo, Ed. Inapa, 2.ª ed.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S. (1991), «Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais», *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola / Porto: Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, p. 575-585.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S. (1999), Tipologia e Cronologia de Cerâmicas dos Séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais, *Arqueologia Medieval*, n.º 6, Porto: Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, p. 193-212.
- CARDOSO, J. L. (1997), *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C.*, Lisboa-Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
- CARDOSO, J. L., CANINAS, J. C., HENRIQUES, F. (1998), «Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco)», *Actas do Colóquio A pré-história na Beira Interior*, Estudos Pré-históricos, vol. VI, p. 325-345.
- COSTA, Frei Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, Coimbra: oficina de Pedro Ginioux, 1771.
- DIOGO, A. M., TRINDADE, L. (1998), «Intervenção Arqueológica na Rua João Outeiro, n.º 36/44, na Mouraria, em Lisboa», *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1998, p. 257-65.
- FERNANDES, I. C. F., CARVALHO, A. R. (1995), «Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela)», *1.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, p. 77-96.
- FERNANDES, I. C. F., CARVALHO, A. R. (1997), «Intervenção Arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela)», *Setúbal Arqueológica (I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem a Georges Zbyszewski)*, vol. 11-12, Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, 1997, p. 279-295.
- FERNANDES, I. C. F., CARVALHO, A. R. (1997), «Abordagem Arqueológica da Palmela Medieval Cristã», *Arqueologia Medieval*, 5, Porto: Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, p. 221-241.
- FERNANDES, I. C. F., CARVALHO, A. R. (1998), «Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela», *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1998, p. 211-255.
- FERRO, M. J. P. (1978), *Catálogo de Moedas Portuguesas do Gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa*, vol. I (1185-1383), Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1978.
- Forais de Penamacor* (transcrições de Maria Antonieta Garcia e Henrique Manso), Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, p. 2005
- GAIO, M. J. C. F. (1990), *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol VI, 622 p., Braga.
- GASPAR, A., AMARO, C. (1997), «Cerâmica dos Séculos XIII-XV da Cidade de Lisboa», *La Céramique*

- Médiévale en Méditerranée. Actes du VI Congrès de l'AIECM2*, Aix-en-Provence: Narration Éditions, 1995, p. 337-45.
- GOMES, L. F. C. (1996), «A Necrópole Megalítica da Lameira de Cima (Penedono – Viseu)», *Estudos Pré-Históricos*, vol. 4, Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, 198 p.
- GOMES, M. V. (1994), «Menires e Cromleques no complexo cultural megalítico português – trabalhos recentes e estado da questão», *O Megalitismo no Centro de Portugal*, actas do seminário, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 2, p. 317-342.
- GONÇALVES, A., SCHIERL, TH., TEICHNER, F. (2003), «A change of pottery style under Dom Sancho II? A coin-dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the city museum of Évora (Alentejo, Portugal)», *Arqueologia Medieval*, 8, Porto: Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, p. 237-252.
- GONÇALVES, J. L. M. (1991), «Cerâmica calcolítica da Estremadura», *Actas das IV Jornadas Arqueológicas – Investigação e defesa do Património*, Lisboa: Associação Arqueólogos Portugueses, p. 215-226.
- LEAL, V. O. (2000), «Rua da Judiaria (Almada): o espólio cerâmico do silo 7», *Al-Madam*, II série, n.º9, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2000, p. 202-205.
- LEITÃO, M. (1982), «Elementos para um Inventário de Estações Arqueológicas: prospecção e reconhecimento», *Informação Arqueológica*, 2, p. 17.
- LOPES, I. A. (2003), «Cadinhos e Copelas da Casa do Infante – Porto», *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2003, p. 215-222.
- MAGRO, F. A. C. (1986), *Ceitis*, Instituto de Sintra, Sintra, 262 p.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. C. (1985), *Papa Uvas I, Aljaraque, Huelva – Campañas de 1976 a 1979*, Excavaciones Arqueológicas en España, 136, p. 274.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. C. (1985), *Papa Uvas II, Aljaraque, Huelva – Campañas de 1981 a 1983*, Excavaciones Arqueológicas en España, 149, p. 350.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira, *Propriedades Fundiárias e rendas da Coroa no reinado de D. Dinis – Guimarães*, tese de doutoramento, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1990.
- MARTINS, A. A. da S. (1991), «Um estudo acerca de caixas ou pilhas de pesos em bronze», *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1990), Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1991, p. 439-443.
- MONTEIRO, J. G. (1999), *Os Castelos Portugueses nos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa: Ed. Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 332 p.
- NUNES, António Lopes Pires, «Os castelos templários da Beira Baixa», *Cadernos de Património Cultural da Beira Baixa*, Idanha-a-Nova: C. M. Idanha-a-Nova, 2005.
- OLIVEIRA, A. C. (1998), «O Povoado Pré-histórico do Cabeço da Malhadeira (Benquerença – Penamacor)», *Actas do Colóquio A Pré-história da Beira Interior, Estudos Pré-históricos*, vol. VI, p. 243-257.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz, *Castelos da Ordem do Templo em Portugal 1120-1314*, vol. I, Dissertação de Mestrado em História da Arte Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- PIVKA, O. V., ROFFE, M. (1977), *The Portuguese army of the Napoleonic wars*, Osprey Publishing Limited, Men-at-arms series, 40 p.
- REGO, M. (2003), «A ocupação islâmica de Noudar», *Arqueologia Medieval*, 8, Porto: Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, p. 69-82.
- RODRIGUES, M. A., LEBRE, A. G. (2003), «Cerâmicas medievais de Vila Velha (Vila Real)», *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2003, p. 151-159.
- RUEDA, M. e LÓPEZ, P. (1997), «Cerâmica Mudéjar Sevillana», *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du 6.º congrès*, Aix-en-Provence (1995), p. 555-558.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994), «Megalitismo, habitat e sociedades: a bacia do Médio e Alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c. 5200-3000 BP)», *Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal, Estudos Pré-Históricos*, vol. II, p. 15-29.
- SILVÉRIO, S., BARROS, L., TEIXEIRA, A. (2004), «Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor / Cimo de Vila: resultados da primeira campanha (2003)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 2, p. 473-540.
- SILVÉRIO, S., BARROS, L. (2005), *Arqueologia na aldeia histórica de Castelo Novo (2002-2004). Resultados preliminares*, Fundão: Câmara Municipal do Fundão, 238 p.
- SOMÉ MUNOZ, P., HUARTE CAMBRA, R. (1999), «La cerámica moderna en el Convento del Carmen (Sevilla)», *Arqueologia Medieval*, 6, Porto: Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, p. 160-171.
- SOUSA, J. S. DE (1991), *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa: Horizonte Histórico, n.º 35, 559 p.
- TEIXEIRA, R., DÓRDIO, P. (2000), «Intervenção Arqueológica na Casa do Infante, dezassete séculos de História na zona ribeirinha do Porto», *Al-Madan*, II.ª série, n.º 9, Almada, p. 132-135.
- VALERA, A. C. (1995), «O Habitat da Malhada (Fornos de Algodres – Guarda): uma análise preliminar no contexto do povoamento local durante o III milénio A.C.», *Estudos Pré-Históricos*, vol. III, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 121-139.
- VALERA, A. C. (1998), «A Neolitização da Bacia Interior do Mondego», *Actas do Colóquio A Pré-história da Beira Interior, Estudos Pré-históricos*, vol. VI, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 131-148.
- VELHO, A. L., VELHO, G. L. (1999), «A estação calcolítica da Quinta da Atalaia (Trancoso, Guarda)», *Estudos Pré-históricos*, vol. VII, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 241-250.
- VILAÇA, R. (1989), «O povoado pré-histórico do Ramalhão (Penamacor): resultados das escavações de 1988-1989», *Conimbriga*, XXVIII, p. 5-32.
- VILAÇA, R. (1995), «Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze», *Trabalhos de Arqueologia*, 9, 2 volumes, Lisboa: IPPAR.
- VILAÇA, R. (1997), «Produção, consumo e circulação de bens na Beira interior na transição do II para o I milénio a.C.», *Actas do colóquio A Pré-história na Beira Interior*, Viseu, p. 347-374.
- VILAÇA, R. (1997a), «Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor)», *Conimbriga*, XXXVI, p. 27-44.
- ZILHÃO, J. (1992), «Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo», *Trabalhos de Arqueologia*, 6, Lisboa: IPPAR, 326 p.

NOTAS

- 1 Consta na C. M. P. n.º 238, Penamacor, esc. 1:25 000. A cidade é sede de concelho e pertence ao Distrito de Castelo Branco.
- 2 Classificado por despacho datado de 1 de Agosto de 1973.
- 3 A localização da alcaçova de Penamacor, particularmente a planta do castelo, foi executada na primeira década de quinhentos por Duarte d'Armas, segundo instruções de D. Manuel I. subsistindo à vista antes da intervenção arqueológica apenas a Torre de Menagem, então designada por torre de vigia.
- 4 Os levantamentos cartográficos efectuados por engenheiros militares, nos séculos XVIII e XIX, permitem localizar neste espaço uma das duas Igrejas, a de Santa Maria do Castelo, cabeça de freguesia do Cimo de Vila, da qual sobrevivem escassas evidências. Quanto à segunda, cujo orago é São Pedro, encontra-se muito descaracterizada por obras realizadas recentemente que a despojaram de muitos dos seus ornamentos medievais e de época moderna, nomeadamente os azulejos em aresta que a revestiam e as talhas douradas do altar-mor.
- 5 Localizado junto a uma das entradas, a Norte, do burgo medieval, esta ampla estrutura, com mais de dez metros de diâmetro encontra-se actualmente entulhada, sendo de esperar que desta intervenção resulte abundante espólio estratigráficamente ordenado.
- 6 Cf. Castelo Branco (int.) (1997), *Livro das Fortalezas [Duarte d'Armas]*, fls. 63, 64 e 127 v.
- 7 Cf. João Gouveia Monteiro (1999), *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média*, p. 57 e 58.
- 8 Cf. Mário Jorge Barroca (2000), «Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar na Beira Interior», *Beira Interior – História e Património*, Guarda, p. 226.
- 9 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Sancho I*, maço 12 de Forais antigos, fólio 3.
- 10 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso II*, maço 12 de forais antigos, número 3.
- 11 Cf. OLIVEIRA, Nuno Villamariz, *Castelos da Ordem do Templo em Portugal 1120-1314*, vol. I, Dissertação de Mestrado em História da Arte Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000: p. 149 e 260-262.
- 12 Cf. COSTA, Frei Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*, Coimbra: oficina de Pedro Ginioux, 1771.
- 13 Cf. *idem, ibidem*, documento XXIII, p. 199-202.
- 14 D. Dinis emitiu uma carta dando instruções no sentido de os moradores de Penamacor servirem no concelho (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1.º da Beira, fólio 46), isentando-os do pagamento de portagem e confirmando-lhes honras e doações (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1.º, fólio 279).
- 15 Cf. IAN/TT, *Leitura Nova – Livro 1 da Beira*, fólhos 46-46v: D. Dinis diz: «Dessa minha terra [referindo-se a Penamacor] que os homens e mulheres se colocam sobre protecção dos ricos homens, senhores, cavaleiros e escudeiros e senhoras para não pagarem as rendas ao rei e ao concelho, fazendo mal a seus vizinhos. O rei reclama a terra e os homens, desejo do pai e do avô, e quem desobedecer, sobre pena no corpo e na fazenda. Carta feira em Évora, 7 dias de Abril de 1315».
- 16 Cf. *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 142-150 (transcrição integral); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3, fólio 138 v; *Livro dos Mestrados*, fólio 9; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fólio 39 v. Não consta qualquer referência a Penamacor na ordenação datada de 16 de Agosto de 1326 (cf. IAN/TT, Gaveta 7, maço 13, n.º 27).
- 17 Martim Afonso de Melo recebeu de D. Fernando em 1372, de juro e herdade, entre outras, a vila de Penamacor (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fólio 100 v.), mas como aderiu aos interesses castelhanos, por quem combateu em Aljubarrota, D. João I confiscou-lhe os bens (cf. *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 297-298, nota 1).
- 18 Publicado por Anselmo Braamcamp Freire, Tombo da Comenda da Beira, in *Arquivo Histórico Português*, vol. 10, p. 209-366, referido em João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, p. 89.
- 19 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João I*, livro I, fólhos 50 e 114.
- 20 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João I*, livro 8, fólio 177; livro 2.º da Beira, fólio 44. D. Duarte emitiu também, em Novembro de 1433, uma carta referente aos privilégios da vila de Penamacor (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fólio 19 v).
- 21 A primeira transcrita na *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 30, fólio 29, a segunda na *Chancelaria de D. João I*, livro 1 das Beiras, fólio 44.
- 22 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1.º da Beira, fólio 43 v.
- 23 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fólio 4 v.
- 24 D. Afonso V privilegia o conde de Penamacor, camareiro-mor régio, para que no caso da sua morte, o seu filho maior herde todos os seus bens como os pertencentes a João de Albuquerque, conselheiro régio, pai do dito conde, em carta emitida a 5 de Novembro de 1476, e confirma, a 8 de Agosto de 1476, doação feita a Dom Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, camareiro-mor, da vila de Penamacor e seus termos, acrescentando que esse privilégio passe para seu filho após o seu falecimento (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fólio 15; *idem*, livro 7, fólio 48). D. Garcia de Albuquerque veio a ser copeiro-mor de D. João III (cf. *Brasões*, vol. I, p. 505).
- 25 Cf. IAN/TT, *Leitura Nova – Livro 1 de Reis*, fólio 41; cf. ainda *Forais de Penamacor* (transcrições de Maria Antonieta Garcia e Henrique Manso), Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, p. 2005, p. 23.
- 26 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fólio 156 v.
- 27 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 22, fólio 24 v. A linhagem dos Castros recebeu vários cargos em Penamacor, desempenhando funções de alcaide-mor, caso de D. Pedro de Castro, conselheiro régio, em 1 de Agosto de 1441 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 27, fólio 117) e de Álvaro de Castro, cavaleiro régio, em 13 de Março de 1471 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fólio 45 v.). D. Álvaro de Castro pertencia à casa do Infante D. Henrique e consta que recebeu o castelo de Penamacor, em 1450 (cf. João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, p. 399).
- 28 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 43, fólio 74-75 v; *idem*, livro 41, fólio 117-118 v.
- 29 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 14, fólhos 90-90 v.
- 30 Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 16, fólio 102 v.
- 31 Luís Esteves foi nomeado vedor das obras de Penamacor em 10 de Abril de 1515 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 24, fólio 27), Francisco Alfaia, cavaleiro e alcaide do castelo de Penamacor, foi nomeado vedor das obras dos muros e fortalezas da dita vila em Fevereiro de 1518 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 24, fólio 119), António Vaz, morador em Penamacor, recebeu a mercê do ofício de escrivão das obras dos muros e fortalezas da dita vila, por morte de Sebas-

- tião Martins, em 13 de Abril de 1521 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 39, fólio 5 v).
- 32 Classificado pelo decreto n.º 23 122, datado de 11 Outubro de 1933.
- 33 O Regimento de Infantaria 11, pertencia à 2.ª Divisão ou Divisão do Centro, tendo participado, a 21 de Junho de 1813, sob o comando do general Wellington, na batalha decisiva em que se derrotaram as forças francesas, em Vittoria, no território espanhol (cf. PIVKA *et alii*, 1977: p. 10 e 29).
- 34 Em 1812, o Regimento de Infantaria 11 de Penamacor, era liderado pelo coronel Tomás Guilherme Stubbs, que comandava também o Regimento de Infantaria 23, de Almeida, que recrutava os seus elementos na Beira, nomeadamente em Castelo Branco, São Vicente, Castelo Novo, Alpedrinha, Belmonte, Sortelha, Touro, Penamacor, Salvaterra do Extremo, Segura, Idanha-a-Nova, Rodão, Sarzedas, e respectivos termos, e nas localidades de Atalaia, Bemposta e Zibreira. Participou sob o comando de Wellington na batalha de Salamanca, a 22 de Julho de 1812, onde foram derrotadas forças do Marechal Marmont.
- 35 Os resultados obtidos foram entretanto publicados (Silvério, Barros e Teixeira, «Escavações arqueológicas no Castelo de Penamacor / Cimo de Vila: resultados da primeira campanha (2003)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7 n.º 2, Lisboa, 2004: p. 473-540).
- 36 A escassa distância do Cimo de Vila, para Este, ergue-se o cabeço do Ramalhão, arqueossítio estudado pela Dra. Raquel Vilaça, que ali detectou artefactos e estruturas, datados da primeira metade do terceiro milénio a. C. (cf. Vilaça, 1991).
- 37 Este espólio foi objecto de um estudo apresentado como estágio final da licenciatura de História variante de Arqueologia na Universidade Nova de Lisboa pela Dra. Susana Pereira, que colaborou nos trabalhos arqueológicos efectuados neste monumento.
- 38 Consta na chancelaria de D. Afonso III um documento referente à instituição de uma feira em Penamacor que poderia funcionar naquele espaço (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso III*, livro 1, fólio LX). D. Dinis emitiu um documento onde se inserem instruções sobre as horas e lugar onde poderiam ser vendidas as mercadorias, o que pressupõe a efectividade desse mercado (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro da Beira, fólio 15), posteriormente confirmadas por D. Manuel I e D. João III.
- 39 D. Fernando, que instituiu um couto de homiziados em Penamacor (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2.º da Beira, fólio 32), emitiu uma carta para os moradores do termo de Penamacor defenderem aquela praça no tempo da guerra contra as forças castelhanas (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1.º da Beira, folio 43 v.).
- 40 «... É ainda concedido que nem corregedores, nem contadores, nem outros oficiais possam apresentar-se dentro da cerca da vila, bem como é proibido o tirar de madeira, telha das casas, louça de vinho e de azeite para o arrabalde, nem para nenhuma outra parte» (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 7, fólio 37), transcrição de documento datado de 27 de Agosto de 1512.
- 41 Estudo da responsabilidade da antropóloga Dra. Cláudia Santos.
- 42 Consultar a propósito da organização dos hospitais militares Maria Marta Lobo de Araújo (2002), O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas» in *Saúde. As teias da discriminação social*, Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social, Universidade do Minho, Braga, p. 335-356.
- 43 Do conjunto recolhido na intervenção efectuada na alcáçova, 456 fragmentos são de cerâmica proto-histórica, dos quais 61 correspondem a bordos e os restantes 395 pertencem a paredes, perfazendo 15% do espólio recolhido. Destes, apenas 10 fragmentos apresentam decoração, 4 com motivos «a pente», 3 com incisões sobre o bordo, 2 com ornatos brunidos e 1 com pintura na superfície externa.
- 44 Embora a investigação regional, para este período, se encontre numa fase embrionária, fazemos notar que a Sul da plataforma onde se encontra o monumento subsiste um troço de via em razoável estado de conservação, que faria parte de percurso secundário que passava, neste concelho, pelas aldeias da Bemposta, Aranhas, Penamacor e Meimoa, não sendo de descurar a importância da actividade mineira e do escoamento da sua produção, particularmente no que respeita à exploração aurífera nas minas da Presa, Covão do Urso e no rio Bezágueda (cf. Francisco Sande Lemos, «Mineração antiga na Serra da Malcata (Beira Interior)», *Beira Interior – História e Património*, Guarda, 2000: p. 185-198).
- 45 E assim poderão trazer seda em jubões (...) E porém os ditos jubões de seda, não poderão pôr forro nem barras de nenhuma seda, nem debruns nem pestanas, ainda que seja da mesma seda. Somente poderão trazer nos ditos jubões uma pestana ou debrum direito pelos bocais, dianteiras e cabeções dos ditos jubões de qualquer seda que quiserem. (...) e as mangas dos ditos jubões não serão de mais comprimento que até à ponta dos dedos (cf. Biblioteca Nacional de Lisboa, reservados, códice 3395).
- 46 Uma moeda semelhante foi encontrada no castelo de Castelo Novo durante a intervenção arqueológica ali efectuada, correspondendo a um nível de destruição parcial e abandono temporário deste monumento, e permitindo concluir que pelo menos estas duas fortificações foram atacadas pelas forças castelhanas (cf. Silvério e Barros (2005), *Arqueologia no Castelo da Aldeia História de Castelo Novo (2002-2004)*, p. 69). Esta invasão integra-se no âmbito da Guerra dos 100 anos e implicou a posterior assinatura do tratado de Tagilde, estabelecido por D. Fernando e Eduardo III de Inglaterra, em Junho de 1373, acordo em que a coroa portuguesa se comprometia a apoiar a Inglesa, contra Henrique II de Castela e a França. Sem meios adequados para fazer frente ao poderio castelhano, D. Fernando foi forçado a capitular nesse mesmo ano, tendo assinado em Santarém, um tratado de paz com Castela que anulou o realizado anteriormente com a coroa inglesa, sucedendo-se, de imediato e durante vários anos, fortes revoltas populares.
- 47 Os tons cromáticos foram obtidos no *Munsell soil color chart*, ed. 2000, pelo que devem ser tomados apenas por referência.

CERÁMICAS DE TRANSPORTE Y COMERCIO EN LA BASÍLICA DE SANTA MARÍA DE ALICANTE PRODUCCION Y DISTRIBUCION

JOSÉ LUIS MENÉNDEZ FUEYO*

A la hora de acercarse al estudio del comercio medieval en la Corona de Aragón, arqueología y documentación escasamente suelen ir de la mano, excepto cuando hablamos de producción cerámica. Cuando esto se produce, los trabajos pluridisciplinares se multiplican y las colaboraciones entre colegas dedicados a la cultura material y a la documentación son habituales en los foros científicos de los últimos 10 años. Si hacemos un breve repaso por los trabajos publicados en los últimos años sobre contenedores medievales, observamos que las conclusiones que se extraen de los mismos se basan en un conjunto no superior a la cincuentena de contenedores¹ (Amigues *et alii*, 1995: 346-360; Amores y Chisvert, 1993, 269-325; Borrego y Saranova 1994: 181-199; Cabestany y Riera, 1983: 407-411; Coll Conesa, 1994: 1069-1080; Díes y González, 1986: 613-631; González Gozalo, 1987: 470-482; Mesquida García *et alii*, 2001; Navarro Poveda, 1990; Raurich, 1992: 49-56; Roig i Delofeu, A.; Roig i Buxó, 1997: 549-553; Riu de Martín, 1989: 437-466; 1992: 375-424; Vila, Padilla y Hernando, 1996: 559-562). Los resultados que han ofrecido algunos de los trabajos referidos anteriormente han permitido, por ejemplo, establecer categorías de piezas por sus capacidades y, por ende, incluso recuperar sus nombres olvidados por el tiempo y enterrados en los legajos notariales de los archivos. También ha permitido ampliar la base tipológica que disponemos sobre ellas, introduciendo nuevas formas y, en los casos en los que se ha podido, identificar el centro de producción. En otras ocasiones, su forma, sus marcas, el contenido que haya quedado en el interior e incluso su disposición en los yacimientos ha ofrecido datos concluyentes que han aportado nueva luz sobre estudio de estas piezas.

* Museo Arqueológico de Alicante (MARQ).

Si en todos los casos referidos, una mínima aproximación ha permitido extraer una enorme cantidad de información, imaginemos el enorme banco de datos que puede extraerse de un conjunto como el aparecido en los trabajos arqueológicos que tuvimos la ocasión de dirigir en la cubierta de la Basílica de Santa María de Alicante (Figs. 1, 2, 3 y 4), con un número algo superior a las 450 piezas (Azuar *et alii*, 1999; Azuar y Beviá, 2005). Para no ser exhaustivos, este estudio es continuación y finalización del iniciado hace ya más de 10 años por las arqueólogas M. Borrego y R. Saranova, autoras de los sondeos previos realizados en el año 1993 y que ofrecieron un pequeño conjunto de unas 25 piezas que fueron presentadas en el IV Congreso de Arqueología Medieval Española celebrado en Alicante en el año 1994 (Borrego y Saranova, 1993; 1994: 181-198). De estas primeras actuaciones realizadas por las arqueólogas M. Borrego y R. Saranova se desprendía la existencia de una variedad de hasta seis tipos diferentes en los contenedores empleados que nos informaban del nivel de comerciali-



Figura 1 – Mapa de la Península Ibérica con la ubicación de Alicante. Fuente: Jacques Descloitres, MODIS Rapid Response Team, NASA/GSFC.



Figura 2 – Foto aérea de la ciudad de Alicante con la ubicación de la Basílica de Santa María. Foto: Diputación de Alicante.

zación de las mismas entre los distintos puertos mediterráneos. Todos los envases presentaban marcas de uso, lo que permitía inferir que se trataban de piezas donadas o compradas en la zona portuaria para la edificación de la iglesia. Algunas de ellas presentaban restos de semillas de vid, lo que confirma que se utilizaban para el almacén y transporte de vino o uva pasa.

Además las marcas y signos que se localizan en los hombros de la mayor parte de las piezas, indicaban su posible identificación productiva, y más concretamente como señales mercantiles.



Figura 3 – Vista aérea de la Basílica de Santa María. Foto: Archivo Gráfico MARQ.



Figura 4 – Vista general de la fachada de Santa María. En la parte superior, se observa la cubierta metálica que se dispuso para que se realizara la excavación arqueológica. Foto: Autor.

Todo este repertorio cerámico permitió constatar arqueológicamente la importancia del puerto de Alicante en los circuitos comerciales de la Baja Edad Media, en relación con la Corona de Aragón y a otros enclaves del sur peninsular e incluso con el norte de África.

Los resultados preliminares obtenidos en el año 1993 ponían sobre aviso a todo el equipo participante en el proyecto sobre la complejidad que suponía la apertura com-

pleta de la cubierta de la iglesia. El número de contenedores obtenido en los sondeos superaba la treintena, por lo que un lógico cálculo de superficie a abrir nos ofrecían un volumen de contenedores aproximado a los casi 500 objetos, lo que permitiría dirigir el trabajo hacia un topografiado y levantamiento fotográfico de toda la cubierta con las piezas *in situ*, tal y como quedó expresado en la memoria del proyecto presentada en la Dirección General de Patrimonio de la Generalitat Valenciana para las plicas del concurso de adjudicación del proyecto en el año 1997 (Menéndez, López y Ortega, 1997). Como no podía ser de otra manera, la actuación arqueológica realizada en el año 1998 (Fig. 5), confirmó las expectativas al 100%, ofreciendo un número desorbitado de contenedores



Figura 5 – Vista general de la excavación en la nave central de la iglesia. Foto: Autor.



Figura 6 – Vista general de los rellenos cerámicos del seno X. Foto: Autor.

y diferente material cerámico que ascendía a una cifra aproximada de 450 piezas (Fig. 6).

En el trabajo presentado en el año 1993, las conclusiones preliminares establecidas por las autoras iban enfocadas a vincular, en general, este conjunto con el almacenaje y el transporte de época bajomedieval, abordado exclusivamente desde la perspectiva documental hasta esa fecha. Ahora, con el 100% del material documentado, podemos confirmar aquí lo que ya se intuía en el año 1993 cuando se señalaba que las piezas no parecían proceder directamente del alfar como piezas hechas en exclusividad para rellenar los senos de la cubierta. Efectivamente, y después de ver la totalidad de los contenedores registrados en la cubierta, podemos concluir que en un porcentaje elevadísimo –no podemos asegurarlo al ciento por ciento, ya que las marcas de uso no son tan visibles– que fueron utilizadas previamente para sus funciones genéricas. O sea, no fueron fabricadas para rellenar las bóvedas de la iglesia de Santa María.

Entre las funciones que hemos podido establecer en los estudios del material cerámico destaca un enorme conjunto que podemos adscribir a las cerámicas utilizadas como transporte de productos. Su amplio número y variada tipología nos han animado a presentar el conjunto de forma independiente en este seminario de Mértola², dedicado al comercio medieval mediterráneo en el marco del Proyecto Europeo Mercator, con la intención de ofrecer nuevos datos que aporten algo de luz con los que continuar el apasionante debate sobre los sistemas de transporte en época medieval.

LAS CERÁMICAS DE TRANSPORTE DE SANTA MARÍA

Entre el amplio conjunto cerámico descubierto en la cubierta de Santa María podemos establecer dos grandes grupos. El primero, inte-

grado por las tinajas, aquellos contenedores cerámicos para el almacenamiento de los productos en almacenes, medios de transporte y hogares. En este grupo digamos que podríamos integrar aquellas que cuentan con un tamaño pequeño-mediano, no superior a los 60 cm de altura, de fácil manejo, que puedan ser apilables, y que den prioridad al cuerpo –contenedor del futuro producto– que al resto de la forma, que sean estancos y con posibilidad de sellar sus aperturas de manera sencilla. Bajo esos criterios y dentro de nuestra variada tipología con más de 23 tipos de contenedores hemos optado por incluir los tipos II, III, VII, VIII, XI, XVIII y XXII (Fig. 7).

En segundo lugar, encontramos aquellas cerámicas englobadas en lo que conocemos como cerámicas sin vidriar –u *obra aspra*, como son denominadas las fuentes medievales–, y que algunas formas también pudieron utilizarse para el transporte de productos. En este grupo incluiríamos las anforetas, las alfabias y las orzas.

LOS CONTENEDORES PARA EL TRANSPORTE

Tipo II

Es el tipo más numeroso hasta el momento³. Son tinajas de base muy estrecha, plana e inestable presentando grandes deformaciones y gruesas hendiduras. El cuerpo tiene forma husiforme y el cuello es prácticamente inexistente. El borde saliente posee un baquetón horizontal en la cara interna y el labio es plano. Están fabricados a torno, en serie y por piezas separadas: la mitad inferior, la mitad superior y el borde (Fig. 7, 1; Fig. 8). Presentan unas medidas generales con 18 cm en el diámetro del borde, 42 cm de anchura máxima, una base muy estrecha, no superior a los 15 cm y una altura de 80 cm (Borrego y Saranova, 1993, 1994).

Las piezas parecen construirse en tres partes

por separado, siendo unidas, posteriormente, dando lugar a una vasija bastante irregular. Esta técnica de elaboración está indicando, además de otras consideraciones, que el valor de estos contenedores no reside en su acabado, sino que son sus dimensiones y ante todo su capacidad, de alrededor de 65 litros lo que prima en su fabricación. Su pasta es bizcochada, de color rojizo con intrusiones minerales fundamentalmente de tipo calizo.

La mayoría de estos envases presentan en el hombro distintas marcas en almagra o en óxido de manganeso y también, aunque más raramente, incisas. Conviene señalar que muchos de ellos conservan sus marcas dibujadas en mazarrón, sobre una ligera capa de yeso. Ocultando otra marca de identificación anterior, lo que prueba la existen-

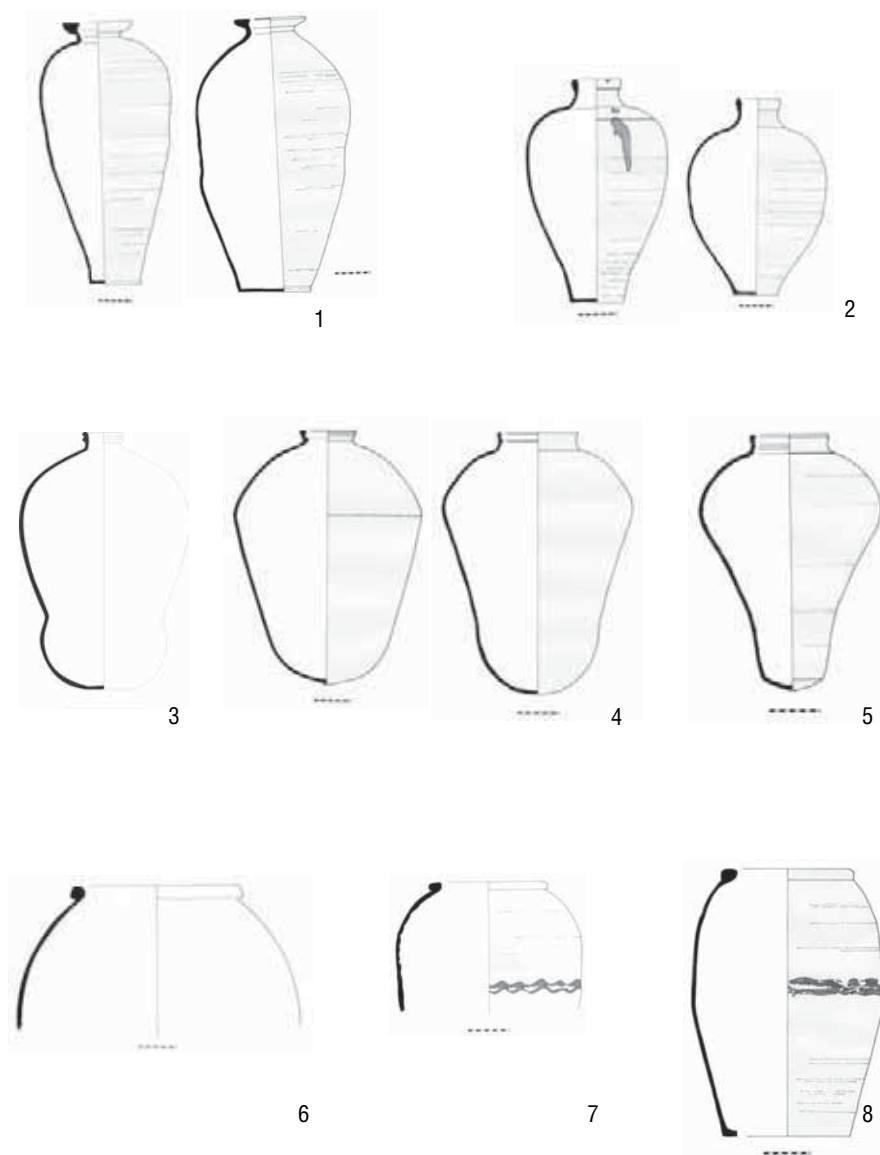


Figura 7 – Contenedores utilizados para el transporte de productos en Santa María.

El tipo II y su variante aparece repertoriado en diversos puntos del Mediterráneo y, más concretamente, en el área de influencia catalano-aragonesa (Fig. 9). En el Museo de Paterna se hallan depositados dos ejemplares completos. Su producción está documentada en esta ciudad a través de los dos fragmentos de borde recuperados en la excavación de un horno del Testar del Molí (Aguado, 1991; Mesquida, 1996; Amiques y Mes-



Fuera el ámbito territorial valenciano, las numerosas actuaciones realizadas en el área catalana merece nuestra atención. En este sentido, hay que destacar los conjuntos aparecidos en las bóvedas de La Pia Almoina (Barcelona) (Beltrán de Heredia, 1997: 235-253); la Sala Capitular de la Parroquia de Santa María del Pi (Llubiá, 1973: 114; Batllorí y Llubiá, 1949, n.º 54; Riu de Martín, 1992: 375-424; 1995: 427-438; Cabestany y Riera, 1983: 407-411), en las bóvedas del Hospital de Santa Creu (Bassegoda, 1983, Lám. XId), en el yacimiento arqueológico de El Bullidor en Sant Just Desvern (Amigó, 1986: 35). Recientemente, se han publicado los conjuntos aparecidos en la restauración de las bóvedas de la iglesia de San Félix (Sabadell) (Roig Buxó, 1997: 33-45; Roig Delofeu y Roig Buxó, 1997: 549-553; Vila, Padilla y Hernando,



1997: 559-562) y la iglesia de Sant Martí de Mata (Maresme) (Cerdá y Roldós, 1994, 6-15).

En las Islas Baleares aparece muy bien documentado en las actuaciones realizadas en las bóvedas de la Catedral de Mallorca (González Gozalo, 1987, 469-482); y en los hallazgos subacuáticos producidos en el puerto de Sòller (Coll Conesa, 1994, 1069-1080). En Ibiza, aparecen como materiales reutilizados en la cripta de la capilla de El Salvador (Amigues *et alii*, 1991; 1995: 346-360).

Fuera de la Península, en la Toscana italiana, se hallan dos ejemplares procedentes de la Sala del Concilio del Palacio Mediceo de Seravezza y un ejemplar fragmentado en las bóvedas del Claustro de Sant Agostino en Pietrasanta (Francovich y Gelichi, 1986: 297-313).

Tanto la documentación arqueológica como la notarial reflejan un marco cronológico para las piezas de este tipo de finales del siglo XIV y todo el siglo XV. Los ejemplares italianos, por ejemplo, se fechan a lo largo de todo el siglo

XVI, fecha de su reutilización como elementos constructivos de las bóvedas en las que aparecen.

Como ya han apuntado otros autores, este tipo debe relacionarse con las denominadas «*gerres olieres*» de la documentación notarial. Estas piezas, según las mismas fuentes, irían también «*enxarpellates*» hecho que de nuevo se ha podido constatar arqueológicamente en uno de los ejemplares. Como detalle, hay que señalar que los recipientes alicantinos y valencianos suelen portar en el hombro marcas pintadas tanto en óxido de hierro como en manganeso similares a las estudiadas para el conjunto cerámico de la Catedral de Mallorca o las recogidas en el trabajo de F. Amigues (1991) procedentes de las tinajas depositadas en el Museo de Cerámica de Manises o en documentación notarial valenciana. Excepcionalmente, estas marcas pintadas se asocian a motivos incisos, no teniendo constancia, por el contrario, de la existencia de marcas impresas en los mismos. No obstante, algunos de los ejemplares barceloneses y toscanos sí presentan en su hombro sellos de ceramista.

Tipo III

El tercer tipo documentado responde a un contenedor de base plana y estrecha, cuerpo piriforme con una línea incisa que marca el hombro, cuello cilíndrico corto moldurado, borde ligeramente engrosado recto y labio convexo, con una capacidad aproximada de 60 litros. Las piezas de este tipo presentan una altura de 58 cm, con un diámetro de borde de 12 cm, una anchura máxima de 37 cm y un diámetro de base de 14 cm. Las piezas están realizadas a torno en tres partes separadas, de forma similar al Tipo II, presentando una pasta bizcochada bien decantada y de color anaranjado. Todo ellos muestran al exterior goterones de vedrío verde (Fig. 7, 2; Fig. 10).

Los recipientes documentados⁵ presentan marcas impresas de alfar en el hombro. Suele ser una marca de alfarero –un vaso cerámico con asa y pitorro inserto en un círculo de ondas, este caso descubierto en el año 1993 o una estampilla con una R mayúscula a la inversa en ejemplares documentados en el año 98– con una estampilla colocada en la pre-cocción que indica el origen o la familia del alfar que la ha realizado.

Aunque no se han hallado sellos idénticos, un motivo similar puede verse en dos ejemplares italianos (Francovich y Gelichi, 1986: 297-313), si bien sobre un soporte cerámico correspondiente a nuestro tipo II, y entre los sellos de ceramista encontrados en las bóvedas de la Catedral de Barcelona (Bassegoda, 1983). Las ordenanzas municipales de la ciudad de Barcelona emitidas durante el primer cuarto del siglo XIV recuerdan a los alfareros la obligación de colocar en una zona visible de la pieza el sello de identificación de su producción. Uno de estos envases porta además una marca realizada a la almagra localizada igualmente a la altura del hombro.

Al igual que los anteriores, se establecieron en su día una variante a la que denominaron IIIa y que nosotros respetamos, con el rasgo formal distintivo en su menor altura –53 cm– careciendo, además, de sello de alfar. Por lo demás, es una tinaja de base plana y estrecha, cuerpo piriforme con una línea incisa que marca el hombro, cuello cilíndrico



Figura 10 – Tinaja Tipo III. Foto: MARQ.

corto moldurado, borde ligeramente exvasado o recto y labio convexo, con una capacidad aproximada de 60 litros (Fig. 2, 6). A diferencia del tipo principal, esta variante presenta unas medidas más reducidas, con una altura de 53 cm, un diámetro máximo de 37 cm, una base de 14 cm y un diámetro de borde de 12 cm (Borrego y Saranova, 1994: 181-198).

Los paralelos del tipo III también se documentan (Fig. 11), fundamentalmente en el área catalana-valenciana, como en los ejemplares descubiertos en los conventos de la Trinidad y de Santo Domingo en la ciudad de Valencia (Amigues *et alii*, 1995). En éste último, aparece asociado con los típicos cántaros paterneros con decoración pintada en manganeso. Aunque su origen comienza a aclararse al localizarse en los testares alfareños de Paterna (Amigues y Mesquida, 1987: Fig. 33, 44-45) lo que podría significar la localización de la producción, hasta ahora más cerca del área catalana (Borrego y Saranova, 1993; 1994).

Precisamente en dicha zona se localizan el mayor número de ejemplares. A destacar los conjuntos aparecidos en las bóvedas de La Pía Almoina (Barcelona) (Beltrán de Heredia, 1997: 238 y 247, n.º 1); los once ejemplares del Monasterio de Pedralbes (Bassegoda, 1983); la Sala Capitular de la Parroquia de Santa María del Pi, considerada por algunos autores como «alfabía» (Bolós y Mallart, 1986, n.º inventario 1982-7-42, Fig. 2, 14) en las bóvedas del Hospital de Santa Creu (Bassegoda, 1983), y en las excavaciones realizadas en el Castell de Llinars (Monreal y Barrachina, 1983: 195). Recientemente, se han publicado los conjuntos aparecidos en la restauración de las bóvedas de la iglesia de San Félix (Sabadell) donde se marcó como tipo IV (Roig Buxó, 1997: 37, Lám 3, Foto 9; Roig Delofeu y Roig Buxó, 1997: 549-553; Vila, Padilla y Hernando, 1997, 559-562).

En las Islas Baleares aparece muy bien documentado en las actuaciones realizadas en las bóvedas de la Catedral de Mallorca (González Gozalo, 1987: 481-482); y en los hallazgos subacuáticos producidos en el puerto de Sòller (Coll, 1994: 1069-1080). En

Ibiza, aparecen como materiales reutilizados en la cripta de la capilla de El Salvador (Amigues *et alii*, 1991; 1995: 346-360). Fuera de la Península, en la Toscana italiana, se hallan dos ejemplares procedentes de la Sala del Concilio del Palacio Mediceo de Seravezza y un ejemplar fragmentado en las bóvedas del Claustro de Sant Agostino en Pietrasanta (Francovich y Gelichi, 1986: 297-313).

La producción está bien documentada en talleres catalanes siendo su área de dispersión coincidente con la del Tipo II, aunque de momento, más restringida. El marco cronológico de las piezas se sitúa entre los principios del siglo XIV y todo el siglo XV.

Tipo VII

A partir de aquí, y con la presentación de esta forma, la tipología se construye completamente con los ejemplares documentados en la actuación de 1998. El primero de ellos es un tipo muy peculiar que responde a un contenedor de mediano tamaño, de base completamente convexa, cuerpo con forma piriforme con un acusado estrangulamiento en su tramo inferior, lo que le da un aspecto externo de «tipo calabaza»; ausencia de cuello y borde recto simple⁶. Presenta una pasta cerámica de tonalidad anaranjada con intrusiones minerales de pequeño tamaño y alta densidad. La pieza se muestra al exterior alisada con una ligera tonalidad blanquecina, encontrándose al interior un vidriado de tonalidad melada. El tipo muestra unas medidas de 60 cm de altura, un diámetro de borde de 16 cm, con un diámetro máximo de 38,5 cm, y una anchura en su base convexa de alrededor de 26,5 cm (Fig. 7, 3).

No presenta decoración, aunque sí un motivo o marca de notario en óxido de hierro situada en el hombro de la pieza. Además presenta una línea incisa a la altura del estrangulamiento, aunque parcialmente e irreconocible por su mal estado.

Algunas de las piezas localizadas se nos



Figura 11: Dispersión del tipo III por el Mediterráneo.

muestran muy deformadas con roturas apreciables en el hombro. Parece estar fabricada a torno al menos en dos partes, con una pasta bizcochada de tonalidad amarillento verdosa con intrusiones minerales de mediano tamaño y baja densidad. Por el exterior presenta un tratamiento alisado, mientras que al interior la pieza muestra una cubierta vítrea de tonalidad verdosa.

Esta variante se localiza en la última fase de rellenos de la bóveda, con lo que su disposición es la más tardía de todas. No disponemos de paralelos concretos sobre este tipo, aunque recuerda mucho al modelo de contenedores que se vienen apareciendo en pecios descubiertos en nuestras costas como el de les Sorres X (Raurich, 1992; 1996: 49-56), aunque muestra diferencias formales evidentes. Su destino como pieza de transporte marítimo se podría confirmar al tener una enorme similitud con las denominadas «botijas peruleras» que aparecen en numerosos hallazgos subacuáticos descubiertos en todo el frente costero peninsular, identificándose como el contenedor básico para el transporte marítimo de vino, vinagre, alcaparras y/o aceitunas y para el uso cotidiano dentro del mismo barco desde finales del siglo XV hasta el siglo XVIII (Escribano y Mederos, 1999: 199, Fig. I, 59 p).

Y no es de extrañar, ya que esta pieza permite una gran maniobrabilidad y capacidad, y las convierte en vehículos ideales para el transporte, sobre todo para el comercio transoceánico. Eso sí, su forma convexa parece obligarla a ser transportada en bancos especiales donde encajar las piezas para evitar su volcado o bien apiladas unas junto a otras con esteras de esparto para acolchar los posibles impactos durante el viaje. Estas condiciones la convirtieron en una de las piezas más utilizadas en el comercio con América, como lo demuestran el alto número de piezas similares que han aparecido en barcos españoles hundidos en el Atlántico (Hurst, 1977).

El origen de este tipo de piezas es discutido. Desde luego, los talleres de Paterna hacen conte-

nedores muy similares, en concreto el siguiente en ser analizado, el tipo VIII, está muy presente en la producción alfarera valenciana de la segunda mitad del siglo XV. De todas formas, y dada la presencia de este tipo de contenedores tanto en pecios mediterráneos como atlánticos se nos hace difícil pensar que no existan otros talleres que fabriquen este tipo de piezas o similares. La zona andaluza es un punto muy interesante y hasta ahora poco explorado en cuanto a las producciones alfareras de finales del Medievo. En las series formales de la cerámica de los talleres sevillanos, en concreto las procedentes de las fábricas del Claustro de los Monjes y de la Capilla de Santa Catalina de la Cartuja de Sevilla, aparecen piezas muy parecidas aunque con el borde sensiblemente distinto que los autores del trabajo prefieren denominar dolias (Amores, 1995: 308, Fig. 3). Asimismo, las piezas descubiertas en muchos barcos hundidos en el océano atlántico nos confirman que estos contenedores eran utilizados fundamentalmente para el transporte marítimo (Hurst, 1977).

Porque este tipo es uno de los más comunes como contenedores de navío, ya que su tamaño manejable y su base convexa le permite anclarse y quedar fija en los bancos de transporte de las bodegas de los barcos. El que este tipo muestre un vidriado interno le permite ser utilizada para transportar materiales que necesiten contenedores impermeables, caso de líquidos o fluidos.

Si complicado es definir su origen, algo más es establecer su marco cronológico. Evidentemente, los ejemplares de tipos similares encontrados en pecios publicados parecen coincidir en sus dataciones y enmarcarlas en la segunda mitad del siglo XV. Si a esto, le añadimos la cronología general del cierre de la cubierta de la iglesia de Santa María, podemos indicar que, a falta de más datos que lo avalen, el marco cronológico debemos situarlo en el último tercio del siglo XV y la primera mitad del siglo XVI.

Tipo VIII

El octavo tipo documentado, presenta enorme similitud formal con el tipo VII, aunque no son tan similares como para considerarla su variante. Este tipo de contenedor responde a una tinaja de mediano tamaño de base ligeramente convexa, cuerpo con tendencia piriforme con una marcada inflexión en su hombro. Con ausencia de cuello, presenta un borde saliente engrosado moldurado exterior con labio plano simple. Presenta una pasta cerámica de tonalidad anaranjada con desengrasante mineral de mediano tamaño y alta densidad. Al exterior presenta un tratamiento alisado con una ligera tonalidad ocre, producto del uso y desgaste de la pieza, mientras que al interior presenta un tono más blanquecino. Tiene una altura de 68,5 cm, un diámetro de borde de 15 cm, una anchura máxima de 40 cm y un diámetro de base de 26 cm (Fig. 7, 4).

Un elemento curioso que reflejan las piezas documentadas⁷, es que muestran una sencilla línea de incisiones horizontales discontinuas situadas a la altura de la inflexión de la pieza, justo en el punto de unión de las dos mitades antes de su cocción.

En cambio, este tipo sí que presenta una variante, a la que llamaremos VIIIa que, aunque su pasta cerámica es de diferente tonalidad que el tipo VIII, responde a un

modelo formal muy similar, sólo que aquí, la inflexión va seguida de un hacia el inferior de la base, al estilo de las piezas del tipo VII. De momento, se ha considerado variante formal del tipo VIII, dada la similitud de los bordes y no variante del tipo VII cuyo cuerpo y borde es diferente, de ahí que los hayamos diferenciado tipológicamente (Fig. 3, 3).

La variante corresponde con una tinaja de mediano tamaño, de base ligeramente convexa, cuerpo con tendencia piriforme, con alta y acusada inflexión. Ausencia total de cuello, presentando un borde saliente engrosado moldurado, exterior con labio plano⁸. Como marca de taller presenta una incisión horizontal que recorre la línea de inflexión de la pieza. Presenta una pasta cerámica de tonalidad blanquecina con desengrasante mineral de pequeño tamaño y alta densidad. Tiene un tratamiento alisado, tanto al interior como al exterior. Como medidas básicas, presenta una altura de 57 cm, con un diámetro de borde de 15 cm, con una anchura máxima de 49 cm y un diámetro de base de 30 cm. Presenta un motivo pintado al exterior en óxido de hierro situado en el hombro de la pieza lo que podría significar una marca de notaría. Se compone de dos motivos, uno, es una cruz seguido de un trazo vertical.

Presenta un gran número de paralelos documentados en la Comunidad Valenciana (Fig. 12), como los ejemplares descubiertos en la ciudad de Valencia, como por ejemplo los del Convento de Santo Domingo o los conservados en el Museo Municipal de Manises (Díes y González, 1986: 613-663). En el resto de la Península, destacan los conjuntos descubiertos en el área catalana, destacando los descubiertos en la Iglesia de San Félix (Sabadell) (Roig, 1997: 33-45; Roig y Delofeu, 1997: 549-553); Sant Martí de Mata (Maresme) (Cerdá y Roldós, 1994: 6-15); la iglesia del Carmen en la localidad de Manresa (Riera y Cabestany, 1980). Y sobre todo, el Pecio de Les Sorres X, con un impresionante conjunto excavado en el Canal Olímpic de Barcelona (Raurich, 1992, 1996: 49-56).

Fuera de la Península, debemos destacar también la presencia de este tipo, con los

ejemplares hallados en una casa de cronología medieval situada en la Rue Joseph Vernet, en la ciudad francesa de Avignon (Blaison, Bretagne y Carru, 1989: 177-179); los contenedores encontrados en las bóvedas de la Sala del Concilio Mediceo de Seravezza (Toscana, Italia) (Francovich y Gelichi, 1986) y una gran cantidad de ejemplares encontrados en algunos pecios españoles hundidos en el Océano Atlántico (Hurst, 1977: 68-105).

Según la documentación de época, esta pieza correspondería con las llamadas *gerres vinaderas* o *gerres olieres*, según lleve vino o aceite. Son piezas que podían almacenar hasta 6 cántaros, siendo las piezas de menor volumen del grupo de las tinajas. Su origen parece apuntar entre el taller valenciano de Paterna y el área catalana, siendo una pieza muy utilizada en los intercambios comerciales entre Francia y Cataluña.

Estas piezas, según X. Raurich, solían ser material de segunda en los talleres, lo que permitiría conseguir este producto a un coste sensiblemente inferior. Lo cierto es que estas piezas ya se encuentran normalizadas y en el mercado de venta en la segunda mitad siglo XIV, aunque mantienen una larga perduración en los siglos XV y XVI. Su gran capacidad, unidas a su manejable tamaño, las convierte en vehículos ideales para el transporte, sobre todo para el comercio transoceánico. Eso sí, su forma convexa le obliga a ser transportada en bancos especiales donde encajar las piezas para evitar su volcado. Estas condiciones las convirtieron en una de las piezas más utilizadas en el comercio con América, como lo demuestran el alto número de piezas similares que han aparecido en barcos españoles hundidos en el Atlántico (Hurst, 1977). Su origen no está bien definido, aunque algunos autores las relacionan con influencias que se reciben de época islámica, como prueban los continuos contratos de fabricación de piezas similares que reciben los alfareros paternereros y los comerciantes catalanes (Coll, Martí y Pascual, 1988: 34).

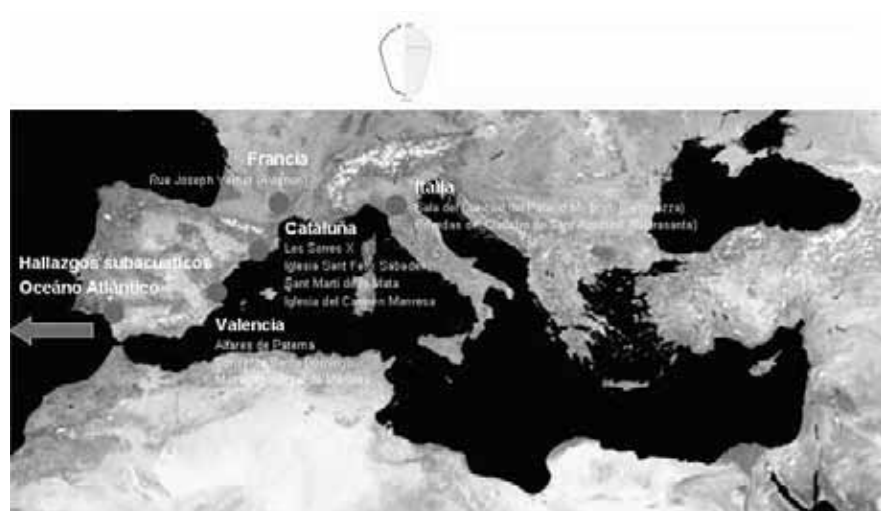


Figura 12 – Dispersión del tipo VIII por el Mediterráneo.

Tipo XI

El tipo siguiente se presenta incompleto y corresponde a un fragmento de tinaja, de posible gran tamaño, cuerpo globular, ausencia de cuello y borde engrosado saliente, exterior con labio plano simple. Presenta una pasta cerámica con textura bizcochada de tonalidad rojiza, seguramente producto de una cocción demasiado larga y un desengrasante de tipo mineral de pequeño tamaño y media densidad⁹. Sólo poseemos su borde completo, siendo de unos 35 cm. La pieza muestra un tratamiento alisado al exterior, con algunos goterones de vidriado de tonalidad verdosa, y al interior, una completa cubierta vítrea de análogo color. No presenta técnica decorativa alguna, solamente podemos indicar la presencia de algunas marcas de identificación –generalmente grafitos y marcas pintadas a la almagra– que se localizan habitualmente en el hombro y cuerpo de la pieza (Fig. 7, 6; Fig. 13).

Al encontrarse vidriada al interior, parece responder a un tipo de tinaja que contenga líquidos o productos permeables que necesiten de contenedores aislantes. Más parece ser pieza de almacén de casa o de cocina para el transporte.

Este tipo de contenedor nos ha ofrecido una amplia gama de paralelos lo que ha enriquecido sensiblemente los datos que podemos indicar de esta pieza. En primer lugar, señalemos sus paralelos, donde algunos fragmentos localizados en los fondos del Servicio de Investigación Arqueológica Municipal de Valencia parecen ser muy similares a nuestro ejemplar aunque dotados de una marca de alfar estampillada en su hombro (Díez y González, 1986: 628, Fig. 8a). Los autores del trabajo indicado la fechan en pleno siglo XV, gracias al sello de Vicent Torrent, alfarero valenciano cuya documentación se ha podido localizar y que consideraba a este tipo de piezas como «*gerres terceres d'estibar escutelles*» con la clara finalidad de servir de contenedor para el transporte de piezas cerámicas, escudillas, concretamente.

Aunque sólo conservamos la mitad del tipo, le podemos atribuir un gran tamaño, lo que unido a la ausencia de cuello, le permite disponer de una apertura de borde mayor, que se muestra ideal para introducir materiales que no necesitan transportarse cerrados, como ocurre con los sellos de mortero en las tinajas que transportan líquidos. Este detalle formal y su presumible gran tamaño que hemos indicado, coincidiría con las capacidades que la documentación notarial dedica a este tipo de piezas, rozando los 1336 litros de capacidad, lo que le permitiría albergar en su interior hasta 6 «*grosses*» de escudillas lo que viene a suponer unas 800 unidades (Osma, 1923, doc. 46). Sin embargo, este enorme volumen de material contenido convertiría a estas piezas, por fuerza, en contenedores completamente imposibles de mover debido a su enorme peso, cuestión que también se tiene en cuenta al denominarlas «*marchs*» y dotarlas habitualmente de una estera de esparto –*enxarpellates*– que permitía su movimiento con poleas y acolchaba los posibles golpes que se produjeran durante el traslado.

Además, y aun siendo una pieza de clara vocación valenciana atendiendo a los datos y publicaciones que hemos podido recoger, hemos localizado algunos ejemplares en otras áreas del Mediterráneo, como en los contenedores que se han descubierto en el puerto de Sòller (Coll, 1994: 1073, Fig. 4, 18) y que parece que albergaban en su interior un conjunto de 14 piezas de loza azul (Enseñat, 1979). Curiosamente, la pieza registrada por J. Coll presenta base, dotada además de un agujero vertedor, lo que la acerca a las piezas de almacenamiento en bodega más que a las de transporte. Bien es cierto que, aun siendo así, estas piezas pudieran tener diferentes usos a lo largo de su dilatada vida útil antes de acabar como rellenos de una cubierta. Pero entraría en conflicto ya que parecen ser fabricadas con una clara finalidad de transporte desde origen. Ciertamente, la cubierta vítrea en su interior invita a pensar que su uso inicial fue el de almacenamiento de líquidos y que, en su determinado momento, se utilizaron para el transporte de mate-



Figura 13 – Tinaja tipo XI. Foto: Autor.

riales sólidos. Quede aquí la reflexión y que el futuro de la investigación y nuevos datos que aporte la arqueología en el futuro nos permita continuar con la investigación.

Lo que es indudable es su origen patenero, confirmado por el sello de Vicent Torrent y por las piezas descubiertas en los talleres pateneros como la denominada MS 911 que no muestra vedrío interno aunque formalmente es idéntica a nuestro ejemplar (Amigues, 1986: 543, Lám 3), que le otorgan además, una continuidad en su fabricación desde la mitad del siglo XIV hasta la mitad del siglo XVI (Mesquida, 1996: 117, Lám. 58).

Tipo XIV

Este tipo corresponde a un contenedor fragmentado, de pequeño tamaño, con base plana, cuerpo elipsoide vertical, ausencia total de cuello y borde saliente, engrosado, apuntado, exterior con el labio plano simple¹⁰. Tiene una altura conservada de 53 cm, con un diámetro de borde de 28 cm, una anchura máxima de 43 cm y un diámetro de base de 53 cm

Está fabricada a torno con una pasta cerámica de textura bizcochada con tonalidad blanquecina y un desengrasante de tipo mineral de mediano tamaño y media densidad. Presenta un acabado interior vidriado total de tonalidad verde monocroma, mientras que al exterior presenta un tratamiento alisado donde, por el borde, le rebosan algunos gotezones de vedrío. Presenta una marca distintiva en grafito sobre el cuerpo de la pieza (Fig. 7, 7).

Llama la atención su pequeño tamaño, en relación con el resto de las piezas del conjunto, lo que nos permite plantear la posibilidad de que no se trate de un contenedor al estilo de lo que se viene denominando como tinaja. Es una pieza con un borde muy abierto, con un diámetro similar o igual que la anchura máxima de la pieza. No presenta pico vertedor en su base, con lo que no creemos que se trate de una pieza de lagar. Tampoco presenta tapa o cierre para ser desplazada, con lo que tampoco creemos que sea una pieza que use en el transporte de enseres. Además, se encuentra vidriada, como el tipo VIIIa, pero mientras aquella presenta una forma típica para ser colocada sobre un banco de transporte –por su base completamente convexa– ésta presenta una forma y un vedrío poco relacionados con lo que hemos visto hasta ahora.

Podríamos inclinarnos a situarla como una pieza de casa, utilizada en la cocina o en las áreas residenciales de la vivienda, para almacenar productos líquidos que necesiten envases impermeables –de ahí su cubierta vítrea al interior– o bien como gran maceta para alojar cualquier otro material decorativo o de adorno.

La investigadora A. Gutiérrez propone que este tipo de piezas sean contenedores, más que de productos perecederos, de materiales como escudillas (1995: 33-39, Fig. 5.1, 2). Podría tratarse de las conocidas en la documentación como «*gerres terceres d'estibar escutellas*». Su gran anchura de boca, le permitiría guardar en su interior bastantes piezas cerámicas de pequeño tamaño para su transporte. En los hornos pateneros fechados en los inicios del siglo XVI, aparecen muchos ejemplares de esta pieza, confirmando su claro origen valenciano.

Otro dato interesante es la cubierta vítrea de la pieza, en verde monocromo con una capa de barniz sobre el mismo. Su tonalidad, muy propia de contextos más antiguos –vedrío turquesa pero sin barnizar en las cerámicas tardoalmohades– es frecuente en piezas de cronología postmedieval, lo que podría elevar su cronología.

Precisamente, otro dato estratigráfico y cronológico interesante es la situación del tipo, en el seno UE 26000, o sea, en lo que arqueológicamente establecimos como III fase de construcción de la iglesia (Azuar *et alii*, 1999). Este dato, aunque afecta poco en cuanto a la fabricación de la pieza, sí que nos aporta datos en cuanto a su cronología y, al menos, es una pieza que parece disponerse en la bóveda en el último momento constructivo del edificio, o sea, anterior a la construcción del Coro, a principios del siglo XVI. En estas fechas coinciden los datos ofrecidos por los ejemplares italianos, perfectamente datados entre los años 1520 a 1560, a pesar de ser piezas reutilizadas, lo que permite retrotraer un poco la datación, llevándola hasta las postrimerías del siglo XV.

Tipo XX

Este tipo responde a una tinaja de base completamente convexa, con el cuerpo piriforme y el borde recto, ligeramente engrosado hacia el exterior y labio convexo simple. Presenta unas medidas generales de 11 cm de diámetro en la base, 34 cm de anchura máxima, 15,5 cm de diámetro de borde y unos 51 cm de altura¹¹. Presenta una pasta de textura bizcochada con una tonalidad anaranjada y un desengrasante de tipo mineral de mediano tamaño y alta densidad. Presenta un tratamiento alisado, tanto al interior como al exterior con una tonalidad blanquecina al exterior y anaranjada al interior (Fig. 7, 5; Fig. 14).

Este tipo de piezas podría definirse, más bien, como una anforeta más que una tinaja, ya que se



Figura 14 – Tinaja tipo XX. Foto: MARQ

trata de recipientes de muy pequeño tamaño –nunca supera el medio metro de altura– y que poseen un espacio interior enormemente reducido. Su peculiar base de forma convexa permite anclarlas a un banco y ser transportadas sin riesgo. De esta forma, estas piezas eran básicas para el almacenamiento de productos y líquidos en los barcos que planteaban largas travesías, por ejemplo, las naves que realizaban viajes transoceánicas a partir de los inicios del siglo XVI (Fig. 15).

LA OBRA ASPRA

Anforeta

Hemos incluido esta forma en este apartado al considerar que su pequeño tamaño la convertía más en una pieza de uso doméstico que en un contenedor o tinaja de transporte o almacenamiento. Es cierto que la anforeta vienen siendo utilizadas en multitud de cometidos. Detectamos,



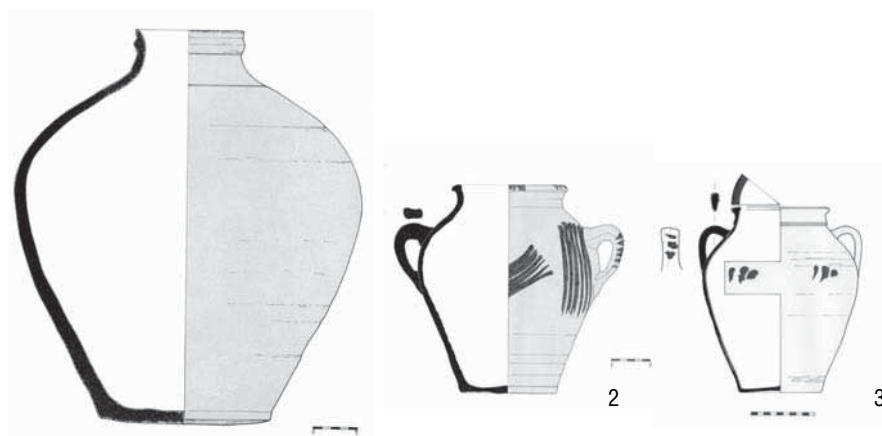
Figura 15 – Presencia de tinajas del tipo XX junto a las del tipo II en las bóvedas de la Basílica de Santa María. Foto: Autor.

desde principios del siglo XVI, su presencia entre las piezas domésticas de la dotación de los barcos de largo trayecto mediterráneo y transoceánico (Marken, 1994). También dentro de las embarcaciones, y dentro de las conocidas popularmente como botijas peruleras, una variante más estilizada y pequeña, las vemos siendo utilizadas como lámparas de iluminación de las cubiertas y estancias de la nave. Además, ya en tierra, en una época más reciente, existen muchos pavimentos de viviendas –sobre todo, en el área andaluza de los que tengamos conocimiento¹², que son elevados a base de anforetas, con la intención de aislar la vivienda de las humedades del terreno.

Entre este tipo de piezas, hemos establecido tres tipos. El primero (Fig. 16, 3; Fig. 18), con número de inventario SM98-25001-22, responde a una anforeta de base con repié anular de umbo convexo, con cuerpo de tendencia piriforme, cuello cilíndrico moldurado, bajo ancho simple, de borde saliente recto angular engrosado de labio convexo simple. Presenta doble asa de cinta vertical en cuerpo. Como medidas principales, presenta un diámetro de base de 6,4 cm, con una circunferencia máxima de 19 cm, y una altura total de 36 cm

Presenta un tratamiento alisado de forma homogénea, así como una pasta de textura bizcochada de tonalidad anaranjada con intrusiones minerales de pequeño tamaño y media densidad. No presenta ningún tipo de marca ni decoración.

Podría tratarse de una pieza de procedencia sevillana. Las tinajas con base convexa documentadas en las bóvedas de la iglesia parecen proceder de aquella zona. Aunque hay que tener en cuenta que en Paterna también se fabrican este tipo de piezas, sobre todo en el área de Ollerías Menors, fechados en época medieval y que fabricaban pequeñas tinajas de transporte con forma similares, aunque no iguales. Además, la pasta, su tonalidad podría confirmar su origen paterno.



Alfaba

Orza

Anforeta

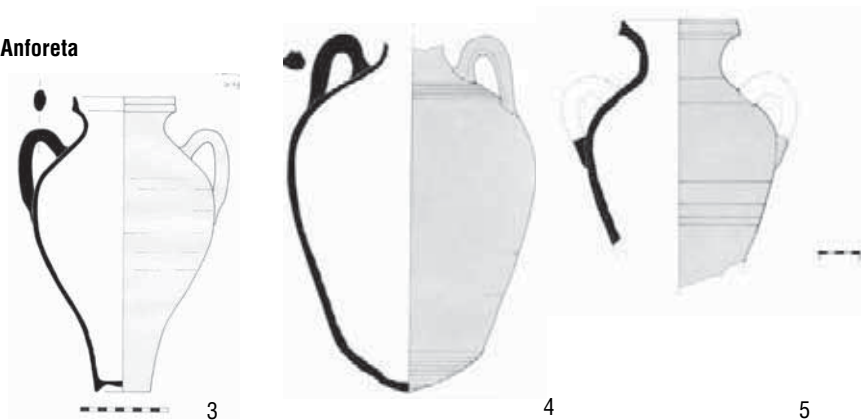


Figura 16 – *Obra Aspra* utilizadas como transporte de productos en Santa María.

El segundo tipo que hemos diferenciado (Fig. 16, 4; Fig. 17), responde a una anforeta, –con número de inventario SM98-24002-4–, de base convexa moldurada, de cuerpo con tendencia piriforme, cuello troncocónico estrecho bajo simple, no conservando el borde y mostrando una más que significativa abolladura, previa a la cocción de la pieza, lo que permite albergar sospechas de que se trate de una pieza defectuosa de alfar, aunque bien es cierto que el defecto no es principal ni impide a la pieza cumplir sus funciones. Presenta doble asa de cinta vertical en cuerpo. La pieza, tiene un diámetro de base de 18 cm, con una anchura máxima de 30 y una altura conservada de 49 cm

Presenta una pasta de textura bizcochada con una tonalidad anaranjada con intrusiones de tipo mineral de mediano tamaño y baja densidad. Muestra en su interior y exterior un tratamiento alisado sin mostrar tratamiento decorativo alguno.

Quizás, de los tres tipos descritos, es el que podríamos considerar más cercano a



Figura 17 – Anforeta tipo II. Foto: MARQ.

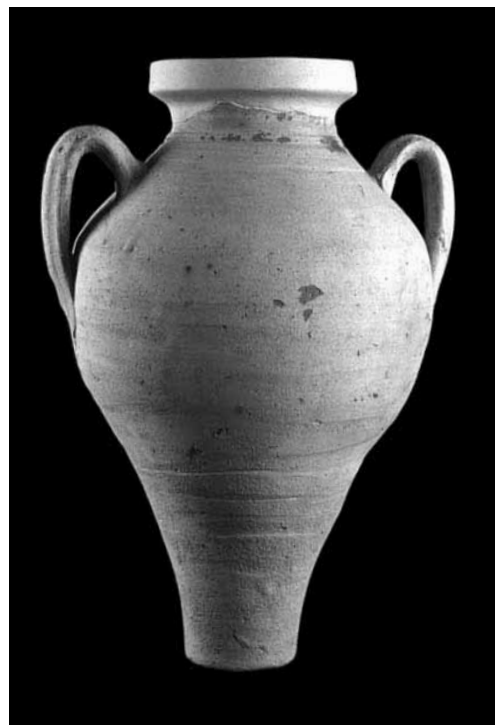


Figura 18 – Anforeta tipo I. Foto: MARQ.

las tinajas de transporte marítimo. Tanto por el acabado convexo de su base¹³, como por su similitud con las tinajas halladas en pecios subacuáticos como Les Sorres X, aunque las nuestras son de una capacidad y tamaño muy inferior a las del barco catalán (Raurich *et alii*, 1996: 70, Figs. 34 a 38).

Sin embargo, su origen habría que situarlo en el área valenciana, entre las producciones más tempranas del Testar del Molí de Paterna en la conocida como forma M4 del registro (Amigues y Mesquida, 1987: 67, Fig. 34, n.º 58; 1995: 336) y posteriormente identificada como el tipo VIII, una forma denominada «pequeña tinaja o alcolla», con una capacidad de 28 litros (Amigues *et alii*, 1995: 352, Fig. 2) y con un marco cronológico que se inicia en la segunda mitad del siglo XIII (Mesquida García, 2002: 208).

Para el área mallorquina, podemos identificarla entre los materiales descubiertos en la pesca de arrastre de los pescadores del puerto de Sòller y depositadas en el Museo Parroquial de Deià, donde, según los protocolos notariales de la primera mitad del siglo XIV, parece ser utilizada como contenedor de vino (López Elum, 1984: 83-

-84; Coll Conesa, 1994: 1072, Fig. 3, 13). También la podemos documentar en la Catedral y el Hospital de Santa Cruz de Barcelona (Bassegoda, 1977, Lám. VIb).

Como ejemplo de su vocación comercial como pequeño contenedor de transporte, señalemos que encontramos paralelos en el ánfora tipo C hallada en la localidad de Serravalle (Italia), (Francovich y Gelichi, 1986, Tav. XII, Fig. 7, n.º 3), e incluso podríamos compararla con una pieza hallada en Dublín, (Irlanda), en contextos arqueológicos del siglo XIV, y estudiada por J. Hurst (1977: 98-101, Fig. 33, n.º 53).

Como último tipo de la serie –Tipo III–, hemos distinguido una forma con un único ejemplar en el repertorio, con número de inventario SM98-20001-25, tratándose de una pieza de fragmentada, de la que no conservamos más que arte de su cuerpo y el borde. Presenta un cuerpo con tendencia piriforme, con un cuello bitrocónico, estrecho y simple, muy poco desarrollado, que acaba con un borde saliente, curvo, moldurado exterior de labio convexo simple. Presenta los arranques de una doble asa de cinta vertical en cuerpo (Fig. 16, 5). Como dimensiones principales, señalemos que tiene un diámetro máximo en el cuerpo de 26 cm, con una apertura de borde de 14 cm, para una altura conservada de 32 cm

La pieza está fabricada a torno, con una pasta de textura bizcochada de tonalidad blanquecina, con unas intrusiones de tipo mineral de mediano tamaño y baja densidad. Tanto al exterior como al interior, presenta un tratamiento alisado, sin mostrar técnica decorativa alguna.

ALFABIA

Al igual que ocurre con la forma anforeta, la alfabia, es una pieza que hemos preferido incluirla entre las cerámicas de uso doméstico, a pesar de que muchos autores, basándose en las similitudes formales y de tamaño, asocian la alfabia con la forma tinaja.

Por ejemplo, para M. Riu, este tipo de piezas es una «gerreta» (1984: 158, Fig. 6), mientras que en otros se denomina «alfabia» a las piezas que se nosotros hemos incluido entre las tinajas como tipo III (Bólós, 1986, Fig. 2, 14), e incluso como «tinaja o tenalla», aunque en este caso, el borde es ligeramente diferente a nuestros ejemplares (Riu, 1984: 172, Fig. 19, n.º 32). Nosotros, preferimos seguir los criterios establecidos para las denominaciones por los últimos trabajos basados en la documentación notarial, en la que se establece que ese tipo de forma corresponde con el nombre de alfabia (Barceló Crespi y Rosselló-Bordoy, 1996: 168, Fig. 25).

Para nuestro conjunto, sólo hemos podido establecer un tipo (Fig. 16, 1; Fig. 19), –con número de inventario SM98-30002-36– que responde a una pieza de base plana, cuerpo con tendencia globular, cuello troncocónico bajo estrecho moldurado y borde recto apuntado engrosado exterior, con el labio convexo simple. Las alfabis son piezas que, dentro del registro formal de la *obra aspra*, presentan grandes dimensiones, con un diámetro de base de 16 cm, una anchura máxima de 31,5 cm y con un diámetro de borde de 10 cm, para una altura total de 40 cm

El tipo presenta una pasta de textura bizcochada y de tonalidad gris, con intrusiones



Figura 19 – Alfabia. Foto: MARQ.

de tipo mineral de mediano tamaño y alta densidad. Tanto al exterior como a interior de la pieza muestra un tratamiento alisado, sin mostrar decoración alguna.

En este caso, hemos de señalar que no encontramos referencias formales en el área valenciana y sí, de manera abundante en la zona catalana, como en el caso de los relleños de la Iglesia de Santa María del Pi, donde podemos documentar una forma de aspecto idéntico al nuestro, aunque de unas dimensiones más reducidas (Riu, 1984: 153, Fig. 9, n.º 14 y 18; 158-161, Fig. 6, n.º inv. 9; e incluso 172, Fig. 19, n.º 32); y en la Iglesia del Pi (Bolós *et alii*, 1986, 683-701, Fig. 1, 2, n.º inv: 1981-4-9).

Pero es en Mallorca donde hemos encontrado referencias formales más próximas, aunque vidriadas al interior (Barceló y Roselló, 168, Fig. 25). En concreto, entre las piezas consideradas como obra *aspra* y *grissa*, halladas en los relleños de la bóveda de la Sala Capitular de la Catedral de Mallorca (González Gozalo, 1987, 470-482, Fig. 2, n.º 58, 38 y 39), con tres tipos diferentes de alfabias y con una cronología centrada en la primera mitad del siglo XV.

ORZA

Otra de las formas características del servicio doméstico medieval son las orzas, pequeños contenedores para almacenar especias, alimentos perecederos y otros productos de uso cotidiano en la cocina. En el repertorio de Santa María, hemos distinguido un único tipo, al que acompaña una variante formal.

La forma principal –registrada con el número de inventario SM98-21001-4– responde a una pieza de base plana, con un cuerpo de tenencia globular, ausencia de cuello, y borde saliente curvo engrosado exterior con el labio convexo (Fig. 16, 2; Fig. 20). Es una pieza de un tamaño intermedio, con una base de 12,5 cm, un diámetro máximo de 25 cm, una apertura de borde de 15 cm, para una altura total de 27 cm

Como otras piezas del repertorio, presenta una pasta de textura bizcochada, con tonalidad blanquecina con intrusiones de tipo mineral de mediano tamaño y media densidad. Presenta un tratamiento alisado en interior y exterior de la pieza, mientras que conserva restos de una decoración pintada monocroma en óxido de manganeso, situada en el centro del cuerpo, donde aparecen un conjunto de trazos finos paralelos verticales y oblicuos que recorren la pieza sin cruzarse. El asa también muestra esa decoración pintada, con finas pinceladas paralelas.

Además de este tipo, el principal de la serie, hemos podido destacar otro, al que hemos denominado tipo II, representado por la pieza con número de inventario SM98-30002-48, tratándose de un ejemplar de base plana, con cuerpo con ligera tendencia piriforme, ausencia de cuello, y borde saliente moldurado curvo exterior con el labio biselado simple. A igual que el tipo anterior, esta forma presenta doble asa de cinta vertical en cuerpo (Fig. 16, 3).

A diferencia del tipo I, esta forma presenta una base más ancha, algo superior a los 13 cm, con un diámetro máximo de 25 cm, una apertura de borde de 15,3 cm, para una altura total de 28,4 cm algo superior al modelo anterior. Está fabricada a torno, con una

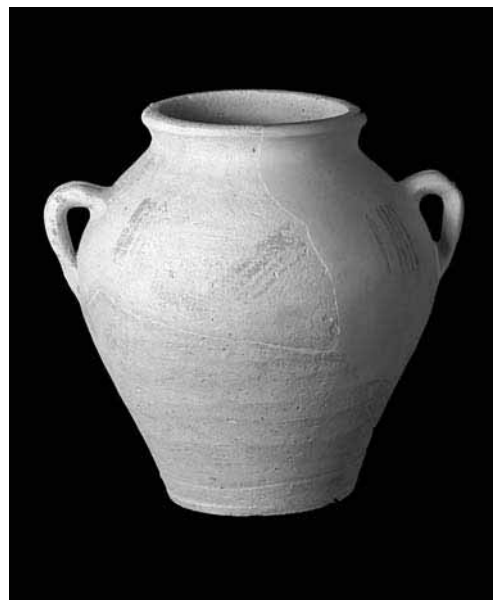


Figura 20 – Orza tipo I. Foto: MARQ.

pasta de textura bizcochada de tonalidad blanquecina e intrusiones de tipo mineral de mediano tamaño y media densidad. Tanto al exterior como al interior, la pieza presenta un tratamiento alisado. Al igual que el tipo I, presenta una decoración pintada monocroma en óxido de manganeso, de una composición más simple que el modelo anterior. Aquí, se pinta la superficie completa de labio con una gruesa banda, mientras que unas gruesas pinceladas se distribuyen en el cuerpo y el asa de la pieza.

A VUELTAS CON LA TIPOLOGIA

La clasificación presentada en el año 1994, como señalan las autoras, estaba sujeta, a una doble provisionalidad (Borrego y Saranova, 1994: 181-198). Por un lado, por disponían del registro material completo al realizarse sólo dos sondeos; y por otro, por la escasez de investigaciones dedicadas a este tipo de contenedores. En cuanto al primer razonamiento, hay que señalar el evidente aumento del número de piezas. De una cantidad no superior a la veintena de piezas, hemos

pasado a las 400 piezas que componen el volumen total documentado. De esas cuatrocientas piezas, 232 corresponden con contenedores o tinajas cuyos tipos y claves estamos presentando en este capítulo¹⁴.

En el siguiente cuadro, hemos buscado los porcentajes de presencia en las bóvedas de los tipos documentados en los párrafos anteriores (Fig. 21). El cuadro de cantidades muestra un alto número de tipos que sólo presentan un ejemplar, por lo que hemos preferido incluirlas en el apartado de tipos únicos, para facilitar la visión del gráfico. Una primera conclusión que se puede extraer del cuadro es el abrumador dominio del II (61%) y en menor medida del tipo VIII (15%), sobre el resto de los tipos documentados, convirtiéndolas en las formas principales y más comunes en este estudio. Esta cuestión nos vendrá muy bien, cuando atendamos a la distribución espacial de los tipos en la cubierta, donde observaremos curiosas coincidencias que ayudarán a establecer el marco cronológico principal para el cierre de la cubierta de la iglesia.

Hemos expuesto en las descripciones físicas de las piezas todos sus rasgos formales, donde podemos observar una serie de apreciaciones interesantes. La tipología, por número es grande, y además, es rica en cuanto a las diferentes piezas que podemos encontrar, lo que ha dado pie a confirmar una serie de cambios formales interesantes que afectan a la funcionalidad. El primero sería el uso de una base plana, ideal para contenedores de gran tamaño que necesitan estar bien asentados y fijos, a la base convexa, muy útil para piezas pequeñas que permiten su traslado rápido, aunque el apilamiento para el transporte, como se demostró en el pecio de Les Sorres X, es harto complicado (Raurich, 1996: 49-56).

En segundo lugar, la disposición de un borde más abierto o cerrado facilita el transporte de diferentes productos. En el caso de las piezas con aperturas más pequeñas, como el tipo II, es ideal para el transporte de líquidos que pueden ser

sellados con tapones de yeso. Cuando la apertura es mayor, como en el caso del tipo XI, servirían para el transporte de piezas y objetos sólidos de mayor tamaño. En este caso, los líquidos lo tendrían difícil, ya que el sellado de las bocas no es posible.

Otro dato curioso en los contenedores de estos tipos es la ausencia total de asas de agarre en todos ellos. Evidentemente las esteras de esparto que hemos podido localizar alrededor de muchos de ellos, no sólo las acolchaba de posibles impactos en su movimiento, sino también permitía fijar las poleas al esparto para ser desplazadas con mayor facilidad. Sólo así se entiende su traslado desde el suelo de la iglesia hasta la cubierta a las de 40 metros de altura en vertical. Otro detalle que establece diferencias formales es el desarrollo del cuello, sobre todo el troncocónico invertido, elemento muy presente en los prototipos formales andalusíes, y recogidos después por las tinajas de tradición mudéjar que se fabrican en el siglo XIV. La presencia del cuello podría estar unida a la construcción de piezas que estarían destinadas a la contención de líquidos, por lo que necesitan estrechar la entrada, para ampliar el interior consiguiendo capacidad y que la pieza no pierda proporciones. Los tipos de Santa maría que presentan cuellos, suelen coincidir con piezas de *çeller* o almacenamiento como los tipos I, IV, VI o XVI, por nombrar algunos. En cambio, conforme pasa el tiempo, se va optando por una forma que reduce el cuello a la mínima expresión –caso de los tipos II, VII y VIII– o lo elimina definitivamente –como los tipos XI, XIV y XXII–, volcando donde predomina el cuerpo con la idea de para obtener mayor capacidad en el menor espacio físico posible.

Todas estas cuestiones son interesantes, ya que nos permiten comprender desde los cambios en la fabricación de las piezas hasta los matices cronológicos y funcionales que nos permiten establecer porqué una pieza pertenece a una cronología concreta o una

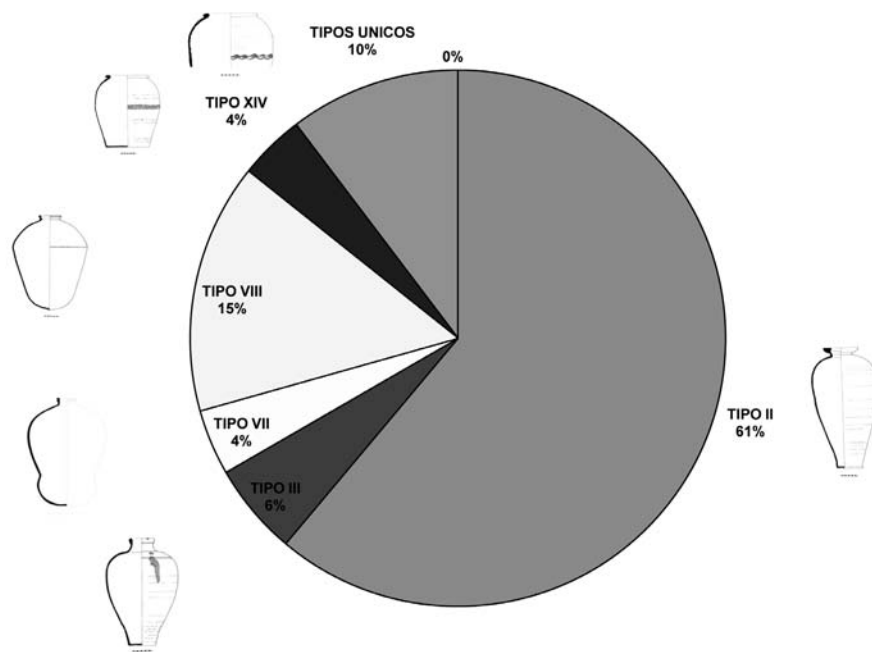


Figura 21 – Gráfico de distribución de los contenedores para transporte en la cubierta de Santa María.

función primaria determinada. Además, estos matices afectan no sólo a la forma, sino al tamaño, proporción, capacidad y al nombre por las que son conocidas e identificadas.

EL COMPLICADO TEMA DE LAS DENOMINACIONES

La cuestión de los nombres no es sencilla, y merecería un espacio más amplio del que no disponemos en este trabajo, pero apuntaremos algunas claves. En los últimos años, se han hecho muchos progresos en este terreno, sobre todo en el campo de la documentación y los esfuerzos realizados han ido en la idea de conseguir en el futuro unas denominaciones generales que nos permitan a todos los investigadores, asociar un nombre con una forma concreta. Como decimos, la cuestión no es nada sencilla, ya que a la enorme cantidad de documentación notarial existente, hay que unir las diferentes denominaciones geográficas que una misma pieza puede recibir.

En el caso de las piezas de Santa María, y si recordamos lo expuesto en la presentación de tipos, hay piezas que proceden de casi todas las zonas geográficas de la Península, lo que nos ha obligado a revisar las denominaciones tanto del área castellana como de la aragonesa que, ha podido ser más sencillo gracias a la enorme labor de síntesis que se esta llevando a cabo por parte de diferentes equipos de trabajo en ambas zonas geográficas¹⁵.

Gerres, gerres olieres, gerres vinaderes, jarreta, ancolla, tenalla, tinajilla, tinajuela o botija, son términos que han servido en Castilla y en Aragón, para denominar una realidad física de difícil identificación concreta. Poco a poco sabemos más sobre este tema, aunque está sin concluir, de ahí que entre el enorme número de términos, aceptemos utilizar una denominación concreta que atenderá a las capacidades de las piezas, datos que se reflejan continuamente en la documentación notarial (Amigues, Cruselles, González y Lerma, 1995: 346-362).

Por ese sistema, los autores establecieron que existían tres tipos de piezas: una primera, que respondería con el nombre de *jarretas* y una capacidad no superior a los 60 litros que corresponden con 6 cántaros de medida. En segundo lugar, un tipo de piezas denominadas *gerres*, que pueden presentar tres tamaños, que van desde las que pueden contener 102, 307 y 410 litros respectivamente a las que se unirían las denominadas

gerres vinaderes grosses, contenedores de enorme tamaño que podían albergar hasta 2772 litros que corresponderían a unos 270 cántaros de medida (Amigues, Cruselles, González y Lerma, 1995: 354).

Trasladando estos datos a la realidad de la iglesia de Santa María hemos repartido las denominaciones conforme a las capacidades aproximadas que han mostrado nuestros tipos¹⁶, señalando que hemos podido trabajar con aquellos que presentaban la forma al completo, guiándonos en los otros casos, por las referencias formales que hemos podido localizar de las piezas:

De esta forma, habría que destacar el tipo XIV como el que mayor capacidad y que obtienen así su denominación de *gerres vinaderes* presentando, desde los 100 litros hasta los 400, dejando aparte los tipos VI y XIX que podemos incluirlos, aunque con reservas, eso sí, bajo el término de *gerra vinadera grossa*. En un segundo grupo, tendríamos los tipos II y VIII, que presentarían unas capacidades no inferiores a los 60 litros y nunca superiores al centenar de litros y que recibirían el término de *gerres*, dejando a un lado su apelativo de *vinaderes* y *olieres*, que hacen referencia al producto que contienen de forma habitual.

En tercer lugar, colocaríamos aquellas piezas que no alcanzan los 60 litros mínimos de capacidad, como los tipos III, VII, XX, y que responderían al nombre de *jarretas* o *gerretas*, denominación demasiado genérica que los estudios se han encargado de cambiar y arreglar, con el objetivo de buscarles un destino más específico. Es el caso del tipo III, que para muchos investigadores respondería mejor al término *alfabia* (Barceló y Roselló, 1996: 168, Fig. 25). Pero hay más. Los tipos VII y XX, por ejemplo, considerados por muchos como *anforetas*¹⁷, siendo el antecedente formal de la *botija perulera* documentada en el siglo XVIII (Escribano y Mederos, 1999: 177-201); o el tipo XXII, que en algunas tipologías cerámicas también podría ser considerado como una *orza* más que el de jarreta que le hemos asignado.

Contenedor	Capacidad (litros)	Denominación
TIPO II	65	Gerra
TIPO III	30	Jarreta
TIPO VII	45	Jarreta o Anforeta
TIPO VIII	65	Gerra
TIPO XI	0	Gerres d'estibar
TIPO XIV	100	Gerra
TIPO XX	25	Jarreta o Anforeta

Por último, indiquemos algo sobre aquellas que no poseemos su capacidad al no contar con el tipo al completo, caso del tipo XI, que, por sus rasgos formales podría pertenecer a la categoría de *gerres d'estibar scutelles*, que, como dice su propio nombre, se destinan fundamentalmente al transporte de cerámica.

LA FUNCION DE TRANSPORTE Y COMERCIO

De esta forma, una vez establecidas las denominaciones de las piezas, podemos analizar brevemente su funcionalidad, cuestión de la que ya hemos ido apuntando detalles al describir su número, su forma y su capacidad. Una de estas pruebas es la existencia de restos de esparto que recubren la mayor parte de las piezas descubiertas, con la finalidad de proteger las piezas para los traslados: son las llamadas por las fuentes «*gerres enxarpellates*». Estas protecciones actuaban a modo de entibado con paja y otros materiales acolchados que también se utilizaban para el transporte de otros materiales frágiles. El esparto tenía la ventaja de ser una protección permanente al ir adherida a las piezas y no sólo como protección temporal (Pleguezuelo y Sánchez, 1993: 1094).

Sin desmarcarse de lo comentado hasta ahora, a la hora de describir los tipos cerámicos, ya añadimos a la idea inicial de que la presencia de restos de esparto mezclado con el mortero del edificio e incrustado en las piezas era una marca de uso. Es cierto que muchas piezas, para su mejor uso y mayor movilidad, son recubiertas con esteras de esparto. Pero desde luego no se las coloca mortero. Nosotros preferimos inclinarlos por la idea de que, para ser elevadas hasta la cubierta, fueron colocadas en esteras donde se enganchaba la polea que permitía ascender las piezas. Esas mismas esteras, debido al peso de las piezas, acaban bajo la pieza una vez había sido colocada en su sitio correcto y desenganchada de

la polea, por lo que ya no se podía volver a sacar. De esta forma, la estera se quedaba en muchos casos bajo la pieza en cuestión. Después venía la disposición de las capas de mortero con el consiguiente mezclado del esparto y el mortero con la pieza.

Las marcas de uso se observan también en los restos localizados en su interior. En el año 1993 ya se indicaba que, por ejemplo, las piezas del tipo I presentan capas de pez en el fondo de las piezas, sustancia destinada a la conservación del vino en recipientes de cerámica. Un análisis pormenorizado de los contenedores aparecidos en la actuación del 98 nos demostró dos cosas. Una, la existencia de sustancias adheridas a la base interna de muchos de ellos. Desgraciadamente, podemos conocer su composición pero ningún lector de muestras sólidas nos dirá si es vino, aceite. Sabremos las proporciones y porcentajes de cada elemento químico y podremos plantear en hipótesis, de qué contenido se trata. En este sentido, el hallazgo de semillas de vid en el interior de algunas piezas puede sugerir el almacenamiento de uva pasa o de alguna sustancia destinada a fabricar el precioso licor.

En segundo lugar, en gran número de ellas encontramos las paredes de las piezas muy deterioradas, fruto de su uso continuo. Desde luego, el grosor de las paredes es irregular y no coincide con el de una pieza bien acabada. Tampoco podemos admitir que se trate de piezas mal fabricadas ya que no presentan deterioros de cocción, sino desgaste. Estas dos razones, apoyan la tesis de que estamos ante un conjunto que, en su mayoría, corresponden con piezas que se fabricaron para sus funciones genéricas y que, en el otoño de su vida útil, son compradas por el maestro de obras y acaban de relleno de las bóvedas de la iglesia.

PRODUCCION Y DISTRIBUCIÓN

Conocidos sus rasgos, su tipología, sus capacidades, sus posibles denominaciones, sus funciones genéricas y su manera de acabar en las bóvedas de la iglesia. Destaquemos ahora los aspectos de producción y distribución comercial de estas piezas. Donde se originan y cómo acaban llenando los puertos, alhóndigas y casas del Reino son preguntas también interesantes que nos aportarán datos sobre las vías de distribución y económicas que existen en esta época del medievo.

El mapa de distribución de la producción de las piezas, a la vista de los datos que tenemos en la actualidad, permite aumentar considerablemente la visión que se tenía después de los trabajos del año 1993 (Borrego y Saranova, 1994: 181-198). En el análisis de la dispersión de los tipos, las autoras coinciden en señalar que existen dos grandes grupos cerámicos que responden a tradiciones alfareras diferentes. En el primero, entraría el tipo II, bien repertoriado en los territorios de la antigua Corona de Aragón. Ahora bien, y a falta de estudios en la zona murciana y andaluza, no parece que se encuentre más al Sur de la provincia de Alicante. El centro alfarero de este gran territorio serían, sin duda alguna y a falta de que aparezcan otros más cercanos, los talleres de Paterna (Valencia).

Bien es cierto que los trabajos se han centrado en mostrar las producciones de los

siglos XIII y XIV, vinculado el origen de los talleres a una producción de época islámica que sirve de germen a la eclosión alfarera posterior. Paterna cubría espléndidamente la fabricación de piezas de esos contextos cronológicos que finalizaban, como mucho a finales del siglo XV. Sin embargo, poco o nada se sabía de lo que ocurría en los años siguientes. Pero el panorama ha cambiado hace relativamente poco tiempo, al saltar a debate público el descubrimiento de un barrio alfarero nuevo en la localidad que muestra unas cronologías claramente tardogóticas y que convierte al taller valenciano en referencia de la producción cerámica también en los siglos XVI y XVII (Mesquida, 1996).

Evidentemente, Paterna es el centro alfarero por excelencia y el que más tipos aporta a la tipología de Santa María, por proximidad y por calidad de las piezas; pero el trabajo del barro está también diseminado por todo el Reino y es cierto que muchos de los tipos que hemos mostrado en este trabajo no poseemos datos sobre su origen. Como se ha puesto de manifiesto en un algún trabajo que ha abordado esta cuestión, es un tema mal conocido, con la rara excepción de los talleres paterneros (Hinojosa, 1996: 74). Arqueológicamente no tenemos constancia de alfarerías de época bajomedieval en nuestro territorio, teniendo nuestras referencias más cercanas en la ciudad de Murcia (Muñoz López, 1996: 455-481). En cambio, por la documentación parece que existen talleres alfareros que producen cántaros, ollas y jarras, en localidades con una enorme base laboral mudéjar, como en Aspe y Elda. También en Elche sabemos que se dispuso un horno para hacer librillos y cántaros en 1462, con el apoyo del Consell de la villa (Hinojosa, 1996: 74).

También sabemos que debía haber talleres en Mislata, Cárcer y, por supuesto, Manises. Excepto esta última localidad, y junto a Paterna que conocemos bastante bien gracias a las excavaciones arqueológicas de estos últimos 20 años (Amigues y Mesquida, 1985; 1987; Mesquida, 1996; 2001), desconocemos el alcance del resto de los centros nombrados, lo que nos da una idea del escaso nivel de conocimiento del que disponemos de las producciones medievales valencianas que no tengan su origen en Paterna y Manises. Y esta cuestión es importante para el estudio del conjunto de Santa María, que si por algo se caracteriza es por la diversidad de formas y no todas procedentes de Paterna. Ya lo hemos señalado en el texto dedicado a describir cada uno de los tipos, donde hay un gran número de contenedores con un registro formal poco común –caso, por ejemplo del tipo XIII– y que deben pertenecer a talleres de procedencia muy cercana, aunque insistimos, desconocemos sus procedencias¹⁸.

Como novedad, debemos incluir nuevas áreas. En primer lugar, documentamos piezas procedentes del área catalana-aragonesa, posiblemente de los talleres de la ciudad de Barcelona y que conviven con las producciones claramente valencianas. El problema fundamental se encuentra en que no se han encontrado restos de los centros de producción alfarera catalana en la Baja Edad Media. Esta cuestión, ha provocado que se haya adscrito a la ciudad de Barcelona, de forma indiscriminada y automática, el origen de ciertas piezas; quizás el único centro claramente documentado hasta el momento (Vila, Padilla, Hernando, 1996: 559; Coll *et alii*¹⁹, 1998).

En segundo lugar, la presencia de piezas de datación muy tardía, utilizadas mayoritariamente como envases de transporte transoceánico en viajes posteriores al descubri-

miento de América y que aparecen tanto en talleres valencianos como en talleres del área sevillana, lo que permitiría incluir una nueva área de producción al estudio. Y no sería nada descartable al convertirse el corredor Sevilla-Alicante en una vía muy transitada por comerciantes y transportistas que, después de recoger los productos llegados de las Indias en el puerto de Sevilla, buscaban el puerto de Alicante para la salida de los productos hacia el Mediterráneo y el resto de Europa. De igual forma, sabemos por el alto número de oficinas comerciales que se establecen en Alicante a finales del siglo XV, que también ocurre al revés y numerosos productos tanto valencianos como europeos utilizan el puerto de alicante para desembarcar sus mercancías en el país y recorrer nuevamente el corredor hasta el puerto de Sevilla donde embarcar en dirección a las colonias americanas.

Una vez establecidas aproximadamente las áreas de producción, habría que hablar de las áreas de distribución que, en estos casos, son de enorme dispersión ya que el auge comercial valenciano, para el caso de las piezas paterneras, es de enorme calibre. Las referencias que hemos podido señalar en los paralelos de los tipos irían desde los territorios catalano-aragoneses incluyendo los paralelos que hemos encontrado en el Norte de la Península Itálica.

La documentación notarial no ha sido muy profusa a la hora de hablar de los contenedores. Los investigadores F. Amigues, E. Cruselles, R. González-Villaescusa y J.V. Lerma recogen algunos ejemplos aislados del transporte de *cocis gerres* por el reino²⁰, aunque se encuentran más referencias a los contenidos que a los soportes. Será en la revisión de la documentación de los propios talleres alfareros donde se encontrará más información, ya que en muchos casos, la fabricación de ciertas piezas va dirigida directamente al tipo de sustancia que van a contener. En este caso, por ejemplo, sabemos que el comercio de vino en los finales del siglo XIV y XV se con-

centraba en Sagunto y Alicante, utilizando tinajas preferentemente como vehículo de transporte. Lo mismo ocurría con el aceite, cuyos destinos parece que se centraban en la costa norteafricana. Pero había otros productos, como la miel, que era transportada en tinajas hasta Mallorca y Almería o la urchilla, llevada a Flandes en cantidades importantes, en este tipo de contenedor (1995: 354).

Otro dato interesante y que nos afecta directamente, era el comercio de contenedores vacíos. Curiosamente, este tipo de comercio parece que se recoge a partir del segundo tercio del siglo XV. Según el trabajo de F. Amigues, E. Cruselles, R. González-Villaescusa y J. V. Lerma, los puertos de destino de estas partidas de tinajas son enormemente variados empezando por Sevilla, Sicilia, Ibiza, Tortosa, Collioure, Mostaganem, en la costa norteafricana, y Mallorca (1995: 354).

Hemos dejado como último destino el puerto balear por la enorme cantidad de contenedores vacíos que solicita en este período. Teniendo en cuenta que en este momento, como señala P. Iradíel, ante el agravamiento de la crisis catalana y la pérdida de impulso del área mallorquina, el área valenciana monopoliza los esfuerzos de distribución comercial de gran cantidad de productos; no sería de extrañar que ciudades como Mallorca solicitaran a Paterna lotes de tinajas para acabar las obras que tuvieran en marcha. La demostración arqueológica la tenemos en los estudios de E. González Gozalo sobre los rellenos de la Catedral de Mallorca y de Ibiza, donde aparecen de formas mayoritaria los contenedores que son fabricados en los talleres de Paterna (1987: 470-482).

Otro dato que refuerza esta teoría la encontramos en las marcas de identificación de las tinajas. Algunas de las marcas documentadas en Mallorca e Ibiza aparecen como sellos notariales valencianos. Las marcas documentadas por F. Amigues, E. Cruselles, R. González-Villaescusa y J. V. Lerma en la amplia documentación notarial

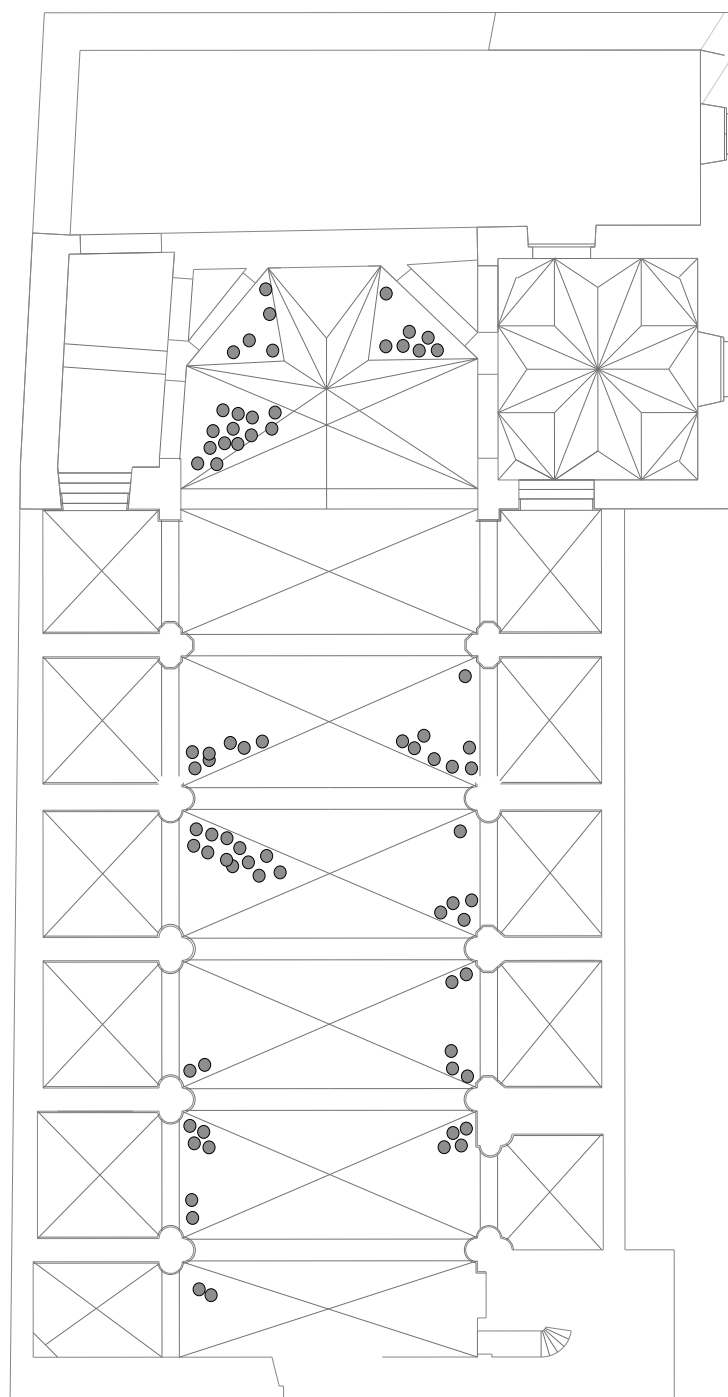
revisada por ellos es idéntica a algunos sellos de las tinajas que se han documentado en las bóvedas de Mallorca e Ibiza (1995: 357).

Por si no hubiera pruebas suficientes, la documentación también nos ofrece algún dato de interés. La construcción de La Seo de Mallorca, nos ha permitido conocer, con extremo detalle, el levantamiento de una capilla y la ampliación de algunos tramos de bóvedas, gracias al estudio de los libros de fábrica (Sastre Moll, 1993: 75-100). En todo el estudio, nos llama la atención el apartado dedicado a los proveedores de piedra, que procedía en su mayoría de las canteras de Santanyi, donde trabajaban los canteros al servicio del maestro de obras Jacme Mates, el cual visitaba a los operarios de forma periódica, para solucionar pleitos por deudas, pagar el alquiler de la casa donde vivían los operarios o encargar nuevas tareas al equipo. En una de esas visitas rutinarias, mandó a los hombres a adquirir «*gerres, tenalles cordades, gerres de cuynar...*», puede que, con la intención de que sirviesen de relleno para el edificio que estaban construyendo (Sastre Moll, 1993: 79).

DISTRIBUCION ESPACIAL

Establecido el marco cronológico, en cuanto a su disposición en la iglesia, conviene acudir a los datos que nos ofrece su distribución espacial en los senos de la iglesia. Para ello, nos ayudará el marco cronológico constructivo que tenemos de la iglesia y que ya presentamos en el año 1999 en el V Congreso de Arqueología Medieval Española (1999: 351-359), y que ahora hemos ampliado en el capítulo dedicado a la actuación arqueológica en las cubiertas. En dicho trabajo, confirmamos la propuesta de fases constructivas propuestas por Marius Beviá, realizadas bajo criterios exclusivamente arquitectónicos y estilísticos. Recordemos aquí que el análisis estructural del edificio habla de una secuencia constructiva de cabecera a pies, basándose en la disposición de los sillares de espera, hecho que la secuencia constructiva de las cubiertas ha refrendado. Por su parte, el análisis estilístico de las columnas, basas, capiteles y nervaduras de los arcos permitía agruparlos en tres conjuntos que a grandes rasgos coincidían en su situación topográfica con la distribución de las marcas de cantero aparecidas en los sillares del paramento exterior de la nave central y en los contrafuertes.

Desde el punto de vista cronológico, los estilos representados en la iglesia marcan un referente encuadrable hacia mediados del siglo XV, momento a partir del que comienzan a generalizarse una nervadura de bóveda en las que los arcos cruceros arrancan desde unos fustes que se prolongan por encima del capitel de las columnas. La simplicidad que se advierte en los tramos de bóveda más cercanos a la entrada –rasgo que en un primer momento se interpretó como arcaico respecto del ábside– ha venido a mostrarse, en cambio, como una tendencia de estilo fechable hacia los momentos finales del gótico valenciano. La excavación arqueológica realizada en las cubiertas tenía que confirmar esa secuencia constructiva de cabecera a pies, congruente con la sucesión de estilos de basas, capiteles y arcos y con la distribución de los conjuntos de marcas de cantero localizados.



TIPO II



Figura 22 – Distribución espacial del tipo II por la cubierta de la iglesia.

Por eso, la distribución espacial de las piezas permite obtener una información complementaria que nos permita asociar tipos formales de contenedores con otros, con el objetivo de establecer, desde horquillas cronológicas más precisas que las que actualmente se manejan, pasando por posibles cambios de comportamiento de los sistemas de construcción durante el cierre de la cubierta.

En aquella primera inmersión en el estudio, nos centramos en algunos tipos que ofrecían pocos ejemplares y que además, eran formalmente piezas que marcaban una cronología concreta. Por ejemplo, en el caso del Tipo III, de una posible ascendencia catalano-aragonesa, mostrábamos que se concentraba exclusivamente en el ábside mientras que en el caso del Tipo XX, pieza de un origen muy relacionado con el comercio transoceánico post-descubrimiento de América, veíamos que los ejemplares documentados se situaban en los senos más próximos a los pies de la iglesia, lo que le podía otorgar una adscripción más tardía.

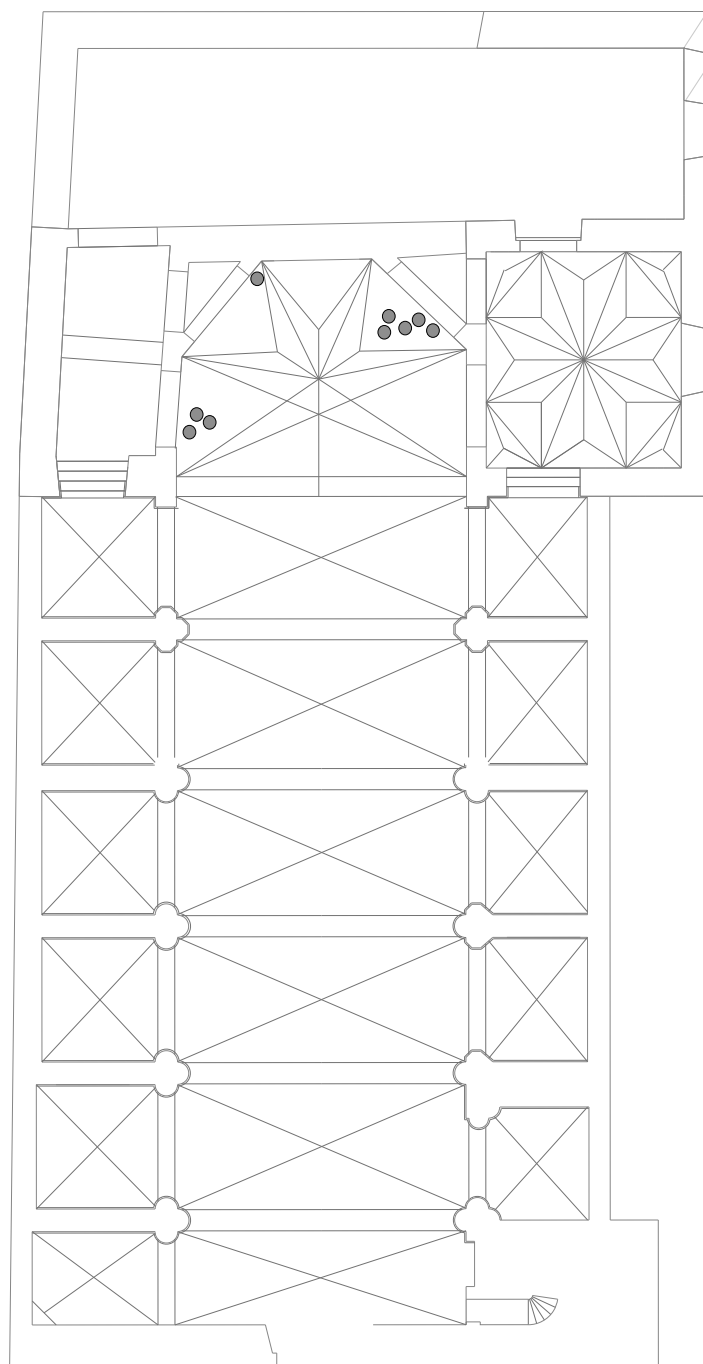
Ahora podemos mostrar, a través de los gráficos siguientes, la distribución de los tipos que ha ofrecido el estudio de las piezas de Santa María al completo. En primer lugar, tenemos que centrarnos en aquellos tipos que nos han ofrecido el mayor número de contenedores como el tipo II (Fig. 22). Si nos fijamos en su plano de distribución, podemos observar que se reparten por todos los senos de la cubierta, desde el ábside hasta los pies. En concreto, en el caso del tipo II, modelo más registrado en nuestros inventarios, es excepcional su presencia en la cabecera, donde es el tipo mayoritario por encima de otros como el III que es prácticamente exclusivo del ábside de la iglesia (Fig. 23).

Con esta distribución lo que pretendemos es establecer un horizonte cronológico general que nos feche el cierre de la cubierta, cosa que nos será ofrecida por las cronologías de aquellos tipos que conviven en las tres fases constructivas

de la iglesia. Los otros dos niveles nos permitirán, en todo caso, matizar ligeramente el marco cronológico propuesto. De esta manera, los tipos arriba señalados en el primer nivel nos ofrecen una homogeneidad y una amplitud cronológica importante ya que aparecen desde los que podemos considerar más arcaicos como los tipos III y la anforeta II, gracias a los paralelos documentados; hasta los que ofrecen una cronología más moderna en virtud de sus rasgos formales –ausencia de cuello, base convexa– y por tratarse de piezas que se desarrollan extraordinariamente en el comercio transoceánico, fruto del Descubrimiento de América. De esta forma, sólo podemos señalar que, a la vista de estos resultados, la cubierta parece tener un relleno homogéneo, que coincide cronológicamente con un período muy amplio de tiempo. Si tuviéramos que guiarnos por las dataciones más modernas, que son las que nos pueden ofrecer una cronología *ante quem* del cierre de la cubierta, serían los tipos II y VIII que nos han dado un marco cronotemporal situado entre el último tercio del siglo XV y las primeras décadas del siglo XVI.

Teniendo esta horquilla cronológica como referencia, nos centramos en analizar la distribución de aquellos tipos que coinciden en dos fases constructivas, pudiendo señalar que en el ábside y el primer tramo de la bóveda no encontramos coincidencia alguna, donde sólo encontramos las piezas del denominado primer nivel y las residuales o exclusivas de la fase²¹. Este hecho nos refuerza aun más la idea de que esta primera fase constructiva fue diseñada de forma unitaria (Azuar *et alii*, 2005: 32-72). En cuanto al resto de las fases constructivas del segundo nivel, señalar que los tipos VII y XIV nos ofrecen dataciones que coinciden plenamente con la general. Todas ellas son piezas con escaso desarrollo del cuello –signos de modernidad– y, como en el caso del tipo VII, con presencia de base convexa lo que le acerca la cronología a las postrimerías del siglo XV.

En último lugar, habría que comentar algunos



TIPO III



Figura 23: Distribución espacial del tipo III por la cubierta de la iglesia.

aspectos sobre los tipos que aparecen de forma exclusiva en los senos de la cubierta. Indiquemos sobre ellos un dato interesante, y es que se concentran de forma mayoritaria en la tercera fase constructiva, aquella que, como hemos podido analizar en el capítulo de la actuación arqueológica, muestra la mayor heterogeneidad de tipos de material cerámico de todo el conjunto. Quizás, este hecho venga causado por la escasez de piezas en esta última fase del cierre, que obliga al maestro de obras a repartir mejor entre los senos las piezas que le quedan y a buscarse otro tipo de material que obtiene de otras procedencias, como el conjunto de *obra aspra* y la aportación de tinajas que debe adquirir en diferentes lugares, aunque no parece conseguirlas en un número suficiente ya que las piezas documentadas sólo aportan un ejemplar a la tipología.

ENCUADRE CRONOTIPOLOGICO

Después de revisar brevemente la distribución comercial, conviene centrarnos, para concluir, en el contexto temporal de las piezas. La cronología de las mismas, por lo especial de su descubrimiento servirá para un doble objetivo. Por un lado, fechar las producciones en sí mismas, y, en segundo lugar, obtener unas fechas que ayuden a determinar el momento del cierre de la cubierta de la iglesia, y por ende, el de la finalización del edificio.

Para ambos objetivos nos basaremos en primer lugar, en las dataciones ofrecidas por los rasgos formales, tipológicos, referencias bibliográficas y documentales localizadas, y ya expresadas, en su mayor parte, en este estudio; y en segundo lugar, en la distribución espacial de las piezas en las cubiertas de la iglesia. En cuanto a su encuadre cronológico, una primera propuesta fue planteada por M. Borrego y R. Saranova acerca de los materiales ofrecidos por los sondeos en las cubiertas de la iglesia (1994: 181-198). Las autoras se apoyaron en los datos de la documentación notarial, así como por el contexto arqueológico, reconociendo dificultades para delimitar el arco cronológico que, con muchas reservas, deciden colocarlo entre las postrimerías del siglo XIV y el tercer tercio del siglo XV.

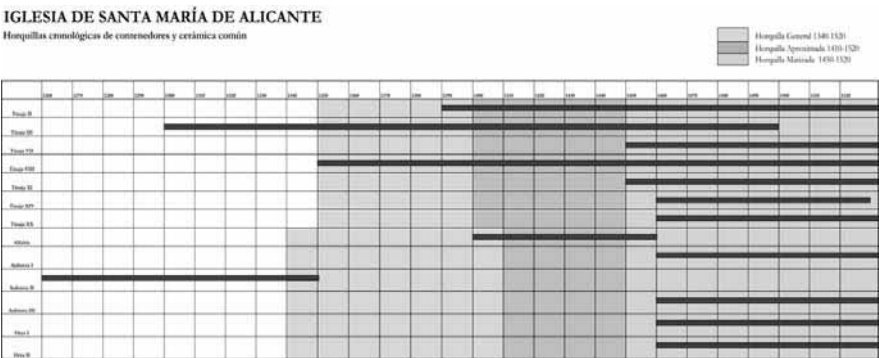


Figura 24 – Maclado cronotipológico de los contenedores y cerámicas comunes dedicados al transporte y aparecidas en la cubierta de la iglesia.

En este sentido, y con el 100% del registro de contenedores estudiado, es interesante observar el cuadro cronológico general que aquí presentamos que atiende a las fechas propuestas en la presentación de los tipos (Fig. 24). Señalemos como hecho más destacado que las diferencias cronológicas entre las piezas son muy escasas mostrando un marco cronológico general entre la mitad y el último tercio del siglo XV. Este hecho no permite, por tanto, utilizar las tinajas como medio de establecer fases constructivas atendiendo exclusivamente a su cronología.

Por ejemplo, el tipos con mayor presencia de piezas, el II, presenta unas cronologías muy amplias, sin opción a poder matizarlas adecuadamente y establecer un marco temporal más cerrado. Su distribución a lo largo de todos los senos de la cubierta nos indica que fueron utilizadas durante todo el proceso de cubrición de las bóvedas, cosa que, a la vista de la presencia de dichos tipos, debió de realizarse en un período muy corto de tiempo. En este sentido, es abrumador el número de contenedores que presentan unas fechas posteriores al segundo tercio del siglo XV. Recogemos los tipos VIII, XI, XIV y XX lo que permitiría adscribir al conjunto unas fechas tardías en cuanto a su colocación en las bóvedas de la iglesia. En este caso de las piezas más modernas, hay que insistir en las que presentan la base convexa, que corresponden con los tipos VII, VIII y XX, que aparecen sistemáticamente en pecios subacuáticos de finales del siglo XV y primera mitad del siglo XVI. Para este tipo de piezas, con dataciones tardías todas ellas, acerca más aún la horquilla a la segunda mitad del siglo XV.

EL TRANSPORTE MARITIMO MEDIEVAL A LA LUZ DE LOS DESCUBRIMIENTOS EN SANTA MARIA

Una vez demostradas con todas las pruebas materiales posibles, las funciones genéricas de

las piezas, podemos entrar a establecer las claves de cómo llegan hasta su destino final: las bóvedas de la iglesia de Santa María. Desechada la idea –la más rápida y sencilla, aunque la más costosa– de que el maestro de obras encarga un lote de piezas concreto a un taller alfarero para rellenar las bóvedas, la manera de conseguir piezas es algo más complicada.

Desde luego, a la vista de las funciones de las piezas –transporte, almacenamiento y casa/cocina– y a la estratégica ubicación de la iglesia en las áreas más próximas a los accesos a la ciudad –la puerta Ferrisa se halla muy cerca– y al puerto medieval –debía ubicarse aproximadamente frente a la actual Plaza del Mar–, no sería nada extraño pensar que el maestro de obras se dirigiese a las cercanías del puerto, donde se apiaban continuamente los productos que entraban y salían de la ciudad, para obtener todos aquellos contenedores que, bien por su uso, o bien por su mal estado, ya no fueran útiles para el transporte. Le imaginamos dirigiéndose al personal encargado de la organización del puerto de la ciudad, y proceder a la compra, bajo un precio de compromiso, siempre inferior al valor de la pieza que ya estaba casi en desuso, de todas aquellas piezas que vayan quedando inservibles para el transporte.

Asimismo, no es descabellado pensar que dirigiera sus pasos a las lonjas y alhóndigas que estarían ubicadas en las áreas periféricas a las puertas de la ciudad, para obtener todos los contenedores de almacenaje que estuvieran defectuosos o sencillamente abandonados, bajo los mismos patrones de compra que hemos visto para las piezas del puerto. Habría que indagar en las fuentes documentales para poder localizar transacciones de este tipo. Las fuentes no han reflejado operaciones de esta índole y los libros de obra de la iglesia, desgraciadamente no se han conservado.

Sí que contamos, en cambio por numerosas referencias al uso y funcionamiento de este tipo de contenedores, no excesivamente populares

entre los diferentes sistemas de carga y transporte en época medieval. Un excelente trabajo de Josep Planas i Borrás sobre los tipos de embalaje en época medieval a la luz del Llibre de Comptes del viaje del comerciante catalán Joan Benet en el año 1343 permite conocer muchos detalles que sería muy similares para las piezas descubiertas en la cubierta de Santa María en Alicante (2001, 945-958).

Según este documento, existían varios tipos de embalajes para el transporte marítimo, donde la cerámica, las denominadas *gerres*, como ya hemos visto en otros apartados de este artículo, se encargaban casi exclusivamente de transportar dos tipos de productos: la conocida como *girofla*, conocido en castellano como el clavo, especie que era enormemente cara y que era transportada en tinajas selladas para no perder ningún flor y poder conservar mejor el aroma de la especie (Planas, 2001, 951).

Aparte de este delicado, exclusivo y caro producto, estas tinajas transportaban líquidos, generalmente aceite. Las tinajas que utiliza Joan Benet para transportar el aceite no superan los 13,25 *quartans*, lo que se corresponde con unos 50-54 litros, lo que permite hacerlas coincidir con nuestros tipos II, VII y VIII fundamentalmente. Curiosamente, las tinajas del tipo II son conocidas en los repertorios valencianos como *gerres olieres*, como ya hemos visto anteriormente.

Otro producto muy relacionado es el vino. En la zona catalana, gracias a los trabajos sobre almacenamiento y transporte medieval de Josep María Vila, José Ignacio Padilla y Josep Hernando de la Universidad de Barcelona (1997, 559-562), sabemos que en Barcelona, el vino no se comercializa en tinajas sino en toneles de madera. Transportarlo en tinajas parece ser un uso valenciano con la existencia de las conocidas como *gerres vinaderes*, caso de nuestras tinajas del tipo I y IV. Este hecho no deja de ser curioso, ya que estas tinajas son grandes recipientes, con más de 350 litros de capacidad, de difícil transporte y que creemos más relacionadas con el almacenaje en *çellers*.

Existen otros productos que también parecen transportarse en tinajas como es la miel, de amplia distribución en la zona catalana, aunque menos conocida su distribución en el área valenciana. Para transportar este producto como otros durante la época medieval, Barcelona establece una serie de ordenanzas que afectan hasta el tamaño de las tinajas y su capacidad. De esta forma, es curioso observar como les *gerres meleres* o tinajas meleras a principios del siglo XIV tenían una capacidad que iban desde 15-16 kilos a los 20-22 kilos de las tinajas mayores, lo que le hace coincidente con las tinajas del tipo III por ejemplo. Podrían haber transportado miel nuestras tinajas de Santa María? Es difícil decirlo a ciencia cierta. Faltan unas analíticas fiables de los restos sólidos de su interior. Pero desde luego el tipo III es plenamente de origen catalán y las capacidades coinciden con las descubiertas en Santa María. Sin certificarlo, puede ser un dato interesante con el que poder trabajar en el futuro.

Otros productos que son transportados en cerámicas con los conocidos por la documentación catalana como los *mirabolans*, conocidos en castellano como *mirabolanos* o *hobos*, que de las dos formas se llaman, es una fruta parecida a la cereza que salvó muchas vidas de los conquistadores ya que en muchas ocasiones sólo fue su sustento por mucho tiempo, de esta fruta se tenía referencia también por Colón que la conoció en Panamá. El nombre científico de esta planta es «*Prunus cerasifera*» y era muy usada por

los habitantes de América tanto como alimento, como bebida, ya que hacían con él un aguardiente, también como planta medicinal y por último como leña. Estas frutas aparecen en la documentación en botes de cerámica y siempre confitadas, ya que podían contener sustancias más o menos líquidas por lo que necesita un recipiente hermético y vidriado a ser posible (Planas, 2001: 953).

Por último, también documentamos el transporte de conservas, aceitunas, sebo o jabón. De la mayor parte no podemos saber si las tinajas de Santa María portaron en algún momento de su existencia dichos productos. Sólo en el caso de las olivas, sí que podemos certificarlo gracias al estudio realizado por los investigadores M^a Luisa Precioso y Diego Rivera del Departamento de Biología Vegetal de la Universidad de Murcia para la publicación de los trabajos realizados en la cubierta de Santa María (Azuar y Bevia (coord.), 2005: 192-197). En dicho trabajo analizan la numerosa presencia de semillas de olivas, que aparecieron en el interior de las tinajas. Estas además, estaban encurtidas, lo que les permitía ser consumidas en cualquier época del año. En los restos de santa María destacan los de la variedad de *Cuquillo* o posiblemente de *Onil*, siendo las variedades más representativas del Levante español (2005: 195).

Por tanto y a modo de conclusión, señalemos que el estudio de este tipo de contenedores no está cerrado. Actualmente está ofreciendo multitud de datos que apoyan las teorías que el equipo de trabajo venía manejando desde los primeros trabajos en la iglesia. Los rasgos formales confirman una gran variedad tipológica de contenedores, con unas capacidades diversas y adaptables a todas las funciones genéricas posibles, desde el transporte, hasta el almacenamiento, pasando por los usos domésticos más variados.

Sus marcas de uso y sus contenidos, aún visibles en el interior de muchos de ellas, nos indican que no fueron fabricados por encargo con el objetivo de acabar en las bóvedas de la iglesia sino que proceden de diversos orígenes. Sus diferentes tipos nos informan de sus centros de producción, de donde proceden y cómo llegaron a Alicante gracias a sus redes de distribución comercial. Sus funciones genéricas también nos informan de cuánto dura su función y el destino que tienen cuando dejan de ser útiles, así de cómo se las ingenian los maestros de obra, para rentabilizar los fondos que tienen que administrar y conseguir una construcción sólida y perfecta.

Finalmente, todos esos datos nos permiten proponer un marco cronológico particular para cada una de las piezas; mientras que su peculiar reparto y distribución por las diferentes bóvedas de la iglesia nos ha terminado de confirmar que los datos que hasta ahora manteníamos sobre las fases constructivas de la iglesia y el posterior cierre de la cubierta, que parece que fue realizado rápidamente, coincidente con el levantamiento de los diferentes tramos de las bóvedas de la iglesia y fue homogéneo en todas sus fases con aportaciones puntuales que ya hemos visto, que nos han ofrecido un más que probable cierre de la cubierta de Santa María entre el último tercio del siglo XV y las primeras décadas del siglo XVI.

De todas formas, de un conjunto de materiales tan considerable no cierra aquí su estudio. Hablando de un edificio tan complejo y de un registro material tan enorme, aún quedan muchos datos que interrelacionar y las investigaciones sobre este tipo de piezas continúan abiertas. Nuevos conjuntos de materiales se sumarán a los aquí estudiados

procedentes de otras excavaciones en iglesias de similar traza a la de Santa María y esperemos que maten los resultados aquí expuestos como nosotros hemos hecho con los conjuntos estudiados con anterioridad. Todo ello, vendrá con el tiempo, igual que le ha ocurrido a nuestro conjunto, y sólo a través de un equipo de investigación que ofrezca trabajo continuo y progresivo. Sin duda, la pequeña historia de la ciudad de Alicante y la de la Basílica de Santa María lo agradecerán.

BIBLIOGRAFIA

- AGUADO, J. (1991), *Tinajas medievales españolas. Islámicas y mudéjares*, Madrid.
- ALFONSO BARBERÁ, R. (1978), *La cerámica medieval de Paterna*, Valencia.
- AMIGUES, F. (1995), «La cerámica valenciana: sus técnicas de fabricación», *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, Cambridge, pp. 129-139.
- AMIGUES, F., *et alii* (1995), «Los envases cerámicos de Paterna / Manises y el comercio bajomedieval», *V Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 346-360.
- AMIGUES, F.; MESQUIDA, M. (1985), *Ceràmica medieval de Paterna en la Col·lecció Rafael Alfonso Barberá*, Paterna.
- AMIGUES, F.; MESQUIDA, M. (1987), *Un horno de cerámica medieval de cerámica: El Testar del Molí de Paterna (Valencia)*, Valencia.
- AMIGUES, F.; MESQUIDA, M. (1995), «Las alfarerías medievales de Paterna: técnicas de fabricación», *V Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 325-337.
- ARGELAGUÉS LLAURADÓ, M. (1995), «Un conjunt de ceràmica trobat a la volta del cor de l'Eglésia Vella de Sant Martí de Cerdanyola», *Limes 4-5*, Cerdanyola del Vallés, pp. 78-91.
- AMORES, F. de; CHISVERT, H. (1993), «Tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII); la loza quebrada de relleno de bóvedas», *SPAL 2*, Sevilla, pp. 269-325.
- AMORES, F., *et alii* (1995), «Una primera tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII), *V Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 305-315.
- AZUAR RUIZ, R., *et alii* (1999), «Arqueología de la arqui-

itectura: Excavación de las bóvedas de la iglesia gótica de Santa María de Alicante (siglo XV)», *V Congreso de Arqueología Medieval Española*, Valladolid, pp. 351-359.

AZUAR, R. Y BEVIA, M. (coord.) (2005), *Santa María Descubierta. Arqueología, Arquitectura y Cerámica*, Catálogo de la exposición, Alicante: Diputación de Alicante – Fundacion MARQ.

BARCELÓ CRESPI, M. (1997), «Terminologia i ús dels atuells ceràmics a les apotecaries mallorquines baix-medievales», *Transferències i comerç de ceràmica a l'Europa mediterrània (segles XIV-XVII)*, *XV Jornades d'Estudis Històrics Locals*, Palma de Mallorca, pp. 437-453.

BARCELÓ CRESPI, M.; ROSELLÓ-BORDOY, G. (1996), *Terrissa. Dades documentals per a l'estudi de la ceràmica mallorquina del segle XV*, Palma de Mallorca.

BARRACHINA, A.; CARMONA, P.; MIRALLES, J. (1984), «Excavaciones en el Molí del Testar de Paterna Valencia. Tipología de la cerámica hallada en el Molí del Testar de paterna», *Al-Qántara V*, 1 y 2, Madrid, pp. 405-428.

BASSEGODA NONELL, J. (1977), *Bóvedas medievales a la romana*, Barcelona.

BASSEGODA NONELL, J. (1978), *La cerámica popular en la arquitectura gótica*, Barcelona.

BASSEGODA NONELL, J. (1987), «La Cámara Real del Monasterio de Pedralbes (Barcelona). Estudio, recuperación y restauración de la sala y de su porche», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Tomo III, Madrid, pp. 294-301.

BASSEGODA NONELL (1989), «Construcción de bóvedas góticas catalanas», *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 45, Palma de Mallorca, pp. 133-145.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (1994), «Terminologia i ús dels atuells ceràmics de cuina a la Baixa Edat Mitjana», *Del Rebost a la Taula. Cuina i menjar a la Barcelona gòtica*, Museu d'Historia de la Ciutat, Barcelona, pp. 46-58.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (1997), «La ceràmica localitzada a l'extrados de les voltes de La Pia Almoina de Barcelona», *Ceràmica medieval catalana. El monument, document. Quaderns científics i tècnics* 9, Barcelona, pp. 235-253.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (1998), «Tipologia de la producció barcelonina de ceràmica comuna baix medieval: una proposta de sistematització», *Ceràmica medieval i postmedieval. Circuits productius i seqüències culturals. Monografies d'arqueologia medieval i postmedieval* n.º 4, Barcelona, pp. 177-204.

BELTRÁN LLORIS, M. (1969), «Anforetas de il·luminació (tipo Borges)», *Ethnos* 6, Madrid, pp. 219.

BENITO DOMÍNGUEZ, A. M.^a (1987), «Anforetas y botijuelas halladas en Guipúzcoa», *Munibe* 39, San Sebastián, pp. 139-145.

BERNAT I ROCA, M.; SERRA I BARCELÓ, J. (1997), «Gerrers, ollers i teulers a la ciutat de Mallorca (Segles XVI-XVIII)», *Transferències i comerç de ceràmica a l'Europa mediterrània (segles XIV-XVII)*, *XV Jornades d'Estudis Històrics Locals*, Palma de Mallorca, pp. 455-476.

BEVIÀ GARCIA, M. (1982), *Formació del País Valencià i canvi urbà: El cas d'Alacant. L'Espill* n.º 15, Valencia.

BEVIÀ, M. y CAMARERO, E. (1989), *Estudio documental e histórico, Estudio previo de la iglesia de Santa María de Alicante, tomo II, (Inédito)*, Alicante.

BEVIÀ, M.; VARELA, S. (1994), *Alicante: Ciudad y Arquitectura*, Alicante.

BORREGO COLOMER, M.; SARANOVA ZOZAYA, R. (1993), *Informe arqueológico. Proyecto de restauración de la iglesia de Santa María de Alicante (Inédito)*, Alicante.

BORREGO, M.; SARANOVA, R. (1994), «Envases cerámicos recuperados de las bóvedas de la Iglesia de Santa María: Alicante, importante enclave comercial mediterráneo en el Bajo Medioevo», *LQNT* 2, Alicante, pp. 181-199.

CABESTANY, J.; RIERA, F. (1983), «Hallazgos de cerámica medieval en la iglesia de Santa María del Pi de Barcelona», *I Col·loque de Ceràmique Mèdièval au Méditerranéen Occidental*, Vallbonne, pp. 407-411.

COLL CONESA J. (1994), «Contenedores cerámicos en las costas de Mallorca», *IV Congreso de Arqueología Medieval Española. Sociedades en transición*, Tomo III, Alicante, pp. 1069-1080.

COLL CONESA, J. (1998), «Mallorca, moviments i corrents comercials a través de la ceràmica», *Mallorca i el comerç de la ceràmica a la Mediterrània*, Barcelona, pp. 64-92.

COLL CONESA, J. (1987), «Importaciones cerámicas bajomedievales en el valle del Sòller (Mallorca)», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, pp. 358-373.

CERDÀ I MELLADO, J.; ROLDÓS I SANS, J. (1994), «Trobada de terrissa catalana a l'eglèsia de Sant Miquel de Mata (Mataró, el Maresme)», *Butlletí Informatiu de Ceràmica* n.º 56, Octubre-Desembre, Barcelona, pp. 6-15.

DÍES CUSÍ, E.; GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. J. (1986), «Las tinajas de transporte bajomedievales y sus marcas de alfarero», *I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza, pp. 613-631.

ESCRIBANO, G.; MEDEROS, A. (1999), «Distribución y cronología de las botijas en yacimientos arqueológicos subacuáticos de la Península Ibérica, baleares y Canarias», *Cuadernos de Arqueología Marítima* 1999, Cartagena, pp. 177-201.

FRANCOVICH, R.; GELICHI, S. (1986), «La ceramica spagnola in Toscana nell Bassomedievo», *II Colloquio Internazionale de la Ceràmica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Toledo, pp. 297-313.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1987), «La cerámica bajomedieval de la Catedral de Mallorca», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Tomo III, Madrid, pp. 470-482.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1988), «Los «graffiti» de la Lonja de Palma: signos, inscripciones y dibujos», *Butlletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 44, Palma de Mallorca, pp. 273-305.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1988a), «Paralelismo entre las marcas alfareras y signos lapidarios de época medieval en Mallorca», *Colloque International de Glyptographie* 1986, Poio-Pontevedra, 441-461.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1998), «Ceràmica medieval (ss. XIV-XV) i postmedieval (ss. XVI-XVIII) d'importació a Mallorca en el seu context arqueològic urbà», *Mallorca i el comerç de la ceràmica a la Mediterrània*, Barcelona, pp. 46-63.

GONZÁLEZ MARTÍ, M. (1944), *Ceràmica del Levante Español. Siglos Medievales*. Loza, Madrid-Barcelona.

GUTIÉRREZ, A. (1995), «Questions of terminology in the study of Spanish Medieval Ceramics», *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, Cambridge, pp. 33-39.

ENSEÑAT, C. (1979), «Colección de cerámica de Paterna de los siglos XIV y XV en el Museo de Sòller», *Butlletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* XXXVII, Palma de Mallorca, 231-251.

HURST, J. G. (1977), «Spanish pottery imported into Medieval Britain», *Medieval Archaeology* XXI, London, pp. 68-105.

MARKEN, M. W. (1994), *Pottery from Spanish Shipwrecks 1500-1800*, Florida.

MARTÍ, J., PASCUAL, J. (1995), «Tradición e innovación en el repertorio formal de la cerámica valenciana bajomedieval», *Spanish Ceramics in Spain and the British Isles*, Cambridge, pp. 159-175.

MESQUIDA, M.; AMIGUES, F. (1986), «Hallazgo de un pozo de cerámica en el casco antiguo de Paterna», *I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza, pp. 541-557.

MESQUIDA GARCÍA, M. (1996), *Paterna en el Renacimiento. Resultado de las excavaciones de un barrio burgués*, Paterna.

MESQUIDA GARCÍA, M. (1997), «Cerámica de uso arquitectónico fabricada en Paterna», *La ceràmique médiévale en Méditerranée*, Aix-en-Provence, pp. 655-666.

MESQUIDA GARCÍA, M., et alii (2001), *Las Ollerías de Paterna. Tecnología y producción. Volumen I. Siglos XII y XIII*, Paterna.

MESQUIDA GARCÍA, M., et alii (2002), *La cerámica de Paterna: Reflejos del Mediterráneo*, Catálogo de la exposición, Valencia.

MIRÓ I ALAIX, N. (2003), «Els conjunts ceràmics del carrer Petritxol num. 8 de Barcelona», *II Congrés d'Arqueologia medieval i moderna a Catalunya*, Volumen I, Barcelona, pp. 295-303.

NAVARRO POVEDA, C. (1990), *Excavaciones arqueológicas en el Castillo de la Mola (Novelda, Alicante). Las cerámicas comunes (ss. XIV-XV)*, Monforte del Cid.

NAVARRO POVEDA, C. (1993), Graffiti y signos lapidarios del Castillo de la Mola (Novelda) y del Castillo de Petrer, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Alicante.

PASCUAL, J.; MARTÍ, J. (1987), «Nuevos datos para el estudio de la cerámica valenciana del siglo XIV», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, pp. 600-612.

PLEGUEZUELO, A.; SÁNCHEZ, J. M. (1994), «Envases cerámicos comerciales en el tráfico con América en el siglo XVI: síntesis de un panorama documental», *IV Congreso de Arqueología Medieval Española. Sociedades en Transición*, Tomo III, Alicante, pp. 1091-1097.

RAURICH, X. (1992), «El carregament del jaciment de Les Sorres X», *Les Sorres X, un vaixell medieval al Canal Olímpic de Rem Castelldefels, Baix Llobregat, Memòries d'intervencions arqueològiques a Catalunya 1*, Barcelona, pp. 49-56.

RAURICH, X. (1998), «L'Arqueologia subacuàtica: una font per al comerç marítim baix medieval», *I Congrés d'Arqueologia Medieval i Moderna a Catalunya. 15 Anys d'intervencions arqueològiques: Manances i resultats*, Barcelona, pp. 142-155.

RIU, M. (1984), «La cerámica popular barcelonina del segle XIV. Aportació a l'estudi de les seves formes i marques», *Ceràmica grissa i terrisa popular de la Catalunya Medieval, ACTA MEDIAEVALIA, Annex 2*, Barcelona, pp. 145-181.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1989), «Algunes peces de ceràmica del segle XIV trobades a la Catedral de Barcelona», *ACTA MEDIAEVALIA 10*, Barcelona, pp. 437-466.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1990), «Las marcas utilizadas por los alfareros barceloneses en el siglo XIV», *Arte y Regalo 102*, Barcelona, pp. 48-50.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1992), «Las piezas de cerámica halladas en las bóvedas de las iglesias barcelonesas del siglo XIV», *Acta Mediaevalia 13*, Barcelona, pp. 375-424.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1995a), «Análisis tipológico de las cerámicas halladas en las iglesias barcelonesas del siglo XIV: comentario del poster tipológico», *V Colóquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 427-438.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1995b), «Les mesures ceràmiques catalanes de l'època medieval i moderna. Característiques generals», *Congrés Europeu sobre Ceràmica Antiga*, Barcelona, pp. 207-209.

RIU DE MARTÍN, M. C. (1997), «Aportacions a l'estudi dels contenidors de ceràmica catalans dels segles XIV i XV», *Transferències i comerç de ceràmica a l'Europa mediterrània (segles XIV-XVII)*, *XV Jornades d'Estudis Històrics Locals*, Palma de Mallorca, pp. 413-421.

ROIG I BUXÓ, J. (1997), «Un conjunt ceràmica procedent de les voltes gòtiques de l'església de Sant Fèlix, Sabadell, Vallès Occidental», *¿?*, pp. 33-45.

ROIG I DELOFEU, A.; ROIG I BUXÓ, J. (1997), «Les peces de descàrrega de volta de l'església de Sant Fèlix (Sabadell, Vallès Occidental) Anys 1403-1420», *VI Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Aix-en-Provence, pp. 549-553.

ROIG I DELOFEU, A.; ROIG I BUXÓ, J. (2002), *La vila medieval de Sabadell (Segles XI-XVI). Dotze anys d'arqueologia a la ciutat (1988-2000)*, Quaderns d'arqueologia de Sabadell 1, Sabadell.

SARANOVA, R.; BORREGO, M. (1994), «El puerto de Alicante en los circuitos comerciales mediterráneos en la Baja Edad Media, contenedores cerámicos de transporte y almacenaje», *IV Congreso de Arqueología Medieval Española, Tomo III*, Alicante, pp.

VILA, J. M.; PADILLA, J. I.; HERNANDO, J., «Cerámica de almacenamiento y transporte en el Mediterráneo Occidental. Siglos XIV-XV», *VI Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Aix-en-Provence, pp. 559-562.

NOTAS

- 1 Si exceptuamos, por supuesto el caso de los talleres de Paterna al que, por ser varios centros de producción, cuenta con un gran número de ejemplares.
- 2 Queremos agradecer desde estas líneas al Dr. Claudio Torres y a la Dra. Susana Gómez la oportunidad que nos ha brindado de participar en este seminario, así como a la Cámara Municipal de Mértola por su fantástica organización y excepcional acogida y trato durante toda nuestra estancia.
- 3 Hay que destacar el enorme número de ejemplares documentados que le convierte, con el tipo IV en el más numeroso de los documentados en la cubierta de la iglesia. Se han documentado 52 ejemplares con las signaturas SM98/18002-6; SM98/18002-7; SM98/18002-2; SM98/19002-1; SM98/18002-4; SM98/18002-3; SM98/18002-1; SM98/19002-5; SM98/7001-6; SM98/11007-2; SM98/20001-2; SM98/19002-4; SM98/19002-3; SM98/20001-25; SM98/11002-3; SM98/28009-4; SM98/10003-6; SM98/9001-4 y SM98/26001-3 SM98/23002-10; SM98/27002-10; SM98/30002-27; SM98/13002-4; SM98/23002-8; SM98/23002-10; SM98/21001-16; SM98/28001-33; SM98/25001-13; SM98/29001-26; SM98/22002-5; SM98/20002-3; SM98/20001-23; SM98/29001-56; SM98/20002-2; SM98/19002-2; SM98/28002-1; SM98/23002-9; SM98/29001-12; SM98/32001-24; SM98/12004-12; SM98/20002-6; SM98/25001-9; SM98/11002-5; SM98/20002-41; SM98/11007-3; SM98/10003-12; SM98/10003-7; SM98/32001-46; SM98/20002-5; SM98/22001-6; SM98/26003-7 y SM98/19002-7.
- 4 Los aquí recogidos responden a las piezas descubiertas en el año 1993 con las signaturas SM93/Q-I/2002-

- 2; SM93/Q-I/2002-7; SM93/Q-I/2002-8 y SM93/Q-I/2002-3. Mientras que en los trabajos del año 1998 hemos aumentado considerablemente el número con las piezas hasta los 21 ejemplares encontrados, que responden a las firmas SM98/ 20001-6; SM98/20001-23; SM98/7001-2; SM98/7001-5; SM98/7001-1; SM98/7001-4; SM98/7001-3; SM98/11004-12; SM98/11002-6; SM98/11002-7; SM98/11004-8; SM98/20001-5; SM98/20001-4; SM98/11002-10; SM98/11002-4; SM98/11004-6; SM98/20001-14 y SM98/29001-16; SM98/15000-1; SM98/27003-5; SM98/30002-41; SM98/11002-2; SM98/8001-2; SM98/11002-8; SM98/17001-5; SM98/9001-3 y SM98/28001-34.
- 5 En los trabajos del año 1993 se localizaron dos ejemplares con firma SM93/Q-I/2002-5 y SM93/Q-I/2002-4; piezas que fueron ampliadas con las 5 tinajas descubiertas en el año 1998 con las firmas SM98/7004-3; SM98/7004-2; SM98/7004-5; SM98/7004-6 y SM98/11007-6.
 - 6 Se han llegado a localizar 4 ejemplares, que corresponden con las firmas SM98/28001-8; SM98/20001-26; SM98/17002-10 y SM98/20001-20.
 - 7 Se han localizado 15 ejemplares de este tipo que responden a las firmas SM98/11004-13; SM98/11004-5; SM98/11004-2; SM98/11004-7; SM98/11004-1; SM98/11004-11; SM98/11004-3; SM98/17001-4; SM98/8001-4; SM98/30002-30; SM98/33001-41; SM98/11004-9; SM98/32001-29; SM98/11004-10 y SM98/28001-51.
 - 8 Los 4 ejemplares documentados responden a los números de firma SM98/11004-2; SM98/11004-4; SM98/8001-1 y SM98/22002-3.
 - 9 La pieza responde por el número de firma SM98/30002-14.
 - 10 Se han documentado 5 tinajas de este tipo que responden a los números de firma SM98/26003-6; SM98/20001-30; SM98/33001-48; SM98/32001-21 y SM98/33001-29.
 - 11 Dos son los ejemplares documentados en la cubierta y que corresponden a las firmas SM98/22002-2 y SM98/23002-1.
 - 12 Conocemos, por ejemplo, los casos de la excavación del solar de la calle San Pablo, 45, de la ciudad de Sevilla, donde, en el nivel de ocupación del siglo XVII, se encontraba una estancia completamente rellena de ánforas que servían como aislante del suelo de la vivienda (Mercado Hervás y Gasent Ramírez, 1998, 722-728). O el caso de los trabajos en los solares sevillanos de las calles Puente Pellón, Lineros, 19 y Siete Revueltas 8-12, donde en la denominada Fase II, se localizaba un aislante e pavimento hecho con ánforas y fechado en los siglos XVII-XVIII (Romo Salas y Vargas Jiménez, 1996, 567-579). Por último, y para confirmar este uso tardío de este tipo de piezas, señalemos los trabajos de realizados en las calles Landero, 31 y Galera, 26-28 de la capital andaluza, donde se localiza este tipo de aislante en las reformas realizadas en el siglo XVIII en el interior de una vivienda, donde se llegaron a recuperar hasta 240 ánforas (Quirós Esteban, 1994, 517-521).
 - 13 Los datos aportados por el pecio de Les Sorres x son concluyentes en cuanto a la colocación de las piezas en la bodega. Parece que la solución de los bancos fijos, -posibilidad lógica, al ver las formas convexas de las piezas-, aparte de costosa, reducía el número de piezas a cargar por lo que no era adecuado. Había que cargar todo lo que el barco pudiera transportar sin dejar espacios y sin que el barco peligrara. Por eso, parecían que las piezas se disponían apoyadas unas sobre las otras, de proa a popa en la bodega del barco, donde sólo una larga estera de esparto las recogía por debajo, con la función de servir de acolche para movimientos bruscos de la nave, pero sin ceñirlas (Raurich, 1996, 50).
 - 14 Las restantes corresponden a las cerámicas comunes de cocina y vajilla de mesa.
 - 15 En este sentido, debemos señalar desde los trabajos previos de J. Martí, J. Pascual y J. Coll sobre la terminología de diversas piezas de contextos islámicos y cristianos en el área valenciana (1985), hasta el esfuerzo sintético de centenares de documentos que realizó un equipo de investigación netamente valenciano en el que han intervenido M. Mesquida, F. Amigues, E. Cruselles, R. González y J. V. Lerma y que presentó una propuesta muy interesante de tipos y denominaciones, basados en la documentación notarial de archivo (Amigues, Cruselles, González-Villaescusa y Lerma, 1995: 346-361). En esta propuesta coincide plenamente la realizada por X. Raurich para las piezas del pecio de Les Sorres X (1996: 49-56). Sirva también el esfuerzo enorme trabajo de M. Barceló y, sobre todo, G. Roselló que, desde las islas Baleares, han venido peleando por establecer una terminología lo más adecuada posible para las piezas del ámbito islámico y que ahora han optado por iniciar el tema en el mundo cristiano (1996) Por el lado de la Corona de Castilla, y más concretamente, en el área andaluza, se viene trabajando mucho acerca de esta cuestión terminológica, gracias a la aparición en los últimos años de conjuntos como el de la Cartuja, que ha permitido asociar tipos formales con nombres que aparecen en la documentación notarial del Archivo de Indias, referente a los transportes de productos con el continente americano (Pleguezuelo y Sánchez, 1994: 1091-1097).
 - 16 Para los cálculos de capacidades hemos optado por utilizar la fórmula matemática que ya propusieron en su día los investigadores E. Díez Cusí y R. González-Villaescusa en el I Congreso de Arqueología Medieval Española (CAME) para el estudio de los contenedores de transporte bajomedievales del área valenciana (1986: 613-631).
 - 17 Incluso nosotros mismos, en los trabajos de documentación de este estudio, hemos barajado asignarle esa denominación, que hemos utilizado en la tipología de la *obra aspra* que presentaremos en el capítulo siguiente, pero hemos preferido mantenerla en el apartado de tinajas por sus referencias formales con las piezas del tipo VII y VIII.
 - 18 Recientemente, acaba de localizarse un gran taller alfarero en la ciudad de Elda, cuya cronología aun no está definida del todo, lo que podría permitir, en un futuro no muy lejano, abordar el tema de las producciones medievales cristianas con más datos de los que contamos hasta el momento.
 - 19 En el catálogo de la exposición, coordinada por Jaume Coll se deja de manifiesto, a la hora de catalogar piezas idénticas a nuestro tipo III, que su centro de producción es Barcelona, por lo que también confirma lo expuesto por los investigadores J. M. Vila, J. I. Padilla y J. Hernando en su artículo del VI Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental, celebrado en la localidad francesa de Aix-en Provence (1996: 559-562).
 - 20 Invitamos al lector a consultar este trabajo que recoge ejemplos tan interesantes como la venta de una partida de 700 *gerres olieres* a un mercader mallorquín en el año 1380; o el encargo que reciben dos mercaderes valencianos de transportar 20 tinajas hasta Sicilia, donde debían venderlas (Amigues, Cruselles, González-Villaescusa, Lerma, 1995: 353). No parece que exista gran interés en mostrar el contenedor y sí en mostrar los contenidos, verdadera herramienta que medirá los

impuestos a pagar y el coste del transporte. En este sentido, se lleva la palma el centro alfarero valenciano por excelencia, Paterna, cuya venta de tinajas permitía obtener enormes beneficios para los talleres.

21 Bien es cierto que la pieza exclusiva del ábside es el tipo III, que está fechado entre los siglos XIV-

-XV, una datación algo más amplia que la expuesta hasta ahora, pero insuficiente para matizar el marco cronológico propuesto gracias a las piezas del primer nivel.

los habitantes de América tanto como alimento, como bebida, ya que hacían con él un aguardiente, también como planta medicinal y por último como leña. Estas frutas aparecen en la documentación en botes de cerámica y siempre confitadas, ya que podían contener sustancias más o menos líquidas por lo que necesita un recipiente hermético y vidriado a ser posible (Planas, 2001: 953).

Por último, también documentamos el transporte de conservas, aceitunas, sebo o jabón. De la mayor parte no podemos saber si las tinajas de Santa María portaron en algún momento de su existencia dichos productos. Sólo en el caso de las olivas, sí que podemos certificarlo gracias al estudio realizado por los investigadores M^a Luisa Precioso y Diego Rivera del Departamento de Biología Vegetal de la Universidad de Murcia para la publicación de los trabajos realizados en la cubierta de Santa María (Azuar y Bevia (coord.), 2005: 192-197). En dicho trabajo analizan la numerosa presencia de semillas de olivas, que aparecieron en el interior de las tinajas. Estas además, estaban encurtidas, lo que les permitía ser consumidas en cualquier época del año. En los restos de santa María destacan los de la variedad de *Cuquillo* o posiblemente de *Onil*, siendo las variedades más representativas del Levante español (2005: 195).

Por tanto y a modo de conclusión, señalemos que el estudio de este tipo de contenedores no está cerrado. Actualmente está ofreciendo multitud de datos que apoyan las teorías que el equipo de trabajo venía manejando desde los primeros trabajos en la iglesia. Los rasgos formales confirman una gran variedad tipológica de contenedores, con unas capacidades diversas y adaptables a todas las funciones genéricas posibles, desde el transporte, hasta el almacenamiento, pasando por los usos domésticos más variados.

Sus marcas de uso y sus contenidos, aún visibles en el interior de muchos de ellas, nos indican que no fueron fabricados por encargo con el objetivo de acabar en las bóvedas de la iglesia sino que proceden de diversos orígenes. Sus diferentes tipos nos informan de sus centros de producción, de donde proceden y cómo llegaron a Alicante gracias a sus redes de distribución comercial. Sus funciones genéricas también nos informan de cuánto dura su función y el destino que tienen cuando dejan de ser útiles, así de cómo se las ingenian los maestros de obra, para rentabilizar los fondos que tienen que administrar y conseguir una construcción sólida y perfecta.

Finalmente, todos esos datos nos permiten proponer un marco cronológico particular para cada una de las piezas; mientras que su peculiar reparto y distribución por las diferentes bóvedas de la iglesia nos ha terminado de confirmar que los datos que hasta ahora manteníamos sobre las fases constructivas de la iglesia y el posterior cierre de la cubierta, que parece que fue realizado rápidamente, coincidente con el levantamiento de los diferentes tramos de las bóvedas de la iglesia y fue homogéneo en todas sus fases con aportaciones puntuales que ya hemos visto, que nos han ofrecido un más que probable cierre de la cubierta de Santa María entre el último tercio del siglo XV y las primeras décadas del siglo XVI.

De todas formas, de un conjunto de materiales tan considerable no cierra aquí su estudio. Hablando de un edificio tan complejo y de un registro material tan enorme, aún quedan muchos datos que interrelacionar y las investigaciones sobre este tipo de piezas continúan abiertas. Nuevos conjuntos de materiales se sumarán a los aquí estudiados

procedentes de otras excavaciones en iglesias de similar traza a la de Santa María y esperemos que maten los resultados aquí expuestos como nosotros hemos hecho con los conjuntos estudiados con anterioridad. Todo ello, vendrá con el tiempo, igual que le ha ocurrido a nuestro conjunto, y sólo a través de un equipo de investigación que ofrezca trabajo continuo y progresivo. Sin duda, la pequeña historia de la ciudad de Alicante y la de la Basílica de Santa María lo agradecerán.

BIBLIOGRAFIA

- AGUADO, J. (1991), *Tinajas medievales españolas. Islámicas y mudéjares*, Madrid.
- ALFONSO BARBERÁ, R. (1978), *La cerámica medieval de Paterna*, Valencia.
- AMIGUES, F. (1995), «La cerámica valenciana: sus técnicas de fabricación», *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, Cambridge, pp. 129-139.
- AMIGUES, F., *et alii* (1995), «Los envases cerámicos de Paterna / Manises y el comercio bajomedieval», *V Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 346-360.
- AMIGUES, F.; MESQUIDA, M. (1985), *Ceràmica medieval de Paterna en la Col·lecció Rafael Alfonso Barberá*, Paterna.
- AMIGUES, F.; MESQUIDA, M. (1987), *Un horno de cerámica medieval de cerámica: El Testar del Molí de Paterna (Valencia)*, Valencia.
- AMIGUES, F.; MESQUIDA, M. (1995), «Las alfarerías medievales de Paterna: técnicas de fabricación», *V Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 325-337.
- ARGELAGUÉS LLAURADÓ, M. (1995), «Un conjunt de ceràmica trobat a la volta del cor de l'Eglésia Vella de Sant Martí de Cerdanyola», *Limes 4-5*, Cerdanyola del Vallés, pp. 78-91.
- AMORES, F. de; CHISVERT, H. (1993), «Tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII); la loza quebrada de relleno de bóvedas», *SPAL 2*, Sevilla, pp. 269-325.
- AMORES, F., *et alii* (1995), «Una primera tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII)», *V Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 305-315.
- AZUAR RUIZ, R., *et alii* (1999), «Arqueología de la arquitectura: Excavación de las bóvedas de la iglesia gótica

de Santa María de Alicante (siglo XV)», *V Congreso de Arqueología Medieval Española*, Valladolid, pp. 351-359.

AZUAR, R. Y BEVIA, M. (coord.) (2005), *Santa María Descubierta. Arqueología, Arquitectura y Cerámica*, Catálogo de la exposición, Alicante: Diputación de Alicante – Fundación MARQ.

BARCELÓ CRESPI, M. (1997), «Terminología i ús dels atuells ceràmics a les apotecaries mallorquines baix-medievales», *Transferències i comerç de ceràmica a l'Europa mediterrània (segles XIV-XVII)*, *XV Jornades d'Estudis Històrics Locals*, Palma de Mallorca, pp. 437-453.

BARCELÓ CRESPI, M.; ROSELLÓ-BORDOY, G. (1996), *Terrissa. Dades documentals per a l'estudi de la ceràmica mallorquina del segle XV*, Palma de Mallorca.

BARRACHINA, A.; CARMONA, P.; MIRALLES, J. (1984), «Excavaciones en el Molí del Testar de Paterna Valencia. Tipología de la cerámica hallada en el Molí del Testar de paterna», *Al-Qántara V*, 1 y 2, Madrid, pp. 405-428.

BASSEGODA NONELL, J. (1977), *Bóvedas medievales a la romana*, Barcelona.

BASSEGODA NONELL, J. (1978), *La cerámica popular en la arquitectura gótica*, Barcelona.

BASSEGODA NONELL, J. (1987), «La Cámara Real del Monasterio de Pedralbes (Barcelona). Estudio, recuperación y restauración de la sala y de su porche», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Tomo III, Madrid, pp. 294-301.

BASSEGODA NONELL (1989), «Construcción de bóvedas góticas catalanas», *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 45, Palma de Mallorca, pp. 133-145.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (1994), «Terminología i ús dels atuells ceràmics de cuina a la Baixa Edat Mitjana», *Del Rebot a la Taula. Cuina i menjar a la Barcelona gòtica*, Museu d'Història de la Ciutat, Barcelona, pp. 46-58.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (1997), «La ceràmica localitzada a l'extrados de les voltes de La Pia Almoina de Barcelona», *Ceràmica medieval catalana. El monument, document. Quaderns científics i tècnics* 9, Barcelona, pp. 235-253.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (1998), «Tipologia de la producció barcelonina de ceràmica comuna baix medieval: una proposta de sistematització», *Ceràmica medieval i postmedieval. Circuits productius i seqüències culturals. Monografies d'arqueologia medieval i postmedieval* n.º 4, Barcelona, pp. 177-204.

BELTRÁN LLORIS, M. (1969), «Anforetas de iluminación (tipo Borges)», *Ethnos* 6, Madrid, pp. 219.

BENITO DOMÍNGUEZ, A. M.^a (1987), «Anforetas y botijuelas halladas en Guipúzcoa», *Munibe* 39, San Sebastián, pp. 139-145.

BERNAT I ROCA, M.; SERRA I BARCELÓ, J. (1997), «Gerrers, ollers i teulers a la ciutat de Mallorca (Segles XVI-XVIII)», *Transferències i comerç de ceràmica a l'Europa mediterrània (segles XIV-XVII)*, *XV Jornades d'Estudis Històrics Locals*, Palma de Mallorca, pp. 455-476.

BEVIÀ GARCIA, M. (1982), *Formació del País Valencià i canvi urbà: El cas d'Alacant. L'Espill* n.º 15, Valencia.

BEVIÀ, M. y CAMARERO, E. (1989), *Estudio documental e histórico, Estudio previo de la iglesia de Santa María de Alicante, tomo II, (Inédito)*, Alicante.

BEVIÀ, M.; VARELA, S. (1994), *Alicante: Ciudad y Arquitectura*, Alicante.

BORREGO COLOMER, M.; SARANOVA ZOZAYA, R. (1993), *Informe arqueológico. Proyecto de restauración de la iglesia de Santa María de Alicante (Inédito)*, Alicante.

BORREGO, M.; SARANOVA, R. (1994), «Envases cerámicos recuperados de las bóvedas de la Iglesia de Santa María: Alicante, importante enclave comercial mediterráneo en el Bajo Medioevo», *LQNT* 2, Alicante, pp. 181-199.

CABESTANY, J.; RIERA, F. (1983), «Hallazgos de cerámica medieval en la iglesia de Santa María del Pi de Barcelona», *I Colloque de Ceramique Médievale au Méditerranéen Occidental*, Vallbonne, pp. 407-411.

COLL CONESA J. (1994), «Contenedores cerámicos en las costas de Mallorca», *IV Congreso de Arqueología Medieval Española. Sociedades en transición*, Tomo III, Alicante, pp. 1069-1080.

COLL CONESA, J. (1998), «Mallorca, moviments i corrents comercials a través de la ceràmica», *Mallorca i el comerç de la ceràmica a la Mediterrània*, Barcelona, pp. 64-92.

COLL CONESA, J. (1987), «Importaciones cerámicas bajomedievales en el valle del Sòller (Mallorca)», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, pp. 358-373.

CERDÀ I MELLADO, J.; ROLDÓS I SANS, J. (1994), «Trobada de terrissa catalana a l'eglèsia de Sant Miquel de Mata (Mataró, el Maresme)», *Butlletí Informatiu de Ceràmica* n.º 56, Octubre-Desembre, Barcelona, pp. 6-15.

DÍES CUSÍ, E.; GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. J. (1986), «Las tinajas de transporte bajomedievales y sus marcas de alfarero», *I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza, pp. 613-631.

ESCRIBANO, G.; MEDEROS, A. (1999), «Distribución y cronología de las botijas en yacimientos arqueológicos subacuáticos de la Península Ibérica, baleares y Canarias», *Cuadernos de Arqueología Marítima* 1999, Cartagena, pp. 177-201.

FRANCOVICH, R.; GELICHI, S. (1986), «La ceramica spagnola in Toscana nell Bassomedievo», *II Coloquio Internacional de la Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Toledo, pp. 297-313.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1987), «La cerámica bajomedieval de la Catedral de Mallorca», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Tomo III, Madrid, pp. 470-482.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1988), «Los «graffiti» de la Lonja de Palma: signos, inscripciones y dibujos», *Butlletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 44, Palma de Mallorca, pp. 273-305.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1988a), «Paralelismo entre las marcas alfareras y signos lapidarios de época medieval en Mallorca», *Colloque International de Glyptographie* 1986, Poio-Pontevedra, 441-461.

GONZÁLEZ GOZALO, E. (1998), «Cerámica medieval (ss. XIV-XV) i postmedieval (ss. XVI-XVIII) d'importació a Mallorca en el seu context arqueològic urbà», *Mallorca i el comerç de la ceràmica a la Mediterrània*, Barcelona, pp. 46-63.

GONZÁLEZ MARTÍ, M. (1944), *Cerámica del Levante Español. Siglos Medievales*. Loza, Madrid-Barcelona.

GUTIÉRREZ, A. (1995), «Questions of terminology in the study of Spanish Medieval Ceramics», *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, Cambridge, pp. 33-39.

ENSEÑAT, C. (1979), «Colección de cerámica de Paterna de los siglos XIV y XV en el Museo de Sòller», *Butlletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* XXXVII, Palma de Mallorca, 231-251.

HURST, J. G. (1977), «Spanish pottery imported into Medieval Britain», *Medieval Archaeology* XXI, London, pp. 68-105.

MARKEN, M. W. (1994), *Pottery from Spanish Shipwrecks 1500-1800*, Florida.

MARTÍ, J.; PASCUAL, J. (1995), «Tradición e innovación en el repertorio formal de la cerámica valenciana bajomedieval», *Spanish Ceramics in Spain and the British Isles*, Cambridge, pp. 159-175.

MESQUIDA, M.; AMIGUES, F. (1986), «Hallazgo de un pozo de cerámica en el casco antiguo de Paterna», *I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza, pp. 541-557.

MESQUIDA GARCÍA, M. (1996), *Paterna en el Renacimiento. Resultado de las excavaciones de un barrio burgués*, Paterna.

MESQUIDA GARCÍA, M. (1997), «Cerámica de uso arquitectónico fabricada en Paterna», *La ceràmique mèdièvale en Mediterranée*, Aix-en-Provence, pp. 655-666.

MESQUIDA GARCÍA, M., et alii (2001), *Las Ollerías de Paterna. Tecnología y producción. Volumen I. Siglos XII y XIII*, Paterna.

MESQUIDA GARCÍA, M., et alii (2002), *La cerámica de Paterna: Reflejos del Mediterráneo*, Catálogo de la exposición, Valencia.

MIRÓ I ALAIX, N. (2003), «Els conjunts ceràmics del carrer Petritxol num. 8 de Barcelona», *II Congrès d'Arqueologia medieval i moderna a Catalunya*, Volumen I, Barcelona, pp. 295-303.

NAVARRO POVEDA, C. (1990), *Excavaciones arqueológicas en el Castillo de la Mola (Novelda, Alicante). Las cerámicas comunes (ss. XIV-XV)*, Monforte del Cid.

NAVARRO POVEDA, C. (1993), Graffiti y signos lapidarios del Castillo de la Mola (Novelda) y del Castillo de Petrer, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Alicante.

PASCUAL, J.; MARTÍ, J. (1987), «Nuevos datos para el estudio de la cerámica valenciana del siglo XIV», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, pp. 600-612.

PLEGUEZUELO, A.; SÁNCHEZ, J. M. (1994), «Envases cerámicos comerciales en el tráfico con América en el siglo XVI: síntesis de un panorama documental», *IV Congreso de Arqueología Medieval Española. Sociedades en Transición*, Tomo III, Alicante, pp. 1091-1097.

RAURICH, X. (1992), «El carregament del jaciment de Les Sorres X», *Les Sorres X, un vaixell medieval al Canal Olímpic de Rem Castelldefels, Baix Llobregat, Memòries d'intervencions arqueològiques a Catalunya 1*, Barcelona, pp. 49-56.

RAURICH, X. (1998), «L'Arqueologia subacuàtica: una font per al comerç marítim baix medieval», *I Congrès d'Arqueologia Medieval i Moderna a Catalunya. 15 Anys d'intervencions arqueològiques: Manances i resultats*, Barcelona, pp. 142-155.

RIU, M. (1984), «La cerámica popular barcelonina del segle XIV. Aportació a l'estudi de les seves formes i marques», *Ceràmica grissa i terrisa popular de la Catalunya Medieval, ACTA MEDIAEVALIA, Annex 2*, Barcelona, pp. 145-181.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1989), «Algunes peces de ceràmica del segle XIV trobades a la Catedral de Barcelona», *ACTA MEDIAEVALIA 10*, Barcelona, pp. 437-466.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1990), «Las marcas utilizadas por los alfareros barceloneses en el siglo XIV», *Arte y Regalo 102*, Barcelona, pp. 48-50.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1992), «Las piezas de cerámica halladas en las bóvedas de las iglesias barcelonesas del siglo XIV», *Acta Mediaevalia 13*, Barcelona, pp. 375-424.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1995a), «Análisis tipológico de las cerámicas halladas en las iglesias barcelonesas del siglo XIV: comentario del poster tipológico», *V Colóquio Internacional de Ceràmica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Rabat, pp. 427-438.

RIU DE MARTÍN, M^a del C. (1995b), «Les mesures ceràmiques catalanes de l'epoca medieval i moderna. Característiques generals», *Congrès Europeu sobre Ceràmica Antiga*, Barcelona, pp. 207-209.

RIU DE MARTÍN, M. C. (1997), «Aportacions a l'estudi dels contenidors de ceràmica catalans dels segles XIV i XV», *Transferències i comerç de ceràmica a l'Europa mediterrània (segles XIV-XVII)*, *XV Jornades d'Estudis Històrics Locals*, Palma de Mallorca, pp. 413-421.

ROIG I BUXÓ, J. (1997), «Un conjunt ceràmica procedent de les voltes gòtiques de l'església de Sant Fèlix, Sabadell, Vallès Occidental», *¿?*, pp. 33-45.

ROIG I DELOFEU, A.; ROIG I BUXÓ, J. (1997), «Les peçes de descàrrega de volta de l'església de Sant Fèlix (Sabadell, Vallès Occidental) Anys 1403-1420», *VI Coloquio Internacional de Ceràmica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Aix-en-Provence, pp. 549-553.

ROIG I DELOFEU, A.; ROIG I BUXÓ, J. (2002), *La vila medieval de Sabadell (Segles XI-XVI). Dotze anys d'arqueologia a la ciutat (1988-2000)*, *Quaderns d'arqueologia de Sabadell 1*, Sabadell.

SARANOVA, R.; BORREGO, M. (1994), «El puerto de Alicante en los circuitos comerciales mediterráneos

en la Baja Edad Media, contenedores cerámicos de transporte y almacenaje», *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, Tomo III, Alicante, pp.

VILA, J. M.; PADILLA, J. I.; HERNANDO, J., «Cerámica de almacenamiento y transporte en el Mediterráneo Occidental. Siglos XIV-XV», *VI Coloquio Internacional de Ceràmica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Aix-en-Provence, pp. 559-562.

NOTAS

- 1 Si exceptuamos, por supuesto el caso de los talleres de Paterna al que, por ser varios centros de producción, cuenta con un gran número de ejemplares.
- 2 Queremos agradecer desde estas líneas al Dr. Claudio Torres y a la Dra. Susana Gómez la oportunidad que nos ha brindado de participar en este seminario, así como a la Cámara Municipal de Mértola por su fantástica organización y excepcional acogida y trato durante toda nuestra estancia.
- 3 Hay que destacar el enorme número de ejemplares documentados que le convierte, con el tipo IV en el más numeroso de los documentados en la cubierta de la iglesia. Se han documentado 52 ejemplares con las firmas SM98/18002-6; SM98/18002-7; SM98/18002-2; SM98/19002-1; SM98/18002-4; SM98/18002-3; SM98/18002-1; SM98/19002-5; SM98/7001-6; SM98/11007-2; SM98/20001-2; SM98/19002-4; SM98/19002-3; SM98/20001-25; SM98/11002-3; SM98/28009-4; SM98/10003-6; SM98/9001-4 y SM98/26001-3 SM98/23002-10; SM98/27002-10; SM98/30002-27; SM98/13002-4; SM98/23002-8; SM98/23002-10; SM98/21001-16; SM98/28001-33; SM98/25001-13; SM98/29001-26; SM98/22002-5; SM98/20002-3; SM98/20001-23; SM98/29001-56; SM98/20002-2; SM98/19002-2; SM98/28002-1; SM98/23002-9; SM98/29001-12; SM98/32001-24; SM98/12004-12; SM98/20002-6; SM98/25001-9; SM98/11002-5; SM98/20002-41; SM98/11007-3; SM98/10003-12; SM98/10003-7; SM98/32001-46; SM98/20002-5; SM98/22001-6; SM98/26003-7 y SM98/19002-7.
- 4 Los aquí recogidos responden a las piezas descubiertas en el año 1993 con las firmas SM93/Q-I/2002-2; SM93/Q-I/2002-7; SM93/Q-I/2002-8 y SM93/Q-I/2002-3. Mientras que en los trabajos del año 1998 hemos aumentado considerablemente el número con las piezas hasta los 21 ejemplares encontrados, que responden a las firmas SM98/ 20001-6; SM98/20001-23; SM98/7001-2; SM98/7001-5;

- SM98/7001-1; SM98/7001-4; SM98/7001-3; SM98/11004-12; SM98/11002-6; SM98/11002-7; SM98/11004-8; SM98/20001-5; SM98/20001-4; SM98/11002-10; SM98/11002-4; SM98/11004-6; SM98/20001-14 y SM98/29001-16; SM98/15000-1; SM98/27003-5; SM98/30002-41; SM98/11002-2; SM98/8001-2; SM98/11002-8; SM98/17001-5; SM98/9001-3 y SM98/28001-34.
- 5 En los trabajos del año 1993 se localizaron dos ejemplares con signatura SM93/Q-I/2002-5 y SM93/Q-I/2002-4; piezas que fueron ampliadas con las 5 tinajas descubiertas en el año 1998 con las signaturas SM98/7004-3; SM98/7004-2; SM98/7004-5; SM98/7004-6 y SM98/11007-6.
 - 6 Se han llegado a localizar 4 ejemplares, que corresponden con las signaturas SM98/28001-8; SM98/20001-26; SM98/17002-10 y SM98/20001-20.
 - 7 Se han localizado 15 ejemplares de este tipo que responden a las signaturas SM98/11004-13; SM98/11004-5; SM98/11004-2; SM98/11004-7; SM98/11004-1; SM98/11004-11; SM98/11004-3; SM98/17001-4; SM98/8001-4; SM98/30002-30; SM98/33001-41; SM98/11004-9; SM98/32001-29; SM98/11004-10 y SM98/28001-51.
 - 8 Los 4 ejemplares documentados responden a los números de signatura SM98/11004-2; SM98/11004-4; SM98/8001-1 y SM98/22002-3.
 - 9 La pieza responde por el número de signatura SM98/30002-14.
 - 10 Se han documentado 5 tinajas de este tipo que responden a los números de signatura SM98/26003-6; SM98/20001-30; SM98/33001-48; SM98/32001-21 y SM98/33001-29.
 - 11 Dos son los ejemplares documentados en la cubierta y que corresponden a las signaturas SM98/22002-2 y SM98/23002-1.
 - 12 Conocemos, por ejemplo, los casos de la excavación del solar de la calle San Pablo, 45, de la ciudad de Sevilla, donde, en el nivel de ocupación del siglo XVII, se encontraba una estancia completamente rellena de anforetas que servían como aislante del suelo de la vivienda (Mercado Hervás y Gasent Ramírez, 1998, 722-728). O el caso de los trabajos en los solares sevillanos de las calles Puente Pellón, Lineros, 19 y Siete Revueltas 8-12, donde en la denominada Fase II, se localizaba un aislante e pavimento hecho con anforetas y fechado en los siglos XVII-XVIII (Romo Salas y Vargas Jiménez, 1996, 567-579). Por último, y para confirmar este uso tardío de este tipo de piezas, señalemos los trabajos de realizados en las calles Landero, 31 y Galera, 26-28 de la capital andaluza, donde se localiza este tipo de aislante en las reformas realizadas en el siglo XVIII en el interior de una vivienda, donde se llegaron a recuperar hasta 240 anforetas (Quirós Esteban, 1994, 517-521).
 - 13 Los datos aportados por el pecio de Les Sorres x son concluyentes en cuanto a la colocación de las piezas en la bodega. Parece que la solución de los bancos fijos, -posibilidad lógica, al ver las formas convexas de las piezas-, aparte de costosa, reducía el número de piezas a cargar por lo que no era adecuado. Había que cargar todo lo que el barco pudiera transportar sin dejar espacios y sin que el barco peligrara. Por eso, parecían que las piezas se disponían apoyadas unas sobre las otras, de proa a popa en la bodega del barco, donde sólo una larga estera de esparto las recogía por debajo, con la función de servir de acolche para movimientos bruscos de la nave, pero sin ceñirlas (Raurich, 1996, 50).
 - 14 Las restantes corresponden a las cerámicas comunes de cocina y vajilla de mesa.
 - 15 En este sentido, debemos señalar desde los trabajos previos de J. Martí, J. Pascual y J. Coll sobre la terminología de diversas piezas de contextos islámicos y cristianos en el área valenciana (1985), hasta el esfuerzo sintético de centenares de documentos que realizó un equipo de investigación netamente valenciano en el que han intervenido M. Mesquida, F. Amigues, E. Cruselles, R. González y J. V. Lerma y que presentó una propuesta muy interesante de tipos y denominaciones, basados en la documentación notarial de archivo (Amigues, Cruselles, González-Villaescusa y Lerma, 1995: 346-361). En esta propuesta coincide plenamente la realizada por X. Raurich para las piezas del pecio de Les Sorres X (1996: 49-56). Sirva también el esfuerzo enorme trabajo de M. Barceló y, sobre todo, G. Roselló que, desde las islas Baleares, han venido peleando por establecer una terminología lo más adecuada posible para las piezas del ámbito islámico y que ahora han optado por iniciar el tema en el mundo cristiano (1996) Por el lado de la Corona de Castilla, y más concretamente, en el área andaluza, se viene trabajando mucho acerca de esta cuestión terminológica, gracias a la aparición en los últimos años de conjuntos como el de la Cartuja, que ha permitido asociar tipos formales con nombres que aparecen en la documentación notarial del Archivo de Indias, referente a los transportes de productos con el continente americano (Pleguezuelo y Sánchez, 1994: 1091-1097).
 - 16 Para los cálculos de capacidades hemos optado por utilizar la fórmula matemática que ya propusieron en su día los investigadores E. Díez Cusí y R. González-Villaescusa en el I Congreso de Arqueología Medieval Española (CAME) para el estudio de los contenedores de transporte bajomedievales del área valenciana (1986: 613-631).
 - 17 Incluso nosotros mismos, en los trabajos de documentación de este estudio, hemos barajado asignarle esa denominación, que hemos utilizado en la tipología de la *obra aspra* que presentaremos en el capítulo siguiente, pero hemos preferido mantenerla en el apartado de tinajas por sus referencias formales con las piezas del tipo VII y VIII.
 - 18 Recientemente, acaba de localizarse un gran taller alfarero en la ciudad de Elda, cuya cronología aun no está definida del todo, lo que podría permitir, en un futuro no muy lejano, abordar el tema de las producciones medievales cristianas con más datos de los que contamos hasta el momento.
 - 19 En el catálogo de la exposición, coordinada por Jaume Coll se deja de manifiesto, a la hora de catalogar piezas idénticas a nuestro tipo III, que su centro de producción es Barcelona, por lo que también confirma lo expuesto por los investigadores J. M. Vila, J. I. Padilla y J. Hernando en su artículo del VI Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental, celebrado en la localidad francesa de Aix-en Provence (1996: 559-562).
 - 20 Invitamos al lector a consultar este trabajo que recoge ejemplos tan interesantes como la venta de una partida de 700 *gerres olieres* a un mercader mallorquín en el año 1380; o el encargo que reciben dos mercaderes valencianos de transportar 20 tinajas hasta Sicilia, donde debían venderlas (Amigues, Cruselles, González-Villaescusa, Lerma, 1995: 353). No parece que exista gran interés en mostrar el contenedor y sí en mostrar los contenidos, verdadera herramienta que medirá los impuestos a pagar y el coste del transporte. En este sentido, se lleva la palma el centro alfarero valenciano por excelencia, Paterna, cuya venta de tinajas permitía obtener enormes beneficios para los talleres.
 - 21 Bien es cierto que la pieza exclusiva del ábside es el tipo III, que está fechado entre los siglos XIV-XV, una datación algo más amplia que la expuesta hasta ahora, pero insuficiente para matizar el marco cronológico propuesto gracias a las piezas del primer nivel.